# *Sumário dêste numero*

**EDITORIAL:** A Nova Divisão Administrativa e Judiciária do Brasil — ARTUR CARDOSO DE ABREU (pág. 611).

**COMENTÁRIO:** O Estudo Geográfico dos Limites Municipais — VÍTOR A. PELUSO JÚNIOR — (pág. 613).

**TRANSCRIÇÕES:** Mapa Florestal do Brasil — III — GONZAGA DE CAMPOS (pág. 621). — Geografia Cultural do Brasil — II — DR. B. BRANDT (pág. 636).

**RESENHA E OPINIÕES:** Localizado o nascedouro do Orinoco (pág. 641). — Colonos e lavradores (pág. 647). — Petróleo (pág. 648). — Organização dos Territórios (pág. 651). — Prioridade da Geografia (pág. 652). — Engenharia colonial paulistana (pág. 653). — Guatemala (pág. 658).

**CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO:** Território do Amapá — PROF. LÚCIO DE CASTRO SOARES (pág. 661). — Território do Rio Branco — PROF. LÚCIO DE CASTRO SOARES (pág. 668).

**TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS:** Quinquagésima segunda tertúlia, realizada em 1 de fevereiro de 1944 (pág. 674). — Sexagésima sexta tertúlia, realizada em 30 de maio de 1944 (pág. 676). — Sexagésima sétima tertúlia, realizada em 6 e 8 de junho de 1944 (pág. 682). — Sexagésima oitava tertúlia, realizada em 14 de junho de 1944 (pág. 697). — Sexagésima nona tertúlia realizada a 20 de junho de 1944 (pág. 702). — Septuagésima tertúlia, realizada em 27 de junho de 1944 (pág. 707).

**NOTICIÁRIO:** CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 713). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 715). — Ministério da Aeronáutica (pág. 722). — Ministério da Agricultura (pág. 723). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 727). — Ministério da Justiça e Negócios Interiores (pág. 729). — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (pág. 731). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 731). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 732). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Academia Brasileira de Ciências (pág. 735). — Associação Brasileira de Imprensa (pág. 736). — Instituto Brasileiro de Cultura (pág. 736). — Instituto Nacional de Ciência Política (pág. 736). — Liceu Literário Português (pág. 737). — Liga de Defesa Nacional (pág. 737) — Real Gabinete Português de Leitura (pág. 737). — Sociedade Brasileira de Estatística (pág. 737). — Sociedade de Amigos de Ouro Prêto (pág. 738). — Sociedade de Amigos de Alberto Tôrres (pág. 739). — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (pág. 739). — Touring Clube do Brasil (pág. 739). — CERTAMES — Primeiro Congresso Econômico do Oeste (pág. 739). — IV Congresso Sul-Riograndense de História e Geográfia (pág. 740). — UNIDADES FEDERADAS — Alagoas (pág. 740). — Bahia (pág. 743). — Goiás (pág. 744). — Maranhão (pág. 744). — Mato Grosso (pág. 744). — Minas Gerais (pág. 744). — Paraíba (pág. 747). — Pernambuco (pág. 748). — Rio Grande do Sul (pág. 748) — São Paulo (pág. 749). — Sergipe (pág. 752). — Território do Acre (pág. 755). — Território do Amapá (pág. 755). — Território do Iguaçu (pág. 756). — MUNICÍPIOS — Águas Belas (pág. 756). — Anápolis (pág. 756). — Bagé (pág. 756). — Blumenau (pág. 756) — Cachoeira do Itapemirim (pág. 756). — Cajuru (pág. 757). — Campos (pág. 757). — Capivari (pág. 757). — Caràzinho (pág. 758). — Catende (pág. 758). — Fortaleza (pág. 758). — Guararu (pág. 758). — Goiânia (pág. 758). — Ibitinga (pág. 758). — Irati (pág. 758). — Itu (pág. 758). — Jaboticabal (pág. 759). — João Pessoa (pág. 759). — Lagoa Vermelha (pág. 759). — Macaé (pág. 759). — Macapá (pág. 759). — Manaus (pág. 759). — Mariana (pág. 759). — Mata de São João (pág. 759). — Ouro Prêto (pág. 759). —

**Petrópolis** (pág. 759). — **Pirapora** (pág. 760). — **Ribeirão** (pág. 760). — **Rio Grande** (pág. 760). — **Rio Prêto** (pág. 760). — **Salvador** (pág. 762). — **Santa Rita** (pág. 762). — **Santa Rita do Jacutinga** (pág. 762). — **São João da Barra** (pág. 762.) — **São José** (pág) 762). — **Taquari** (pág. 762). — **Teresópolis** (pág. 762). — EXTERIOR — **Estados Unidos,** (pág. 762).

**BIBLIOGRAFIA:** REGISTROS E COMENTÁRIOS — **Livros** (pág. 764). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — **Achêgas para uma bibliografia sôbre petróleo — II — (Letras M a W)** (pág. 767).

**LEIS E RESOLUÇÕES:** LEGISLAÇÃO FEDERAL — **Ementário dos decretos-leis baixados no mês de julho de 1944** (pág. 776). — **Íntegra da legislação de interêsse geográfico, — decretos-leis** (pág. 781). — **Decretos** (pág. 783). — **Atos Diversos** (pág. 784). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — **Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico** (pág. 790). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — **Conselho Nacional de Estatística — Junta Executiva Central — Íntegra das Resoluções de interêsse geográfico aprovadas em 1938** (pág. 794). — **Conselho Nacional de Geografia — Assembléia Geral — Íntegra das Resoluções ns. 121 a 125** (pág. 803). — **Diretório Central — Íntegra das Resoluções ns. 121 a 125** (pág. 806). — **Diretórios Regionais — Santa Catarina — Íntegra das Resoluções ns. 11 a 15** (pág. 809).

# Boletim Geográfico

Ano II | AGÔSTO, 1944 | N.º 17

## Editorial

# A Nova Divisão Administrativa e Judiciária do Brasil

*As revisões do quadro administrativo e judiciário brasileiro, que o Govêrno efetua em ritmo qüinqüenal, nos anos de milésimo 3 e 8, são de um grande alcance, não sòmente no campo administrativo em geral, como também, mais especialmente, para efeitos estatísticos, censitários e geográficos. Essa revisão se reveste de dois aspectos principais: o da divisão administrativa e judiciária em si e o da nomenclatura.*

*Quanto ao primeiro aspecto, o objetivo colimado, e atingido, foi tornar congruentes o quadro administrativo e o judiciário da Nação. Partindo de uma unidade comum, o distrito, com categoria simultâneamente administrativa e judiciária, o mosaico da divisão administrativa de cada Unidade Federada se compôs pela reunião de distritos em municípios, e êstes em Estados ou Territórios. Por sua vez o quadro judiciário se compôs pelo grupamento de distritos formando têrmos, êstes reunidos numa comarca e estas, finalmente, em Estado ou Território. Aumentando esta coincidência, os têrmos compreendem sempre um número inteiro de municípios ou melhor de grupos de distritos, devendo cada grupo compor exatamente um município, por não ser o município circunscrição judiciária. Ainda na esfera administrativa, atribui-se a categoria de cidade a tôda sede de município, e a de vila a tôda sede de distrito.*

*No que toca à nomenclatura, um primeiro passo foi dado no sentido da racionalização com o Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, eliminando as duplicatas nos nomes das cidades e das vilas dentro de cada Unidade Federada, bem como restringindo os nomes excessivamente longos a um máximo de quatro palavras.*

*Mais tarde, outro progresso seria feito para a racionalização da nomenclatura com o Decreto-lei n.º 3 599, de 6 de setembro de 1941, que determinou a revisão dos designativos das estações ferroviárias. Tomou-se como norma atribuir-se à estação o nome da localidade por ela servida.*

*Entretanto, a entrada em vigor dêste decreto foi preterida pela assinatura do Decreto-lei n.º 5 901, de 21 de outubro de 1943, que baixou a divisão judiciária e administrativa a vigorar no qüinqüênio 1944-1948.*

*Mais um grande avanço foi feito para a padronização dos topônimos das cidades e das vilas, desta vez eliminando as duplicatas em todo o território do país. Para êsse fim, foram observadas as seguintes normas:*

*I — Quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, esta prevalecerá para a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de precedência: capital, sede de comarca, sede de têrmo, sede de município, sede de distrito.*

*II — No caso de haver mais de uma localidade da mesma categoria com o mesmo nome, êste será mantido naquela que o possuir há mais tempo.*

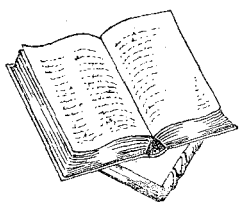
*III — Como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local.*

*IV — Não se consideram nomes novos, e portanto não estão sujeitos ao disposto no item precedente, os casos de restabelecimento de antigas designações ligadas às tradições locais, vedadas, porém, as composições de mais de três palavras.*

*Parágrafo único — Exceções a essas normas, no que toca ao direito de prioridade na nomenclatura, serão admitidas, se ocorrerem motivos imperiosos, mediante acôrdo entre os Governos das Unidades Federativas interessadas.*

*Anàlogamente ao que foi feito em 1.º de janeiro de 1939, no primeiro dia do ano de 1944 deveria ser solenemente inaugurado, em cada sede municipal, o novo quadro territorial do país. Mas, não tendo ficado concluídas as revisões relativas aos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, bem como a dos Territórios Federais recém-criados, o Govêrno da República deliberou que nestas Unidades da Federação a referida instalação solene seja realizada a 1.º de janeiro de 1945.*

ARTUR CARDOSO DE ABREU.
Chefe da Carteira da Divisão Territorial do
Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.



*Comentário*

# O Estudo Geográfico dos Limites Municipais

VITOR A. PELUSO JÚNIOR
Funcionário do Departamento Geográfico do Estado de Santa Catarina e engenheiro da Campanha de Coordenadas do Conselho Nacional de Geografia

É curioso notar-se que um estudo tão interessante como o dos limites municipais não tenha sido tratado como merece. Quem se ocupa das descrições das linhas perimétricas dos municípios, torna-se quase sempre enfadonho em longa enumeração de leis e decretos, esgotando a matéria na cronologia interminável dos atos do Poder Público que estabeleceram o contôrno da unidade administrativa focalizada. Entretanto o homem, o principal fator de ação governamental, e a terra, a que se aplicam as descrições, permanecem fora do estudo, quando é justamente na união dêsses elementos que se encontra o aspecto geográfico da questão.

Não é possível, em nosso país, indicar uma orientação geral que sirva indistintamente a todos os municípios. Múltiplas foram as formas de povoamento e extremamente diversas as relações que êstes tiveram com a terra. Contudo, podemos estabelecer que as linhas divisórias foram impostas por alguma razão capaz de ser encontrada.

É oportuno, nestas condições, chamar a atenção para um estudo que nos habilitaria a conhecer, com maior exatidão, a maneira de se desenvolver do povoamento no território brasileiro. É evidente que sendo o Brasil um país de colonização, todo município foi criado após movimento de população de um para outro ponto, sendo o limite municipal a linha que divide os diferentes núcleos que se originaram de semelhantes deslocamentos.

Qual o princípio orientador dêsse estudo? Evidentemente cada região possui características próprias, e sòmente nelas é possível encontrar a regra a seguir. Para ilustrar êste fato, é oportuno descrever ligeiramente os limites de um município que tivemos ocasião de estudar no Estado de Santa Catarina, no qual a população, dotada de grande fôrça de expansão, deu-nos a idéia de que as linhas divisórias municipais, por vêzes, são linhas de pressão entre povoamentos que seguem direções opostas. Freqüentemente, faltam em um dos lados os habitantes para equilibrar a pressão, mas a natureza física da linha, aliada aos gêneros de vida, mantém em seu território o povo que primeiro alcançou o limite; e quando isso não acontece, há o extravasamento, podendo ou não acarretar o recuo da linha, casos em que é possível verificar a razão e as conseqüências do que sucedeu. Podemos encontrar linhas que contiveram, por decênios, determinada população, mas foram débeis quando a ela chegou a corrente de sentido inverso. Examinemos êsses casos na mesma ordem em que a lei de 1939 descrevia os limites do município de Rio do Sul.

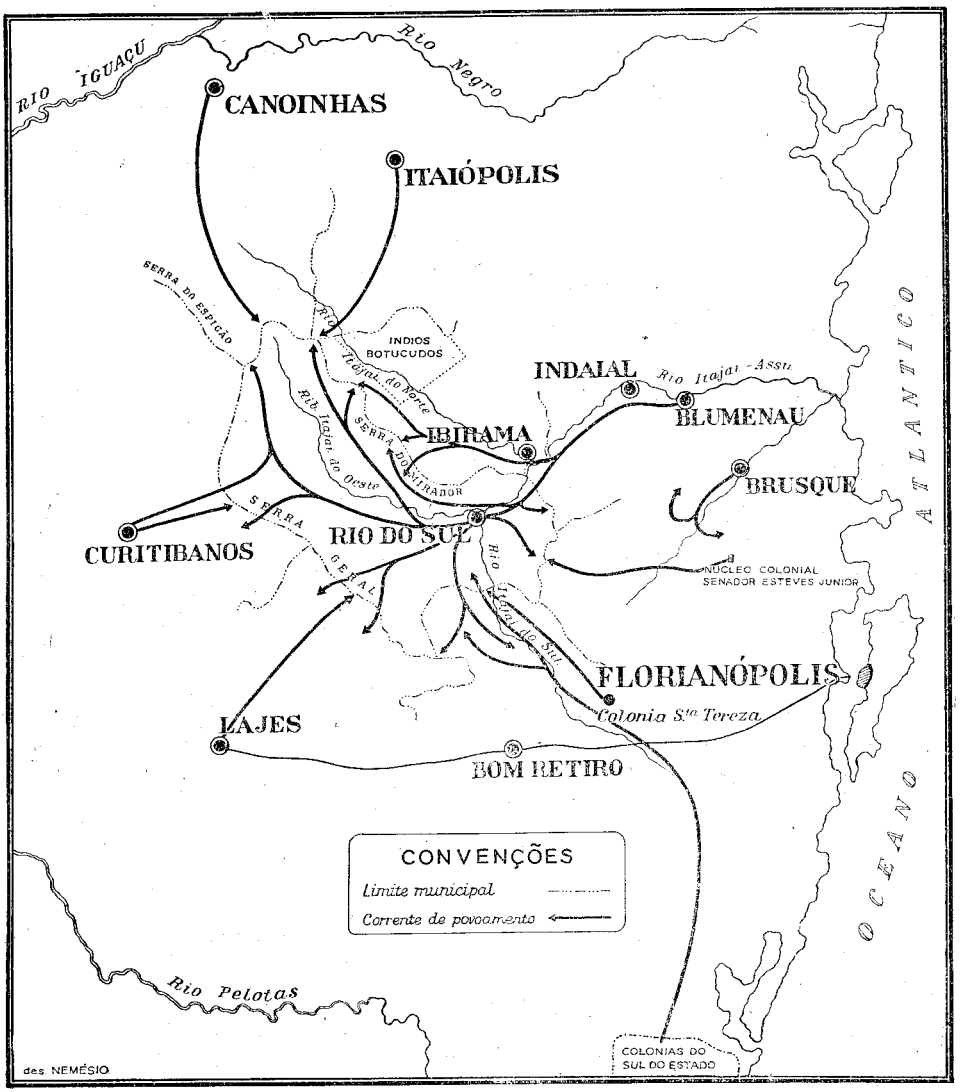
### Linha entre os municípios de Rio do Sul e Canoinhas

> "Começa na mais alta nascente do rio Canoinhas, segue pela serra do Espigão, até alcançar nas proximidades do rio Itajaí d'Oeste, a serra do Mirador; continua por esta até à mais alta nascente do rio São João".

O agrupamento mais antigo é o de Canoinhas, surgido no século XVIII com a estrada que ligou Sorocaba a Viamão, no Rio Grande do Sul. Estacionário por longos anos, encontrou seu fator de progresso no ciclo da erva-mate. A população do planalto permiano, que vivia na região onde o solo e o clima favo-

reciam a vida da *Ilex Paraguaiensis,* cresceu ràpidamente, espalhando-se pelas florestas, para se deter onde as águas do rio Itajaí, em seu trabalho de erosão, haviam baixado o nível do planalto, alterando as condições climáticas a torná-las inapropriadas à erva-mate, ainda que o solo, originado de terrenos igualmente permianos, fôsse semelhante ao do planalto de Canoinhas. O limite dos ervais foi o do povoamento, cuja linha se encontra na serra do Mirador. É notável esta constatação, porque no vale do rio Itajaí não havia habitantes para se oporem à corrente que se formasse do norte para o sul.

A população do município de Rio do Sul é constituída de descendentes de antigos imigrantes vicentistas e açorianos que nos séculos XVII e XVIII ocuparam o litoral catarinense, e que, desde a fundação da colônia Blumenau, iniciada em meados do século XIX com imigrantes germânicos, vinha subindo o rio Itajaí-Açu à medida que crescia e se expandia aquêle núcleo colonial, seguida de perto por elementos desta mesma colônia.



Na segunda década do século XX avolumou-se esta última corrente, pela sua união com as que se constituíram nas colônias de imigrantes europeus do sul do Estado. No período de 1920 a 1930 foram alcançados os limites que detiveram, anos atrás, os homens que varavam as florestas na exploração da erva-mate.

**Linha entre os municípios de Rio do Sul e de Itaiópolis**

"Começa na nascente do rio São João, segue por uma linha sêca à cabeceira do rio da Prata".

Procurando fugir à dificuldade oriunda do traçado de linhas na chapada do divisor das águas dos rios Itajaí d'Oeste e Itajaí do Norte, testemunha do antigo nível do altiplano permiano em que êsses rios cavaram seus cursos, a lei determinou uma linha sêca sôbre êsse resto de planalto, conhecido pelo nome de serra do Mirador.

Os povoamentos que se encontraram nessa linha têm a mesma idade e semelhantes características. Do lado de Rio do Sul, a população de origem nacional ia subindo os afluentes do rio Itajaí d'Oeste, vindo depois os descendentes de imigrantes europeus. Da parte de Itaiópolis, no vale do rio Itajaí do Norte, também se encontravam os mesmos elementos de origem açoriana e vicentista, desgarrados dos que se dirigiram para Rio do Sul quando os caminhos, na barra do Itajaí do Norte, os fizeram palmilhar rumos divergentes. Êstes eram seguidos por descendentes de imigrantes polacos e ucranianos que se expandiam da colônia Lucena. O confronto entre essa linha divisória e a de Canoinhas faz ressaltar a importância que na expansão das populações têm as tradições culturais dos diferentes grupos humanos. A população de origem paulista em Canoinhas, sem tradição agrícola, entregou-se à exploração florestal, parando onde terminou a erva-mate. Ao ciclo da erva sucedeu o da madeira, e é ainda na floresta que ela encontra ambiente para seu gênero de vida. Os imigrantes da colônia Lucena, fundada nas últimas décadas do século XIX no planalto permiano, entregaram-se também, no ciclo da erva-mate, à indústria extrativa. Terminada esta, voltaram à sua tradição de lavradores, lançando-se por onde encontravam terras apropriadas à agricultura. Enquanto a população de Canoinhas, na exploração da madeira, aglomerava-se perto do rio Iguaçu, por onde passa a estrada de ferro que conduz ao pôrto o produto do seu trabalho; a de Itaiópolis seguiu caminho inverso, vindo para o sul, para o vale do rio Itajaí do Norte.

Procuremos a causa dêste movimento.

No planalto permiano, o relêvo é esculpido pela rêde hidrográfica que tem por nível de base o Iguaçu, rio de planalto que não oferece aos seus afluentes o poder erosivo que tire ao altiplano a feição de país de colinas. O solo, resultado de decomposição dos terrenos sedimentares da idade permiana, não é dos melhores para a agricultura, não sucedendo o mesmo ao sul, onde idêntica formação geológica, trabalhada pelos rios cujo nível de base é o mar próximo, vai mais ràpidamente perdendo altitude, com melhores solos, freqüentemente beneficiados pela presença de calcáreos, e disputados pelos lavradores que foram encontrar, na serra do Mirador, os que subiam, em sentido oposto, os afluentes do Itajaí-Açu em Rio do Sul.

**Linha entre os municípios de Rio do Sul e de Ibirama**

"Começa na nascente do rio da Prata, segue pela serra do Mirador, até à nascente do ribeirão do Salto; desce por êste até à sua foz no rio Itajaí-Açu".

Ainda aqui encontramos uma linha que separa povoamentos semelhantes. A colônia Blumenau, expandindo-se pelo vale do rio Itajaí, subiu também o rio Itajaí do Norte, em cujo vale se localiza o município de Ibirama. Vemos, assim, a mesma população de origem portuguêsa encontrar-se na serra do Mirador, e quanto à que descende de imigrantes germânicos, Ibirama apresenta

características próprias. Rio do Sul, como se viu, não foi núcleo colonial, mas região a que acudiram os excessos de população de antigas colônias. Ibirama, pelo contrário, foi núcleo fundado na última década do século XIX, com o fim de receber imigrantes teutos. Aumentou com a introdução de novos elementos, no século XX, e além de seu crescimento vegetativo, abrigou numerosas famílias de Blumenau.

A pressão sôbre a linha divisória foi feita primeiramente pela população de Ibirama e alguns colonos se estabeleceram ao sul da divisa, no território de Rio do Sul.

Necessário se torna determo-nos sôbre os aspectos morfológicos de Ibirama, e compará-los com os de Rio do Sul, para ver em que concorreram para êsses fatos. Em ambos os municípios a natureza geológica é a mesma, desenvolvendo-se por terrenos sedimentares da idade permiana. No Rio do Sul, limitando o planalto em que se encontra o município e a cuja altitude foi reduzido por erosão normal, há as rochas consistentes do arqueano, notadamente o grannito. É descendo esta muralha que o rio Itajaí vem por corredeiras até à baixada do seu curso médio, em desnível de 300 metros aproximadamente. Já o rio Itajaí do Norte vem encontrar o Itajaí-Açu neste curso médio, tendo há muito vencido o entrave granítico. Ainda que em ambos os territórios a erosão em estrutura concordante tenha criado os mesmos tipos de vale, os de Ibirama são muito mais profundos, com zonas climáticas mais quentes que no Rio do Sul. Êsse fato teve decisiva influência quando, no século em curso, foi preciso determinar a área para localizar os selvagens Botucudos que o Serviço de Proteção aos Índios havia pacificado. Foi preferido, pelo seu clima, o médio Itajaí do Norte, sendo demarcada a região privativa dos selvícolas. Naquela época pareceu que havia distância bastante entre esta zona e o núcleo de Ibirama, mas em poucos anos os lavradores chegaram à linha dos selvagens, que não puderam passar, dada a proteção que a êstes dispensava o Govêrno Federal. Restou-lhes, assim, o recurso de contornar a área dos indígenas pela zona mais alta, e desta forma dentro em pouco foi alcançado o limite com o Rio do Sul, antes que a população dêste, desenvolvendo-se naturalmente, ali chegasse. Ao extravasar a população de Ibirama para Rio do Sul, não houve possibilidade de confusão nos limites, porque aquêle município havia sido criado dentro das linhas perimétricas da antiga colônia Hamônia, cujas terras pertenciam a emprêsa particular e estavam, portanto, demarcadas.

### Linha entre os municípios de Rio do Sul e Indaial

> "Começa na foz do ribeirão do Salto, no rio Itajaí-Açu, segue por êste até ao ponto mais alto da corredeira de Hansa, na serra do Mar; segue por esta até encontrar a serra de Itajaí".

Êste limite é dentro do território da mesma colônia Blumenau. Quando, em 1850, o Dr. Hermann Blumenau fundou a colônia que recebeu o seu nome, procurou colocar-se a montante de todo povoamento regular que se iniciara no vale do rio Itajaí-Açu. Lançados os alicerces do novo núcleo, êste evidentemente tinha como área de expansão a região a oeste. Cresceu o povoamento em amplo vale adulto, até chegar à barreira granítica que divide o planalto permiano da região arqueana abaixo, e que, não favorecendo o estabelecimento de lavradores, criou um hiato no povoamento linear que até aí se fizera. Sòmente passada a zona da descida das águas do planalto para a planície, quando os vales acolhedores novamente se mostram abertos no andar que constitui o município de Rio do Sul, foi que mais uma vez se continuou o mesmo tipo de povoamento. A grande distância e os obstáculos a vencer para chegar a Blumenau fizeram com que a população do alto Itajaí se aglomerasse em tôrno de sua sede, que ficou sendo a cidade de Rio do Sul. Esta ficou como centro administrativo e comercial, e a divisa entre essa região e a zona donde provinham

seus habitantes ficou, naturalmente, a barreira que criara o hiato entre o povoamento, e que, devido à sua natureza granítica, é chamada em livros e mapas por "serra do Mar", mas que na região é simplesmente a "subida", têrmo adequado por mostrar de que maneira êste acidente geográfico foi encarado pelo homem tolhido em sua marcha.

O município de Indaial, igualmente desmembrado do de Blumenau, fêz parte integrante do núcleo colonial de imigrantes europeus. As particularidades de seu povoamento não interessam ao estudo que focalizamos, sendo de notar que seu limite com Rio do Sul se caracteriza por ser o que naturalmente decorreu da expansão dos habitantes da velha colônia.

**Linha entre os municípios de Rio do Sul e Brusque**

> "Começa no ponto em que a serra de Itajaí encontra a serra do Mar e segue por esta última até a mais alta cabeceira do ribeirão Batalha".

A serra do Mar aqui citada é o divisor das águas dos rios Itajaí-Mirim e Itajaí do Sul. A caracterização nesses têrmos mostra que se trata de limite entre populações que percorrem os vales dos rios. Realmente são ainda os lavradores de origem teuta, que seguem os descendentes dos primitivos povoadores lusos, que encontramos do lado de Rio do Sul, fazendo pressão sôbre a linha perimétrica. No vale do Itajaí-Mirim, onde se localiza o município de Brusque, o povoamento não se apresenta com igual simplicidade. Ainda no século XIX foi fundada a colônia Brusque, na qual foram localizados imigrantes alemães. A expansão dêste núcleo se exerceu pelo vale do Itajaí-Mirim, mas encontrando, pouco acima, o vale jovem em terrenos algonquianos, com dificuldades de comunicação entre êle e a sede, e sem a compensação de amplos vales como na região permiana de Rio do Sul, a população refluiu para leste e para norte. Mais tarde, no século atual, o Govêrno Federal fundou o núcleo colonial Senador Estêves Júnior, no município de Nova Trento. Além de imigrantes, numerosos descendentes de fundadores de outras colônias para lá se dirigiram, e através do vale do rio Tijucas alcançaram o alto Itajaí-Mirim, vindo defrontar-se, na linha divisória, com a população que subira de Rio do Sul.

**Linha entre os municípios de Rio do Sul e Bom Retiro**

> "Começa na mais alta cabeceira do rio Batalha; desce por êste até à sua foz, no rio Itajaí do Sul; sobe por êste até à barra do rio Dona Luzia; por êste acima até à sua cabeceira. Daí segue por uma linha sêca até à nascente do rio Carrapatos, na serra Geral".

A longa descrição desta linha mostra que não há, entre êsses municípios, divisas naturais. O vale do Itajaí do Sul é cortado artificialmente, dividido entre duas unidades administrativas.

Procuremos a história dêste limite.

A população de origem nacional havia chegado sòmente à foz do Itajaí-Açu, quando as autoridades de Destêrro (Florianópolis) se preocupavam com o estabelecimento de comunicações entre a ilha de Santa Catarina e a vila de Lajes, então pertencente à Capitania de São Paulo. Aberto, no século XVIII, êste caminho, que cortava, antes da subida do planalto, o Itajaí do Sul no início de seu curso médio, tentava o Govêrno os meios de povoar a famosa "estrada". O picadão mal aberto, a subir encostas íngremes, marginar abismos vertiginosos e vencer atoleiros, era olhado como a via estratégica por onde desceriam tropas em auxílio da guarnição militar da ilha se atacada pelos espanhóis. No século XIX, não era êste o motivo que ainda mantinha a atenção do Govêrno para o povoamento da estrada, mas a necessidade de defen-

der, contra a fúria do índio Botucudo, a única ligação entre a capital da Província e sua vila de Lajes, então encorporada a Santa Catarina. Aproximadamente na mesma época em que foram lançados os fundamentos da colônia Blumenau, estabelecia-se, no ponto em que o caminho de Lajes cortava o Itajaí do Sul, a colônia Santa Teresa, núcleo de soldados-agricultores, sempre prontos a largar da enxada para empunhar a espingarda e correr em defesa dos viajantes em perigo. Quando, no século XX, chegou a Rio do Sul a corrente que se largara de Blumenau, havia muito que fôra estabelecida uma linha que cortava o Itajaí do Sul, e em cuja fixação se olhara tão sòmente a expansão da única população existente nesse vale, e que se originara da Colônia Militar.

A tradição foi mantida, mas o povoamento se alterou profundamente. Agricultores originários de Blumenau subiram o Itajaí do Sul, e oriundas das colônias de imigrantes teutos que no século XIX foram formadas às margens da estrada de Lajes, na zona mais próxima do litoral, numerosas famílias de colonos alcançaram o mesmo vale e o desceram. O contacto não se deu em uma linha precisa, mas em vasta zona em que as duas populações se interpenetraram. Contudo, surgiu um fator que teria permitido discriminar os interêsses econômicos em duas zonas distintas. O caminho de Lajes havia evoluído, chegando a ser a estrada de rodagem transitada por carros. Uma estrada ligava também Rio do Sul a esta rodovia, subindo o Itajaí do Sul. Quando próximos à estrada de Florianópolis-Lajes, os agricultores sofreram influência da capital do Estado, a cujas feiras semanais concorriam, enquanto que os mais chegados a Rio do Sul foram para aqui atraídos. Evidentemente houve, a meio vale, a formação do limite entre essas influências. Tendo o comércio evoluído, constata-se atualmente, com a mesma intensidade, atrações que exercem a estrada de Lajes e a cidade de Rio do Sul sôbre esta população, e malgrado a tradição manter a linha primitiva, a realidade econômica a desloca para muitos quilômetros acima.

### Linha entre os municípios de Rio do Sul e Lajes

> "Começa na nascente do rio Carrapatos, na serra Geral; segue por esta até à mais alta nascente do rio Passo Fundo".

O limite é a borda do planalto, a velha divisa entre as capitanias de São Paulo e a d'El Rei. Os múltiplos fatôres que a indicaram são dignos de nota, pois que a escarpa do planalto barrou o passo aos bandeirantes ousados que não respeitavam barreira aos seus desejos, e que desprezaram as sugestões das suas autoridades, que lhes aconselhavam o domínio do vale do Itajaí.

Sòmente o litoral catarinense estava povoado quando se desgarrou de São Paulo, no século XVIII, a bandeira de Correia Pinto, com o objetivo de povoar os campos de Lajes, situados na capitania de Rio Grande do Sul, e cujas qualidades favoráveis à pecuária eram apreciadas pelos tropeiros que de Sorocaba iam a Viamão. Vastos campos nativos se estendem no planalto de *trapp*, onde fatôres edáficos não favorecem a decomposição do basalto e do diabásio, campos êstes que ocupam também a área sedimentar em que domina o arenito de Botucatu. As florestas de pinhais limitam-se aos vales dos rios, e às regiões onde se vêem outras formações sedimentares da idade triássica que não o arenito desértico.

A população, entregue ao gênero de vida pastoril, fêz recuar, para o sul, o limite de São Paulo, parando quando encontrou a barreira florestal do vale de Pelotas. Foi atendendo aos protestos do govêrno da capitania do Rio Grande que as autoridades apontaram aos povoadores o vale do Itajaí, sugestão pobre de efeitos porque o bandeirante, querendo estabelecer-se com fazendas, não passava além de onde iam seus rebanhos.

A floresta era hostil aos criadores e êstes se limitaram a chegar ao limite natural da região que ocupavam, a borda do planalto, a serra Geral. As relações entre esta escarpa e o núcleo de Rio do Sul, quando no século XX o homem do litoral a alcançou, foram totalmente diversas. Mostremo-las, porém, ao tratar de Curitibanos, cujas características, em parte, são as mesmas de Lajes.

**Linha entre os municípios de Rio do Sul e Curitibanos**

"Começa na mais alta, nascente do rio Passo Fundo, na serra Geral, continua por esta até alcançar a mais alta nascente do rio Canoinhas".

Em tôda a extensão, os taludes constituem a borda do planalto. Há a observar, contudo, que não é o campo que domina no vértice desta linha, mas a floresta. O mesmo sucede em grande parte no limite com Lajes. A região onde o velho caminho Destêrro-Lajes sobe o planalto é, desde o início do altiplano, coberto pela relva dos campos. A extensão, porém, é pequena, se a compararmos com o restante do extremo do planalto coberto pelos pinheirais até encontrar o limite de Canoinhas. Explica-se êste fato por aí se encontrar a série sedimentar triássica favorável à vegetação arbórea, e quanto ao *trapp* na borda do planalto, é êle intensamente erodido, com solo propício ao aparecimento da floresta. Há a notar que a selva não é contínua, e que apresenta, de quando em vez, clareiras em que domina a grama, formando associação de mato e campo conhecida pelo nome de faxinal. A intensidade do frio, decorrente da altitude, destaca a importância do fator climático no povoamento. No inverno o campo seca, e o gado procura os faxinais, encontrando brotos tenros de árvores que o mantêm em boas condições físicas. Houve, assim, peculiaridades do revestimento florestal que trouxeram os rebanhos até à borda do planalto. Na segunda década do século XX os habitantes de Rio do Sul começaram a alcançar o vale do Itajaí d'Oeste, quando desceu do planalto apreciável contingente de sua população que fugia aos horrores da luta chamada "Campanha do Contestado". Houvesse dominado na época a orientação moderna de assistência àquela gente que abandonara seus lares e todos seus haveres, a serra Geral teria perdido seu caráter de divisa entre povoamentos, vencida pelo grupo do planalto. Entretanto não foi considerada a existência dos sertanejos. As terras públicas, sôbre as quais êstes se refugiaram, foram vendidas a particulares que os enxotaram, vendendo-as aos descendentes de imigrantes que possuiam meio de adquiri-las. Reiniciou-se a marcha, com o caboclo à frente estabelecendo ranchos provisórios, e o colono atrás fundando propriedades agrícolas extremamente valorizadas.

Não ficou aí a história dessa divisa. Se o bandeirante não desceu a serra Geral, o colono, pelo contrário, a galgou. Êste é um fenômeno de nossos dias. Representa a decadência de uma população e avanço firme e consciente de outra.

As fazendas de gado fundadas pelos bandeirantes se reduzem cada geração devido às partilhas entre os herdeiros. Quem fica reduzido a proprietário de área de duas ou três centenas de hectares não se pode manter no gênero de vida pastoril, e quando isto se dá perto da borda do planalto, é fácil encontrar comprador entre os colonos. A terra não é bastante extensa para manter uma família de criador, mas é suficientemente vasta para fazer progredir cinco ou seis de agricultores que saibam associar à lavoura a criação de pequenos animais, como os suínos.

Outra conseqüência teve a subdivisão da fazenda pastoril. Em seus primórdios, o latifúndio abrigava numerosos escravos, tornados depois trabalhadores rurais. Com a decadência da fazenda, onde sòmente o senhor e poucos assalariados vivem, os descendentes dêstes operários se viram forçados a procurar a floresta para as suas lavouras, dirigindo-se, grande parte, na direção da serra Geral. Formou-se aí, assim, uma região de interpenetração, em que se notam populações que associam a lavoura e a criação em proporções ditadas pelo valor agrícola que possui a terra sôbre a qual se estabeleceram.

A linha de limites entre Rio do Sul e os municípios de Lajes e Curitibanos apresenta notável contraste com as demais. O contacto entre os diferentes grupos mostrou sempre populações com igual capacidade de expansão por se entregarem, em forma idêntica, ao mesmo gênero de vida. Mas na linha do planalto é um povo que vive em regime econômico-social em desagregação, e que se defronta com outro que se adapta com facilidade às exigências do planalto,

porque jamais deixou, mesmo no litoral, de associar a lavoura à pequena criação. O planalto tornou-se, assim, a zona de expansão do excesso de população dos núcleos de imigrantes europeus fundados no litoral catarinense no século XIX. A escarpa da serra Geral, capaz de deter o bandeirante do século XVIII, foi vencida pelo agricultor do século XX.

*Conclusão* — O rápido esbôço que fizemos mostrou que cada linha divisória, no mesmo município, se apresenta com particularidades próprias, exigindo que seja observada objetivamente.

Será possível tratar de forma semelhante os demais municípios brasileiros? É de desejar que sim, pois então poderemos conhecer as interessantíssimas particularidades dos deslocamentos das populações rurais do Brasil, em monografias em que os detalhes e a documentação enriqueçam um gênero de estudo dos mais úteis à geografia brasileira.

**Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.**

*Transcrições*

# Mapa Florestal do Brasil *

GONZAGA DE CAMPOS

— III —

## CAATINGAS

A côr alaranjada representa *caatingas*. É um tipo de vegetação especial do nordeste do Brasil, e que melhor se caracteriza na parte setentrional da bacia do rio São Francisco que fica para norte do paralelo de 10°. Nessa área extensa têm as precipitações atmosféricas o seu mínimo em quantidade, e o máximo em irregularidade. É justamente dessa irregularidade que dimana a vegetação especial.

Martius, que estudou essa vegetação, define a *caatinga* como "uma floresta de árvores mais baixas, com o chão menos juncado de arbustos, e que durante a sêca perde as fôlhas de quase todos os indivíduos. Algumas árvores, entretanto, conservam os frutos que amadurecem durante a sêca. Ainda assim, sustentam as árvores muitas parasitas epífitas. Fica esta vegetação em tal modo dependente da umidade que, enquanto não chove, as árvores não criam fôlhas. Algumas têm uma organização especial para poder resistir às grandes sêcas".

O Sr. E Warming também caracteriza as caatingas pela queda das fôlhas, "de que a mor parte das árvores se despem como proteção contra as sêcas prolongadas".

Parece que a vegetação das caatingas participa dos dois tipos que ocupam os extremos da série que vimos enumerando.

Nas *florestas tropicais,* em um solo mais ou menos encharcado, com a atmosfera saturada de umidade, as raízes são pouco desenvolvidas, formam uma verdadeira rêde à superfície; os troncos são direitos e muito alongados a buscar a luz por cima do recinto sombrio; as fôlhas têm larga superfície e mui pequena espessura. É a adaptação à umidade, substituindo a luta pela luz.

Nos campos-cerrados, em solo e atmosfera secos, as adaptações são outras: as raízes penetram fundo, tomam grande desenvolvimento em volume, formando tubérculos, para acumulação da umidade, a vida como que se torna subterrânea; o aparelho vegetativo aéreo procura resistir à transpiração excessiva, já diminuindo as superfícies exteriores e os espaços inter-celulares, já por desenvolvimento exagerado do esclerenquima, adquirindo fôlhas coriáceas, ou então cobrindo-se de pêlos ou feltros. Outra orientação da defesa contra as sêcas, quando mais exagerada, consiste na transformação do parenquima em um tecido ávido d'água. Como resultado, nos cerrados se desenvolvem as plantas sêcas de tecidos coriáceos; e, durante prazos mais ou menos curtos, dá-se a queda das fôlhas.

As caatingas participam das duas séries de adaptações; têm que viver uma parte do ano em clima úmido, outra parte, em geral a mais longa, em clima sêco. As árvores não têm os caules e galhos tão tortuosos nem cascas acortiçadas como nos cerrados; são antes mais direitas e de casca lisa, como nas

---

* N.R. — A parte em que Gonzaga de Campos estuda "As Convenções" e "As Matas" foi publicada no *Boletim* n.° 9, ano I, correspondente ao mês de dezembro de 1943. O estudo dos "Campos" foi divulgado no exemplar referente ao mês de julho passado, ano II, n.° 16. A bibliografia que acompanha o trabalho aparecerá, oportunamente, na secção "Contribuição Bibliográfica Especializada" do *Boletim*.

matas. Para diminuir a transpiração as fôlhas reduzem a sua superfície, subdividem-se, tornam-se folíolos minúsculos, e tomam o recurso extremo de cair, que é a característica mais generalizada de tôda a vegetação. Nessas circunstâncias há um excesso de luz, a que as plantas procuram fugir, desenvolvendo ramos desde perto do chão o que lhes dá a tôdas a aparência de arbustos, com galhos entrelaçados; e, quando muito juntas, o entrelaçamento das varas torna a caatinga quase impenetrável. O outro modo de defesa contra as sêcas, a formação das plantas gordas, é muitíssimo freqüente nas caatingas, bem como a das espinhentas.

Assim a caatinga é mata verde durante a estação das chuvas.

Na sêca é um tramado de troncos e de varas entrelaçados, alguns cheios de espinhos, sôbre o qual se levantam algumas copas de árvores mais altas, e os feixes das colunas dos cactos (*cardeiros*). No chão é tudo murcho e sêco; apenas vingam algumas bromeliáceas (*macambiras*). Dentre as raras árvores que conservam as fôlhas, sobressai o *juàzeiro* (Zizyphus joaseiro, Mart.) e as *imburanas,* com as suas copas densas e bem enfolhadas, mas que também se despem nas sêcas rigorosas. Mas, com as primeiras chuvas, a folhagem desabrocha e em um, dois ou três dias tudo reverdece; as sementes enterradas no chão germinam; e, de companhia com os brotos adormecidos das raízes e caules subterrâneos, levantam-se como por encanto as plantinhas formando um tapête contínuo e verde.

O Dr. Alberto Loefgren, que prossegue nos estudos da vegetação do nordeste brasileiro, e com a sua alta competência em breve nos dará a definição daquelas floras particularíssimas, faz a seguinte enumeração dos principais elementos da flora típica permanente das caatingas do Ceará.

Entre as Mimosáceas: duas *juremas, espinheiro, unha de gato, sabiá;* Caesalpináceas: *caatingueiro, jucá;, canafistula* e *mororós;* das Burseráceas, a *imburana;* das Apocináceas; o *pereiro;* das Eritroxiláceas, o *rompe-gibão;* das Bignoniáceas o *pau d'arco;* das Ramnáceas o *juàzeiro;* das Rosáceas a *oiticica;* das numerosas Euforbiáceas os *marmeleiros;* das Cactáceas o *xiquexique,* o *mandacaru,* o *cardeiro,* a *palminha* e a *coroa de frade;* das Bromeliáceas, duas *macambiras;* das Portulacáceas, a *beldroega pequena,* muito comum.

Passando em revista as espécies que colheu, Loefgren encontra predominantes as Leguminosas, as Gramíneas e as Euforbiáceas. As Compostas, que nos campos e nos cerrados representavam um papel tão conspícuo, têm as sementes varridas pelo vento e mais dificilmente conseguem fixar-se ao solo. Quanto às Gramíneas, representam papel muito saliente no meio da vegetação baixa das caatingas. Durante as chuvas desenvolvem-se largamente, principalmente o *panacho* e o *capim mimoso,* constituindo excelentes pastagens com exclusivismo dos outros vegetais herbáceos, por espaço de muitas léguas.

Dos seus estudos conclui que a flora das caatingas não passa da mesma flora das matas das encostas das serras, modificada e transformada. A vegetação vigorosa das serras foi pouco a pouco transferida para os terrenos de formação mais recente que hoje cobrem as extensas planícies mais deprimidas, ou *sextões* do Ceará. Submetida às duras provações das atuais condições climatéricas teve de sofrer adaptações sucessivas nos seus diferentes tipos; muito dêsses tiveram de sucumbir na luta, restando um número bem restrito das espécies mais resistentes que agora constituem essa associação especial, conservando ainda entretanto os caracteres que deixam reconhecer a primitiva formação driádica.

Larga distribuição tem esta formação vegetativa pela área do Brasil. Principalmente na parte do nordeste, toma ela grande vulto entre os 3 e os 15° de latitude sul e desce mesmo em cintas e manchas de menor área dentro do Estado de Minas até cêrca do paralelo de 18°. Mais para oeste ocorre ainda, bem que com caracteres um tanto diferenciados, na parte alta das bacias e dos afluentes meridionais do Amazonas, desde o Tocantins até o Tapajós, ou até cêrca do meridiano de 15° a oeste do Rio de Janeiro.

Pela própria natureza da vegetação, modificada por elementos climáticos muito variáveis na sua intensidade e duração, é de prever grande variedade nos agrupamentos locais de cada zona. Infelizmente não temos elementos positivos, como o que acabamos de resumir para o Ceará, a fim caracterizar êsses diversos tipos da mesma interessante formação.

Na Bahia, pelas referências de viagem de Martius, e pelas mais recentes de Ule, podemos notar desde logo uma certa distinção, nas curtas listas que ainda mais resumiremos.

Parecem também predominantes as Leguminosas. Entre as Cesalpináceas, cita Martius: *Coesalpinia glandulosa, C. microphylla* (*pau de rato*); *C. porcina* (*catinga de porco*); *C. acinaciformis,* (*carrancuda*); *C. ferrea* (*pau ferro, jucá*); das Papilionáceas *Erythrina mulungu* (*mulungu*); numerosas Euforbiáceas; Ule cita diversas espécies de *Manihot,* entre elas uma que dá borracha; diversas espécies de *Jatropha* (*mandioca brava*), cujas fôlhas são munidas de pêlos urentes; uma Euphorbia cactiforme — *Euphorbia phosphorica.* Mart. (*cunanã*); sem fôlhas, com caule e ramos angulosos e articulados, formando densas moitas, uma *Jatropha arborea;* a *J. phyllacanta.* Mull. Arg., que às vêzes forma com arbustos de *croton* grandes manchas da vegetação exclusiva.

Martius cita como características as Bombáceas (*paineiras, barrigudas*), *Chorisia ventricosa, Pourretia tuberculata;* entre as Anarcadiáceas: *imbu* (*Spondias tuberculata*), árvores baixas, de copa arredondada até o chão, dando frutos ácidos e saborosos, e tendo nas raízes tubérculos que fornecem água para mitigar a sêde nas grandes sêcas; das Burseráceas a *imburana* (*Bursera leptopholeos.* Mart.); das Ramnáceas o *juàzeiro* (*Zizyphus joaseiro,* Mart.); árvore mais alta e copada, que dá sombra mesmo durante a sêca; entre as Caparidáceas o *icó* (*Capparis Icó.* Mart.); de Anonáceas (*Anona obtusifolia.* Mart).; muitas cactáceas; espécies colunares de *cereus* — *C. tetragonum, C. hexagonum, C. heptagonum, C. serpentinus, C. candelabrus, Opuntia tomentosus, O. brasiliensis.* Mart.

Ule diz: "O chão apresenta-se coberto por muitas ervas, entre elas muitas Bromeliáceas em grandes touceiras: *Hohenbergia catingae. Ule, Bromelia sp. Gravisia exudans,* Mez e *Neoglaziovia variegata.* Mez. Desta e de outras aproveitam-se as fibras para cordas e tecidos. Talvez possam, ser cultivadas como plantas têxteis."

Ule encontra também na caatinga a *maniçoba de Jequié* (*Manihot dichotoma.* Ule).

Ule diz que a caatinga na Bahia não se eleva a mais de 800 metros. Em altitude maior passa aos *carrascos.* "Muitos dos elementos das caatingas aparecem nos carrascos, embora êstes estejam constituidos por plantas sempre verdes, formando densas moitas emaranhadas, e pareçam formar um meio têrmo de transição para os campos cerrados".

Há pois uma diferença notável entre esta e a vegetação correspondente no Ceará. Enquanto aqui a caatinga passa ao campo-cerrado, no Ceará, onde não existe êste último tipo de vegetação, a transição se faz para a mata, e de modo tão gradual, que é mais um documento para a afirmação de Loefgren de que a caatinga provém da mata.

Caminhando para o sul, no território sul-baiano e norte-mineiro, ainda se nota um fato semelhante. A passagem das matas da encosta atlântica para as caatigas faz-se de um modo gradual com um tipo intermediário a que denominam especialmente *matas acaatingadas.* Isto acontece na parte alta dos vales dos rios que vão diretamente ao Atlântico, como o rio de Contas, o Pardo, o Jequitinhonha.

São matas mais ralas e de pouca altura, nas quais quase todos os indivíduos se despem das fôlhas durante a sêca. Também no vale do rio das Velhas, a norte do paralelo de Curvelo aparece êste àltimo tipo, passando a verdadeiras caatingas, de preferência sôbre os solos de calcáreo.

O caráter florístico da caatinga é acentuado pela predominância constante das Leguminosas: vêm depois as Burseráceas, Apocináceas, Anacardiáceas, etc. Mas aqui, com o maior desenvolvimento das árvores, aparece uma circunstância de valor econômico: abundância relativa de madeiras de lei, e algumas como as *aroeiras,* os *ipês,* os *jacarandás do sertão* têm as qualidades de resistência e durabilidade muito mais refinadas do que os tipos correspondentes na floresta. Assim encontram-se numerosas madeiras de construção e marcenaria.

Entre as Papilionáceas: *Machaerium* (*jacarandá tã, etc.*), *Andira* (*angelim*), *Bowdichia* (*Sucupira*); das Caesalpináceas: *Caesalpinia* (*pau ferro* ou *jucá*), *Hymenaeas*, (*jatobás, jutaís*); das Mimosáceas: *Piptadenia* (*angico, jacaré*), *Pithecolobium* (*sobreiro*), *Plathymenia* (*vinháticos*), *Enterolobium Ximbó* (*monjolo*); entre as Burseráceas, vários tipos de *imburana* (*Bursera*); das Apocináceas: *Aspidosperma* (*pereiro*); das Anacardiáceas: *Astronium* (*gonçalo alves*), *Schinus* (*aroeira do sertão*); das Bignoniáceas: *Tecomas* (*ipês*); das Rutáceas: *Xanthoxylum* (*catinga de porco*); e muitas outras.

Mais para oeste, o tipo da vegetação se modifica; e, em meio de uma tecnologia mal definida, aparecem nas descrições mais ou menos predominantes os caracteres das matas sêcas e raquíticas das caatingas. Muitas vêzes são agremiações quase exclusivas de uma taquara miúda misturada com plantas espinhentas.

Na zona percorrida pela Comissão das Linhas Telegráficas de Mato Grosso, por entre as afluentes que formam o Juruena aparece um tipo de vegetação assimilável à caatinga. É o *charravascal*, que o coronel Rondon assim descreve: "um espêsso trançado de varas finas, taquarinha e gravatá, mais fechado que as caatingas, de que difere também pela vegetação; semelhante aos *espinhais da Argentina* e aos *caparrais* do Texas". Mais para oeste, no chapadão dos Parecis, ainda aparece essa vegetação limitando plagas de campos com a mata intérmina que se prolonga até o sulco do Madeira.

Bem na extrema do Brasil com a Bolívia, informa-nos o distinto botânico Dr. Júlio César Diogo que a chapada da serra do Ricardo Franco é tôda coberta dessa vegetação de taquarinha. Enquanto as encostas são revestidas de mata exuberante, o alto do maciço é formado daquela vegetação impenetrável num solo pedregoso e quase sem terra vegetal. Êste tipo de vegetação parece antes representar já uma influência das regiões ocidentais, onde êle se desenvolve em grande extensão pelas encostas orientais dos Andes.

*Carrascos.* — É outro tipo de vegetação bastante comum em Minas-norte e na Bahia. Nas chapadas que se estendem pelos divisores entre as águas maiores, e em alguns dos planaltos menos elevados dos maciços da serra do Espinhaço, desenvolve-se largamente esta formação. É uma coberta de arbustos e arvoredos de ramos tortuosos, ensarilhados e tramados, alguns espinhentos e enredados de cipós que também o são; às vêzes é tão densa que se torna quase impenetrável. A altura varia de um a um e meio metros; atingindo raramente dois; de sorte que o recurso para atravessá-la é a cavalo e vestido de couro.

As árvores mais altas são muito raras.

Martius descreve esta vegetação na chapada estreita e longa que divide o rio Araçuaí do Jequitinhonha, desde Rio Manso até Minas Novas "Árvores baixas de galhos retorcidos e fôlhas largas levantam-se em meio de uma densa coberta de vegetação arbustiva de composição bastante variada. Aqui e ali é essa coberta arbustiva interrompida por manchas de campo limpo sêco, ou de rocha inteiramente descoberta. Êsse conjunto chamam ali *cerrado;* quando mais baixo e sem árvores, denominam *carrasco*. Nem tôdas as plantas dessa formação perdem as fôlhas na sêca". — E cita, como mais salientes: os gêneros *Sida, Ochna, Mimosa, Acácia, Qualea, Coccoloba, Kielmeyera, Laurus, Nycterosition, Arrazoa, Barnadésia, Albertina, Anona, Banisteria, Malpighia, Aspidosperma;* e *as palmeiras* acaules: *Artrocaryum campestre, Diplothemium campestre e Cocos flexuosa*.

Vê-se que, além das Leguminosas aparecem aqui as Voquisiáceas, as Gutíferas, tão características dos campos cerrados. É que, realmente, ali há manchas de cerrados no meio dos carrascos extensos, que também chamam de *tabuleiros* aludindo à feição do terreno.

Mais para oeste, depois das cristas de quartzito que fazem a divisória entre o Jequitinhonha e o São Francisco, nas serras de Itacambira e de Congonhas, nas assentadas e encostas pedregosas que vertem para o Jequitaí e para o rio Verde Grande, os carrascos são mais típicos. Infelizmente não podemos citar nenhuma autoridade; mas recorda-nos de que a vegetação é mais baixa, abundante em Leguminosas, Mirtáceas muito rijas e contorcidas, Euforbiáceas, Liliáceas (Smylaceas) trepadeiras e espinhentas, e o chão com grandes moitas de *xique-xique* e algumas *cabeça de frade*.

Descendo mais para oeste, êsses carrascos passam às caatingas dos vales do Jequitaí e do rio Verde Grande.

Assim parece que a vegetação dos carrascos deve antes ser relacionada com a das caatingas do que com a dos campos-cerrados, cuja constituição é sempre muito bem caracterizada.

★

## Vegetação costeira

O pontuado prêto sôbre fundo branco representa a *vegetação costeira,* isto é, o complexo de praias de areia e dunas, e da região baixa mais ou menos embrejada que se estende terra a dentro por detrás das praias, coberta de uma vegetação especial.

A denominação de *restinga* que estritamente significa uma língua ou península de areia ao longo da costa, quer submersa quer descoberta, tem sido por extensão aplicada à vegetação costeira especial, como também se aplica no interior a qualquer fita estreita de mato.

Em São Paulo dão a êsse tipo de mato o nome de *jundu;* e Loefgren propõe a adoção generalizada dêsse têrmo.

Apesar da grande extensão, ao longo de quase tôda a costa do Brasil, a largura relativamente pequena faz com que a área total desta formação não seja muito considerável.

Além disso é ela muito diversificada. Nas reentrâncias e fundos das baías, e principalmente nos estuários, onde há relativa tranqüilidade, e apenas domina a oscilação da maré, crescem as florestas dos *mangues,* a que já nos referimos, e que até o paralelo de 27° sul são freqüentes pela costa do Brasil. As correntes lodosas represadas pela maré, e sob a ação precipitante da água salgada, deixam depositar o sedimento finíssimo e carregado de matéria orgânica (*tijuco*), *habitat* exclusivo dos manguezais, que por sua vez ajudam a formação dos sedimentos nos pontos remansados dos estuários e das enseadas.

Ao longo da costa aberta, nas praias rasas, de insignificante declive, a ação conjunta da maré, das vagas, e dos ventos formam cordões litorais, ou dunas, segundo a grossura do material e a energia das correntes aéreas. Êstes cordões de areia ao longo da praia, que às vêzes se repetem em séries paralelas, criam, terra a dentro, lagunas e longos canais de água quase estagnada, onde a sedimentação pelas águas afluentes se opera muito rápida.

Nas praias de maior declividade, a onda inferior de retôrno arrasta o material da costa e o deposita formando longas restingas, que depois chegam à superfície, e representam o mesmo papel dos cordões litorais cercando ou protegendo depressões alongadas de fácil aterramento. E' nessas depressões, ainda mais ou menos embrejadas, e nas línguas de terra interpostas que efetivamente se desenvolve o tipo de vegetação especial a que nos referimos. E, como a tendência geral dêsses fenômenos costeiros é para a conquista da área do Oceano, a faixa da vegetação terá com o passar dos tempos um aumento gradual na sua largura. Hoje essa largura não excede geralmente de 10 a 20 quilômetros; em alguns trechos como na costa do Maranhão, na do Espírito Santo, perto da foz do rio Doce, na do Rio de Janeiro, cêrca da foz do Paraíba, e ao longo da costa do Rio Grande do Sul, pode chegar de 40 até 60 quilômetros.

Pelas próprias condições da formação do solo, vê-se que a vegetação tem de ser bastante variada. De fora para dentro encontram-se a faixa de areia, as depressões com água, as zonas brejosas, e aquelas em que o aterramento já se completou conservando ainda forte umidade, e finalmente a região de transição, na costa leste para as matas vigorosas da encosta atlântica e na costa de nordeste, ora para êsse mesmo tipo, ora para as caatingas do interior. É, pois, de prever que os elementos destas formações venham se imiscuir, influenciando muito na vegetação costeira.

Entretanto, aparece aqui um fato interessantíssimo, e até certo ponto, surpreendente: é que o tipo da vegetação costeira, quase ao nível do mar assemelha-se muito ao da vegetação dos cerrados dos planaltos interiores mais elevados, e, quando mais vizinhos às praias, ao dos campos alpinos que ocupam a altitude máxima nas montanhas.

Martius, observando a ocorrência de espécies comuns ao litoral e a regiões muito afastadas no interior do país, cujo solo arenoso provém da decomposição dos quartzitos, do grês, ou mesmo do granito, faz sôbre o fato as seguintes conjecturas:

"Êles são vegetais psamófilos criados nas formações sedimentárias; ou membros de alguma primordial região de dríades, que dessa estação florestal transmigraram para as regiões menos abrigadas ou mais descobertas do litoral, onde tomaram novas formas e variaram do tipo primitivo. Parece provável que certas espécies criadas em terreno granítico, centro primitivo e antiquíssimo das formações vegetais do Brasil, daí se passaram para sítios de origem psamítica; superpostos àqueles, e talvez imediatos em formação geológica; então perderam na proporção das partes, no porte, no tempo de vegetação, modificando-se assim para se harmonizarem com as condições físicas em que vivem". Warming diz:

"A vegetação das *restingas* é uma vegetação de cerrado que se desenvolve nas areias do litoral, e cujas árvores muito se assemelham às dos cerrados verdadeiros, com o cunho xerófilo, mas que no mais tem uma vegetação baixa completamente diferente".

O conselheiro Francisco Freire Alemão, no seu Relatório ao Instituto Histórico do Rio de Janeiro em 1861, o Dr. Freire Alemão Sobrinho, em outro relatório apresentado ao mesmo Instituto, e o Dr. Capanema fizeram observação idêntica no Ceará. Diz Freire Alemão Sobrinho:

"As plantas da região litoral (o Dr. Capanema liga muita importância a esta observação), pela máxima parte se acham representadas na chã arenosa e dilatada daquelas serras; e as formas de vegetação repetem-se do mesmo modo havendo similaridade entre os carrascos e tabuleiros de uns e de outros sítios, tão bem como entre as matas que revestem as encostas abrigadas dos cômoros e dunas próximas do mar, e as das depressões ou topes frescos da Araripe e da Ibiapaba.

Entre as plantas citadas, salientam-se:

Das Caesalpináceas: *Caesalpinia ferrea* (*Pau-ferro*), *Hymenaea*, (*Jutaí*); das Mimosáceas: *Piptadenia* (*Angico*), *Stryphnodendron* (*Barbatimão*), *Plathymenia* (*Vinhático do campo*), *Parkia;* Anacardiáceas; *Anacardium* (*Caju*), *Spondias* (*Cajá*); das Malpigiáceas: *Byrsonima* (*Mourici*); das Apocináceas: *Hancornia speciosa* (*Mangabeira*), *Aspidosperma* (*Peroba*) *Plumeria* (*Janaúba*); das Dileniáceas: *Davilla* (*Sambaíba*); das Mirtáceas: *Eugenias* (*Uvaia, Pitanga*); das Rosáceas: *Chrysobalanus* (*Guajuru*); das Simarubáceas: *Simaruba* (*Paraíba*); das Cariocaráceas: *Caryocar* (*Piquí*).

No meio da zona litoral aparecem as *camboas,* ou entradas de mar, com as suas florestas de mangues, tendo nas bordas, *Batis, Sesuvium* e *Achyranthes,* tôdas plantas gordas e halófilas. Nas *capongas,* esteiras de areia úmida que se alagam com as chuvas: *Stemodias, Hedyotis, Ericaulons, Burmannias, Utricularias, Genliseas, Sauvagesias,* etc.

As primeiras plantas enumeradas correspondem bem à vegetação dos cerrados dos planaltos do interior do Brasil, e aparecem tôdas nas listas que aquêles observadores dão como características dos carrascos e tabuleiros das serras aplainadas que fazem as divisas do Ceará. Os últimos tipos dos *apicuns salgados* aparecem todos nas listas que resumimos para os campos alpinos.

Loefgren estudou os *jundus* de São Paulo. Transcrevemos o seu resumo:

"O aspecto dessa formação é exatamente o mesmo de um cerradão com suas árvores baixas, contorcidas e espaçadas e grande porcentagem de vegetação arbustiva e herbácea. Mas o que aqui difere especialmente é a grande quantidade de epífitas que faltam, quase que totalmente, nos cerrados campestres. A composição geral também difere, havendo apenas poucas analogias. Abundam representantes das famílias Myrsinaceae e Clusiaceae. Várias Lauráceas, Anonáceas dos gêneros *Guettarda* e *Rollinia,* Eritroxiláceas, *Inga* e *Ormosia* das Leguminosas, assim como Euforbiáceas do gênero *Pera* e muitas Ilicáceas de conjunto com muitas Mirtáceas de fôlhas miúdas, especialmente *Eugenias*. A *Goiabeira* é aqui específica assim como o *Araçá*. Abunda aqui o gênero *Tibouchina* especialmente das albo-tomentosas. Poucas porém são as palmeiras e sòmente algumas *Geono-*

*mas,* vulgarmente chamadas *Guaricangas* e poucas *Astrocaryum* ou *Brejaúba* se mostram, desaparecendo quase nas imensas moitas dos grandes *Carauatás, Ananassa sativa* e *Aechmea comosa,* com suas rubras inflorescências e fôlhas rígidas e aculeadas. No meio destas aparecem grandes touceiras de *Sumbaré, Cyrtopodium Andersonii* com suas flores de um amarelo fusco, junto com as lindas *Lansbergias* e outras Iridáceas, destacam-se maravilhosamente dos alvos líquens *Cladonia* e dos belos musgos que ali encobrem o chão e atestam a natureza essencialmente xerófila desta formação particularíssima constituindo também uma diferença específica dos cerrados do planalto. Outra diferença capital se manifesta na abundância dos belíssimos *Samambaiuçus,* às vêzes, carregados com a bela Orquídea *Zygopetalum maxillare.*

O Nhundu característico acha-se por detrás das dunas das praias e parece às vêzes substituir o mangue cujo domínio venceu.

Para nós o Nhundu nada mais é do que um esfôrço da mata virgem para se apoderar do terreno conquistado ao mar, o que efetivamente tem alcançado, porém, com perda completa de seu caráter de mata virgem, pois teve que adaptar-se às condições novas, tão diversas das da serra de onde se origina".

Lindman, no Rio Grande do Sul enumera: à borda imediata do mar às vêzes formando pastagens extensas e que são aproveitadas pelo gado, a Gramínea *Spartina glabra,* Mühl. Mais para dentro continua a vegetação halófila sôbre as areias: *Sesuvium, Cotula, Alternanthera achyranta.*

Ainda mais para o interior encontra campos mais comparáveis com os prados da região temperada européia. O chão forrado de uma vegetação de Gramináceas densas e suculentas, mesmo no tempo da sêca, de Ciperáceas, da Umbelífera — *Eryngium,* de Escrofulariáceas pequenas e verdes; por cima dêsse tapête, levantam-se colmos mais elevados de *Paspalum,* de *Juncos,* de *Eryngium,* de Compostas — *Baccharis* e *Eupatorium,* e de um *Equisetum,* de dois metros de alto. Nos lugares aplainados cobertos com tênue camada de água sempre corrente, que se pode comparar aos *apicuns* do Norte, aparecem Xiridáceas, Eriocauláceas, e Musgos, alguns do gênero *Sphagnum.*

Em alguns pontos apresenta-se um terreno limoso e de brejos, resultado das inundações periódicas. Aí a vegetação é muito rasteira e composta principalmente de Ciperáceas, de Umbelíferas, *Alisma, Polygala, Drosera* e mesmo de algumas plantas especiais dos banhados.

Mas a parte onde se desenvolve a vegetação típica da zona costeira é a constituída pelas grandes dunas e pelas baixadas compreendidas entre elas. Aí predominam as Gramináceas: *Elionurus, Andropogon, Briza* e *Imperata;* vêm depois as Ciperáceas: *Cyperus, Eleocharis, Scirpus;* Papilionáceas: *Indigofera (Anil), Phaseolus, Centrosema;* Borragináceas: *Cordia;* e algumas Compostas; tôdas porém plantas de mui pequeno porte e raquíticas, muitas rasteiras como as *Ipomoeas.* Entre as dunas formam-se corredores de solo aplainado, defendidos dos ventos, com sombra e mais umidade, onde até árvores conseguem vingar. Moráceas: *Ficus (Figueira);* Anacardiáceas: *Lithraea (Aroeira);* Euforbiáceas: *Excoecaria (Leiteira);* Mirtáceas de várias espécies, que tôdas trazem o cunho de dura luta pela existência. Para completar o quadro da vegetação das *restingas,* diz Lindman, é necessário ajuntar um grupo de plantas xerófilas que ali se apresentam grandes e fortes: as Cactáceas: *Cereus* e *Opuntia;* as Bromeliáceas: *Bromelia* e *Ananas.*

Hartt encontra na zona costeira do Espírito Santo planícies com poucas Gramináceas, muitas Mirtáceas: *Eugenia (Pitangueira)* e muitas Cactáceas e Bromeliáceas.

Faltam-nos indicações autorizadas para o Rio de Janeiro. Deve havê-las de Glaziou e de Saldanha da Gama. De memória, nas praias de Ipanema, Leblon Gávea e outras aparecem as Mirtáceas: *Pitangas* e *Araçás;* Anacardiáceas *(Cajus)* Cactáceas, Bromeliáceas, Velosiáceas e Amarilidáceas. Aqui porém, seríamos tentados de pensar na possível disseminação de alguns dos tipos que existem nas cristas e encostas rochosas das montanhas elevadas como Gavea, Corcovado, etc. Mas a idéia cai de todo diante das autoridades que vimos citando.

*

## Pantanal

O pontilhado azul sôbre o fundo branco representa — *o Pantanal* — as áreas mais consideráveis em via de aterramento, submetidas anualmente a fortes inundações.

A zona mais importante e característica está em Mato Grosso, como parte de uma entidade muito maior — o Grão Chaco —. É uma vasta depressão cuja altitude varia de 100 a 200 metros. Para leste é limitada por um paredão escarpado onde se levanta o chapadão central brasileiro que segue quase contínuo até a encosta que deita para o Atlântico; a norte cercam-n'a ladeiras mais ou menos íngremes que dão acesso ao planalto divisor das águas do Amazonas. Para oeste são as planícies intérminas que chegam até o sopé da Cordilheira, e para sul a extensão dessas mesmas baixadas inundáveis que passam imperceptìvelmente para os pampas da Argentina. As encostas de norte e leste são retalhadas por inúmeras correntes constituídas, no geral, de rochas pouco resistentes. O enorme receptáculo das poderosas aluviões deveria ser aterrado em prazo relativamente curto, como ao norte aconteceu com o pantanal do Amazonas. Ao clima diferente deve-se o alongamento dêsse prazo. As chuvas do Amazonas regulam por muito mais do dôbro das do pantanal de Mato Grosso, onde elas são antes escassas. Basta considerar que no Amazonas, e nos seus afluentes, a água toma com as enchentes alturas colossais: No rio Negro em Manaus até 16 metros, no Purus igual é a diferença e na bôca do Acre chega a passar de 20 metros; enquanto que no Paraguai, nas maiores enchentes não chega a sete metros acima do nível da estiagem, regulando a oscilação média de quatro a cinco metros.

Assim o que caracteriza aquela zona é antes um clima de chuvas escassas. E, demais, à proporção que se caminha para oeste, as precipitações diminuem na grande baixada. Assim acontece entre Cuiabá e São Luís de Cáceres; entre Cuiabá e Corumbá. Cuiabá, 1 425 milímetros; Assunção, 1 415; Corrientes, 1 250. E daí para sul ainda mais se acentua a secura crescente para oeste; a ponto que, entre os paralelos de 20 a 40° sul, a contar do meridiano de 15° ocidental do Rio de Janeiro, para cada quilômetro que se avança para oeste, até os altos da Cordilheira, diminuem de 1,5 milímetros as precipitações.

São portanto de clima sêco as áreas que anualmente ficam submersas durante cêrca de seis meses, como também as pequenas elevações esparsas formando como ilhas cobertas de vegetação em meio daquele mar de água doce, e que constituem o recurso dos animais durante a inundação.

A quantidade de chuva caída não é pequena, mas a alternativa do tempo sêco para o chuvoso é muito acentuada e caracteriza o clima. De outubro a março chove abundantemente, mas, durante outros seis meses as precipitações são insignificantes, muitos córregos secam, e a vegetação sofre em conseqüência. E' alguma coisa semelhante ao que se passa no extremo nordeste. A diferença essencial provém da configuração do solo: enquanto na região do nordeste a característica é a forte declividade das calhas e planos de escoamento, produzindo o mais fraco regime torrencial, aqui nas planícies do pantanal, é o escoamento em planos de nível, constituindo reservatórios do equilíbrio mais perfeito. A pequena velocidade com que se movem as águas tributárias é acusada nas subidas e descidas da água na calha principal. As chuvas começam em outubro, o Paraguai começa a encher em janeiro; a sêca principia em abril, o Paraguai vaza de maio a novembro. Assim se explica o regime regular do baixo Paraná: flanqueado no seu eixo pelos imensos reservatórios do Chaco e dos pantanais, tem uma descarga pouco variável; os máximos raramente chegam ao quádruplo dos mínimos; e as águas trazem muito pouco sedimento, que fica quase todo depositado nas vastas depressões dos pantanais: a areia nos cursos permanentes, a argila nas vazantes e nas várzeas.

A vegetação deve pois manifestar os caracteres da adaptação à grande umidade e à secura; deve ser, na expressão de Schimper, de plantas tropófitas; deve assemelhar-se às caatingas do nordeste que Loefgren considera como tais. A diferença está no prazo da secura ali muito mais longo do que aqui. Em todo caso é êsse o caráter predominante.

Mas, as circunstâncias particulares daquela depressão e a sua posição especial no continente sul-americano, fazem surgir ali uma grande multiplicidade de

formações vegetativas; e o Pantanal se nos afigura como o lugar onde todos os tipos de vegetação do continente vêm fundir-se, aparecendo na vasta área amostra de cada um dêles e, em certos pontos, verdadeira mistura.

Já vimos, tratando das matas, como as florestas equatoriais descem a sul até a bacia do alto Paraguai. Também as matas pluviais aparecem pelas encostas da orla do Pantanal e mesmo em algumas elevações em meio dêle.

A vegetação na sua grande maioria é de campos; mas êstes mesmos são muito diversificados. Nas vazantes e depressões, que conservam água e umidade nas sêcas, são *campinas*. Em alguns tesos e lombadas mais altas são os *campos do sul*. Nos degraus e pelas orlas mais elevadas são os *campos-cerrados*. Nos tesos e mesmo nas margens dos rios há matas sêcas e espinhentas como as *caatingas* do nordeste. Em alguns lugares, mesmo à margem do rio aparece uma vegetação espinhenta e de cactáceas como as matinhas sêcas das encostas orientais dos Andes.

Couto de Magalhães, em uma de suas valiosas obras, descreve o Pantanal de um modo impressionante e que deixa idéias perfeitamente claras da interessante região. Provando bem o seu admirável talento observador, diz:

"Quem viaja essa linda e curiosa região de pantanais não em vapor, porque êste, indo pelo meio do rio, não permite a observação de detalhe, mas quem a viaja em canoa, a par de alguns riscos que corre, tem tanto que ver e observar que os dias se escoam com prodigiosa rapidez. Ao contemplar essa região, compreende-se a ação pacífica das águas no processo de eleboração e depósito dos sedimentos. Essa imensa bacia revela-nos o processo que a natureza empregou para formar a região dos pampas, e dia virá em que ela emergindo das águas há de ser o mesmo aspecto do sul ou das savanas do norte".

Arrojado Lisboa observa e descreve com a sua conhecida proficiência a vegetação do Pantanal. Resumiremos.

Conquanto seja zona principalmente de campos, o Pantanal encerra muitas formações vegetativas. Há ali uma forte tendência para associação de certos vegetais, que dão o cunho local a paisagem de cada região; daí as numerosas designações locais para indicar essas diferentes associações.

Perto das margens do rio Paraguai é muito abundante o *carandàzal,* florestas da bela e utilíssima palmeira *carandá* ou *carnaúba* (no norte), *Copernícia cerífera* de Martius. Aí é o chão forrado de gramíneas tenras e viçosas.

Mais afastado do rio aparece o *paratudal,* verdadeiros parques de *paratudo* (*Tecoma caraiba,* Mart.), árvores altas e 10 a 12 metros, troncos erectos, de grandes copas niveladas que formam verdadeira coberta, um manto plano quase contínuo. O chão dêsses parques é também revestido de gramíneas, em grandes extensões de uma só espécie o *capim mimoso,* ou então o *flechilha do pantanal,* que as inundações conservam baixo e tenro. São essas as mais reputadas pastagens da região.

Às vêzes o *paratudo* e o *carandá* se misturam na mesma área.

Mais para o interior em terras mais altas que cercam a baixada, como no vale do Miranda e no alto Aquidauana, e dos seus afluentes Taquaruçu, Cachoeirão, etc., são os *campos-cerrados* alternando aqui e ali com os parques de associação mais pura.

Em outras partes mais embrejadas e de solo atoladiço, são os *buritizais,* com a majestosa palmeira *Mauritia vinifera* que, além da utilidade para construções, tem uma parte do fruto comestível e na semente oferece uma substância semelhando a madrepérola, que serve para a fabricação de pequenos artefatos. Os buritizais ficam mais para o norte, nos Pantanais do Miranda, do rio Negro e do Taquari.

Em lugares um tanto mais secos formam-se os *acurizais* da palmeira *uacuri* (*Attalea*), também de grandes frutos com sementes comestíveis.

O *pirizal* é a vegetação especial de Ciperáceas nas depressões que conservam água em meio das campinas.

O *pajonal* é o tipo dos campos paleáceos (campos do sul) que aparecem orlando as depressões.

O *espinhal,* serão as fitas de vegetação sêca e espinhenta que aparecem pela orla da baixada e mesmo ao longo de alguns rios.

Spencer Moore que estudou a flora de Mato Grosso em diversos pontos em tôrno do Pantanal, e também nas margens do rio Paraguai, descreve minuciosamente os caracteres regionais de cada uma. Certamente não alcançamos acompanhá-lo; mas tentaremos resumir suas autorizadas conclusões a respeito de cada uma das localidades investigadas.

Ja vimos, na convenção das matas, como a flora de Santa Cruz era por êle considerada. Santa Cruz, ou Barra dos Bugres, fica na margem do rio Paraguai, na latitude de cêrca de 15°, na confluência do rio dos Bugres; mas, o estudo inclui as circunzinhanças e tôda a zona compreendida entre o rio dos Bugres e o rio Branco, e as margens do rio Paraguai, de Santa Cruz acima até a foz do rio Santana. A sua conclusão foi: "Flora mista em que predominam os tipos do norte. Deve ser incluída nos limites da — Brasil setentrional-Guiana —".

Cuiabá fica a cêrca de 15°,5 de latitude, na borda do extremo nordeste do pantanal. Investigou na região, e no planalto a leste levando as observações e colheita até os arredores de Santana da Chapada.

Antes, porém, convém definir alguns têrmos.

Êle chama — Brasil Oriental — o conjunto dos Estados de leste e de sudeste, do Piauí ao Rio Grande do Sul, incluindo Minas Gerais e o sul de Goiás. — Amazônia — é tôda a bacia do Amazonas e do Tocantins, excluindo o extremo oeste do Amazonas, que faz a — província *Sub-andina* —, e excetuando também Goiás setentrional e central; dêste último faz êle um distrito à parte, bem que deva entrar na província — Brasil setentrional-Guiana —, para salientar as relações entre as floras de Mato Grosso e a desta última província. Com o mesmo intuito o distrito — Guiana — compreende apenas as Guianas Francesa, Inglêsa e Holandesa.

Quando se refere à — Brasil setentrional-Guiana —, e à — Brasil meridional —, aceita os limites de Engler: o grande divisor entre as bacias do Amazonas e a do Paraguai-Paraná, prolongado pelo divisor entre o Tocantins e o São Francisco, e pelo que separa o Tocantins da bacia do Parnaíba.

Resume do seguinte modo a flora de *Cuiabá* e *Chapada:*

| | % |
|---|---|
| Tropical americana de difusão | 35 |
| Comum às duas províncias brasileiras | 28 |
| Sul brasileira | 25 |
| Brasil setentrional-Guiana | 10 |
| Do último grupo: | |
| Tipos restritos à Amazônia | 40 |
| Tipos restritos a Goiás | 40 |
| Tipos de distribuição mais larga | 20 |

Estudando mais aprofundadamente êsses fatos, conclui que aquela região deve estar perto da divisa de uma província botânica. Também a influência da flora do Brasil oriental parece terminar por aquela região.

*Jangada* — É uma localidade a meia distância do caminho de Cuiabá para Santa Cruz e a sua flora pode representar a da extensa região a norte de Cuiabá compreendida entre os rios Cuiabá e Paraguai.

Moore achou-lhe a seguinte composição:

| | % |
|---|---|
| Tropical americana de difusão | 27 |
| Comum às duas províncias | 37 |
| Brasil sul | 24 |
| Brasil setentrional-Guiana | 8 |

Comparando com a de Cuiabá, a menor porcentagem de plantas tropicais é compensada pela de plantas comuns às duas províncias. A flora é acentuadamente meridional. Salvo a alta porcentagem de espécies comuns às duas províncias, poucos sinais há da vizinhança de fronteira botânica.

*Flora de Corumbá* e *Coimbra.* — Corumbá fica a cêrca de 19º e Coimbra a 20º de latitude sul.

A constituição é:

| | % |
|---|---|
| Tropical americana de difusão | 42 |
| Comum às duas províncias | 15 |
| Brasil sul | 34 |
| Brasil setentrional-Guiana | 5 |

Predomina o fator sul-brasileiro, assim composto:

| | |
|---|---|
| Brasil oriental | 54 |
| Paraguai e Argentina | 27 |
| Brasil oriental, Paraguai e Uruguai | 18 |

Analisando o fator comum às duas províncias, encontra:

| | |
|---|---|
| Brasil setentrional-Guiana e Brasil oriental | 63 |
| Brasil setentrional-Guiana, Brasil oriental e Paraguai | 26 |
| Brasil setentrional-Guiana, Paraguai e Argentina | 10 |

Aparecem freqüentemente adaptações xerófilas.

Já vimos como no "Pantanal" se acham representados todos os tipos de vegetação que vimos enumerando nas diversas regiões do país. Excetuam-se ùnicamente os campos alpinos, caracterizados pela altitude considerável.

Agora vem o estudo baseado e científico demonstrar que: cêrca do paralelo de 16º corre a fronteira em que diminui acentuadamente a influência da vegetação norte-brasileira; pelas vizinhanças do meridiano de 12º oeste do Rio, perto da orla de leste do "Pantanal" é muito amortecida a influência dos tipos vegetais do Brasil oriental; já no paralelo de 19º e principalmente no de 20º aparece o influxo forte da vegetação do sul, e que nessa altura no vale do rio Paraguai aparecem exemplares de formações vegetativas que medram nos sopés da cordilheira.

Em todo caso representa essa grande área um tesouro inesgotável para a criação do gado. Passada a inundação brotam ràpidamente gramíneas tenras e viçosas que dão aos campos grande capacidade para criação e engorda. Também as várzeas sempre enriquecidas de sedimentos, são extremamente favoráveis para a cultura do arroz e da cana de açúcar.

*

## Área das matas

O quadro junto ao mapa indica as áreas dos Estados e das matas e campos respectivos. A área da mata é justamente a da côr verde no mapa, e refere-se à vegetação da floresta primitiva, não da atual. Às áreas das zonas de caatingas, a do "Pantanal" e a da vegetação costeira foram incluídas na dos campos.

Reproduzimos aqui o quadro:

| ESTADOS | Áreas (km2) | Matas (km2) | Campos e outras formações (km2) | Percentagem das áreas de matas sôbre os totais |
|---|---|---|---|---|
| Acre | 192 000 | 192 000 | 0 000 | 100,00 |
| Amazonas | 1 832 800 | 1 683 427 | 149 373 | 91,85 |
| Pará | 1 220 000 | 921 954 | 298 046 | 75,57 |
| Maranhão | 340 360 | 145 368 | 194 992 | 42,71 |
| Piauí | 231 180 | 62 419 | 168 761 | 27,00 |
| Ceará | 157 660 | 67 951 | 89 709 | 43,10 |
| Rio Grande do Norte | 56 290 | 14 314 | 41 976 | 25,43 |
| Paraíba | 52 250 | 19 087 | 33 163 | 36,53 |
| Pernambuco | 95 260 | 32 521 | 62 739 | 34,14 |
| Alagoas | 30 500 | 8 525 | 21 975 | 27,95 |
| Sergipe | 21 840 | 8 970 | 12 870 | 41,07 |
| Bahia | 587 500 | 215 436 | 372 064 | 36,67 |
| Espírito Santo | 39 120 | 29 942 | 9 178 | 76,54 |
| Rio de Janeiro | 44 350 | 35 981 | 8 360 | 81,13 |
| São Paulo | 250 000 | 161 750 | 88 259 | 64,70 |
| Paraná | 180 340 | 160 350 | 19 990 | 83 37 |
| Santa Catarina | 110 620 | 86 789 | 23 531 | 78,67 |
| Rio Grande do Sul | 283 410 | 89 132 | 194 278 | 31,45 |
| Minas Gerais | 607 940 | 278 619 | 329 321 | 45,83 |
| Goiás | 640 580 | 179 362 | 461 218 | 28,00 |
| Mato Grosso | 1 554 300 | 606 799 | 947 501 | 39,04 |
| **Total do Brasil** | **8 528 000** | **5 000 696** | **3 527 304** | **58,63** |

Não temos a mínima pretensão quanto à exatidão da área de cada Estado; buscávamos tão sòmente a avaliação aproximada da sua vestimenta. Nem a fraca aproximação da topografia, nem a indecisão dos limites se coadunariam com os processos do planímetro, muito menos com as correções às deformações da projeção. Fizemos por meio da balança.

Recortamos em papel homogêneo Estados e matas que foram pesados numa balança ao meio décimo de miligrama; e, aceitando a área total da carta-arquivo, deduzimos os respectivos valores. A aproximação seria de cêrca de 100 quilômetros quadrados para cada pesada, correspondente à área de 4 milímetros quadrados no desenho. Como verificação, satisfez-nos um dos resultados: a área de São Paulo, seguramente a mais bem levantada, deu 250 000 quilômetros quadrados; é exatamente a que ùltimamente foi calculada pela Comissão Geográfica do Estado. Antigamente falava-se em mais de 300 000. E' provàvelmente uma coincidência êsse acôrdo dos números.

À primeira vista impressiona o elevado quociente da área total da floresta. Nas avaliações até agora feitas fica ela em geral abaixo de 50% da área total. Também quase sempre se referem às matas realmente existentes; e essa diferença não pode ser pequena.

O Território do Acre, o Amazonas, o Pará, com seus elevados coeficientes de vegetação florestal, pode-se dizer, estão quase intactos; até bem pouco tempo era a zona em que a mata servia de espantalho à civilização. Mesmo assim, no Pará a região compreendida entre o rio Guamá e a costa acha-se muito devastada.

Em todos os Estados do nordeste bem pouco se há conservado das matas primitivas. Foi por ali a primeira exploração das matas costeiras desde os tempos coloniais. E do curso do Parnaíba ao do São Francisco, sòmente as capoeiras atestam hoje o vigor das matas que foram. A exportação de madeiras valiosas,

quer para construções civis, quer para navais, era muito grande; por mais recomendações e disposições de leis que a metrópole fizesse, a devastação foi rápida; e, em seguida os processos da lavoura pelo fogo completaram a obra.

O mesmo aconteceu mais tarde ao longo de tôda a costa; mas sòmente na parte mais aplainada até onde os rios se deixavam freqüentar, resistindo as encostas alcantiladas das serras, e a parte encachoeirada dos rios por onde aliás se espalhavam ainda as tribos dos selvícolas.

Minas, que desde cedo recebeu as visitas e hospedagens dos tiradores de ouro, ficou em breve muito reduzida nas suas riquezas florestais, que aliás não eram senão as dos vales e de algumas encostas de serras, pois que a lavra do ouro e dos diamantes mais intensa foi nas regiões dos campos. Subsistiam sempre, como até hoje em parte ainda restam as matas da encosta atlântica; as do rio Doce, São Mateus, Mucuri e do baixo Jequitinhonha, onde o índio e as sezões eram temidos e apenas permitiam as incursões pelas orlas de oeste; então se contavam por milhares os alqueires derrubados para plantação de milho e engorda de porcos.

De volta de suas visitas, o paulista empregara em casa o mesmo método da derrubada e queima para a criação do produto semovente; até que, procurando apegar-se ao solo, descobriu a lavoura do café e a desenvolveu ao ponto da superprodução. O café exigia a mais fina flor das matas e assim poder-se-iam medir por graus quadrados as que ardiam para fazer praça à nova plantação. Seguramente 50% das primitivas florestas de São Paulo estão hoje ocupadas por culturas diversas, grande parte em capoeiras. Dêsse modo atualmente o coeficiente das florestas devem estar abaixado a cêrca de 1/3 de sua área.

E' esta uma das razões porque o coeficiente de 58,63% para o total das matas vai parecer muito alto. Com efeito, antigamente, julgando pela parte central do Estado, sem conhecer a parte de oeste, atribuía-se à área florestal primitiva o valor de um quarto ou quando muito um têrço da área total. Mais tarde nós mesmos sofremos grande decepção, quando os supostos campos do extremo oeste se apresentaram como extensa e contínua mataria até o rio Paraná e até o rio Paranapanema. E assim o coeficiente de São Paulo foi levantado de 30 a 64,7%.

Do mesmo modo em Mato Grosso: tôda a enorme área compreendida entre os vales do Giparaná e do Guaporé era tida como a grande extensão dos *Campos dos Parecis*. Agora os inestimáveis estudos de Rondon vêm revelar que tôda aquela região é de matas iguais às do Amazonas. E assim o cálculo do coeficiente de cêrca de 20% para o Mato Grosso teve de ser refeito e levantado para 39%.

O Paraná e Santa Catarina com os seus altíssimos coeficientes de 83 e 79 % de matas representam poderoso contingente para êsse acréscimo geral. E' bem provável que uma parte da zona do extremo noroeste do Paraná, entre o Tibagi e o Ivaí, figurada no mapa como floresta, venha a ser reconhecida conter campos cerrados, porque agora falam insistentemente da existência por ali de mangabeira e maniçoba. Levantamentos dos rios Piquiri e Ivaí, e reconhecimentos de estradas de ferro nos vales dêsses rios, no do Corumbataí, e nos territórios interpostos, todos acusam vegetação florestal contínua. Assim, êsses Estados têm conservado quase intacta a sua riqueza: a exportação de madeiras era feita em escala moderada. De alguns anos porém começou a descida de madeiras em profusão das margens do rio Paraná; e mais recentemente enormes derrubadas estão sendo feitas para exportação na mais larga escala no vale do Iguaçu.

No Rio Grande Sul, uma grande parte das matas da encosta do planalto tem sido devastada; mas, ao que parece, tem sido mais ou menos curialmente aproveitada no desenvolvimento da lavoura. Talvez se possa afirmar também que as florestas do Rio Grande estão reduzidas à metade.

Mesmo em Mato Grosso, onde a população é muito rareada, há clamores contra a devastação. Um zeloso governador, o coronel Pedro Celestino Correia da Costa, em representação ao Congresso mostrava a urgência de providências, e citava o fato de ser já necessário ir buscar muito longe madeiras para as construções da capital.

Por estas considerações, pode-se pois julgar que as matas existentes não atingirão talvez hoje a percentagem de 40 % da área total. E o pior é que êsses estragos na mor parte dos casos se acumulam em certas áreas que já sofrem duramente.

Mas, a representação como se acha no mapa dá antes a idéia de uma riqueza e de um bem-estar que não temos. Reportamo-nos ao que ficou dito sob título "Ao que se destina".

O principal objeto é oferecer o esbôço do conjunto sôbre que possa o Serviço Florestal escolher as melhores áreas para a reserva, determinar as florestas protetoras e instituir os campos de demonstração e ensino da silvicultura. Nem poderá haver maior fonte de benefícios para o país.

Nunca seria demais exaltar aqui as vantagens dêsses serviços. Outros mais abalizados já o têm feito e continuam na brilhante e benemérita campanha. Citaremos apenas a suma dos quocientes de alguns países, com o duplo fim; 1.º, de mostrar os esforços empregados para a criação de áreas florestais; 2.º, para mostrar as dificuldades em obter dados preciosos, porquanto os que vamos apresentar são bastante discordantes.

Schlich, no seu admirável trabalho, dá, em 1906, os seguintes algarismos:

| PAÍSES | *Percentagem das matas sôbre a área total* |
|---|---|
| Sérvia | 48 % |
| Rússia da Europa | 42 |
| Suécia | 35 |
| Húngria | 35 |
| Áustria | 33 |
| Alemanha | 26 |
| Noruega | 25 |
| Turquia (Com a Bulgária, a Bósnia e a Herzegovina) | 22 |
| Rumânia | 22 |
| Itália | 22 |
| Suíça | 19 |
| França | 16 |
| Grécia | 16 |
| Bélgica | 17 |
| Holanda | 7 |
| Espanha | 6 |
| Portugal | 5 |
| Dinamarca | 4 |
| Grã-Bretanha e Irlanda | 4 |
| Total da Europa | 30 |

Em Jean Bruhnes, *La Géographie Humaine,* 1910, encontrou-se a seguinte lista:

PERCENTAGENS DE ÁREAS DE MATAS SÔBRE AS ÁREAS TOTAIS DE DIFERENTES PAÍSES:

| PAÍSES | *Percent. segundo Mélard, (1900)* | *Percent. segundo Decoppet, (1910)* |
|---|---|---|
| Finlândia | 60 % | ” |
| Suécia | 40 | 47,6 % |
| Canadá | 38 | ” |
| Rússia | 32 | 37 |
| Áustria-Húngria | 30 | 30 |
| Estados Unidos | 25 | ” |
| Alemanha | 23,3 | 25,9 |
| Noruega | 21 | 21 |
| Suíça | 20 | 21,9 |
| França | 17,7 | 18,2 |
| Bélgica | 17,2 | 17,7 |
| Rumânia | 14 | ” |

| PAÍSES | *Percent. segundo Decoppet, (1910)* | *Percent. segundo Mélard, (1900)* |
|---|---|---|
| Itália ..... | 14 | 14,6 |
| Grécia ..... | 13 | " |
| Espanha ..... | 13 | 16,9 |
| Países Baixos ..... | 7,5 | " |
| Dinamarca ..... | 6,2 | " |
| Grã-Bretanha ..... | 4 | " |

Por um cálculo sumário para as áreas devastadas, o Brasil deverá ficar atualmente numa percentagem ainda superior à da Suécia.

**Colabore com êste "Boletim" que é bibliográfico, enviando-lhe livros de sua autoria ou disponíveis em duplicatas, e que ofereçam interêsse geográfico.**

# Geografia cultural do Brasil

DR. B. BRANDT.

## CAPÍTULO II xx

## AS FRONTEIRAS

### Desenvolvimento e estado atual

Com a distribuição das duas grandes bacias fluviais ficou de antemão estabelecida uma fronteira natural entre as esferas de interêsse de Portugal e Espanha, pois, para o devassamento do interior, importava fundamentalmente a rota por água. Os espanhóis deviam ser barrados, no território do Uruguai e do Paraná, pelas majestosas cachoeiras dêsses rios, quando saem da região montanhosa brasileira; no alto Paraguai, pelo pantanal pouco adequado à colonização. Na bacia amazônica, as últimas "cachoeiras", isto é, quedas ou rápidos, intransponíveis mesmo nas cheias, opunham-se a um maior avanço dos portuguêses. Efetivamente, as fronteiras atuais refletem uma tal origem, devendo-se notar, entretanto, que sua fixação não se processou tão esquemática e pacìficamente quanto possa parecer.

O desenvolvimento das fronteiras começa por um estádio ou, se se preferir, por uma fase introdutória, caracterizada pela ocupação de uma faixa costeira mais ou menos larga e a existência de um interior apenas ou nada conhecido, sem dono e sem limites. Essa situação, que se apresentava na África ainda há pouco, foi de duração relativamente curta na América do Sul, justamente pela sua muito maior accessibilidade pelos rios. A encorporação da planície do Prata termina poucos anos após a ocupação do litoral, o que não é de admirar, porquanto as terras marginais, abertas, férteis e, além disso, comparáveis quanto ao clima às da mãe pátria, atraíam o povoamento. À fundação de Buenos Aires em 1535 se seguiu a de Assunção, já em 1536. Ao contrário, o domínio português sôbre a bacia amazônica só parece assegurado na segunda metade do século XVII. Vários foram os motivos dêsse retardamento. Em primeiro lugar, como já foi assinalado, estavam os portuguêses de tal modo ocupados com a defesa da costa contra o inimigo, que não lhe sobravam fôrças para a extensão do seu domínio no interior. Em segundo lugar, estava a porta de entrada da bacia amazônica, o estuário do Pará, distante de seus centros de ocupação — muito ao contrário da colônia espanhola — e só se tornou livremente accessível depois de expulsos os franceses do Maranhão (1630) * Quando isto se deu, finalmente, a via fluvial então aberta, com suas margens quentes e úmidas, insalubres, pobres em recursos naturais, além disso ocupadas por uma vegetação e população adversas, e com seus afluentes interrompidos por corredeiras, a pequena distância da embocadura — ainda hoje é a baixa Amazônia uma das regiões menos penetráveis do Brasil —, não podia convidar a maior penetração. A bacia amazônica teria continuado, talvez, durante mais tempo ainda, um "inferno verde" esquecido, se o interêsse crescente que lhe votavam os espanhóis não tivesse intranqüilizado os portuguêses, obrigando-os, na última hora, a cuidar da tarefa a êles imposta pela natureza, a exploração do imenso vale. O ter-lhes sido possível desfazer em boa parte a já adiantada penetração espanhola no alto Amazonas, explica-se pela miopia espanhola, só preocupada com as vantagens do momento. Aos espnhóis não pareceu merecerem as inaproveitadas florestas da "Hylaea" um duelo com os portuguêses, seus iguais em bravura e religião.[1] Assim se processa no último têrço do século XVII

---

* Há engano na data. A expulsão teve lugar em 1615.

xx N.R.: O capítulo I foi publicado no n.º 4, ano II dêste *Boletim*.

[1] Middendorf, Peru, III, pág. 273.

a segunda fase do desenvolvimento das fronteiras, a divisão a largos traços das terras desocupadas. Ela se opera pela demarcação de alguns pontos liminais — os términos da navegação. Entre êstes corriam largas faixas, cuja demarcação definitiva, dada a sua impenetrabilidade e total carência, ao tempo, de significação econômica, ficava reservada a outras épocas.

Os pontos de referência mais importantes são as quedas do Madeira, ao sul, e os términos da navegação no Amazonas e no rio Negro, no oeste e no norte da bacia, respectivamente. O primeiro é uma notável baliza natural. Com certa restrição, dá-se o mesmo com o último, com tanto que não se aparte demasiadamente da ligação Cassiquiare, porta natural do rebordo da bacia amazônica. O segundo, a atual Tabatinga, é simplesmente um ponto de mútuo ajuste, sem especificidade topográfica. Os confluentes a montante, o Napo, celebrizado pela primeira navegação amazônica de Orellana, o Marañon, o Huallaga e o Ucayali, enraizam-se profundamente nos Andes, enquanto os confluentes a jusante, o Javari e o Içá, são predominantemente rios de planície. Tabatinga é assim o ponto de separação de vias fluviais que penetram esferas de interêsse patentemente espanholas.

O último estádio do desenvolvimento das fronteiras, caracterizado pela substituição dos limites indefinidos, em que entram faixas, por linhas rígidas, começa no século XVIII e tem seu têrmo provisório no comêço do século XX. A princípio, as faixas foram substituídas por linhas provisórias traçadas no mapa. Êsse quadro de fronteiras, obtido mediante a utilização de determinações longitudinais, latitudinais e outras, e mediante vertentes mais conjeturadas que verificadas, domina até o oitavo decênio do século passado, para então ceder lugar a linhas divisórias estabelecidas no terreno por comissões de fronteira.[2] Os trechos de fronteira provisórios e artificiais contraem-se então diante dos naturais, localizados no terreno. Êles não podem ser de todo dispensados, dado o conhecimento ainda pequeno de consideráveis faixas fronteiriças. As fronteiras do Brasil só terão atingido o estádio final do seu desenvolvimento quando o último recanto do país estiver explorado.

A necessidade de um traçado definido faz-se primeiro sentir no âmbito da secção La Plata-Paraguai, na vizinhança do centro da colonização espanhola a leste dos Andes, o vice-reinado de Buenos Aires. A segurança dêsse Estado requeria a posse integral da grande corrente que atravessa a metade do seu território, a atual Argentina, primacialmente, porém, o domínio do seu acesso, a embocadura do Prata. Ao Brasil, por outro lado, interessava alcançar o rio principal na maior extensão, porquanto êle é a via de acesso dos seus territórios sulinos desfavoràvelmente distanciados da costa e, sobretudo, do remoto Mato Grosso. Além disso, o Brasil aspirava à posse da margem setentrional do Prata, como sua fronteira sulina mais conveniente. Focos da luta de fronteira foram portanto os territórios dos atuais Estados do Paraguai e do Uruguai. No século XVIII[3] foi tentado dirimir a contenda mediante um acôrdo segundo o qual Portugal, em paga da desistência do Uruguai, ficava com liberdade de ação no Paraguai; não se chegou, no entanto, a um entendimento definitivo. No século XIX foi a questão de novo aberta, porque tinha avultado consideràvelmente para a Argentina separada da união de Estados espanhóis e porque, em conseqüência da colonização incipiente do sul, o centro de gravidade do Brasil se aproximava ameaçadoramente da nação vizinha. Ela se agravou pelo ativismo do Paraguai, que esperava conseguir situação de grande potência pela união com o Uruguai. A solução final foi conseguida depois de prolongadas lutas, que constituem um capítulo sangrento da história sulamericana, pela neutralização dos dois territórios contestados, os quais, como pára-choques, símiles sulamericanos da Bélgica e do Luxemburgo, reduzem na medida do possível o contacto imediato entre os dois rivais. A fronteira brasileiro-argentina, fortemente encurtada, é constituída sobretudo por rios, principalmente pelo Uruguai.

Dentro da grande extensão restante o Brasil defronta-se com vizinhos de igual tomo, ou mais fortes, sòmente no setor guianense de sua fronteira, onde,

---

[2] Comp. o Handatlas de Stieler, 8.ª e 9.ª edições.

[3] H. Lufft, Geschichte Südamerikas I; das spaniche Südamerika. Sammlung Göschen, Berlim e Leipzig, 1913, págs. 128 e seguintes.

como única formação duradoura das invasões européias do século XVIII, se situam as Guianas Francesa, Holandesa, e Inglêsa. Aí, como também nas linde: com a Venezuela, são as bases do traçado divisório extraordinàriamente favoráveis.[4] Na vertente, em grande parte ligada a cadeias de montanhas caracterizadas, entre o Amazonas e o Orinoco e os demais rios guianenses, apresenta-se uma linha que corre na direção conveniente e corta satisfatòriamente o território fronteiriço, tanto mais adequada quanto separa territórios econômicos que se dão as costas, voltados para o norte e para o sul, respectivamente. Ademais persiste desde muito um equilíbrio político: a um ataque do Brasil se contrapõe a comunidade de interêsse dos Estados europeus, não tocada por quaisquer antagonismos. Assim, a ocupação de Caiena durante as guerras napoleônicas (1809) não foi reconhecida pelo Congresso de Viena. Por outro lado, a doutrina de Monroe defende o Brasil contra violações de fronteira dos vizinhos europeus. A fronteira é, portanto, apesar de percorrida e demarcada só em certos pontos, boa e, no todo, isenta de contestações.

Outra é a situação com respeito à Colômbia, Peru e Bolívia. Aí, os cursos d'água são as únicas linhas divisórias naturais, em terras topogràficamente bastante uniformes. Êles são, porém, pelo seu curso oeste-leste, só excepcionalmente utilizáveis para o traçado da fronteira, que, no geral, requer a direção norte-sul. Por isso, as linhas artificiais foram adotadas em medida considerável nesse setor. Destarte corria a fronteira, antes das ulteriores retificações, de São Joaquim, no rio Negro, a Tabatinga, no Amazonas, em linha reta, seguia depois o Javari e o grande meridiano que liga a nascente hipotética do Javari com os saltos do Madeira, o Mamoré, o Guaporé, alguns trechos retos no âmbito de Mato Grosso e, finalmente, a franja ocidental dos pântanos do baixo Paraguai.

Na demarcação, quando se tratava de rios, não cabiam dúvidas. O trecho da fronteira com a Bolívia ao sul das quedas do Madeira, especialmente favorecido sob êsse aspecto, permaneceu o mesmo, com pequenas modificações que não ultrapassam os limites de uma retificação. As discussões sôbre os trechos retos foi tanto mais acesa quanto os territórios em litígio, após a entrada da borracha no mercado mundial, tinham saído do esquecimento primitivo, tornando-se zonas de matéria prima cobiçadas. Na secção nascente do Javari-quedas do Madeira adquiriu o Brasil todo o território boliviano em forma de bico e orientado em direção N W., o Acre, zona da borracha, então ainda totalmente intacta e à espera de exploração. Na secção São Joquim-Tabatinga a antiga linde reta foi substituída por uma nova pouco modificada. Sua parte peruana é de novo um grande circuito. A colombiana compõe-se, no que reflete as dificuldades da demarcação, de retas curtas, vertentes secundárias, pequenos rios, montanhas em forma de cadeias ou assim representadas.

Evidente é em tôda essa secção da fronteira a vantagem do Brasil, cuja superioridade aqui se faz valer. Ela, porém, foi alcançada com a maior oposição dos vizinhos. Como, simultâneamente, não se estabeleceu qualquer entendimento entre êles, pelo contrário, cada um apresentando ao outro reivindicações desmedidas, a demarcação resultou em uma situação de tipo balcânico, com todos os descontentamentos possíveis. Uma solução pacífica parece excluída; a solução pelas armas é coibida apenas pelas dificuldades do terreno e pela influência dos Estados Unidos que, tàcitamente, transformaram a doutrina de Monroe em uma tutela de tôda a América.[5]

A fronteira do Brasil compõe-se assim de secções de origem diversa e que se acham em diferentes fases de desenvolvimento. Ao lado de trechos desertos e desconhecidos, aos quais corresponde uma linha demarcatória apenas traçada no papel, além de faixas despovoadas e topogràficamente pouco conhecidas, em que um ou outro ponto divisório é assinalado pela natureza, além

---

[4] J. Lerps Über die Grenzen Nordbrasiliens vom Oyapock bis zum Solimões. Dissertação, Königsberg, 1914. — A. Ernst, Demarkation der venezuelanisch-brasilianischan Grenzlinie. Zeitschrift.d.Ges.f.Erdk., XXI, 3. Berlim, 1886. — Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Francisco de Carvalho Soares Brandão. Rio de Janeiro, 1884. — W. Sievers, Bemerkungen zur Karte der venezolanisch-brasilianischen Grenze. Zeitschr.d.Ges.f.Erdk., XXII, I. Berlim, 1887.

[5] Êsse era o ponto de vista geralmente dominante na Europa. A verdade é que a doutrina de Monroe, formulada pelos Estados Unidos, assume uma feição cada dia mais bilateral.

de trechos que guardam as feições da meticulosa atividade das comissões de demarcação, há linhas naturais absolutamente boas e outras que traem o ajuste de fortes tensões passadas.

O desenvolvimento das fronteiras brasileiras descrito acima é, no geral, uma conseqüência da penetração progressiva do continente pelos rios navegáveis. A linha divisória é, assim, considerada como um todo, uma linha razoàvelmente natural, em correspondência com a configuração da superfície. No sul quase coincide com os limites entre a montanha brasileira e a planície platense; no norte, com os divisores principais do Amazonas, Orinoco e rios guianenses. No oeste não alcança a raia entre a planura brasileira e a cinta montanhosa do Pacífico, ficando na bacia amazônica. Todavia, também aí, dada sua freqüente ligação com os obstáculos fluviais, não se desprende da natureza. Pode-se, sem grande inexatidão, dizer que ela se aproxima geralmente da divisória continental da circulação fluvial.

Êsse lineamento natural dá à rêde divisória sulamericana seu cunho geralmente pouco contrafeito e a opõe à rêde artificial da África deficientemente devassada por rios, igualmente, porém, à da América do Norte, favorávelmente devassada, onde o desenvolvimento começado nos séculos XVII e XVIII, em correspondência com o curso do Mississipi e do São Lourenço, foi anulado pelo desdobramento histórico em benefício de uma rêde absolutamente arbitrária.

Em proporção da superfície, a linha divisória é pouco articulada. Já vimos que em várias secções ela chegou a um compromisso e pode ser considerada de certo modo assegurada. Ela o está tanto mais quanto os Estados sulamericanos, mais que os de outros continentes, de costas uns para os outros, olham para litorais diferentes e não podem esperar de uma expansão interior do seu território melhoria essencial de suas condições de vida. Só a secção com a Colômbia e a Bolívia constitui exceção. Repetidamente descutida e não reconhecida atualmente por nenhum lindeiro, ela representa o calcanhar de Aquiles da fronteira brasileira. Para o caso improvável atualmente, pelos motivos já expostos, de um ataque dos vizinhos que se pretendem prejudicados nessa secção, revelar-se-á a grande vantagem da fronteira sob o ponto de vista da defesa. Garantido no norte por cadeias de montanhas, no sul por íngremes encostas e cachoeiras, o Brasil poderá concentrar sua fôrça na secção média da fronteira e, por meio das vias convergentes do rio Negro, Amazonas e Madeira, aproveitar em alto grau as vantagens da "linha interior", contra adversários aos quais a natureza opõe os maiores obstáculos a êsse deslocamento de fôrça.

Ao lado de sua impraticabilidade em grandes trechos, a desproporção entre sua extensão e a densidade demográfica, que não permite uma ocupação coerente, também restringe muito, atualmente, as funções da fronteira e faz com que sua ocupação se limite, por muito tempo ainda, à manutenção de postos militares e alfandegários nos pontos principais de circulação.

Como o Brasil teve que internacionalizar a navegação do Amazonas, sua fronteira alfandegária prolongou-se ao longo das suas margens. A violação, é, no caso, fácil de praticar e, para os navios que trazem produtos estrangeiros, perfeitamente natural. Êsses fatos exigem uma fiscalização rigorosa, sensìvelmente incômoda à circulação.

## As fronteiras interiores

Na primeira divisão da colônia não procederam os portuguêses de modo diverso dos fundadores de colônias de desbravamento na baixa Idade Média européia. Êles dividiram o país em faixas costeiras estreitas e, a princípio, ilimitadas para o interior, capitanias, processo já experimentado nas possessões mais antigas, Açores e Madeira, agora empregado em grande escala.[6] O preceito de demarcação dessas primeiras unidades coloniais do Brasil — limitação por lindes em ângulo reto com a costa — persistiu, com a extinção das capita-

[6] Lufft, l. cit., II, *Das portugiesische Südamerika*, pág. 43. — A êsse livro são tomados os dados históricos a seguir referidos, salvo os casos em que outra fonte fôr referida.

nias, na fundação das províncias, depois transformadas em unidades federais, porque seu pressuposto, a colonização partida de numerosos pontos costeiros, também se apresentava, no geral, na longa costa rica em portos, ao contrário da Argentina pobre sob êsse aspecto, onde, por conseqüência, a colonização só se irradiou da foz do Prata. Enquanto a divisão territorial da Argentina não se relaciona com a costa, distribui-se o litoral brasileiro entre numerosas unidades, separadas por fronteiras do tipo já referido, cada uma com o seu pôrto como pórtico.

No traçado dessas fronteiras, utilizaram-se principalmente os rios, que, na região montanhosa brasileira, por causa de suas corredeiras ou saltos intransponíveis, são pouco favoráveis à circulação e separam mais que unem. Só nos Estados nordestinos corre a fronteira comumente entre rios, de modo que os Estados coincidem de modo mais ou menos completo com os territórios de desaguamento. A não serem os casos de fixações teóricas, anteriores ao conhecimento das faixas liminais, a vertente é, no caso, a fronteira dada, porque, em razão das sêcas freqüentes, o povoamento está mais ligado aos vales dos rios do que nas partes mais úmidas do Brasil. No Ceará, o território mais sêco, usou-se mais destacadamente a fronteira da vertente.

As fronteiras interiores, primitivamente indeterminadas, advieram em parte dos obstáculos naturais, corredeiras no sul, cadeias de montanhas na Bahia; em parte, também foram impostas por uma província que crescia em sentido oposto. O rápido crescimento de Minas Gerais limitou a extensão de Espírito Santo e Rio de Janeiro, que se detiveram no estádio da simples ocupação costeira e se diferenciam dos vizinhos que avançaram para o interior, porque desimpedidos. A mesma situação observa-se no nordeste do Brasil, pois, em virtude do encurvamento da costa, as unidades não cresceram paralela e livremente para o interior, mas por recíproco flanqueamento. Em ligação com uma relativa riqueza em portos da costa entre Ceará e Bahia, essa situação conduziu ao notável fracionamento do território nordestino. Ao contrário, a grande extensão da Bahia assenta na ausência de encurvamento da costa e na pobreza em portos de seu litoral.

Minas Gerais deve sua origem à exploração de suas riquezas minerais, começada depois de 1600. Posse primitivamente comum — é o que seu nome sugere — representa um território de matérias primas aberto a todos, uma colônia brasileira, que não precisava de fronteira costeira e de pôrto próprio, porque, para os interessados principais e concorrentes, baianos e paulistas, era cômodamente accessível a partir da costa e porque a questão do frete e da via por água não tinha importância para os produtos então explorados, ouro e pedras preciosas.

Na planície setentrional, a divisão interior condiciona-se naturalmente pelas vias fluviais. Ao lado do território amazônico, dividido por motivos administrativos, mediante fronteiras artificiais, entre o Amazonas e o Pará, deu lugar o sistema Tocantins-Araguaia, pela sua especificidade, a uma outra unidade, Goiás.

O interior restante, Mato Grosso, é limitado por linhas conseqüentes à demarcação dos territórios vizinhos, a leste e suleste principalmente por rios, ao norte por uma parte da linha de corredeiras.

No todo, a rêde de fronteiras interiores harmoniza-se com a configuração da superfície. Os Estados correspondem a territórios fluviais, espaços mesopotâmicos e zonas de vertente. Mesmo o Estado de Minas, com suas linhas artificiais, abraçava antes da extensão da mineração a outras partes do planalto um espaço geològicamente assinalado para a compreensão de antanho.

Se quiser receber as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira", escreva à Secretaria do Conselho Nacional de Geografia.

## *Resenha e Opiniões*

**Localizado o nascedouro do Orinoco**

Tendo há pouco o Sr. Juan Carlos Alzalber, membro da Sociedade de Geografia Americana, considerado a necessidade de enviar-se uma expedição ao nascedouro do Orinoco e pôsto em dúvida o vôo do major americano Artur James Williams, àquele local, dando como ponto mais avançado da exploração o percurso feito pelo explorador Hamilton Rice, o *Estado do Pará,* tradicional órgão da imprensa de Belém procurou esclarecer êsse assunto de interêsse mundial.

Com êsse objetivo o Sr. Sandoval Laje procurou entrevistar o engenheiro Leônidas de Oliveira, ajudante-técnico da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, que sabia já ter feito explorações mais avançadas à nascente do Orinoco e que fôra companheiro do vôo contestado feito pelo major James Williams.

O assunto foi amplamente explicado e da conversação resultou a certeza de que o nascedouro do Orinoco já está conhecido, sendo então tomada a entrevista que publicamos a seguir e que foi estampada na edição de 9 de abril p. p., daquele diário.

O Sr. Sandoval Laje formulou quatro quesitos sôbre a questão, que foram respondidos por escrito pelo engenheiro Leônidas de Oliveira, esclarecendo-se muito bem o ruidoso e sensacional acontecimento.

Os quesitos formulados foram êstes:

*Questionário*

1.º — A Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, por seus engenheiros e auxiliares, já se aproximou das nascentes do Orinoco ?

2.º — Já foi feita a exploração do curso dêsse rio e até que ponto chegaram as observações ?

3.º — A Comissão Brasileira Demarcadora de Limites pode informar algo sôbre o vôo do major Artur James Williams e sôbre a expedição do Sr. Hamilton Rice ?

4.º — Pode a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites dizer dos seus trabalhos sôbre a exploração do Parima e de outros rios?

A resposta do Sr. Leônidas de Oliveira foi a seguinte:

*1.º quesito*

Sr. Redator. Cumpre-me primeiramente informar que a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites sempre trabalhou conjuntamente com a Comissão Venezuelana de Limites e, assim, todos os serviços executados na fronteira Brasil-Venezuela foram feitos pela Comissão Mista.

Em setembro de 1941, saíram de Belém duas turmas da Comissão Mista de Limites, com instruções para subir o rio Negro, até certa altura e aí se dividirem. A primeira navegaria o rio Branco e penetraria pelo seu afluente Catrimani, até às nascentes; a segunda subiria o rio Demeni e o seu afluente Mapulau.

A primeira turma era chefiada pelo ajudante técnico Rubens Nélson Alves, que levou em sua companhia o ajudante técnico engenheiro Oscar Dias Teixeira e o delegado da Comissão Venezuelana engenheiro Enrique Rivas Rojas. Seu efetivo era de 72 homens.

O ajudante Rubens que subiu fazendo o levantamento do rio, só atingiu as nascentes na cordilheira Parima em janeiro de 1942.

A 12 de janeiro dêsse ano, os engenheiros Oscar Dias Teixeira, brasileiro, e Enrique Rivas Rojas, venezuelano, iniciaram as explorações e o levantamento do principal contravertente da bacia do Catrimani, o qual foi percorrido numa distância de 27 619 metros. Além dêste galho maior que sai de um ponto da cordilheira, ao sul do ramo principal do Catrimani, dois outros menores foram levantados, num total de 3 quilômetros, o primeiro, e 18 quilômetros o último. As nascentes dêste rio e as do formador principal do Catrimani estão em posição simétrica e no tôpo da montanha que os separa foram construídos um marco de fronteira e um sinal aerofotogramétrico, a 1 230 metros sôbre o nível do mar.

São as seguintes as palavras do ajudante Rubens Nélson Alves, em seu relatório apresentado ao ilustre chefe da Comissão Brasileira de Limites, Sr. capitão de mar e guerra Brás Dias de Aguiar: Chegamos, portanto, à conclusão de que a serra de onde procede o Catrimani é *divortium aquarum,* de sua bacia e da do Orinoco, e que o contravertente explorado pertence a êste último, porém, só com o prosseguimento dos nossos trabalhos, na fronteira, se poderá dizer, ao certo, se êsse contravertente é o rio principal ou um afluente".

A segunda turma chefiada pelo ajudante técnico engenheiro Leônidas de Oliveira, que levou como auxiliar o ajudante José Ambrósio Pombo e como delegado da Comissão Venezuelana o engenheiro Hilário Itriago Gimon, subiu o rio Demeni e seu afluente Mapulau.

Verificou-se que êsse rio não deriva da fronteira e nasce no grande contraforte que estabelece a divisão das águas das bacias dos rios Branco e Negro.

O rio Demeni, cuja nascente foi atingida em fins de janeiro de 1942, tem sua fonte principal na cordilheira Parima, em um trecho de pequena altitude semeado de grandes depressões.

O levantamento do seu contravertente e a série de explorações que ali efetuamos fizeram-nos crer tratar-se realmente da fronteira.

As depressões do terreno foram provàvelmente cavadas pela água que, em grande abundância, sai da montanha e se dirige, em sua quase totalidade, para o território venezuelano.

O contravertente do rio Demeni foi levantado, numa extensão de 28 quilômetros, pelo ajudante José Ambrósio Pombo e pelo engenheiro venezuelano Hilário Itriago Gimon.

Os citados engenheiros voltaram com a certeza de terem estado em águas do Orinoco, o braço explorado, indo, sem dúvida alguma, se lançar no rio que vinha da vertente oeste da serra do Catrimani, conforme fazia crer a direção que mantinha.

Apoiados nas explorações feitas, construímos um marco de fronteira, entre as duas bacias e deixamos, na proximidade dêste um sinal aerofotogramétrico, em forma de triângulo equilátero.

Ainda em 1942, foram organizadas duas outras turmas. Uma seguiu sob a chefia do ajudante Rubens Nélson Alves, para o rio Mucajaí, afluente do rio Branco e a outra, sob a direção do engenheiro Miguel de Lemos, chefe da Comissão Venezuelana de Limites. Os auxiliares da primeira eram os engenheiros Oscar Dias Teixeira, brasileiro, Enrique Rivas Rojas e Blas A. Lamberti, venezuelanos, e os da última o engenheiro venezuelano Hilário Itriago Gimon e os ajudantes técnicos Leônidas de Oliveira e José Ambrósio Pombo, brasileiros.

A turma do Mucajaí, com um efetivo de 86 homens, deixou Belém em setembro de 1942.

Os trabalhos se processaram sem interrupção até maio de 1943 e durante os mesmos aquela turma teve de lutar tenazmente para atingir a nascente do rio, sem contudo o conseguir.

O rio se apresentou excessivamente encachoeirado e a viagem de subida das canoas foi interrompida num ponto muito longe da nascente.

Caminhando por terra, os engenheiros Oscar Teixeira e Rivas Rojas, esforçaram-se o quanto lhes foi possível, porém chegaram à conclusão de que, se continuassem, deixariam tôda a turma em dificuldades, pois os víveres nessa ocasião eram apenas suficientes para o regresso.

Verificado ser impossível o prosseguimento dos trabalhos, a turma do ajudante Rubens regressou, sem contudo ter atingido o seu principal objetivo.

A segunda turma deixou Belém em dezembro de 1942 e se dirigiu para o rio Toototobi, afluente do Demeni. As nascentes dêste rio foram atingidas em março de 1943 e pelas explorações que aí foram realizadas chegou-se à convicção de que o mesmo não procedia do divisor fronteira.

Sabendo que, ao norte passava o rio contravertente do Catrimani, levantado durante a campanha anterior, o engenheiro Leônidas de Oliveira resolveu seguir naquela direção, em companhia de dez trabalhadores.

No segundo dia de viagem foi encontrado um caminho de índios, que ia ter à margem de um grande rio.

Nessa margem uma turma de índios interceptou os exploradores não consentindo que os mesmos fôssem à maloca situada na margem oposta. Neste ponto do rio, o engenheiro mandou fazer uma pequena derrubada e se utilizando de um teodolito e de um pequeno receptor radiotelegráfico de on-

das curtas, procedeu às observações astronômicas, determinando assim as coordenadas geográficas. Êsse local, mais tarde, seria reconhecido pelo mesmo engenheiro como sendo um dos galhos principais do Orinoco.

Pela observação, ficou provado tratar-se do mesmo rio contravertente do Catrimani já percorrido e levantado pelos engenheiros Oscar Teixeira e Enrique Rivas Rojas.

Durante a viagem, o engenheiro Leônidas de Oliveira atravessou a cordilheira Parima, porém não determinou o ponto exato por onde passava a fronteira, motivo pelo qual não se construiu marco fronteiriço na região do Toototobi.

Se bem que a nascente principal do rio não desse fronteira, a turma construiu um sinal aerofotogramétrico em forma de coroa circular, cavada, e dois outros auxiliares, de menor dimensão.

*2.º quesito*

Sr. Redator, sem querer, já respondi antes seu segundo quesito porquanto as explorações feitas pela Comissão Mista no rio Orinoco se resumiram nos levantamentos feitos nos contravertentes dos rios brasileiros. Todos os contravertentes são águas do Orinoco e, como o Sr. vê, descrevi com minudência tôdas as campanhas realizadas pela Comissão Mista.

*3.º quesito*

Em 1924 - 1925 o rio Uraricoera foi percorrido pela expedição chefiada pelo Sr. Alexandre Hamilton Rice. Êste incansável explorador norte-americano subiu os rios Branco e Uraricoera e penetrou no Parima, organizando uma carta geográfica e colhendo dados científicos das regiões percorridas.

A cachoeira Purá, no Parima, marcou o último ponto atingido por essa expedição, que, supondo haver atingido a cordilheira Parima, determinou astronômicamente a posição e, do cume da serra, onde se achava o observatório, visou o pico Lesseps.

Os esforços do Sr. Hamilton Rice para encontrar uma passagem entre os nascedouros do Parima e Orinoco foram inúteis.

Em 1927, o então capitão Polidoro Barbosa, oficial da Inspetoria de Fronteiras, alcançou o mesmo ponto e dali regressou, dizendo que do alto de um morro, nas cercanias da cachoeira, avista-se grande extensão da serra Parima, onde se destaca o pico Lesseps.

Mais recentemente, em 1939, a Comissão Mista deu um grande passo para a locação da cordilheira Parima, ou melhor, da fronteira Brasil - Venezuela.

Nessa exploração, tomaram parte o ajudante técnico da Comissão Brasileira de Limites, engenheiro Luís Martins e os exploradores venezuelanos, engenheiro Cirilo Auzeau e senhor Félix Cardona.

Partindo de Canaracuni em avião pilotado pelo aviador norte-americano Jimmie Angel, após 197 quilômetros de vôo, na direção 5º SW, encontraram uma região constituída de pequenas savanas e altas serras, de cujas chanfraduras saem vários igarapés. As águas dêsses igarapés são coletadas por um braço maior que se dirige para noroeste. Êsses exploradores voltaram convictos de que haviam sobrevoado as nascentes do Orinoco.

A posição da cordilheira divisória, naquele ponto, foi determinada em função da velocidade horária e do rumo, sendo de 2 graus e 44 minutos de latitude norte e 64 graus e 18 minutos de longitude oeste de Gw.

Em novembro e dezembro de 1943, o major Artur James Williams, aviador do Serviço Oficial de Ligação Americano em Atkinson Field, na Guiana Britânica, solicitou ao chefe da Comissão Brasileira de Limites capitão de mar e guerra Brás Dias de Aguiar, a presença de um engenheiro da Comissão, para o acompanhar nos serviços de explorações aéreas que tencionava fazer nas regiões das bacias dos rios Branco e Orinoco.

O comandante Brás colocou-me à disposição do major Artur Williams e em novembro segui para Atkinson Field.

Quando cheguei àquela base americana, o major Williams estava realizando vôos sôbre rios que já havíamos percorrido e em cujas nascentes já havíamos construído marcos fronteiriços. Êsses rios são o Majarí, o Uraricaá e o Mucajaí. Também já havia estado no Parima e localizado imprecisamente as origens do Orinoco, devido a não conhecer pontos astronômicos, perto da fronteira, nos quais pudesse apoiar o seu levantamento aéreo.

As coordenadas de partida eram as de Boa Vista do Rio Branco, distante da cordilheira Parima 316 quilômetros.

O vôo que efetuamos a 8 de dezembro teve como principal objetivo o rio Orinoco.

Havíamos estudado cuidadosamente a rota que iríamos seguir e procuramos sobrevoar os pontos da fronteira e os de suas proximidades determinados pela Comissão Mista e já do conhecimento do engenheiro da Comissão que ali se encontrava.

Pela manhã o avião levantou vôo, conduzido pelo major Williams, levando como passageiro o engenheiro da Comissão Brasileira Leônidas de Oliveira e dois sargentos norte-americanos, dos quais um motorista e o outro telegrafista.

O rumo inicial foi o da base de canoas do Mucajaí, que atingimos depois de uma hora e meia de vôo. Dêsse ponto nos dirigimos para o local do marco e sinal aerofotogramétrico das nascentes do rio Catrimani, os quais estivemos procurando, durante cinco minutos, sem resultado.

Não insistimos na localização do sinal do Catrimani porque sabíamos que próximo dali, no Tootótobi, havia outro de construção mais recente e, portanto, de mais fácil identificação. Entre o Catrimani e o Tootótobi, o percurso foi coberto em 10 minutos e antes mesmo de se ver o sinal, o engenheiro da Comissão reconheceu tôda a região e indicou o local onde o mesmo estava.

Ao nos aproximarmos, vimos distintamente o sinal que tem a forma de coroa circular, cavada no terreno.

Dêsse sinal aerofotogramétrico continuamos para outro ponto de coordenadas conhecidas e determinadas pelo próprio engenheiro que ali se encontrava. Êsse ponto está situado sôbre a margem de um rio e defronte de uma maloca de índios.

O rio em aprêço era o principal objetivo de nossa exploração naquele dia, por haver gerado uma série de dúvidas quanto à sua identificação, como o Mariduú afluente do rio Demeni, na opinião dos índios.

No ano de 1942, os engenheiros Oscar Teixeira e Enrique Rivas Rojas, admitindo que fôsse o próprio Orinoco, levantaram uma parte dêle e construíram na cabeceira de um de seus galhos um marco de fronteira.

Em março de 1943, o engenheiro que ali estava também o tomou pelo Orinoco e seria surpreendente se se viesse a positivar que êle pertencia à bacia do Amazonas.

A nossa exploração iria, portanto, antecipar-se no fornecimento de informações concretas a uma turma da Comissão Mista que, na ocasião, se dirigia para aquela região, a fim de verificar *in loco* o que os índios haviam asseverado.

Em cinco minutos de vôo, desde o sinal do Tootótobi, atingimos o rio em questão, no qual reconhecemos o local da derrubada, onde foram feitas as observações astronômicas em março de 1943, a maloca e os roçados dos índios ali domiciliados.

O aviador sobrevoou a maloca e apoiado nas coordenadas do ponto, se dirigiu para jusante fazendo o levantamento do rio. Êste, a princípio, caminhou para SW e depois flexionou para NW, direção esta que manteve, até reunir-se com um grande braço, que vinha da direita, o qual apresentava aí uma largura um pouco maior do que a do galho que havíamos seguido. Dêste ponto, continuamos para jusante, por cêrca de vinte e cinco milhas, findas as quais regressamos, para subir pelo ramo principal do rio.

No ponto de onde voltamos, o rio apresentava uma largura aproximada de 40 metros, era correntoso e semeado de cachoeiras.

O vale que avistamos na direção NW, passando ao norte de três montes isolados, dos quais um, pela forma arredondada que apresentava, nos pareceu ser o Lesseps, nos deixou convictos de que o rio não era outro senão o Orinoco.

Verificamos mais tarde que havíamos voltado de um ponto do Orinoco, não muito distante, determinado astronômicamente pela expedição Rice, em território venezuelano, na tentativa de alcançar a nascente daquele caudaloso rio.

Podia ser que estivéssemos enganados e o rio seguido fôsse o Siapa, afluente do Orinoco, o qual também sai daquelas imediações.

Mas a direção do vale sendo NW, num raio além de 80 quilômetros, era exatamente a do Orinoco, como tal aparece nas cartas geográficas de autoridades de renome, como o explorador Hamilton Rice e outros.

Para que fôsse do Siapa, o vale teria de inflexionar logo para SW e se

conservar nesta direção até uma distância superior a 120 quilômetros.

Do meridiano de 65 graus oeste de Gw, em diante, é que o Siapa se ajusta na direção geral de oeste, até a sua foz no canal de Cassiquiari.

Voltando ao nosso levantamento aéreo, penetramos no braço principal do rio, que foi seguido até a sua origem na cordilheira Parima, numa altitude aproximada de 1 300 metros sôbre o nível do mar.

Havíamos, por fim, identificado as nascentes do Orinoco formadas por dois grandes braços: o do sul, um pouco menor, já explorado e reconhecido pela Comissão Mista, nos anos de 1942 e 1943, e o do norte, agora determinado pelo hábil e competente aviador americano major Artur J. Williams, com a assistência da Comissão Brasileira de Limites, na pessoa do seu ajudante técnico Leônidas de Oliveira.

Antes de prosseguir nesta exposição, tenho que me referir a uma turma da Comissão Mista que subiu o rio Mariduú, afluente do rio Demeni, em novembro do ano passado, com o principal objetivo de verificar o que os índios haviam assegurado na campanha anterior.

Essa turma, chegando à conclusão de que o rio que havia seguido não tinha suas nascentes na divisória real, resolveu tomar um braço do rio Toototobi e segui-lo até sua nascente, na cordilheira Parima.

Transpondo essa cordilheira, o engenheiro venezuelano Hilário Itriago Gimon acompanhou um afluente do Orinoco e, guiado pelas informações que lhe forneci, baseadas nas explorações aéreas feitas por mim e pelo major Williams, o citado engenheiro, não só atingiu o ponto de bifurcação formado pelos dois ramos principais, norte e sul do Orinoco, como ainda seguiu por êste último ao longo de uma distância maior do que a atingida pelo avião.

O engenheiro Hilário, que ali chegou em princípios de março do corrente ano, informou que, na bifurcação, o rio tem 57 metros de largura e, no ponto de onde voltou, 81 metros.

Para terminar as explorações aéreas do dia 8 restava-nos sobrevoar os rios Mucajaí e Parima. Com efeito, das nascentes do Orinoco nos dirigimos pela linha divisória na cordilheira e depois passamos para as águas do Mucajaí, cujas nascentes foram também determinadas na cordilheira Parima.

Do Mucajaí, passamos para o Parima, que já havia sido levantado anteriormente pelo major Williams. Mesmo assim subimos, fazendo o levantamento e determinamos mais uma vez a sua nascente na cordilheira de igual nome.

De regresso, e sempre seguindo o Parima, encerramos o nosso levantamento aéreo na cachoeira Purá, de onde, em 1925, a expedição Rice regressou de sua viagem ao Uraricoera, dizendo ter atingido a nascente do rio.

Acima da referida cachoeira, o rio mede cêrca de 20 a 30 metros de largura e o seu desenvolvimento calculamos em 80 quilômetros.

A cachoeira Purá é de fato um grande baluarte do Parima e em tôda a sua extensão, avaliada em cinco quilômetros, as águas rolam com velocidade extraordinária, apertadas entre escarpados paredões de serras, que dificultam a passagem, mesmo por terra, de embarcações e carga.

Talvez tenha sido êsse o motivo que determinou o regresso das expedições do Sr. Hamilton Rice e capitão Polidoro Barbosa.

A meu ver, a determinação das cabeceiras do rio Parima constitui a maior glória, das explorações aéreas realizadas na cordilheira de nome idêntico.

Desejamos esclarecer que a Comissão Mista já estava segura pelas explorações terrestres, das nascentes do Orinoco, na altura das quais já se erguiam marcos de fronteira, símbolos do critério, segurança e responsabilidade técnica de seus engenheiros, não constituindo, portanto mais uma novidade sensacional a sua revelação, obtida a vôo de pássaro.

A identificação das nascentes do Parima, ao contrário, foi uma verdadeira revelação, porque a Comissão Mista ainda não as alcançara.

A Comissão Mista só planejava subir o Parima até as nascentes, em futuras campanhas.

Nossas atenções no momento convergiam para outras zonas que exigiam imediata investigação.

Até então, pelas informações que colhêramos, julgávamos que a fronteira passasse nas proximidades do último ponto atingido pela expedição Rice.

O reconhecimento obtido por meio dos vôos que realizamos com os nossos amigos americanos, que nos proporcionaram essas faculdades, desfez uma im-

pressão enganosa, facilitando-nos as tarefas futuras e conduzindo-nos à certeza de que a nossa fronteira está distante dos pontos que imaginávamos.

*4.º quesito*

Quanto aos serviços realizados pela Comissão Mista na região do Parima e em outros rios, cumpre-me informar o seguinte:

A Comissão Mista ainda não subiu o Parima, nem qualquer outro braço do Uraricoera, além da foz do rio Uraricaá, afluente dêsse último.

Até então, sua atividade estêve voltada para outros pontos da fronteira que necessitavam de mais rápida identificação.

A Comissão Mista sabia que a expedição Rice, já havia subido o Parima, dizendo ter atingido a cordilheira de idêntico nome, perto da cachoeira Purá, e que a mesma regressára de sua viagem com um mapa detalhado e certo de todos os acidentes geográficos que encontrara. Sabia ainda, por aquela expedição, que o acesso à fronteira, pelo Uraricoera, era difícil e bastante dispendioso, devido ao grande número de cachoeiras, altas umas, e extensas outras, esparsas ao longo de seu curso sendo necessário, portanto, para a sua subida, muitos homens e bastante material e rancho.

Diante de tais dificuldades e julgando que o Parima tinha suas nascentes pràticamente determinadas, a Comissão Mista resolveu realizar os seus trabalhos em outros rios completamente virgens da penetração até as cabeceiras por parte de qualquer elemento civilizado. Os rios em aprêço são o Mucajaí, o Catrimani, o Demeni e um grande número de tributários dêstes últimos, com apreciável volume d'água.

Todos êsses rios eram apenas conhecidos em curto trecho além de suas confluências e o principal objetivo da Comissão era torná-los conhecidos, localizando-os com exatidão nas cartas geográficas, em muitas das quais não figuravam, contribuindo, assim, para um melhor conhecimento da região.

Pela subida dêsses rios, seria determinada no terreno a linha divisória das bacias do Amazonas e Orinoco, ou melhor, a fronteira exata entre o Brasil e a Venezuela, assinalando-a com marcos. Ainda com a subida naqueles rios, seria possível à Comissão Mista encontrar um acesso fácil à faixa de fronteira, nas proximidades das nascentes do Parima, na qual pudesse executar os seus trabalhos, sem que fôsse necessário subir o Uraricoera.

E foi assim que, durante os três últimos anos, já se colocaram marcos nas nascentes dos rios Catrimani, num braço do rio Tootototobi, afluente do Demeni, nesse rio e no Marari, tributário do Padauiri. Em todos êsses pontos foram também construídos sinais aerofotogramétricos para servirem de apoio ao levantamento por aerofotogrametria de tôda a fronteira entre os dois países.

É bem possível que, na campanha que se iniciará em setembro do corrente ano, sejam atacados os serviços no rio Parima, nos seus galhos principais, e no Auaris, também grande formador do Uraricoera.

Mas a concretização da subida por êsses rios só será possível mediante prévio entendimento entre os chefes de ambas as Comissões e isso só se realizará depois que a Comissão Mista se reunir, em futuro próximo, para combinar o programa de seus trabalhos durante o ano corrente.

Pelas explorações aéreas realizadas no Orinoco e no Parima pelo major Artur Williams, com a assistência da Comissão Brasileira de Limites, ficou provado: que na altura da nascente principal do primeiro daqueles rios, a linha divisória flexionou muito para leste, descrevendo uma grande hipérbole, cujo vértice está situado num ponto um pouco ao norte do marco do rio Catrimani; e por outro lado o Parima produziu uma inflexão, da referida linha de fronteira para oeste, tudo isso estando em contradição com as indicações dos mapas existentes.

Assim, a Comissão Mista vai aos poucos, retificando o traçado teórico da linha de fronteira, tal como aparece nas referidas cartas.

Na parte que toca à Comissão Brasileira, todos os trabalhos mencionados, na ligeira exposição que fizemos, foram realizados sob a orientação técnica de seu chefe comandante Brás Dias de Aguiar, cuja fôlha de serviços e invulgar experiência são do domínio do país inteiro.

Sentimo-nos felizes em destacar, igualmente, a atuação da Comissão Venezuelana que, por seu chefe, enge-

nheiro Miguel de Lemos e por seus auxiliares, tem participado, com grande eficiência, dos trabalhos de demarcação que se estão realizando dentro do melhor espírito de cordialidade e mútua compreensão.

*Leônidas P. de Oliveira*

*

**Colonos e lavradores**

A palavra "colono" não é fácil de definir. É uma expressão genérica, abrangendo diferentes situações agrárias. Até mesmo nos dicionários, ela tanto significa o habitante de uma colônia como o agricultor em geral.

Como todos sabem, o vocábulo veio do latim, como também veio do Império Romano a própria instituição do colonato. *Colonus* significava cultivador, agricultor, derivando de *colere*, cultivar o campo. Segundo o Sr. Bloch, "a palavra *colonus* teve, conforme a época, acepções diversas. Designou inicialmente o homem que cultivava a terra por sua própria conta, mais tarde aquêle que a cultivava para outrem, na qualidade de rendeiro" (*fermier*).

Alexandre Herculano, estudando as instituições portuguêsas, também nos ensinara "que tanto no sistema de colonização agrícola do Império, como no sistema bárbaro, as condições do contrato que se fazia ou supunha existir entre o patrono e o colono, eram variadas e ofereciam diferentes espécies". A palavra "colono" não era desconhecida nas *Ordenações* e figurou também na legislação estravagante, revestindo-se de diversas significações. Às vêzes se identificava perfeitamente com a figura do parceiro; outras vêzes aparecia com o sentido de rendeiro. O velho Coelho da Rocha, por exemplo, usa da expressão nesses dois sentidos. "Nos arrendamentos de mais de trinta anos — diz êle — o *colono* não pode desfazer as benfeitorias nos últimos vinte anos do contrato, etc. "Chama-se arrendamento de parceria — escreve êle — aquêle que o *colono* ajusta dar de renda uma quota dos frutos do prédio, v. g. a metade da têrça". Teixeira de Freitas também ensina que o arrendatário em tal caso (de parceria) denomina-se *colono parciário*. Em alguns casos, dava-se o nome de colono ao foreiro. Nesse sentido é que figura, por exemplo, no Regimento do governador Roque da Costa Barreto, quando falava em terras cultivadas "em parte, ou em todo, pelos donatários, seus colonos ou forasteiros".

Essa variedade de sentido não cessou, nos costumes ou realidades agrárias do Brasil de hoje. Chama-se colono, nos Estados do sul, aos proprietários de pequenos lotes de terras e êsse talvez seja o único sentido novo dessa palavra, o que se explica pela influência da colonização, que dividia propriedades e tornava o domínio dos lotes accessível aos imigrantes. Quando êstes completavam a aquisição, nem por isso perdiam o título de colonos, com que haviam começado a trabalhar. Em outros Estados, o têrmo "colono" está associado ao conceito de imigrante e não traduz nenhum regime agrário, especial ou não. Encontrei há pouco, na Bahia, um fato curioso. O govêrno, havia criado uma espécie de colônia japonêsa, com loteamento de terras, para divisão da propriedade num prazo determinado. Os titulares dos lotes eram chamados, naturalmente, colonos. Por fôrça dos sucessos da guerra, abandonaram a colônia e os substitutos que aparecem continuam com o título de colonos, embora sejam brasileiros. Não se emprega essa classificação na Bahia senão nesse caso especial.

Já em São Paulo, o vocábulo serve para diversas situações, perfeitamente distintas. Tanto se denomina colono o parceiro e o rendeiro como o salariado e o empreiteiro de obras. A novidade estará apenas na extensão do título aos empreiteiros e aos salariados, pois quanto aos rendeiros e aos parceiros, é evidente que se não quebrou a tradição de classificações antigas. O salariado, aliás, é conhecido como "camarada". O nome "colono" já traduz uma estabilidade muito próxima dos regimes de parceria, ou de arrendamento, com os quais muitas e muitas vêzes se confunde.

Os rótulos, aliás, valem pouco. O que se deve procurar é a essência da relação jurídica existente e nesse ponto não há muito que variar. As formas de exploração da emprêsa agrícola são limitadas. Há, em suma, a exploração pelo próprio proprietário, os seus salariados, o arrendamento, a parceria, a enfiteuse, as formas próprias da coletivização. Qualquer que seja a denominação adotada na região, o lavrador, ou o colono, terá que ficar enquadrado numa dessas categorias de relação jurídica. O lavrador, nos Estados do norte, pode ser também rendeiro, parceiro ou

salariado, como o colono. Por isso o Código Civil deixou de lado as classificações regionais, para tratar exclusivamente da natureza das obrigações existentes. Num contrato, ou num regime de parceria, que adianta se denomine lavrador ou colono o parceiro? Que significação ou que influência poderá ter êsse rótulo nas relações da parceria? Se a palavra colono, ou lavrador, se reportasse apenas a um tipo único de exploração, ainda haveria o que discutir, se êsse tipo único fôsse especial. Na verdade, porém, sob o mesmo título há parceiros, rendeiros, empreiteiros, salariados, isto é, obrigações muito diversas, muito antigas e já reguladas e disciplinadas no direito civil. Por onde se vê que o poder de originalidade se limita ao rótulo, não alcançando a natureza da obrigação. Colonato pode ser um vocábulo bonito, mas se reporta a um conjunto de situações, que são muito mais antigas que a Sé de Braga. Não expressa um regime agrário especial, mas uma série de regimes agrários, como a parceria, o arrendamento, a empreitada, o trabalho assalariado. Quando se fala em "colono" não se define coisa alguma, sob o aspecto jurídico, pois que, pela amplitude de expressão genérica, não se pode saber se se trata de rendeiro, de parceiro, de empreiteiro, ou de salariado. O que existe em São Paulo não é uma nova modalidade de exploração, mas tão sòmente uma classificação nova, que não altera a natureza das obrigações estabelecidas, nem constitui uma forma de obrigação diferente dos modelos clássicos, fixados em nosso direito agrário.

*Barbosa Lima Sobrinho*

★

**Petróleo**

Petróleo é outro produto de importância capital para o mundo civilizado. Não se compreende progressos sem movimentos e para se movimentar num país grande como o nosso, de jeito a levar a todos os brasileiros o confôrto do progresso, a garantia da lei e o amparo do Poder Público, é mister viajar de avião.

Após êsse colapso da navegação na costa, impôsto pela campanha brutal dos nossos inimigos, o uso das aeronaves, vai acostumando de tal modo o brasileiro às viagens rápidas, que num futuro bem próximo ninguém irá de boa vontade do Rio a Belém ou a Pôrto Alegre nos morosos navios da nossa cabotagem. Bastaria êsse fato para estimular a criação de fontes de carburantes para aviação, em escala que bastasse às nossas necessidades, sempre crescentes, e que permitisse uma produção nacional a um preço compatível com as exigências do mercado. Não têm razão os pessimistas que temem a criação duma indústria nacional de petróleo que eleve a gasolina ao preço da água Salutáris. Entretanto temos bem próximo o exemplo da Argentina que criou sua indústria de petróleo permitindo vender a essência a preço muito mais baixo que a água mineral de procedência nacional. No mundo inteiro o custo da garrafa de água nas cidades grandes é mais caro que a gasolina importada de milhares de quilômetros. O custo do refino de petróleo é hoje um assunto meticulosamente estudado e pode ser calculado *a priori* até os mínimos detalhes. É sabido que os fatôres mais preponderantes da formação do preço são a eficiência da aparelhagem, os processos adotados e o volume elaborado na unidade de tempo. Donde se conclui que não será possível produzir gasolina e outros derivados de petróleo a um preço satisfatório se não forem tomadas em consideração os dois fatôres: produção em grande escala e por processos modernos. Para satisfazer ao primeiro item poder-se-ia trabalhar sem a menor ligação com qualquer entidade estrangeira bastando que houvesse matéria prima em abundância para destilar grandes quantidades em unidades possantes. Entretanto a segunda condição não pode ser satisfeita sem um substancial entendimento com as corporações que lidam com o assunto em todo o Planeta. O aperfeiçoamento na técnica de refinação de petróleo é sem dúvida o mais expressivo exemplo de conquistas do homem no domínio da química e física aplicadas à indústria. Compara-se, por exemplo, a evolução da siderurgia, das indústrias têxteis, da fabricação do cimento e outros grandes ramos da indústria, como o setor da refinação e tratamento do petróleo. O número de patentes é assombroso, as organizações de pesquisas são inúmeras e os efeitos apenas surpreendentes. Tal sublimação de técnica tem por escopo mais um *desideratum;* certas pesquisas se orientam no sentido de produzir cada vez mais os compostos mais solicitados na época. Assim, a preocupação nos últimos anos foi obter o máximo de gasolina dos petróleos. Em 1880 nos Es-

tados Unidos se destilava o óleo para ganhar apenas querosene; a gasolina era lançada fora ou fraudulentamente adicionada ao querosene para aumentar-lhe a quantidade. Mais tarde com o emprêgo crescente do motor de explosão, e a regressão paulatina da iluminação a querosene, tôda a orientação técnica voltou-se para a obtenção do máximo de gasolina. As estatísticas são eloqüentes; para a média dos petróleos elaborados nos Estados Unidos o teor de gasolina e naftas obtido industrialmente era de 10,3% em 1880, 18,2% em 1914, 25,3% em 1918, 28,8% em 1922, 34,9% em 1926, 42,0% em 1930, 43,4% em 1934 e 44,1% em 1936 !

Mas não parou aí o progresso da técnica. O aperfeiçoamento dos motores em vista das novas aplicações — para aviação, por exemplo, exigiu modificações na composição da gasolina para satisfazer às condições físicas e químicas reclamadas no funcionamento. Deixou-se pròpriamente de *extrair* gasolina do petróleo numa operação simples como se fazia primitivamente para se fabricar tipos de gasolina, com as frações leves extraídas do óleo cru.

Hoje há nada menos que 4 principais fontes de gasolina do petróleo. Primeiro a que se obtém do gás natural, quer pela adsorção em carvão ativo ou por absorção em óleos adequados ou por compressão em condições determinadas. Depois a gasolina direta da destilação simples (*topping*). Ainda se tem a gasolina de *cracking*, isto é, proveniente da decomposição dos hidrocarbonetos superiores sob certas condições de pressão e temperatura e na presença de determinados catalizadores. Finalmente temos as gasolinas de polimerização obtidas pela síntese de hidrocarbonetos, partindo dos gases de petróleo. Essas gasolinas são então corrigidas com adição de compostos estranhos ou misturadas em proporções convenientes às de *topping*, e às de hidrocarbonetos parafínicos, às de hidrocarbonetos aromáticos ou naftênicos de jeito a formar as essências com as propriedades necessárias para bom rendimento nos motores.

Há em tudo isso uma técnica tão especializada que escapa à maioria das pessoas mesmo de instrução superior; daí se justificam as idéias ultra-xenófobas de alguns que pensam ser possível fazer uma grande indústria de petróleo, moderna e eficiente, com a plena exclusão de qualquer interferência de técnica estrangeira.

Não é razoável que excluamos os processos modernos para fugir ao contrôle das corporações concessionárias das patentes e calquemos a nossa indústria de destilação em métodos antiquados, que já ultrapassaram o período de proteção legal e caíram no domínio público. Sobretudo assim nunca poderíamos concorrer em preço e qualidade com os bons produtos fabricados além-mar. Nesses primeiros passos da nossa experimentação na indústria de petróleo, montou-se na Bahia uma pequena refinaria de emergência que já produz alguns milhares de litros diários, utilizados nos transportes regionais. Produto puro, imaculado que sai dos condensadores para os tanques dos veículos, entretanto não prima pela eficiência porque lhe faltam justamente aquêles corretivos e aquela "química" sofrida pelo produto comercial. Basta dizer que o índice de octana da gasolina da Bahia é da ordem de 40 enquanto o das gasolinas para automóvel que importamos é de 64 e o das gasolinas para aviação varia de 85 a 100. Hoje as refinarias combinam os vários métodos — destilação à pressão atmosférica, *cracking* polimerização, afim de poder fornecer as gasolinas com os índices de octana necessários à boa aplicação.

A feição mais característica da indústria de refinação de petróleo é a evolução constante dos métodos de modo que as usinas modernas em poucos anos já se tornam obsoletas se não passarem freqüentemente por modificações quase radicais. Êsse é um caráter típico da indústria da refinação e mostra a impossibilidade de alguém progredir encantoado numa usina, alheio aos maravilhosos aperfeiçoamentos emanados dos grandes centros.

Ao problema em aprêço bem se ajusta o pensamento do nosso eminente chefe de Estado, quando no dia 7 de setembro de 1943 anunciava ao Brasil: *"O sentido humano da vida exige e impõe a colaboração; o progresso técnico contemporâneo afasta a simples possibilidade de subsistir sem os outros ou contra os outros"*.

É preciso que se examine a questão do petróleo no Brasil com o espírito largo que caracteriza a nossa política atual, sem o estreito regionalismo de outrora, que impediu o surto da siderurgia nacional porque o minério de ferro teria de ser reduzido em Minas e não deveria enriquecer uma zona do Estado do Rio ou Espírito Santo.

Complexa como é a questão do petróleo que abrange setores revestidos de modalidades tão diferentes, como a questão da pesquisa, da extração, da refinação e da distribuição, terá de ser antes do mais estudada cientìficamente, com a devida serenidade, dentro do quadro real da nossa política e sem partidarismos estreitos ou reivindicações regionais.

Somos daqueles que muito confiam no futuro da exploração do petróleo no Brasil, e nossa confiança sempre se fundou na observação da Natureza e na correlação com os fatos ocorridos noutras regiões. Não se estudou suficientemente o país para se ter opinião definitiva sôbre qualquer uma das formações geológicas compatíveis com a existência de campos petrolíferos. Nem os estrangeiros, nem os nacionais fizeram estudos suficientemente esclarecedores nas regiões onde aparecem indícios superficiais ou se aproximam de outras já em caráter de produção. É utopia dizer que alienígenas já estudaram secretamente todo o país e que companhias poderosas sabem onde se esconde o precioso combustível. O caráter da pesquisa moderna é de tal modo detalhado que não poderia ser feita sem chamar a atenção dos brasileiros. O que tem sido feito limita-se a reconhecimentos rápidos e trabalhos preliminares ainda muito distantes da fase final dum programa completo de pesquisa de petróleo. Nesse setor é pura mística ver no estrangeiro um inimigo que conhece mais o subsolo do Brasil que os brasileiros.

Fôrça é reconhecer que os recursos de técnica e de capital necessários a um trabalho intensivo são de tal monta que ultrapassam as disponibilidades reduzidas do capital privado nacional. E no entanto, só um grande esfôrço da atividade particular estimulado pela miragem de grandes proventos e confiante nas garantias da lei poderá facilitar a árdua tarefa do Poder Público de desvendar no Norte, no Nordeste, na costa de leste e no planalto meridional aquelas fontes de óleo tão necessárias ao pleno êxito de todos os programas de indústria e transporte no país. Não há problema de pesquisa mineral que exija mais técnica e maior concurso de vários ramos que êsse do petróleo e o Brasil é pràticamente um campo virgem para a aplicação das idéias e métodos modernos. Se a aplicação dêsses métodos em áreas já bastante palmilhadas deu resultados promissores, com maior razão deve-se esperar bons resultados no Brasil, onde a cada passo surgem riquezas imprevisíveis.

A própria experiência, em pequena escala, nos últimos anos já revelou fatos sensacionais. As sondagens do govêrno no Recôncavo da Bahia deram os campos de óleo em Candeias e Itaparica e o campo de gás natural em Aratu. Os trabalhos da Companhia Itatig em Sergipe revelaram grande depósito de salgema na zona de Socorro, e as perfurações do govêrno em Maceió também levaram à descoberta de possantes camadas de sal. O que isso representa para o enriquecimento do patrimônio do país é de grande monta, bastando lembrar como é útil o sal-gema na fabricação da soda cáustica, sem contar o valor de abundantes fontes de energia numa região promissora como o Recôncavo da Bahia! Não é pois, demasiado optimismo confiar em grandes descobertas quando se aplicar intensamente no Brasil essa técnica moderna de geofísica e geoquímica que vem fazendo tanto sucesso nos Estados Unidos e na Rússia.

Os fatos mostram que as possibilidades de abastecimento têm crescido em maior proporção que o aumento de consumo.

As razões são várias, porém, tôdas condicionadas a uma melhoria na técnica de pesquisa, pela aplicação dos métodos geofísicos, na extração pelos aperfeiçoamentos no bombeamento, repressão e na regulamentação das vazões, e no refino pelos processos de *cracking* que se traduzem em melhor aproveitamento do óleo bruto.

As antigas previsões de esgotamento das jazidas de petróleo têm falhado sistemàticamente em vista das novas descobertas de modo que hoje os homens de responsabilidade já se furtam aos cálculos dêsse gênero, tão em moda alguns anos atrás. É que no princípio dêste século ainda não se contava muito com o sucesso de novos métodos de pesquisa aplicados a regiões que pela geologia superficial não inspiravam grandes esperanças.

O panorama geral que vimos aplicado ao mundo, certamente se repetirá no caso particular do Brasil. À pergunta: haverá petróleo no Brasil? — duas respostas diametralmente opostas se têm espalhado no país. A pessimista, originada pelas afirmações de I. C. White, em 1906, alegando que não havia esperança de petróleo no sul do Brasil

(de São Paulo ao Rio Grande); e a otimista que se baseia no fato de haver petróleo em quase todos os nossos vizinhos, e portanto o fenômeno deve ser generalizado também no Brasil. É uma teoria de critério geográfico inaplicável a caso que requer únicamente critério geológico. No mesmo êrro incidiu Antonil quando 325 anos atrás argumentava que metais deviam existir no Brasil, "pois o Oriente é mais pobre que o Ocidente e por tanto o Brasil mais opulento que o Peru..."

A resposta pessimista carece de fundamento porque a opinião foi alicerçada em observações rudimentares que mais tarde tiveram amplo desmentido no México. Fundava-se no fato da ação destruidora de rochas eruptivas sôbre os sedimentos portadores de óleo, o que só é verdadeiro em escala muito limitada. As inúmeras observações feitas em vários pontos do Globo, inclusive aqui no Brasil, destruíram a teoria que afastava a possibilidade do petróleo no Brasil pelo fato da ocorrência generalizada de diabásio atravessando as formações permianas. A segunda por tão simplista não é de se tomar em consideração. Por enquanto só se pode dizer que o precioso combustível foi descoberto oficialmente no Recôncavo em janeiro de 1939, e que a produção atual é da ordem de 20 toneladas diárias ou seja menos de 1 % do nosso consumo.

Por aí se vê como a questão do petróleo na situação em que se acha quase um lustro após a descoberta, longe está de ser uma solução para as nossas necessidades. Urge, pois, que se congreguem os ânimos de todos os brasileiros de boa vontade no sentido de solucionar êsse grande problema nacional, que só poderá ser resolvido com espírito de colaboração, com recursos financeiros amplos e uma norma de trabalho calcada nos mais modernos processos de pesquisa.

SÍLVIO FRÓIS ABREU.

★

## Organização dos Territórios

O Sr. Oto Prazeres apresentou, na edição de 21 de julho último de *A Manhã* sugestões interessantes sôbre a organização dos Territórios. Iniciando o seu artigo, o ilustre comentarista fêz referência às dificuldades em que se encontraram os constituintes de 90-91, quando tiveram de regular a situação dos municípios. Queriam êles, a todo transe, estabelecer, de modo característico a Federação, que exigia para cada Estado ampla liberdade na própria organização, esclarece aquêle membro da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais.

Mas, estabelecer regras ou condições relativamente aos municípios equivalia, sem dúvida, a traçar restrições importantíssimas a essa liberdade estadual. Uma grande parte de congressistas pensava que os Estados deveriam organizar livremente os municípios e dar o grau de autonomia dessas entidades públicas segundo o peculiar interêsse dos Estados e não dos municípios.

O Congresso Constituinte tinha bem em vista as profundas diferenças existentes entre os Estados que iam criar e as antigas Províncias; e, consciente, não queria impor um figurino para todos, principalmente na parte importante da indumentária que seria a legislação sôbre o tipo municipal.

Foi deixado, portanto, aos Estados ampla liberdade de ação, muito embora ficassem na lei básica três linhas sôbre a matéria dizendo: "Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeita aos seu peculiar interêsse".

Esta redação, oferecida pela bancada do Pará, lembrava a borracha, por ser de uma grande elasticidade, deixando o assunto para ser regulado pelas vinte assembléias legislativas constituintes estaduais. Cada uma poderia dar ao texto federal a interpretação que bem entendesse...

Se assim aconteceu quando estava em jôgo o valioso princípio federalista e no momento em que o país se organizava federalìsticamente, como negar à União o direito amplo de organizar os Territórios Federais, isto é, êsses territórios que foram destacados dos Estados federalizados porque assim o exige o maior dos interêsses — o interêsse da defesa nacional.

Informa o Sr. Otto Prazeres — Se, em 1891, quando o Brasil transformava o seu sistema unitário no federalista — cada Estado teve liberdade completa para definir a autonomia municipal, isto é, para estabelecer a sua divisão político-administrativa como bem entendesse, não é possível negar à União o mesmo direito, quando o seu ato criando os Territórios percorre caminho inverso.

Se a Constituição vigente, como a de 1934, estabeleceu, quanto a tributos, uma parte fixa, isto é, na qual não podem tocar os Estados, para os municípios; por outro lado deu aos chefes dos governos estaduais o direito de nomear livremente os prefeitos e perdura na vigência da presente lei básica, porque nela não existe proibição, a existência dos Departamentos Municipais, que tão intimamente intervêm na vida administrativa municipal, traçando ou impondo medidas decisivas para os negócios locais.

Declara a Constituição, no seu artigo 20, letra *f*, que nos Territórios, é da competência privativa da União decretar os impostos que a Constituição atribui aos Estados.

Que fica para os governos enérgicos e prontos, como devam ser os governos estabelecidos para os destacados trechos do território brasileiro como um imperativo da necessidade da defesa nacional?

Êsse govêrno não poderá baixar legislação alguma geral para o Território, porque essa legislação é do govêrno federal; não poderá ter ação legal, tributária ou de qualquer outro gênero — porque, criados os municípios ou divido o Território em municípios, ter-se-á que respeitar a êstes a autonomia municipal.

Se os municípios, desempenhando as atribuições que lhes são peculiares e muitas outras que êles mesmos se arrogam, agem livremente, por tôda a parte, muito embora haja govêrno estadual autônomo, isto é, govêrno estadual com uma competência decisiva sôbre os municípios, que não farão com um governador de Território de poderes limitados?

Se a divisão administrativa dos Territórios fôr semelhante à dos Estados, todos os males verificados se agravarão e, assim com a criação dêsses Territórios, em vez da sonhada conjugação de esforços de tôda a região sob um govêrno exigido pelo alto interêsse de defesa nacional, teremos ao contrário — uma administração mais dispersiva, menos combinada e, portanto, decisivamente contrária ao triunfo seguro do objetivo colimado.

Não poderemos fugir à necessidade de dar aos Territórios um govêrno forte, em que o delegado da União, o delegado do Presidente da República se mova, exerça uma ação eficaz e rápida, conforme as circunstâncias o exigirem, tendo por guia as instruções traçadas pelo govêrno da República. Tudo isto será utilizado se os governadores dos Territórios tiverem que esbarrar diante das autonomias, das regalias municipais.

Outra terá que ser, portanto, a divisão administrativa dos Territórios.

Em qualquer parte dêstes, dentro do seu próprio âmbito sem peias de qualquer espécie, precisam agir os governadores, considerando ùnicamente as leis e as recomendações recebidas do govêrno central.

Se cabe ao govêrno da União decretar, para os Territórios, os impostos que competem aos Estados, lògicamente deve caber aos governadores dos Territórios decretar os impostos locais, urbanos e outros, que a lei básica atribui aos municípios e aquêles outros que a União entenda dever transferir aos Territórios.

Se assim não fôr determinado e os Territórios forem divididos, com tôdas as conseqüências, em municípios, teremos então os governadores, nomeados para exercer um govêrno mais enérgico, sem papel algum, sem influência alguma na administração local, valendo menos do que os governadores dos Estados no que diz respeito à intervenção nos municípios, visto que êstes terão que receber ordens, favores e amparo do govêrno federal e não do delegado dêste no govêrno do Território, conclui o comentarista.

★

**Prioridade da geografia**

Significativas as repetições históricas. Os fatos que tornam a acontecer, as tradições que revivem. Isto nos ocorreu deparando com um telegrama de jornal, segundo o qual o sub-secretário de Estado Stettinius, em uma viagem empreendida a Londres, em março de 1944, seria acompanhado pelo geógrafo Isaiah Bowman e mais outros técnicos. Antigamente — e o nosso pensamento envolve as navegações, desde os fenícios — isto era comum. O geógrafo, o homem entendido em correntes marítimas e aéreas, o decifrador dos roteiros oceânicos e das cartas geográficas, era elemento imprescindível nas expedições.

Em cada uma delas lá ia êle sereno como um oráculo, contrabalançando com a sua ciência, a audácia um pouco aventureira dos práticos-navegadores.

Não exageraríamos, dizendo que a geografia sempre foi tida em alto conceito pelos povos antigos. Examinemos a expansão dos fenícios ou a primeira grande organização política do mundo — o Império Romano — e veremos o critério essencialmente gráfico que predominou em ambas as emprêsas. Fenícios e romanos *pensaram geogràficamente*. Todos os impérios que tiveram longa história, caracterizaram-se pela "consciência geográfica" dos seus estadistas. O moderno exemplo dos inglêses reforça a presente teoria. Do mesmo modo, a recíproca é verdadeira. Povos vêm fracassando na missão civilizadora porque esqueceram-se da geografia. *Geopolítica* é uma capa nova, uma palavra apenas, para disciplinar essa *precaução geográfica* dos governos, velha como o tempo. Importante salientar é que, de fato, a ciência geográfica encerra, cada vez mais, o ponto de convergência de todo o conhecimento humano. Isto marca bem o sentido de uma época. Define. O espírito da Idade Média pode ser compreendido apenas, considerando-se que a filosofia era a ciência maior, nesse tempo. Tudo marchava para ela. Também a sociologia pretendeu representar êsse papel, no início dêste século. Agora é a vez da geografia. Geografia num sentido amplo. Física e humana, com as suas múltiplas subdivisões. Nenhuma grande emprêsa política, militar, econômica, social, administrativa, pode ser tentada mais, sem que a opinião do geógrafo seja ouvida. *Política* passou mesmo a ser quase um sinônimo de *geografia*. É possível que amanhã a situação mude. Pequenos imprevistos alteram o rumo da história, o espírito dos séculos. Tal hipótese, porém, não nos interessa aqui. Constatamos uma situação *real* presente. Nada mais. E um sintoma bem evidente encontramos nesta notícia de jornal. Pela imprensa, aliás — relevem o chavão — travamos contacto com a marcha do tempo.

✶

**Engenharia colonal paulistana**

A 13 de fevereiro do corrente ano, o Sr. Afonso de E. Taunay publicou um artigo sobremaneira interessante, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Foi escrito a propósito do cinqüentenário da Escola Politécnica de São Paulo e obedece ao título que epigrafa esta nota.

A criação do colonizador português, no plano material, exteriorizou-se particularmente em dois setores: a arquitetura militar e a arquitetura religiosa: fortalezas e igrejas, diremos em outras palavras, foram os primeiros monumentos que o instinto civilizador e conservador do português plantou por aqui, na paisagem ainda bárbara dêste país.

No presente estudo, o brilhante historiador brasileiro mobiliza os recursos de sua erudição para — na fluência que caracteriza a sua prosa — empreender uma síntese atraente do assunto.

Dêste trabalho, transcreveremos aqui alguns trechos que mais de perto possam interessar aos leitores do *Boletim*.

Inicia êle dizendo que em São Vicente e Santo Amaro atualmente território paulista — e de população escassa nos primeiros tempos — não era de esperar que se encontrassem grandes obras de arquitetura e engenharia, nos três primeiros séculos da colonização.

As primeiras que se realizaram, obedeceram a dois imperativos: o da defesa contra os autoctônes e os inimigos marítimos e os da piedade católica tão fortes nos núcleos lusitanos do tempo: fortalezas e igrejas eis o que de mais vultoso se edificou.

Destas obras sumárias muito sumárias mesmo, muito pouca coisa até nós chegou. O forte de Bertioga, de meados do século XVI, e a igreja de São Miguel terminada em 1622, a de Santo Antônio do Valongo, em Santos, construída em 1640, a de Mboy datada do fim do século XVIII. Eis talvez o que de mais importante subsistiu até os nossos dias. E subsiste ainda hoje.

São Tiago da Bertioga, o pequenino e tão pitoresco fortim, que as marés altas ameaçam subverter, se não o proteger algum ensacamento, parece datar de 1542. Começou por uma trincheira mandada fazer por Martim Afonso de Sousa. Serviu de teatro de diversas refregas entre portuguêses e tamoios que nêle capturaram o famoso aventureiro alemão Hans Staden, artilheiro da praça.

O que hoje existe deve ser o que o Morgado de Mateus restaurou pelos anos de 1770.

Da fortaleza gêmea da de São Tiago, a de São Filipe, erecta à margem meridional do canal da Bertioga nada subsistia em 1765 quando o Morgado de Mateus a mandou reconstruir sob o nome do forte de São Luís. Hoje dela

quase se pode dizer *etiam periere ruinae* como sucede com o antigo forte da vila e o de Itapema, outrora muito citado, ambos ao que parece quinhentistas.

Assim também vem do século XVI a fortaleza da Barra Grande que data dentre 1584 e 1590 e erigiu-se por ordem do desastrado almirante espanhol colonizador do estreito de Magalhães, Diogo Flores Valdez.

Esta pequena fortificação de nada valeu à sua praça por ocasião do assalto de Cavendish em 1591.

Êste forte da Barra Grande reconstruído em 1723 a 1725 serviu de prisão de estado principal da capitania vicentina, e em seus lôbregos cabalouços estiveram longamente detidos alguns personagens de notoriedade na história paulista como Bartolomeu Pais de Abreu e o ladravaz Sebastião Fernandes do Rêgo, assim como injustiça máxima! os heróicos comandantes da sinistra praça do Iguatemi, Jerônimo da Costa Tavares e o vigário Antônio Ramos Barbosa.

Em tôrno de São Sebastião ergueram-se alguns baluartes e trincheiras, exageradamente chamados fortalezas, como as da Praia do Barro, Seputuba, Araçá, Ponta da Cruz. Foram êstes baluartes do litoral paulista, os antecessores dos grandes fortes Duque de Caxias e de Monduba, de recente construção.

Os primitivos colégios jesuíticos representam certamente o que houve de mais vultoso da arquitetura civil paulista dos primeiros séculos. Os inacianos reconstruíram o modestíssimo igrejó anchietano quinhentista na segunda metade do século XVII.

Era de pequenas dimensões como todos os demais templos desta centúria em São Paulo, em Santos, e as modestíssimas matrizes das pequenas vilas, vizinhas de Parnaíba, Itu, Sorocaba, Mogi das Cruzes, Taubaté, etc. Pequeninos e sobremodo toscos, também os conventos e mosteiros das "religiões", estabelecidos em São Paulo: as de São Bento, São Francisco e Nossa Senhora do Carmo.

No século XVIII construíram-se diversos templos novos em São Paulo e nas diversas vilas, mas em geral todos pequenos. O maior foi certamente a catedral paulista, construção erecta dentre 1745 a 1756 à custa das esmolas dos fiéis e afinal concluída graças a um auxílio dos cofres régios, no valor de trinta mil cruzados.

Era preciso que São Paulo tivesse um templo correspondente à nova dignidade que a bula *Candor lucis* lhe conferira: a de sede diocesana.

Era a Sé de São Paulo, ampla e feia, de muito medíocre arquitetura mas sua nave comprida mas não muito larga tinha certa imponência.

Em 1783 dela dizia o plagiário Cardoso de Abreu, em seu *Divertimento Admirável,* que era magnífica.

Assim admira que em Itu, se haja, em 1780, inaugurado a matriz nova de Nossa Senhora da Candelária com a sua grande nave de quase dezoito metros de vão.

Tornou-se êste templo o objeto da maior admiração dos seus coevos e ainda em 1819 arrancou de Saint-Hilaire palavras de real elogio.

O mais notável edifício civil da capitania paulistana no século XVIII deve ter sido provàvelmente a casa do Senado da Câmara que compreedia também o ergástulo local.

Vêm as velhas atas cheias de pitorescos informes sôbre a construção do primitivo paço municipal paulistano quinhentista.

Dêle nos ficou esbôço sobremodo sumário o mais velho documento iconográfico da cidade de São Paulo: o desenho rústico, *la vila de San Pablo en el Brasil* que acompanha o sumário e fantasioso mapa da autoria de D. Luís de Cespedes Xeria. Primeira carta de penetração no interior brasileiro, por ordem de antigüidade, pertence esta peça importantíssima ao Arquivo General de Índias, em Sevilha, e data-se de 1628.

Com que dificuldade haviam os bons rupublicanos paulistanos conseguido a construção de seu paço municipal.

O que em 1575 existia quase caíra em 1583. Fora então coberto de palha. Consertado em 1594, achava-se em 1606 novamente arruinado.

Em 1610 mandou D. Francisco de Sousa que se construísse paço condigno para a vila mas a questão se protelou.

Só em 1619 é que mediante subscrição pública conseguiu a edilidade comprar por quarenta mil réis a casa de Francisco Roiz Velho para nela funcionarem câmara e cadeia. Metade se pagou em dinheiro, dez mil réis em drogas de terra e o resto pela avaliação do terreno da cadeia velha no estado em que se achava.

Nada mais tôsco do que esta nova casa do conselho, com o seu corpo central, sobradinho ou balcão de dois pequenos lances laterais como nos indica a figura no mapa de Cespedes.

Os ouvidores gerais da Repartição do Sul, a cada passo instigavam os paulistanos a edificar paço novo "cadeia, casa do conselho e da câmara, de pedra e barro, de quatro palmos de largo e as paredes com bons alicerces".

Em 1653 o Dr. João Velho de Azevedo mandou derrubar o palácio municipal existente sob o pretexto de que não passava de pardieiro horrivel.

Viveu o govêrno da vila a funcionar em casas alugadas e esta situação parece ter-se mantido até os anos setecentistas.

A 11 de julho de 1711 foi a antiga vila de São Paulo do Campo de Piratininga elevada à categoria de cidade.

Em 1713 escrevia D. João V ao ouvidor geral Souto Maior determinando que se esforçasse para que se edificasse o paço e a cadeia de pedra e cal da nova cidade capital da capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

A cadeia paulistana, representava a Câmara ao Rei, estava em péssimo estado "encapás pela sua danificação" de onde provinha situação de verdadeira "em desensia".

Em 1717, não sabemos se convidado ou espontâneamente, ofereceu-se o opulento repúblico José de Góis e Morais a edificar o tão desejado edifício "nova casa de conselho e enxovia". Pediu três anos de prazo. Fazia tôda a obra à sua custa mediante a concessão do monopólio da venda de vinhos, aguardentes do Reino e da Terra, azeite e vinagre, no têrmo da cidade, operando sob a fiscalização da almotaçaria municipal bem entendido.

A 19 de dezembro de 1720 celebravam os nobres senadores a sua primeira vareação feita na casa da Câmara nova — informa o articulista.

Houve porém grande desavenças entre o poder municipal e o empreiteiro acusado de haver feito uma cadeia "emcampás".

O novo capitão general Rodrigo César de Meneses escreveu ao Rei que a prisão paulistana não valia coisa alguma. Achava até que Morais devia repor o que recebera. Daí surgiu grande pendência que não nos cabe historiar.

De 1726 em diante por mais de um século foi êsse edifício o cárcere de São Paulo, e o maior talvez de tôda a capitania paulista até os anos da Independência. É o mesmo que serviu de sede ao Congresso estadual e neste momento está sendo demolido em virtude do plano de urbanização Prestes Maia Era o último dos edifícios públicos coloniais sobreviventes.

Em matéria de viação o território paulista não podia apresentar aspectos diversos dos das demais regiões brasileiras.

Há porem a considerar uma particularidade capital. É que o principal núcleo de população estava sôbre o planalto, circunstância única no país.

Daí a transcendência do caminho do Mar a mais antiga e ilustre estrada do Brasil, pois durante mais de um século foi, por assim dizer, a única via de penetração do Sertão, liame de uma civilização em formação ao resto do universo culto.

Penosíssimo o seu vencimento.

Do trecho da serra dizia Anchieta em 1585 "difficultosamente podem subir os homens ás vezes de gatinhas para não se despenharem". Por tal estrada "podiam subir nenhuns animais cargueiros". Caminho tão íngreme que às vêzes obrigava a pegar com as mãos confirmava Fernão Cardim.

Vencida a serra havia os atoleiros e tremedais.

Em 1694 desta estrada dizia Antônio Vieira horrores a narrar que por ela transitavam índios "não só carregados como homens mas sobrecarregados como azêmolas".

Que soma de sacrifícios exigiu a vereda que era o caminho do Mar! Multiplicam-se imenso as citações das vereanças dos três primeiros séculos reclamando providências para o consêrto dos aterrados e das tôscas pontes do rio Pequeno e do rio Grande no curso superior de Pinheiros.

Assim a capitania tôda aclamou com entusiasmo a deliberação do capitão general Bernardo José de Lorena, conde de Sarzedas, relativo ao empedramento da serra, a feitura da famosa *calçada de Lorena*, a mais notável obra estradal que até então se fizera no Brasil, rude preparo de um leito cheio de aclives fortíssimos.

E frei Gaspar da Madre de Deus o ilustre historiador das primeiras eras vicentinas que em suas *Memórias* declara ser o caminho do Mar "a pior estrada do Mundo" escrevia a 6 de março de

1792 longa carta ao futuro conde de Sarzedas, verdadeira série de ditirambos os mais exaltados à obra que o sátrapa acabava de concluir. Queria até que a serra passasse a chamar-se Bernardina ou Lorena! Enfim não houve hipérbole de que não lançasse mão para celebrar a fatura da calçada. E dando depoimento pessoal exclamava:

"Se eu não tivesse certeza de que me conduziam pelo caminho de São Paulo não havia de acreditar que a serra é a mesma por onde eu havia feito seis viagens.

Os perigos em que me vi noutro tempo, causaram-me horror que ainda hoje se conservam vivos na minha memória as imagens de passo tão medonho!"

Também em seu entusiasmo delirante o ilustre monge comparava Bernardo de Lorena a Aníbal vencendo os Alpes a Ciro, Dario e Alexandre!

Subsistem largos trechos da áspera calçada Lorena provocadora dos arroubos do beneditino.

Aplausos merecidos, pois o capitão general realizara obra do maior porte civilizador, de verdadeira benemerência para o progresso do planalto paulista, portentosa obra de engenharia para o tempo e os recursos regionais.

Além do empedramento da serra do Mar, a calçada Lorena quais terão sido as primeiras obras de destaque da engenharia civil, sumária e rude dos primeiros povoadores do planalto em matéria de viação. Prova senão, certamente, pontes e aterrados vencedores do empantanamento do caminho do Mar e da várzea do Tamanduateí.

Uma escritura de 1594 refere-se a chãos "no arrabalde da vila junto ao caminho que vai para a Ponte Grande de Tabatinguera".

Esta "ponte grande" aliás bem modesta deve ter sido anterior a 1575. Sua construção exigiu, com certeza, muitos sacrifícios assim como sua conservação. É o que se despreende de numerosas atas da Câmara Municipal paulistana. Não esqueçamos aliás que o rio era então incomparàvelmente mais volumoso do que hoje. Pontilhões sôbre o Anhangabahu, por exemplo como a "ponte do Açu" terão existido certamente.

Em setembro de 1576 o procurador Lourenço Vaz pedia urgentes providências para salvar a ponte do Tamanduateí. Que se lançasse pregão "à hora da saída da missa notificando os moradores da necessidade da contribuição de seus escravos para a conserva de tão útil obra".

Em 1579 o procurador Baltasar Fernandes frisava quanto se tornava indispensável "fazerem-se quaminhos e alimpar pontes".

Ponte grande passou mais tarde a chamar-se a que vencia o Tieté. No século XVI onde e como poderiam os pobres paulistanos pensar em lançar sôbre tão caudaloso curso, muito mais grosso do que hoje, um estrado de passagem permitindo-lhes o acesso à margem direita do rio das Anhumas?

Haveria pontes pelo caminho do Mar? Bem provável que não, nos primeiros anos. Depois se construiu a que vencia o rio Pequeno mas já no século XVII.

A menos de légua de São Paulo quinhentista havia a transpor-se outro rio grosso e navegável, o Pinheiros, ou Jurubatuba, quase já em sua foz no Tieté. Só teve ponte a cortá-lo o século XVII, ao que parece. É provável que a ela se refira o têrmo de 22 de novembro de 1632, quando falava "ponte desmanchada do Botantan". Há muita obscuridade quanto a êstes fatos pois os têrmos posteriores, de princípios do século XVII, referem-se à passagem do rio Pinheiros como se não houvesse ponte que a êle cortasse.

Em 1687 procedeu-se à reconstrução de tão útil passagem com o concurso das Câmaras de Parnaíba, Itu e Sorocaba.

Obra de vulto que solenizaria o final do século XVIII foi a construção da "ponte do rio Grande do Guaré" a que daí em diante seria sempre conhecida por ponte Grande e a mesma que Castro Alves apostrofou em versos célebres. Parece, aliás, que já em 1675 devia existir sôbre o Tieté uma passagem a pé, enxuta, segundo se depreende de uma correição do ouvidor Castelo Branco.

Construiu-se a nova ponte por instigação do ouvidor da capitania João Dias da Silveira ao juiz ordinário Francisco de Camargo Pimentel, lavrando-se o têrmo a ela relativo a 31 de maio de 1700.

Entregou o magistrado ao capitão mor Isidoro Tinoco de Sá, e em vereança solene, a quantia de cento e sessenta mil réis em dinheiro de contado, para se fazer "a ponte do rio Grande".

Era Isidoro repúblico dos mais chãos e abonados, o empreiteiro, e comprometeu-se a executar a obra por duzentos mil réis. O ouvidor e o juiz ordinário responsabilizaram-se pelos restantes quarenta mil réis.

Obrigou-se Tinoco a fazer "uma ponte de madeira nova com taboões serrados da grossura de quatro dedos". Teria de largura quatro palmos (0,88 m) "antes de mais que de menos". Seriam as travessas de madeira de lei serrada e os esteios de hibamirim com boa pregaria" .

Comprometeu-se o empreiteiro a entregar o serviço em outubro imediato

Era a primeira grande obra de engenharia civil que se realizava em terra paulista.

Para se chegar à ponte Grande tornava-se necessário transpor o Tamanduateí. E esta transposição se fazia pela "ponte Pequena", nome indestrutìvelmente ligado à toponímia municipal paulistana. Seria ela desde o princípio a ponte da Várzea de Garepa de que falam muitos documentos dos primeiros séculos?

É possível que sim.

Em 1725 dizia-se em Câmara que a ponte Grande e a ponte Pequena estavam muito deterioradas. E o Senado da cidade contratou com o capitão Pedro Fernandes de Ávila a reforma completa de ambas. Para estas obras vultosas foram fintados os moradores dos bairros de Santa Ana e Juqueri assim como os de São João de Atibaia em duzentos mil réis.

Ao mesmo tempo procedeu-se à reforma completa da ponte do Carmo sôbre o Tamanduateí que custou sessenta mil réis, empregando-se tabuões de canela e peroba com bastantes tachões.

Em 1734 a ponte Grande achava-se quase intransitável o que provocava verdadeiro grito dos munícipes.

À presença das notas senadoras compareceu a 25 de setembro dêste ano o padre João de Moura Gavião, procurador do seu irmão padre José de Moura, ambos da Companhia de Jesus. E afirmou-lhe que seu irmão se propunha a fabricar de novo "a ponte de Nossa Senhora de Goare no rio Tieté"

Eram estas as condições do projeto: Seria "toda de madeira de ley com os tanchorins de canella preta, com a largura necessária e taboins da melhor madeira" que pudesse ser "com boa pregaria e tudo de sorte" que ficasse segura e muito capaz de se poder aceitar por ela com segurança".

Deixava o Senado da Câmara à eleição do construtor "tudo o que lhe parecesse mais útil para o bem comum"

Para executar a obra pediu o padre José de Moura trezentos mil réis em dinheiro de contado a serem depositados em mãos do provedor da Real Casa da Fundição, três dias antes de se começar a obra.

Estaria ela finda antes de terminar o ano corrente de 1734. Submeter-se-ia o construtor a que o Senado mandasse proceder a vistoria a mais rigorosa por dois louvados nomeados pela Câmara e por êle empreiteiro.

Acaso houvesse empate seria o desempatador o reitor do Colégio de São Paulo.

A 6 de novembro declarava a Câmara ter reunido 280 000 réis para o pagamento ao padre Moura que supomos haja sido quem também trabalhou na execução das grandes obras hidráulicas da fazenda de Santa Cruz.

A 21 de dezembro fazia-se a vistoria da obra nova. Foram louvados dois dos mais eminentes repúblicos, o capitão mor José de Góis e Morais e o capitão Pedro Taques Pires.

Com verdadeiro entusiasmo descreveram o serviço do inacino engenheiro.

Estava a ponte fortíssima "com boas e admiráveis madeiras, com grossura mui capaz de resistir ao tempo, tanto por serem os tanchoins de ubá mirim como também as tranversais delles serem do mesmo pão e os taboens todos de canella preta e a pregaria forte e a dita ponte em tudo muito bem fabricada".

Valia muito mais a obra, declararam os peritos e se assim se apresentava é que só um jesuíta estaria em condições de a executar pois para a fabricar se valera dos serviços dos índios das aldeias da Companhia.

Também foi o padre Moura imediatamente pago dos trezentos mil réis.

Pensamos que a sua ponte haja sido a maior das que se fizeram em terras da capitania paulista até os anos da Independência.

Como ponte vultosa de alvenaria a mais antiga talvez venha a ser a que no princípio da ladeira da Tabatinguera vencia o Tamanduateí construída em princípios do século XIX pelo marechal Daniel Pedro Müller.

Como vemos — um belo manancial de informação para aquêle que desejar conhecer mais êste aspecto do Brasil colonial.

*

## Guatemala

A República de Guatemala, a maior e mais povoada da América Central, tem uma superfície de 125 071 quilômetros quadrados e uma população de 2 004 900 habitantes, ou seja de 16 habitantes por quilômetro quadrado. Ao norte e ao ocidente, Guatemala confina com o México; ao oriente, com a colônia britânica de Belize, com o Atlântico e com as Repúblicas de Honduras e El Salvador, e ao sul com o oceano Pacífico.

### *Topografia e clima*

A cordilheira que atravessa longitudinalmente tôda a América Central atinge as suas maiores alturas em Guatemala, especialmente na fronteira com o México. Ao norte das planícies que se estendem ao longo da costa do Pacífico o terreno eleva-se bruscamente, formando a zona montanhosa de terras temperadas e frias onde estão situadas as principais cidades do país, inclusive a capital. Ao aproximar-se da costa do Caribe, as alturas são mais moderadas e o clima converte-se em quente, oferecendo condições excepcionais para a cultura da banana. O café, a cana de açúcar, o arroz, o milho, o trigo e as árvores frutíferas são cultivadas nas mesetas do centro e do ocidente da República. Existem em Guatemala alguns lagos bastante extensos e belíssimos, tais como o Atlitán, o Petén e o Izabal. O Izabal, que tem 48 quilômetros de comprimento, comunica-se com o Atlântico por meio do rio Dulce. Os rios que deságuam no Pacífico, devido à impetuosidade de suas correntes e às cascatas que formam, tornam quase impossível a navegação. Os rios que se dirigem para o Atlântico são de curso mais longo e mais tranqüilo, e graças a isso são navegáveis por embarcações de certo calado.

### *Resenha histórica*

Os numerosos descobrimentos dos arqueólogos nos últimos anos demonstram o grau de adiantamento da civilização maya-quiché que anteriormente à chegada dos espanhóis floresceu no território chamado hoje Guatemala. Em 1524 Pedro de Alvarado, subalterno de Cortéz, conquistou o país e fundou a cidade de "Santiago de los Caballeros de Guatemala". Em 1542 a capital da colônia foi mudada para o lugar que hoje é ocupado por Antigua. Para essa cidade foi mudada em 1549 a Audiência e Capitania Geral de Guatemala, organizada em 1542 para o govêrno das novas colônias da América Central e sul do México. Antigua Guatemala foi destruída por um terremoto em 1773. Três anos mais tarde, em 1776, a capital foi mudada para o lugar ocupado hoje pela cidade de Guatemala, a uns 40 quilômetros ao nordeste de Antigua.

A 15 de setembro de 1821, as províncias centro-americanas declararam-se independentes do domínio espanhol, porém em janeiro do ano seguinte reuniram-se ao efêmero império, de Agustin de Iturbide, no México. Depois de um ano, foi, todavia, dissolvido êste império, constituindo-se então a Federação Centro-Americana. Esta Federação, por sua vez, durou muito pouco tempo, pois os países que a constituíam separaram-se um após outro. Guatemala estabeleceu a sua independência em 1839 sob o nome de Estado de Guatemala, ao qual se substituiu em 1847 a atual designação de República de Guatemala. Desde então tem havido vários movimentos com o fim de restaurar a Federação, sem que todavia, tenha sido possível efetuar jamais a união permanente. Nos últimos lustros têm sido negociados vários tratados tendo por objetivo estreitar as relações econômicas e culturais entre as cinco repúblicas centro-americanas.

### *Constituição e govêrno*

À semelhança do govêrno das demais Repúblicas americanas, o de Guatemala é republicano, democrático e representativo, dividindo-se para o exercício de suas funções, em Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Poder Legislativo reside em uma só câmara — a Assembléia Nacional — a qual se compõe de um membro por 30 000 habitantes ou fração que seja superior a 15 000, eleito por voto popular direto para um período de quatro anos. A Assembléia renova-se pela metade cada dois anos.

O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, o qual é eleito mediante votação popular e direta

por um período de seis anos improrrogáveis, não podendo ser reeleito senão no fim de doze anos após haver deixado o exercício da presidência. Não existe vice-presidente, porém a Assembléia designa anualmente três pessoas para substituirem o presidente em sua respectiva ordem, em caso de morte ou impossibilidade absoluta dêste.

O Poder Judiciário é exercido pela Côrte Suprema, seis Côrtes de Apelação e tribunais menores. A Côrte Suprema é composta de cinco membros e as Côrtes de Apelação de três membros cada uma, sendo todos êles eleitos pela Assembléia Nacional, com exceção do presidente da Côrte Suprema, o qual é eleito por voto popular direto.

Para fins administrativos Guatemala está dividida em 23 departamentos, os quais se subdividem, por sua vez, em municípios. A autoridade mais alta em cada departamento é exercida pelo chefe político, nomeado pelo Executivo.

*Produtos principais*

De entre todos os artigos de comércio produzidos em Guatemala para a exportação, o café e as bananas ocupam o lugar mais importante. Seguem-se, em menor escala, as madeiras, o açúcar, o chicle, as peles e o ouro.

O café é o produto principal do país. As regiões montanhosas do ocidente de Guatemala oferecem um solo e um clima ideais para a produção dêste artigo. Os cafés guatemalenses encontram-se entre os melhores do mundo têm grande procura nos mercados europeus, particularmente na Alemanha, onde êste produto foi o preferido por muitos anos. Recentemente, porém, as restrições comerciais adotadas na Europa têm tendido a aumentar a exportação guatemalense para os Estados Unidos.

A cultura da banana tem-se desenvolvido principalmente ao longo da costa oriental de Guatemala, de onde são embarcadas anualmente grandes quantidades com destino quase exclusivamente aos Estados Unidos.

Guatemala possui grandes recursos florestais de excelente futuro econômico. As suas árvores fornecem abundantes madeiras de tinturaria e outras que se prestam à marcenaria. À medida que as vias de comunicação penetram nas regiões florestais, esta indústria adquirirá maior importância.

A história comprova que o milho foi cultivado pela primeira vez na região ocupada hoje por Guatemala. Atualmente, embora Guatemala não produza êste cereal para exportação, a sua cultura é bastante para satisfazer abundantemente as necessidades do consumo doméstico. O mesmo se pode dizer com respeito ao feijão, produto que faz parte essencial do regime alimentício nacional. Outros dois importantes produtos agrícolas são o trigo e a cana de açúcar. A indústria pastoril, por sua parte, abastece as necessidades da nação. Os couros figuram no mercado de exportação.

Guatemala, semelhantemente ao que acontece com as outras repúblicas da América Central, é fundamentalmente um país agrícola. A indústria manufatureira não tem feito grande progresso. Apesar disso, merece especial menção a fabricação de velas, sabão, gêlo, cerveja, charutos e cigarros, tecidos de algodão e de lã, móveis e vários produtos alimentícios. Há, também, várias fábricas que produzem materiais de construção, especialmente cimento, ladrilhos, e azulejos.

*Vias de comunicação*

O sistema ferroviário de Guatemala compreende uma extensão de quase 1 400 quilômetros, dos quais 1 050 correspondem às linhas da companhia "Ferro-carriles Internacionales de Centro América". As costas do Pacífico e do Caribe estão ligadas por uma estrada de ferro que vai de Puerto Barrios, no Atlântico, ao pôrto de San José de Guatemala, no Pacífico, passando pela capital. Em Zacapa bifurca-se uma linha que vai em direção ao sul até El Salvador e comunica com a capital e o sistema ferroviário dessa República vizinha. Na parte ocidental de Guatemala corre em direção ao noroeste uma linha paralela à costa que vai desde a rota inter-oceânica até Ayutla, na fronteira com o México, passando pelas cidades de Mazatenango e Retalhuleu. Graças a esta linha, é possível fazer uma viagem direta até à capital do México, fazendo baldeação no rio Suchiate que constitui a fronteira entre Guatemala e México.

O terreno montanhoso característico de Guatemala tem apresentado sempre sérios obstáculos à construção de rodovias; apesar disso, nos últimos anos as comunicações rodoviárias têm tido um desenvolvimento considerável,

existindo atualmente cêrca de 5 000 quilômetros de estradas. As capitais de Guatemala e El Salvador acham-se ligadas por uma rodovia que futuramente formará parte da rodovia Pan-Americana, o mesmo devendo acontecer com a rodovia que corre em direção oposta, até a fronteira com o México, a qual liga a capital com as importantes cidades de Quesaltenango e São Marcos.

Guatemala mantém-se em comunicação com as outras repúblicas americanas por meio de um excelente serviço aéreo. O serviço aéreo do correio e transportes dentro do país é feito por uma companhia nacional. Várias linhas de vapôres fazem escala tanto em Puerto Barrios, no Atlântico, como em San José e Champerico, no Pacífico.

*Cidades principais e pontos de interêsse*

*Guatemala,* capital da República é a maior cidade da América Central, com uma população de cêrca de 125 000 habitantes, é também, o principal centro comercial, social, cultural e político do país. Situada no vale de Las Vacas, a 1 480 metros de altitude acima do nível do mar, possui um clima delicioso de primavera perpétua. Embora seja certo de que a nova Guatemala é de fundação muito mais recente que a maioria das capitais latino-americanas, pois data sòmente de 1776, conserva, no entanto, notáveis vestígios da arquitetura colonial.

A cêrca de 160 quilômetros da capital, rodeada de uma esplêndida região agrícola e situada sôbre um planalto que está a 2 236 metros acima do nível do mar, acha-se *Quesaltenango,* a segunda cidade do país em tamanho e importância. A sua população atinge a cêrca de 35 000 habitantes.

*Antigua Guatemala,* com 10 000 habitantes é notável pela beleza do vale que ocupa junto aos vulcões de Água, Fuego e Acatenango, e pelas ruínas importantes dos templos, mosteiros, palácios e residências particulares que constituíram durante algum tempo a metrópole da Capitania Geral.

Entre os demais importantes centros de população de Guatemala, são dignos de menção *Totonicapán,* perto de Quesaltenango, com uns 30 000 habitantes; *Cobán,* na secção setentrional do país, com 27 000; e *Zacapa,* com 10 000, a meio caminho quase entre Guatemala e Puerto Barrios. Em Zacapa separa-se da linha inter-oceânica, a estrada de ferro que vai em direção ao sul até El Salvador.

Guatemala é um dos países mais pitorescos do continente americano. Os trajes de luzentes e vistosos côres com que se vestem os aborígenes de cada região, assim como os originais tecidos e objetos de cerâmica que se fazem no país, dão-lhe uma atração excepcional. As relíquias da civilização pré-colombiana, descobertas nas ruínas mayas de Quiriguá e outros lugares, demonstram o grau de cultura alcançado pelos primitivos habitantes desta região da América e constituem um campo fecundo para o estudante e o investigador. Ao mesmo tempo, os interessantes edifícios de Antigua, modelos da arquitetura colonial espanhola, assim como também as belezas naturais do país, fazem de Guatemala um paraíso para o turista.

*Educação*

A educação primária de Guatemala é gratuíta e obrigatória para tôdas as crianças desde os 7 até os 14 anos. Nas escolas primárias, das quais há cêrca de 1 900 na República, ministra-se um curso de seis anos que prepara para as escolas públicas secundárias, das quais há seis no país, três para moços e outras tantas para moças. O curso de estudos secundários consta de dois ciclos, um de quatro anos e outro de dois. O último dêstes ciclos corresponde à escola preparatória da faculdade universitária em que o aluno desejar matricular-se e dedica-se ao estudo de matérias que conduzem a uma especialidade. Dez escolas normais e institutos mantidos pelo govêrno e várias escolas secundárias particulares proporcionam o ensino preparatório para o exercício do magistério.

A educação superior é ministrada nas faculdades de direito, de medicina e profissões afins, de engenharia e ciências naturais, estabelecidas na capital da Guatemala. Estas faculdades constituem a Universidade Nacional.

Além das instituições acima mencionadas há em Guatemala escolas de artes e ofícios, comércio, agricultura, belas artes, música, enfermagem e outras profissões.

**O Conselho Nacional e Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.**

*Contribuição ao ensino*

# Território do Amapá *

Prof. Lúcio de Castro Soares
Encarregado dos Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica

Há 44 anos, justamente no princípio do século atual, passavam definitivamente para a jurisdição nacional, dilatando o solo pátrio, cêrca de 260 mil quilômetros quadrados de terras riquíssimas e semi-virgens, do litigioso território do Amapá, indevidamente reclamado pela França como seu, e, justamente defendido para o Brasil pelo incomparável gênio diplomático do grande barão do Rio Branco.

1.º de dezembro de 1900 representa, pois, para o Território do Amapá, a sua encorporação formal ao âmbito nacional, após dois longos séculos de renhido e sangrento litígio, onde se destaca a figura intrépida de Veiga Cabral, na defesa pelas armas dêste pedaço de chão brasileiro; 13 de setembro de 1943, data da criação por decreto-lei do Território Federal do Amapá, significa a sua integração direta no organismo político-administrativo da União, constituindo mais uma Unidade da Federação Brasileira.

A riquíssima e histórica região do Amapá corresponde perfeitamente ao principal objetivo visado pelo Govêrno Federal com a criação dos cinco novos territórios: a ocupação humana efetiva dos vazios demográficos do território nacional, seu povoamento e exploração sistemática de suas riquezas, com o fim de integrá-los na vida econômica do país.

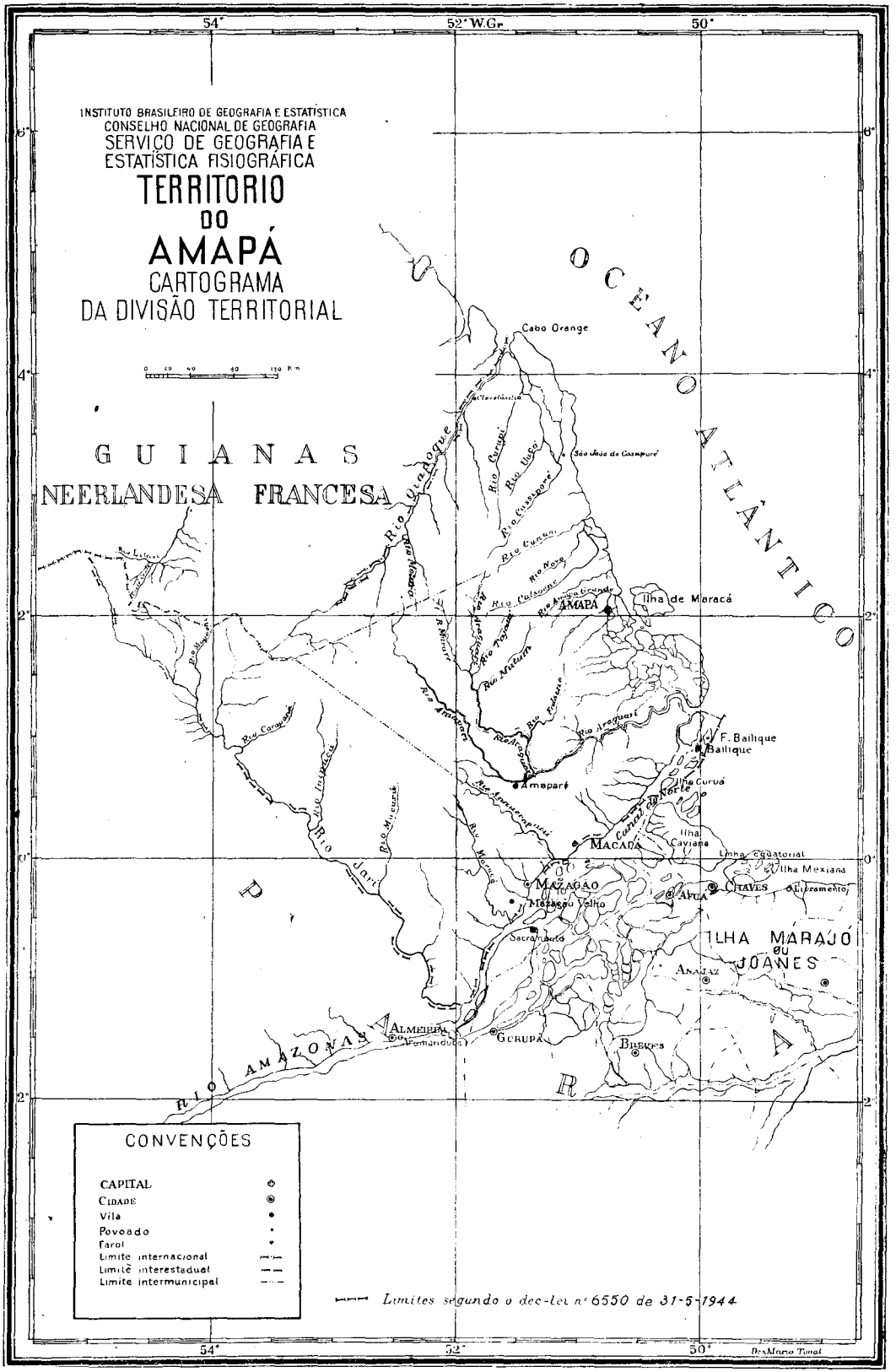
O Território do Amapá não corresponde à totalidade da histórica região do Amapá, isto é, a larga faixa paralela ao rio Amazonas, que se estendia do Oceano Atlântico ao Rio Branco; dos seus 260 000 quilômetros quadrados, o Território do Amapá ocupa 143 716 quilômetros quadrados, limitando-se a oeste pelo rio Jari, ao sul pelo Amazonas, a leste pelo Oceano Atlântico e ao norte pela Guiana Francesa. Situado a nordeste do Estado do Pará, quase inteiramente no hemisfério norte, tendo ao sul da linha do Equador sòmente pequenas partes dos municípios de Mazagão e Almeirim, apresenta a forma geral de um losango imperfeito, cujo vértice norte fica no cabo Orange.

Segundo o Decreto-lei n.º 6 550, de 31 de maio do corrente ano, que retificou os limites e a divisão administrativa dos cinco novos Territórios Federais, os limites do Território do Amapa, passaram a ser os seguintes: a noroeste e norte, a linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa; a nordeste e leste, com o Oceano Atlântico (incluindo as linhas litorâneas de Maracá, da Onça e outras); a sueste e sul, o talvegue do canal do Norte (incluindo o arquipélago de Bailique — ilhas de Bailique, do Jaburu, do Brigue, Curuá, do Franco, dos Marinheiros e outras menores) e uma linha no braço norte do rio Amazonas que acompanhe o alinhamento geral da margem continental (excluindo a maior parte das ilhas dêste braço e incluindo apenas as muito próximas do continente, no alinhamento das terras marginais, como as ilhas Pedreira, Santana, dos Periquitos e outras menores) até à foz do rio Jari; a sudoeste e oeste, o rio Jari, da sua foz até à sua nascente principal na serra do Tumucumaque.

De acôrdo ainda com o mesmo decreto-lei o Território do Amapá é dividido em três municípios com as denominações de Amapá, Macapá e Mazagão, compreendendo, o primeiro, a área do município de igual nome, que pertencia ao

---

* N.R.: Palestra feita pelo professor Lúcio de Castro Soares, ao microfone da P.R.A.-2 — Rádio Ministério da Educação, no Curso de Férias aos professôres primários, ùltimamente promovido pela Associação Brasileira de Educação.


INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA
TERRITORIO DO AMAPÁ
CARTOGRAMA DA DIVISÃO TERRITORIAL
0 20 40 80 120 Km
54°
52° W.Gr.
50°
6°
4°
2°
0°
2°
OCEANO ATLÂNTICO
GUIANAS
NEERLANDESA
FRANCESA
Cabo Orange
Rio Oiapoque
Rio Curupi
Rio Uaçá
São João do Cassiporé
Rio Cassiporé
Rio Cunani
Rio Novo
Rio Calçoene
Rio Amapá Grande
AMAPÁ
Ilha de Maracá
Rio Tajaú
Rio Matuiti
Rio Araguari
Rio Amapari
Rio Araguari
F. Bailique
Bailique
Ilha Curuá
Amapará
Canal do Norte
Ilha Caviana
MACAPÁ
Linha equatorial
Ilha Mexiana
MAZAGÃO
Mazagão Velho
AFUÁ
CHAVES
Livramento
Sacramento
ILHA MARAJÓ OU JOANES
ANAJAZ
Rio Jari
Rio Mucuru
Rio Maracá
Rio Caraparé
Rio Inipucu
ALMEIRIM
Fernandubá
GURUPÁ
BREVES
RIO AMAZONAS
PARÁ
CONVENÇÕES
CAPITAL
CIDADE
Vila
Povoado
Farol
Limite internacional
Limite interestadual
Limite intermunicipal
Limites segundo o dec-lei nº 6550 de 31-5-1944
Dr. Mario Tonal

Estado do Pará; o segundo, parte do município do mesmo nome, daquele Estado; e o terceiro, parte dos municípios de Mazagão e Almeirim, que pertenciam ao Estado já referido, passando sua capital a ser a cidade de Macapá, sita à margem do rio Amazonas.

A cidade de Macapá apesar de ser o núcleo urbano mais importante e populoso do Território, apresenta uma diminuta população, pouco acima de mil habitantes (1 036 habitantes segundo o recenseamento de 1940). A população total do Território é também muito reduzida, somando apenas 21 191 habitantes (recenseamento de 1940). Outros centros populacionais do Território são as sedes de seus municípios, como Amapá (primitiva capital do Território) com cêrca de 400 habitantes e Mazagão, com 200 habitantes, aproximadamente (1940).

O Território do Amapá é geològicamente formado, na sua grande maioria, por terrenos arqueanos do maciço das Guianas. O seu relêvo é levemente ondulado, com uma altitude média de 150 metros; o território está situado na encosta leste do maciço das Guianas. Bordando o litoral atlântico e o estuário do Amazonas, estende-se de norte a sul uma baixada aluviônica, prolongamento da planície amazônica.

O clima do Amapá é o mesmo de tôda a Amazônia, isto é, equatorial super úmido. Apesar de ser um clima quente, pela sua situação geográfica dentro da faixa equatorial, o clima do Amapá é amenizado pelos ventos que sopram do Oceano, tendo sido considerado por eminentes cientistas estrangeiros como sendo saudável, desmentindo-se, dêste modo, a injusta fama de clima hostil à vida humana.

E' a região do Amapá fartamente irrigada por inúmeros rios, destacando-se três principais: o Jarí, que serve de limite entre o Território e o Estado do Pará; o Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa; e, o Araguari, com o seu afluente Mapari, cuja grande bacia ocupa a região central do Território.

Na planície litorânea existem numerosos lagos, ligados entre si por milhares de canais que transformam a baixada num verdadeiro dédalo hídrico. Contornando estas lagoas, estendem-se vastas campinas, excelentes pastagens onde há criação em regular escala de gado bovino. A baixada litorânea, pantanosa e lacustre, sofre a influência das marés e da pororoca, que invade em grande profundidade os estuários dos rios Araguari e Cassiporé.

A maior parte da região do Amapá é recoberta pela espêssa e exuberante floresta equatorial ou amazônica, que se interrompe na encosta do planalto das Guianas, para ceder lugar a grandes manchas de campos nativos, que se prestam à criação em larga escala, visto serem constituídos por excelentes gramíneas.

E' na floresta que se encontra grande parte das riquezas do Território do Amapá, como as preciosas madeiras de lei, os frutos oleaginosos, as plantas e essências medicinais, os couros e as peles dos animais silvestres. Como produtos de origem vegetal se destacam: a borracha, extraída da seringueira, abuntantíssima na região do estuário amazônico; o pau-rosa, produtor de uma essência muito apreciada em perfumaria e encontrado em maior quantidade no vale do Oiapoque, onde há destilarias, outrora em funcionamento. A castanha do Pará é colhida em abundância nos terrenos mais altos da região. No litoral a pesca é uma riqueza pràticamente quase que inexplorada, apesar da costa do Amapá ser considerada como o trecho mais piscoso do litoral brasileiro. A pequena indústria do pescado salgado, nada representa diante da possibilidade formidável de uma grande indústria do peixe, no Amapá. Não só no mar, mas também nos rios a pesca é abundante.

E', porém, no reino mineral que está a principal riqueza do Amapá: o inesgotável ouro de aluvião, que se explora desde o princípio do século passado e é encontrado em grandes "placers".

As maiores minas acham-se localizadas nos rios Oiapoque, Calsoene, Cassiporé e Amapá, havendo centenas de outros pontos onde se bateia o precioso metal. Para que se tenha uma idéia da produtividade das minas auríferas do Amapá, basta dizer-se que a média de produção mensal das minas de Calsoene é de vinte quilos de ouro em pó ou em pepitas.

O isolamento do Amapá em relação aos núcleos de civilização nacionais mais próximos facilitava um contrabando intensivo do nosso ouro para as Guianas sendo estimada em cêrca de 60 % do total de metal extraído, a quota que deixava de pagar os impostos aos cofres nacionais.

Não fôssem já tão eloqüentes as razões de ocupação e povoamento apresentadas para justificar a criação dos novos Territórios, que, bastaria a necessidade urgente de estancar esta evasão de ouro brasileiro para terras estranhas, para justificar a criação do Território do Amapá.

O Brasil precisa usufruir as riquezas que o Amapá tem fartamente lhe proporcionado através de uma exploração racional e bem orientada. As suas possibilidades econômicas garantem ao Brasil e a êle mesmo, um futuro cheio de perspectivas animadoras e franco progresso.

A região do Amapá deveria ter sido transformada em território desde a sua encorporação definitiva ao Brasil, em 1900, pois, as possibilidades econômicas que oferece, exploradas com o auxílio direto do govêrno central — como serão de agora em diante — já teriam frutificado, hoje em dia, dando maior impulso ao progresso nacional.

Neste intervalo de quase meio século, varias tentativas foram feitas no sentido de criar o Território Federal do Amapá. Aproveitando uma oportunidade propícia, o govêrno atual resolveu tornar realidade esta velha aspiração dos brasileiros.

**AOS EDITÔRES: Êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuições sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.**

## POPULAÇÃO DE FATO DO TERRITÓRIO DO AMAPÁ NAS SUAS NOVAS FRONTEIRAS *

*SUMÁRIO: 1. Municípios que contribuíram para a área e a população do Território. — 2. Discriminação da população atribuída ao Território. — 3. População de fato do Território, segundo o sexo. — 4. População de fato do Território, segundo a situação dos domicílios. — 5. Densidade da população. — 6. População atual do Território.*

1. — O Território do Amapá abrange, em todo ou em parte, as áreas e os habitantes de quatro antigos municípios do Estado do Pará

O único município que fica totalmente incluído no Território é o de Amapá.

O município de Macapá cede ao Território os distritos de Amaparí e Bailique e parte do distrito de Macapá, com a sede.

O município de Mazagão cede o distrito de Mazagão Velho e parte do distrito de Mazagão, com a sede.

O município de Almeirim cede apenas uma parte do distrito de Arumanduba, sem a sede.

O Território divide-se em três municípios. Entre êstes, o de Amapá coincide com o já existente; o de Macapá abrange tôdas as partes do antigo homônimo cedidas ao Território; o de Mazagão abrange as partes do antigo homônimo, cedidas ao Território, mais a área cedida pelo município de Almeirim.

Como sede da capital é destinado o município de Macapá.

2. — A determinação da população do Território do Amapá pôde ser feita pelos resultados da apuração definitiva, para os municípios ou distritos totalmente incluídos.

Para os distritos de Macapá, Mazagão e Arumanduba, cortados pelas fronteiras do Território, tornou-se necessário recorrer ao exame coordenado das cadernetas dos agentes recenseadores e dos mapas topográficos, para discriminar os domicílios incluídos no Território e os excluídos. Nos dois primeiros distritos, foi possível localizar todos os domicílios, e logo discriminar a população incluída no Território e a excluída. No distrito de Arumanduba, as deficiências das informações oferecidas pelas cadernetas e pelos mapas topográficos, e algumas discordâncias entre êstes e aquelas, impediram determinar com certeza se os domicílios de cêrca de 670 habitantes estavam localizados dentro ou fora do Território e pela metade ao Estado do Pará, no cálculo das respectivas populações. O máximo êrro que esta discriminação, necessàriamente arbitrária, pode ocasionar na determinação da população do Território é apenas de 1,2 %.

3. — A população de fato existente em 1.º de setembro de 1940, nas áreas agora atribuídas ao Território do Amapá consta da tabela I, onde está discriminada segundo os municípios a que então pertencia e segundo os a que agora pertence, e subdividida por sexos.

---

* O presente trabalho foi elaborado pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento e suplementa o estudo anterior sôbre o Território Federal do Amapá, de autoria do Prof. Lúcio de Castro Soares.

Em conjunto, a população do Território ascende a 21 191 habitantes.

TABELA I

**População presente em 1.º-IX-1940 na área do atual Território do Amapá, por sexo**

| MUNICÍPIOS ANTIGOS | Homens | Mulheres | Total | Municípios atuais |
|---|---|---|---|---|
| Amapá | 3 335 | 2 672 | 6 007 | Amapá |
| Macapá (parte) | 5 101 | 4 872 | 9 973 | Macapá |
| Mazagão (parte) | 2 167 | 2 029 | 4 196 | Mazagão |
| Almeirim (parte) | 563 | 452 | 1 015 | |
| **Total** | **11 166** | **10 025** | **21 191** | **Total** |

Discriminando-se a população de fato do Território segundo a situação dos domicílios — urbana, suburbana ou rural — obtêm-se os resultados expostos na tabela II.

TABELA II

**População presente em 1.º-IX-1940 na área do atual Território do Amapá, segundo a situação dos domicílios**

| MUNICÍPIOS ANTIGOS | SITUAÇÃO | | | Total | Municípios atuais |
|---|---|---|---|---|---|
| | Urbana | Suburbana | Rural | | |
| Amapá | 342 | 102 | 5 563 | 6 007 | Amapá |
| Macapá (parte) | 646 | 390 | 8 937 | 9 973 | Macapá |
| Mazagão (parte) | 368 | 25 | 3 803 | 4 196 | Mazagão |
| Almeirim (parte) | — | — | 1 015 | 1 015 | |
| **Total** | **1 356** | **517** | **19 318** | **21 191** | **Total** |

Conforme a divisão administrativa, a quota da população rural atinge 91,16 %, sendo de 6,40 % a quota da população urbana e de 2,44 % a da suburbana.

No sentido demográfico, tôda a população do Território pode ser considerada rural, não existindo nenhuma verdadeira aglomeração urbana. O pequeno centro de Macapá, sede da capital, conta com 646 habitantes no quadro urbano e 390 no suburbano, ou seja, 1 036 em total.

4. — A superfície total do Território é de 143 716 quilômetros quadrados. Em relação a esta superfície, a população de 21 191 habitantes corresponde a uma densidade de 147 habitantes por quilômetro quadrado.

Indicam-se na tabela III a superfície, a população e a densidade desta, para cada município, conforme a nova divisão territorial.

TABELA III

**Superfície, população presente em 1.º-IX-1940, e densidade da população nos municípios do Território**

| MUNICÍPIOS ATUAIS | Superfície (km2) | População (hab) | Densidade (hab/km2) |
|---|---|---|---|
| Amapá | 69 066 | 6 007 | 0,087 |
| Macapá | 23 843 | 9 973 | 0,418 |
| Mazagão | 50 807 | 5 211 | 0,103 |
| **Total** | **143 716** | **21 191** | **0,147** |

A superfície média do município é de 47 905 quilômetros quadrados; a população média de 7 064 habitantes.

A densidade da população é extremamente baixa em todos os municípios, atingindo o máximo de apenas 418 habitantes por quilômetro quadrado no da capital.

5 — Supondo-se que a taxa anual de crescimento da população no Território do Amapá seja a mesma provisòriamente adotada nas estimativas para o conjunto da União, pode-se estimar em cêrca de 23 000 habitantes a população do Território em 31 de dezembro de 1943.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1944.

GIÓRGIO MORTARA
*Consultor-técnico*

**Precisando de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente, se a consulta não fôr de caráter sigiloso.**

# Território do Rio Branco

Prof. Lúcio de Castro Soares
Encarregado dos Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica

Situado na região mais setentrional do Brasil, isto é, no extremo norte do Estado do Amazonas, o Território do Rio Branco limita-se com a República da Venezuela e com a Guiana Britânica. Foi constituído pelos municípios amazonenses de Boa Vista e Moura, êste último em parte.

Segundo o Decreto-lei n.º 6 550, de 31 de maio do corrente ano, que retificou os limites e a divisão administrativa dos cinco novos Territórios Federais, os limites do Território do Rio Branco passaram a ser os seguintes: a oeste, norte e leste, os limites com a República da Venezuela e a Guiana Inglêsa; a sueste e sul, o rio Jamundá ou Nhamundá, da sua nascente principal na serra Uassari até o paralelo da nascente principal do rio Alalaú, seguindo por êsse paralelo até alcançar a referida nascente; o rio Alalaú, até à sua foz no rio Jauaperi, descendo por êste até à sua foz no rio Negro e por êste rio acima até à foz do rio Jufari; a sudoeste, o rio Jufari, desde a sua foz até à sua nascente principal; o divisor de águas entre os rios Demeni e Xeruini, desde a nascente principal do Jufari até o divisor de águas entre o Demeni e o Catrimani; êste divisor até encontrar o paralelo que passa pela nascente principal do rio Catrimani e seguindo por êste paralelo até à serra Parima.

Ainda de acôrdo com o mesmo decreto-lei, o Território do Rio Branco é dividido em dois municípios, com as denominações de Boa Vista e Catrimani, compreendendo o primeiro a área do município de igual nome que pertencia ao Estado do Amazonas e o segundo a parte do município de Moura, do mesmo Estado, sendo sua capital a cidade de Boa Vista.

O Território estende-se pelos vales dos rios Branco e Negro, achando-se inteiramente na encosta meridional do planalto das Guianas e no hemisfério norte. A altitude média de suas terras é de 200 metros, no peneplano cristalino, sendo que ao norte, na fronteira com a Venezuela e Guiana Britânica, encontra-se a grande escarpa da serra do Roroimã, onde fica o monte do mesmo nome, com 2 875 metros de altitude, o segundo ponto mais alto do Brasil. É a leste do Roroimã, na serra do Caburaí, que se localiza o ponto extremo setentrional do Brasil.

A principal artéria fluvial que corta o Território é o rio Branco, destacando-se dentre os seus principais afluentes os rios Catrimani, Uraricoera, Cotingo e o Tacutu e Maú, que servem de fronteira com a Guiana Inglêsa. O rio Negro banha o Território ao sul, separando-o do Estado do Amazonas. Apesar de serem de encosta, os rios que banham o Território são na maioria navegáveis em grandes extensões. O rio Branco é a principal via de comunicação da região, sendo navegável por lanchas e batelões até Boa Vista. O problema dos transportes é angustiante nessa região, pois na vazante a navegação torna-se muito difícil devido às inúmeras corredeiras e rápidos.

A entrada de rodagem Manaus-Boa Vista, já iniciada a partir da capital amazonense virá, quando em tráfego, facilitar grandemente as comunicações da nova capital do Território com Manaus, intensificando o comércio já existente entre êstes dois pontos. Por outro lado a navegação aérea será mais um recurso de circulação, pois a Cia. Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, vai estabelecer uma linha aérea para Boa Vista, tendo para isso permissão do Govêrno.

Duas têrças partes do Território do Rio Branco são cobertas pela exuberante floresta equatorial amazônica, predominando na parte nordeste do Território, extensos campos nativos, magníficas pastagens, conhecidas por "campos" ou "savanas do rio Branco". Nestas vastas campinas é praticada em larga escala a criação de gado bovino, nas diversas fazendas pastorís e, principalmente na Fazenda Nacional de São Marcos, fundada há muitos anos pelo Govêrno Federal. Orça por 200 mil o número de cabeças de gado que povoam os campos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFÍA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
SERVIÇO DE GEOGRAFÍA E ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA
TERRITÓRIO
DO
RIO BRANCO
1943
GUIANA BRITÂNICA
MONTE ROROIMÃ
VENEZUELA
Rio Cotingo
Rio Mau
Rio Surumú
Rio Parimé
Rio Majari
Rio Uraricoera
Rio Uraricaa
I. de Maracá
Murupú
Rio Tarutú
GUIANA
BRITÂNICA
BOA VISTA
Rio Mucajaí
VENEZUELA
Caracaraí
Rio Anauá
Rio Catrimani
Rio Jauaperi
Rio Nhamundá
PARÁ
CATRIMANÍ
RIO BRANCO
Rio Jauaperi
Rio Alalaú
AMAZONAS
Rio Padauaré
Rio Preto
Rio Demoni
Rio Jucari
LINHA EQUATORIAL
RIO NEGRO
BARCELOS
MOURA
AMAZONAS
CONVENÇÕES
Capital
Cidade
Vila
Limite Internacional
Limite Interestadual
Limite Municipal
Limites segundo o dec-lei nº 6550 de 31-5-1944
64°
62° W.Gr.
60°
8°
6°
4°
2°
0°
2°
YOLANDA LINS

do Rio Branco. O gado, na maioria da raça crioula, é criado à lei da natureza e destinado ao corte, abastecendo o mercado de Manaus e outros pontos da Amazônia.

A região do alto Rio Branco, muito menos úmida e chuvosa do que a região da planície amazônica, está sujeita a sêcas prolongadas que prejudicam muitíssimo a vitalidade dos campos, fazendo por vêzes desaparecer temporàriamente o tapête gramináceo. Tal fenômeno se reflete na vida dos rebanhos que, por falta da proteção técnica, vão se tornando cada vez menos numerosos, a ponto de já se racionar a matança de reses para o consumo local. Com a criação do Território do Rio Branco, o Govêrno Federal tomará providências no sentido de intensificar a pecuária nos campos do Rio Branco, fazendo ressurgir a pecuária decadente dessa região esquecida e recuperando, pela criação racional e melhoria dos rebanhos, uma das maiores fontes de riqueza do novel Território.

As matas fornecem os produtos comuns à floresta amazônica: madeiras de lei, frutos oleaginosos, resinas e fibras vegetais, plantas medicinais, couros e peles, caça e pesca abundantíssimas. Nas florestas do Rio Branco são encontradas duas espécies de árvores produtoras de borracha: a conhecida seringueira (Hévea brasiliensis), no vale do rio Anauá, seu sub-afluente; e, a balata, que tem sua maior concentração no alto Jauaperi, tributário do rio Branco.

No reino mineral, o Território do Rio Branco conta, devido à natureza dos seus terrenos, com três grandes riquezas: o ouro, o diamante e o diatomito, encontrados no alto rio Branco, na região campestre.

O ouro e o diamante são faiscados ativamente, tendo atingido a 400 mil cruzeiros o valor da garimpagem dêste último no primeiro semestre de 1942. O diatomito, também conhecido por farinha fóssil e "kieselguhr", é uma rocha arenosa muito branca, formado pelo esqueleto de algas microscópicas chamadas diatomáceas e encontrado em jazidas, sendo empregado na química como material filtrante, na indústria como isolante térmico, e nos tijolos refratários dos altos fornos, além de muitas outras aplicações. Os depósitos do alto rio Branco encerram, pela sua pureza, o melhor diatomito do Brasil.

Ùltimamente foram descobertas, no vale do rio Cotingo, grandes ocorrências de excelente cristal de rocha.

Todo êsse precioso patrimônio está ainda pràticamente inexplorado, em comparação ao aproveitamento que deverá ser feito dessas reservas.

O Território do Rio Branco é escassamente povoado. Dentre os seus poucos e pequeninos núcleos de população, se destaca Boa Vista, escolhida para capital do Território.

Ocupa o Território uma área de 252 365 quilômetros quadrados, sendo um pouco maior que o Estado de São Paulo. Esta imensa superfície, encerrando inestimáveis riquezas naturais está pràticamente despovoada, pois enquanto que São Paulo tendo apròximadamente o mesmo tamanho, possui uma população absoluta de sete milhões e meio de habitantes e uma densidade de 29 habitantes por quilômetro quadrado, o Território do Rio Branco apresenta sòmente cêrca de doze mil almas, o que lhe confere a baixíssima densidade de 0,05 habitante por quilômetro quadrado, ou seja, um habitante sòmente em 20 quilômetros quadrados. Boa Vista, a capital, tem sòmente 1 498 habitantes.[1]

Daí a criação do Território Federal do Rio Branco vir atender ao imperativo nacional da ocupação humana efetiva dos espaços despovoados do vastíssimo território brasileiro, promovendo, com o auxílio direto do Govêrno da União, o seu povoamento, exploração e aproveitamento das suas riquezas naturais.

O Território do Rio Branco — bem como os demais territórios recém-criados — compensará sobejamente todo o esfôrço empregado pelos brasileiros na exploração e aproveitamento das suas imensas riquezas. E se êsse esfôrço fôr bem conduzido, veremos, dentro em breve os Territórios recém-criados — e os futuros que deverão ser criados — transformados em grandes e prósperos Estados da União, para maior progresso do nosso Brasil.

---

[1] Todos os dados populacionais apresentados são os do Recenseamento de 1940.

## A POPULAÇÃO DE FATO DO TERRITÓRIO DO RIO BRANCO NAS SUAS NOVAS FRONTEIRAS *

*SUMÁRIO: 1. Municípios que contribuíram para a área e a população do Território. — 2. Discriminação da população atribuída ao Território. — 3. População de fato do Território, segundo o sexo. — 4. Distribuição da população de fato, segundo a situação dos domicílios. — 5. Densidade da população. — 6. População atual do Território.*

1. — O Território do Rio Branco abrange, no todo ou em parte, as áreas de dois municípios do Estado do Amazonas.

O município de Boa Vista fica totalmente incluído no Território.

O município de Moura cede parte dos distritos de Moura e Carvoeiro, sem as respectivas sedes, e todo o distrito de Ilha do Catrimani.

O Território divide-se em dois municípios, ou seja, o de Boa Vista, que coincide com o já existente, e o de Catrimani, integrado pelas partes desmembradas do município de Moura.

2. — A determinação da população de fato do município e dos distritos atribuídos integralmente ao Território, foi feita conforme a apuração definitiva, pelos cartões individuais, do censo demográfico.

No que diz respeito aos distritos divididos pela nova fronteira, foi discriminada a população das partes cedidas ao Território e das partes restantes, mediante o exame coordenado das cadernetas dos agentes recenseadores e dos mapas topográficos. Aplicou-se uma pequena redução aos dados da população recenseada de cada distrito, obtidos pela apuração das cadernetas, para se conseguir a coincidência com a população de fato constante da apuração definitiva. ** Em virtude da cuidadosa compilação das cadernetas, que especificam bem a situação dos domicílios recenseados, foi possível determinar com precisão a localização de todos os domicílios, dentro ou fora do Território. A distribuição proporcional da população por sexo foi suposta igual nas duas partes de cada distrito dividido.

3. — A tabela I indica a população de fato existente em 1.º de setembro de 1940 nas áreas atribuídas ao Território do Rio Branco, dividida segundo os municípios a que pertencia e segundo os a que agora pertence, e discriminada por sexos.

---

* O presente trabalho foi elaborado pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento e suplementa o estudo anterior sôbre o Território Federal do Rio Branco, de autoria do Prof. Lúcio de Castro Soares.

Em conjunto a população do Território ascende a 12 130 habitantes.

TABELA I

**População presente em 1.º-IX-1940 na área atual do Território do Rio Branco, por sexo ***

| MUNICÍPIOS ANTIGOS | Homens | Mulheres | Total | Municípios atuais |
|---|---|---|---|---|
| Boa Vista | 5 509 | 5 000 | 10 509 | Boa Vista |
| Moura (parte) | 971 | 650 | 1 621 | Catrimani |
| **Total** | **6 480** | **5 650** | **12 130** | **Total** |

* A população do antigo município de Moura divide-se da maneira seguinte: distrito de Moura: 133 hab. para o Território, 1 147 para o Estado de Amazonas; distrito de Carvoeiro: 805 habitantes para o Território, 256 para o Estado de Amazonas; distrito de Ilha de Catrimani: 683 habitantes para o Território.

Em conjunto, são 1 621 os presentes nas áreas atribuídas ao Território, e 1 403 os nas áreas restantes.

A população média por município é de 6 065 habitantes.

4. — Discriminando-se a população de fato do Território, segundo a situação dos domicílios — urbana, suburbana ou rural — obtêm-se os resultados expostos na tabela II.

TABELA II

**População presente em 1.º-IX-1940 na área do atual Território do Rio Branco, segundo a situação dos domicílios**

| MUNICÍPIOS ANTIGOS | SITUAÇÃO | | | Total | Municípios atuais |
|---|---|---|---|---|---|
| | Urbana | Suburbana | Rural | | |
| Boa Vista | 1 159 | 239 | 9 111 | 10 509 | Boa Vista |
| Moura (parte) | — | — | 1 621 | 1 621 | Catrimani |
| **Total** | **1 159** | **239** | **10 732** | **12 130** | **Total** |

A população do Território é, na grande maioria, rural. Conforme a divisão administrativa, a quota da população rural é de 88,48 %; a da urbana, de 9,55%; a da suburbana, de 1,97 %.

Não se encontram no Território aglomerações urbanas, no sentido demográfico da expressão. O pequeno centro de Boa Vista, com 1 159 habitantes no quadro urbano e 239 no suburbano, foi escolhido como sede da capital do Território.

5. — A superfície total do Território é de 252 365 quilômetros quadrados. Em relação a esta superfície, a população de 12 130 habitantes corresponde a uma densidade de apenas 0,04 habitantes por quilômetro quadrado inferior de 99 % à média da União, já tão baixa.

Na tabela III indica-se a superfície, a população e a densidade desta, para cada município, conforme a nova divisão territorial.

TABELA III

**Superfície, população presente em 1.º-IX-1940, e densidade da população nos municípios do Território**

| MUNICÍPIOS ATUAIS | Superfície (km2) | População (hab) | Densidade (hab/km2) |
|---|---|---|---|
| Boa Vista | 170 581 | 10 509 | 0,062 |
| Catrimani | 81 784 | 1 621 | 0,020 |
| **Total** | **252 365** | **12 130** | **0,048** |

6. — Supondo-se que a taxa anual de crescimento da população no Território do Rio Branco seja a mesma provisòriamente adotada nas estimativas para o conjunto da União, pode-se calcular em cêrca de 13 000 habitantes a população do Território em 31 de dezembro de 1943.*

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1944.

GIÓRGIO MORTARA
*Consultor-técnico*

* Deve-se ter presente, entretanto. que essa estimativa pode ficar sensìvelmente alterada em virtude dos movimentos imigratórios ocorridos nos últimos anos, acêrca dos quais faltam informações estatísticas.

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

## *Tertúlias geográficas semanais*

### QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA TERTÚLIA REALIZADA EM 1 DE FEVEREIRO DE 1944

ALIMENTAÇÃO E OUTROS ASPECTOS DA GEOGRAFIA HUMANA DAS ZONAS CANAVIEIRAS. PELO PROF. VASCONCELOS TÔRRES. O PROBLEMA DO DESLOCAMENTO DA MÃO DE OBRA PARA OS CENTROS URBANOS. O NÍVEL DE VIDA E A SITUAÇÃO SOCIAL ENTRE OS TRABALHADORES DA LAVOURA E DA INDÚSTRIA. O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO.

O embaixador Macedo Soares, abrindo a sessão, deu a palavra à Srta. Talita de Oliveira, que fêz doação ao Museu Geográfico de uma miniatura de moenda de cana, usada em Campos. É a mesma de origem africana e mais rudimentar do que a engenhoca.

O tertuliano foi o Prof. Vasconcelos Tôrres, do Instituto do Açúcar e do Álcool que falou sôbre: *A alimentação e outros aspectos da geografia humana nas zonas canavieiras*. Segundo suas observações, as zonas agrícolas vivem desamparadas. O homem rural come e se veste mal, tem péssimas habitações. Atrasados, rotineiros, alguns não têm nem a noção de Pátria. Essa situação se agrava com o abandono dos campos. A maioria das empregadas domésticas, no Rio, são fluminenses ou mineiras e cada elemento vindo para a cidade, atrai aos poucos tôda a família.

No Nordeste, atualmente, os altos salários pagos aos empregados que trabalham nas construções das bases militares, são um incentivo ainda maior para o abandono dos campos.

O remédio para isso tudo seria a valorização do trabalho agrícola.

O nível de vida do trabalhador rural é baixíssimo.

Há duas categorias de trabalhadores açucareiros, quanto ao salário:

a) Cortadores de cana, carreiros, carroceiros, que têm salários mais baixos aos quais corresponde alimentação mais deficiente, vestuário mais pobre, maior número de doentes.

b) O trabalhador industrial, aquêle que tem sua função nas usinas como, por exemplo, o alimentador da caldeira, o ensacador, etc.

O salário é *relativamente* melhor.

Não há lutas ou divergências entre essas duas classes de trabalhadores; ambos sofrem do mesmo mal: a miséria.

Em São Paulo, existe o regime do colonato. Os colonos têm uma situação melhor. Podem trabalhar para si, e chegam a ter propriedades; são na maioria italianos. Têm dispensa farta, rádio, vão ao cinema, bebem vinho etc. Seu salário varia de acôrdo com a produção, mas é sempre relativamente compensador. Quando não dão conta do trabalho, chamam como auxiliar um camarada. Êsse ganha uma miséria: Cr$ 3,00 a Cr$ 5,00 por dia. São elementos instáveis; não se fixam.

No Estado do Rio ganham os trabalhadores como diaristas: Cr$ 4,00 o cortador de cana e Cr$ 5,00 o carreiro. Os que trabalham na indústria ganham por tarefa.

Minas Gerais é um dos lugares onde a situação dos trabalhadores da cana é mais miserável.

No Nordeste, mesmo as grandes usinas, pagam salários ínfimos. Cr$ 1,50 por dia, em Pernambuco. Não pode, dessa forma um trabalhador comprar 1 quilo de carne sêca que custa Cr$ 6,00.

---

NOTA — O resumo desta tertúlia, por motivo de fôrça maior, deixou de ser publicado no n.º 13 dêste *Boletim*.

A educação é outro problema. Desde 4 ou 5 anos ajudam os pais na safra. Vão à escola quando não têm trabalho. As escolas, nessas zonas, deviam ter regime diferente; funcionar só nas entre-safras.

As mulheres preparam de manhã a alimentação para o dia: 9 partes de farinha para 1 de carne sêca e também vão para o campo trabalhar.

O Prof. Vasconcelos Tôrres falou, em seguida, mais detalhadamente sôbre a alimentação. Suas observações foram colhidas em inquéritos feitos em 6 Estados: Rio, Minas, São Paulo, Pernambuco, Sergipe e Bahia. Em cada Estado estudou 10 usinas, em cada usina 10 a 20 % dos trabalhadores.

Em conclusão, foi observado que quase tôdas as famílias dos inquiridos têm índices de deficiência calórica alimentar, que variam de 14,13 a 74,18 %.

A média de deficiência calórica em Minas Gerais é de 39%.

O alimento mais usado é a farinha com carne sêca.

O consumo de aguardente é grande e em Minas, entre 200 trabalhadores foram os seguintes os índices encontrados:

| | | |
|---|---|---|
| mais de 1 litro: | 14,04 | % |
| 1 litro: | 20,20 | % |
| 1 garrafa: | 23,41 | % |
| menos de 1 garrafa: | 32,10 | %. |
| abstêmios: | 10,25 | %. |

89% consomem aguardente.

O trabalhador mal alimentado não trabalha. Em poucos Estados tem sido estudado êsse problema. A Escola Livre de Sociologia e Política, de São Paulo, está na vanguarda dêsses estudos sociológicos.

É, porém, semelhante a situação do trabalhador canavieiro nos outros países: E. Unidos, México e em tôda a zona canavieira da América Central.

Os tertulianos fizeram várias perguntas ao orador. O embaixador Macedo Soares indagou se era generalizada a proporção de 9 partes de farinha para 1 de carne sêca, e se o trabalhador, com alimentação deficiente, é eficiente na produção. Respondeu o Prof. Vasconcelos Tôrres que aquela proporção alimentar citada refere-se ao Nordeste. Quanto à eficiência do trabalhador, só poderá dizer que encontrou famílias de boa saúde, ao menos aparente, casas com prole sadia e no entanto, mal alimentados energèticamente falando. É verdade que não considerou a questão de outras qualidades da alimentação: vitaminas, proteínas, etc. Às vêzes tinham plantações, hortas, criação de galinhas, mas tudo entrou no cálculo das fichas de cada um.

Respondendo a uma pergunta do Prof. Lúcio de Castro Soares, explicou que na seleção dos dados foram excluídos os casos em que havia dúvida quanto à veracidade das declarações.

Perguntou o Sr. Newton de Almeida Rodrigues se havia dados sôbre a mortalidade infantil, que comprovassem a existência da prole sadia. O Prof. Tôrres explicou que ao referir-se a "prole sadia" estava considerando apenas o aspecto "no momento". Os inquéritos sôbre mortalidade infantil, longevidade, etc., estão para ser feitos de acôrdo com dados da Saúde Pública.

Concluiu afirmando que o problema da alimentação é vastíssimo, abrange várias classes sociais. Nas escolas do Distrito Federal, por exemplo, existem 75 % de subnutridos.

Foi, em seguida, encerrada a reunião.

*

## SEXAGÉSIMA SEXTA TERTÚLIA, REALIZADA A 30 DE MAIO DE 1944

EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE: EXCURSÕES AO PICO DO ANDRADA E À SERRA DO SEARA PELO PROF. ALFREDO DOMINGUES. ORIGEM DO ALGONQUIANO. FORMAÇÃO DE UMA SUPERFÍCIE DE EROSÃO — REJUVENESCIMENTO — AS FORMAS ATUAIS DO RELÊVO: *HOG BACKS* E A PENEPLANÍCIE ARQUEANA — O RIO PIRACICABA E O CONTACTO DAS ZONAS ARQUEANA E ALGONQUIANA. CONSEQÜÊNCIAS NA OCUPAÇÃO HUMANA. DEBATES: COMO DATAR UMA SUPERFÍCIE DE EROSÃO

A sessão foi presidida pelo Prof. Orlando Valverde, que deu a palavra ao Prof. Alfredo Domingues o qual, continuando a série de tertúlias sôbre a excursão ao vale do rio Doce, apresentaria o relatório geral referente às excursões ao pico do Andrada e à serra do Seara.

Quando se abandona Monlevade na direção do pico do Andrada, a estrada corta afloramentos de itabirito que estavam sendo cubados. Tal cubagem era feita para se constituir um segundo ponto de exploração do minério, um fundo de reserva.

Os vales possuem declive muito forte, correspondendo a um aprofundamento muito recente do rio Piracicaba.

As camadas de itabirito, freqüentemente pulverulentas são intercaladas de xistos sericitosos e essa variação demonstra que a série de Minas é em parte de *facies* nerítico, sendo entretanto próximo ao batial.

Encontraram aí um pegmatito cortando o conjunto, que deve pertencer à fase mineralizante penoqueana, caracterizada em muitas regiões pela presença de quartzo enfumaçado; onde as condições mesológicas permitiram, formou-se ouro livre, hoje encontrado no leito dos rios que erodem as serras da série de Minas. Êste pegmatito tem seus elementos bastante alterados devido à ação do conjunto de agentes metassomáticos; a erosão química atuou fortemente e o feldspato acha-se completamente caulinizado.

O solo acha-se recoberto de uma camada de canga, de espessura muito variável.

As margens do rio Piracicaba são bastante altas e abruptas e refletem recente rejuvenescimento. Encontramos também aí um belo exemplo de meandro encaixado.

Surge então uma interessante aglomeração, Bognote, um agrupamento de habitações operárias com arruamento em curvas de nível e descida lenta das ruas.

As casas são construídas com o próprio material retirado da mata e as mais modestas, cobertas de sapê, situam-se no alto da elevação. O agrupamento humano é cortado transversalmente pela estrada que conduz à caixa d'água. As atividades humanas estão exclusivamente ligadas ao trabalho da usina, as casas não têm criação, nem plantação; de um modo geral desaparecem os cercados. Tentar plantação num solo como o da série de Minas, em determinados lugares é verdadeiramente difícil.

Num corte um pouco acima, encontramos pequenas flexuras, correspondendo a reajustamentos locais ou então a zona de tensão.

Estão atualmente construindo uma estrada que será aproveitada para lançar os trilhos de uma ferrovia, melhorando assim o transporte do minério para a usina de Monlevade, que é feito em animais e automóveis. Nesta estrada podemos observar o solo laterítico, provindo dos xistos argilosos sendo a côr vermelha oriunda do óxido de ferro hidratado (limonita).

Como em tôda zona pioneira dirigida, aí foi observado um princípio de desflorestamento metódico e calculado; nas áreas limpas, surgem as primeiras plantações: milho, algum feijão, mandioca, bananas. As casas são construídas aproveitando o próprio material das matas e podem apresentar-se esparsas ou em pequenos grupos. De preferência no fundo dos vales, temos as plantações, pois nas encostas, em pouco tempo a erosão removeria o solo indispensável à agricultura.

O rio Piracicaba é atravessado por duas pontes que conduzem, uma a São Domingos do Prata e a outra a Presidente Vargas (Nova Era). Na encruzilhada dessas estradas está vila Papini, cujo casario novo contrasta com outras casas mais velhas nessa margem do rio. Estas casas lembram habitações orientais,

têm um colorido escuro, porões fechados, que devem ser uma adaptação à economia agro-pecuária, correspondendo a celeiros. Nas habitações novas estão se alojando os operários da usina.

A estrada, atinge o vale do Carneirinho, afluente da margem esquerda do Piracicaba. Êste afluente é mal ajustado ao vale do último e apresenta zonas de quedas. O córrego não escavou de forma a a acompanhar o aprofundamento do Piracicaba, e formou um vale suspenso, testemunho do rejuvenecimento do rio principal. Por isso, tem-se no Carneirinho uma porção muito importante do ciclo precedente. Outra causa que influiu no seu perfil é de ordem estrutural: marginando o vale do Carneirinho, vêem-se colinas cujo conjunto forma um nível mais ou menos uniforme, como que um degrau antes da serra do Seara. Seus cumes desenham uma superfície regular, que documenta uma antiga superfície de erosão.

Examinando o mapa, verifica-se que o Carneirinho teve suas cabeceiras capturadas pelo córrego dos Coelhos. Para tal captura deve ter sido um fator quase que decisivo o Santa Bárbara, rio cujo nível de base teria abaixado muito ràpidamente. Procurando restabelecer o perfil de equilíbrio, o córrego dos Coelhos escavou profundamente, com menos dificuldade que seu contravertente — o Carneirinho, que, não se adaptando ao rejuvenescimento do Piracicaba devido a razões de ordem estrutural, não pôde competir com êle. O córrego dos Coelhos tornando seu nível de base bem mais baixo, apesar do menor volume d'água, capturou, pela erosão regressiva, as cabeceiras do Carneirinho.

Como testemunho, ficou um largo vale de passagem que se pode chamar de *vale morto*, entre as localidades de Carneirinho e Coelhos. Outro testemunho é o encaixamento e os rápidos do córrego dos Coelhos. Examinando-se a carta vê-se que o alto vale do Coelhos, que a princípio parece dirigir-se para o Carneirinho segundo a direção sudoeste-nordeste, inflete nas proximidades do vale morto para noroeste, indo lançar-se no Santa Bárbara após uma série de rápidos. Nas proximidades da localidade de Coelhos há um verdadeiro cotovêlo de captura. Também o largo vale do Carneirinho está em franca desproporção com o curso d'água que atualmente por êle corre.

O vale morto é utilizado para comunicar Carneirinho e Coelhos; esta localidade fica assim provida de comunicações fáceis com Monlevade, e pode usufruir os benefícios do surto da indústria metalúrgica; se a via fôsse o rio, talvez as comunicações não fôssem tão fáceis.

No vale do Carneirinho existe uma zona provida de matas. Nesta floresta encontra-se em abundância: ipê, jacarandá, jacaré, braúna, que são utilizadas por uma serraria das proximidades. A candeia é muito abundante e utilizada para fabricação de carvão vegetal que é enviado para a usina de Monlevade.

No vale do Carneirinho, uma espêssa camada de aluviões é aproveitada no fundo do vale e nas encostas menos abruptas para pequenas plantações e criação doméstica. Constituem êstes terrenos o único local onde é possível um aproveitamento para a agricultura.

As habitações se alinham ao longo da estrada e a uma certa distância do rio, sem dúvida para evitar as cheias. Outras notavam-se também num sentido perpendicular ao anterior. Mais longe percebia-se um segundo agrupamento. Verificamos assim quão fácil é o povoamento nesta parte larga do vale; é provável que seja futuramente utilizado em maior escala. A parte mais povoada do Carneirinho está situada nessa zona entre as curvas de nível de 750 e 800 metros, isto é, a cêrca de 150 a 200 metros acima do talvegue do Piracicaba. As casas possuem plantações de milho, feijão e café; o café é plantado nas grotas de favoráveis condições de umidade. A sua produção é enviada na maior parte para Santa Bárbara.

Carneirinho chamava-se outrora Machado e, segundo informações de um antigo negociante, possui uma população de 600 pessoas, segundo o recenseamento de 1940. Em 1929 a localidade possuía 22 casas; em 1940 era de 135 o número destas, foi pois sextuplicado. Tal aumento, é, em parte, fruto da influência de Monlevade; com o surto da indústria siderúrgica, muitos operários foram residir em Carneirinho. Em 1922 só havia um comerciante, em 1943 havia mais nove. Carneirinho entretanto, não possui bancos e a sua atividade comercial gira

em tôrno do polvilho, mandioca, criação de porcos e algum café. O transporte das mercadorias é feito em burros de carga, e, como se trata de uma zona serrana, o preço dêste animal atinge em alguns casos quantias muito elevadas.

Um enxadeiro ganhava aí sete cruzeiros a "sêco" e quatro cruzeiros com comida fornecida pelo patrão.

Com a situação atual de guerra a vida tornou-se difícil, tudo encareceu. O saco de sal subiu de Cr$ 45,00 para Cr$ 72,00, o saco de açúcar de Cr$ 65,00 para Cr$ 120,00.

Os negociantes tiveram grandes prejuízos e alguns foram à falência porque os moradores não puderam pagar os altos preços das mercadorias. Um antigo comerciante queixou-se de ter perdido 40 mil cruzeiros. Outros dois estão em falência comprovada.

Logo depois de Carneirinho, a estrada orienta o povoamento, algumas casas são construídas de tijolos que indicam a existência de argila no local existindo para a sua fabricação pequenas olarias.

A erosão nesta região, já se encarregou da destruição das camadas de itabirito ficando o xisto argiloso. O aspecto do solo mudou pois, completamente, favorecendo a agricultura. Ao longe, nota-se uma forma de relêvo correspondendo a rochas mais duras, um *hog back*.

Para atingir o pico do Andrada transpõe-se um colo. Chegando a êsse colo, vimos para nordeste o profundo entalhe do vale do Santa Bárbara, e mais além uma paisagem de elevações suaves de altitude mais ou menos regular. A superfície tangente a êsses cumes é uma páleo-superfície de erosão, isto é, uma peneplanície onde a erosão recomeçou, rejuvenescendo as formas.

Muito longe, de quando em quando, surgem formas dissimétricas que correspondem a rochas da série de Minas pertencentes a camadas que foram dobradas, amarrotadas e encaixadas em cunhas no arqueano. Como o itabirito, o quartzito e a canga são elementos que resistem mais ao desgaste resultaram formas salientes que se destacam na paisagem. Vemos aí uma adaptação do modelado à estrutura. Mais ao fundo observa-se o Cauê que repete o mesmo tipo de relêvo: *hog back*.

O rejuvenescimento, segundo observações a partir da peneplanície, comporta um grupo de espigões alongados e de altitude semelhante. Um pouco abaixo existe uma série de patamares a cêrca de 150 metros do vale, resultando um conjunto de vales "emboités".

O vale do Santa Bárbara, rio ao qual se deve tal rejuvenescimento, é bem profundo, atingindo em certos lugares o gnaisse. Esses rápidos apresentam um regime torrencial devido ao aprofundamento recente. Em conseqüência dêsse rejuvenecimento, os afluentes tiveram o seu nível de base muito baixo e reavivaram o trabalho. Pela lei da erosão regressiva, entraram vigorosamente em atividade recuando as suas divisas d'água. Dentre êstes o córrego dos Coelhos teria capturado as cabeceiras do Carneirinho, ribeirão que ficou tolhido no seu trabalho de erosão.

Ao pé da encosta em que se achavam via-se, no ponto onde se interrompiam os trabalhos da ferrovia, um enorme bloco que se teria deslocado do pico e escorregado pela encosta.

O Santa Bárbara depois de seguir acompanhando a crista monoclinal do pico do Andrada por um vale do tipo subseqüente, atravessa esta crista por uma garganta conseqüente, a noroeste do pico. Parece que os pequenos afluentes têm direções obseqüentes e subseqüentes principalmente.

O pico do Andrada é constituído por hematita compacta. E' na parte superior revestido por uma superfície de canga que possui 40 % de riqueza de ferro. Será uma fonte de exploração que durará longo tempo. O cume dêsse pico está a 1 119 metros e daí a região inclina-se suavemente para o rio Doce, isto é, na direção do sul e sudoeste.

Observando-se algumas das cristas das elevações próximas, verificaram que elas são de declive bem mais suave que as camadas que cortam; trata-se pois de superfícies de erosão modelada em bisel no algonquiano.

Para noroeste a serra do Seara termina por um escarpamento brusco e apresenta uma declividade muito suave que se poderia chamar de *cuesta*.

As camadas do pico do Andrada têm uma inclinação de 30° a 40° para SE e uma direção geral SW-NE; é, pois, um *hog back*.

Observando-se do alto do pico do Andrada para oeste e noroeste além da serra do Seara, nota-se uma série de cristas dissimétricas semelhantes à serra do Curral del Rei, e que dão ao todo um aspecto de vagas impelidas para NE. Ao norte, observa-se o mesmo tipo de relêvo dissimétrico, particularmente enérgico em tôda esta zona, onde se dividem as águas do rio Doce e das Velhas. Êste relêvo, foi rejuvenescido pelas cabeceiras dos afluentes dêsses rios, principalmente os afluentes do rio Doce. Nessas o rejuvenescimento foi bem maior porque seu nível de base baixou sensìvelmente.

O nível de 800 a 900 metros tem um papel importante na paisagem pela sua freqüência. No sopé da serra do Seara observa-se, além disso, uma outra superfície de erosão que domina o fundo do vale do rio Carneirinho.

Na encosta do pico do Andrada, a vegetação pertence ao tipo xerófilo, devido à falta d'água no inverno, a estação sêca. Quando chove não pode a água se acumular pela quase inexistência de solo. A flora é pois representada por bromiliáceas, orquidáceas, cactáceas e musgos, em quantidade bastante apreciável, como na serra do Curral. Há também candeias que devido à fraca espessura do solo não têm grande porte, é "candeia miúda". Também, à semelhança do que tinha sido observado na serra do Curral, encontraram um grupo de canelas.

No leito do Santa Bárbara, a ocupação humana avança na direção das elevações ricas em matas. Distingue-se das zonas pioneiras do sul porque, aí a floresta tem uma função polimorfa, fornece alimento, morada, meios de transporte, energia e solo aproveitável para a lavoura; na região que estudamos, a função da floresta reduz-se quase que exclusivamente ao fornecimento de combustível para os altos fornos e, secundàriamente, para a habitação. Temos no caso do oeste de São Paulo e Paraná um povoamento estável com aproveitamento racional do solo. Aqui, a população é instável, desloca-se à medida que a orla de floresta se retrai.

Na zona do Andrada, que corresponde ao vale do Santa Bárbara, a ocupação humana se faz na margem direita do rio, e pouco a pouco ascende em direção à mata.

Uma ocupação humana bem mais antiga, testemunhada por fazendas, como a do Bicalho perto do povoado de Pacas e o sítio de Mangarito na direção sul, foi vista do Alto do Pico.

Em seguida o professor Alfredo Domingues apresentou o relatório geral da excursão à serra do Seara.

A estrada sobe o vale do Piracicaba, dominado por espigões, a cêrca de 300 metros acima do talvegue. O vale é em alguns lugares muito largo e os afluentes vêm juntar-se a êle por meio de rápidos, o que prova não se terem ainda adaptado ao escavamento recente do rio. Constituem verdadeiros vales suspensos. Os desnivelamentos bruscos das cachoeiras e a maior correnteza nos rápidos constituem ótimas fontes de energia e a Companhia Belgo-Mineira aproveita as quedas d'água em dois locais, além da reprêsa sôbre o Piracicaba: a primeira próxima a Monlevade, sôbre o Jacuí, onde se encontra um reservatório auxiliar, e a segunda, no córrego do Talho Aberto.

Próximo à ponte do Saraiva, onde se encontra o pequeno povoado de São Miguel do Piracicaba, um quartzito apresenta intercalações de leitos ferruginosos. Talvez fôssem rochas originárias da zona nerítica do geossinclinal algonquiano mineiro (grande variação da natureza da rocha sem passagens intermediárias que as localizariam na zona batial).

Na ponte do Saraiva, o Sr. Luís Flores de Morais Rêgo, encontrou camadas de um itabirito e de um filito típico da série de Minas com os seguintes elementos estruturais: direção NE-SO e inclinada de 10° para NO, próximo à localidade acima referida. Vê-se aí claramente o gnaisse em discordância; é um dos poucos bons exemplos para se notar a discordância da série de Minas sôbre o arqueano.

A montante da confluência, já no córrego Talho Aberto, seguiu-se um atalho para burros de carga, meio de transporte de mercadorias da região. A princípio o córrego Talho Aberto é muito íngreme, com rápidos, e apresenta uma cachoeira, já referida, aproveitada pela Companhia Belgo-Mineira. Mais para montante,

seu vale se alarga e as margens são freqüentemente pantanosas. O declive forte visto, avaliado em quase 100 metros dá o valor do rejuvenescimento do Piricicaba (diferença de altitude entre o vale suspenso e o talvegue rejuvenescido).

Mais ainda para montante, o caminho torna-se menos acidentado, atravessa uma região de xistos argilosos, que se pode talvez correlacionar com o xisto Piracicaba. De quando em quando surgem areias oriundas da desagregação de quartzitos. Tais quartzitos têm uma direção geral E-W (S 86° — W e S 84° — W) e são inclinados para o sul em cêrca de 18°. Por desagregação produz-se uma areia branca, rica em muscovita, e que faz pensar que as rochas tenham sofrido um meso-metamorfismo; faltam elementos para atribuir a um metamorfismo de catazona; mais tarde, os elementos metassomáticos, atuando fortemente, tenderam a alterar a rocha e finalmente desagregaram-na. O aspecto da areia sugere uma origem nerítica profunda para o depósito. Além dêste quartzito muscovítico existe também micaxisto bem estratificado, pertencente ao algonquiano.

A inclinação das camadas é sempre no mesmo sentido e age diretamente no relêvo da região produzindo uma série de cristas monoclinais. Estas cristas estão no limite entre o relêvo de *cuesta* e de *hog back;* a serra do Seara aparece como uma verdadeira *cuesta,* enquanto que Morro Agudo é um *hog back* típico. É necessário, para elucidar tal diferença de formas, um estudo detalhado da variação da inclinação.

Verificamos também veios de quartzo, que podemos considerar como pertencentes à fase mineralizante penoqueana; entretanto só o exame rádio-ativo poderia confirmar tal idade. Nota-se na superfície de contacto com o quartzito um pequeno metamorfismo.

A altitude não ultrapassa 1 348 metros, no pico do Seara, e as altitudes se mantêm uniformes entre 1 100 e 1 200 metros. Para o sul, vê-se a peneplanície arqueana bem mais baixa, parecendo existir um início de rejuvenescimento. Para oeste surgem os *hog backs* mais ou menos destacados, testemunhos de uma páleo-superfície de erosão.

Esta região antigamente foi explorada ao mesmo tempo para criação e mineração, tendo sido vistas grandes escavações, obra dos garimpeiros de outros tempos.

De tudo o que foi narrado concluiu, para a origem das formas do relêvo:

Inicialmente, durante o algonquiano, havia um geossinclinal, no qual começaram a depositar-se os sedimentos, a princípio arenosos. O geossinclinal teria começado a se afundar e os sedimentos que se depositaram posteriormente seriam de um *facies* nerítico profundo e batial. Entretanto, regressões e transgressões neste geossinclinal, obedecendo ao sincronismo de Haug, fizeram variar o *facies* das rochas. O ferro se teria depositado na zona nerítica profunda.

Devido ao aprofundamento do geossinclinal, houve o metamorfismo regional e pelo metamorfismo catazonal as rochas profundas foram transformadas por injeções graníticas. Nas regiões em que êste metamorfismo foi mais enérgico, as rochas ficaram semelhantes a gnaisses. São rochas do período algonquiano que, devido ao seu aspecto gnáissico, parecem rochas arqueanas. Procurando-se o contacto entre estas falsas rochas arqueanas e as algonquianas não se encontra: é o caso do andar médio da serra da Motuca, em Belo Horizonte. Devido também a êste metaformismo, ter-se-iam formado alguns quartzitos à custa dos sedimentos arenosos.

Ao metamorfismo de mesozona se deve a hematita, que transformou o ferro depositado no geossinclinal.

Com o movimento huroniano (penoqueano), formaram-se grandes dobras isoclinais, impulsionadas por um movimento de leste para oeste. As rochas foram então intensamente dobradas, amarrotadas, principalmente os filitos que são rochas flexíveis. Os quartzitos e itabiritos mais puros não se dobram, amarrotam-se e quebram-se, de modo que surgem dobras-falhas. Além disso, a série sofre grandes falhas e fraturas, pelas quais se derramaram o basalto e outras rochas básicas que epimetamorfosearam as rochas preexistentes. Resultaram dêste metamorfismo rochas como talcito, serpentinito, etc. Em alguns lugares parece existir uma adaptação da hidrografia a um sistema de fraturas; assim, na região de Belo Horizonte-Nova Lima-Caeté, há um sistema

30° EW e um em tôrno de N-S. Verificamos que parece haver aqui uma adaptação da hidrografia, pois os vales são orientados segundo determinadas direções (N-S, E-W, NW-SE ou SW-NE). A existência da maioria das falhas foi em princípio sugerida pelos seus reflexos na topografia, e a sua existência comprovada depois, por detalhada investigação. O diastrofismo huroniano foi o autor da complexidade atual do relêvo do algonquiano de Minas.

A região, devido a um estado estacionário e a um intenso trabalho erosivo dos rios, foi convertida numa peneplanície, que provàvelmente teria uma idade cretácea. Podemos compará-la com certa reserva com a peneplanície cretácica dos Apalaches. Como testemunhos ficaram os elevados picos de rochas mais duras, como o do Seara com 1 348 metros, e a serra do Seara, com a altitude média de 1 200 metros. Tais altitudes, talvez não correspondam à altura inicial da peneplanície, a qual teria sido muito desbastada pela erosão. Também a ela devem pertencer os seguintes picos: Belo Horizonte, 1 390 metros; Cauê, 1 373 metros.

Outras elevações nos sugerem superfícies mais antigas e bem mais elevadas, como um remanescente na serra da Motuca a 1 682 metros.

Com o rejuvenescimento enérgico, a erosão começou a atuar fortemente na provável peneplanície de idade cretácica; encontrando terrenos heterogêneos, a erosão foi diferencial e surgiram as cristas monoclinais. Houve um reflexo dêsse relêvo na hidrografia e tivemos inúmeras capturas, entre as quais uma problemática que seria a do rio Santa Bárbara. Existem na serra do Seara várias gargantas que poderiam ser antigos cursos de rios, entretanto só uma petrografia detalhada das rochas sedimentares da região poderia trazer alguma luz.

Depois dêste rejuvenescimento houve um início de peneplanização, que no algonquiano deixou como vestígios certos terraços e espigões correspondendo a um nível entre 750 e 900 metros, equivalente ao da peneplanície arqueana. Esta pleneplanície, devido à sua composição litológica de rochas mais fàcilmente erosíveis, tem altitudes que oscilam entre 750 a 850 metros.

O Piracicaba teve recentemente seu nível de base rebaixado e o seu vale ficou profundamente escavado. Como testemunhos no algonquiano ficaram os vales dos afluentes, suspensos. Pelo exame pode-se avaliar êste rejuvenescimento em cêrca de 100 metros. Devido a tal rejuvenescimento se teria dado a captura das cabeceiras do Carneirinho pelo córrego dos Coelhos.

Os rios no arqueano, encontrando rochas de mais fácil trabalho, pela erosão regressiva recuperaram fàcilmente o perfil de equilíbrio, e para encontrar os testemunhos do recente rejuvenescimento temos que verificar os perfis dos subafluentes. Êstes não tendo grande quantidade de material de transporte, não podem escavar fàcilmente, e conservam melhor os testemunhos. Ficam também como resultado vales suspensos.

Uma série de cristas algonquianas bem elevadas, dominando o conjunto, contrasta com elevações menores que constituem uma peneplanície. Tal dissimetria de relêvo, só se pode explicar por diferenças de constituição petrográfica; as cristas são de rochas duras: quartzitos, itabiritos e canga; e do outro lado do rio, a peneplanície é de gnaisse fortemente decomposto.

O Piracicaba corre na região do contacto. Pode-se ver nos perfis dos rios o grande contraste dos afluentes da margem esquerda, com rápidos, e os da margem direita, com o perfil regular em terrenos homogêneos aproximando-se de teórico. Comporta-se o gnaisse aí, como uma rocha homogênea.

Essa diferença de rochas reflete-se também na ocupação humana, se bem que de maneira indireta; na margem direita as rochas fornecem um solo agrícola bem melhor; existem aí fazendas em maior número, destinadas a manter a população da margem esquerda, que tende a se dedicar inteiramente à siderurgia, direta ou indiretamente.

Observa-se que a usina de Monlevade privou as fazendas, principalmente as da margem esquerda, de uma mão de obra barata, prejudicando-se no entanto com isso. Diminuindo a produção destas fazendas, a usina tem que lançar mão de outros centros agrícolas mais afastados, como São Domingos do Prata.

A comunicação foi ilustrada com vasto documentário de fotografias, mapas de itinerário e de interpretação, perfis de rios, cortes geológicos, etc.

Iniciados os debates em vista do adiantamento da hora, falou apenas o Prof. Francis Ruellan, que esclareceu alguns pontos.

Em primeiro lugar, disse que era necessário precisar certos têrmos, como *hog back* e *cuesta;* a cuesta, sendo um relêvo dissimétrico formado em camadas monoclinais, cuja inclinação é geralmente inferior a 30º e cuja superfície em declive suave é freqüentemente uma superfície de erosão cortada em bisel; o *hog back* é um relêvo dissimétrico, formado em camadas monoclinais inclinadas a mais de 30º, sendo o reverso do escarpamento uma superfície estrutural uma camada resistente descoberta pela erosão.

Acentuou, também, que o Sr. Alfredo Domingues apresentou muito bem os problemas que a observação local havia sugerido aos membros da excursão, e que fêz bem em frisar a diferença entre quartzitos muscovítos, notados na ocasião, e os quartzitos reais, muito mais resistentes.

Quanto à situação do Piracicaba na zona de contacto entre o arqueano e o algonquiano pode ser admissível, em linhas gerais. Na faixa gnáissica as superfícies de erosão se prolongam muito, enquanto que no algonquiano são pequenas, pois as camadas resistentes impedem que a erosão se propague depressa.

Referiu-se ainda a um problema delicado que o Prof. Alfredo Domingues procurou tratar: é o da origem do algonquiano. A hipótese por êle apresentada é bem possível; os xistos sericíticos e os micaxistos aparecem na transição entre as rochas ditas arqueanas e o algonquiano com a mesma inclinação que êste último- É provável que as conclusões de Morais Rêgo sôbre o metamorfismo e as intrusões graníticas na série de São Roque se apliquem à série de Minas.

Estudando a formação dêsse relêvo, o Prof. Alfredo Domingues datou como provàvelmente cretácea a páleo-superfície peneplanizada que estudou. Mas para datar assim esta superfície é preciso ter segurança de que ela modelou os terrenos anteriores ao cretáceo ou contemporâneos dêste período, e não há nenhuma prova conhecida. De Martonne datou essa superfície do paleogeno, porque modela o planalto cretáceo em São Paulo e teria sido construída em função de um lago eoceno do Paraná, mas serão necessários estudos detalhados para bem fixar a data inicial do seu modelado.

Aparteou então o Prof. Domingues que data-se como cretácea a superfície peneplanizada dos Apalaches e procurou fazer uma correlação entre as duas superfícies.

Finalizando, o Prof. Ruellan replicou que essa correlação só seria possível se fôssem encontradas provas de que seja cretácea essa superfície brasileira.

A seguir, foi encerrada a sessão.

★

## SEXAGÉSIMA SÉTIMA TERTÚLIA, REALIZADA A 6 E 8 DE JUNHO DE 1944

COMUNICAÇÃO DO PROF. BENEVAL DE OLIVEIRA SÔBRE A ZONA LITORÂNEA DO NORTE CATARINENSE. ADIAMENTO DA SESSÃO DE 6 DE JUNHO EM HOMENAGEM À NOTÍCIA DA INVASÃO DA EUROPA PARA SUA LIBERTAÇÃO. SESSÃO DE 8 DE JUNHO — A PAISAGEM FÍSICA DO ITAPOCU E DA BABITONGA. CLIMATOLOGIA. VEGETAÇÃO. SOLOS. APROVEITAMENTO PELO HOMEM. AS CIDADES. DEBATES: ORIGEM DOS SAMBAQUIS — EVOLUÇÃO GEOMORFOLÓGICA DÊSSE LITORAL, PELO PROF. FRANCIS RUELLAN

Aos 6 de junho de 1944, têrça-feira, estavam reunidos vários membros do C.N.G. e outras pessoas convidadas para assistir à comunicação do Prof. Beneval de Oliveira, sôbre o reconhecimento geográfico na zona litorânea do norte catarinense, numa excursão patrocinada pelo Conselho Nacional de Geografia.

Presidindo a sessão, o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães congratulou-se pela presença do Sr. Nereu Ramos, interventor no Estado de Santa Catarina, reconhecido amigo da geografia, como o demonstrara no Congresso de Geografia de 1940, realizado em seu Estado. E também, pela presença do coronel Viriato Vargas e do Sr. Francisco Leite, representante do govêrno do Paraná e velho amigo do Conselho Nacional de Geografia. Ressaltou o grande interêsse do tema escolhido pelo Sr. Beneval de Oliveira, técnico do Instituto do Mate que, recentemente, percorreu essa região.

Pediu então a palavra o Cel. Lísias Rodrigues que pôs em relêvo o grande significado da notícia do dia sôbre a invasão da Europa pelos aliados, que representa a liberdade e a aurora de um novo mundo, com uma paz assegurada. Referiu-se às vibrantes manifestações patrióticas que passavam no momento pelas ruas e disse que a figura culta e de grande administrador do Sr. Nereu Ramos certamente compreenderia a grandeza desta data, bem como o jornalista coronel Viriato Vargas que conhece igualmente a significação da liberdade para o Brasil e ainda o comandante Prof. Francis Ruellan que, entre nós, representa a França imortal, hoje invadida, para a sua libertação. Por tôdas essas razões, pediu, então, que a sessão fôsse adiada.

Falou, a seguir, o Prof. José Veríssimo da Costa Pereira, que sugeriu que, se exaltasse também a Fôrça Aérea Brasileira nesta invasão, representada no momento por dois valorosos patrícios. Acrescentou que, de fato, a hora era de ardente entusiasmo e apontou seu amigo, o Prof. Ruellan, como traço de união entre o terreno invadido, a querida França e o Brasil.

Tomando a palavra, o Sr. Nereu Ramos aceitou e deu pleno apoio à proposta do Cel. Lísias Rodrigues, pois o dia era realmente de satisfação para o Brasil que via esboçar nos seus horizontes uma fase melhor. Filhos da cultura francesa, não poderiam os brasileiros ficar indiferentes à notícia da próxima libertação da Franca. Dirigia-se também ao filho da grande nação, entre nós presente há alguns anos, comungando no nosso trabalho e nos mesmos interêsses. Achou que se deveria transferir a sessão, sendo êste adiamento em homenagem à França e à cultura universal.

Falou, a seguir, o Prof. Francis Ruellan dizendo que não poderia deixar de responder a tantas provas de amizade. Relatou, então, em que situação dolorosa estava sua terra natal há três anos, quando chegou ao Brasil: a França invadida e um pequeno grupo combatente que queria salvaguardar a cultura pátria. Entretanto, não encontrou aqui um meio estranho, pois tanto êle próprio, como sua família, tiveram calorosa acolhida graças às qualidades de coração dos brasileiros. Por isso, exprimia seu grande prazer em encontrar-se entre êste povo amigo ao soar a hora de libertação. Dirigindo-se especialmente ao Cel. Lísias Rodrigues, declarou que seu grande desejo era envergar novamente o uniforme, para lutar na Normândia ou onde os interêsses de sua pátria o chamassem e que aguardava ansiosamente o chamado para a luta. Concluindo, disse o Prof. Ruellan que jamais esqueceria o tempo transcorrido em nosso país, graças à calorosa simpatia em que sempre se viu envolvido e afirmou, mais uma vez, a grande e tradicional amizade que une a França ao Brasil.

Antes de encerrar a sessão, o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães declarou que suspendia a sessão em homenagem à grandiosidade do momento e à França que, realmente, é, em matéria de cultura, nossa segunda pátria. Mesmo assim, agradecia o interêsse geográfico dos que compareceram e associou-se, em nome da casa, às homenagens prestadas à França e ao querido mestre Prof. Ruellan. Assinalou que os geógrafos, particularmente, se acham ligados à cultura francesa, pois foi da escola geográfica francesa que receberam influxos renovadores, através de mestres como Deffontaines, Arbos, Gibert, Monbeig, Ruellan. Mostrou sua gratidão a todos êles e principalmente a êste último que, apesar de tôdas as vicissitudes, se tornou entre nós incansável animador do grupo de estudiosos da Geografia.

A sessão foi encerrada depois de um minuto de silêncio em homenagem aos mortos em combate neste dia, a pedido do Cel. Lísias Rodrigues.

No dia 8 de junho, realizou-se a comunicação do Prof. Beneval de Oliveira sôbre o reconhecimento geográfico na zona litorânea do norte catarinense.

A zona litorânea do setentrião catarinense pode ser configurada em duas paisagens se bem que mais ou menos semelhantes em alguns pontos: — o vale do Itapocu e o sistema da baía de Babitonga, que forma o pôrto de São Francisco do Sul e os portos fluviais de Joinvile, pelo rio Cachoeira e o de Araquari, pelo rio Parati. Essa zona é limitada ao norte, ao oeste e ao sul nas encostas da serra do Mar, que aí forma uma série de elevações paralelas, linhas de morros alongados em rumos diferentes, e também ilhas de morros, dando por isso mesmo aos terrenos uma fisionomia montanhosa, visìvelmente dissimétrica.

Acham-se situadas nessa região os municípios de Jaraguá, Joinvile, Araquari e São Francisco do Sul. Confrontam o mar os dois últimos, São Francisco ao norte e Araquari ao sul.

*Paisagem física do Itapocu* — O rio Itapocu resulta da junção dos rios Novo e Humboldt, que descem da serra do Mar em trechos fortemente encachoeirados, e desliza depois para E na planície, num percurso aproximado de 120 quilômetros até lançar-se no Oceano Atlântico, nas proximidades do povoado da Barra Velha. O abaixamento de nível do rio, da estação ferroviária de Hansa até a de Bananal é, em média de 1 metro por quilômetro, sendo de 0,3 no trecho que vai dessa última estação à foz. Seus afluentes mais importantes são, pela margem esquerda, o Itapocuzinho e o Piraí e, pela margem direita, o Jaraguá, o Putanga e o Itaperiú.

A área dessa bacia fluvial é calculada em 2 500 quilômetros quadrados e sua estrutura geológica constitui-se de formações arqueozóicas, proterozóicas e talvez de eruptivas post-algonquianas, que aparecem injetadas nas rochas arqueanas.

As formações proterozóicas semelhantes ao grupo Itabirito da série de Minas são constituídas de quartzitos ferríferos ou micáceos. Apresentam-se com dobras anticlinais e sinclinais denunciando que foram bem movimentadas e dobradas. Os quartzitos dessa série são constituídos de quartzo e magnetita, observando-se em alguns casos quartzitos micáceos. Também se observam, algumas vêzes, depósitos matamórficos encaixotados nas eruptivas do complexo fundamental.

A estreita planície por onde corre o rio é constituída de areia fina, observando-se no leito pequenas ilhas de acumulação contendo seixos rolados e detritos vegetais. O rio carrega grande quantidade de sedimentos, principalmente de seixos e pedras pois seus formadores, o Novo e o Humboldt, cavam seus leitos por entre lajeados de eruptivas sieníticas e rochas de textura brechóide formando em certos pontos curiosas marmitas e fundos caldeirões.

O rio é de regime mais ou menos regular, as sêcas são raras pois nesta zona se registra alto coeficiente pluviométrico, sendo mui freqüentes as chuvas no verão, havendo, também, chuvas abundantes durante as estações intermediárias e mesmo no próprio inverno. A bacia é drenada por uma infinidade de córregos. Pequenas extensões de brejos inundáveis pelas chuvas são vistas entre as estações ferroviárias de Bananal e João Pessoa, no município de Joinvile. Pirizais, jasmineiros, jacatirões do brejo e outros vegetais hidrófilos escondem êsse pântanos insalubres e paludosos.

Penetrando no município de Araquari o rio Itapocu depois de receber o Piraí, deixa ao norte, pela sua margem esquerda, uma monótona planície de areias do pleistoceno, com algumas raras elevações isoladas, afloramentos graníticos e quartzíferos.

Não conseguimos observar as formações ordovicianas que são dadas como existentes no município de Jaraguá constantes de quartzitos vermelhos e folhelhos escuros ou esverdeados.

Nos arredores do distrito de Hansa, atualmente Corupá, as rochas eruptivas aparecem muito fraturadas. No talvegue e nas margens dos rios Novo e Humboldt apanhei amostras de alcalissienito constituído de albita, hornblenda, epidoto e um pouco de apatita, sendo abundante o epidoto resultante da alteração da hornblenda. As rochas aparecem com veios de fraturamento e cheias de epidoto. Na mesma zona encontramos rochas de textura brechóide com fragmentos de alcalissienito, de quartzo, e de feldspato alcalino com cimento epidotífero e quartzífero, parecendo tratar-se de brechas de fricção. Nos morros que circundam Hansa encontra-se o mesmo material em franca decomposição.

No vale do Itapocuzinho, já no município de Joinvile há boas exposições de dioritos.

Nesta zona as formações ferríferas se apresentam descontínuas sendo que as ocorrências de magnetita anotadas nos quartzitos parecem pertencer à mesma série geológica (Itabirito).

Alberto Ericksen, que estudou estas formações de magnetita, assinalou várias jazidas nos municípios de Joinvile e Jaraguá, entre as quais as de Iã, serra Feia, banhado D. Cristina e morro Cariguaba em Paranaguá Mirim. Assevera aquêle geólogo que a jazida do banhado D. Cristina é a mais importante 30x8

metros tomando o eixo maior a direção SW. São grandes blocos de minério, diz aquêle geólogo que ocorrem a 1 metro acima do banhado. A análise feita dêste jazigo tem a composição seguinte: umidade 0,12%; sílica 0,66%; ferro 69,55%; fósforo 0,35%.

O relêvo da bacia do Itapocu, pelo menos, na parte superior do rio é montanhoso, as cotas mais altas não ultrapassam de 650 metros; os pequenos vales por onde correm o Ano Bom, o Humboldt, o Novo não podem ser considerados como simples superfícies de erosão. São possíveis as linhas de falhas ali, nas fundas depressões da serra do Mar.

Observadas as condições de clima e a existência de forte vegetação que evidentemente exercem uma ação metassomática sôbre as rochas, dá-se o escorregamento de lajes na direção dos vales; mas, o metassomatismo ocasiona, apenas, alterações locais.

Ademais, a existência de rochas fraturadas, de textura brechóide, bem como injeções graníticas no complexo gnáissico, e ainda o fato dos quartzitos se apresentarem fortemente dobrados constituem provas de que esta zona foi submetida a orogenismos.

*Paisagem física da Babitonga* — O chamado sistema da Babitonga, de imediata influência marinha é constituído pela baía do mesmo nome, os canais que lhe dão acesso, os pequenos rios ou córregos que aí desembocam.

As terras situadas dentro dêsse sistema abrangem numa área aproximada de 2 000 quilômetros: a parte oriental do município de Joinvile, a parte setentrional do município de Araquari e o município de São Francisco do Sul, exceção feita dos vales do Saí Mirim e do Saí Guaçu, rios que desembocam diretamente no Atlântico. O pequeno rio do Acaraí embora desaguando no oceano, pode ser juntado à paisagem babitoguense.

Do ponto de vista geológico, essa área pouco difere da zona do Itapocu. O embasamento é o mesmo complexo fundamental. Nas encostas dos morros afloram os granitos e os gnaisses, notando-se, também, formações de quartzo e quartzitos.

No distrito de São Francisco do Sul, hoje ligado ao continente por um atêrro, preponderam os granitos, gnaisses e quartzo, verificando-se, também, alguns diques de diabásio. Os granitos equigranulares são vistos nos morros da ponta da Cruz. Na ponta do Rabo Azêdo predomina o granito-gnaisse. No morro do Cemitério Velho, aflora a biotita gnaisse com veios verticais de quartzo que também é vista no morro da Pedreira. No morro da Mina, os afloramentos são de anfiboliognaisse com um pouco de biotita. Seguindo a mesma linha de morros, nas proximidades do Rocio Grande, na chácara do Sr. Trajano dos Passos observaram-se afloramentos de quartzo e no alto do morro (50 metros) aflora a hornblenda gnaisse com plagioclásio.

Na serra das Laranjeiras, revestida de espêssa vegetação, os paredões de granito-gnaisse mostram-se fortemente diaclasados. A desintegração destas rochas, submetidas a forte metassomatismo é bem visível nas encostas do morro Agudo 300 metros de altitude ao aneróide, onde vimos lajes escorregadas ou blocos largados superpostos formando grotões. Os terrenos, geralmente fofos, são escuros denunciando impregnação de húmus. No morro Grande, na mesma serra das Laranjeiras as formações granito-gnáissicas também estão muito erodidas, notando-se várias diaclases e lajes roladas.

Os diques de diabásio ofítico são vistos entre o morro Agudo e o morro da Pedra Branca, num corte da estrada das Laranjeiras e nos terrenos do Sr. Cebola, situados nas encostas ocidentais do morro Grande onde correm pequenos córregos levemente encachoeirados. O diabásio é conhecido aí como pedra bugre.

No quilômetro 17 da Estrada de Ferro R. V. P. S. C., nas proximidades do Linguado vêem-se pequenas elevações formadas de cascas de moluscos, sem estratificação. Os mesmos casqueiros são vistos em Pôrto do Rei, à margem do Araquari, no Acaraí, à margem da lagoa do mesmo nome, nas proximidades do local Laranjeiras e em outros pontos do município.

Todos êsses casqueiros estão situados nas proximidades do mar, e não apresentam estratificação. Dêsses sambaquis freqüentemente se recolhem ossadas humanas, ao lado de instrumentos de pedra como machados de diabásio; parecendo artificiais tais formações.

A lagoa do Acaraí, na parte oriental da ilha ligada ao mar pelo rio do mesmo nome, é uma dessas lagoas que se formaram à custa do mar. Suas margens são de areias ora fina ora grossa que se espalham pela pequena planície circundante cheia de banhados e revestida de forte vegetação.

Em certas partes do interior do município, nas pequenas depressões formadas pelas cintas de morros de linhas tranqüilas, notam-se terrenos arenosos, ligeiramente ondulados, mal colmatados e com seixos de quartzo. Êsses terrenos são vistos nas imediações da cidade: praia do Mota, Água Branca e estrada do Rocio Grande.

Os morros geralmente alongados que se ramificam pelo interior do município (20 a 80 metros de altitude) são constituídos de argila laterítica em virtude da decomposição *in situ* do granito ou do gnaisse que aflora nas encostas ou, às vêzes, nas cumiadas. A argila ora se mostra amarela ora avermelhada conforme a oxidação. É bem permeável e de baixa higroscopicidade, quando capeia o granito ou quando se encontra próxima de formações quartzosas.

Na ponta da Cruz ou na ponta do Rabo Azêdo bem como em outras partes da ilha as formações de granito-gnaisse mergulham nas águas da baía, direção N-NE, com inclinação variável de 25° a 50°. Entre uma e outra há sempre terrenos pantanosos e alagadiços e revestidos de mangues. Algumas ilhas de aluvião são vistas também no fundo da baía e nas proximidades dos terrenos alagados. Na praia dos Paulas e em outras vêem-se calotas de granito-gnaisse ou de granitos.

Na baía vêem-se, ainda, numerosas ilhas graníticas cujo maior agrupamento se encontra entre a ponta formada pela serra das Laranjeiras e a ponta do Estaleiro, na península do Saí, mostrando uma paisagem afogada. Na península do Saí as ramificações da serra do Mar se orientam no sentido NW-SE até a ponta do Estaleiro e daí no sentido do NE.

Entre a península do Saí e o município de Campo Alegre há uma depressão formada pela serra do Mar e que é ocupada pelo braço do Palmital orientado no sentido N. S. que para montante do povoado do Cubatão vai perder-se nos primeiros socalcos da serra na subida para o planalto de Curitiba.

Na península do Saí e no Palmital, predominam também as formações de texturas granitóides e do distrito de Garuva ex-Palmital nos chegaram às mãos boas amostras de granitos róseos com ortose, quartzo, biotita e clorita.

A paisagem ao fundo da baía de Babitonga é constituída de terrenos pantanosos e alagadiços. A lagoa de Sanguaçu onde deságua o rio Cachoeira é uma lagoa de entupimento e está ligada à baía por um canal recentemente dragado e balizado.

No distrito de Garuva ex-Palmital está o ponto mais alto da zona do litoral norte catarinense, o morro do Iquiri com 1 517 metros de altitude, já em plena serra do Mar.

*Climatologia e vegetação* — A climatologia desta zona do litoral norte catarinense tem todos os característicos sub-tropicais. Os ventos predominantes são os de NE e SW, soprando também com freqüência os de SE.

A temperatura mostrou uma média máxima de 28,7 e uma média mínima de 14,3; o índice pluviométrico alcançou a média de 118,8.

O mês mais quente é o de dezembro, com a máxima de 33° e o de maior chuva é o de fevereiro com 284,7 milímetros.

Numa paisagem que apresenta êsse alto coeficiente térmico e elevado grau de umidade e pluviosidade está ligada a existência de um forte revestimento vegetal. A topografia é acidentada mas não apresenta altitudes que ultrapassem 300 metros, e mostra-se inteiramente favorável ao desenvolvimento das matas. Tanto nas terras baixas como nas encostas e no alto dos morros a floresta apresenta aspecto luxuriante. Basta dizer que 60% da área do município de São Francisco é, ainda, coberta de matas virgens.

São variadas as essências assinaladas na zona do litoral e entre as mais importantes, pode-se citar a peroba, o cedro, a imbuia, a canela, o jacarandá, o guanandi, o guapiroavu, o jacatirão, o ipê. Há também, outras espécies geralmente aproveitadas para a exploração da lenha: o guatiguá, a tabucuva, o gua-

mirim, a capororoca, o mangue bravo, a pixirica, a guaniova. Destacam-se entre as árvores frutíferas os ingàzeiros, jaboticabeiras, jambeiros, goiabeiras, abacateiros, araçàzeiros, etc.

Os brejos são geralmente revestidos de pirizais e jasmins; nos terrenos arenosos são freqüentes os coqueiros, as samambaias e os vassourais e nos alagados pelo mar os mangues. O tucum também é encontrado nos terrenos úmidos. Nas encostas dos morros destacam-se as juçaras e o xaxim em meio à variedade das essências.

As terras boas são caracterizadas pelas florestas de canela, peroba, cedro; as terras fracas pela samambaia, vassoura, coqueiro.

Na bacia do Itapocu, principalmente na área do município de Jaraguá e na parte ocidental do município de Joinvile a floresta se mostra densa nas terras planas e nas encostas dos morros, fraca ou rala nos espigões das serras, ramificações da serra do Mar.

Nas terras baixas e nas encostas dos morros a menos de 300 metros a umidade é maior do que nas cristas das serras, além do que nas terras baixas há sempre deposição de húmus e de elementos dissolvidos das rochas básicas, que são arrastadas pelas águas que descem das montanhas.

São também variadas as essências que revestem as áreas desta zona; além das já enumeradas pode-se acrescentar o louro, a gaxeta, a canjerana, o araribá.

A mata já se acha um tanto devastada. A lavoura tem feito recuar a floresta tomando o lugar desta.

Do ponto de vista climático a zona do Itapocu pouco difere da paisagem francamente marítima de São Francisco do Sul, dada a sua pequena distância do mar, e a pequena altitude das elevações que não ultrapassam 650 metros. O regime pluviométrico é quase o mesmo.

*A população litorânea* — Pode ser estimada em 100 852 habitantes a população litorânea do norte catarinense, apresentando uma densidade média de 22 habitantes por quilômetro quadrado. É uma zona regularmente povoada, contudo, em certas áreas dos municípios de São Francisco do Sul e de Araquari a densidade não chega a 1 habitante por quilômetro quadrado.

As populações apresentam diferentes etnias.

Na zona diretamente influenciada pelo mar, isto é, à beira mar, em São Francisco do Sul e Araquari predomina o elemento nacional, de procedência lusa, notando-se também a mescla luso-indígena e pequeno contingente afro. Na zona mais afastada do mar, em Jaraguá e Joinvile, ao lado da população genuìnamente nacional, vêem-se germânicos, italianos, húngaros e seus descendentes que aos poucos se vão caldeando com elementos nacionais.

No município de Jaraguá, a população que é estimada em 23 652 habitantes e que ocupa uma área de 848 quilômetros quadrados, pode ser assim caracterizada quanto à origem: 41% de procedência alemã, 20% de procedência lusa, 18% de procedência italiana, 13% de procedência húngara, 7% de procedência polonesa e 31% de origens não especificadas. Êsse município apresenta uma população nìtidamente ruralícola notando-se, apenas pequenos aglomerados que formam a cidade de Jaraguá e a sede distrital de Corupá, ex-Hansa, com 2 600 e 1 500 habitantes respectivamente.

O município de Joinvile apresenta uma população aproximada de 46 mil habitantes. Em Jaraguá prepondera a população de origem germânica, notando-se, todavia, o engrossamento constante da população genuìnamente nacional já bem vultosa.

Ao contrário do que ocorre em Jaraguá, o município de Joinville é marcado por intensa atividade industrial, sendo que a cidade de Joinvile é um dos mais importantes núcleos industriais não só do Estado de Santa Catarina como do sul do Brasil.

A população urbana e suburbana de Joinvile é calculada em 16 000 habitantes, o que já demonstra a importância do conjunto citadino.

Nos municípios francamente litorâneos de São Francisco do Sul e Araquari as populações são, conforme já dissemos, de origem lusa. Os colonos alemães são poucos e vivem esparsos nas zonas rurais cuidando da apicultura, da horti-

cultura e da criação de vacas para a produção do leite. O município de São Francisco do Sul apresenta uma população de 19 104 habitantes e o de Araquari, de 12 184.

*O homem e o mundo vegetal* — Dotada de extensas áreas de matas a zona litorânea do norte catarinense proporciona ao homem muitos recursos que aos poucos êle foi conhecendo. As árvores frutíferas dão ótima contribuição para o regime alimentar: as goiabeiras, as jaboticabeiras, etc. As juçaras, que são palmeiras esguias semelhantes aos açaizeiros fornecem os palmitos tão apreciados no país inteiro. Atualmente, em tôrno do palmito há uma indústria de conservas em São Francisco do Sul dando margem a um comércio muito lucrativo. As juçaras fornecem também ripas para a construção de casinholas de pescadores e caboclos praianos.

A bananeira também tem proporcionado fontes de renda bem apreciáveis. No distrito de Guaramirim (Joinvile) há vastas plantações de bananeiras, aí se desenvolve uma indústria de banana sêca, muito apreciada na região.

Do tucum, uma pequena espécie de palmeira costuma-se aproveitar a fibra utilizada na indústria de cordoalha. Da casca do jacatirão os praianos extraem uma tinta resinosa que serve para conservar as suas rêdes e linhas de pescaria. Dos troncos de guapirovu fabricam-se canoas e dos pirizais tão freqüentes nos brejos, fabricam-se esteiras. O xaxim é aproveitado para a feitura de vasos onde as famílias cultivam folhagens e orquídeas.

A agricultura começa na própria floresta; a mandioca, o feijão, o milho. Na zona fronteiriça ao mar ainda é freqüente o uso das queimadas. Os poucos lavradores dessa zona não conhecem outro processo para a fertilização das suas terras produtoras de mandioca.

Nas zonas francamente agricultoras de Jaraguá os colonos europeus manejam o arado e sabem empregar substâncias fertilizantes conseguindo melhor rendimento dos solos aráveis.

Em Jaraguá existe policultura; o regime que impera nesse município é o da pequena propriedade e o hectare alcança o preço médio de Cr$ 600,00. As culturas predominantes em Joinvile e Jaraguá são: o aipim, a cana de açúcar, o arroz, o milho, a batata doce, seguindo-se o amendoim, a mandioca, o fumo e as frutas cítricas.

Na zona fronteira ao mar as principais culturas são: o arroz, a cana de açúcar para fabricação de aguardente e a mandioca.

Aproveitando as madeiras de lei, há serrarias e marcenarias. Existem aí fábricas de móveis e artefatos de madeira, de emprêgo imediato.

A lenha constitui o principal combustível da zona, utilizado nos fogões domésticos, locomotivas, fornos, pequenas embarcações. As serrarias e os engenhos são geralmente movidos pelas águas dos córregos.

A transformação dos produtos agrícolas é observada por meio de numerosos engenhos de cana (banguês), de farinha de mandioca, fabricação de araruta, polvilho, etc. Na zona de Jaraguá existe produção de laticínios; a zona não é criadora, mas cada família tem suas vacas que produzem bom leite, havendo, ainda, ricos aviários e amplas pocilgas.

*O homem e a rocha* — O arqueozóico e o algonquiano do litoral deram ao homem largos recursos em rochas granitóides e quartzosas. Assim os granitos e os gnaisses têm larga aplicação no calçamento das ruas das cidades (Joinvile e São Francisco do Sul), e nas obras de cantaria.

A R.V.P.S.C. possui turmas de britadores que retiram dos afloramentos as pedras necessárias à construção do leito da estrada.

Os sambaquis do município de São Francisco de Sul são utilizados para a fabricação de cal, vendo-se numerosas caieiras. Também são aproveitados para a pavimentação de estradas. As argilas mais compactas favorecem a fabricação de tijolos e telhas, em Joinvile e São Francisco.

Em tôrno dos quartzitos abundantes em magnetita já se inicia a exploração do ferro. Segundo informação prestada em Joinvile, uma companhia metalúrgica está cuidando de aparelhar-se para explorar a magnetita.

*O homem e o mar* — E' flagrante a influência que o mar exerce sôbre as populações dos municípios litorâneos do norte catarinense, principalmente de São Francisco do Sul e Araquari.

Aí vê-se o homem preocupado com as marés, a direção dos ventos; com a canoa em que vai pescar, muitas vêzes, bem distante da terra firme.

Nas praias, notam-se as casinhas rudes e tôscas cobertas de sapê, tipo de morada dos pescadores que vivem da pesca e para a pesca. Todavia a pesca não é organizada, não há emprêsas de pesca e os pescadores preferem agir isoladamente, salvo na época das tainhas em que êles se reúnem em determinados pontos da costa, visando resultados mais positivos. Tipos característicos de povoados pesqueiros são vistos no Itapema, na Enseada, na barra do Araquari, na Barra Velha.

Na baía de Babitonga e nos braços do Palmital e Araquari, a população ribeirinha e mesmo a população da cidade são francisquense coleta para sua alimentação grande variedade de moluscos: berbigões, mariscos, mexilhões, amejoas, ostras.

Nos mangues crescem numerosos caranguejos que são geralmente apanhados em dezembro para a alimentação popular.

A pesca do camarão, também tem excelente aproveitamento. Criou-se em São Francisco do Sul uma verdadeira indústria de camarões secos e em conserva, cuja produção foi de 5 000 e 22 869 quilos respectivamente. A produção do peixe sêco e salgado atingiu a 35 000 quilos em 1942.

A navegação tem proporcionado à população de São Francisco as mais variadas formas de atividade humana, práticos, marinheiros, patrões de lanchas, atracadores de navios, estivadores, trabalhadores em trapiches e armazéns, despachantes aduaneiros, agenciadores de navios, exportadores, etc.

Note-se que essa influência do mar tão direta em São Francisco do Sul se estende a Joinvile e a Araquari. Diàriamente sulcam as águas da baía de Babitonga, lanchas, iates, pequenas embarcações a motor e a vapor, que navegam entre êsses portos, o primeiro marítimo e os dois últimos fluviais. O comércio aí é intenso e permanente.

*Solos agrícolas* — As áreas da zona litorânea do norte catarinense são, conforme já vimos, de construção geológica arqueozóica-proterozóica e talvez, postalgonquiana. As efusões triássicas são vistas, apenas, em pequenos diques, no município de São Francisco do Sul. As formações aluviônicas são vistas não só no vale do Itapocu mas também na área babitonguense. Areiões quaternários formados à custa do mar são vistos nas planícies que o contornam.

Via de regra, a decomposição dos granitos dá o salmourão demasiadamente arenoso e ácido. A biotita gnaisse bem como anfibólios ou piroxênios gnáissicos dá o massapé. O diabásio que contém menor percentagem de sílica, rico em magnésio de ferro, quando decomposto dá a chamada terra roxa; em contacto com o granito, como acontece no município de São Francisco do Sul dá um solo menos rico. Os terrenos pantanosos constituídos de brejos são geralmente muito ácidos e paupérrimos.

Os solos salmourão, massapé e outros, sempre que cobertos pela floresta virgem, são geralmente humíferos e mais ou menos profundos.

Assim, se a floresta sustém um solo humífero e mais ou menos profundo é preciso, então levá-la em alta conta como natural elemento fertilizante. Devastá-la sem a tomada de certas cautelas constitui sério inconveniente, principalmente, quando reveste morros ou altas elevações. Sem a floresta o solo agrícola fica sem defesa, exposto à erosão, que carrega os elementos químicos e orgânicos indispensáveis ao desenvolvimento das culturas.

A queimada, tão conhecida, entre nós, quando praticada em terrenos acidentados e rasos constitui outro processo desastroso, pois as cinzas são logo eliminadas pela erosão.

No vale itapocuense e nas zonas da Babitonga é grande a variedade dos solos. No primeiro, o aproveitamento é recente, pois se trata de terras cuja ocupação data dos meados do século XIX. Há terrenos que nunca foram culti-

vados e permanecem inaproveitados. Na zona de São Francisco do Sul há solos maltratados e gastos, mas também há solos completamente virgens como na península do Saí e no Palmital, que estão pedindo colonização e aproveitamento.

Nos municípios do litoral do norte catarinense as culturas de cana são feitas preferencialmente em solos massapés, aproveitando-se quase sempre os declives dos terrenos; a mandioca, o aipim, a batata doce, o feijão e o milho nos solos menos exigentes; o arroz nos terrenos úmidos, que ali são abundantes.

Trata-se, inegàvelmente, de uma zona promissora onde muitas riquezas podem ser desenvolvildas, tudo dependendo do comportamento humano diante do solo. Pelas particularidades do relêvo e pela composição do solo o homem deverá tomar o máximo de cuidado para evitar o esgotamento de suas terras em virtude dos desgastes acarretados pela erosão.

## As cidades

*Jaraguá* — A cidade de Jaraguá, situada à margem direita do rio Itapocu, perto de confluência do rio Jaraguá com aquêle, é uma das mais recentes do Estado. Tipo do aglomerado que evoluiu de colônia agrícola para cidade, Jaraguá deve mesmo sua fundação, em 1876, a um engenho de açúcar que ali foi construído pelo coronel Emílio Carlos Jourdan. Aumentando posteriormente sua população com várias correntes de imigrantes europeus, o núcleo foi adquirindo importância econômica até que, de distrito do município de Joinvile passou a constituir-se sede de município em 1934, vindo a juntar-se-lhe o distrito de Corupá, ex-Hansa, outro núcleo de certa importância social e econômica.

A cidade é uma resultante das atividades ruralícolas, que evolui para a pequena indústria. Já são numerosos os seus estabelecimêntos fabris, a maioria de transformação de produtos agrícolas. Sua fabricação de queijo é a mais importante do Estado.

A cidade de Jaraguá foi construída, sem traçado prévio, sôbre terrenos planos, geralmente arenosos. Suas ruas são largas e seus edifícios e casas residenciais são construídos de tijolos, alvenaria, telha. As casas de madeira são escassas. Predominam nas construções os tipos germano e suíço, notando-se ùltimamente construções de tipos mais modernos.

A cidade não conta, ainda, rêde de esgotos nem abastecimento de água; possui, apenas, iluminação elétrica.

Jaraguá liga-se a Florianópolis por uma rodovia que passa por Blumenau. A estrada de rodagem vai também a Joinvile. A Estrada de Ferro R. V. P. S. C. liga Jaraguá ao pôrto marítimo de São Francisco do Sul e ao planalto do rio Negro e Iguaçu, ficando, assim, em contacto com todos os principais centros do país.

A recente abertura de uma rodovia ligando diretamente Joinvile a Itajaí e a Florianópolis fêz diminuir a importância de Jaraguá como entroncamento rodoviário, mas impunha-se desafogar a rodovia Jaraguá-Blumenau construída sôbre terreno montanhoso. Jaraguá, tem vida própria e por isso deve-se-lhe atribuir um promissor futuro. Sua população urbana e suburbana é calculada em 2 580 habitantes (recenseamento de 1940); o número de prédios urbanos e suburbanos é calculado em 540.

*Joinvile* — É, sem dúvida, uma das mais prósperas e importantes cidades do Estado. Foi construída à margem direita do pequeno rio Cachoeira, que deságua na lagoa Saguaçu ligada à baía de Babidousa por um curto canal dragado.

Nas mesmas condições de Jaraguá a rica Joinvile pontilhada de fábricas, de bancos e de grandes escritórios comerciais surgiu de uma simples colônia (Dona Francisca) de imigrantes teutos que para ali se transplantaram nos meados do século XIX.

A vizinhança do pôrto de São Francisco do Sul muito contribuiu para o seu progresso. Todavia suas terras geralmente pantanosas e insalubres não lhe teriam permitido desenvolver-se sem os auxílios vindos de fora, inclusive do próprio govêrno estadual.

Constituindo-se em sede de município com ricas colônias Jaraguá, Hansa, Bananal, a cidade de Joinvile logo se transformou em centro industrial, conquistando autonomia política e econômica. A cidade evolui para a grande indústria, e já conta com importantes estabelecimentos fabris de fiação e tecelagem, de metalurgia, de produtos químicos, de mobiliária, etc.

Joinvile acha-se construída em terrenos planos, constituídos de argila e areia, alagadiços em certos pontos. Um pequeno córrego, o Jaguarão que deságua no Cachoeira, atravessa a parte sul da cidade. Dispõe Joinvile de largas avenidas calçadas e ruas, apresentando magnífico aspecto urbano. Seus prédios mais antigos são ainda de tipo colonial teuto, os modernos já se libertaram do padrão primitivo. Predominam as casas de tijolos e alvenaria com cobertura de telhas. O cimento já é empregado nas modernas construções.

Joinvile acha-se ligada a Curitiba e a Florianópolis por excelentes rodovias. A velha estrada D. Francisca liga Joinvile ao planalto. Liga-se também a São Francisco, por mar, por rodovia e por estrada de ferro. A R. V. P. S. C. também põe Joinvile em contacto com Curitiba e com as demais cidades da zona serrana do Iguaçu-Negro. O intercâmbio com o Paraná é muito intenso e hoje se vai a Curitiba com muito mais facilidade do que a Florianópolis, mais distante. Duas companhias de auto-ônibus exploram o serviço de transportes: a Catarinense e a Flecha, sendo que a primeira faz o serviço de passageiros entre as duas capitais, isto é, Florianópolis e Curitiba.

A população urbana e suburbana de Joinvile atinge a 17 746 habitantes, segundo o recenseamento de 1940, dado sujeito a retifição. A cidade possui energia elétrica, bem como abastecimento d'água, achando-se o problema do esgôto em vias de solução.

*São Francisco do Sul* — E' a cidade mais antiga do Estado, datando sua fundação de 1658. O primeiro núcleo de povoamento teve início no local denominado Paranaguá Mirim transplantando-se em seguida para a ponta do Itacolomi, e posteriormente para o local em que se encontra atualmente a cidade. Razões de ordem geográfica e política devem ter influído para essas mudanças. O primitivo local, constituído de terrenos baixos e pantanosos, era contraindicado para o desenvolvimento de um aglomerado além do que tornava difícil o acesso marítimo. A escolha do local em que se assenta a cidade na antiga ilha, hoje ligada ao continente por um atêrro do braço do Araquari, deve ter sido feita levando-se em conta as facilidades de ancoradouro. São Francisco foi, assim, erigido num local de relêvo acidentado, circundado de morros argilosos onde afloram a biotita gneisse e os granitos equigranulares; trechos da cidade porém, assentam sôbre terrenos arenosos pleistocênicos.

São Francisco, fundada por Lourenço de Andrade, apresenta todos os aspectos de uma localidade praiana de velho tipo colonial português, com ruas estreitas, de alinhamento precário. O centro ficou apertado entre vários morros e a cidade teve que se estender pelas praias. O homem também se viu obrigado a fazer cortes nos morros ou aproveitá-los para atalhos.

Como tôda a cidade velha, São Francisco é cheia de lendas e tradições. Fundada por vicentistas tornou-se autêntica cabeça de ponte para a conquista gradual do litoral catarinense em sentido latitudinal, e longitudinal mais recentemente.

Cidade portuária, grande parte da sua população vive em função das atividades marítimas. Um operariado volumoso que trabalha em estiva e armazéns, engrossou a população urbana, despovoando a zona rural, que viu fenecer a sua fraca produção agrícola. Êsse operariado fêz sentir sua presença no quadro urbano construindo casas de madeira nas encostas dos morros ou à beira das estradas que vão ter aos recantos mais distantes. Essas casas, de aspecto modesto, não chegam a constituir favelas quando nos morros, nem se assemelham aos mocambos quando situadas em terrenos baldios. Todavia, algumas casinholas de madeira formando "vilas", onde a promiscuidade é um fato, apresentam triste aspecto.

São Francisco dispõe, hoje, de ruas bem traçadas e calçadas. Velhos prédios de estilo colonial português ainda são vistos no centro da cidade, ao lado de edifícios modernos; a cidade tende a estender-se pelas estradas do Rocio Gran-

de e do Rocio Pequeno. Feito o atêrro do saco da Lomba e a retificação ou canalização do rio da Pedreira, muito espaço ter-se-á conquistado para o desenvolvimento da cidade.

São Francisco possui boa iluminação, mas não dispõe de uma rêde de esgotos; êste problema não é de difícil solução, dada a proximidade do mar. De solução mais difícil é o problema do abastecimento d'água; cumpre fazer-se um estudo das pequenas quedas d'água existentes na serra das Laranjeiras, que podem ser captadas juntamente com as de um manancial existente numa depressão formada pelo morro Grande e o morro do Cardoso.

São Francisco do Sul está ligada a Joinvile por rodovia e daí a Florianópolis. E' ponto inicial da linha férrea da R.V.P.S.C. que vai a Pôrto União. Seu pôrto é freqüentado por várias linhas de vapôres nacionais e estrangeiros. A navegação na baía de Bibitonga é feita com pequenas embarcações que vão a Joinvile e a Parati.

A população urbana e suburbana é calculada em 10 280 habitantes (recenseamento de 1940).

*Araquari* — Araquari, ex-Parati é uma pequena vila, situada sôbre terrenos planos e arenosos, à margem direita do rio do Parati, a 23 quilômetros de São Francisco e a 17 de Joinvile.

E' de construção antiquada e resulta do povoamento de São Francisco do Sul. Situada entre duas cidades e distante dos seus principais centros produtores Itapocu, Itaperiú e Barra Velha, a vila tem encontrado sérios obstáculos ao seu desenvolvimento.

Se a sua sede não fôr transferida de lugar, seu progresso será demasiado lento: — terá que esperar por um maior desenvolvimento de Joinvile e São Francisco do Sul. Sua população urbana e suburbana não atinge a 900 habitantes. A vila é servida pela rodovia São Francisco-Joinvile e pela linha da R.V.P.S.C.

*Problemas de habitação, alimentação e saúde* — Os mais variados tipos de habitação são vistos nas zonas rurais do vale do Itapocu e Babitonga.

Nos municípios de São Francisco do Sul e Araquari, principalmente, predominam nas zonas rurais as casas cobertas de telha de barro ou de sapé, com paredes de madeira ou rebôco sôbre ripas, com piso de madeira ou, nas mais miseráveis, improvisado no atêrro. E' a habitação típica do pescador ou mesmo do trabalhador da roça, de família quase sempre numerosa. Não há confôrto e a higiene é precária. Em certos povoados Miranda, Gamboa, Itapocu, Barra Velha, vêem-se casebres de construção antiquada, de alvenaria e também cobertos de telha de barro (estilo português).

São geralmente escuras e mal divididas. Antigos solares de idêntica construção denunciam sítios abandonados por lavradores que trocaram a vida rural pela vida urbana.

Nas zonas coloniais de Jaraguá e Joinvile as casas apresentam melhor aspecto. Suas paredes são de tijolos, e a cobertura de telhas, tipo francês ou teuto. As casas geralmente possuem sótão e são avarandadas. Prolongam-se nos fundos em galpões, ranchos, estrebarias.

Há, também, casas de madeira em forma rasa. Essas são geralmente habitadas por colonos de procedência italiana. Quanto ao aparelhamento sanitário as casas rurais dispõem de cabines de madeira com fossas. Quando estão na roça os ruralícolas não se servem das fossas.

A água potável é captada dos riachos e fontes. As cisternas são também freqüentes. A iluminação é a lampeões ou candieiros de querosene, e também velas.

Em tais zonas tão diversificadas onde os contrastes são evidentes na vida social e econômica das populações o problema da alimentação se apresenta diversificado também.

Na zona praieira a base da alimentação é o peixe, os moluscos, a farinha de mandioca, o feijão, o aipim, as frutas. Nas cidades não falta a carne bovina. O leite é farto, também o queijo e a manteiga. A lingüiça de boi ou de porco constitui outro produto alimentício muito usado com o pão nas refeições intermediárias.

Quanto ao número de refeições nas cidades, a média é de quatro diárias. Muitas famílias modestas e abastadas não se recolhem sem a ceia, que consiste geralmente das sobras do jantar ou de café com pão ou mingaus.

Mas se nas cidades a alimentação apresenta quadros otimistas, nas zonas praieiras dá-se o contrário. Os pescadores e caboclos das proximidades do mar vestem-se e alimentam-se miseràvelmente. As refeições são feitas, a bem dizer, esporàdicamente, isto é, quando há alimentos. Consiste a alimentação de peixe, fresco ou sêco, farinha de mandioca, biju e bolos de farinha, pirão d'água, berbigões, frutas silvestres. O praiano anda geralmente descalço, em mangas de camisa e calça arregaçada.

Nas zonas rurais de Jaraguá e Joinvile a alimentação é melhor, consiste geralmente de carne de porco, galinhas, ovos, leite, lingüiça, milho, legumes e verduras. Na lavoura o colono anda geralmente descalço.

Os problemas de saúde nas zonas do Itapocu e da Babitonga são importantes. Dois flagelos afligem profundamente essas populações: a verminose e a malária.

Os americanos, para combater a verminose, aconselharam, apenas, duas coisas: sapatos e sentinas. Os inglêses foram mais longe, acrescentando a educação sanitária. E' justamente o que está faltando na zona da Babitonga e do Itapocu.

A verminose é um mal que se precisa liquidar; os vermes, nutrindo-se do sangue dos pacientes, deixam êstes em lastimável estado, anêmicos e imprestáveis para a execução de quaisquer serviços.

O paludismo é o pior flagelo do litoral. Grassa edidêmicamente por todo o vale do Itapocu e por tôda a zona da Babitonga. Zonas que apresentam elevados coeficientes de umidade e onde os invernos são pouco pronunciados e ainda mais cheias de brejos e forte vegetação.

Malariólogos do Serviço Nacional de Malária que aportaram recentemente a São Francisco do Sul, coletando anofelíneos concluíram que os mosquitos responsáveis pela propagação do mal são os *Kertezzia Cruzi* ou *Ballator*. Êsses anofelíneos proliferam nos gravatás que se intrometem nas ramagens dos arvoredos.

Impõe-se, também, o dessecamento de pantanos e outras obras de saneamento tão necessários ao soerguimento das zonas litorâneas.

Em São Francisco do Sul, a malária apresenta um coeficiente muito elevado. Segundo informações colhidas no S. N. M. daquela cidade, mais de 60 % de sua população tem sido afetada pela malária. Urge, portanto, a adoção de medidas e a cessão de meios para intensificar-se o combate à malária, que tanto deprime as populações litorâneas do sul do Brasil.

Concluindo, o Prof. Beneval Oliveira afirmou que não se pode duvidar de que êste trecho litorâneo tenha sofrido forte movimentação e matamorfismo.

Magmas de rochas ígneas e massas de rochas matamórficas foliadas e não foliadas são vistas ali, formando relêvo de formas as mais variadas. O algonquiano na zona Joinvile-Jaraguá apresenta-se bastante dobrado com anticlinais e sinclinais; — em certos pontos da bacia montanhosa, como no Itapocuzinho, observam-se injeções de granitos no complexo gnáissico; não se pode, todavia, afirmar que essas injeções sejam post-algonquianas, pois pelo menos nos locais observados, não cortam os quartzitos, sendo apenas intrusivos nos gnaisses. Em todo o caso, como tais granitos sejam grosseiros e um tanto porfiróides (Ortoclásio, róseo, quartzo, hornblenda e epidoto), apresentando-se dobrado e encaixotado o algonquiano é mais certo que o orogenismo tenha sido huroneano ou penoqueano, o que não afasta a idéia de anteriores orogenismos laurencianos e algomanianos.

Nos vales do Ano Bom e do Humboldt verificam-se possíveis linhas de falhas; nas proximidades de Hansa, as rochas de origem granítica apresentam textura brechóide, vendo-se que sofreram forte fraturamento; acham-se niveladas pela erosão dos rios ao lado de magmas sieníticos com albita, hornblenda e epidoto; nas proximidades da Jaraguá o relêvo apresenta a configuração de um *hog-back*, que não foi possível positivar.

Quanto à baía da Babitonga, a paisagem apresenta-se com todos os característicos de afogamento, donde admitir-se um movimento positivo. A Babitonga no quadrilátero Laranjeiras - Estaleiro e Ponta Azêda - Glória seria um vale submerso.

Quanto ao movimento eustático negativo, posterior ao positivo, que se assinala por um levantamento do bordo continental, tese defendida brilhantemente por Backheuser e à sedimentação progressiva, o conferencista prefere concluir por esta última. Não encontrou vestígios de litófagos nas rochas, nem casqueiros a grande distância do mar, na parte oriental do município de São Francisco do Sul surge a restinga com duas pequenas lagoas típicas, bem como na foz do Itapocu, onde se vê outra lagoa, notando-se entretanto que esta última se desenvolveu não em virtude de corrente marítima secundária mas, por fôrça dos sedimentos trazidos pelo próprio rio revolvidos pelas águas do mar que ali construíram uma língua de areia de 10 quilômetros de comprimento.

A falta de outros elementos de observação não autoriza a afirmação de um recuo do mar. Por seu turno, Backheuser no seu memorável trabalho *Litoral de ontem e de hoje,* assevera ter encontrado casqueiros no rio Cachoeira e nas proximidades de Joinvile. E' possível, desta maneira, que o fundo da atual baía de Babitonga, bem como a zona oriental do Parati, tenha sido formado à custa do mar.

Do ponto de vista da geografia humana algumas conclusões podem ser anotadas.

O povoamento do vale do Itapocu tomou a forma de um povoamento dirigido ainda que por companhias de colonização estrangeiras. Êsse povoamento se fêz de preferência pelos vales, aproveitando-se as encostas de alguns morros.

No litoral, a restinga e a praia continuam desenvolvendo uma função pouco positiva: seus rarefeitos habitantes são simples e humildes pescadores e pobres plantadores de mandioca.

A baía teve uma função mais importante: criou um magnífico pôrto adensando em tôrno dêle uma população progressista; a baía permitiu, ainda, a navegação entre as duas cidades, São Francisco do Sul e Joinvile, cujos destinos, por sua afinidade geográfica estão ligados para sempre.

Antes de dar início aos debates, o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães salientou o valor da comunicação, cujo estudo foi feito em pouco tempo. Deu a palavra ao Sr. Carlos Gomes de Oliveira, presidente do Instituto do Mate e natural de Joinvile, que alegou ter sido a exposição bastante fiel às características da região.

Tomou a palavra o Sr. Carlos Junqueira Schmidt que pediu pareceres sôbre o tão discutido problema da origem dos sambaquis. Pelo que verificou em Laguna, a grande quantidade de conchas parece mostrar que seriam necessárias populações muito numerosas para tal acúmulo. Provàvelmente vinham aí pescar numa determinada época do ano e, então, depositavam as conchas, a fim de enterrar os mortos. E' possível que os ventos tenham auxiliado a acumulação, graças a um obstáculo encontrado, como por exemplo, uma rocha. Gostaria de saber se há nessa costa os três tipos de sambaquis assinalados por Leonardos: artificiais, naturais e mistos. Seria também interessante estudar a relação dos concheiros com os movimentos de transgressão.

Informou o conferencista não ter encontrado sambaquis além de 10 quilômetros no vale do Itapocu.

Aparteou o Sr. Nereu Ramos que existe um artigo já antigo de Luís Borghete, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico,* sôbre os sambaquis de São Francisco. Continuando, declarou o Sr. Schmidt que dentre os objetos encontrados nos sambaquis, havia machados de forma curiosa e outros objetos que devem ter servido à pesca. Indagou se nessa região estudada se encontrava o que havia perto de Santos, isto é, sambaquis ao pé da serra, acima do nível do mar.

Respondeu o Sr. Oliveira que encontrou sambaquis no quilômetro 17 da estrada de ferro e no Pôrto do Rei, sem estratificação, com 20 metros de altura, de onde se têm retirado freqüentemente ossadas. Referiu-se, então, às encontradas pelo Prof. Alfredo Domingues no sambaqui de Linguado e concitou-o a dar explicações.

Relatou êste último que examinara dois sambaquis nessa região: um apresenta estratificação e está quase totalmente destruído; nem tôdas as conchas são comistíveis; aí encontrou uma grande mó provàvelmente para fazer farinha e cinzas, na estratificação.

O outro sambaqui se acha sôbre a rocha; não deve ter sido depósito marinho, porque é muito pouco provável que o mar tenha depositado sôbre um bloco isolado.

Lembrou, então, o Prof. Eremildo Luís Viana, referindo-se ao que dissera o Sr. Schmidt sôbre a necessidade de numerosas populações para formar os depósitos, que deveria ser levada em conta a idade dos sambaquis.

Continuando, o Prof. Domingues declarou que os sambaquis não serviam para demonstrar e determinar as transgressões. Muitos dêles, encontrados no interior, são de conchas fluviais e não marinhas. Em Saquarema, encontrou covas com ossos enterrados, cachimbos, colares.

Aparteou o tertuliano que o sambaqui das Laranjeiras está sôbre o gnaisse.

Disse o Sr. Alfredo Domingues que a elevação do bloco de gnaisse ou granito não facilitava a deposição pelo mar. Em Paranaguá verificou sambaquis naturais, cujas camadas inclinadas mergulhavam dentro d'água e com altura de cinco metros, provando transgressão.

Projetou fotografias do sambaqui encontrado em Saquarema, cujos horizontes se inclinam para o interior da lagoa. Ao contrário do de Paranaguá, não se pode provar que seja de origem marinha, pois apresenta pedras, covas e cinzas.

Aparteou o Prof. E. Viana que deve haver correlação com o culto dos mortos, conforme o que também se observou na Europa, nos monumentos megalíticos: os mortos eram enterrados com alimentos.

Em vista do adiantado da hora, o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães declarou que se tratava de um assunto que se presta a muitas discussões e a estudos aprofundados. Deu então a palavra ao Prof. Ruellan, que também percorreu recentemente o Sul.

Começando a falar, disse êste último que realmente tivera o prazer de percorrer esta costa ràpidamente e, voltando, teve ocasião de revê-la, numa observação melhor. Elogiou a riqueza de informação colhida pelo Prof. Beneval de Oliveira.

Quando se desce do planalto do Paraná para o litoral, vêem-se encostas abruptas, alinhadas, ravinadas pela erosão e que devem corresponder a uma frente dissecada de bloco falhado; o vale retilínio que a estrada percorre ao norte de Joinvile tem caracteres de um vale que segue a direção de uma falha; na realidade, não se pode duvidar da origem tectônica desta parte do relêvo.

Distinguem-se ao longo do litoral terraços e cones de dejeção e vales *emboités*, atestando recomeços de erosão.

No vale de Joinvile é surpreendente o aproveitamento humano.

Sendo muito vasto o assunto, declarou o Prof. Ruellan que salientaria apenas alguns pontos.

Assim, em primeiro lugar, tratou dos cones de dejeção ravinados e dos vales *emboités;* com efeito, puderam ser notados vários ciclos de erosão. Existem aí terraços, epigenia complexa de rios que, encontrando rochas duras no escavamento, aumentaram a complicação do evoluir dêste relêvo.

Em seguida, referiu-se aos diferentes níveis de erosão marinha e inicialmente, à forma da baía de São Francisco. Examinando-se as cartas marinhas, nota-se que na baia de Babitonga o relêvo submarino foi modelado pela erosão fluvial, antes de ser invadido pelo mar, o que supõe ao menos um movimento negativo seguido de um positivo. Daí, a qualidade do pôrto de São Francisco.

Projetou então uma fotografia com grande panorama da região, com seus elementos mais característicos. O primeiro elemento é seu forte relêvo, com encosta abrupta; segue-se uma parte de pequenos relevos num mesmo nível, provàvelmente um nível de erosão; o mais importante é o nível mais baixo que forma uma linha de pequenos relevos formando terraços dissecados a seguir convertidos em ilhas pelo movimento positivo, barrando a paisagem da baía. Parece que num dado momento, houve grande abaixamento produzindo os níveis de 5 -8, de 20 - 25 e de 50 - 60 metros. Florianópolis está construída sôbre êstes dois primeiros níveis de erosão, que se continuam do outro lado do estreito onde se observam bem as antigas falésias.

Êstes níveis se prolongam em Santos, Rio e Vitória e se ligam aos movimentos eustáticos, próprios do mar, produzidos pela imobilização de enormes massas de gêlo, nos períodos glaciares. Cálculos apoiados em sondagens, realizados por Wegener na Groenlândia estimaram as espessuras de gêlo durante estas épocas, no continente e a espessura d'água do mar imobilizada durante os períodos glaciares e libertadas durante os interglaciares. Atingiu-se a uma espessura negativa de 100 metros e uma positiva de 50, 60 e 80 metros. São cálculos um pouco duvidosos, mas os terraços são um fato sôbre todo o litoral atlântico. Em São Francisco, os terraços estão melhor desenvolvidos que no Rio e Vitória; aliás, êstes movimentos são universais e também deixaram vestígios no Pacífico. Mas o Brasil é um lugar ideal para êstes estudos, porque é uma terra muito estável depois do fim do Terciário; em outras partes, são êles bem mais delicados, mas êste estudo deve ser acompanhado de medidas precisas de altitude. As regiões do São Francisco e Florianópolis, principalmente, são as mais indicadas, pois os níveis se apresentam muito bem marcados. Na segunda viagem, perto de Florianópolis, do lado do continente, observou como os níveis são bem caracterizados, bem como antigas falésias, à meia encosta.

Existem aí possibilidades de interessantes estudos.

Quanto aos níveis mais recentes, que se relacionam aos sambaquis, é necessário crer na possibilidade de sambaquis mistos. Muitos trabalhos assinalaram grandes alinhamentos de conchas. Admitindo-se origem artificial, seriam necessárias grandes populações para comprovar o consumo de tantos concheiros. Entretanto, enquanto uns apresentam objetos, cinzas, outros estão intactos.

Em Saquarema a região mais rica em sambaquis é a do interior, na direção da laguna, porque é mais estável, abrigada e mais rica em concheiros; realmente, as lagunas , que não são alimentadas pelos rios importantes, são locais ótimos para concentração do calcáreo e de concheiros, pois as águas são calmas. A concentração atual de conchas no fundo das lagunas, pode haver existido a um nível ligeiramente superior.

De outro lado, haveria interêsse em que os esqueletos pudessem ser estudados antes de retirados dos sambaquis, para medir as distâncias até à base e até o cimo dos depósitos; e também recolher objetos que o cercam e mesmo a terra. Os museus deveriam ser prevenidos logo que se encontrasse um sambaqui.

Esta questão deve ser ligada à das antigas restingas, perto mesmo de Joinvile. Provam que o mar recuou ante os aluviões fluviais, mas isto não implica em movimentos do mar e da terra.

O homem aproveita as restingas, porque são muito sêcas, para aí instalar suas casas, uma vez que, fora delas, se formam pântanos, com as chuvas.

Seria necessário estudo mais aprofundado para estas questões.

Concluindo, reforçou seu reconhecimento ao Sr. Interventor, pela boa acolhida dispensada durante sua estada em Santa Catarina.

Encerrando a sessão, o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães agradeceu a todos os presentes e a presença do Sr. Interventor que, apesar do pouco tempo disponível, não deixou de voltar à reunião.

*

## SEXAGÉSIMA OITAVA TERTÚLIA, REALIZADA A 14 DE JUNHO DE 1944

ASPECTOS DO BRASIL CENTRAL, O PARANÃ-TOCANTINS — COMUNICAÇÃO DO CEL. LÍSIAS RODRIGUES. O PLANALTO DE FORMOSA. O VÃO DO PARANÁ — O CURSO DO TOCANTINS — O POVOAMENTO: PALMAS, CAVALCANTE — O PROBLEMA DO SANEAMENTO — DEBATES: OS VÃOS E OS VALOS TRANSVERSAIS — AS DOBRAS DE FUNDO E A REATIVAÇÃO DA EROSÃO PELO PROF. FRANCIS RUELLAN

Presidindo a sessão, o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães anunciou a comunicação do coronel Lísias Rodrigues sôbre aspectos do Brasil Central.

Iniciou sua exposição, como se fôsse uma viagem de avião desde o momento em que se deixa o campo de aviação de Formosa, num planalto a 800 metros de altitude, que recebe um fresco vento de N. E.

Neste ponto começa o planalto central de Goiás, que se estende para o N: vindo-se de Ipameri, nota-se que o planalto sobe no vale de Formosa, chegando a atingir 1 680 metros mais adiante. Para W o planalto se prolonga indefinidamente, enquanto que a E. morrotes pontudos dão a impressão de terreno revolvido, de movimentos de terra, pois mais adiante o planalto continua; por aí se fazia a penetração vinda da Bahia.

A W aparece a lagoa Feia, com uns 6 quilômetros de extensão e 500 a 600 metros de largura e que não é merecedora dêste nome, pois é circundada por chorões, árvores muito belas. Os cronistas coloniais a ela se referiam dessa maneira porque atribuíam a existência de terríveis feras nessa região; hoje, entretanto, apenas a habitam patos selvagens e algumas espécies de cobras.

Depois da decolagem, o avião circula em tôrno do campo para ganhar altura; observa-se, então, que a cidade de Formosa não mais é avistada, pois o grande número de árvores frutíferas a escondem. Um ou outro telhado mais alto desponta, mostrando o desenvolvimento da cidade que cresce mesmo sem auxílio do Estado, apenas por seus próprios recursos.

Já nas alturas, verifica-se que o vale desce bastante para E. até à cabeça do vão do Paranã e depois sobe lentamente no planalto que acompanha do outro lado o rio São Francisco.

Bela paisagem se descortina no vão do Paranã: o filête d'água do Paranã corre entre fortes barrancos. O vale é baixo e alagadiço de modo geral e muito verde. Chove aí durante seis meses e o vale inunda-se; é difícil o vôo baixo nesta época, de maneira que não se pode divisar o verdadeiro leito do rio, tal a quantidade de água. O vale tem cêrca de 100 quilômetros de extensão por 80 de largura, nos pontos mais amplos.

A uns 10 metros abaixo do nível do planalto, o rio Itiquira, um dos formadores do Paranã, se atira lá em baixo, causando forte erosão e isto faz pensar ou numa grande correnteza das águas ou em terreno fôfo. No curso superior, êste rio passa entre barrancos muito bruscos e daí é mais provável a última hipótese.

Continuando a viagem, avista-se o que nos mapas está assinalado como cidade de Flores, à margem do Paranã, mas que, na realidade, se reduz a três casas de taipa. Mais adiante, o rio descreve curvas e engrossa-se; num determinado ponto o barranco se desvia para E., graças à erosão e abre-se entre um e outro barranco uma largura de 80 quilômetros. Nesta zona, a malária grassa terrìvelmente e, segundo o povo, dá até nas árvores.

A escarpa do planalto apresenta várias colorações, graças às argilas que enfeitam sua orla; os rios se adaptaram a caminhos mais fáceis e têm descida lenta para o Paranã. Uma característica interessante é que enquanto os afluentes da margem esquerda são insignificantes, nascendo na base da escarpa ou pouco mais além, com descida lenta, os da margem direita, são volumosos e alguns, como o rio dos Macacos, na embocadura, ultrapassam o próprio Paranã.

Històricamente, esta região foi descoberta por gente da Bahia, em busca das minas de Goiás. Alguns pretos fugidos estabeleceram-se na confluência do Itiquira, onde havia muito ouro, mas a malária obrigou-os a procurar outro local; instalaram-se em Couros, assim chamada por causa das tendas de couro aí levantadas. Mas, acossados pelo mesmo mal, foram ter a Formosa e fundaram esta cidade.

Para ir a Palmas, ao norte na confluência do rio Palmas com o Paranã, existem 2 caminhos: o vão do Paranã ou ganhando o planalto, com altitudes acima de 700 metros, como a serra de Santana.

O rio Paranã abre para a direita e depois retorna, formando antes uma grande ilha que não está assinalada nos mapas. Não é pròpriamente constituída de areia, pois o grande trabalho erosivo produz intensa colmatagem, transformando os bancos de areia em verdadeiras ilhas.

Contiuando o vôo, o horizonte aparece sùbitamente barrado por morros. Mas, em vez de ir para E., o rio vai de encontro ao planalto central, cujas escarpas são de uns 300 metros; o rio apresenta-se muito encachoeirado e segue rumo W., fazendo uma curva para sair de um descampado onde existe alguma instalação humana. Seu trabalho é bem violento; a própria presença da campina é sinal de que as grandes enchentes e o material carregado pela erosão provocaram a acumulação de sedimentos e aí se desenvolveu uma vida agrícola, em tôrno da próspera vila da Rainha.

Pequenos morros testemunhos alongados provam a grande ação erosiva que, entretanto, ainda não conseguiu destrui-los. Mais ao norte aparecem morros mais altos, vedando a passagem da linha aérea. Relatou, então, o Cel. L. Rodrigues que, certa vez, forçado pelas circunstâncias, enveredou por estas elevações; em dado momento pensou mesmo não encontrar passagem, que foi possibilitada pela descampado que se seguiu.

Nesta planície que se segue termina o planalto central do Brasil; é pedregosa e o rio se torna mais grosso, devido a muitos afluentes que passa a receber. Espalha, então, o material arrancado pela erosão: seixos rolados e areia, que também aparecem em seu leito.

A planície daí por diante se prolonga até Palmas e termina no rio Amazonas, embora surjam de vez em quando alguns obstáculos.

Recebendo o rio das Palmas, o Paranã inflete para E. porque encontra a resistência de colinas calcáreas. O planalto morre num espigão entre o rio Maranhão e o Paranã, que tem o nome de Paranatinga até receber aquêle afluente; passa então a chamar-se Tocantins.

A cidade de Palmas, como já foi referido, situa-se na confluência do rio do mesmo nome com o Paranã, numa planície de carrascal ralo. Estendendo-se a vista daí, morrotes não trabalhados pela erosão antepõe-se ao planalto de divisa entre Bahia e Goiás.

De Palmas para S. vê-se o paredão de 800 metros com o espigão que separa os rios Maranhão e o Paranã; é uma paisagem interessante e a crista de granito parece uma onda petrificada. A W. ainda se estende o planalto, deixando ver ao longe uma serra.

As vertentes voltadas para o norte são cobertas de variada vegetação arbórea, apresentando aspecto florido e as do lado sul são inteiramente limpas. O planalto dos Veadeiros possui clima bom e condições favoráveis ao cultivo do trigo; desce suavemente e, à medida que se baixa, é marcado por verdadeiros valos de uns 200 metros de largura, na linha E-W, em número de 2 ou 3 até Formosa.

Referindo-se ao interêsse dessa região, o Cel. L. Rodrigues disse que constituía um maciço de riquezas inexploradas. Em São José do Tocantins existe níquel e vestígios também em Veadeiros, Cavalcante, etc. Esta última localidade foi mesmo fundada por causa do ouro e está situada num buracão de 20 a 30 quilômetros de diâmetro, no nível do rio Bartolomeu.

A natureza aí se mostra pujante: uma laranjeira atinge o tamanho de uma mangueira. O terreno possui águas termais, denotando origem vulcânica.

Bem no centro do povoado existe um morro, que é antiga mina de ouro, onde foi cavado um tubo pelo fundador da localidade, Cavalcante; tal foi a importância da riqueza aurífera, que o govêrno colonial autorizou a fundação de uma Casa do Cunho. Mas, quando começou a exploração, houve infiltração de água, matando muitos escravos; a mina ficou com fama de assombrada e ninguém quis mais saber dela. Entretanto, existem recursos para esgotar a água, dando margem a uma elevada extração. Em Cavalcante ainda existem 33 minas de diferentes materiais; até minério de mercúrio, mármore, gêsso, pedras semi-preciosas, sem falar no ouro que nem precisa ser bateiado.

Quanto ao modo de ocupação destas terras, domina no vão a caça e a criação de gado; há dificuldades de alimentação, por causa da falta de cereais e é bem angustiosa a luta pela sobrevivência, mas a população se prende à terra, vindo a Formosa sòmente para negócios. É gente doentia e o trabalho de saneamento afigura-se como qualquer coisa de astronômico.

Já o planalto é mais saudável; além disso, há possibilidades várias de vida, quer pela criação, como pela agricultura e mineração.

A situação de Cavalcante já apresenta aspecto diverso, por tratar-se de uma cidade que já foi rica e que hoje conta com uma população degenerada por doenças, entre as quais a sífilis. Domina grande miséria e seus habitantes andam cobertos de andrajos, geralmente calções em molambos, um cinto com uma pequena faca e um chapéu de palha. A igreja local está em ruínas e não há padres, a não ser de 3 em 3 anos, épocas aproveitadas para casamentos e batizados. A vila possui algumas casas novas, mas não há assistência médica; um pastor protestante que de quando em vez perambula por essas paragens consegue adeptos mediante os medicamentos que distribui.

Trata-se, portanto, de uma região abandonada que necessita de amparo do govêrno federal, já que nada obteve, por enquanto, do estadual. Esta zona foi sempre abandonada, devido às grandes dificuldades de comunicações; só atualmente a via aérea tem desvendado êstes sertões para conquistar esta terra tão rica.

Concluiu o conferencista dizendo que muito trabalhou nesta zona e espera a possibilidade de uma visita presidencial a estas paragens, uma vez que os governadores de Estado já não o fazem há 120 anos.

Antes de iniciar os debates, o Eng. Fábio de Macedo Soares Guimarães, elogiou o poder de descrição do Cel. L. Rodrigues, o que constitui uma das partes mais difíceis da Geografia, para que depois possa haver interpretação. Foi bem nítida a visão dessa zona e parece que o govêrno de Goiás está empenhado em abrir rodovias, talvez assustado com a possível criação do Território do Tocantins, para melhor zêlo dos interêsses da região.

Falou então o Prof. José Veríssimo que chamou a atenção para 2 pontos, o vão e o valo assinalados nesta área, perguntando o que era aí assim designado.

O Cel. Lísias Rodrigues respondeu que o vão era o leito do Paranã limitado por barrancos. O rio parece ter cavado pela erosão, se aprofundando a partir de uma antiga superfície.

Os valos correspondem a linhas transversais, perpendiculares à direção do rio.

O Prof. Veríssimo explicou então que fizera perguntas porque não conhece a região, mas se preocupa com a questão da terminologia geográfica brasileira. Perguntou ao Prof. Ruellan se era possível uma relação do significado de valo e vão com a questão de *combe* e *cluse*. O Prof. Ruellan lembrou, então, que devia ser levada em conta a diferença de estrutura.

O Cel. Lísias Rodrigues atribuiu os valos ao antigo costume de dividir terrenos e a erosão invadiu, criando largura grande e barrancos.

O Prof. Veríssimo disse então que pela forma era uma espécie de goteira, podendo talvez corresponder ao significado português da palavra *combe*, naturalmente pondo de lado a estrutura.

Mas o Prof. Ruellan replicou que o vão corresponderia melhor ao relêvo de *boutonnière* do W da França; não é uma estrutura dobrada, mas forma uma larga de abaulamento, cuja cume foi cortado pela erosão; o abaulamento da cobertura cretácea estaria em relação com a estrutura de *boutonnière*. Quanto aos valos, referiu-se aos testemunhos E W da hidrografia, do peneplaino, como é o caso do rio Manso; parece que antigamente a orientação hidrográfica era diferente da atual. Teve ocasião de ler num *Boletim do Serviço Geológico* referências ao rio Manso, que corre na superfície do peneplaino com águas tranqüilas e relacionou então com a direção EW os testemunhos de antigra hidrografia, capturada pelo avanço brutal do Paranã.

O que explica o grande escavamento do rio no planalto é que o vale atingiu terrenos tenros de xistos negros silurianos. Desde que a cobertura cretá-

cea (que talvez apresente maior complexidade ainda não apontada) foi cortada, o rio divaga e nesse sentido foi ótima a descrição do Cel. L. Rodrigues, pois forneceu testemunho preciosa do alargamento do vale nos xistos silurianos; também são bem significativas a água e a vegetação na superfície.

Mais ao S. a estrutura demonstra afloramento de algonquiano (quartzitos) e de arqueano, portanto, rochas duras.

Pode-se, então, tentar reconstituir a região: a partir de um dado momento, o rio Tocantins aprofundou seu leito, mas sob que influência? É evidentemente uma questão para estudos mais aprofundados; observando-se o relêvo do Brasil, nota-se uma série de deformações no sentido longitudinal NNE-SSW: primeiro, o abaulamento de grande raio de curvatura do planalto oriental; segundo, a depressão Parnaíba-São Francisco-Paraná; terceiro, o abaulamento Gurupi-Araguaia-Mato Grosso; quarto, provàvelmente ainda uma depressão e um abaulamento antes do desaparecimento do planalto sob a cobertura recente da depressão amazônica. Uma outra deformação no sentido EW, como se o planalto brasileiro tivesse sofrido forte abaulamento, de grande raio de curvatura, cujo centro está no planalto central, e que se estende da serra do Caporaó aos planaltos da Bolívia e Peru. Isto, então, influiria na divisão de águas entre o rio da Prata e o Amazonas. São movimentos epirogênicos e que foram denominados por Emile Argand dobras de fundo, que, devido à resistência do embasamento, não se apresentam como as dobras de geossinclinal ou de cobertura, mas como depressões e abaulamentos de grande raio de curvatura. A erosão foi rejuvenescida; aumentou o declive dos rios e êstes cavaram com maior intensidade; numerosas cascatas assinalam a passagem do planalto cretáceo para os xistos e arenitos silurianos, conforme relatou o tertuliano.

Concluiu o Prof. Ruellan declarando que esta exposição fornecera argumentos de valor para seus estudos desta região e agradeceu o auxílio do Cel. L. Rodrigues na última excursão por êle realizada com seus alunos, proporcionando a visita à base do Galeão.

A seguir, tomou a palavra o Prof. Musso que mostrou no mapa geológico o arenito cretáceo escavado e sugeriu que as cascatas aí tivessem sua explicação.

O Cel. Lísias, entretanto, replicou que, nesse caso, tratando-se de uma rocha tão dura, o Itiquira não teria escavado.

Disse o Prof. Musso que se tem a impressão de que a parte de cima é o arenito cretáceo que não podendo cavar para o fundo rompeu o paredão.

Falou a seguir o Prof. Orlando Valverde, que disse conhecer a contravertente dêste planalto, pois, viajando pelo São Francisco, penetrou a W. A questão do arenito é um fato, pelo menos do lado de Minas, mas êle se comporta "como areia e rapadura" — dissolve-se a rapadura e resta a areia. Numa amostra de arenito havia lacunas devido à dissolução do cimento, provàvelmente.

Parece que, partindo de um nível de base secundário, que é o cordão de serras, o rio, buscando seu perfil de equilíbrio, encontrou a areia com rapadura e escavou para jusante das montanhas e tem-se, assim, novo ciclo que caminha naturalmente; vencido êsse obstáculo, futuramente ter-se-ia novo rejuvenescimento.

Quanto ao saneamento opinou que a construção de um lago facilitaria sua resolução. Perguntou qual o povoamento do Paraná, e se o negro é mais resistente à maleita.

Replicou o Cel. L. Rodrigues que a resposta estava no fato dos negros estabelecidos na confluência do Itiquira terem sido obrigados a procurar outros locais. A malária é de tal ordem que não respeita ninguém e acrescentou que o elemento puramente branco é raro.

Indagou ainda o Prof. Valverde se os valos EW do planalto são retilíneos e o Cel. L. Rodrigues respondeu afirmativamente, declarando ser artificial a sua origem e depois a erosão a êles se lançou.

Novamente o Prof. Veríssimo usou da palavra, perguntando se a região é despovoada. O tertuliano disse que é fraca a densidade demográfica, mas que não chegava a tanto. O Prof. Veríssimo foi de opinião que, mesmo existindo certo número de fazendas de gado e dada a espécie de criação extensiva, não se justificaria a separação por valos. Nesse caso, porque razão haveria simetria dêstes e de E para W.

Continuou o tertuliano dizendo que observou melhor dois valos distantes um do outro, de dezenas de quilômetros de comprimento.

Declarou o Prof. Veríssimo, que a hipótese seria mais aceitável se a região fôsse mais povoada.

Disse o Cel. L. Rodrigues que êsses cortes existem desde o Brasil colonial e constituiam solução para separar o gado, baseando-se no que há em Minas. Em certos locais vê-se nìtidamente a erosão trabalhando.

O Sr. C. Junqueira Schmidt indagou qual a distância entre êstes valos; o tertuliano respondeu que parecia não ultrapassar 50 quilômetros e a impressão que teve foi de que saparavam fazendas que eram verdadeiros estados. Mas os valos não vinham até o barranco.

Perguntou ainda o Sr. Schmidt, qual a vegetação do fundo do vale. Descreveu-a o Cel. Rodrigues como rasteira, sendo raras as árvores em todo o vão muito pantanoso e mais sólido junto à encosta. Já na parte N. as vertentes são mais floridas, talvez por causa dos ventos do NE, enquanto que as de W são lisas e pedregosas. Aventou o Sr. Schmidt se não poderia ser a causa ligada a águas de infiltração, mas o Cel. L. Rodrigues explicou que todo o planalto até Formosa sofre a ação dos ventos de NE., fato de que tem certeza por causa da linha aérea; há dificuldades em atravessar a garganta, mas depois novamente a paisagem é limpa. O mau tempo desce o Tocantins..

Perguntou ainda o Sr. Schmidt qual o limite de concentração das chuvas e o Cel. L. Rodrigues respondeu que quando o tempo é mau a massa de nuvens fica prêsa no vão enquanto a Este o tempo é sêco; há mesmo contraste de vegetação de Este para Oeste.

O Prof. Veríssimo declarou que, mesmo admitindo a formação dos valos pela intervenção humana, isto é só seria possível num grande espaço de tempo e o tertuliano admitiu-o, dizendo que o povoamento desde o século XVII bastava para justificar. Mas o primeiro opinou que parece mais ligado à estrutura, donde a necessidade de uma excursão a estas paragens.

Um dos presentes, o Sr. Angelino Iodiche Jorge, disse que uma das causas dêsses valos é que os escravos os abriam para buscar ouro, e, depois, a chuva inutilizaria, formando torrentes.

Mas segundo o Cel. L. Rodrigues não se aplica neste caso, porque a procura do ouro se faz em buracos.

Lembrou o Sr. Schmidt o caso do morro do Talho Alberto, cujo nome indicaria o modo de procura do ouro.

Ainda o Sr. Angelino I. Jorge referiu-se à não mais existente cidade de Couro como um dos maiores garimpos de diamante; mas o Cel. L. Rodrigues disse não se tratar de Couro colonial.

Tomou novamente a palavra o Prof. Ruellan que chamou a atenção para a situação de tôda a zona entre o São Francisco e o Paranã, em relação aos afloramentos. Num corte do planalto central desde o litoral, vê-se o arqueano, o algonquiano, o paleozóico e a cobertura cretácea e do outro lado o mesmo em sentido inverso. Logo, é uma verdadeira sinclinal geológica. Por inversão do relêvo, o cretáceo que deveria estar no fundo se acha em cima — é o espigão Mestre, tendo de ambos os lados os vales do São Francisco e do Paranã que atingiram as camadas primárias depois de ter desgastado a cobertura cretácea. Sob o cretáceo o Paranã encontra a jusante, por epigenia, camadas duras do algonquiano; na realidade, existem duas barras algonquianas, entre as quais há um afloramento arqueano; ora, num clima quente e úmido quando o arqueano está tão próximo do algonquiano, êle se acha deprimido e é o que se verifica no vale do Palmas onde aparece o arqueano e há depressões; existe um verdadeiro nível de base local, a montante de Palmas, que, comanda os progressos da escavação do cretáceo, a separação dos morros testemunhos e o modelado dos arenitos argilosos e xistos negros silurianos.

Sôbre o lado do São Francisco, o Prof. Pedro Geiger fêz uma tertúlia, apontando que o rio Grande antes de chegar ao São Francisco atravessa barras algonquianas; talvez se trate do mesmo jazigo e também do mesmo tipo de despressão a montante das barras. Tanto num caso como noutro, já se falou em construir uma barragem atravéz destas *cluses*.

Chega-se assim, a uma visão de conjunto do planalto brasileiro; a região mais elevada é o Caporaó e a Mantiqueira, mais para o interior é a chapada dos Veadeiros, depois o planalto boliviano e depois no Peru até os Andes, sempre no mesmo eixo. Partindo do Peru até a costa sul-oriental do Brasil, há um visível abaulamento. Deve ter havida movimentos de ondulação com grande raio de curvatura, como as que o Prof. Ruellan encontrou na Ásia Oriental.

Interpelou o Sr. Schmidt se isto poderia ser atribuída à forma da América

O Prof. Ruellan replicou que a entumescência da América do Sul no Peru e ao sul do Rio de Janeiro está evidentemente em relação com estas dobras de fundo.

Os rios, rejuvenescidos pelo abaulamento, encontrando facilidade de excavação pela presença de xistos, como é o caso do rio Paranã, fazem concorrência a outros. A bacia do Tocantins parece ter, assim, operado capturas, à custa da bacia do São Francisco. Igual conseqüência do abaulamento é a chanfradura de erosão do alto Paraguai em Mato Grosso. Enfim, estas dobras de fundo estão, como sempre, acompanhadas de fraturas e falhas bem marcadas, com manifestações vulcânicas.

Depois de algumas palavras sôbre o interêsse despertado pelos problemas da tertúlia, o Eng. Fábio de Macedo Soares Guimarães encerrou a sessão.

*

## SEXAGÉSIMA NONA TERTÚLIA, REALIZADA A 20 DE JUNHO DE 1944

APREENTAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE — A EXCURSÃO DE MONLEVADE A SÃO DOMINGOS DO PRATA E FAZENDA SÃO JULIÃO PELA PROF.ª MARIAM TIOMNO — O RELÊVO: CRISTAS ALGONQUIANAS E PENEPLANÍCIE ARQUEANA — DISSECÇÃO DA PENEPLANÍCIE PELO PIRACICABA E AFLUENTES. TERRAÇOS — O VALE DO RIBEIRÃO DO PRATA, OCUPAÇÃO HUMANA, A CIDADE E A FAZENDA. DEBATES: INFLUÊNCIA DE MONLEVADE NA DECADÊNCIA ATUAL DA REGIÃO — POSSIBILIDADES DE REERGUIMENTO PARA ABASTECER A ZONA INDUSTRIAL E CONSTITUIÇÃO D'UMA REGIÃO ANTROPOGEOGRÁFICA, PELO PROF. FRANCIS RUELLAN

Presidiu a sessão o Prof. Lúcio de Castro Soares que comunicou a apresentação pela Prof.ª Mariam Tiomno de mais um relatório geral da excursão ao vale do rio Doce — o trecho de Monlevade a São Domingos do Prata e fazenda de São Julião.

Tomando da palavra a Sta. Mariam Tiomno apresentou o itinerário seguido e iniciou a descrição da viagem.

Deixando Monlevade em direção a São Domingos do Prata seguiram pela rodovia que acompanha o vale do rio Piracicaba. De início o tipo de relêvo dominante é o de cristas monoclinais do algonquiano. Entretanto, no vale do rio Piracicaba, notam-se afloramentos de rochas arqueanas que apresentam um relêvo de formas mais arredondadas, com encostas simétricas. O contraste entre êsses dois tipos de relêvo é bem observado na passagem da garganta que separa as águas da bacia do Piracicaba da do rio da Prata. Aí chegando, pondo ainda mais em evidência êsse contraste, destacam-se na paisagem o duplo *hog-back* do morro do Retiro que dá a impressão de uma anticlinal erodida.

Os vales da bacia do Piracicaba apresentam declives relativamente suaves mas enèrgicamente cortados em terraços por ter se dado um recomêço da erosão.

A vegetação, em ambas as margens do rio Piracicaba, é de florestas mas, à medida que se ascende o vale do córrego da Onça diminui, progressivamente, de porte. Apresenta-se mais sêca ao sul, margem esquerda do rio, que ao norte, à direita do rio por se achar essa margem direita melhor exposta aos ventos úmidos vindos do litoral, que facilitam, igualmente, o reflorestamento natural que aí já se observa. Chegando ao nível da peneplanície a vegetação se torna quase que exclusivamente campestre.

À saída do Monlevade, refletindo a influência da usina, a população operária apresenta-se aglomerada na margem esquerda do Piracicaba e, forma na estreita faixa da margem direita arraiais recentes. Apesar dêsse vale ser muito estreito, o que dificulta a ocupação humana, estão sempre surgindo novas construções que bem demonstram o rápido aumento da população operária atraída pelos melhores salários.

Na margem esquerda do rio funciona o matadouro, onde se abatem diàriamente duas reses para a população operária. Nesse local, edificar-se-á mais tarde uma vila operária com cêrca de 200 habitações. Um pouco mais longe, na encruzilhada das estradas de São Domingos do Prata e de Nova Era, situa-se a vila Papini, ainda em construção. As habitações se localizam nos terraços do vale do Piracicaba.

Após a vila Papini, na estrada de São Domingos do Prata o povoamento é disperso, mudando completamente o aspecto da paisagem cultural. Aparecem as primeiras habitações de tipo colonial. As casas de sapé, tão típicas do nosso interior e, que predominavam até aí, desaparecem pràticamente dominando francamento o estilo colonial. As casas são construídas sôbre estacas formando um porão alto e aberto onde se abrigam os animais. Dominando a frente dos aposentos há uma grande varanda. Até a venda e a capela são dêsse tipo. Em frente à fachada de muitas dessas casas notam-se palmeiras e mangueiras e atrás, plantações de bananeiras e hortas de proporções variáveis, servindo, ao que parece, apenas para o abastecimento local.

Apesar dessas habitações serem dispersas elas se dispõem segundo um certo alinhamento ao longo da estrada ou dos cursos d'água. Raramente se localizam à meia encosta das elevações e quando aí se situam são fazendas de proporções maiores. Esta é uma zona de povoamento antigo que já conheceu melhores dias. A atividade pecuária deve ter sido muito intensa como denotam tais habitações. Apesar do número de currais observados não foram vistos bovinos em quantidade apreciável.

As culturas (cana e café) apresentam um aspecto de decadência, devido, principalmente, à fálta de mão de obra atraída por salários melhores e mais regulares da usina.

Não se notam na região latifúndios, tudo aí indica recursos limitados; algumas famílias chegam mesmo a tecer, de forma primitiva, o pano de suas próprias vestimentas. O cultivo do solo é feito a enxada mas o arado já existe em certas fazendas mais evoluídas. Atualmente, segundo nos informaram, o ideal dos fazendeiros é produzir para seu próprio consumo comprando apenas sal.

No alto de algumas colinas dessa região, foi conservada a floresta para melhor reter a umidade do solo e diminuir os efeitos da erosão sôbre as culturas feitas nas suas encostas.

Sendo aí o terreno argiloso, surgiu uma cerâmica de uso apenas local. Perto dela formou-se um pequeno agrupamento que se acha em evolução e, já está tomando a forma de arraial. Depois do mesmo, recomeça o aparecimento de habitações isoladas que não mais constituem um núcleo de povoamento.

Em tôda essa zona o regime de trabalho é, principalmente, o de "têrças": o colono faz todo o serviço e recebe a têrça parte do produto obtido; existe também o de "meias", percebe a metade mas em condições ligeiramente diferentes.

A estrada corta a seguir o ribeirão das Cobras; nota-se aí grande evolução nas culturas.

Começam a aparecer plantações de café, primeiro ao norte, à esquerda da estrada, depois em ambas as margens, e, finalmente o café domina francamente.

O caminho continua por campos de criação, as fazendas sempre localizadas nos vales de fundo chato. Finalmente, atinge-se o cimo de um colo donde se avista para trás, isto é, para W, a pleneplanície rejuvenescida por ciclos mais recentes da erosão, e, para este percebe-se o vale do ribeirão do Prata.

Vê-se também, à direita da estrada, um pequeno vale dissimétrico de declive suave para o sul, o que facilitou muito o seu aproveitamento pelo homem; para o norte, em virtude do forte declive, as culturas apresentam-se bem menos desenvolvidas.

Divisa-se, ainda, ao longe, modeladas no arqueano, cristas do tipo apalachiano. Entre essas cristas e o vale atual notam-se dois níveis intermediários. Um corresponde à superfície dos espigões que se observam no vale assim como, ao cimo das pequenas colinas que dominam a fazenda de São Julião situada às margens de um afluente do rio da Prata. O outro, é bem mais recente: é

um verdadeiro terraço aluvional situado em São Domingos. Êste apresenta estratificação entrecruzada de areias fluviais e seixos rolados a 10 metros acima do nível atual do rio mostrando, assim, ser um antigo leito de rio.

Nesta mesma região existe uma pedreira de biotita-gnaisse, muito xistosa, na direção geral N - W com uma inclinação de 25° para o S.

A partir do morro do Pinto, nota-se em tôda região uma grande atividade agro-pecuária. No vale aparecem culturas mais metódicas feitas a charrua puxada por bois. Os campos são divididos com cêrcas de arame farpado e a a cultura é rotativa. Observa-se pés de café bem alinhados, culturas, de milho, legumes, bananas e laranjas, que se estendem até São Domingos do Prata.

Essa cidade, construída sôbre um terraço aluvional entre 10 e 15 metros acima do nível atual do rio, constitui um belo exemplo de traçado linear.

Situada entre o rio da Prata e as encostas dos morros, desenvolveu-se, no Império, às margens do caminho que constituia passagem obrigatória dos comboios que se dirigiam do vale do rio Doce para a então capital da província (Ouro Prêto) ou para o interior, via D. Silvério. Essa estrada é em curtos trechos calçada com grandes lajes; carros de bois nela ainda hoje transitam pois na atual rodovia causariam grandes estragos.

Essa antiga via toma diferentes nomes a partir da entrada da cidade: rua 13 de Maio (antiga rua Morada dos Negros, porque êstes aí habitavam), rua da Baixada, rua 7 de Setembro, praça D. Pedro onde se localizam a Prefeitura, o Grupo Escolar, a Igreja e a Coletoria Federal. Com a mudança da capital de Ouro Prêto para Belo Horizonte essa estrada deixou de ser tão intensamente transitada iniciando-se a decadência de São Domingos do Prata, decadência essa que se acha ainda mais acentuada com a falta de mão de obra absorvida por Monlevade. Segundo informação local, cêrca de 100 famílias se retiraram nesses últimos anos para Monlevade ou mesmo Belo Horizonte, o que representa grande proporção em vista do pequeno número de habitantes.

O rio da Prata não é muito sujeito a cheias desastrosas, mas a última, ocorrida entre janeiro e fevereiro de 1943, ocasionou enormes prejuízos. As águas subiram cêrca de 6 metros inundando as casas situadas no fundo do vale. Segundo informações locais, os prejuízos atingiram cêrca de 3 milhões de cruzeiros, mas a cifra parece exagerada.

Apesar da atividade agro-pecuária muito ter sofrido com a influência de Monlevade atraindo o trabalhador, São Domingos do Prata produz o próprio abastecimento e o de Monlevade, pois aí não se encontram culturas por estar o braço de trabalho completamente absorvido pela usina; também, pelo fato do solo (algonquiano) não se prestar muito à lavoura. O abastecimento de Monlevade é feito por Carneirinho, São Domingos do Prata, (fazenda São Julião), e por uma fazenda de propriedade da usina mas cuja produção é insuficiente. Os principais produtos enviados de São Domingos a Monlevade são milho, feijão, arroz e frutas, principalmente banana e laranja, além de leite, galinhas e ovos.

Nas cercanias, há, ainda, algumas plantações de café. As terras são mais férteis, apresentam numerosos trechos de massapê-roxo, como em: Dionísio, Mombasse, Ilhéus, Goiabal, no município de São Domingos do Prata.

A economia da cidade gira, ainda, em tôrno da exploração das madeiras de lei, como: cabiúna, peroba, jequitibá, cedro, jacaré, vinhático, jacarandá, e ipê, sendo as três últimas as de maior renda, atingindo o valor de 800 a 1 000 cruzeiros o metro cúbico; jacarandá é a mais abundante na região. Essas madeiras não são trabalhadas na cidade, são exportadas pois São Domingos do Prata não possui serraria.

A cidade possui, ainda, alguma atividade industrial que consiste na produção de álcool por uma usina que aproveita as extensas plantações de cana da vizinhança.

Ocorrem, também, na região vários minérios: anfibólio, amianto, etc...

A população da cidade conta com alguns elementos estrangeiros: alemães, italianos e espanhóis; a religião dominante é a católica.

Essa região possui de um modo geral um clima bom no período sêco, isto é, no inverno, e na época das chuvas, no verão, sendo pouco freqüentes os casos de impaludismo.

Após essa breve parada em São Domingos do Prata, dirigimo-nos para a fazenda São Julião pela estrada da Saúde, traçada num vale largo onde se vê, ao menos 3 níveis de erosão.

A fazenda São Julião, constitui um exemplo típico de fazenda do nosso interior, foi fundada há mais de 50 anos por *Miné* Horta, passou em seguida por diferentes proprietários e pertence atualmente ao Sr. Valdemar Rôlas, do Rio de Janeiro. A casa grande é de estilo colonial, possui uma grande varanda na fachada orientada para NE, e no lado direito.

A fazenda possui em superfície cêrca de 152 alqueires, compreendendo partes de florestas; jamais foi tão florescente como atualmente. Nota-se uma boa criação de gado (cêrca de 200 cabeças de Gir, Zebu, Switz, Guzerat) e belas culturas de legumes (repôlho, couve, alface), cereais e frutas, que são enviados para Monlevade. As árvores frutíferas (laranja, abacaxi, abacate) são cultivadas sôbre um terraço. A cana de açúcar é cultivada no solo de massapê, muito comum na fazenda; a sua produção é grande (200 toneladas) e visa a fabricação da rapadura. O arroz e o café são plantados de acôrdo com o regime de "meias" e o feijão, com o de "têrças".

O "colono" pode vender a parte dos produtos que lhe cabe, ao proprietário ou para fora.

A produção mais importante é a do arroz, cêrca de 2 000 sacas por ano valendo atualmente 80 cruzeiros a saca; há um ano atrás valia 60 cruzeiros. Em seguida vem o milho com a produção de 500 sacas no valor de 30 cruzeiros cada uma, (no ano precedente valia 12 a 15 cruzeiros). Finalmente, vem o café com cêrca de 200 sacas custando cada uma 66 cruzeiros; antes o seu preço era de 50 cruzeiros. Todo êsse acréscimo não acarreta entretanto lucros pois o aumento do custo de vida é também considerável. Êsses produtos são vendidos a atacadistas de Nova Era, e D. Silvério.

A produção diária do leite é de 50 litros que é vendido quase que completamente para Monlevade à razão de 50 centavos o litro.

A influência de Monlevade faz-se sentir na região por um aumento do preço das terras, na proporção de 1 para 6. Há 3 anos custava o alqueire cêrca de 500 cruzeiros e, atualmente, num raio de 50 quilômetros, custa 3 000 cruzeiros. Êsse aumento é devido às compras de terrenos revestidos de matas, pela Belgo Mineira, para a explotação do carvão de lenha destinado aos seus altos-fornos. Essas terras estão sendo adquiridas à medida que suas reservas florestais vão diminuindo. Monlevade muito se tem preocupado com a questão da reconstituição de suas matas; já se observa em tôda a região um reflorestamento natural que é adotado de preferência pela Cia. Belgo Mineira em virtude de oferecer maior proteção contra o trabalho da erosão que é de certo modo facilitado pelo replantio.

Monlevade exerce ainda sua influência no despovoamento dos campos vizinhos em virtude do deslocamento da mão de obra para a Usina que lhe oferece salários mais elevados e seguros; encontra-se a lavoura, atualmente, em grande abandono. Êsse é aliás um aspecto de um fenômeno geral que ocorre em tôdas as regiões agrícolas que começam a industrializar-se.

Abrindo os debates, o Prof. Lúcio de Castro Soares perguntou qual a origem da estrada que dera nascimento à cidade de São Domingos do Prata.

Explicou a Sta. Tiomno que a estrada era o caminho do vale do rio Doce para a antiga capital, Ouro Prêto e D. Silvério e a cidade surgiu no ponto de encruzilhada, tornando-se pouso obrigatório para os comboios. Com a mudança da capital, entrou em decadência.

A Prof.ª Luci Guimarães de Abreu referiu-se à fundação desta cidade como resultado da promessa de dois portuguêses que se tinham extraviado do caminho e que ergueram uma capela a São Domingos, logo que o encontraram.

O Sr. Carlos J. Schmidt projetou uma fotografia, mostrando o cruzamento da estrada antiga com a atual.

Apontou a interessante situação da região em relação aos ventos do litoral o que proporciona vegetação exuberante até Ouro Prêto; entretanto, na peneplanície se tem o campo. O minério se encontra exatamente na transição entre as matas e o campo. À usina interessa, naturalmente, saber por quanto tempo terá carvão vegetal, pois precisando sempre dêle para o seu desenvolvimento,

necessita conhecer as condições que o garantirão. Daí surgiu o problema do reflorestamento; o replantio mostrou-se prejudicial porque deviam fazê-lo nas encostas, o que causava erosão. Optaram, então, pelo reflorestamento natural, num período de 8 anos, que não produz erosão, e fornece a madeira de pequeno porte necessário para o carvão. Não lhes interessam as madeiras de lei. A usina possui reservas suficientes de madeira e não ameaça de florestar todo o vale do rio Doce.

Quanto à questão da absorção da mão de obra rural, isto cessará quando a usina atingir o limite de operários; haverá consumo garantido e São Domingos do Prata seu principal centro de abastecimento se desenvolverá em conseqüência disso.

Perguntou o Prof. Beneval de Oliveira qual a altitude da região de São Domingos do Prata, para que se justificasse a ocorrência da malária.

Respondeu a Srta. Tiomno ser a altitude de cêrca de 700 metros.

O Sr. Miguel Lima disse que desde aí começa o impaludismo, estendendo-se por todo o vale do Rio Doce.

O padre Pauwels indagou qual o estilo colonial das habitações a que se referiu a Prof.ª M. Tiomno.

Esta esclareceu tratar-se do colonial português e o Prof. Ruellan falou sôbre a influência do extremo oriente (de Macau) na forma dos telhados.

Continuou o padre Pauwels dizendo que no sul há o tipo de habitação próprio das colônias e o Prof. Ruellan confirmou; frisando a importância desta observação, êste último disse que no Rio Grande do Sul cada vila possui seu colonial típico, desde o século XIX.

O Sr. Miguel A. de Lima salientou a importância da relação entre a economia agro-pastoril de São Domingos do Prata e a zona industrial de Monlevade, que age como elemento de absorção da mão de obra mas que se abastece em São Domingos do Prata.

A usina aumentou o número de seus operários e também o consumo agrícola. Sua orientação é de conservar os habitantes para garantir a produção. Não interfere de maneira alguma, apenas compra sem preferência, assegurando o consumo.

Aparteou o Prof. Lúcio de C. Soares que, sob o ponto de vista econômico se repetia o fenômeno ocorrido com o ouro, predominando a exploração do solo, em detrimento das culturas.

O Sr. Schmidt lembrou ainda que coincide esta zona, mais habitada, com o limite de maior pluviosidade, pois o norte é mais sêco; isto demonstra a facilidade encontrada pela umidade em penetrar até aí.

Falou a seguir o Prof. Francis Ruellan que elogiou a fidelidade da descrição e disse que esta excursão fornecia uma visão de conjunto de todo o panorama do vale do rio Doce.

Sob o ponto de vista físico, confirmou-se a diferença da zona de quartzitos, xistos argilosos e sericíticos do algonquiano da série de Minas com o arqueano de gnaisse muito decomposto. Só há testemunhos muito pequenos da série de Minas: O morro do Retiro aparece com sua estrutura de duplo *hog-back*, dividido por grande sulco, parecendo ter a parte superior cortada pela erosão — talvez seja mais complexo e por isso precisa ser examinado *in loco*.

Observam-se três degraus nesta zona de peneplaino: a peneplanície pròpriamente dita, horizontal os espigões intermediários e os terraços. Projetando a fotografia do conjunto paisagístico em São Domingos do Prata, mostrou o fundo do vale e o leito maior, que sofre inundações; a cidade está sôbre um terraço de uns 10 a 15 metros, composto de areia e seixos, em estratificação entrecruzada. Trata-se de um nível quartenário, não atingido pelas cheias e que se relaciona com tôda a história não só do rio da Prata, como do rio Piracicaba e do rio Doce. É um elemento que deve ser levado em conta e que aparece também em Nova Era e na região de Itabira. Por fim, aparecem os espigões e a peneplanicie de nível regular.

Quanto à ocupação humana, trata-se de uma zona que foi povoada primitivamente, antes da atividade de mineração; é a mais fértil graças à umidade, como demonstrou o Prof. Schmidt e a popularidade e qualidade do solo, massapê originado da decomposição do gnaisse comum no Brasil. Com estas quali-

dades, acrescidas com o fato de ser São Domingos do Prata o centro abastecedor do movimento da zona mineira, havia e há grandes possibilidades de expansão. O que, entretanto se verificou na excursão foi um tipo de economia antiga que atingiu um grau de decadência forte, a ponto de limitar-se a uma economia familiar e local. São êstes os sinais mais nítidos de decadência que também podem ser observados na própria cidade.

A regeneração vai ser lenta, porque há falta de povoamento; mas não há dúvida que a explotação mineira sempre foi grande fator do povoamento. É necessário tempo para adaptação, mas a evolução é um fato, principalmente aliando-se à explotação agrícola.

Em relação à divisão entre o N e o S, sob o ponto de vista climático, como explicara o Sr. Schmidt, lembrou que o regime climático é também condicionado pelas primeiras cristas algonquianas que continuam até a serra do Curral, apresentando uma face florestal ao sul e outra sêca ao norte.

Há, portanto, combinação do clima com o relêvo e a estrutura.

A região tende a ser uma região antropogeográfica e não simplesmente dividida em duas zonas naturais distintas, por causa das possibilidades conjugadas que oferece a exploração mineira, e agrícola respectivamente sôbre o algonquiano ao norte e zona gnáissica florestal ao sul que fornece o combustível e víveres para o abastecimento.

O homem através de uma explotação dos recursos de zonas naturais diferentes está em vias de formar uma nova região antropogeográfica.

Encerrando a sessão, o Prof. Lúcio de Castro Soares elogiou a descrição clara e metódica que acabava de ser feita.

*

## SEPTUAGÉSIMA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 27 DE JUNHO DE 1944 NA SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL DE UM TRECHO DA EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE: A VIAGEM MONLEVADE-NOVA ERA, PELA STA. FANNY KOIFFMAN — O RIO PIRACICABA E SEU APROFUNDAMENTO. OS PEQUENOS AFLUENTES, DIFERENTES NÍVEIS DE TERRAÇOS — A OCUPAÇÃO HUMANA, SÍTIOS E FAZENDAS — NOVA ERA, SUA SITUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. DEBATES: A VANTAGEM DOS TRABALHOS DE CAMPO — A EVOLUÇÃO DO RIO PIRACICABA E A SITUAÇÃO DE NOVA ERA

Presidindo a sessão, o Prof. Lúcio de Castro Soares anunciou a apresentação do relatório geral de mais um trecho da excursão ao vale do rio Doce, compreendido entre Monlevade e Nova Era, pela Prof.ª Fanny Rachel Koiffman.

Iniciando sua exposição a Sta. Fanny Koiffman disse que seguiram pela estrada de rodagem, atravessando o rio Piracicaba, e prosseguindo pela margem direita, paralelamente ao traçado da ferrovia.

Pouco depois de abandonar a cidade de Monlevade, o rio Piracicaba mostra um leito pedregoso, com pequenos rápidos, indicando seu escavamento. Aliás, logo à saída de Monlevade observam-se terraços com camadas de seixos rolados, que às vêzes formam bolsões, a cêrca de 8 metros de altura, demonstrando uma antiga passagem do rio. Mais adiante, depósitos arenosos no leito indicam pequena sedimentação, ao menos durante o período de vazante; são aproveitados na construção de casas. Essa deposição é facilitada por um pequeno meandro.

O tempo se apresentava bom, com céu limpo como em quase tôda essa estação. A temperatura cai muito durante a noite, condensando, assim, a umidade existente nas proximidades do solo; daí a formação de densos nevoeiros, como, por diversas vêzes, tiveram ocasião de notar. A vegetação se apresenta luxuriante: o verde das florestas cobre as encostas às margens do rio e marca o comêço das ricas matas do rio Doce. Êste alto coeficiente de umidade aí existente provém em parte da evaporação da água dos rios e da vegetação e em parte da umidade trazida do litoral pelos ventos predominantes nesta época, entre NE e SE.

É interessante notar que à medida que a floresta se vai tornando mais pujante, vai-se libertando da atividade ligada essencialmente à siderurgia, para proporcionar uma explotação baseada em suas próprias riquezas, as madeiras de lei. Mas ainda neste trecho, de forte influência de Monlevade, observaram

que a floresta está em função da siderurgia; numerosas derrubadas para obtenção do carvão vegetal marcam vazios na densa mata que acompanha as margens, mas estão em vias de reflorestamento natural. Construções recentes à beira da estrada constituem uma prova do grande surto de progresso que parte de Monlevade.

Nota-se uniformidade na altura das elevações, que faz pensar numa superfície peneplanizada sulcada pela erosão, que foi ativada pelo rejuvenescimento de tôda a bacia do rio Doce .

A espessura do que se atribui geralmente ao algonquiano não é muito grande e em certos pontos não ultrapassa cêrca de 40 metros. O grande trabalho de escavamento do rio Piracicaba fêz desaparecer em muitos trechos a cobertura algônquica, deixando à mostra, no seu talvegue, afloramentos gnáissicos. Trata-se, pois, de uma zona de intensa erosão, caracterizada pela transição do algonquiano da série de Minas para o que geralmente se atribui ao arqueano.

A influência da estrutura não está muito bem marcada sôbre o relêvo dos vales, mas as elevações desenham cristas monoclinais — *hog-backs* — que traem a alternância de camadas duras e tenras do algonquiano: ao lado do itabirito, observaram xistos argilosos muito tenros e decompostos e xistos sericíticos.

A paisagem é caracterizada por uma série de vales afluentes, onde se desenvolvem freqüentemente pequenas torrentes, bacias de recepção e cones de dejeção, evidenciando forte ação erosiva. Nesses vales separados por pequenas gargantas desenvolvem-se terraços geralmente *emboités*. Os terraços *emboités* indicam a existência de vários ciclos de erosão, num intenso rejuvenescimento.

No vale do Córrego do Ouro, atingido pouco depois, a erosão é bastante acentuada e a retomada de erosão está particularmente nítida; a estrada está construída no flanco da montanha, dominando uma ravina. Aí foi observada uma pequena torrente com as formas típicas de bacia de recepção, garganta e cone de dejeção. O tôpo dêste cone foi aproveitado pelo homem, para servir de local para sua habitação, afim de evitar as inundações no momento das enchentes. Aí se situa o sítio do Aleixo, que constitui a primeira marca humana de maior significado na paisagem que, do ponto de vista cultural, se vai modificando lentamente, readquirindo o aspecto tradicional já observado no caminho de São Domingos do Prata. A casa principal apresenta a típica varanda colonial e um porão aberto; à direita aparece um paiol e uma horta rudimentar, delimitada por uma cêrca precária de finos troncos atravessados, se estende na frente das construções descendo até as águas do pequeno curso d'água. Nos fundos da casa principal, viam-se plantação de cana, café, e campos de criação. Êsses estavam dominados por um fímbria de mata secundária, descida de NE.

Sôbre o córrego estreito e alongado, que representa o rejuvenescimento nesse vale antigo, situa-se, mais adiante, a sítio do Venceslau, uma propriedade mais evoluída e mais ordenada que a do Córrego do Ouro. A estrada cinge-o pelo NW, e dêle é separada por um cercado melhor, dentro do qual se abrigam o moinho e a bica d'água, a casa principal e o "puxado" de sapê; em volta, a horta barrada e, em tôrno do conjunto, bananeiras, pequenos canaviais, etc. Ao fundo, na encosta, observou-se uma plantação de café.

Nas proximidades dêste sítio, num corte da estrada foram vistos xistos tenros decompostos, intercalados com xistos sericíticos; é nesta região que o *emboitement* dos terrenos é mais bem marcado. A casa se acha exatamente neste nível intermediário entre a parte superior que representa o nível do peneplaino e o leito do rio. O cume das elevações se apresenta coberto por uma densa vegetação, conservada para guardar a umidade; as culturas já ganham as encostas, demonstrando maior evolução; aparece aí, também uma zona debastada que, pela vegetação superior, se pode observar não ser natural. Em muitas dessas zonas, que denotam atividades pastoris, a prática da queimada foi utilizada não só pelos criadores, como já pelos índios.

Seguindo pela estrada, ainda se observaram vales encaixados ou *emboités*, correspondendo a antigos ciclos de erosão.

Novamente encontraram xistos sericíticos mais resistentes da série de Minas, recobertos por camadas bastante espêssas de terra vegetal, que favorece uma vegetação mais densa.

Trata-se da zona das cabeceiras do córrego da Passagem e aí se observam formas de erosão muito evoluídas, características de peneplanície.

Depois que êstes vales de fundo plano foram modelados, produziu-se uma retomada da erosão e um corte da estrada deixou divisar uma camada de seixos rolados de quartzito de tipo algonquiano, que provàvelmente corresponde ao nível de 20 metros acima do leito do rio porém um pouco adiante, abaixa-se para 15 metros, aproximadamente. A direção da inclinação desta camada é para E, portanto semelhante ao declive do rio atual, o que prova, evidentemente, que se trata de um rejuvenescimento do vale sem mudança do seu curso, testemunhando, mais uma vez, o regime cíclico desta região.

No fundo do vale largo a cultura se apresenta rica e variada. Os terraços aluvionais isolados são utilizados pela fazenda da Passagem para plantações de laranjas e de bananas, que se aproveitam da fertilidade de um solo rico em húmus. Aparecem também plantações de café e capim araguá, na parte mais úmida. Êstes terraços também serviram para a instalação das casas. Localiza-se a fazenda à margem do curso d'água, cujas cabeceiras são chamadas Pataló. Uma venda abastecedora assinala atividade maior na estrada.

Cruzaram os excursionistas na estrada com numerosa tropa de burros. Aproveitaram a ocasião para pedir esclarecimentos a Manuel Né, que ia à frente, conduzindo a tropa; voltava de Monlevade, para onde levara um carregamento de carvão vegetal. Não era o dono da tropa, mas trabalhava para êste, o tropeiro, como é chamado, ganhando 10 cruzeiros por dia, a sêco. Vestido com calções e blusão sôlto, um pano à cabeça à moda cigana e sandálias de couro, estava montado, enquanto os outros companheiros iam a pé.

Depois da fazenda da Passagem e antes da confluência com o Piracicaba, o córrego da Passagem se aprofunda, ràpidamente, formando pequenas gargantas epigênicas locais. A jusante, viram um bom exemplo da estratificação entrecruzada de origem fluvial.

A estrada se prolonga, em seguida pelo vale do Piracicaba, lembrando, segundo o Prof. Ruellan, uma paisagem das Ardennes: o rio descreve caprichosos meandros encaixados.

Trata-se de um sítio de confluência: do córrego da Passagem e do rio da Prata.

Nova Era está situada num meandro encaixado do Piracicaba, que corta a cidade formando um grande S; neste meandro se lança o rio da Prata e perto dêste confluente está construída uma pequena capela, bem como um bairro que se prolonga, seguindo a estrada, antigamente muito importante, que vai para São Domingo do Prata.

A parte mais velha da cidade está construída com suas casas coloniais, algumas de dois andares, sôbre a margem esquerda do rio Piracicaba, onde se notam claramente dois terraços: o mais baixo é ocupado pela própria cidade e o mais alto assinalado pela igreja e algumas casas cercadas de árvores, acha-se coberto de culturas, provàvelmente para o abastecimento da cidade.

Sôbre a margem direita do rio da Prata, observam-se pequenos testemunhos rochosos destacados pela erosão, que se acham numa altitude semelhante à do segundo terraço, mais ou menos a 30 metros do rio, conforme foi calculado, após a travessia dêste; parece, pois tratar-se de um nível de erosão. Um outro nível de erosão atinge de 50 a 60 metros aproximadamente acima do rio. O meandro encaixado desenvolveu-se, assim, em vários estágios, traduzindo aprofundamentos sucessivos; o antigo meandro deixou também uma espécie de península, como testemunho, e a cidade também a ocupou.

Apesar do desenvolvimento de uma margem convexa com declive suave, o rio Piracicaba forma, a montante da cidade, pequenos rápidos. O último estágio de aprofundamento é marcado por um terraço aluvional de uns 10 metros mais ou menos, formado por seixos rolados que se estendem igualmente como um grande lençol entre o rio e êste terraço onde está construída a estação de estrada de ferro e onde se desenvolve um novo quarteirão da cidade. Esta abundância de seixos rolados é utilizada para a própria pavimentação da cidade como para a construção do leito da linha férrea.

Novamente aparece o algonquiano e como testemunho domina a paisagem a W o perfil de um *hog-back*.

Na margem esquerda do rio, um vale acima do atual, corresponde a um antigo nível de erosão.

Na cidade existe uma pequena indústria de chapéus de palha, utilizando as fôlhas da palmeira indaiá. Por outro lado, com os côcos da palmeira macaúba produz-se um óleo muito utilizado na região como alimento e combustível.

O histórico da atual Nova Era remonta, aproximadamente, aos primórdios do século XVIII, na época do desbravamento dos sertões mineiros pelos destemidos bandeirantes paulistas. Seu povoamento iniciou-se, portanto, a exemplo de outros núcleos, dessa zona em que a mineração representou desde logo poderoso atrativo. Até hoje perduram vestígios de remota mineração: montes de cascalho e seixos rolados e mesmo canais de captação de água, que aliás não puderam ser verificados pois ficam a alguns quilômetros de distância. A principal atividade era em tôrno do ouro, e só muito mais tarde estabeleceram-se pequenas e rudimentares fôrças para a explotação do ferro. Devido à grande riqueza dos aluviões, estabeleceram-se núcleos que se fixaram e cuidaram de desenvolver uma base agrícola; um dêsses núcleos foi exatamente doado a São José e em tôrno surgiu São José da Lagoa, assim chamada por causa de uma antiga lagoa que aí existia. Quando foi criada a paróquia de São Miguel de Piracicaba em 1750 já se erguia no antigo núcleo agrícola a igreja de São José da Lagoa, atualmente conservada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ainda hoje como reminiscência do passado áureo, encontra-se garimpeiros e faiscadores buscando ininterruptamente o precioso metal; utilizam meios precários e antiquados, mas mesmo assim, conseguem obter mensalmente cêrca de 4 quilos de ouro em todo o município.

Com a inauguração da Estrada de Ferro Vitória-Minas em 1932 e a estação da Central do Brasil em 1936 a cidade alcançou grande desenvolvimento; foi elevada a sede de município em 1938, com o nome de Presidente Vargas.

Numa visão de conjunto, a região atravessada corresponde a uma zona de contacto entre os afloramentos de quartzitos e xistos algonquianos e gnaisses e micaxistos atribuídos ao arqueano, zona essa que o rio Piracicaba e seus afluentes uniram através de suas águas. Esta unidade representa grande importância para o povoamento dessa região, pois oferece ao homem as riquezas minerais e ao mesmo tempo trechos de terra cultivável, como que garantindo uma base segura para um tipo de economia mineira. A própria linha do povoamento antigo segue os pedaços de terra que os rios, nos seus sucessivos escavamentos, deixaram à mostra ou construíram nos pequenos cones de dejeção, como nos trechos em que os terraços estão mais desenvolvidos, favorecendo uma cultura mais evoluída, como é o caso da fazenda da Passagem. Esta ocupação se faz sobretudo nos terraços que traduzem os últimos estágios de aprofundamento, a cêrca de 10 a 20 metros de altura; ao mesmo tempo estão perto da água e a salvo das enchentes.

A atual Nova Era, sítio de confluência, desde o século XVIII foi ponto de passagem para diversos locais da zona da mata. Os vales suaves, remanescentes dos antigos ciclos de erosão, abriram caminho para a penetração do sertão.

Hoje em dia, segue o vertiginoso desenvolvimento do vale do rio Doce, marcando na paisagem um verdadeiro traço de união entre Monlevade e Itabira; num espaço de tempo mínimo conquistou os trilhos da Minas-Vitória e da Central do Brasil, movimentando o minério de Itabira para o litoral e para o interior e o carvão vegetal de suas matas para Monlevade, através da moderna estrada de rodagem. Essa rodovia, aliás, foi construída com o auxílio da Belgo Mineira. Também com Presidente Vargas, antiga Itabira, se acha ligada por rodovia, por onde circulam caminhões indicando intensa atividade.

A própria cidade de Nova Era, depois do desenvolvimento que ganhou com as linhas férreas, possui comércio intenso, principalmente de produtos de lavoura e ainda indústria de chapéus de palha. Possui também um matadouro.

Pode-se dizer que ela é o fecho desta região de contacto, que apresenta características próprias da explotação do ferro ligada a uma economia agro-pastoril. A partir daí, já em plena zona dos gnaisses e micaxistos atribuídos ao arqueano, o tipo de economia baseia-se sobretudo na floresta do rio Doce, com suas preciosas madeiras de lei. Entretanto, os trilhos da ferrovia conduzem o minério até o litoral, animando o pôrto de Vitória e o desenvolvimento já planejado das linhas férreas formará quase que um cinturão de ferro até o parque industrial de Volta Redonda.

Abertos os debates pelo presidente, falou o Prof. José Veríssimo da Costa Pereira dizendo que, como auto-didata, estava envaidecido com os progressos feito pelos alunos do Prof. Ruellan, que acompanhara em tôdas as excursões. Fêz uma ressalva no entanto quanto aos 4 quilos de ouro obtidos mensalmente nos aluviões do Piracicaba; mas a Srta. Koiffman aparteou que lera êste dado num artigo de jornal e que se referia à produção de todo o município. Quanto à viagem de Monlevade a Nova Era, nada tem a acrescentar, pois tudo o que fôra visto foi perfeitamente traduzido. Conclui o Prof. Veríssimo ressaltando mais uma vez mestres eficientes como o Prof Ruellan e reclamando apoio e estímulo para os trabalhos de campo.

Solicitado pelo presidente do dia, falou o Sr. Odilon de Nogueira Matos, assistente da cadeira de História do Brasil da Faculdade de Filosofia de São Paulo; confirmou as palavras do Prof. Veríssimo e exprimiu a satisfação de ouvir geografia pura, apresentando ainda felicitações e votos pela continuidade das tertúlias.

O Prof. Lúcio de Castro Soares perguntou se a conservação das matas no tôpo das colinas era intencional ou foi uma conclusão que tiraram.

A Srta. Koiffman respondeu que fôra uma conclusão, pois não tiveram ocasião de fazer inquéritos a êsse respeito. Aparteou o Prof. Veríssimo que êste sistema obedece ao plano de reflorestamento da Belgo-Mineira e o exemplo talvez tenha sido seguido nessa zona um pouco mais afastada. A Prof.ª F. Koiffman replicou, porém, que estas matas no tôpo das colinas visavam proteger culturas que já ganhavam as encostas e por isso, a conclusão fôra tirada por comparação com outras zonas já percorridas; além disso, tôda esta região apresenta sinais de antigo devastamento praticado desde os índios.

A seguir, o Prof. Lúcio de Castro Soares usou do método comparativo para fazer uma observação: os que estudaram o município de Goiânia, verificaram que onde a mata fôra derrubada para estabelecimento de pastos aparecia a macaúba; daí concluíram que onde existia macaúba o pasto era artificial e isto poderia ser aplicado também na região descrita.

Falou, em seguida, o Prof. Francis Ruellan que se declarou emocionado pelas palavras do Prof. Veríssimo, que, por sua vez, sempre se mostrou companheiro e colaborador. Quanto aos progressos dos alunos o Prof. Veríssimo também é um dos grandes responsáveis, graças a seu devotamento ao trabalho da equipe de Geografia Humana, de que era chefe e de que era membro a Srta. Fanny Koiffmann. Louvou a exposição da Srta. Koiffmann e frisou a vantagem das excursões de pesquisas sem idéias preconcebidas, pois só assim se aprende a olhar geogràficamente no terreno; sempre receiou as leituras prévias pois estas transformam o produto das excursões em processos puramente didáticos. A necessidade de elaborar um relatório diário obrigava a observação de cada qual, que, assim, contribuiu para um relatório geral.

Deu uma explicação ampla e geral sôbre Nova Era. Disse que o rio Piracicaba está refazendo seu perfil; a fotografia panorâmica é de um interêsse excepcional, pois mostra claramente a explicação do meandro encaixado que tanto lembra uma paisagem das Ardennes. Trata-se de um meandro encaixado com vários níveis de erosão: primeiro, o nível do *hog-back*, depois 2 terraços rochosos e aluvionais que formam 3 níveis, até o rio atual.

O rio trabalha, formando um S duplo e seu alargamento devido à confluência do rio da Prata e ribeirão da Passagem está marcado por numerosos terraços

testemunhos. Nova Era se localiza sôbre um terraço de seixos rolados e a zona atual de desenvolvimento para jusante estende-se para a faixa, também de seixos rolados, marcada pela estação de estrada de ferro.

O antigo trajeto do rio está assinalado por margens côncavas escarpadas que o rio não segue mais, pois seus perfil modificou-se: depois de um estágio de equilíbrio, encurtou seu curso, escavou e se afastou das margens côncavas escarpadas que modelou; houve evolução inversa na formação dos meandros, devido ao recomêço da erosão vertical.

Isto trouxe conseqüências para a geografia humana; se tal não sucedesse, não haveria esta zona abandonada pelo rio, para onde tende o desenvolvimento atual da cidade, cercada de montanhas. A natureza proporcionou a Nova Era um ótimo sítio, dando margem ao desenvolvimento industrial e comercial.

Na França, muitos rios assim se desenvolveram; mas o estudo é aí diferente, por se tratar de uma região mais próxima ao mar e que sofreu um movimento positivo recente. Os meandros do Sena estão hoje parcialmente mascarados pelos avanços da maré até Rouen; de ambos os lados há terraços, os mais baixos ocupados pelas culturas das cidades e vilas e os mais altos pela florestas.

Tudo isto é muito importante para a continuação da excursão mais adiante; houve, assim, aprofundamento em vários ciclos, formação de meandros encaixados, e a seguir recomêço de escavamento e formação de rápidos.

Encerrando a sessão, o Prof. Lúcio de Castro Soares disse apoiar as palavras dos Profs. Veríssimo e Ruellan.

**A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.**

# Noticiário

## Capital Federal

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**Conselho Federal de Comércio Exterior**

INDUSTRIALIZAÇÃO DO QUARTZO NO BRASIL — O *Diário Oficial*, de 13 de julho último, publica a Resolução adotada na sessão de 12 de junho próximo passado, e aprovada pelo Sr. Presidente da República, atinente ao processo n.º 1 041, vol. 3 — "Industrialização do quartzo no Brasil" — regulando a sua exportação em bruto e adotando medidas visando o estímulo ao desenvolvimento, no país, da indústria de fabricação de cristais osciladores dêste minério.

ESTANDARTIZAÇÃO DO RUTILO — Foi adotada ainda, na sessão de 12 de junho e inserta no *Diário Oficial* acima, a Resolução do Conselho referente à estandardização do rutilo. A aludida Resolução, que foi aprovada pelo Sr. Presidente da República, estabelece que a Confederação Nacional da Indústria deve estudar e apresentar ao C.F.C.E. as bases para o estabelecimento no país, da indústria de alvaiade de titânio.

INSTALADA UMA COMISSÃO PARA ESTUDAR O PROBLEMA DA PROTEÇÃO DAS INDÚSTRIAS — Reuniu-se no dia 17 de julho próximo passado, pela primeira vez, a comissão que estudará uma recomendação a ser feita ao Sr. Getúlio Vargas, relativamente à ação dos trustes ou cartéis.

Surgiu a questão no Conselho Federal de Comércio Exterior, que resolveu estudar o problema da proteção das indústrias existentes no Brasil, matéria que aquela entidade considera da maior importância, principalmente na fase de industrialização por que passa o país.

O diretor geral do Conselho, Sr. Moreira da Silva, tendo entrado em entendimentos com os Departamentos e Ministérios competentes, organizou uma grande comissão da qual participam também representantes de grandes organizações industriais consideradas de interêsse nacional.

A reunião constou apenas da instalação da comissão, tendo os seus componentes trocado idéias gerais a respeito. Verificou-se de logo a impossibilidade de um estudo amplo da questão, geralmente considerada muito complexa, sem a base de um ante-projeto, pelo que foi designada uma sub-comissão, composta dos Srs. João de Lourenço, Horácio Lafer, João Daudt de Oliveira, Morvan Dias de Figueiredo e Aloísio Lima Campos, para apresentar o plano geral.

★

**Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica**

Realizou-se no dia 12 de julho último mais uma sessão do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, sob a presidência do Cel. Mário Pinto Peixoto da Cunha.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se ao expediente que constou de uma saudação do Sr. Macedo Soares ao novo membro, Sr. Junqueira Aires, na qual fêz, também o orador um histórico da legislação brasileira de águas e energia elétrica. Disse o Sr. Macedo Soares:

"A legislação brasileira sôbre as águas e energia elétrica, Sr. Junqueira Aires, não se fêz sem grande esfôrço e não menor trabalho. Desde mil novecentos e quatro, o Sr. Alfredo Valadão, sentindo bem o problema, dedicava ao mesmo seu lúcido espírito e grande senso jurídico. Procurava estabelecer no Brasil o velho direito romano, seguido pelo direito português, que, de certo modo, nosso primeiro império relegara ao abandono. Em mil novecentos e sete, mil novecentos e onze e mil novecentos e dezoito, várias comissões parlamentares tratavam do assunto, que apenas em mil novecentos e trinta e quadro pôde ser convertido em lei. Coube, assim, ao Sr. Valadão, já nessa época, ver realizado seu grande sonho de trinta anos passados. Constituiu-se, então o Código de Águas, segundo a imagem do direito francês, do direito continental europeu, esclarecido em muitos pontos, pelo direito americano. Já nesse Código, para a constituição do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, se previa a possibilidade de fazerem parte homens estranhos à administração, conhecedores da matéria, emprestando, portanto, ao mesmo o concurso de elementos não ligados exclusivamente ao Govêrno na citada questão, e, acima de tudo, agindo pela sua independência, mas com serenidade, em um setor em que naturalmente se apresentariam dissídios mútuos por interêsses variados e contraditórios. O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, desde seu início, procurou seguir a imagem do Sr. ministro Osvaldo Aranha: ser um órgão de jurisdição suprema, mas, de meditação e conciliação em matéria de energia elétrica.

O primeiro assunto que teve de encarar com êsse espírito foi a questão da tributação, em que o fisco, sentindo a facilidade com que poderia taxar a energia elétrica, exagerava freqüentemente sua finalidade e ameaçava, com sua única ação, multiplicar por muitas vêzes o preço dessa energia. Além disso, sentindo o Conselho que a sorte das emprêsas posteriores ao Código de Águas, que distribuía com eqüidade direitos e obrigações às mesmas, uma vez que essa sorte estava bem definida no Código, dedicou-se sobretudo ao estudo da legislação anterior ao mesmo Código, procurando tornar aplicável êsse diploma às emprêsas preexistentes a mil novecentos e trinta e quatro. Nessa grande luta, o Conselho pôde serenar o ambiente brasileiro tranqüilizando as emprêsas, sobretudo, estrangeiras, quanto à sorte futura, impedindo que o Brasil paralisasse seu desenvolvimento no setor de operação. Inúmeras leis foram propostas ao Sr. Presidente da República prevendo a cooperação das emprêsas preexistentes, no desenvolvimento nacional, levando em conta, em grande parte, o estímulo do concurso das emprêsas estrangeiras, sobretudo os da Brazilian Traction e Bond and Share. A ação do Conselho, nesse ponto, não está evidentemente completa, mas já sente o quanto fêz de prático

e positivo com a recente adesão da Bond and Share ao Código de Águas no caso de Petrópolis, pleiteando não só nova concessão com o concurso de capitais estrangeiros, mas ainda sua submissão plena à legislação brasileira, inclusive quanto à moeda nacional. Dos membros primitivos do Conselho, o Sr. Roberto Marinho, professor da Escola Politécnica, teve de deixá-lo. Outras atividades, nesse mesmo setor, o chamavam; continua êle, assim, de modo prático, realizando o que o Conselho sempre procurou fazer por intermédio de nossa legislação. O Sr. Pires do Rio, também neste momento, após ter procurado, durante dois anos, colaborar diretamente com o Plenário, teve que afastar-se do Conselho, deixando como seu substituto, por proposta feita ao Sr. Presidente da República o Sr. Junqueira Aires. O Conselho conhece de sobra quanto sua atividade tem sido útil ao Brasil. Em inúmeros setores, nosso ilustre colega tem prestado serviço sem par, colaborando acima de tudo, com um desprendimento completo de sua pessoa, em prol exclusivamente das missões que lhe foram confiadas.

Como presidente da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais e Municipais, sua atividade sempre caracterizou-se no sentido em que o Conselho tem procurado agir — estima ao Brasil, dedicação ao serviço público, grande espírito de serenidade, portanto, grande tolerância. O Conselho sabe que, embora o problema de águas e energia elétrica seja nacional se reflete sobretudo na esfera municipal, e, nesse ponto, não podia desejar maior autoridade que o Sr. Junqueira Aires, presidente que é da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais e Municipais. É pois Vossa Excelência recebido com grande alegria, porque, como seu membro, lhe será grandemente útil, pois trará, a par de seu espírito exemplar de dedicação às causas nacionais e de grande tolerância, a experiência, que lhe será de real valor. Desejamos apenas ao Conselho muita felicidade, porque da colaboração do Sr. Junqueira Aires estamos certos, graças ao seu grande passado dedicado ao Brasil".

O Sr. Junqueira Aires agradeceu as palavras proferidas pelo Sr. Macedo Soares.

Na ordem do dia foram distribuídos vários processos.

★

**Coordenação da Mobilização Econômica**

LIQÜIDAÇÃO DE ESTOQUES DE TANTALITA, BERILO E MINÉRIOS DE TUNGSTÊNIO — O Sr. coordenador da Mobilização Econômica, pela Portaria n.º 248, de 31 de julho último encarregou o Sr. diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, a fazer o levantamento dos estoques de tantalita, berilo e minérios de tungstênio, acumulados nas diversas praças do país, e a promover entendimentos entre exportadores e importadores para a liquidação dos mesmos estoques, nas condições de preços e de vinculação de minerais, que entre êles fôr acordada.

NOMEADO NOVO COORDENADOR — Por decretos de 3 do corrente mês, o Sr. Presidente da República concedeu dispensa ao Sr. João Alberto Lins de Barros, ocupante do cargo da classe N, da carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, da função de coordenador da Mobilização Econômica, nomeando para substituí-lo o coronel Anápio Gomes, sem prejuízo de suas funções militares.

★

**Fundação Brasil-Central**

Pagamento do Impôsto do sêlo

Relativamente ao processo de isenção do impôsto de sêlo da Fundação Brasil Central, o diretor da Secção de Preparo da Arrecadação, da Coletoria do Distrito Federal, baixou o seguinte despacho:

"1.º O Tabelião do 9.º ofício, Djalma da Fonseca Hermes, para efeito do art. 66, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 4 655 de 3 de setembro de 1942, comunica, que no dia 24 de abril do corrente ano, foi lavrada em seu cartório a escritura de instituição da Fundação Brasil Central, com o objetivo de desbravar e colonizar as regiões do Brasil Central e Ocidental notadamente as dos rios Araguaia e Xingu. Essa fundação foi instituída em virtude do Decreto governamental n.º 5 878, de 4 de outubro de 1943, cujo art. 5.º lhe atribui e reconhece os privilégios atinentes às instituições de utilidade pública *e aquêles que em matéria de comunicações, transportes e sêlo assistem às autarquias federais.* Tendo sido o instrumento isento do sêlo requer seja tomado conhecimento do assunto.

2.º São autarquias as entidades delegadas dos Estados para execução de certo serviço público, a bem da sua organização. "Entiéndede por entidad autárquica, toda persona jurídica pública que dentro de los límites del derecho objetivo y teniendo capacidad para administrarse a si misma, es considerada respecto del Estado como uno de sus órganos, porque el fin que ela (la entidad), se propone es la realización de sus próprios intereses, que son también intereses del Estado mismo". (Rafael Bielsa — *Derecho Administrativo* — Buenos Aires, 1938 — pág. 275, Tomo II).

3.º A mais recente disposição legal sôbre o assunto, Decreto-lei n.º 6 016. de 22 de novembro de 1943, fixou de forma clara o que se deve entender por entidade autárquica, definindo como autarquia o serviço estatal descentralizado com personalidade de direito público explícita ou implìcitamente reconhecida por lei.

4.º O § 2.º, do art. 52, do atual Regulamento do Sêlo, Decreto-lei n.º 4 655, de 3 de setembro de 1942, dispõe:

> "Ficam em vigor as isenções previstas em lei especial referente a entidades autárquicas, institutos ou caixas de aposentadoria e pensões, caixas de construção de casas e associações de beneficência ou assistência ainda que revogadas pelo Decreto-lei n.º 4 274, de 17-4-42".

5.º O Decreto-lei n.º 6 016, de 22-11-43, pré-citado, não revogou a disposição da lei do sêlo transcrita (§ 2.º do art. 52) e esta só reconhece isenção daquele tributo às autarquias, quando concedida por lei especial. Portanto, não basta que se cogite de uma autarquia, para gozar da isenção do impôsto do sêlo, mas é preciso que, além de autarquia, tenha a isenção do sêlo assegurada por lei especial.

6.º À Fundação Brasil Central só foram concedidas as isenções que assistem, em geral, às autarquias, enquanto que, como se viu, em matéria de impôsto do sêlo, só é reconhecida a que tiver sido concedida à autarquia em particular, por lei especial.

7.º Nessa conformidade, intimem-se os responsáveis a recolher o impôsto do sêlo devido na escritura em referência na importância de Cr$ 2 892,00, *ex-vi* do art. 110 da Tabela do Decreto-lei n.º 4 655, de 3-9-42.

R.D.F., em 10 de julho de 1944. — *P. Ranieri Mazzilli,* Diretor".

EXPEDIÇÃO XINGU-RONCADOR — O tenente-coronel Flaviano Matos Vanique, chefe da Expedição Xingu-Roncador, concedeu à imprensa de Pôrto Alegre, por ocasião da sua curta permanência naquela capital, uma entrevista abordando os trabalhos já realizados por aquela Expedição.

São as seguintes as declarações do Ten. Cel. Vanique:

"A Expedição atravessou há bem pouco tempo, depois de um estacionamento necessário, o rio das Mortes, implantando do outro lado, um acampamento, que está sendo agora ampliado e consolidado. Avançamos abrindo picadas em plena selva, donde iniciaremos, depois de convientemente reabastecidos, o avanço sôbre o rio Kuluene.

Como na travessia do rio das Mortes, entramos depois de deixarmos à margem uma aldeia em pleno território dos Chavantes, que recuaram logo que reiniciamos a marcha, mais para o interior. À medida que recuavam iam queimando as matas e os campos, pois não costumam avançar senão em terreno mais ou menos descoberto. Entretanto, estão êles agora voltando para a margem, às proximidades do acampamento. Estamos. como se vê, em meio dos índios, que passaram agora a rondar dia e noite o nosso acampamento. Mas até o momento não nos molestaram, não tentaram nenhum ataque, nem mesmo contra os muares.

O trabalho da abertura de picadas será feito na outra margem, devendo, logo que regresse, dentro de um mês, ser iniciada a construção de estradas no caminho desbravado.

Da foz do Garças até o rio das Mortes o trabalho de construção de estradas está sendo ativado, dando já para o tráfego de caminhões. uma extensão superior a cem quilômetros."

Adiantou o Cel. Vanique, que é pensamento da Fundação Brasil Central iniciar no Marco 2, entre os rios das Garças e das Mortes a construção de uma cidade, cujos trabalhos serão iniciados num futuro bem próximo, sendo desde o início levantadas as casas de material. Já foi construído nesse ponto, um campo de pouso, com uma extensão de 1 250 metros.

TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E FLUVIAIS NO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL — Pelo Decreto-lei n.º 6 770, de 5 do corrente mês, foi aberto à Coordenação da Mobilização Econômica o crédito especial de 4 milhões de cruzeiros, para atender às despesas da Fundação Brasil Central, com o estabelecimento e melhoramento de transportes rodoviários e fluviais no Planalto Central do Brasil.

## INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

VISITA DO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, ÀS CIDADES PAULISTAS DE TAQUARITINGA, CATANDUVA, SANTA ADÉLIA, PINDORAMA E ARARAQUARA — Para assistir às comemorações do cinqüentenário da criação do município de Rio Prêto, partiu da capital de São Paulo no dia 17 de julho último, uma comitiva chefiada pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras, que viajou em companhia dos Srs. Prof. Clementino Fraga, Manuel Bandeira, ambos da Academia Brasileira de Letras; contra-almirante Jorge Dodsworth Martins, diretor geral do Serviço de Navegação da Armada brasileira, Srs. José Maria Whitaker e Erasmo Assunção, diretores do Banco Comercial do Estado de São Paulo; Prof. Jorge Americano, reitor da Universidade de São Paulo; Sr. Inocêncio Calmon, procurador da República em São Paulo; Sr. Paulo Costa, presidente do Tribunal do Júri; Sr. Lourival Santos, prefeito sanitário de Campos do Jordão; Sr. Ulisses de Lemos Tôrres, livre-docente da Escola Paulista de Medicina; Clóvis Soares de Camargo, diretor da Cia. Paulista de E. F.; Oliveira Ribeiro Neto, da Academia Paulista de Letras; Sr. Joaquim Sales, advogado do Banco Comercial; Sr. Ulisses Silveira Guimarães, do Conselho Administrativo do Estado; W. Cid Valério.

A caravana, que viajou em trem especial, chegou a Taquaritinga, seguindo logo para a Escola Normal, na praça 9 de Julho, estando formados em alas, o Tiro de Guerra local, alunos da Escola Normal, do Ginásio e dos grupos escolares.

Na Escola Normal deu-se, então, a sessão solene de inauguração de um medalhão em bronze contendo a efígie do homenageado, trabalho do escultor paulista Luís Morrone. Dada a presidência ao embaixador Macedo Soares, êste fêz a apresentação da comitiva e passou-a ao Prof. Jorge Americano. Saudou o homenageado e comitiva, o Sr. Horácio Ramalho, inspetor federal do Ginásio e Escola Normal, em nome de cuja direção falou. Seguiu-se-lhe com a palavra o professorando José Jorge, em nome do corpo discente. Falou ainda a Prof.ª Oraide Boldrini, da Escola de Aplicação da Escola Normal e que entregou um relatório dos serviços do Centro de Puericultura, solicitando-lhe algum amparo.

Falou, a seguir, o Prof. Jorge Americano, cujo discurso foi muito aplaudido.

Por fim, falou o homenageado, agradecendo as manifestações.

Em seguida, realizou-se a entronização da imagem de Jesus Crucificado no 1.º grupo escolar da localidade, onde foi preparada festiva recepção ao embaixador Macedo Soares e comitiva. por parte do diretor, professôres e alunos. Falaram o padre Clemente Baltus, da Ordem SS. CC. da Holanda e o embaixador Macedo Soares, que fêz entrega do crucifixo ao Sr. José Maria Whitaker, solicitando-lhe que o entronizasse.

Depois, a comitiva estêve em visita à Igreja Matriz — a nova, em construção, e à Santa Casa de Misericórdia e à agência do Banco Comercial, onde lhe foi oferecida, pelo gerente, uma taça de champanha.

Antes de deixar Taquaritinga, a comitiva estêve na Fazenda Contendas, de propriedade do Sr. Luís Oliveira de Barros.

Deixando Taquaritinga rumo a Rio Prêto, o embaixador Macedo Soares e comitiva detiveram-se ràpidamente em Santa Adélia e Pindorama.

Em Santa Adélia a comitiva foi recebida pelos Srs. Daniel de Carvalho, prefeito; José Campanela, delegado de polícia; Otávio Mendes Cajado, Valdemar Paulo Pastore, Antônio Valentini, padre Vítor Jesus Herrero, Vigário da igreja matriz; advogados, jornalistas, comerciantes, serventuários da Justiça etc. Foram visitadas a agência do Banco Comercial e a igreja.

Em Pindorama, o prefeito Jorge Miguel Attab e outras autoridades, dispensaram cativante recepção à comitiva.

De regresso de Rio Prêto, a caravana detevese em Catanduva, onde aguardavam sua chegada os Srs. Sílvio Sales, prefeito municipal; Sr. Itagiba Pôrto, juiz de Direito; Sr. Mário de Melo Freire, promotor público; Sr. Máximo de Castro Rebêlo, delegado de polícia; Prof. Carlos Correia Mascaro, diretor do Ginásio e

Escola Normal, além de outras autoridades; monsenhor Albino Silva, vigário geral; Sr. Pedro Alem, diretor do Ginásio; Antônio Stocco, presidente da Associação Comercial; Sr. Renato Bueno Neto e prefeitos de cidades vizinhas.

Houve um grande desfile em homenagem ao ilustre visitante, sendo instalado um palanque numa praça pública.

A comitiva dirigiu-se, em seguida, a pé, para o centro da cidade, por entre alas de alunos do Ginásio do Estado, Tiro de Guerra, Ginásio de Catanduva, Clube Pan-Americano, Faculdade de Comércio, Escola Profissional e Colégio Nossa Senhora do Carmo e dos três grupos escolares. Em nome da cidade, saudou o embaixador Macedo Soares e comitiva o Sr. Crescêncio Ferreira Lima. Respondeu, agradecendo, o Sr. Ulisses Guimarães.

Após uma rápida visita à agência do Banco Comtrcial e à Igreja Matriz, a comitiva dirigiu-se à Escola Normal, onde teve festiva e carinhosa recepção por parte do diretor, professôres e alunos. No salão nobre, falou o Prof. Correia Mascaro, diretor do estabelecimento, que convidou o embaixador Macedo Soares a presidir a sessão tendo êste convidado, a seu turno, para o mesmo fim, o Sr. Roberto Moreira, que se encorporou à caravana na sua viagem de retôrno a São Paulo. O orfeão, sob a direção do Prof. Anísio Borges, executou esplêndido programa de cantos. Falaram os Srs. Roberto Moreira, Prof. José Favorino Rangel, Prof. Raimundo Rodrigues Martins, Oliveira Ribeiro Neto, estudante Luís Soares de Melo Júnior e o Prof. Clementino Fraga.

Houve, depois, uma visita à Casa da Criança, dirigida por D. Senhorinha Neto, diretora da Ação Católica.

Dali a comitiva dirigiu-se ao prédio da Associação Comercial, onde está instalada a Biblioteca Pública Municipal "Embaixador Macedo Soares", inaugurada nessa ocasião. O embaixador Macedo Soares, recebendo a presidência, transferiu-a ao escritor Manuel Bandeira. Falou, saudando o homenageado o Sr. Joaquim Neves. O Sr. Lourival Santos respondeu em nome do patrono da biblioteca, agradecendo as homenagens. Fez-se ouvir, ainda, o Sr. Ítalo Zacaro, que apresentou à comitiva os cumprimentos da Associação Comercial.

Num amplo salão, foi servido em seguida um lanche. Falaram aí, os Srs. Cristóvão Fernandes, Oliveira Ribeiro Neto, Manuel Bandeira e Sra. D. Dulce Fernandes.

Em Araraquara, a convite das autoridades e povo, a caravana "Macedo Soares" deteve-se novamente, desta vez para visitar o Departamento de Educação Física Municipal e a Prefeitura.

Na estação, aguardavam os visitantes os alunos dos Colégios Estadual e Progresso, Ginásio São Bento, Escola Profissional, Escola de Comércio e de Farmácia, Liceu Araraquara, grupos escolares com seus diretores e professôres etc.

A comitiva foi recebida, entre outras pessoas, pelos Srs. Camilo Gavião de Sousa Neves, prefeito; Sr. José Luís Ribeiro de Sousa, juiz de Direito; Sr. Guedes Tavares, delegado regional de polícia; Sr. Jader Lessa César, diretor da E.F.A., representantes da Associação Comercial e Industrial e jornalistas.

No Departamento Municipal de Educação Física a comitiva foi recebida pelo seu diretor, Prof. Cid Ferrão, realizando-se logo a seguir demonstrações de ginástica pelos alunos. Saudou o embaixador Macedo Soares a senhorita Dulce Davi, que entregou a S. Excia. uma flâmula do Curso de Ginástica Feminina.

A seguir, foi visitada a Prefeitura, onde o juiz de Direito da comarca saudou a comitiva, tendo respondido, agradecendo, o Sr. Paulo Costa, presidente do Tribunal do Júri de São Paulo.

Por fim, antes do embarque para São Paulo, a comitiva foi recebida no Clube Araraquarense, onde lhe serviram um café.

A caravana chegou no dia 21 à capital paulista.

QUOTA DE ESTATÍSTICA DESTINADA À CAIXA NACIONAL DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL — O Sr. Presidente da República, na pasta da Justiça, assinou, no dia 24 de julho, último, o Decreto-lei n.º 6 730, dispondo sôbre a quota do impôsto de diversões públicas destinada à Caixa Nacional de Estatística Nacional. A "quota de estatística" constitui um acréscimo ao impôsto coletado pela Prefeitura do Distrito Federal sôbre o valor (10% do preço) dos bilhetes de ingresso em casas de diversões de qualquer gênero, ou em locais onde se realizem espetáculos ou exibições accessíveis ao público por meio de entradas pagas.

A CRIAÇÃO DA "QUOTA DE ESTATÍSTICA" — Foi criada em julho último, a "quota de estatística", tributo de valor igual ao do impôsto sôbre diversões e que será cobrada igualmente sôbre os ingressos vendidos nos cinemas e casas de espetáculo em geral.

Destinando-se a arrecadação da nova taxa a uma Caixa Nacional administrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os representantes da imprensa desta capital ouviram a respeito o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente dêsse órgão, que esclareceu as origens e o alcance da medida a entrar em vigor não só nesta capital como em todo o país.

"Em oito anos de existência, sob regime de conveniente coordenação e tècnicamente orientada — declarou o presidente do I.B.G.E. — a estatística geral brasileira não conseguiu suprir suas deficiências, em virtude da incapacidade, por vêzes total, dos órgãos coletores das informações nas fontes primárias, ou seja, da rêde das Agências Municipais de Estatística. Por igual motivo, têm sido muito precários todos os estudos relativos tanto à mobilização econômica como à mobilização militar. Impunha-se, por conseguinte, a necessidade de, através de providências vigorosas, proceder-se à adaptação da estatística civil às exigências da segurança nacional, em seus vários aspectos, assegurando-lhe, ao mesmo tempo, em caráter permanente, os elementos essenciais de racionalização, exatidão, veracidade e atualidade que não pôde apresentar até agora, em virtude das lamentáveis deficiências, que ainda acusa, na sua organização municipal.

Dois recursos foram tentados, com aquêle objetivo: I — a criação da Secção de Estatística Militar em cada Departamento Regional de Estatística, supervisionadas pelos representantes dos Estados Maiores nas diferentes Juntas Regionais de Estatística; II — a nacionalização das Agências Municipais, por meio de acordos inter-administrativos, a fim de obter-se um rendimento adequado das referidas Secções.

O êxito da primeira providência — conforme foi amplamente demonstrado em mais de uma oportunidade — estaria necessàriamente condicionado à efetivação da segunda daquelas medidas, uma vez que, continuando os agentes municipais de estatística a ser nomeados pelos prefeitos, a perceber vencimentos insuficientes e desestimuladores, e permanecendo as Agências sob a direção administrativa de cêrca de mil e seiscentos governos locais, "nenhum proveito prático, resultado algum se colheria do grande secrifício financeiro pedido à Nação, a qual teria de continuar, como até agora, com uma pés-

sima e atrasada estatística geral, privada de dados para um plano de mobilização e sem matéria prima digna de fé e suficiente para os trabalhos e as responsabilidades que se atribuíram às Secções de Estatística Militar".

— Foi, pois, a necessidade de prover dos mais amplos e minuciosos dados, sôbre variados aspectos da vida nacional, os Estados Maiores das Fôrças Armadas — a cujo pedido, aliás, haviam sido criadas as Secções de Estatística Militar — tornando possível, por outro lado, o fornecimento de contribuições estatísticas dignas de fé a todos os Órgãos da administração civil, que levou o Govêrno Federal, segundo os planos dos mesmos Estados Maiores, em colaboração com o Instituto, a promover a solução do problema dos serviços de estatísticas municipais.

A fórmula encontrada e contida no Decreto-lei n.º 181, de 16 de março de 1942, inspirando-se no próprio regime de cooperação inter-governamental em que se baseia a execução dos serviços estatísticos e geográficos no país, desde a Convenção Nacional de Estatística de 1936, consubstanciou-se nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, pelos quais as Municipalidades de todos os Estados e do Território do Acre, com a solidariedade expressa dos Governos das Unidades Políticas, transferiram ao Instituto, como entidade que representa conjuntamente o Município, o Estado e a União, a administração dos respectivos órgãos locais de estatística, de acôrdo com as normas especiais convencionadas.

O financiamento dêsse plano, em âmbito nacional, ficou apenas na dependência de um pequeno sacrifício das classes e grupos demográficos mais favorecidos da fortuna, e, ao mesmo tempo, melhor beneficiados — habitantes, que são, dos grandes centros urbanos — pelo confôrto da civilização e pela assistência social e econômica dos governos, como é principalmente o caso da população do Distrito Federal.

Assim, o art. 9.º, do Decreto-lei n.º 4 181, criando a Caixa Nacional de Estatística Municipal com os recursos de uma pequena taxa (ou sôbre-taxa) sôbre o valor das entradas em casas de diversões, como contribuição altamente patriótica, equitativa e justa, de todos os brasileiros que se podem proporcionar livertimentos, destinou-se especificamente ao custeio de dois importantes objetivos, a saber: *a*) os serviços estatísticos nacionais de caráter municipal; *b*) os registros, pesquisas e realizações necessárias à segurança nacional e relacionados com as atividades do Instituto, isto é, que digam respeito ao exato e conveniente conhecimento das condições de vida e de trabalho do povo brasileiro.

— Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que, obtido o pequeno sacrifício previsto, e cujo fim e caráter de generalidade lhe constituem a melhor justificativa, o êxito do plano do Estado Maior do Exército estará assegurado, dando aos Ministérios Militares a rêde das agências de arrolamento e informações de que carecem, e garantindo, bem assim, a todos os municípios, um eficiente órgão de estatística a serviço, simultâneamente, do seu próprio govêrno e das esferas governativas superiores. E isto sem onerar as populações rurais, nem também aquelas populações citadinas — que são as de mais de metade das "cidades" brasileiras — reconhecidamente pobres, cujo grau de assistência, gerando o mais baixo teor de vida, está bem expresso no fato de não possuírem diversões públicas, ou quando as possuem, de não poderem aproveitá-las senão mui parcimoniosamente, devido à penúria de sua situação social e econômica.

Quanto ao Distrito Federal, a Lei n.º 4 181 havia previsto, em princípio, que essa unidade da Federação participasse dos Convênios em forma especial, mas do exame posterior e mais detido da matéria, inclusive em entendimentos verificados entre as autoridades militares e a Prefeitura, resultou preferir-se assegurar a participação da metrópole em ato emanado do próprio Govêrno Federal, tendo ficado prevista, no decreto-lei de ratificação dos Convênios assinados, uma lei especial regulamentando aquela participação.

O decreto-lei agora baixado é, pois, a lei especial esperada e que afinal estende à parte da população carioca que freqüenta casas de diversões um pequeno ônus já aceito pela parte em situação idêntica da população de tôdas as cidades brasileiras, segundo as convenções firmadas, ônus êsse destinado a prover uma das necessidades básicas da organização nacional, no interêsse de nossa própria segurança.

★

**Comissão Censitária Nacional**

APRECIAÇÃO DOS TRABALHOS REFERENTES AO RECENSEAMENTO DE 1940 — O Prof. José Carneiro Filipe, presidente da Comissão Censitária Nacional, concedeu à imprensa desta capital, em julho último, uma entrevista na qual fêz uma apreciação dos trabalhos referentes ao Recenseamento de 1940.

Disse o Prof. Carneiro Filipe que as apurações do Recenseamento de 1940 estão pràticamente concluídas, salvo no que depende da aparelhagem mecânica. O inquérito postal-telegráfico, o censo das indústrias, o comercial e o dos serviços poderão ter os seus resultados divulgados, brevemente, logo que os quadros de apresentação final sofram as últimas verificações, necessárias para que possam ser considerados definitivos e encaminhados ao prelo.

Prosseguindo, declarou que as apurações dos censos demográfico e agrícola, exigindo o emprêgo das máquinas Hollerith, ressentiram-se das condições anormais decorrentes da guerra, tais como a crise dos transportes e outras perturbações de que resultou a demora do material encomendado no estrangeiro.

— O que não dependia de máquinas já foi terminado nos prazos previstos. Falta, apenas, concluir a fase de apuração mecânica e a conseqüente tabulação de resultados. Medidas de emergência, como o aumento do pessoal, revezado em turmas sucessivas para melhor aproveitamento das máquinas disponíveis, atenuaram os efeitos daqueles embaraços e, apesar dos transtornos aludidos, penso que se pode prever o término até o fim do corrente ano, da apuração dos censos demográfico e agrícola Assim, deverão estar terminados, êste ano, os trabalhos do censo de 1940, exceto, naturalmente, as tarefas complementares para a publicação dos resultados.

Disse ainda o Prof. Carneiro Filipe que a necessidade de atender a certos problemas urgentes, relacionados com a entrada do Brasil na Guerra, determinou o recurso às apurações provisórias, baseadas nas informações constantes das cadernetas dos agentes recenseadores e das fôlhas de contrôle dos serviços por êles executados. E, continuando:

— Pôde-se, por êsse meio, organizar uma sinopse contendo dados preliminares sôbre a população do Brasil, discriminada pelas unidades da Federação e pelos municípios e preparar uma série de tabelas em que os habitantes e os prédios recenseados em 1940 aparecem distribuídos por Estados, municípios e distritos, segundo os quadros urbano, suburbano e rural. Os resultados definitivos do recenseamento serão os obtidos à vista dos próprios instrumentos de coleta, cuja apuração se torna com-

plexa em virtude do grande número de fatos atingidos pela devassa censitária, passíveis de variadas combinações que lhes multiplicam o valor e a significação.

Referiu-se depois às apurações dos Boletins de Família, os quais já apresentam interessantes revelações sôbre a demografia brasileira, como o demonstram as análises a que está procedendo o gabinete técnico do S.N.R., sob a esclarecida orientação do Prof. Giorgio Mortara.

— Em mais de centena e meia de boletins de crítica e comentário, vem apresentando aquêle gabinete os resultados de exaustivos estudos realizados em tôrno de aspectos, muitos dos quais absolutamente inéditos, que os números coligidos em nosso último recenseamento oferecem à meditação dos nossos estadistas e sociólogos. É grato assinalar que as análises a que aludi comprovam a idoneidade do material coletado no nosso Censo Demográfico, o que, por outro lado, significa que não errou a C.C.N., ao incluir no programa das indagações numerosos fatos que os anteriores balanços de população deixaram de inquirir. Assim, por exemplo, no que concerne ao estudo dos habitantes do país, segundo o característico da côr, as apurações até agora levadas a efeito pelo S.N.R. permitem concluir pela inexistência, no Brasil, do problema racial, que poderia ter surgido da importação do braço africano, nas primeiras fases de formação da nacionalidade. O confronto entre os censos de 1872 e de 1940 revela, como era de esperar, no Paraná, um grande progresso de população branca, expresso nas relações de 55% e 87%, em oposição ao decréscimo da população negra, que baixou de 10% para 5%. Por outro lado, no Rio Grande do Norte, onde a influência de imigração estrangeira é, pràticamente desprezível, a representação de brancos e negros, na população local, quase não variou, como se vê cotejando as taxas de 44% e 13%, em 1872 e de 43% e 13%, em 1940, isto é, 68 anos após a realização do primeiro censo geral do Brasil e do Império.

— Os recenseamentos passados indagaram, como o de 1940, sôbre a nacionalidade e naturalidade dos habitantes do país. O de 1890 inquirira mais, quanto aos estrangeiros, a data da chegada ao Brasil. O nosso último censo demográfico, tendo em vista uma melhor documentação para os estudos relacionados com a política imigratória, incluiu entre os quesitos do Boletim de Família os referentes à data em que os estrangeiros e brasileiros naturalizados fixaram residência no Brasil, à naturalidade dos pais dos recenseandos, à circunstância de falarem êstes, ou não, correntemente, o português, e à língua falada no lar. Das respostas a êste último quesito resultaram revelações curiosas quanto à situação dos brasileiros natos de procedência aborígene, grande número dos quais — 14 529 em Mato Grosso e 2 415, no Paraná — usam o guaraní nas suas conversações domésticas.

Disse o Prof. Carneiro Filipe que não devemos agitar suposições sôbre questões raciais. Mas acrescenta ser imperioso dever dos brasileiros conhecer até que ponto os estrangeiros no Brasil se deixam assimilar. Para um juízo seguro, o melhor meio é o relativo à apuração da língua falada no lar e esta veio revelar que, nas regiões onde há maior imigração, certos grupos étnicos dificilmente se integram na nacionalidade, como os alemães, austríacos, mesmo os poloneses e, principalmente, os nipões. Entre êstes últimos, há brasileiros natos que ainda falam, no lar, a língua japonêsa.

— Os recenseamentos gerais da população que precederam o de 1940, apenas apuraram o grau de instrução. A última operação censitária ampliou a órbita das indagações relacionadas com a cultura do povo, formulando vários quesitos, cujo estudo esclarecerá os educacionistas que procuram encontrar as diretrizes para uma campanha eficaz contra o analfabetismo. Os resultados do recenseamento de 1940, pelo que já está sendo apurado, não justificam otimismos excessivos, quanto à obra realizada pela escola brasileira e oferecem aos debates que em tôrno dêsse problema se vêm realizando nos nossos meios culturais, excelentes elementos para o estudo objetivo da realidade nacional. O decréscimo do analfabetismo no Brasil não está se operando segundo o ritmo desejável, conforme demonstrarão, oportunamente, os algarismos censitários, logo que possam ser divulgados para todo o país.

Focalizou então, o Prof. Carneiro Filipe, alguns aspectos relacionados com a saúde do povo, através dos algarismos proporcionados pelo censo. Disse, por exemplo, que enquanto os óbitos por tuberculose do aparelho respiratório foram, em 1936, de 55,7, nos EE. UU.; de 69,2, na Inglaterra e Gales; de 122,6 em França, por cem mil habitantes, verificou-se, no período de um ano, só no Distrito Federal, 325,5 mortes.

— O que vale ao Brasil — acrescenta S. S. — é o elevado coeficiente de natalidade do povo, em sua média, apenas excedido pelo da Ucrânia, no ano de 1938, segundo as comparações internacionais. Esta prolificidade poderia dar maior crescimento à população, não fôra o elevado grau de mortalidade, entre nós, sobretudo o da mortalidade infantil. Creio que a falta de instrução do povo é o que influi, poderosamente, para os altos índices da letalidade no Brasil, influindo mais para a salubridade dos núcleos de aglomeração humana.

E conclunido sua momentosa entrevista que abre novas esperanças para os que esperam se valer dos resultados do censo, afim de encetar novas campanhas, o Prof. Carneiro Filipe acrescentou:

— Como compensação e para não terminarmos esta palestra com uma nota sombria, adiantarei algumas cifras menos desanimadoras, quanto à capital do país que, no comêço da República, contava, na população de 7 e mais anos de idade, cêrca de 40% de analfabetos relação que baixou em 1920 a menos de 28% e não chega a 20% em 1940.

★

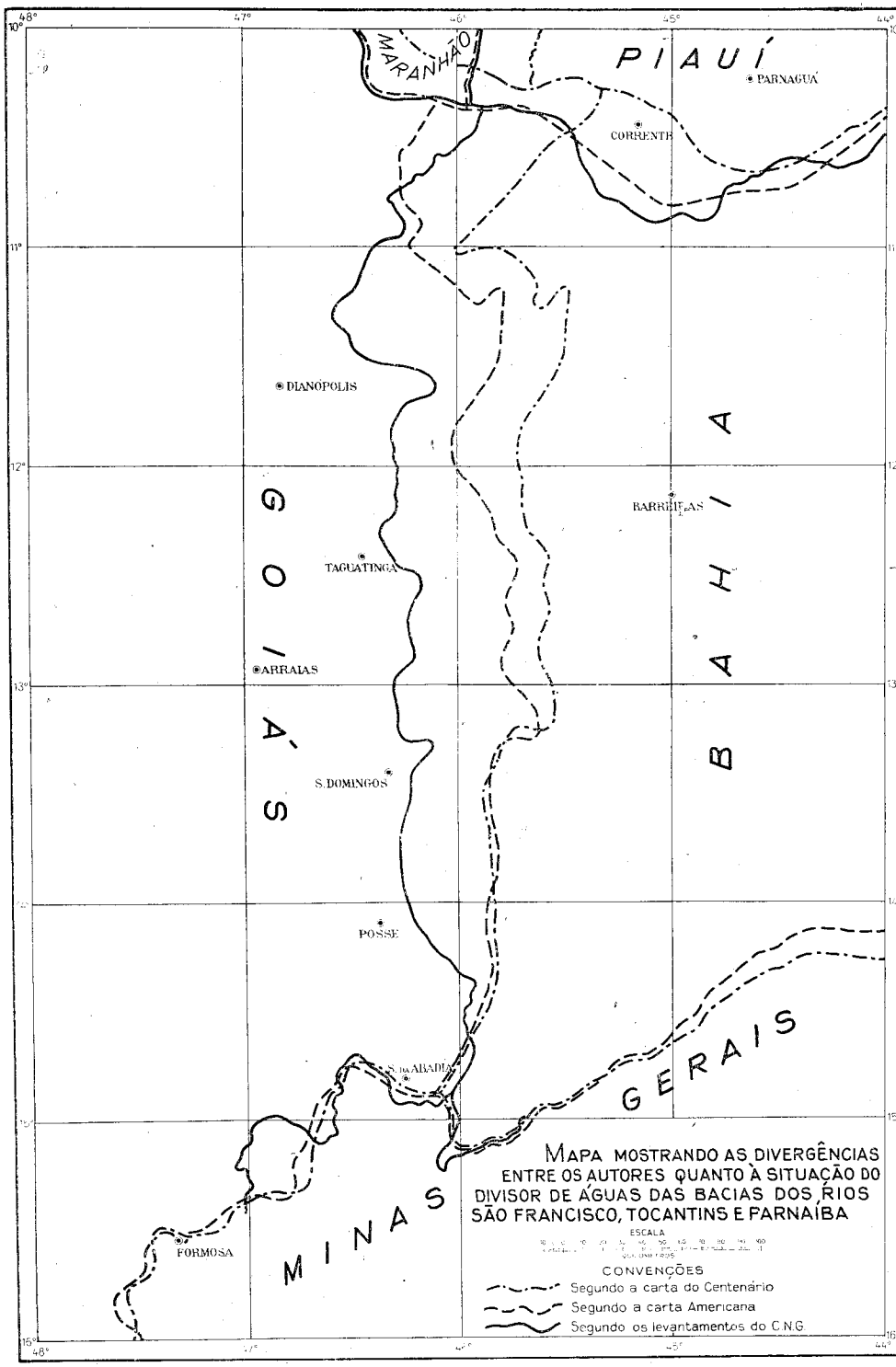
### Conselho Nacional de Geografia

EXPEDIÇÃO À REGIÃO DA DIVISA GOIÁS-BAHIA — Há muito vem sendo discutida a questão da área do Estado da Bahia, a qual não era a que acusavam os mapas. Havia uma diferença sensível. Agora, porém, o Conselho Nacional de Geografia retificou o êrro.

No intuito de esclarecer o assunto o professor Fábio de Macedo Soares Guimarães, que responde pela Secretaria Geral daquele órgão, na ausência do engenheiro Leite de Castro, prestou oportunas informações à imprensa.

Exibindo um mapa da região, o professor Fábio Guimarães explica a origem da descoberta, revelando detalhes dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho.

— Estamos executando a nova Carta Geral do Brasil, na escala de 1 x 1 000 000. Trata-se de uma nova edição da Carta do Centenário, que data, como se sabe, de 1922. De então para cá, muitos trabalhos foram realizados no terreno geográfico e baseados nêles, podemos agora oferecer uma edição melhorada da nossa Carta. Para obtenção dos elementos indispensáveis à tarefa, o Conselho iniciou cuidadoso serviço de


MARANHÃO
PIAUÍ
PARNAGUÁ
CORRENTE
DIANÓPOLIS
GOIÁS
BARREIRAS
BAHIA
TAGUATINGA
ARRAIAS
S. DOMINGOS
POSSE
S. da ABADIA
GERAIS
MINAS
FORMOSA
MAPA MOSTRANDO AS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS AUTORES QUANTO À SITUAÇÃO DO DIVISOR DE ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS SÃO FRANCISCO, TOCANTINS E PARNAÍBA
ESCALA
CONVENÇÕES
Segundo a carta do Centenário
Segundo a carta Americana
Segundo os levantamentos do C.N.G.

campo, por meio do levantamento de coordenadas geográficas, isto é, latitude e longitude das cidades brasileiras.

Acontece, porém, que há muitas regiões onde êsses trabalhos não foram realizados, pela falta de conhecimento local. Por isso, o Conselho organizou expedições científicas, uma em 1942 e outra no ano passado. A primeira, chefiada pelo engenheiro José Lino de Melo Júnior, da Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, auxiliado pelo engenheiro Gilvandro Simas Pereira, do C.N.G. essa expedição iniciou seus trabalhos na localidade de Formosa, no Estado de Goiás, perto da divisa com o Estado de Minas Gerais, prosseguindo rumo ao norte, pela divisa Goiás-Bahia, até Dianópolis, em Goiás.

A segunda expedição, realizada em colaboração com o Estado da Bahia e chefiada pelo Eng. Gilvandro Simas Pereira, estendeu-se desde a divisa Goiás-Bahia até encontrar o Piauí abrangendo boa parte da bacia do rio Prêto, na Bahia, e sul do Piauí, na região denominada Jalapão. Os resultados desta expedição vieram mostrar que havia grandes erros nas Cartas quanto à linha divisória Bahia-Goiás. Essa linha que é o divisor de águas das bacias dos rios São Francisco e Tocantins, se achava muito mal localizada nos mapas. Ela está muito mais a oeste, de 50 a 60 quilômetros em média".

— É preciso deixar bem claro — prossegue o professor Fábio Guimarães — que não houve, como se poderia supor, aumento ou diminuição na área de qualquer dos dois Estados. Apenas os mapas estavam errados. Trata-se, de corrigir os números que exprimem essas áreas.

A região é, em geral pouco habitada; são imensos chapadões, quase planos, numa altitude de 800 a 900 metros e conhecidos nas cartas geográficas pelo nome de "espigão mestre".

A parte norte dessa região denomina-se Jalapão. A seu respeito, aliás, corria uma curiosa lenda: dizia-se que aquilo ali era uma espécie de "terra dos deuses", um "eldorado". A exploração do C.N.G. desfez a lenda, a região é pouco fértil, e, por isso mesmo, pouco habitada, não se prestando nem para a pecuária. A principal atividade ali é a dos mangabeiros, que se dedicam à extração do "látex"

Uma particularidade interessante de Jalapão é que ali fica a lagoa do Veredão, a qual estabelece ligação entre as bacias do São Francisco e do Tocantins.

— "Essas expedições — prossegue o Sr. Fábio de Macedo Soares — trazem sempre muitos esclarecimentos. Falava-se, por exemplo, haver ali um ponto de quadrijunção dos Estados da Bahia, Goiás, Piauí e Maranhão, mas na verdade apenas duas trijunções foram assinaladas: uma dos Estados de Goiás, Maranhão e Piauí e outra dos Estados de Goiás, Piauí e Bahia.

A área conhecida da Bahia era, até agora, de cêrca de 529 000 quilômetros quadrados e com os resultados da expedição, passou a 557 000 quilômetros quadrados ou seja uma diferença maior do que a de todo o Estado de Sergipe. A área de Goiás, que era, por sua vez, de 661 000 quilômetros quadrados passou a 633 000 quilômetros quadrados. Mas, repito, não houve aumento na área da Bahia nem redução na área de Goiás; apenas a linha divisória dos 2 Estados é que não passa onde assinalavam os mapas.

A elaboração da Nova Carta Geral teve início em 1942 e nela se ocupam 23 cartógrafos e desenhistas. Sua conclusão exigirá ainda dois ou três anos de trabalho. Estamos também executando as cartas dos cinco novos Territórios.

A Carta Geral em elaboração não será a definitiva, pois há muitas regiões ainda mal conhecidas, tanto que estamos agora mesmo realizando uma terceira expedição, sob a chefia do Eng. Gilvandro Simas Pereira. Essa expedição, — concluiu o Prof. Fábio Guimarães — estudará a região compreendida entre o rio São Francisco e a divisa de Goiás, isto é, na parte da zona pesquisada em 1942."

COMEMORAÇÃO DO JUBILEU DE MAGISTÉRIO DO PROF. EVERARDO BACKHEUSER [1] — O Prof. Everardo Backheuser, mestre dos mais insignes do nosso magistério superior, foi alvo de significativa homenagem no dia 23 de maio transato, por motivo da celebração do seu jubileu de ouro no magistério.

O Conselho Nacional de Geografia, a Escola Nacional de Engenharia, a Faculdade de Filosofia do Instituto Santa Úrsula, o Colégio Jacobina, as Faculdades Católicas, o Colégio Pedro II e o Instituto Católico se associaram nas homenagem pela data cinqüentenária do ilustre professor.

Além da missa em ação de graças que os netos do homenageado mandaram rezar pela manhã, realizou-se, à tarde, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa uma sessão solene, na qual se fizeram ouvir os senhores Eng. Maurício Joppert da Silva, Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães e padre Hélder Câmara, que exaltaram a figura do Prof. Backheuser como engenheiro, como geógrafo e como educador, respectivamente.

Foram as seguintes as palavras com que o Prof. Fábio M. S. Guimarães, chefe da Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, teceu a sua saudação:

"Grande é a minha ousadia, meu caro Prof. Backheuser, em ter aceitado a incumbência de saudar-vos, neste recinto onde se reúnem tão grandes nomes da engenharia, da ciência geográfica e da pedagogia, tantos amigos, colegas e discípulos, para festejar o vosso jubileu de magistério. Pesada é, realmente, minha responsabilidade ao aparecer nesta tribuna, que só deveria ser ocupada por um dos mestres da Geografia brasileira, capaz de focalizar, da altura devida, o geógrafo, em vossa carreira.

Apesar de temeroso, devo, porém, confessar que é grata a tarefa de saudar o mestre e amigo, de manifestar em público tôda a admiração e o respeito que sentimos pelo homem de ciência e orientador de novas gerações de geógrafos brasileiros, pelo pioneiro e construtor do novo edifício científico que é a moderna Geografia, em nosso país.

Nesse breve convívio que temos tido, na Faculdade Católica de Filosofia, na Faculdade Santa Úrsula e no Conselho Nacional de Geografia, habituei-me a ver no Prof. Backheuser o cientista, o professor, o animador amigo de todos os que iniciam os seus passos na trilha da ciência geográfica e sobretudo o grande patriota, o devotado ao estudo da sua terra.

Lembro-me bem da impressão que me causou, há quase vinte anos, a sua aparição como geógrafo, a trazer para as colunas da imprensa a discussão dos problemas brasileiros, examinados por um prisma para mim inteiramente novo. Em 1925, seus artigos no *O Jornal*, admiráveis de lógica e de clareza, onde as grandes questões nacionais eram debatidos à luz da ciência geográfica, fizeram-me pela primeira vez compreender o valor da Geografia, como fundamento para uma sã e racional política.

---

[1] Êste *Boletim* tem o prazer de consignar o fato de que o perfil intelectual do Prof. Backheuser já foi traçado na secção "Apontamentos bio-bibliográficos" do número inaugural desta publicação (abril de 1943).

Nesta época realizava-se, com efeito, a grande "deflexão" na carreira intelectual de Everardo Backheuser, como êle mesmo conta em suas *Notas prévias*, pela qual o engenheiro transformava-se no geógrafo. Com a espontaneidade e a singeleza que lhe caracterizam o estilo, narra êle as circunstâncias curiosas que o fizeram ingressar nos domínios da Antropogeografia, através da leitura ocasional da obra de Ratzel.

Na vida intensa dum homem de pensamento e ação, devotado à pesquisa da verdade e ao bem dos seus semelhantes, há realmente momentos decisivos que vão muitas vêzes traçar novos rumos a tôda a sua atividade subseqüente. Para Backheuser, êsse momento, segundo êle afirma, foi a sua reclusão como prisioneiro político na ilha Rasa, resultante da altivez e independência por que sempre pautou os seus atos. Feliz momento, afinal, que lhe deu a oportunidade de entrar em contacto com uma das obras fundamentais da Geografia moderna e sobretudo de meditar profundamente sôbre os máximos problemas da nacionalidade, aproveitando um lazer forçado, coisa rara para um trabalhador infatigável que não sabe entregar-se ao repouso.

Se tais circunstâncias foram tão bem aproveitadas, fôrça é convir, no entanto, que tudo preparava já o geógrafo. De engenheiro a professor de Mineralogia e Geologia, Backheuser já ingressara nos domínios da Geografia Física. Seus trabalhos anteriores *Sambaquis do Distrito Federal* (1916), *A faixa litorânea do Brasil meridional* (1918), *Sucinta notícia sôbre o aspecto físico, geológico e mineralógico do Distrito Federal* e *O Brasil surgindo das ondas* (História do Brasil antes do Brasil ter história) (1920) já o consagravam como geógrafo, mas ainda numa fase preparatória. Seu interêsse e inquietação pelos problemas políticos nacionais e a feliz circunstância acima apontada, só fizeram afinal precipitar uma evolução que já se processava: a rápida passagem à Antropogeografia e à Geografia Política, para atingir finalmente a Geopolítica. A sólida base de que era senhor em Geologia, tornava-o maduro para penetrar com segurança nos domínios da ciência geográfica.

Com a brusca eclosão dos seus novos pendores, saiu a campo o novo geógrafo, com luminosos trabalhos de divulgação (conferências, cursos, livros e artigos), para a formação duma esclarecida consciência geográfica em nosso meio. Ao seu espírito de homem de ciência afigurava-se urgente a necessidade de propagar a moderna metodologia, ao mesmo tempo que apontava os novos rumos para a solução dos problemas básicos da nacionalidade. Surgiram assim seus primeiros trabalhos nesse novo setor da cultura, a princípio na imprensa, mas logo reunidos em livro magistral, denominado *A estrutura política do Brasil*, mais conhecido pelo seu subtítulo *Notas prévias*. A leitura desta obra é atualíssima, quando afinal, em nossos dias, começa a ser compreendido o papel fundamental da Geografia na organização nacional.

Naquela época, porém, a Geografia era ainda incompreendida em nosso país, considerada mera "descrição da superfície da Terra", disciplina enfadonha que se reduzia muitas vêzes a simples catálogo de topônimos e dados estatísticos, sem nenhum valor educativo e à qual se negava o caráter de ciência. É verdade que já havia mais de um decênio que outro pioneiro, o Prof. Delgado de Carvalho, com o auxílio de Raja Gabaglia e outros mestres esclarecidos, lutava pela compreensão do que representa a Geografia em seu conceito moderno, estabelecido já no século passado por Humboldt, Ritter e seus continuadores, como disciplina eminentemente explicativa, verdadeira ciência, enfim. Mas esta campanha atuava principalmente nos meios didáticos e começava apenas a dar os seus primeiros frutos no ensino secundário.

A ação do Prof. Backheuser exerceu-se, então, em outros setores, procurando interessar especialmente os círculos culturais e o que se costuma chamar o "grande público". Sua obra marca assim uma nova etapa na evolução dos estudos de Geografia em nosso país, representando ainda uma contribuição especial para os estudiosos brasileiros, com a divulgação entre nós da ciência germânica, em particular da escola de Ratzel, ainda hoje tão mal interpretada.

Uma das mais correntes acusações que se fazem ao fundador da Antropogeografia é o seu tão falado "determinismo geográfico". Comentando-o, mostrou-nos Backheuser a injustiça que cometem os que só conhecem a obra de Ratzel através de alguns dos seus discípulos, que deformaram o pensamento do mestre, ou de divulgadores superficiais. Desenvolvendo o conceito ratzeliano do "momento histórico", estabeleceu a sua "teoria do grau de cultura", pela qual o solo exerce importante influência, mas subordinada sempre ao grau de cultura do povo que habita êsse solo. Nada menos determinista.

Ao mesmo tempo que lutava nos meios culturais por uma melhor compreensão do conceito da Geografia como ciência, divulgava o ardente patriota, apaixonado pelos problemas do Brasil, as diretrizes e soluções encontradas no estudo das nossas realidades geográficas. Essa ordem de idéias levou-o a conhecer os trabalhos do sociólogo sueco Rudulf Kjellén, fundador da Geopolítica, assim por êste denominada e divulgada em 1916. Menos de dez anos após, já o Prof. Backheuser difundia em nosso meio os princípios da nova ciência, em ensaio sob o título *A política e a geopolítica segundo Kjellén*, à luz de cujos ensinamentos procurava pôr em equação os problemas brasileiros. Grande parte das *Notas prévias* é dedicada a tais questões, mais tarde desenvolvidas em outra obra denominada *Problemas do Brasil — Estrutura geopolítica*, publicada em 1933.

Neste ramo da ciência política é Backheuser o pioneiro único e inconteste em nosso meio, na época ainda não amadurecido para tal gênero de estudos. Sòmente nos últimos anos, depois de desencadeada a conflagração atual, volta-se a falar em Geopolítica, mas confundindo-a freqüentemente com a Geografia Política ou encarando-a como algo proibido e maléfico. Há muito, porém, já o mestre fizera a clara caracterização da nova ciência.

A Geopolítica é parte da Política e não da Geografia. Enquanto que a Geografia Política explica as diferenciações regionais, na parte em que essas diferenciações são resultantes dos fatos políticos, a Geopolítica estuda a influência dos fatôres geográficos na Política. Essa distinção e o valor da nova ciência como traçadora de rumos para uma política racional e sadia, foram bem nìtidamente expostos pelo pioneiro, e, muito posteriormente, outra vez salientados em luminoso estudo denominado *Geopolítica e Geografia Política*, publicado em 1942 na *Revista Brasileira de Geografia*.

O Brasil já contara, é verdade, com verdadeiros geopolíticos práticos, dentre os quais salientam-se as figuras de Alexandre de Gusmão e Luís de Albuquerque, no período colonial, e o insigne barão do Rio Branco, na República. Mas só em nossos dias surgiu a nova ciência como um corpo de doutrina explìcitamente exposto, e hoje já se começa a compreender que não é pelo fato de algumas nações dela se terem utilizado para fins ilícitos, que devemos deixar de estudá-las, não só em

defesa própria, mas, também para aproveitar os seus ensinamentos numa correta política nacional, alicerçada no culto da moral.

Em dois problemas geopolíticos fundamentais para o Brasil concentrou Backheuser a sua atenção e sôbre êles insistiu em valiosos trabalhos: a redivisão territorial e a escolha da nova capital, localizada no centro do país. Nestes assuntos, importante foi a sua contribuição e persistente, o seu esfôrço de persuasão, apenas encontrando eco num reduzido grupo de idealistas, dentre os quais cito a eminente figura de Mário Augusto Teixeira de Freitas. De tôda essa campanha nem tudo se perdeu e hoje colhemos os seus primeiros frutos, com a recente criação dos novos Territórios Federais.

Não só nesses setores particulares exerceu Backheuser a sua atividade. Também o encontramos na pesquisa regional — onde o geógrafo tem realmente oportunidade de fazer trabalho original e contribui para o progresso da ciência. — Suas pesquisas, neste domínio, referem-se especialmente ao Distrito Federal e ao Estado do Rio de Janeiro, terra de seu nascimento. Podemos explicar essa predileção, afirmando: se o amor à ciência fêz o estudioso da metodologia e se a paixão pelo Brasil fêz o geopolítico, o carinho pelo torrão natal fêz o especialista em Geografia Regional.

A *Contribuição para a Geografia do Distrito Federal* (1926), *A paisagem política e cultural do Estado do Rio de Janeiro* (1928) e a *Contribuição para o estudo da conquista antropogeográfica da baixada e maciço fluminense* (1940) são monografias regionais resultantes de acuradas pesquisas e, ao mesmo tempo, obras-modêlo para estimular os estudiosos das realidades brasileiras.

O exame das questões nacionais à luz da *ciência* geográfica e sobretudo a aplicação da sua "teoria do grau de cultura", haveria certamente de reforçar a sua convicção quanto ao problema fundamental da nacionalidade: a educação. E eis o geógrafo que passa a estudioso da Pedagogia, o educador que surge, preocupado com outros temas, nos quais logo se tornaria autoridade respeitada. O breve desvio das suas cogitações anteriores teria, porém, um resultado feliz para a própria Geografia brasileira. Mais alguns anos, e ei-lo de volta à ciência de Ratzel, mas desta vez com um novo título: o de professor de Geografia.

A criação das faculdades de filosofia não poderia deixar de repercutir na sua carreira. Dois dôs novos institutos de ensino superior organizados nesta capital, a Faculdade de Santa Úrsula e a Faculdade Católica de Filosofia, apelaram para o mestre, solicitando a sua colaboração na formação de jovens professôres de Geografia. O Conselho Nacional de Geografia, fazendo-o seu Consultor Técnico, recorreu, por sua vez, ao homem de ciência, dêle obtendo excelente colaboração, em grande parte publicada no órgão oficial do Conselho.

Temos hoje, o Prof. Backheuser intimamente ligado às atividades geográficas e pedimos ao Todo Poderoso que o conserve ainda por muitos anos, na cátedra e na pesquisa.

Como professor, melhor focalizará a sua figura a erudição e o espírito esclarecido do Rev. Pe. Hélder Câmara. Mas não posso furtar-me ao ensejo de notar, em breves e pálidas palavras, a repercussão de sua obra educacional na formação das novas gerações de geógrafos.

Não é só pela pureza da doutrina científica e pelos sábios ensinamentos transmitidos aos seus discípulos, que o mestre contribui para o avanço da moderna Geografia em nosso meio, mas sobretudo pelo entusiasmo, pela paixão que nêles consegue despertar pela pesquisa geográfica. Quem o vê no seu aspecto venerável que lhe dão os seus cabelos brancos, não pode suspeitar da juventude do seu espírito, do entusiasmo comunicativo que êle sabe incutir.

O professor Backheuser não é hoje apenas o geógrafo, mas também o grande animador, o formador de novos geógrafos: Essa virtude é certamente um reflexo da sua inexcedível bondade e já se manifestava desde os tempos da sua cátedra na velha Politécnica. Ainda há pouco, um dos mais eminentes, embora dos mais jovens geógrafos patrícios, autor de longa série de trabalhos de pesquisa, contava-me como fôra decisivo o estímulo que outrora recebera do Prof. Backheuser, então seu mestre, quando tìmidamente ensaiara a sua primeira monografia. E o próprio orador que vos fala, com estas tão mal arranjadas frases, pode também dar o seu testemunho pessoal. Jamais esquecerei a sua atitude cavalheiresca e tão cheia de generosidade, com que exaltou, e insuflou novo ânimo para prosseguir em seus trabalhos, ao geógrafo principiante que justamente nessa ocasião, cheio de timidez, ousava discordar do mestre em discussão pública sôbre assunto fundamental da Geografia pátria.

Meu caro Prof. Backheuser: vosso nome já está gravado na história da Geografia, em nosso país, na qual a vossa obra marcou uma nova etapa; e para sempre será êle guardado no coração dos novos geógrafos brasileiros, como o mestre, o amigo, o grande animador".

Encerrando a cerimônia, o orfeão do Colégio Pedro II entoou o Hino da Vitória.

AMPLA REPORTAGEM SÔBRE AS ATIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — A *Revista do Serviço Público* em seu número de julho publicou uma reportagem do Sr. Adalberto Mário Ribeiro sôbre as atividades e os trabalhos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística através dos seus órgãos componentes: Secretaria Geral, Conselho Nacional de Geografia, Conselho Nacional de Estatística e Comissão Censitária Nacional.

No setor geográfico o Sr. Adalberto Mário Ribeiro foi recebido pelo Eng. Fábio de Macedo Soares Guimarães, chefe da Secção de Estudos Geográficos, no momento respondendo pelo expediente do Conselho, na ausência do Eng. Christovam Leite de Castro, que após prestar-lhe os esclarecimentos iniciais dos serviços do Conselho, percorreu as diversas dependências do mesmo. O Sr. Adalberto Ribeiro colheu informações em tôdas as Secções, Carteiras e Serviços coletando o material que lhe era oferecido pelos próprios chefes para a elaboração do trabalho e mantendo com os mesmos palestra em tôrno das finalidades de cada setor de trabalho.

✶

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

### Diretoria de Rotas Aéreas

PROVA DE HABILITAÇÃO PARA METEOROLOGISTA XIII — O *Diário Oficial* de 20 de julho último publicou as instruções para a prova de habilitação para extranumerário mensalista da Diretoria de Rotas Aéreas do Ministério da Aeronáutica — Meteorologista XIII, nas quais figuram os seguintes pontos referentes à prova exigida, que compreende Geografia e Física aplicada à Meteorologia:

"Parte I — Escrita, que compreenderá:

*a*) resolução de questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa de noções de *Geografia*:

1) Esfera celeste: linhas e pontos da esfera celeste. Leis do movimento diurno. Noção de ponto vernal. Tempo verdadeiro, médio e sideral.

2) Coordenadas geográficas — Latitude: conceito e determinação. Primeiro meridiano. Diferença de hora.

3) Principais constelações do hemisfério sul: descrição e situação.

4) Climas do Brasil. Classificação. Características das diversas zonas climáticas.

*b*) resolução de questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa de noções elementares de *Física* aplicada à *Meteorologia*:

1) Sistemas C.G.S. e M.T.S. Grandezas fundamentais e derivadas.

2) Atmosfera: noção sôbre os meteoros.

3) Nuvens, suas características.

4) Influências térmicas e barométricas na previsão do tempo.

Esta parte valerá até cem pontos, assim distribuídos:

Noções de Geografia, até ..... 60 pontos
Noções de Física, até ..... 40 pontos

Só será considerado habilitado nesta parte o candidato que obtiver nota igual ou superior a quarenta pontos.

Parte II — Prático-oral de Noções de Climatologia, constante de:

*a*) observação de temperatura, pressão atmosférica, umidade, vento, chuva e nebulosidade; e

*b*) relatório e argüição sôbre os trabalhos executados.

Esta parte valerá até cem pontos, assim distribuídos:

Observações, até ..... 60 pontos
Relatório e argüição, até ..... 40 pontos

Só será considerado habilitado nesta parte o candidato que obtiver grau igual ou superior a cinqüenta pontos.

✶

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil

OBSERVAÇÕES MAGNÉTICAS — Em janeiro de 1942 o "Coast and Geodetic Survey", do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, solicitou, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, permissão para realizar observações magnéticas em cooperação com o govêrno do Brasil. O objetivo das pesquisas era o seguinte: determinar a atual declinação da agulha magnética e sua variação anual, cujo conhecimento deveria ser feito em conexão com a navegação aérea e marítima. O chefe da referida expedição seria o Sr. Joel R. Campbell.

Preenchendo, o pedido de licença, as formalidades essenciais exigidas pelo regulamento do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, foi a mesma concedida.

A região a percorrer abrangia cidades do Estado do Rio e Bahia.

Em 11 de janeiro de 1943, o ministro das Relações Exteriores levou ao conhecimento daquele Conselho que a embaixada dos Estados Unidos nesta capital, informara que o "Coast and Geodetic Survey" desejava prosseguir, a partir de abril, nas observações magnéticas em cooperação com o govêrno brasileiro, nas seguintes localidades: Caravelas, Corumbá, Manaus, Mato Grosso, Natal, Pernambuco, Pinheiro, Vassouras, Pôrto Alegre, Pôrto Velho, Rio de Janeiro, São Luís do Maranhão, São Paulo, Santarém e Uberaba. A nova licença foi concedida em sessão de 19 de janeiro de 1943, tendo o relator do processo, tenente-coronel Armando de Carvalho Dias, opinado para que se solicitasse o relatório da primeira, pois o Conselho tinha grande interêsse em conhecer o resultado das observações feitas pelo Sr. Joel B. Campbell.

O Itamarati transmitiu ao citado Conselho, êste mês, 8 anexos que o diretor do Serviço de Costas e Levantamentos Geodésicos dos Estados Unidos lhe enviou, com os resultados das observações magnéticas realizadas no Brasil em 1943 pelo Sr. Joel B. Campbell.

O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, em sessão de 21 do corrente, depois de verificar e aprovar os trabalhos realizados conforme relatório que lhe foi submetido, resolveu remeter, também, cópias do mesmo com os quadros contendo os resultados das observações feitas pelo Sr. Joel B. Campbell à Diretoria de Rotas Aéreas do Ministério da Aeronáutica, à Diretoria de Navegação da Armada e ao Serviço Geográfico do Exército.

✶

### Departamento Nacional da Produção Mineral — Divisão de Águas

OS TRABALHOS DE PREVISÃO DAS ENCHENTES — O Eng. José Pacheco da Veiga, chefe da Secção de Pluviometria e Inundações da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral concedeu, recentemente, à imprensa desta capital, uma entrevista, na qual abordou a questão da previsão das enchentes e as finalidades da Secção que dirige.

O Sr. José Pacheco da Veiga disse que — a Secção de Pluviometria e Inundações tem como finalidade o estudo do regime pluviométrico do país, previsão de enchentes e aviso à navegação fluvial.

O serviço de previsão baseia-se em observações do nível d'água e da chuva caída, em postos instalados ao longo do curso do rio e que são transmitidas por via telegráfica, diàriamente, para esta Secção. Êsses elementos são transportados para um gráfico representativo da marcha da onda de enchente e, de acôrdo com os dados estatísticos que possuímos, de enchentes anteriormente verificadas é possível determinar o tempo de propagação da referida onda, bem como a amplitude aproximada de elevação do nível d'água.

Durante o ano de 1943, e início de 1944, as grandes chuvas, intensas e prolongadas, caídas nas bacias hidrográficas do Paraíba do Sul e São Francisco, originaram enchentes verdadeiramente catastróficas.

Cidades importantes como Anta, Campos, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Itaperuna, (Estado do Rio), Cataguases, Pirapora, São Francisco, Januária (Minas Gerais), Bom Jesus da Lapa, Rio Branco, Barra do Rio Grande, Remanso, Juàzeiro, (Bahia) Propriá, (Sergipe), Traipu, Penedo (Alagoas), Resende, Jacareí e Guaratinguetá, estiveram vários dias sob as águas.

O rio São Francisco, em conseqüência de sua grande extensão e pequena declividade na maioria da bacia, possibilita uma previsão a longo prazo; uma onda de enchente de grande amplitude leva em média 40 dias, do alto curso à foz, o que permite serem emitidos avisos para as cidades localizadas nos cursos, médio e inferior, com 20 e 30 dias de antecedência.

— As últimas inundações — prossegue — causaram a várias localidades do vale dêste rio danos incalculáveis, verdadeira calamidade pública. Cidades houve, como São Francisco, Traipu, etc., que ficaram inundadas pelo espaço de 34 e 35 dias, tendo a população e o comércio se transferido para a margem oposta.

Referindo-se ao Paraíba do Sul, disse o Eng. Pacheco da Veiga:

— O rio Paraíba do Sul apresenta ascensões e declínios mais rápidos do que o rio São Francisco, em conseqüência de seu regime torrencial em quase todo o curso.

O seu vale foi assolado no ano findo, por três ondas de enchente. A primeira, no início de janeiro, causada pelos afluentes da margem esquerda (Paraíba, Pomba e Muriaé); a segunda com uma diferença de 15 dias, teve origem no curso principal, nas proximidades de Resende e provocou a maior enchente do ano no referido curso, e uma das maiores observadas. Essa inundação seria de conseqüências imprevisíveis para as cidades de São Fidélis e Campos, caso coincidisse com a primeira. A terceira onda, desenhada aos últimos dias do ano, foi a primeira originada pelos afluentes da margem esquerda. Nessa ocasião o D.N.O.S., dirigido pelo Sr. Hildebrando de Araújo Góis, constituiu um dique protegendo a cidade de Campos, que assim, além de outras mercadorias, evitou da destruição a quase totalidade da produção de açúcar das grandes usinas localizadas nas imediações da cidade. Interessante é que nossas previsões, quer quanto às cotas atingidas, quer às datas das inundações foram sempre de grande acêrto.

— O nosso serviço de previsão, com avisos feitos com antecedência suficiente, tem possibilitado às autoridades, aos comerciantes e industriais, aos agricultores e às outras classes interessadas, tomarem, em tempo útil, providências que asseguraram a remoção de mercadorias, animais e até das populações ribeirinhas, pondo-as a salvo da inundação. Sòmente durante as enchentes de 1943 e início de 1944 nas bacias dos rios São Francisco e Paraíba do Sul, foram evitados prejuízos que montaram em cêrca de vinte e cinco milhões de cruzeiros, além de milhares de vidas humanas, segundo a avaliação dos próprios beneficiados, em documentos assinados pelos mesmos e que se acham arquivados na Secção.

Acha-se em vias de conclusão, condensando os nossos estudos até a presente data, o *Atlas Pluviométrico do Brasil*, primeira tentativa que se faz no país, para explicar a distribuição das chuvas em todo o território brasileiro.

IMPORTANTE TRABALHO SÔBRE AS FÔRÇAS HIDRÁULICAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS — A Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, acaba de apresentar, através o alentado trabalho do engenheiro Décio de Vasconcelos, chefe do Distrito Hidrométrico do Estado de Minas, uma valiosa série de indicações de ordem geral, pelas quais se terá uma avaliação mais precisa do potencial hidroelétrico mineiro e, dêsse modo, o ensejo de uma orientação sôbre as possibilidades das fontes de energia explorável industrialmente, facultando dêsse modo futuros empreendimentos cujos interessados terão à mão dados técnicos essenciais e suficientes para a caracterização do regime dos cursos d'água no referido trabalho estudados, tais como as vazões mínimas, mensais e anuais, as descargas características e escoamentos máximos cuidadosamente observados, bem como as vazões médias diárias, mensais anuais.

Êsses dados foram colhidos mediante a execução de trabalhos e medições confiados a pessoal técnico especializado, dispondo de aparelhos de precisão.

O trabalho em aprêço está dividido em três partes: Bacia do rio São Francisco, com o estudo de 19 cachoeiras dispondo de uma potência permanente de cêrca de 60 mil cavalos; Bacia do rio Doce, com cinco cachoeiras e cêrca de 13 500 cavalos permanentes; Bacia do rio Jequitinhonha, com a cachoeira de Santa Marta e potência de 1 500 cavalos.

Êstes são os dados primordiais para facilitar o estudo de instalações dêsse tipo de fonte de energia, de emprêgo cada vez maior e mais generalizado, pois apresenta sôbre os demais as vantagens de maior rendimento, menor dispêndio com a sua manutenção, facilidade de transporte e, sobretudo, pràticamente inesgotável.

O trabalho do engenheiro Décio de Vasconcelos é, por êsse motivo, de extraordinário alcance prático, num país, como o nosso, em que as reservas de combustíveis minerais são insignificantes em face das necessidades nacionais.

É justo salientar que começa a dar os melhores frutos a sábia iniciativa do ex-ministro da Agricultura, Dr. Simões Lopes, criando, em 1920, isto é, há 24 anos, uma Comissão de Estudos de Fôrças Hidráulicas.

★

**Departamento Nacional da Produção Vegetal — Divisão de Terras e Colonização**

EXONERAÇÃO DO SEU DIRETOR, ENG. JOSÉ DE OLIVEIRA MARQUES — Por ato do Presidente da República vem de ser concedida a exoneração solicitada pelo Eng. José de Oliveira Marques do cargo de diretor da Divisão de Terras e Colonização, à frente do qual se encontrava há já sete anos.

Afastando-se da direção daquele importante órgão do Ministério da Agricultura, para atender ao convite que pela terceira vez lhe foi feito para assumir a gerência do Banco Itajubá, o ilustre técnico deixa em sua administração uma longa série de realizações do mais profundo alcance nesse setor-chave do programa do govêrno, que é a colonização agrícola. Colônias e núcleos agrícolas foram por êle fundados nas diversas regiões econômicas do país, ao mesmo tempo que se procedia ao desenvolvimento intensivo dos centros de trabalho rural congêneres já fundados, mas que se encontravam ainda na fase por assim dizer de experiência. Bem aqui ao lado da capital da República, temos uma demonstração real dêsse programa de trabalho nos núcleos agrícolas de Santa Cruz e São Bento, hoje grandes celeiros do Rio e tôdas as cidades da Baixada Fluminense.

Ao deixar o cargo de diretor da D.T.C., pelo qual ficou respondendo o agrônomo Otávio Rodrigues da Cunha, um dos seus mais destacados colaboradores, o Eng. José de Oliveira Marques foi alvo de expressiva demonstração de aprêço da parte dos funcionários da referida Divisão, tendo usado da palavra, traduzindo a admiração de todos, o Sr. Aurino Barbosa Souto. Agradecendo a homenagem, o Sr. Oliveira Marques, proferiu palavras bastante significativas, realçando acentuadamente a colaboração de todos quantos consigo vinham diretamente trabalhando nesse empreendimento de primeiro plano que é a colonização agrícola.

Do ministro Apolônio Sales recebeu também o Eng. Oliveira Marques em têrmos elogiosos, os agradecimentos pela colaboração prestada à sua administração na pasta da Agricultura.

TRANSFORMADA NA FUNÇÃO DE TOPÓGRAFO UMA DAS FUNÇÕES DE ENGENHEIRO — Pelo Decreto n.º 76 251, de 31 de julho último, publicado no *Diário Oficial* de 2 do cor-

rente mês, foi transformada na função de topógrafo, referência XVII, uma das funções de engenheiro, também referência XVII, na tabela numérica ordinária da Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

No mesmo *Diário Oficial* está publicada a Exposição de Motivos, n.º 2 066, do DASP, referente à transformação em causa.

★

**Serviço Florestal**

**Jardim Botânico**

HISTÓRICO E FINALIDADES DOS JARDINS BOTÂNICOS — CURSOS DE BOTÂNICA INSTITUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — O Sr. Leunam de Azeredo Pena, superintendente dos serviços do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, concedeu à imprensa desta capital, uma entrevista, na qual abordou o histórico e as finalidades dos jardins botânicos, e dos cursos de botânica instituídos pelo Ministério da Agricultura. Disse o naturalista Azeredo Pena:

— O mais antigo jardim botânico do mundo data de 1544 e foi fundado em Piza. Entre os mais antigos, conta-se o "Hortus Cliffortianus", criado por Linneu, na Holanda. Posteriormente, reconhecidas que foram as vantagens e o interêsse despertado pelos primeiros jardins botânicos, outros foram fundados, desaparecendo alguns e estabilizando-se muitos. Os mais antigos eram em sua maioria destinados ao estudo das plantas medicinais. Depois êles foram tomando feição mais ampla e recebendo também plantas agrícolas, industriais e ornamentais, contribuindo grandemente para o desenvolvimento da agricultura, da indústria e das artes.

Jardim botânico é um instituto em que são mantidas coleções de plantas vivas e de vegetais conservados em herbários para estudos científicos de botânica e conseqüentemente aproveitamento das plantas, descobertas, classificadas e estudadas em benefício da civilização e do progresso da humanidade. Não são, pois, parques de recreio, mas estabelecimentos destinados ao estudo e ao ensino da ciência que cuida dêsse importante reino da natureza, que é o reino vegetal.

— Os franceses dizem, com a justeza e felicidade com que sabem definir as coisas, que os jardins botânicos são verdadeiros "conservatórios de plantas". Mas, enquanto o vocábulo "conservatório" dá uma idéia de passividade, de estática mesmo, essa feliz definição deve ser esclarecida e melhorada, pois os jardins botânicos são "museus vivos", onde as plantas são examinadas, observadas e registadas para depois serem lançadas ao conhecimento dos cientistas, agricultores, industriais e artistas do mundo inteiro, afim de que possam ser devidamente aproveitadas se suas qualidades forem úteis. Em geral, são estabelecimentos mantidos pela administração pública, embora haja alguns jardins botânicos particulares ou mantidos por sociedades e instituições não oficiais. A função precípua dos jardins botânicos é, pois, o estudo da flora do país ou da região em que o estabelecimento se acha situado e o ensino da botânica:

Muita gente julga que os jardins botânicos se destinam à multiplicação de plantas e conseqüente distribuição (gratuita ou não) de mudas, confundindo "jardim" com "hôrto-botânico". A êstes, sim, cabe a tarefa de produzir e distribuir mudas. Nos jardins botânicos o serviço de sementeiras e viveiros existe apenas para as necessidades internas do estabelecimento ou para permutas de espécies e variedades novas com institutos congêneres, do mundo inteiro. Mesmo assim mais comum é a permuta de sementes, sendo todos os jardins botânicos dotados de secções próprias para o preparo, conservação e expedição das sementes, publicando periodicamente um catálogo (Index seminum) das espécies disponíveis, que é remetido aos diversos jardins botânicos com intuito de intensificar o intercâmbio de plantas interessantes. O engrandecimento da ciência botânica parte, pois, dos diversos jardins botânicos do mundo, o que é obtido de acôrdo com as disponibilidades financeiras de cada país e com a inteligência e probidade com que essas disponibilidades são utilizadas.

Não obstante a alta finalidade dos institutos em aprêço, os jardins botânicos modernos, afim de atrair o povo, despertando-lhe interêsse pela ciência botânica ou pela natureza, são dispostos em convidativos parques, com alamedas pitorescas, lagos, pontes, pérgolas e belvederes, juntando o útil ao agradável. Além disso os dirigentes dos jardins botânicos procuram oferecer ao visitante em épocas diferentes variados centros de interêsse incentivando assim a freqüência e com a freqüência o amor pelas plantas e pela ciência botânica.

Alguns dispõem de áreas destinadas exclusivamente ao recreio da população, especialmente nas cidades de alta densidade demográfica, mas êstes são países onde o nível cultural da população permite um tal critério, sem prejuízo para as finalidades dos jardins botânicos.

A necessidade de depositar em um estabelecimento central, sob os cuidados de técnicos especializados, as plantas colhidas pelos naturalistas em suas excursões, para determinação dos gêneros e espécies, deu origem aos jardins botânicos, pois numerosas observações e estudos profundos dificilmente poderiam ser levados a efeito se os botânicos sòmente dispusessem do material colhido em suas expedições e pôsto em herbários.

Uma vez criados, os jardins botânicos tiveram suas finalidades cada dia desenvolvidas e se tornaram em padrão cultural dos países que os mantêm. Entretanto, quando a orientação do jardim botânico é desvirtuada, o instituto cai fàcilmente em descrédito e ràpidamente se transforma em mero passeio público. A manutenção dêsses estabelecimentos, mais que a de quaisquer outros centros científicos, exige o que se convencionou chamar "fogo sagrado" isto é, dedicação ao sacrifício da parte do funcionalismo, técnico e administrativo, a que são entregues.

Atualmente, os maiores jardins botânicos são o de Londres (Kew Garden), Nova York, Berlim, Buitensorg (Java), Peradenia (Ceilão), Paris (Jardin des Plantes), Missouri (Estados Unidos), Buenos Aires e o nosso afamado Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Em seguida, reportando-se à instalação dos cursos de botânica instituídos pelo Ministério da Agricultura e postos sob a sua competente direção, assim se referiu o Sr. Leunam de Azeredo Pena:

"Os cursos ora iniciados no Jardim Botânico do Rio de Janeiro visam despertar maior interêsse pelos estudos botânicos e descobrir vocações que possam ser aproveitadas futuramente nas pesquisas sôbre a flora brasileira.

Uma das principais finalidades dos jardins botânicos é essa de difundir conhecimentos sôbre a ciência de Linneu.

Dispondo de algum elemento humano para ministrar as aulas e de farto material científico para a prática do ensino, poderá o Jardim

Botânico do Rio de Janeiro realizar algo de muito útil aos meios científicos nacionais com os cursos em aprêço.

Dois são os tipos de cursos inaugurados a título de experiência: um, denominado "curso técnico de botânica", destina-se à formação de equipes de técnicos que possam desenvolver o gôsto pela botânica e a ela se dedicar com eficiência. O outro, denominado "curso popular de botânica", sendo dado aos domingos, pela manhã, visa a ilustração do povo e despertar interêsse pelas coisas relacionadas à botânica.

Grande foi o número de alunos inscritos nesses dois cursos ultrapassando os limites mínimos admitidos, o que demonstra a oportunidade de sua instituição em nosso meio.

Estão sob a orientação e administração da Diretoria dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Ministério da Agricultura, tendo sido os regulamentos, programas e horários aprovados pelo ministro da Agricultura.

Outras turmas serão provàvelmente admitidas e novos cursos serão criados à vista do sucesso que fôr observado nesta primeira tentativa.

Quando fôr possível completar-se o plano de organização das diversas secções do Jardim Botânico haverá lugar para cursos especializados de plantas medicinais, plantas agrícolas, plantas ornamentais, industriais, etc.

A atual diretoria do Serviço Florestal está vivamente empenhada em dar ao Jardim Botânico o lugar destacado em que sempre se achou e em melhorar cada vez mais o famoso parque científico, reconhecido como um dos melhores do mundo.

COMISSÃO DE TOPOGRAFIA PARA DEMARCAR AS FLORESTAS PROTETORAS — Tendo o Primeiro Congresso Brasileiro de Economia adotado uma resolução sugerindo a demarcação das florestas denominadas protetoras o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura que tem sob sua jurisdição tôdas as florestas do domínio público, que protegem os mananciais alimentadores das reprêsas abastecedoras da capital da República e de várias cidades do Estado do Rio, cogita de criar uma comissão de topografia devidamente aparelhada para aventar rumos, dirimir dúvidas de limites, levantar rios, detalhar bacias hidrográficas e organizar plantas minuciosas dessas florestas, cuja área calculada é de 50 mil hectares.

Aliás, justificando sua proposta a tal respeito, feita em julho dêste ano e ora em estudos, o diretor do Serviço Florestal esclareceu que, por falta destas — que o órgão responsável pela proteção dos mananciais de tamanha importância não possuía — estavam sendo encontradas dificuldades no sentido de atingir os objetivos ou corresponder aos encargos por lei, atribuídos àquele Serviço.

ÁREA ENCORPORADA AO PARQUE NACIONAL DE IGUAÇU — Pelo Decreto-lei n.º 6 664, de 7 de julho último, foi encorporada ao Parque Nacional de Iguaçu a área pertencente ao patrimônio da União, em virtude do art. 1.º, *c*, do Decreto-lei n.º 2 073, de 8 de março de 1940, e que limitava a oeste o mesmo Parque. O Decreto-lei n.º 6 664 foi publicado, na íntegra, no número anterior do *Boletim*, na secção competente.

★

**Serviço de Estatística da Produção**

INQUÉRITO METEOROLÓGICO — O Serviço de Estatística da Produção organizou um trabalho de grande utilidade sôbre "As unidades agrárias não decimais em uso no Brasil" Enfeixa êsse trabalho a primeira parte das observações colhidas num minucioso inquérito levado a efeito pelo aludido Serviço em todos os municípios do país, inquérito que visou o conhecimento dos fatos relacionados com a prática da medição não decimal nos meios rurais e no comércio das diferentes regiões brasileiras. Essa primeira parte diz respeito, não sòmente, às unidades de área. Em breve será organizada a que se relaciona com as unidades de pêso e capacidade.

★

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**Biblioteca Nacional**

FINALIDADE E FUNCIONAMENTO DÊSSE ÓRGÃO — O Sr. Presidente da República assinou, no dia 24 de julho próximo passado, o Decreto-lei n.º 6 732, dispondo sôbre a finalidade e funcionamento da Biblioteca Nacional e dando outras providências. O aludido decreto-lei foi publicado, na íntegra, na secção respectiva do número anterior dêste *Boletim*.

APROVADO O REGULAMENTO — Pelo Decreto-lei n.º 16 167, de igual data, foi aprovado o Regulamento da Biblioteca, publicado no *Diário Oficial* de 26 de julho.

**Curso de Museus**

SUA NOVA ORGANIZAÇÃO — Pelo Decreto-lei n.º 6 689, de 13 de julho último, o Curso de Museus, a que se refere o Decreto-lei n.º 21 129, de 7 de março de 1932, passou a ter a organização constante do mesmo Decreto-lei n.º 6 689, e da legislação complementar que fôr expedida.

★

**Museu Histórico Nacional**

NOVAS OFERTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Novas e valiosas doações acaba de fazer ao Museu Histórico Nacional o Presidente Getúlio Vargas.

S. Excia. encorporou ao acervo do Museu Histórico Nacional os seguintes objetos: um riquíssimo álbum oferecido pelos elementos representativos da economia da República Oriental do Uruguai, quando da visita que fêz em 1935 àquele país amigo. A capa do álbum é tôda trabalhada em filigrana de ouro, maravilhosamente cinzelada. As páginas de pergaminho são admiràvelmente ilustradas pelo pincel do artista Bené, que compôs esplêndidas alegorias, representando tôdas as fôrças vitais do Uruguai, numa homenagem ao Brasil, na pessoa do Presidente Vargas.

O belo álbum é conservado numa artística caixa de cristal e ébano.

Relógio marca Patek Philippe de prata com corrente do mesmo metal, que pertenceram ao marechal Floriano Peixoto e que foram por êle sempre usados, oferecidos ao Presidente da República pelo Sr. José Floriano Peixoto, filho mais velho do marechal.

As demais dádivas são: um par de luvas de couro, usado por ocasião do batismo da quilha do navio "Marcílio Dias", a medalha comemorativa do cinqüentenário do cêrco da Lapa, a mensagem que recebeu de Sua Santidade o Papa Pio XII a propósito do falecimento do cardeal Sebastião Leme e diversos emblemas de clubes.

Essa doação enriquecerá a "Sala Getúlio Vargas", a ser em breve inaugurada, no Museu Histórico Nacional.

★

### Universidade do Brasil

CIDADE UNIVERSITÁRIA — O Sr. Presidente da República aprovou a exposição de motivos do Sr. ministro Gustavo Capanema, sôbre a transferência para o Domínio da União dos imóveis da Vila Valqueire. E' a seguinte a aludida exposição:

Sr. Presidente: Pelo Decreto-lei n.º 6 574. de 8 do corrente, foi declarada a utilidade pública dos prédios e terrenos compreendidos em tôda a área da Vila Valqueire, no Distrito Federal afim de que sirvam à construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil. Nos têrmos do art. 10 do Decreto-lei n.º 3 365, de 21 de junho de 1941, decretada a utilidade pública de um imóvel, poderá o govêrno, para a respectiva aquisição, realizar acôrdo com o proprietário.

Consta do processo, que depois de longos e minuciosos estudos, realizados pela Diretoria do Domínio da União, chegou êste Ministério ao acôrdo com a Companhia Predial S. A., proprietária de uma grande parte dos imóveis a serem adquiridos. Como V. Excia. por despacho proferido na Exposição de Motivos n.º 42-A, de 1 de novembro de 1943, do ministro da Educação e Saúde, deu por aprovado o referido acôrdo, venho solicitar-vos que autorize a efetivação da transferência de domínio, com relação aos imóveis pertencentes à Companhia Predial S. A., nas condições de preço e pagamento constante do entendimento realizado. Solicito ainda a V. Excia., que autorize que aos demais proprietários, sejam propostas as mesmas condições do acôrdo realizado com a Companhia Predial S. A.

A abertura de crédito para pagamento dos prédios e terrenos da Vila Valqueire irá sendo feito parceladamente à medida que os diferentes acordos forem sendo concluídos. Apresento a V. Excia. os meus cordiais protestos de estima, consideração e respeito."

Em vista da autorização presidencial, o Sr. ministro da Educação enviou ao titular da Fazenda o seguinte Aviso:

"Sr. Ministro: Como é do conhecimento de V. Excia., foi pelo Decreto-lei n.º 6 574, de 8 de junho de 1944, declarada a utilidade pública dos prédios e terrenos da Vila Valqueire, no Distrito Federal, para nêles ser construída a Cidade Universitária da Universidade do Brasil. De acôrdo com a lei à declaração da utilidade pública de um imóvel segue-se o processo da aquisição, a qual poderá ser realizada mediante acôrdo. Informo a V. Excia que, depois dos necessários estudos feitos pela Diretoria do Domínio da União, foi por êste Ministério concluído um acôrdo com a Companhia Predial S. A., proprietária de grande parte dos terrenos. Êste acôrdo foi aprovado por despacho de 8 de novembro de 1943 do Presidente da República.

Em despacho proferido a 14 do mês passado, depois da declaração da utilidade pública dos prédios e terrenos da Vila Valqueire autorizou, de novo, o Presidente da República que se efetue a transferência de domínio dos imóveis pertencentes à Companhia Predial S. A., nas condições do preço e pagamento constantes do entendimento realizado ainda que aos demais proprietários de terrenos da Vila Valqueire sejam propostas pelo Govêrno as mesmas condições do acôrdo realizado com a Companhia Predial S. A.

Nestes têrmos, tenho a honra de solicitar a V. Excia. as seguintes providências: 1. Que a Diretoria do Domínio da União efetue a aquisição dos imóveis pertencentes à Companhia Predial S. A., na Vila Valqueire, assinando-se, para êste efeito, a necessária escritura pública. 2. Que seja aberto o necessário crédito para pagamento dos imóveis adquiridos na forma do item anterior. 3. Que a Diretoria do Domínio da União convoque um a um os demais proprietários de prédios e terrenos da Vila Valqueire, com o objetivo de à medida que êsses acordos sejam realizados, se efetue a transferência de domínio e se abram os necessários créditos para pagamento.

Apresento a V. Excia. os meus cordiais protestos de estima e consideração."

*

### Escola Nacional de Minas e Metalurgia

DEBATES EM TÔRNO DO PROJETO DE MUDANÇA DA ESCOLA — O parecer do professor Azevedo Amaral, apresentada ao Conselho Universitário, opinando pela mudança da Escola Nacional de Minas e Metalurgia (antiga Escola de Minas), tem sido objeto de vivos debates, de modo geral contrários às suas conclusões.

São geralmente os seguintes os argumentos apresentados:

E' conhecida a orientação geral que se dá, no estrangeiro, à localização dos centros universitários, fora dos grandes centros urbanos. Assim é nos Estados Unidos e na Europa, onde existe a preocupação de instalar as suas universidades em ambiente transqüilo, longe das grandes cidades. E' óbvia a vantagem decorrente dessa diretriz.

No Brasil tem-se observado igual orientação, e neste aspecto é frisante a política desenvolvida pelo Presidente Vargas, que cogita, além do mais, de atrair as nossas elites para o interior, fugindo do fetichismo dos grandes centros, e, para consegui-lo, um dos caminhos indicados é a instalação das escolas no interior. Os dois fatos mais recentes a respeito desta política pos-Revolução de 1930 é a instalação da Escola Militar em Resende, nas Agulhas Negras, e a instalação da Cidade Universitária na Vila Valqueire, em Jacarepaguá, afastada completamente do centro urbano do Rio. Só assim se poderá conseguir de professôres e alunos inteira dedicação aos estudos, aquêles lecionando com tempo integral, e êstes últimos livres do bulício e das várias solicitações que oferecem as capitais.

Assim acontece com a Escola de Agronomia de Viçosa, modelar estabelecimento, freqüentado por alunos vindos de todos os Estados do Brasil, realizando uma obra de elevado alcance para a economia nacional. O mesmo se dá com o Instituto Eletro-técnico de Itajubá, organização magnífica que honra a nossa cultura, também procurado por alunos de todos os pontos do nosso país e de outras nações americanas, fundado pelo espírito de escol que foi Teodomiro Carneiro Santiago. A Escola de Agronomia de Piracicaba, outra grande organização de ensino de São Paulo, com tão grandes serviços ao país, em pleno desenvolvimento no interior paulista. O Instituto Agronômico de Campinas, perfeita organização em seu gênero, no Brasil, que presta relevantíssimos serviços à agricultura nacional, tão sàbiamente localizado no interior e não na capital paulista. Êstes exemplos desmentem a falta de ambiência alegada para sustentar êste infeliz projeto de mudança da Escola de Ouro Prêto.

Outras são as razões que se podem invocar a respeito da diminuição da freqüência à Escola de Ouro Prêto. Da lavra do engenheiro Antônio José Alves de Sousa, atual diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, foi dirigido ao ministro da Agricultura em 26 de 6 de 1941, um substancioso parecer a propósito dêsse estabelecimento de ensino. Alguns tópicos merecem transcrição. Disse, então, o Sr. Antônio José Alves de Sousa:

"Mas, de alguns anos para cá, a Escola de Minas vem evidentemente perdendo a sua antiga eficiência, por dois motivos principais: 1.º — porque perdeu o regime singular e de alto valor, pelo qual se regeu durante mais de cinqüenta anos, com ótimos resultados; 2.º — porque seu aparelhamento e sua organização não acompanharam, por motivos certamente independentes da vontade de seus eminentes professôres, o desenvolvimento das indústrias mineiras e metalúrgicas do mundo. Para corrigir essa situação — prossegue o parecer, — é necessário que a Escola volte a ter o regime seu, próprio, equivalente ao instituído por Gorceix, e que se aparelhe devidamente de material, instalações e professôres. Acho que a Escola deveria sair da Universidade, continuar com sua sede em Ouro Prêto, transformar-se em Escola de Minas e Metalurgia sòmente, sem o pesado curso de engenheiro civil que contém, e ampliar muito e detalhar seus cursos de minas e metalurgia. Para êsse fim, precisaria aumentar os vencimentos de seus professôres, exigir-lhes *full time* e poder contratar professôres estrangeiros eminentes, principalmente para as cadeiras especializadas de metalurgia."

"Deveriam ser construídos em Ouro Prêto, não só um edifício com todos os gabinetes e demais instalações para a nova escola ainda casas residenciais para professôres como alunos.

"Parece-me desacertado — conclui êste brilhante parecer, — tirar a Escola de Ouro Prêto, porque Ouro Prêto é uma cidade que se presta maravilhosamente para centro de estudos. Acresce que Ouro Prêto está numa região onde se fazem minerações diversas, e está se transformando, pelos trabalhos do ilustre engenheiro e industrial Américo René Gianetti, num centro importante de indústrias electro-químicas e electro-metalúrgicas."

Em completo trabalho apresentado ao 1.º Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia, realizado recentemente no Chile, trabalho êsse que recebeu plena aprovação, assim se manifestaram os professôres José Barbosa da Silva, atual diretor da Escola de Minas, e José Carlos Ferreira Gomes: "Pelo resumo da geologia, dos recursos minerais e possibilidades minério-metalúrgicas do município de Ouro Prêto, realizado nas páginas anteriores, é evidente ser ótima a localização da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil na cidade de Ouro Prêto."

Vale a pena lembrar, para encerrar esta reportagem, que Ouro Prêto oferece completa "ambiência" para sede de uma escola superior. Assim é que conta, além da Escola de Minas, com uma Escola de Farmácia já centenária, uma Escola Técnica Profissional, uma Escola Normal, dois Ginásios na cidade pròpriamente e um outro num dos distritos, Escola de Comércio, Liceu de Artes e Ofícios, Grupo Escolar, além de várias outras escolas primárias. Museu Histórico, um Batalhão do Exército, e mais os seguintes estabelecimentos industriais: — Cia. Eletro-Química Brasileira S. A., com fábrica de ácido sulfúrico, utilizando-se do processo alemão de fixação do azôto atmosférico — primeiro estabelecimento no gênero na América do Sul; produção de sulfato de cobre, fábrica de sulfato de alumínio, primeira organizada no Brasil; fábrica de ferro-manganês, fábrica de alumínio: em linhas gerais é esta a organização da Eletro-Química S. A. Outros estabelecimentos: Usinas de Burnier, com alto fôrno para fabricar ferro-gusa, usinas de tratamento de ocres, usina para a extração da cafeína, jazidas de pirita em plena exploração, cuja cubagem foi avaliada em 15 milhões de toneladas, jazidas de bauxita, em franca produção, matéria prima do alumínio, com reservas avaliadas em um bilhão de toneladas.

Onde a falta de "ambiência"?

★

**Universidade Técnica do Oeste**

ESTABELECIDOS OS PLANOS PARA SUA FUNDAÇÃO — Já foram estabelecidos os planos para a fundação da Universidade Técnica do Oeste, que tem como objetivo a formação de técnicos destinados a atender ao progresso e desenvolvimento da indústria nacional, muito especialmente as regiões situadas no oeste brasileiro, e cujo planejamento está entregue a uma comissão composta do Prof. Lourenço Filho, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, dos Srs. Jurandir Lodi, Luís Pinheiro Pais Leme, João Batista Massot, do Ministério da Educação e Saúde, e dos Srs. Jaci de Assis e Afrânio de Azevedo.

O Sr. Luís Pinheiro Pais Leme, que acabou de regressar de uma viagem ao Brasil Central, concedeu à imprensa desta capital, uma entrevista, na qual abordou os problemas referentes àquela iniciativa. Disse o Sr. Pais Leme: "De fato, estamos trabalhando ativamente para criar, no Triângulo Mineiro, a Universidade Técnica do Oeste. Visitei agora aquela privilegiada região e tive oportunidade de observar que a fundação dessa Universidade representa uma real e legítima aspiração do povo mineiro, goiano e matogrossense, constituindo mesmo uma evidente necessidade para a população da próspera região do Brasil Central. Em diversos municípios daquela zona, conversei demoradamente sôbre o assunto com numerosas pessoas representativas e responsáveis pelo grande progresso que ali se verifica e pude constatar o trabalho que realizam no sentido de ver se conseguem concretizar essa constante aspiração popular.

— Como se sabe — acrescentou aquêle técnico de Educação — o Triângulo Mineiro, o sudoeste goiano e parte de Mato Grosso formam uma unidade geográfica com características econômicas e psicológicas próprias, sentindo o povo que ali vive e trabalha a premente necessidade de possuir também um centro cultural de grau superior próprio, e que venha satisfazer os interêsses da sua vida regional. E é tanto mais legítima esta aspiração quando se sabe que inúmeros jovens da região, para estudar o curso superior, são forçados a se deslocar para São Paulo, Rio e Belo Horizonte, onde nem sempre se entregam ao estudo de matérias atinentes às necessidades daquela zona central do país, passando a estudar, pelas facilidades que encontram, o Direito e a Medicina, carreiras que abrem maior número de vagas aos candidatos, quando mais do que isto são reclamados técnicos em agronomia, veterinária, química e engenharia. E' fácil compreender também o sacrifício de centenas de chefes de famílias de tôda aquela extensa parte do país, quando têm de mandar seus filhos estudar em capitais distantes. Êsses fatos, e a necessidade de grande número de técnicos que satisfaçam as exigências da vida econômica do Brasil Central, levam-nos naturalmente a trabalhar no sentido de tornar uma realidade a Universidade Técnica do Oeste.

Interrogado sôbre o local onde se pretende criar o novo centro cultural, o Sr. Pais Leme respondeu que:

— A cidade de Uberlândia, como centro polarizador do movimento comercial e financeiro de tôda a região, é a que se apresenta com maiores credenciais para receber a nova unidade de ensino. Devido às circunstâncias

apontadas e à sua intensa vida agro-pecuária. Uberlândia é uma das cidades mais progressistas do Brasil. Sua vantajosa posição geográfica faz com que seja um formidável entreposto comercial entre o litoral e o interior e vice-versa. Sendo, para o sudoeste goiano e Mato Grosso, o ponto terminal da Estrada de Ferro Mogiana, recebe e retém do litoral as manufaturas que são posteriormente enviadas por estradas de rodagem para aquêles Estados e dêles para o litoral os gêneros de primeira necessidade, como arroz, feijão e carne, que consumimos na capital da República e São Paulo, e ainda o que segue para o exterior através do pôrto de Santos. Além disso, a indústria ali já cria raízes poderosas, concorrendo com a economia tradicional da agricultura e do zebu. Uberlândia é, pois, o centro aglutinador e o entroncamento forçado de todo o movimento daquela imensa região e, por isso mesmo, foi escolhida para sede da Universidade Técnica do Oeste.

Sôbre a constituição da nova Universidade, esclareceu o nosso entrevistado que, estudando as necessidades da região, foi que se resolveu criar uma universidade composta de escolas cujos ensinamentos mais de perto se harmonizassem com as riquezas da terra. Assim, inicialmente, a Universidade Técnica do Oeste contará com escolas de Agronomia, Veterinária, Comércio, Química Industrial, Farmácia, Odontologia e Eletrotécnica, além de uma escola técnica de grau médio. Adiantou-nos o Sr. Pais Leme que, de regresso do Triângulo Mineiro e do sudoeste goiano, levou ao conhecimento do ministro Gustavo Capanema as aspirações do povo daquela região sôbre o assunto, e que pessoas das mais representativas trabalhavam pela criação da Universidade do Brasil Central. O titular da pasta da Educação, após elogiar e aplaudir êsse trabalho, ponderou que o novo centro de ensino deveria denominar-se Universidade Técnica do Oeste e não Universidade do Brasil Central, sendo a sugestão aceita pelos interessados.

Prosseguindo, acrescentou:

— De conformidade com a lei orgânica do ensino superior em elaboração, como já foi anunciado, haverá duas espécies de universidades: as autarquias, ligadas ao Govêrno, e as "fundações", particulares e nos moldes das existentes nos Estados Unidos, as quais são auxiliadas e supervisionadas pelo Govêrno através do Ministério da Educação. A Universidade Técnica do Oeste será dêste último tipo, ou melhor, jurìdicamente será uma fundação.

E assim concluiu o Sr. Luís Pinheiro Pais Leme a sua palestra:

— Agora, o que mais importa é o apoio que esta iniciativa deve receber não só do povo da região do Brasil Central como dos capitalistas brasileiros em geral. Tenho certeza de que pelo significado patriótico da mesma, êste apoio não nos faltará, sendo já bastante promissores os resultados até aqui alcançados. Dos capitalistas da zona diretamente beneficiada temos recebido grande estímulo pois vários dêles já colocaram alguns milhares de cruzeiros à disposição da fundação. Esperamos que o mesmo aconteça com os capitalistas desta capital e de outras regiões do país, como estamos certos de que apoio e estímulo encontraremos também dos governos diretamente interessados na objetivação dessa iniciativa, isto é, dos governos dos Estados de Minas, Goiás e Mato Grosso. Por outro lado, a comissão encarregada de levar avante êsse empreendimento já recebeu apoio das altas autoridades do ensino e de entidades das mais representativas como a União Nacional dos Estudantes, o Rotary Clube de Uberlândia, a Associação Comercial e outras. Tudo leva a crer, portanto, que a Universidade Técnica do Oeste será dentro em breve não mais uma aspiração, mas uma realidade.

★

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

### Arquivo Nacional

SUA DOCUMENTAÇÃO — INTERCÂMBIO CULTURAL — Criado a 2 de janeiro de 1838, na Regência de Araújo Lima e por iniciativa de Bernardo de Vasconcelos, ministro do Império, encerra o Arquivo Nacional todo o nosso passado histórico.

Várias dezenas de milhões de espécies documentais estão ali guardadas, permitindo ao Arquivo servir como repartição certificadora por excelência.

Muita coisa curiosa e rara se encontra naquelas prateleiras de aspecto simples. Ali vêm ter documentos das mais diversas procedências, uns por fôrça de lei, outros por doação e muitos ainda por compra. Desde os processos, atas, relatórios e autógrafos mais importantes até as simples listas de passageiros dos navios chegados ao Rio.

Estão ali, por exemplo, os processos contra os antigos presidentes de Província, os processos da extinta Justiça Eleitoral e acervo do Presídio de Fernando de Noronha, recentemente transformado em praça de guerra.

Também lá se encontram os originais da *História da Revolução no Maranhão*, pelo visconde de Araguaia, além da correspondência dos governadores de Província com os ministros do Império e o processo de Tiradentes. Na Caixa Forte do Arquivo são guardados até segredos de Estado.

Sempre que sabe da existência de um documento raro e de valor, o diretor do Arquivo procura adquiri-lo, o que faz muitas vêzes por compra, como recentemente aconteceu com um autógrafo valiosíssimo de Simon Bolivar, o Libertador.

Mantém o Arquivo uma sala de consultas, que funciona todos os dias úteis, das 11,30 até às 16,30. Ali qualquer pessoa pode ter acesso sem a menor dificuldade.

Ao entrar o consulente recebe uma ficha sem a devolução da qual não poderá deixar o edifício. Isso serve para evitar o desvio de documentos preciosos. Aliás, há sempre cópias dêsses documentados que são exibidos aos interessados, só se mostrando original quando se trata de pessoa categorizada.

Possui o Arquivo uma Biblioteca especializada e uma Mapoteca, devendo inaugurar brevemente a Filmoteca.

Pouca gente talvez saiba que foi ali, naquele centenário Arquivo, que teve a sua origem o Museu Histórico Nacional. Foi com acervo ali reunido que se formou o primeiro núcleo do importante repositório das nossas preciosidades históricas.

Os documentos mais antigos guardados no Arquivo Nacional datam do século XVII. Por isso mesmo que êle está em condições de servir ao público em vários sentidos.

Muitos e muitos estrangeiros recorreram aos seus serviços para provar, por meio das listas de passageiros ali arquivadas, a data de sua entrada no Brasil, formalidade exigida pelo Ministério da Justiça.

Ainda há pouco tempo os funcionários do Arquivo tiveram de rebuscar mais de dez mil

volumes para encontrar o título comprobatório da neta de um veterano da guerra do Paraguai, uma pobre viúva que pretendia pleitear uma pensão do govêrno.

Até cópias fotográficas documentais o Arquivo fornece. Ainda no início de julho último, atendendo a uma solicitação do diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, o Sr. E. Vilhena de Morais, diretor do Arquivo Nacional, mandou pelo Gabinete Fotográfico dessa repartição reproduzir por micro-filmagem e eletro-cópia o volume *Velosia — Contribuição do Museu Botânico do Amazonas* 1885-1888 (2.ª edição) Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1891 — da autoria do saudoso botânico brasileiro J. Barbosa Rodrigues, obra hoje inteiramente esgotada, que constitui já verdadeira raridade bibliográfica e que se tornava necessária aos estudos de eminente cientista norte-americano. O presente trabalho, já entregue àquele Serviço, consta de 11,12 metros de micro-filme e de 68 foto-cópias das gravuras no volume existentes.

Prossegue assim o Arquivo Nacional a tarefa de intercâmbio documental com os Arquivos estrangeiros, iniciada em 1940 com o seu programa de colaboração com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, presidida pelo saudoso general Francisco José Pinto, havendo por essa ocasião apresentado no capítulo tocante a documentos históricos em reprodução fotográfica, todo o famoso *Processo dos Távoras*, preciosidade dá sua Secção Histórica, ou sejam seis grossos volumes em 126 metros de filme, correspondentes às 2 831 páginas do original manuscrito; as *Manobras do Exército Prussiano em 1771*, num total de 5 metros de micro-filme Leica, além de 24 ampliações fotográficas extraídas das cópias em micro-filme dos seis volumes do *Processo dos Távoras*.

Dentro do país, continua a fornecer reproduções dêsse gênero para repartições públicas e várias instituições científicas, como o Museu Imperial de Petrópolis, o Arquivo Militar, o Museu do Ipiranga e o Instituto Osvaldo Cruz e a notáveis escritores empenhados na elaboração de trabalhos históricos à vista dos documentos originais.

★

**Territórios Federais**

PARECER SÔBRE A LEGALIZAÇÃO DA POSSE DE TERRAS DEVOLUTAS — O *Diário Oficial* de 29 de julho publica o seguinte parecer, aprovado pelo Sr. ministro interino da Justiça: CENE 35-44

Trata-se de processo de legitimação da posse de doze grandes fazendas, com a área total de 47 900 hectares, situadas no município de Maracaju, que pertencia ao Estado de Mato Grosso e hoje pertence ao Território de Ponta Porã. Consta do processo que essas terras faziam parte da antiga fazenda de Santa Maria, ou das Sete Voltas, fundada em terras do Estado por Antônio Gonçalves Barbosa, que a transferiu, por escritura particular de 1849, do barão de Antonina, cujos herdeiros a registraram na repartição de terras, em 1901, como propriedade particular. Em 1922 as ditas terras foram objeto de execução judicial, para pagamento da quantia de Cr$ 200 000,00, que o Sr. João Abott e sua mulher deviam ao espólio do barão de Antonina. Nesse feito, que correu pelo Juízo Federal, da 1.ª Vara da capital da República, o Estado de Mato Grosso apresentou embargos de terceiro senhor e possuidor, que foram julgados procedentes, ficando, assim, reconhecido o direito de propriedade do Estado sôbre as ditas terras. Tendo em vista, porém, que nessa ocasião já as mesmas terras formavam várias fazendas, constituindo fator econômico importante para a região, resolveu o Govêrno do Estado baixar o Decreto-lei n.º 385, de 4 de fevereiro de 1941, pelo qual ficou "assegurado", "aos possuidores de terras amparados por sentença de usucapião decretada contra o Estado, em ação para o qual o mesmo não tenha sido citado por ocasião da sua propositura", o direito de legitimação da área efetivamente ocupada, uma vez que a requeiram dentro do prazo de 12 meses a contar da publicação", do mesmo decreto-lei, sendo, em tais casos, as terras concedidas "aos preços de Cr$ 1,50 por hectare, nos municípios de Corumbá para o sul, e de Cr$ 0,50 nos da zona norte". Foi em conseqüência dêsse decreto-lei estadual que os interessados requereram a legitimação da posse das terras de que trata dito processo. Tais requerimentos foram examinados por um oficial arquivista da Diretoria de Terras e Obras Públicas que declarou acharem-se os mesmos "instruídos dos documentos necessários, podendo, por isso, ter o andamento devido". Os demais funcionários, do mesmo modo que o secretário geral e o interventor federal, limitaram-se a encaminhar o pedido, sem emitir parecer. Na Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, o expediente foi detidamente apreciado pelo assistente jurídico e pelo Sr. Leal de Mascarenhas, tendo êste último opinado pelo deferimento dos pedidos, desde que medidas as terras, a fim de que sejam concedidas apenas as áreas alegadas e requeridas, e, também, depois de ouvido o Conselho de Segurança Nacional. A Comissão aprovou êsse parecer, mas o Sr. ministro achou necessário que se esclarecesse se as terras de que trata o processo estavam, ou não, situadas no Território de Ponta Porã. Da resposta afirmativa que foi dada a essa pergunta, a proposta do Sr. Leal de Mascarenhas — a quem a C.E.N.E. incumbira de elaborar um projeto de decreto-lei dispondo sôbre as terras devolutas da União nos Territórios — no sentido de que fôsse baixado um decreto-lei autorizando as Interventorias Federais nos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, a expedirem, na forma das respectivas leis estaduais, os títulos definitivos sôbre concessão de terras devolutas que passaram à jurisdição dos Territórios Federais de Amapá, do Rio Branco, de Guaporé, de Ponta Porã e de Iguaçu, desde que o respectivo prócesso já esteja pràticamente concluído, isto é, com a medição feita, o preço pago e já com a autorização de que trata o art. 35 do Decreto-lei n.º 1 202, já concedida. A maioria da Comissão — pelo voto dos Srs. Valdir Niemeyer, Cleveland Maciel, Simões Lopes, Sá Filho, Leoni Machado, Clodomir Cardoso e Gontijo de Carvalho, e contra, apenas, o dos senhores Junqueira Aires e Oto Prazeres, opinou pela desnecessidade de tal projeto. Estou de acôrdo com êsse parecer, porque considero de grande utilidade que o Govêrno do Território, com os novos elementos de que irá dispor, verifique a regularidade dos processos já organizados, a exatidão das demarcações e dos dados informativos dêles constantes, e, ainda, julgue da conveniência de determinadas concessões. O Sr. governador do Território de Ponta Porã, aliás, já dirigiu ao Sr. ministro o ofício cuja cópia anexo solicitando as seguintes providências: a) transferência, da Repartição do Estado para a do Território, do acervo de documentos relativos a posses de terras no Território; b) fornecimento de cópia autêntica dos títulos de nossas terras no Território em continuidade com as do Estado; c) certidões dos registros dos documentos mencionados nas alíneas *a* e *b*, nas Repartições do Estado; d) ser constituída uma comissão que ficaria incumbida de processar a entrega e recebimento de tôda a documentação, na qual teriam assento os representantes das duas entidades administrativas. Penso que

as três primeiras dessas sugestões podem ser atendidas, sendo até conveniente que iguais providências sejam adotadas em relação aos demais Territórios, muito embora êstes nada possam fazer em definitivo enquanto não fôr promulgada a lei federal reguladora do assunto. Quanto à última providência, porém, a mesma me parece prematura, uma vez que a lei de terras é que irá determinar qual a autoridade competente para conceder as terras devolutas. Proponho, por isso, que o Sr. ministro ordene as seguintes providências: a) expedição de aviso aos Governos dos Estados do Amazonas, do Pará, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, solicitando sejam ordenadas as três primeiras medidas constantes do item 11 acima; b) expedição de aviso aos Governos dos Territórios de Amapá, de Rio Branco, de Guaporé, de Ponta Porã e de Iguaçu, dando-lhes conhecimento dos têrmos do aviso enviado aos Governos estaduais e esclarecendo que nenhuma concessão de terras poderá ser feita ou ultimada, até a promulgação de lei federal sôbre o assunto; c) paralisação de todos os processos de concessão de terras incluídas nas áreas dos novos Territórios, e que se acham neste Ministério. Em 14-7-944. — *Teodoro Arthou.*

Despacho: Aprovo. 24 — *Marcondes.*"

★

## MINISTÉRIO DO TRABALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Comissão de Metrologia

NOVA REDAÇÃO PARA DISPOSITIVOS DO REGULAMENTO METROLÓGICO — Dando nova redação a dispositivos do Regulamento Metrológico, aprovado pelo Decreto n.º 4 257, de 6 de junho de 1939, o Sr. Presidente da República assinou, no dia 11 de julho último, o Decreto n.º 16 047.

★

### Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial

ESTUDO DOS TRABALHOS JÁ REALIZADOS SÔBRE O POVOAMENTO, SANEAMENTO E A EXPLORAÇÃO AGRO-INDUSTRIAL DA BAIXADA FLUMINENSE — Por despacho de 17 de julho último, foi aprovada a Resolução n.º 3 do Conselho Nacional de Política Industrial e Comércio, na qual foi sugerida ao chefe do Govêrno a criação de uma Comissão de técnicos dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, Agricultura, Educação e Saúde, e Viação e do Govêrno do Estado do Rio de Janeiro, incumbida do seguinte:

a) Proceder, dentro do prazo de 120 dias, ao estudo dos trabalhos já realizados sôbre o povoamento, o saneamento e a exploração agro-industrial da Baixada Fluminense;

b) Estabelecer as bases para urgente planificação, execução do povoamento e intensificação da exploração agro-industrial da região;

c) Encaminhar o resultado dos trabalhos realizados à consideração e parecer do Conselho Nacional de Política Industrial e Comércial que elaborará, contendo as suas conclusões, as resoluções e projetos de decretos que, por intermédio do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, serão submetidos à alta consideração do Senhor Presidente da República.

★

### Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

PROVA DE SELEÇÃO PARA SERVIDORES DO S.N.R. — Em edital publicado no *Diário Oficial* de 7 do corrente mês o diretor dos Serviços Gerais de Administração tornou público aos servidores e ex-servidores do Serviço Nacional de Recenseamento, compreendidos na Exposição de Motivos n.º 594, de 10 de março de 1944, do DASP, que no intuito de colaborar com a intenção manifestada na aludida exposição de motivos, o IPASE resolveu tornar privativa dêsse pessoal a inscrição à prova de seleção para as funções de Auxiliar de Escritório extranumerário do IPASE, com o salário de Cr$ 550,00 (quinhentos e cinqüenta cruzeiros), que será realizada em data brevemente anunciada.

No programa das matérias do concurso, figura o seguinte de Geografia do Brasil:

a) divisão territorial;

b) principais cidades, portos, rios e montanhas;

c) viação fluvial, marítima, rodoviária, férrea e aérea.

Essa prova valerá até 10 pontos.

★

### Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho

REORGANIZAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS — Pelo Decreto-lei n.º 6 701, de 17 de julho último na pasta do Trabalho, foi reorganizado o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. O Serviço, que está subordinado administrativamente ao Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e obdiente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística, constitui um dos órgãos executivos centrais do I.B.G.E., e tem por finalidade levantar as estatísticas referentes às atividades de trabalho, indústria, comércio e previdência social do país, bem como promover, em publicações próprias, ou por intermédio do I.B.G.E., a divulgação dessas estatísticas.

APROVADO O REGIMENTO — Pelo Decreto n.º 16 087, da mesma data acima, foi aprovado o regimento do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, que compreenderá seis secções: do Trabalho, do Comércio e Indústria, da Previdência Social, de Estudos e Análises, de Administração e de Mecanização.

★

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CENTENÁRIO DO BARÃO DO RIO BRANCO — COLABORAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA — O Departamento de Imprensa e Propaganda, desejando colaborar com o Ministério das Relações Exteriores nas comemorações do centenário do nascimento do barão do Rio Branco, cuja realização terá início a 20 de abril do ano próximo vindouro, resolveu lançar as bases de um concurso para a publicação de uma biografia resumida do grande estadista.

As bases são as seguintes:

1) A biografia deverá ter objetivo educacional e ser redigida em linguagem accessível, sem transcrições excessivas, para fins de larga distribuição;

2) A distribuição será ampla, gratuita destinada a escolares, funcionários, trabalhadores e militares de todo o país;

3) Os originais deverão constar de cem páginas dactilografadas (tamanho ofício, espaço 2), no mínimo, e cento e vinte, no máximo, com o relato fiel da vida pública do barão do Rio Branco, além de referências à sua obra de historiador e geógrafo;

4) Na referida biografia deverá ser lembrado o aspecto tradicionalista da política de fronteiras e dos princípios jurídicos defendidos pelo barão do Rio Branco, de acôrdo com os precedentes brasileiros. Nesse sentido deverão ser mencionados os seus mais notáveis precursores e sucintamente explicada a contribuição de cada um;

5) Deverá ser assinalado o sentido americanista da orientação diplomática de Rio Branco e registrada a influência por êle exercida na política exterior do Brasil, mesmo depois de sua morte;

6) Os trabalhos, apresentados com pseudônimos, deverão ter os verdadeiros nomes dos autores em invólucros fechados;

7) Às biografias classificadas em primeiro, segundo e terceiro lugares serão concedidos prêmios de dez, cinco e três mil cruzeiros, respectivamente;

8) A comissão julgadora deixará de conceder os aludidos prêmios caso não seja apresentado, a seu critério, nenhum trabalho merecedor da referida distinção;

9) A Secretaria da Divisão de Divulgação, na sede oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda, receberá os originais destinados ao concurso até o dia 15 de dezembro do corrente ano.

CURSO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA, GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL E MAPOTECONOMIA — Por proposta do Departamento de Administração, o Sr. ministro das Relações Exteriores acaba de instituir o Curso de História da Cartografia, Geografia das Fronteiras do Brasil e Mapoteconomia.

Esta iniciativa é um dos mais importantes empreendimentos culturais ùltimamente tomados pelo Itamarati. Destina-se a ampliar os conhecimentos técnicos sôbre êsses assuntos dos funcionários do ministério, assuntos que são da mais alta importância para o nosso serviço diplomático. Mas não-funcionários do ministério poderão seguir, também, o curso, o que aumenta os benefícios a resultarem da iniciativa a primeira nesse sentido a se registrar entre nós.

O curso foi organizado pelos Srs. Jaime Cortesão e cônsul Murilo de Miranda Basto. Está entregue ao Sr. Jaime Cortesão, o ilustre historiador português ora entre nós, a realizar trabalhos importantes na biblioteca e na mapoteca do Itamarati, que são pesquisas e investigações de primeira ordem.

O estudo constará de quatro partes: I — Introdução geográfica e histórica; II — História da Cartografia americana e, em especial, do Brasil até 1750; III — Formação territorial e cartográfica das fronteiras do Brasil; IV — Geografia das fronteiras do Brasil.

Teremos, pois, um curso de enorme relevância, tanto mais porque está a cargo de um mestre no assunto, de renome mundial.

★

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

II REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SÔBRE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA — ADIADO O II CONGRESSO PAN-AMERICANO DE MINAS E GEOLOGIA — Reuniu-se o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, sob a presidência do Eng.º Ernesto Lopes da Fonseca Costa.

Após a aprovação da ata da sessão anterior passou-se ao expediente do qual fazia parte um ofício-circular do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enviando o programa da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a se realizar nesta capital, em agôsto próximo, e pedindo remessa das publicações ou qualquer trabalho técnico e informativo editados pelo Conselho, para serem distribuídos entre os delegados e demais membros dos países que se vão apresentar naquele certame.

Distribuído ao Sr. Emídio Ferreira.

Na ordem do dia, o Sr. Emídio Ferreira relatou o processo constituído do requerimento de D. Edite Lebre Mesquita de Miranda, solicitando autorização para dispor, durante o período de pesquisa, do carvão extraído da jazida de Faxinal Prêto, de que é concessionária.

O Conselho mandou restituir o processo declarando que a distribuição do carvão produzido no país cabe à Comissão de Marinha Mercante, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 5 964, de 3 de novembro de 1943, que só fixou preços para os carvões embarcados nos portos de Imbituba, Laguna, Pôrto Alegre e Rio Grande, e, nestas condições, é de parecer que a distribuição do carvão extraído da jazida de Faxinal Prêto, cujo preço não foi estabelecido no referido decreto-lei, também compete à Comissão de Marinha Mercante. Na semana seguinte o Conselho reuniu-se sob a presidência do Prof. Emídio Ferreira da Silva. Depois de aprovada a ata da sessão anterior, foi lido o expediente que constou, além de outros ofícios de uma Exposição de Motivos do Ministério da Fazenda, aprovada pelo Sr. Presidente da República, opinando contràriamente à concessão do crédito pedido para atender às despesas com o II Congresso Pan-Americano de Minas e Geologia, que deveria realizar-se, no Rio, em outubro do corrente ano, ficando, assim, adiado o certame para melhor oportunidade.

O Conselho resolveu que, oportunamente, tratará de novo da realização do Congresso em aprêço.

Em seguida, o Sr. Alves de Sousa congratulou-se com o Conselho pela assinatura do decreto-lei que dispõe sôbre classificação, avaliação e padronização dos produtos minerais destinados à exportação, um grande passo — acrescentou — no campo da mineração e para a solução do qual o Conselho emprestará também a sua colaboração.

Na ordem do dia, o Sr. Emídio Ferreira relatou verbalmente o pedido do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, afim de que sejam presentes ao Conselho Nacional de Geografia as publicações disponíveis editadas por êste órgão, para serem distribuídas entre os membros da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia, a realizar-se nesta capital em agôsto próximo.

O Conselho resolveu responder que, pela natureza das suas atribuições, não possui publicações que possam interessar aos trabalhos daquele certame.

★

**Departamento Nacional de Obras de Saneamento**

VISITA DE ENGENHEIRANDOS PAULISTAS ÀS OBRAS DE SANEAMENTO DA BAIXADA FLUMINENSE — Acompanhados pelo engenheiro Joaquim Ferreira Filho, professor da Escola Politécnica de São Paulo, estiveram nesta capital em viagem de estudos 22 estudantes do 5.º ano dessa Escola. Por determinação expressa do diretor dêsse estabelecimento de ensino superior, figurou no programa uma visita às obras de saneamento da Baixada Fluminense. No impedimento do diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, Sr. Hildebrando de Araújo Góis, foi o engenheiro Laerte Brígido, chefe da Divisão Técnica, incumbido de organizar a excursão que devia possibilitar aos engenheiros paulistas uma visão de conjunto dos serviços de saneamento nas proximidades da capital da República, dando-lhes ao mesmo tempo uma noção dos diferentes tipos de obras a cargo dessa repartição federal.

Partindo pela rodovia Rio-Petrópolis, aquêle profissional auxiliado pelos seus colegas, chefes dos distritos de Guaratiba, Sepetiba e Jacarepaguá, teve ocasião de pôr em relêvo a obra que vem sendo orientada pelo engenheiro Hildebrando de Araújo Góis. Foram assim visitados, ao longo dessa esplêndida rodovia, os *polders* dos rios Meriti, Sarapuí e Iguaçu, onde estão instaladas as bombas de devolução para desaguamento no caso de coincidência de grandes chuvas e marés altas. Mostrou o engenheiro Brígido a grandeza das áreas recuperadas com a construção dos diques longitudinais que atingem a cêrca de 6 500 hectares, ao mesmo tempo que davam uma demonstração de eficiência da possante instalação dos motores-bombas, capazes de, em conjunto, retirarem um volume equivalente a 10 vêzes a água fornecida em tôda a Capital Federal. Teve ocasião também de afirmar, em resposta a uma pergunta de um dos estudantes, que a diferença entre as obras de saneamento do Distrito Federal e o propalado serviço do mesmo gênero de Agro Pontino, na Itália, sòmente a bacia do Iguaçu com seus 65 000 hectares, já é maior do que aquela importante área recuperada por Mussolini, no sopé dos Apeninos, enqanto a Baixada Fluminense estendendo-se de Mangaratiba ao sul, até o rio Paraíba ao norte, tem 18 000 metros quadrados ou seja 25 vêzes maior que o Agro Pontino.

Depois de passar pelo rio Iguaçu, a comitiva entrou pela estrada da Camboaba para uma ligeira visita à Cidade das Meninas, onde os futuros engenheiros paulistas tiveram ocasião de apreciar a obra da fundação dessa cidade situada em zona inteiramente pantanosa e hoje completamente exaguada e sêca, graças a uma extensa rêde de valas secundárias de drenagens, abrangendo tôda a região, com uma extensão total de 50 000 metros. É uma boa demonstração dos serviços que se sucedem à drenagem mecânica, dos grandes canais que são os coletores principais das águas que se despenham das suas nascentes na serra do Mar. Prosseguindo a visita e tomando em seguida a antiga estrada Automóvel Clube, seguiu a comitiva para o Distrito de Sepetiba, onde na fazenda Normândia, nas fraldas do pico do Arapicu, a maior elevação da redondeza — foi servido o almôço. Logo após, foi visitado o rio dos Poços, longo canal que drena tôda a rica região de Queimados e Caramujos, onde os estudantes puderam observar o trabalho dos *drag-lines* em terreno resistente. Daí a comitiva seguiu para a ponte Vítor Konder sôbre o rio Guandu-Açu, atravessando pelos rios Saranó, Cubanga, Ipiranga e Cabenga, onde, em ligeiras paradas, explicaram os engenheiros do Departamento de Obras de Saneamento as dificuldades encontradas para abertura dêsses diversos canais durante a primeira fase dos serviços dessa repartição. Numerosas foram também as pontes construídas ou reconstruídas pelo mesmo Departamento ao longo das rodovias. Na ponte Vítor Konder os engenheirandos paulistas tiveram ocasião de observar uma das maiores obras executadas pelo engenheiro Hildebrando de Araújo Góis. O dique do Guandu-Açu veio resolver, de uma maneira definitiva, o problema do extravasamento dêsse curso d'água, que expunha a freqüente perigo o núcleo colonial de Santa Cruz, na sua maior parte colonizado. Justificou o engenheiro chefe da Divisão Técnica a necessidade premente dessa obra que evitaria de futuro, como agora acontece, a repetição de fatos desastrosos, como a inundação de março de 1933, quando o nível das águas extravasadas atingiu a altura das janelas das pequenas casas dos colonos ali instalados. São 50 quilômetros de diques, onde foram empregados 2 500 000 metros cúbicos de terra, dando-se ao antigo rio uma caixa de 300 metros de largura, que possibilitará, sem extravasamento, as cargas de 600 metros cúbicos por segundo. Descendo pelo dique ao longo da margem esquerda, chegou a comitiva a uma obra de divisão de águas que permitirá um desvio de parte das águas do Guandu-Açu para os canais Ivá e Guandu, que deverão ser de futuro, os canais de irrigação da área de Santa Cruz. Finda a excursão no Distrito de Sepetiba, o engenheiro Laerte Brígido fêz uma detalhada exposição dos serviços executados nas bacias hidrográficas do Itaquaru, do Guandu-Mirim e Cabuçu que determinava um surto sem precedentes do aproveitamento de terras por parte de particulares.

Voltando pela rodovia Rio-São Paulo até o quilômetro zero e daí rumando para Jacarepaguá, teve a comitiva ocasião de apreciar os trabalhos naquela zona, constando de abertura de canais, quer normalmente, quer com o emprêgo de *drag-lines* e o atêrro das áreas baixas por meio de draga elétrica de sucção e recalque, observando por fim a obra chave de todo o sistema hidrográfico das lagoas de Jacarepaguá, que é o molhe da Barra da Tijuca, obra que manterá permanente, a ligação dessa série de lagoas com o mar, evitando o alagamento dos cursos d'água que vêm ter à lagoa no período das grandes chuvas que se estendem de dezembro a março. O molhe da Barra da Tijuca é, sem dúvida, uma obra que honra o Departamento Nacional de Obras de Saneamento. Tem uma extensão de 300 metros, sendo a altura média de 6 metros. As pedras empregadas, com o pêso de 3 000 quilos, assentam em uma base de 35 metros de largura, já estando construídos 2 360 metros dêsse magnífico trabalho que recomenda a engenharia nacional.

Ao terminar a visita, o professor Joaquim Ferreira Filho teve ocasião de manifestar a excelente impressão que colheu dessa grandiosa obra de saneamento da Baixada Fluminense, salientando a conveniência de lhe dar maior divulgação, pois, mesmo entre os engenheiros patrícios — acrescentou — não se faz idéia do que vem fazendo o Govêrno Federal nesse gênero de trabalho.

TRANSFERÊNCIA PARA A FUNÇÃO DE PRÁTICO DE ENGENHARIA — Pelo Sr. Simões Lopes, presidente do DASP, por despacho de 8 de agôsto, foi aprovado o parecer favorável à transferência *ex- officio* de José Soares de Oliveira, Inspetor, referência XV, para a função de Prático de Engenharia, em vaga da T.N.M.

Está anexo ao processo um atestado expedido pelo D.N.O.S., de que o servidor em aprêço desempenha há dois anos a função de Inspetor. Todavia, devido à escassez de técnicos

com que vem lutando aquêle Departamento, ao candidato, bem como a outros servidores, têm sido confiados, por urgente necessidade do serviço, vários trabalhos que competiriam a Práticos de Engenharia, tais como: lançamento de poligonais para levantamento de cursos d'água, nivelamento dessas poligonais, secções transversais para levantamento de curso d'água, locação dos projetos de regularização de cursos d'água, nivelamentos das locações, secções transversais para cubação de movimento de terra, secções transversais para verificação dos serviços executados e medição de serviços de limpeza de cursos d'água.

★

**Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais**

ADMISSÃO DE ENGENHEIROS NA COMISSÃO DE ESTUDOS E MELHORAMENTOS DO RIO PARNAÍBA — Por despacho de 28 de julho último, publicado no *Diário Oficial* de 3 do corrente mês, o Sr. Presidente da República aprovou a admissão do Eng. Bret Lolas de Cerqueira Lima para, como diarista de obras, desempenhar na Comissão de Estudos e Melhoramentos do Rio Parnaíba, do D.N.P.R.C., serviços especializados, estudos e projetos de melhoramentos do mesmo rio, mediante o salário diário de Cr$ 100,00.

A NAVEGAÇÃO NO RIO SÃO FRANCISCO — O Sr. Presidente da República assinou decreto abrindo ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com vigência até o encerramento do exercício de 1936, o crédito especial de 48 500 000 cruzeiros para atender às despesas com a execução de estudos e obras para melhoria da navegabilidade e capacidade de transporte, carga e descarga e armazenamento no rio São Fancisco, de conformidade com o proposto e aprovado pelo Decreto n.º 15 441, de 2 de maio de 1944.

Sôbre as obras a realizar em virtude dêsse ato, para desenvolvimento de extensa região do país, o engenheiro Frederico César Burlamaqui, diretor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, prestou à imprensa desta capital, as seguintes informações:

"O decreto que o Sr. Presidente da República acaba de assinar tem realmente uma grande significação. Desde alguns anos vem o Departamento que atualmente dirijo, realizando estudos e obras no rio São Francisco, com o intuito de utilizá-lo como via de transporte eficiente e econômica, removendo obstáculos do seu leito e margens, construindo cais em algumas de suas cidades ribeirinhas e procurando por obras fixas, de diques e espigões, melhorar o trecho de fundo resistente das Corredeiras de Sobradinho e Curralinho, utilizando para êsse fim as pequenas verbas orçamentárias anuais que lhe são distribuídas.

Com a entrada do Brasil na guerra, tratei desde logo de expor ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas a situação dessa grande via de transporte e as medidas de emergência que me parecia necessárias adotar para utilizá-la com eficiência nas comunicações do sul com o norte do país, intensificando os melhoramentos do alto e médio São Francisco, de Pirapora a Juàzeiro, estudando ao mesmo tempo os melhoramentos dos seus principais afluentes, as possibilidades de comunicação dêsse trecho com os rios Parnaíba, Tocantins e Araguaia e bem assim o baixo São Francisco desde a sua barra até Penedo e em seguida até Piranhas.

Com base nessas sugestões e devidamente autorizado, submeti à consideração do Sr. ministro da Viação e Obras Públicas um programa de trabalhos, com o pedido de crédito de Cr$ 48 500 000,00, desde logo incluído no "Programa de Construções e Melhoramentos das Vias de Comunicação", programa êsse aprovado pelo Sr. Presidente da República, em 3 de novembro, e constituído não só dos trabalhos em causa, como de outros pertencentes aos vários departamentos do Ministério da Viação e Obras Públicas, todos custeados à conta do produto obtido com a emissão das "Obrigações de Guerra". Aprovado êsse programa, o Departamento apresentou, em detalhe, os projetos e respectivos orçamentos, que mereceram a aprovação do chefe da Nação, pelo Decreto n.º 15 441, de 2 de maio último, para aquisição do aparelhamento necessário, execução de obras e estudos.

Constam êsse projeto e orçamento, detalhadamente, na parte referente ao alto e médio São Francisco, da melhoria das condições de navegabilidade, do aumento da capacidade de transporte, do aparelhamento dos portos das várias cidades ribeirinhas e do prosseguimento dos estudos. Quanto ao baixo São Francisco, já foram os seus estudos concluídos, abrangendo o melhoramento de sua barra do trecho até Penedo e de vários afluentes, com os projetos e orçamentos em elaboração, para serem custeados por verbas orçamentárias ou por uma suplementação do crédito referido. Voltando ao alto e médio São Francisco, constam as várias partes citadas do programa aprovado de execução urgente de que adiante ficará exposto.

Esta parte do programa será executada com o aparelhamento a adquirir e iniciada desde logo com a existente, constando da limpeza do leito e das margens, por dragagem dos bancos existentes, retirada de troncos, arrebentação e remoção de lajes submersas e execução de obras fixas de diques e espigões onde são necessárias, dando as possibilidades de navegação nas épocas de estiagem.

A parte mais importante do aparelhamento a adquirir consta de uma draga de sucção e recalque semelhante às que operam no rio Mississipi e de 3 embarcações com movimento próprio para limpeza com a retirada de troncos e remoção de lajes, do tipo da existente nesse rio, denominada "Getúlio Vargas" e dotada de guindaste, bomba de sucção e recalque, serra circular para serragem dos troncos retirados e sua utilização como combustível, tubulação de recalque e de várias embarcações auxiliares, como lanchas, chatas e casas flutuantes para o pessoal. Embora seja no momento de muito difícil aquisição, acredito que com a cooperação dos Estados Unidos da América possa o Departamento importar êsse aparelhamento principal.

Conta a navegação que se executa entre Pirapora e Juàzeiro com elementos insuficientes para atender ao serviço e muito menos para o seu aumento. Assim é que essa navegação é praticada por 10 unidades de propriedade da Navegação Baiana, do Estado da Bahia, e 8 da Navegação Mineira de propriedade do Estado de Minas, transportando a primeira cêrca de 10 000 toneladas e a segunda 9 000, por ano, sendo que algumas dessas unidades são obrigadas a permanecer inativas durante 5 a 6 meses devido ao seu calado no período de estiagem reduzindo a capacidade dessa última a 7 mil toneladas. Há ainda a contar com 8 a 9 unidades de outras companhias particulares, podendo transportar, anualmente, 7 a 8 mil toneladas e cêrca de 200 barcas movidas a vela ou o reboque, com a capacidade máxima anual de transporte de 6 000 toneladas com a demora de mais de 2 meses dessas últimas para navegar de um a outro extremo.

Reunidos todos êsses elementos mesmo os incertos, em tempo de viagem, das embarcações a vela, chega-se ao máximo de 30 mil toneladas anuais, evidentemente insuficiente para atender à grande extensão dêsse trecho de Pi-

rapora a Juàzeiro, com 1369 quilômetros sem oferecer possibilidades para o seu desenvolvimento e capacidade de transporte, além dêsse trecho. Urge assim, como solução de emergência, dada a impossibilidade de adquirir desde já novos navios fluviais, aumentar essa capacidade de transporte, construindo 120 embarcações de madeira, para serem rebocadas, e rebocadores em número de 10, para êsse serviço, com o complemento indispensável da criação de 4 estaleiros, para construção dessas embarcações e reparação das existentes, como tudo consigna o projeto aprovado.

Devo ainda observar que uma outra medida propus de grande importância, a meu ver indispensável para a melhoria dessa navegação: a unificação dos serviços sob contrôle e direção de uma única entidade. Essa medida que hoje é da competência da Comissão de Marinha Mercante, daria a essa entidade poderes para uma boa distribuição do material flutuante existente, reparação das unidades que disso necessitassem, baixa das imprestáveis e emprêgo eficiente da renda apurada em benefício dos serviços.

Consta do programa aprovado, o prosseguimento dessas obras já executadas em alguns dêsses portos com mais amplitude e de modo completo, de acôrdo com o movimento comercial atual e futuro de cada um.

Novos cais serão construídos e ampliados os existentes, os quais servirão também de proteção contra as enchentes, nas cidades de Juàzeiro, Barra, Carinhanha, Remanso, São Francisco, Barreiras, Januária, Xique-Xique, Casa Nova, Santa Sé, Pilão Arcado, Mar Pará, Bom Jardim, Rio Branco, Lapa, Manga, São Romão e Pirapora, com a criação dos necessários terraplenos junto a êsses cais.

Para armazenamento de mercadorias a importar e exportar serão construídos armazéns, desde logo, nas cidades de Juàzeiro, Barra, Carinhanha e Pirapora e nas demais, logo que o seu movimento comercial assim o exija.

Na cidade de Petrolina, onde o Ministério da Guerra executa obras por projeto de sua autoria, serão levados a efeito o aparelhamento e os serviços complementares que forem julgados necessários.

A extensão do cais a construir, nas cidades citadas atinge a 6 700 metros, os terraplenos um volume cêrca de 250 000 metros cúbicos, e os armazéns desde logo 4 000 metros quadrados, nos quatro principais portos citados.

Serão revistos e completados os estudos e levantamentos já procedidos entre o trecho principal do rio, de Juàzeiro a Pirapora, com 1 369 quilômetros de extensão e estendidos aos seus 16 afluentes principais, desde logo, em cada um, numa extensão de 3 a 4 quilômetros, a partir de sua confluência.

Será também estudada a canalização do trecho compreendido entre Barra e Jatobá, hoje Itaparica, para o exame da eventual conveniência de sua execução, compreendendo uma extensão de 251 quilômetros.

Quanto ao baixo São Francisco, como salientei acima, já foram os seus estudos procedidos, sendo a parte principal do seu melhoramento o aproveitamento de sua barra e canal de acesso por meio de dragagem".

*

# Instituições particulares

## ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

IMPORTANTES COMUNICAÇÕES SÔBRE PALEONTOLOGIA DO BRASIL — Entre os vários temas abordados na sessão da Academia Brasileira de Ciências do dia 25 de julho próximo passado, prevaleceram as comunicações versando sôbre paleontologia brasileira.

O acadêmico Oliveira Roxo lembrou que, nos últimos tempos, explorações feitas pelos técnicos do Serviço Geológico vieram demonstrar uma riqueza de fósseis no Brasil, muito maior do que se presumia e propalava, bastando citar entre outros, os interessantes fósseis, para a paleobotânica fôlhas de Cordaitáceas no Permo-Carbonífero de Cresciúma, Santa Catarina; Pínulas de Sphenozalites do Triássico ou Jurássico de Santo Antônio de Platina, Paraná; Ginkgoales do Trias de Teresina, Paraná; ramos de Conífera do Trias de Corumbataí, São Paulo. Estão sendo estudadas por nosso sábio companheiro Costa Lima asas de um inseto neuroteróide do Plioceno de Fonseca, Minas Gerais.

Ainda com a palavra, apresenta uma nota do Sr. William A. Gosline, da Stanford University, atualmente trabalhando no Museu Nacional, nota que versa sôbre o problema da origem das faunas d'água doce da África e da América do Sul.

A nota começa com uma introdução em que procura mostrar que as conclusões a que têm chegado os autores, baseados na distribuição faunística sôbre as ligações continentais têm sido baseadas em extrapolações e unilateralismo de julgamento, cada autor estendendo aos demais grupos biológicos as conclusões a que chega pelo estudo do grupo em que se especializa. Termina essa introdução mostrando que os peixes de água doce parece não terem, em sua dispersão, seguido os mesmos caminhos que os Mamais, nada de positivo podendo-se concluir como se tenha procedido essa dispersão em vista dos dados escassos que a respeito se tem atualmente.

O estudo principal do autor consta do exame dos dados referentes à distribuição dos *Ostariophysis*, por ser o mais vasto e mais bem conhecido grupo de peixes de águas doces, embora apresente alguns poucos tipos marinhos, o que não impede supor, tenha sua dispersão, se realizado por vias de água doce.

Em seguida, resumindo a distribuição do grupo no decorrer dos tempos geológicos, chega à conclusão de que sua dispersão deveria ter se realizado em tempos pré-eocênicos, visto que no decorrer do Cenozóico já apresentam a mesma distribuição geográfica atualmente verificada.

Passa a discutir a distribuição geográfica atual, no que verifica sòmente os "Arlidae" são comuns à América do Sul e à África, mas êsses têm distribuição mundial. Sòmente os *Characineos* são peculiares a êsses 2 continentes, mas como sua organização anatômica é bem mal conhecida, pouco ou quase nada se poderá concluir sôbre seu parentesco e sua filogenia. A ausência de *Chyprinideos* na América do Sul e de *Characineos e Gymnotideos* na América do Norte parece indicar longa separação entre êsses 2 continentes. Interessante é a presença de *Ghyprinideos* na África onde parece terem penetrado vindo da Ásia, sem que, entanto, os *Characineos* tenham passado da África para leste. Conclui a nota mostrando a necessidade da revisão dos grupos de

peixes, de maneira a estabelecer-se sua filogenia, baseada no conhecimento da anatomia, fisiologia e distribuição paleontológica, correlacionando-se as conclusões a que se chegar com as que se deduzirem do conhecimento dos demais grupos biológicos.

Essa nota foi brevemente comentada pelo acadêmico Óton Leonardos.

O acadêmico Oliveira Roxo disse ter mais duas notas a apresentar, mas que estando presente o autor das mesmas, palentólogo Llewellin Ivor Price, pede seja dada a palavra ao mesmo. O presidente disse que tinha o maior prazer em dar a palavra ao Prof. L. I. Price, nome sobejamente conhecido como eminente paleontólogo, que já há alguns anos vem trabalhando no Brasil, trazendo-nos o benefício de seus conhecimentos especializados.

Com a palavra o Prof. Price diz que, a pedido do Dr. Andrade Júnior, engenheiro chefe das obras do balneário de Araxá, teve oportunidade de examinar uma jazida de vertebrados fósseis, verificando tratar-se de um depósito pleistocênico que constituía a maior jazida de mastodontes até hoje estudada no Brasil. O depósito é uma mistura de argilas, areias, seixos rolados, madeiras e fósseis que entulharam um caldeirão em antigo leito do córrego que drenou aquela parte do vale. Êsse caldeirão tem seis metros de comprimento por 4 de largura e 1,20 de profundidade, com fundo e lados de rocha nefelínica. Encontram-se, aí mais de 200 molares de mastodontes, indicando a presença, só nesse ponto, de 40 a 50 indivíduos. Calcula-se que 98% do material é referível a *Procoscideos* do gênero *Cuvieronius*. O resto é referível a *Xenartros* do gênero *Megatherium*, a *Perissodactilos* do gênero *Eqnus* e a *Litopternos* do gênero *Macrauchenia*. O grande acúmulo de fósseis no pequeno vale do Barreiro do Araxá pode ser atribuída em grande parte, às águas sulfurosas que, além de serem termais têm gôsto salgado, que tenha atraído para êsse ponto os animais do pleistoceno como hoje as águas salgadas atraem o gado.

Devido às condições verdadeiramente excepcionais da localização da jazida, situada no centro de uma estação hidrotermal e de veraneio, e tendo-se em vista o alto valor educacional de tão notável achado, sugeriu-se que a jazida devia ser conservada *in situ* e em forma de exibição permanente. Essa sugestão foi aprovada pelo Govêrno de Minas e está sendo concluída a preparação e proteção do material para uma exposição permanente, pensando o Govêrno de Minas em preparar dois grandes painéis de ladrilhos com a representação de um mastodonte reconstituído e da fauna que então vivia na região, segundo os documentos paleontológicos. O Acadêmico Óton Leonardos, lembrando que essa jazida seja talvez a mais importante do mundo, em condições de tão fácil acesso e que se tornará sem dúvida um dos centros de maior atração turística do Brasil, propôs e foi aprovado unânimemente, um voto de congratulações com o Govêrno de Minas Gerais pelas medidas tomadas e pelo projeto exposto pelo professor Price, que espera muito breve se torne uma realidade.

O professor Price apresentou um desenho em tamanho natural de interessantíssimo fóssil do Cretáceo de São Paulo. Em 1943 foi encontrado nas formações cretáceas do interior do Estado de São Paulo (formação de Bauru) interessantíssimo crânio de um crocodiliano típico, mas cujos dentes serrilhados se assemelham aos dos Dinossáurios. São idênticos aos dentes que têm sido isoladamente encontrados na mesma formação e que têm sido referidos por von Huene a Dinossáurios carnívoros, que êle enfeixou sob a designação geral de Carnossáurios. O presente fóssil vem assim permitir bem conhecer a proveniência de tais dentes, devendo o fóssil ser incluído por certo em nova sub-ordem de Crocodilianos, talvez na mesma em que foram incluídos restos de Crocodilianos da República Argentina. Êsse fóssil tão interessante foi dado ao Dr. Toriano Pacheco de São Paulo, que gentilmente o doou ao museu da Divisão de Geologia e Mineralogia. Por enquanto ainda não lhe foi dada designação científica, sendo trazida ao conhecimento esta admirável descoberta como o que quase se poderia chamar uma nota anteprévia.

★

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

O OESTE DE ONTEM E O OESTE DE HOJE — O Prof. Boaventura Ribeiro da Cunha, pronunciou, no dia 29 de julho último, na Associação Brasileira de Imprensa, uma conferência sob o título *O Oeste de Ontem e o Oeste de Hoje*.

★

## INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA

POSSE DE NOVO SÓCIO — Realizou-se no dia 11 de julho último mais uma sessão do Instituto Brasileiro de Cultura, para posse do novo sócio titular, Sr. Leôncio Correia, na cadeira de Olavo Bilac. Abriu a sessão o Sr. desembargador A. Sabóia Lima, que declarando o novo sócio titular empossado, passou a presidência ao Sr. Oliveira Ramos.

O presidente concedeu então, a palavra ao Sr. A. Sabóia Lima que proferiu um discurso de saudação ao recipiendário. Em seguida, o Sr. Leôncio Correia, fêz uma apreciação desenvolvida da obra literária de Bilac e da sua personalidade. Concluiu o Sr. Leôncio Correia a sua oração referindo-se elogiosamente à figura do Sr. Sabóia Lima.

Por fim falou o Sr. Osvaldo Paixão que se congratulou pelo brilhantismo da posse do Sr. Leôncio Correia e pediu uma homenagem à memória de Carlos Gomes, cujo 105.º aniversário transcorria naquele dia.

Estêve presente à sessão o Sr. Paulo Tacla, que manifestou a adesão do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

★

## INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA

A REDIVISÃO TERRITORIAL POLÍTICA E O TERRITÓRIO DO TOCANTINS — ASPECTOS DA VIDA NORTE-AMERICANA — Realizou-se no dia 8 de julho último mais uma sessão do Instituto Nacional de Ciência Política, sob a presidência do Sr. Pedro Vergara, que convidou para tomarem assento à mesa, o Cel. Lísias Rodrigues, Sr. Júlio Barata, major José Luís Guedes, e os Srs. Carneiro Filipe, Carneiro de Campos, Paulo Tacla, Abeilard Pereira Gomes e Cap. Gilberto de Meneses, representante do brigadeiro Trompowsky.

Usou da palavra, inicialmente, o coronel aviador Lísias Rodrigues, que discorreu, sôbre o tema de grande atualidade *A Redivisão Territorial Política e o Território do Tocantins*. Principiou o orador por abordar os ciclos políticos pelos quais o Brasil passou, bem como a influência de fatôres geográficos dêsses ciclos, acentuando que, como conseqüência lógica, previa, para muito breve, um novo ciclo para o Brasil. Disse, após, que se a marcha normal dos acontecimentos acompanhasse a sinossóide que os fatôres geográficos traçam, o signo do novo ciclo político seria altamente pernicioso para o Brasil. A causa disso frisou, é

a divisão territorial política quase a mesma do tempo colonial que o Brasil ainda mantém. Todos os problemas do Brasil, em última análise, acentuou, redundam sempre na solução de uma redivisão territorial política do Brasil. Historiou, depois, a evolução histórica de todos os que se têm batido por essa redivisão, desde José Bonifácio até hoje, e concluiu por afirmar que a criação dos territórios federais é um passo em frente para se chegar a essa redivisão territorial, daí o defender e propugnar pela criação do Território do Tocantins.

Seguiu-se no uso da palavra o professor Júlio Barata, que dissertou sôbre o tema *Aspectos da vida norte-americana*.

Encerrando a sessão o Sr. Pedro Vergara teceu elogiosos comentários sôbre os importantes trabalhos dos oradores, agradecendo a valiosa cooperação dos mesmos à obra que o Instituto vem realizando em prol da divulgação de assuntos de interêsse nacional.

★

## LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

D. JOÃO VI E A CULTURA DO BRASIL — O Instituto de Estudos Portuguêses do Liceu Literário Português, realizou no dia 10 de julho último a nona lição do corrente ano, sendo dada pelo Prof. Celso Kelly sob o tema *D. João VI e a cultura do Brasil*.

A UNIDADE HISTÓRICA DO BRASIL — Realizou-se no dia 17 de julho último no Liceu Literário Português, uma conferência do Sr. Roberto Macedo sôbre o tema *A unidade histórica do Brasil*, na série organizada pelo Sr. Afrânio Peixoto para o Instituto de Estudos Portuguêses.

★

## LIGA DE DEFESA NACIONAL

"A SIDERURGIA E A USINA DE VOLTA REDONDA" — Atendendo a um convite do Departamento Trabalhista da Liga de Defesa Nacional, o Cel. Edmundo de Macedo Soares e Silva, diretor da Companhia Siderúrgica Nacional, pronunciou no dia 13 de julho último, na Escola Nacional de Música uma conferência sôbre o tema *A siderurgia e a usina de Volta Redonda*.

★

## REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

ASPECTOS ECONÔMICOS DA EXPANSÃO PORTUGUÊSA NA AMAZÔNIA — Realizou-se no dia 10 de julho último, no Real Gabinete Português de Leitura a conferência do Prof. Artur César Ferreira Reis sôbre o tema *Aspectos econômicos da expansão portuguêsa na Amazônia*.

A reunião foi presidida pelo embaixador de Portugal, Sr. Martinho Nobre de Melo fazendo parte da Mesa também os Srs. Pedro Calmon, Cel. Jaguaribe de Matos, Comendador José Rainho, Albino de Sousa Cruz, Parente Ribeiro e Cardoso de Gouveia.

O primeiro orador foi o Sr. Pedro Calmon, que fêz à numerosa assistência a apresentação do conferencista tecendo comentários em tôrno da sua personalidade, de escritor, ensaista, pesquisador de assuntos históricos, etc., explicando que a conferência que se ia ouvir versava principalmente sôbre o esfôrço colonizador dos portuguêses na Amazônia.

Em seguida o Prof. Artur Ferreira Reis deu início à sua conferência, focalizando todos os aspectos da colonização do vasto Amazonas desde o século XVII até aos dias de hoje, colonização essa devida ao gênio, e ao heroísmo dos portuguêses daquele tempo. Falou das suas imensas riquezas, ainda não tôdas exploradas, tratando o assunto sôbre todos os seus aspecto sociais. Encerrando a sessão o Sr. embaixador de Portugal, agradeceu à diretoria do Gabinete a oportunidade que a todos deu de assistirem a tão brilhante conferência e felicitou o conferencista pelo excelente trabalho que apresentou.

★

## SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA — No dia 8 do corrente mês, na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, reuniu-se a Assembléia Geral ordinária da Sociedade Brasileira de Estatística, em segunda e última convocação de acôrdo com a publicação feita no *Diário Oficial* da República de 19 de julho de 1944 e comunicação feita aos sócios.

Abrindo a sessão, o Sr. João de Mesquita Lara, 1.º Secretário, passou a presidência ao Sr. Ariosto Pacheco de Assis, que anunciou o início dos trabalhos.

Pelos Srs. M. A. Teixeira de Freitas, Alberto Martins, Valdemar Lopes e João de Mesquita Lara, foram apresentados documentos que os habilitavam como representantes, de vários sócios.

Submetida à aprovação a ata da Assembléia Geral anterior, o Sr. 1.º Secretário, em nome da Diretoria cujo mandato estava terminando, declarou não haver expediente de interêsse de Assembléia e dando início à ordem do dia, procedeu à leitura do relatório de suas atividades durante o biênio, acompanhado de documentos e balanço, bem como do parecer da Comissão Fiscal cujo teor é o seguinte:

"A Comissão Fiscal, tendo comprovado a exatidão dos informes prestados no relatório da Diretoria e examinando os livros de escrituração, e comprovantes de despesas, etc., assegurou-se da perfeita ordem da escrituração e julga dever consignar o seu louvor ao Sr. Tesoureiro Virgílio Costa.

Parece à Comissão, além disso, que não só a atuação da diretoria merece expressa ratificação da Assembléia como é de tôda conveniência proceda a Tesouraria ao ajustamento do quadro social na forma indicada.

Rio, D.F., 31 de julho de 1944.

*Alberto Martins, M. R. Espíndola, Francisco Steele*".

Submetidos a discussão e votação, o relatório e parecer foram aprovados.

Franqueada a palavra a qualquer dos presentes, o Sr. Marcelo Aroucha apresentou uma indicação, assinada por vários sócios, no sentido de ser concedido o título de Sócio Honorário ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e ao Sr. Léo de Afonseca, decano da Estatística Brasileira, proposição que foi unânimemente aprovada.

Anunciado o prosseguimento da ordem do dia, ou seja a eleição da nova diretoria, o Sr. Manuel Martins Júnior propôs que fôsse a mesma eleita por aclamação, apresentando os seguintes nomes:

Presidente — Valentim F. Bouças; 1.º Vice-Presidente — Benedito Silva; 2.º Vice-Presidente — João Lira Madeira; Secretário Geral — Rafael

Xavier; 1.º Secretário — João de Mesquita Lara (pelo I.B.G.E.); 2.º Secretário — Jessé Montello; Orador — João de Lourenço; 1.º Tesoureiro — Virgílio Costa; 2.º Tesoureiro — Mary Tuminelli.

Comissão Fiscal — Heitor Elói Alvim Pessoa, Sérgio Magalhães Júnior e Segismundo Melo.

Comissão de Redação — Rafael Xavier (nato), Lourenço Filho, Roberto Paiva Meira e Valdemar Lopes.

Apenas com restrição, quanto ao próprio nome, dos candidatos que se achavam presentes, foi a indicação aprovada sob palmas, declarando o Senhor Presidente eleitos os novos diretores para o biênio 1944-1946.

Permitida, ainda, a discussão de outros assuntos de interêsse social, falou o Sr. M. A. Teixeira de Freitas sôbre o afastamento da consócia D. Sílvia de Sousa Barros da função de encarregada da Secretaria da Sociedade e a recente partida da mesma, como uma das enfermeiras de Fôrça Expedicionária Brasileira no *front* europeu. O orador formulou os melhores augúrios à distinta colega, com os quais se solidarizou a Assembléia.

O Sr. Francisco Leitão propôs, e foi aprovado, que se consignasse em ata um voto de aplausos à diretoria que orientou os destinos da Sociedade durante dois biênios.

Agradecendo as referências que lhe foram feitas no parecer da Comissão Fiscal e a confiança que lhe havia sido reiterada, o Sr. Virgílio Costa, 1.º Tesoureiro, salientou a cooperação que a Sociedade tem encontrado, para o desenvolvimento do seu quadro social, no consócio Roberto Paiva Meira, Secretário Geral do Centro de Estudos de São Paulo.

O Sr. Manuel Martins Júnior falou sôbre a necessidade de intensificação da vida social, mediante contactos com os sócios, lembrou o importante papel que deveria caber, nesse particular, à Biblioteca Central do I.B.G.E., a qual é, também, a Biblioteca da Sociedade — desde que seja convenientemente instalada e aparelhada — e sugeriu que, obtida essa reforma, um grupo de sócios se encarregasse, em revezamento, de dar à assistência da instituição à sala de leitura. Como Secretário Geral do I.B.G.E., o Sr. M. A. Teixeira de Freitas prestou esclarecimentos sôbre a situação da Biblioteca. Disse que esperava ter a mesma transferida, em breve, para local adequado e em condições de servir ativamente à vida da S.B.E., mediante várias providências, entre as quais as sugeridas pelo Sr. Martins Júnior se enquadravam excelentemente. Ficou deliberado que o assunto fôsse recomendado à nova diretoria para figurar no respectivo plano de trabalhos.

O Sr. João Lara propôs fôsse renovado o apêlo dirigido pela Assembléia Geral de 1942 aos Diretores dos Departamentos Regionais de Estatística, no sentido de: a) promoverem a criação, nos respectivos Estados, de "Centros de Estudos" filiados à S.B.E., à semelhança do que já fizeram o D.E.E. de São Paulo e, mais recentemente, o do Amazonas; b) promoverem uma campanha para o aumento do corpo social da S.B.E. visando, especialmente, a admissão de maior número de sócios coletivos. Propôs ainda, congratulações com o consócio Júlio Benevides Uchoa, pela brilhante atuação que vem tendo o Centro de Estudos "Teixeira de Freitas" que reúne os colegas da capital amazonense nos mesmos objetivos da Sociedade. Ambas as propostas foram aprovadas.

O Sr. M. A. Teixeira de Freitas fêz sugestões, a serem transmitidas à nova diretoria, sôbre a entrega dos títulos de Sócio Honorário conferidos pela Assembléia, e, em seguida, teceu considerações sôbre o fato, ímpar na administração brasileira, da transferência do Estatístico Benedito Silva para a carreira de Técnico de Administração mediante proposta, altamente honrosa, do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, tendo a Assembléia deliberado dirigir àquele ilustre consócio e ao Sr. Luís Simões Lopes, suas calorosas congratulações.

O Sr. Valdemar Lopes solicitou, e foi aprovado, que se consignasse em ata um voto de pesar pelo falecimento no último biênio, dos consócios Álvaro Afrânio Peixoto e Ernesto Pedro dos Santos.

Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a reunião.

★

## SOCIEDADE DE AMIGOS DE OURO PRÊTO

SUA INSTALAÇÃO EM BELO HORIZONTE — Realizou-se em Belo Horizonte, no dia 28 de julho último, uma sessão preliminar para a fundação naquela capital da Sociedade de Amigos de Ouro Prêto. Presidindo a reunião o Sr. Renato de Lima convidou para secretariá-la os Srs. Roberto Costa e Vicente Guimarães. Tomando a palavra o Sr. Renato de Lima expôs, em rápidas palavras os fins da sociedade, assim resumidos: promover excursões a Ouro Prêto, patrocinar exposição de trabalhos de artistas ouropretanos, prestar auxílio aos estudantes daquela cidade, defender o seu patrimônio cultural e ainda manter um *bureau* de informações para as pessoas que desejarem visitar Ouro Prêto, bem assim como estudar seu passado histórico.

Êsse *bureau* manterá um serviço de informações sôbre as obras e a vida dos homens que construíram o patrimônio artístico de Ouro Prêto.

Com a palavra o Sr. Roberto Costa declarou aos presentes que era idéia da Livraria Cultura Brasileira, editar um livro sôbre Ouro Prêto. Êste livro conteria uma resenha da vida da cidade desde sua fundação, com fotografias ilustrativas e estudos sôbre a obra do Aleijadinho e outros artistas.

A renda obtida com a venda dêsse livro custaria uma bôlsa de ajuda aos estudantes de Ouro Prêto, ou a fundação de uma "república" para universitários da Escola de Engenharia e Metalurgia.

Para que se editasse o livro, o sócio Sr. João Napoleão de Andrade havia aberto uma lista de subscrições com a quantia de ..... Cr$ 10 000,00.

Informou ainda o Sr. Roberto Costa que a Prefeitura de Belo Horizonte havia tomado a iniciativa de patrocinar uma exposição de trabalhos em pedra sabão, que será inaugurada na capital. O mesmo se dará com os trabalhos de pincel. Estas exposições serão exclusivamente para artistas nascidos naquela cidade e terão as finalidades de incentivar as vocações artísticas de ouropretanos.

Como presidente da comissão diretora o Sr. Renato de Lima nomeou as comissões que se encarregarão de elaborar os estatutos da Sociedade, e tratar dos problemas relativos à sua instalação definitiva.

Essas comissões serão as seguintes:

Comissão diretora: Renato Lima, Roberto Costa, Vicente Guimarães.

Secretário Geral: Antônio Andrade.

Comissão de estatutos: Artur Barbosa Tôrres, Antônio Augusto de Oliveira e Roberto Costa.

Comissão de publicidade: Renato de Lima, Vicente Guimarães e Mílton Pedrosa (Presidente).

Comissão de expansão social: Frutuoso Monteiro, Pe. Antônio Paula Dutra, Francisco Coelho Neto e Alberto Tôrres.

Ficou também deliberado que na próxima reunião a realizar-se no salão do Clube dos Bancários, as comissões apresentarão o resultado de suas atividades.

Por telegrama, foi comunicado à Sociedade de Amigos de Ouro Prêto, com sede em Ouro Prêto, a instalação da congênere em Belo Horizonte, com o fim exclusivo de continuar a obra iniciada por aquela sociedade.

✶

### SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TÔRRES

CONCEITO MODERNO DE RAÇA — O Prof. Artur Ramos pronunciou, na Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, no dia 22 de julho último, uma conferência sôbre o conceito moderno de raça, à qual compareceu numerosa assistência.

✶

### SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

5.ª SESSÃO ORDINÁRIA — COLABORAÇÃO DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA — II REUNIÃO PAN-AMERICANA DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA — DEMARCAÇÃO DAS FRONTEIRAS ENTRE O BRASIL E A COLÔMBIA NO TRECHO DOS RIOS UAUPÉS E QUERARI — Realizou-se no dia 6 de julho último, a quinta sessão ordinária da Diretoria e do Conselho Diretor dessa Sociedade, sob a presidência do Sr. Taciano Acioli Monteiro. O Sr. João Ribeiro Mendes leu uma carta recebida da Sociedade de Geografia de Lisboa, na qual aquela Instituição prontificava-se a colaborar com a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro na pesquisa dos documentos sôbre a vida e a obra do grande naturalista e geógrafo brasileiro do século XVIII, Sr. Alexandre Rodrigues Ferreira. O ministro João Severiano da Fonseca Hermes falou sôbre as finalidades da 2.ª Reunião Pan-Americana de Cartografia, que terá lugar nesta capital e sôbre o projeto das grandes homenagens que serão tributadas à memória do barão do Rio Branco no centenário do seu nascimento, em 20 de abril de 1945. O tenente-coronel Frederico Augusto Rondon pronunciou uma comunicação, ressaltando uma efeméride geográfica relativa à demarcação das fronteiras entre o Brasil e a Colômbia, no trecho dos rios Uaupés e Querari.

✶

### TOURING CLUBE DO BRASIL

EXCURSÃO ÀS CATARATAS DO IGUAÇU — Partiram desta capital, no dia 13 de julho, os membros da excursão do Touring Clube do Brasil às quedas d'água do Iguaçu — Os viajantes embarcaram com destino a São Paulo, do onde, pelo trem da E. F. Sorocabana, alcançaram Presidente Epitácio. Daí, em vapor da Companhia Mate Laranjeira, seguiram pelo rio Paraná, para Guaíra (Sete Quedas) e por fim alcançaram o Iguaçu.

✶

## Certames

### PRIMEIRO CONGRESSO ECONÔMICO DO OESTE

A próxima realização, em Gioânia do Primeiro Congresso Econômico do Oeste continua despertando interêsse. Nesse certame, os seus participantes terão oportunidade de realizar planos para a completa e imediata exploração de matérias primas, isto é, traçando normas para a futura localização na região do centro-oeste de fábricas, depuradores e altos fornos em lugares onde forem assinaladas as ocorrências de minérios ou que ofereçam, por outro lado, vantagens econômicas na aplicação industrial. Aliás, esta é uma das inúmeras questões que serão estudadas no Primeiro Congresso Econômico do Oeste enfileirando-se, por conseqüência, no círculo de outros importantes capítulos e problemas de capital necessidade para o futuro da siderúrgica brasileira.

Uma das principais teses a ser desenvolvida durante a realização do Primeiro Congresso Econômico do Oeste é a do aproveitamento do boi, no próprio local da criação, o que se poderá obter por intermédio da instalação de frigoríficos, entrepostos e curtumes em zonas accesssíveis ou próximas aos centros de consumo. A finalidade da idéia prende-se ao fato de estimular, por vias indiretas, o desenvolvimento da indústria saladeril no oeste brasileiro, cuja produção será suficiente para abastecer as necessidades dos rebanhos. Como se sabe, a pecuária de Goiás conta já com mais de 5 000 000 de cabeças, espalhadas entre 30 000 criadores que procuram dia a dia aperfeiçoar as condições zootécnicas do gado, através de processos modernos e racionais, desprezando quaisquer sistemas rotineiros anteriormente adotados em grande escala. Ora, é fácil de se prever que se incrementando a indútria animal surgirão mais tarde numerosas fábricas de laticínios pelos municípios, produzindo em quantidade queijo, manteiga ou creme, o que importa em dizer que não mais haverá razão para se importarem êsses produtos do litoral, como vem acontecendo até aqui. As conclusões adotadas pelos congressistas a respeito dêsse assunto redundarão, não resta a menor dúvida, em proveito exclusivo para a economia do centro-oeste, de sorte que aliviará mais o pêso do nosso comércio importador, satisfazendo ao abastecimento das populações locais.

Nesse certame estão incluídos temas relevantes, cuja atualidade requer enorme interêsse da parte dos estudiosos de nossos problemas econômicos e mesmo dos poderes constituídos. Um dêles é o que se relaciona ao estudo e discussão do problema do escoamento de nossas riquezas, que se poderão, no futuro, encaminhar diretamente para o Atlântico, a bacia amazônica e o São Francisco. Aventar-se-á a possibilidade de se ligar por via fluvial, o oeste ao nordeste do Brasil e o imediato estabelecimento da navegação do rio Tocantins e seus afluentes com a organização de emprêsas idôneas especialmente constituídas para êsse fim. Todavia, parece que despertará maior atenção dos técnicos participantes do Primeiro Congresso Econômico do Oeste o projeto que nêle será apresentado visando a ligação entre os rios Araguaia e Paraguai, outrora estudado pelo general Couto de Magalhães para a qual, no momento que atravessamos, se revestia de elevado alcance, seja pelas excelentes vantagens

oferecidas no que diz respeito á abertura dos novos meios de transportes, seja pelo lado econômico, pois se levaria às regiões platinas nossos produtos e aumentariamos nosso intercâmbio comercial com aquêles países irmãos.

★

### IV CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, resolveu organizar, em comemoração ao 1.º centenário da pacificação do Rio Grande do Sul, com o tratado de Ponche Verde, a realizar-se a 1.º de março de 1945, um congresso especial — IV Congresso Sul-riograndense de História e Geografia que obedecerá ao seguinte regulamento organizado pela comissão especial:

Art. 1.º — O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul realizará de 27 de fevereiro a 2 de março de 1945 um Congresso comemorativo da pacificação da Província do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º — O Congresso será privativo dos sócios de tôdas as categorias, do Instituto do Rio Grande do Sul e demais congêneres do Brasil e terá lugar na cidade de Pôrto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3.º — Serão membros de honra do Congresso:

a) o Presidente da República;
b) o interventor federal do Estado;
c) o comandante da 3.ª Região Militar;
d) o prefeito municipal de Pôrto Alegre.

Art. 4.º — Os trabalhos dos sócios inscritos, serão incluídos em volume especial, independente de censura, sendo os autores responsáveis exclusivos pelas opiniões que emitirem.

Art. 5.º — Todos os inscritos, sócios do Instituto e instituições culturais, terão direito às publicações do Congresso e a participação em todos os atos que forem realizados.

Parágrafo único — Os sócios dos demais institutos históricos do Brasil só terão direito às publicações se contribuírem com trabalho que fôr aprovado, para o Congresso.

Art. 6.º — Tôdas as contribuições, — estudos, memórias, teses, bem como adesões, — sòmente serão recebidas até 15 de janeiro de 1945. Depois dessa data nada mais será aceito.

Art. 7.º — Os temas a serem estudados e examinados pelo Congresso sòmente versarão sôbre assuntos diretamente relacionados com a Revolução Farroupilha, a paz de Ponche Verde e suas conseqüências, principalmente no que diz respeito à consolidação da unidade nacional.

Art. 8.º — Os trabalhos do Congresso, ordem das respectivas sessões, forma de discussão e aprovação das teses apresentadas, organização dos anais, etc. serão regulados em regimento interno que será dado à publicidade, pelo menos, 90 dias antes da abertura do mesmo Congresso.

★

# Unidades Federadas

## ALAGOAS

### Causas geográficas dos desabamentos no morro do Farol

O *Diário Oficial* do Estado publicou no dia 19 de julho último, o relatório apresentado ao Sr. interventor federal em Alagoas, pelo Eng.º Alberto Ribeiro Lamego, da Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, sôbre os desabamentos ocorridos no morro do Farol. O Eng.º Ribeiro Lamego foi ao local, a pedido do interventor e por determinação da Diretoria de Divisão de Geologia e Mineralogia, a fim de examinar o fenômeno, discriminar as suas causas geológicas e sugerir medidas preventivas.

O aludido relatório é constituído de uma parte introdutória e dos seguintes capítulos publicados na íntegra.

### I — EMBASAMENTO GEOLÓGICO LOCAL

A topografia da faixa costeira alagoana dos limites de Sergipe aos de Pernambuco, caracteriza-se por dois andares típicos e correspondentes às duas principais formações geológicas superficiais.

Beirando o mar, as praias recentes quase ininterruptas formam o primeiro degrau. Por vêzes alastram-se elas pelo interior, em planícies que ocupam reentrâncias de velhos recortes litorâneos, cavados na formação dos tabuleiros da série das Barreiras, que constituem o degrau superior.

Tôda a paleografia costeira estadual, outrora vivamente espontada em promotórios batidos pelas ondas, foi modificada pelo próprio dinamismo do mar. O processo que deu origem às referidas praias, ligando êsses pontais, por línguas de areia, fêz recuar o Atlântico, ao mesmo tempo que com elas desapareciam as asperezas do antigo bordo continental atualmente suavizado em amplas curvaturas.

Por tôda a costa nordestina, e sobretudo em Alagoas, é enorme a importância dessa faixa de areias costeiras, por grandes extensões plantadas de cocais, que a prenderam com o mais interessante e característico elemento paisagístico regional.

Pode-se bem ajuizar a modificação da linha costeira pelas praias recentes, — restingas em muitos locais transformadas em dunas pela ação dos ventos —, a um simples olhar ao trecho da costa de Maceió a Cururipe numa carta estadual. Ali vemos tôda uma série de lagoas que ocupam o leito maior de rios e riachos, nas quais penetrava o mar antes do endicamento efetuado pelas barras de areia.

Essas lagoas são em geral limitadas por altas margens cortadas nos tabuleiros, a não ser em suas margens marítimas, aplainadas pelas restingas e em geral tarjadas de mangues que crescem sôbre depósitos argilosos fluviais.

A compreensão dessa topografia litorânea é necessária para o caso que estudamos. De um modo geral temos assim uma sucessão de espigões talhados nos tabuleiros e normais à linha costeira, cujas extremidades outrora cortadas pelas vagas em falejas, constituem as barreiras que deram o nome a esta série.

Por baixo delas e para o interior, dobra-se numa profunda fossa tectônica a série de Alagoas, de idade, eocênica e composta de conglomerados, arenitos, folhelhos e calcáreos. A presença nesta série de folhelhos betuminosos tornaram-na objeto de pesquisas geológicas e geofísica, bem como de sondagens para petróleo.

Os seus escassos afloramentos, todavia, sempre à beira-mar e em muitos pontos só visíveis na maré baixa, não interessam o trabalho presente. Basta sabermos que, sôbre esta série assentam os tabuleiros, sendo ela aparentemente estável e nada tendo a ver com o caso que estudamos. Nada pudemos observar na geologia regional que pudesse levantar a idéia do desabamento em questão, como relacionado a movimentos téctônicos nesta série sôbre a qual assenta a das Barreiras.

O essencial é notarmos que, o morro do Farol nada mais é que a extremidade de um dos referidos espigões transversais à orientação do litoral, situado entre a lagoa do Norte e o rêgo da Pitanga, e como tal uma antiga faleja outrora solapada pelas ondas, a qual, embora hoje isolada do mar por uma planície de areias, conserva um declive forte em sua face marítima.

No tôpo do morro ergue-se o farol de Maceió, e, na base da antiga faleja fica a rua Barão de Atalaia, onde várias dezenas de casas alinham-se no sopé da íngreme encosta da elevação.

## II — A ESTABILIDADE DO MORRO DO FAROL

O nosso primeiro cuidade ao iniciarmos o estudo das causas do desabamento no morro do Farol, conseqüência de um período de intensas chuvas, no qual as águas ao escorrerem pela encosta marítima, arrastaram o material desintegrado em violentas enxurradas que, ao invadirem as casas da rua Barão de Atalaia, alarmaram a sua população, foi o de verificarmos a consistência das rochas de que é constituída essa elevação.

Bons afloramentos apresentam-se ao longo da ladeira Rosalvo Ribeiro, onde o morro foi cortado quase a pique para o traçado desta rua. Êste corte cuja altura varia com a subida, e que de cêrca de sete metros na parte interior da ladeira passa gradualmente a uns dois na zona próxima ao farol, dá-nos uma secção do morro, completada por outra na extremidade anexa aos fundos da Catedral, e por uma terceira constituída pelas barreiras nos fundos de casas da rua Barão de Atalaia.

Em todos êstes cortes notamos que o morro do Farol compõe-se de camadas aproximadamente horizontais de argilas vermelhas bastante consistentes, por vêzes intercaladas de lentes e seixos rolados. Na base do corte da ladeira Rosalvo Ribeiro e nas barreiras da rua Barão de Atalaia, há ocorrências locais de canga. Nestas barreiras e nos fundos da Catedral verificam-se manchas de argilas variegadas brancas e arroxeadas. Nos taludes da rua Barão de Atalaia notam-se também lentes de arenito em pequenas exposições, geralmente relacionadas com os seixos rolados.

Em nenhuma destas faces vivas foi constatada qualquer desintegração geral das rochas, possibilitando o desmoronamento do morro, e, o horizontalismo das camadas exclui a hipótese de deslizamento ao longo de planos estratigráficos.

Como prova de consistência dessas formações argilosas que constituem quase tôda a massa do morro do farol, temos as barreiras da rua Barão de Atalaia que, embora verticais e bastante elevadas e hajam sido violentamente atacadas pelas chuvas, além dos depósitos naturais de barro vermelho em sua base produzidos pelas enxurradas, apresentam quinas vivas no alto do paredão, o que se não daria em caso de um desmoronamento, o qual necessàriamente apresentaria massas de argilas desintegradas com pendores menos vivos, ou pelo menos rachaduras comprovantes.

Provas idênticas de consistência do morro dão-nos o corte dos fundos da Catedral que não foi afetado pelas chuvas e sobretudo a longa face do paredão cortado ao longo da ladeira Rosalvo Ribeiro, o qual não obstante ser quase vertical continua sòlidamente firme, apenas apresentando insignificantes escorregamentos locais em sua parte mais elevada. É de notar-se que, no alto dêste corte, o muro que acompanha a rua e muito próximo à aba do barranco, nada sofreu até hoje, evidenciando a solidez do terreno para fundações.

É importante frisarmos que, o eixo do farol se encontra nas proximidades dêste corte e dista apenas 13,5 metros da rua. As suas fundações assentam pois em argilas bem consolidadas, e, a não ser devido a causas imprevisíveis que tenham solapado os alicerces, — verificação esta impossível de ser feita por nós em vista do largo embasamento de concreto que rodeia o farol, — não pudemos constatar nenhuma ameaça de seu desmoronamento imediato, desde que sejam tomadas as providências que adiante apontaremos.

## III — A FENDA

O desabamento teve lugar no alto da antiga faleja de forte inclinação para a rua Barão de Atalaia. A altitude do morro na base do farol é de cêrca de 32 metros, conforme os dados obtidos na Diretoria de Navegação, na ilha Fiscal, no Rio de Janeiro. A altitude do foco luminoso é de 57 metros, tendo por conseguinte a tôrre mais de 25 metros de pesada alvenaria. A sua base é octogonal, com 6,5 metros entre os lados opostos.

Fomos informados na Diretoria de Navegação que, não se encontram ali as plantas do farol que data dos meados do século passado. Dada porém a sua robustez maciça, e a solidez que caracteriza as construções daquela época, é de supor-se que repouse essa tôrre em possantes alicerces.

Êste, como já dissemos, não foram afetados pela movimentação do solo, mas o embasamento de concreto que protege a base da tôrre e igualmente octogonal, foi tangenciado pela fenda responsável pelo desabamento.

Esta fenda é visível por cêrca de 250 metros de extensão, paralela e a uns 2 metros da crista da antiga faleja ao longo da qual corria um muro de proteção que desabou inteiramente, dêle restando apenas os alicerces.

Na ponta do morro próxima aos fundos da Catedral, também ruiu completamente a casa do antigo semáforo, e, na outra extremidade da fenda, muros e fundos de casas desmoronados atestam a violência da ruptura.

Cachimbos transversais a esta fratura e executados após o desabamento a fim de ser facilitada a drenagem do alto do morro, mostram-nos que a fenda não parece ter prosseguido muito além de dois metros de profundidade, tratando-se portanto de um fenômeno superficial.

As casas de morada do pessoal da Capitania do Pôrto, de maneira idêntica ao farol, não foram afetadas pelo desabamento, encontrando-se ainda em terreno firme. Os fundos de alguns prédios da rua Osvaldo Sarmento que prolonga para o alto do morro a ladeira Rosalvo Ribeiro, apresentam rachaduras e mesmo desabamentos parciais, devendo estas casas merecer especial atenção da Diretoria de Obras Públicas, tornando-se prudente o abandono provisório das mais sacrificadas, até que as obras de consolidação do alto do morro sejam executadas.

A fenda é bem distinta em quase tôda a extensão mencionada, às vêzes como simples rachaduras no solo, mas em trechos nota-se um deslocamento vertical do bordo da encosta, que não excede porém a 20 centímetros.

## IV — CAUSAS DO DESABAMENTO

A íngreme encosta do morro do Farol que desce para a rua Barão de Atalaia é coberta de uma rala vegetação de gramíneas nativas, em lugares engrossada por arbustos que chegam a formar pequenos capões. Em determinada faixa que acompanha o declive do morro, notamos pequena plantação de bananeiras, sendo ali o solo capinado e nu.

No alto do morro, sobretudo nas vizinhanças do farol, o solo é em geral descoberto, com manchas de capim rasteiro que não bastam para o proteger.

É evidente à primeira vista que, uma absoluta faita de drenagem raciocinal foi a causa direta do desabamento. A água das chuvas persistentes era impedida de escoar-se para os lados da antiga faleja pelo citado muro que desabou, infiltrando-se no solo e aos poucos minando-lhe os alicerces.

Segundo testemunho do pessoal da Capitania do Pôrto, a fenda já fôra notada há cêrca de 2 anos como simples rachadura no solo, havendo nós verificado nos cachimbos que, parte dêste solo anexo ao antigo muro é proveniente de aterros com que nivelaram o alto do morro após a construção dêste muro.

Havia dêsse modo uma capa de terra excepcionalmente propícia à infiltração das águas pluviais que, nela penetrando e removendo os elementos aglutinantes, acabaram por solapar a base do referido muro e com êle a faixa paralela e inconsistente em grande parte constituída de aterros. Nos fundos dos prédios que parcialmente ruíram, observa-se do modo claro a composição de um solo artificial e negro, onde os resíduos orgânicos e fragmentos de louça atestam ser êle formado por aterros ao mesmo tempo que evidenciam a sua porosidade.

Pode-se desta maneira visìvelmente perceber que, a ausência de um sistema de drenagem no alto do morro com uma aba assim constituída, acabaria por determinar fenômenos de desabamentos como os que acabávamos de constatar.

E isto é ainda comprovação pela observação de que, na ponta do morro anexa aos fundos da Catedral, ali terminando em barranco elevado e a prumo, e onde o solo é residual sem qualquer capa de aterros superficiais, simples regos de uns dois palmos de largura e poucos centímetros de profundidade, paralelos e próximos à beira do corte, bastam para impedir qualquer desabamento.

A falta de drenagem foi portanto o maior fator diretamente responsável pelos fenômenos ocorridos no morro do Farol. Há outro porém, que, deve igualmente ser considerado. Trata-se da saúva.

Não sòmente na encosta marítima mas também no alto do morro, abunda esta formiga cuja nocividade sob todos pontos é conhecida. Testemunha o pessoal da Capitania do Pôrto que, as suas casas de morada assentam sôbre formigueiros que tudo invadem e destroem com a sua voracidade insaciável.

Percebe-se pois que, a saúva com as suas intermináveis galerias e as suas panelas minaram todo êste subsolo, facilitando a infiltração das águas pluviais. À capa superficial de aterros baixando a aba da encosta temos portanto, a adicionar como elemento responsável pelos desabamentos ocorridos, a persistente ação da saúva não só no alto do morro como também nas encostas, a um só tempo acelerando a penetração das águas e diminuindo a resistência à erosão no solo revolvido.

## V — AS CASAS DA RUA BARÃO DE ATALAIA EM FACE DOS FENÔMENOS OBSERVADOS

Embora não se trate de um desmoronamento do morro e sim de um desabamento limitado à quina do alto da encosta, nem por isso todavia, as várias dezenas de casas edificadas na base do morro devem ser consideradas em conjunto como isentas de perigo. Para um melhor esclarecimento passemos a considerar as secções transversais do morro na zona afetada pelo desabamento.

Próximo aos fundos da Catedral a descaída para a rua Barão de Atalaia é bastante brusca e nela o solo apresenta-se em grande parte revolvido e desintegrado. Nesta zona a descida faz-se para os fundos de casas de números 83 a 133, terminando quase nivelada com o muro que limita a área construída.

Dada a inconsistência do solo e a viva declividade, chuvas permanentes poderão ocasionar escorregamentos de grandes massas de terra, cuja queda súbita sôbre essas pequenas construções poderia causar danos materiais incalculáveis a ser mesmo fatal para os seus habitantes, em sua quase totalidade famílias de operários. No alto desta secção é que desmoronou completamente a casa do semáforo, atravessada pela fenda.

Mas para nordeste, o perfil do morro modifica-se. Embora de início mais vivo, o pendor da encosta suavisa-se à medida que se desce. É o que já se nota em baixo das residências do pessoal da Capitania do Pôrto, e, sobretudo em baixo do farol que domina do alto uma série de casas baixas, igualmente habitadas como as demais desta rua por humildes famílias proletárias.

Êste segundo setor conquanto menos diretamente ameaçado, visto que a concavidade da encosta diminui os riscos de um escorregamento repentino, as águas entretanto por ali descem nas enxurradas, abrindo caminho sôbre os taludes na base do morro, cavados para as referidas construções, e intermitentemente inundando-as de torrentes de lama. Por trás de uma avenida de casas de números 217 a 243, uma estreita calha cimentada é suposta suficiente para receber e conduzir os esgotos pluviais, conduzindo-os posteriormente à rua.

Mais para o nordeste ainda, conquanto a declividade da encosta venha a tornar-se de início ainda mais viva, abaixo dos prédios da rua Osvaldo Sarmento, o perigo diminui para as casas da rua Barão de Atalaia, dado o seu afastamento gradual da base da elevação, a qual é porém cortada por uma alta barreira sob a qual, na parte mais próxima à via pública, apreciáveis massas de terra foram depositadas pelos enxurros.

## VI — CONCLUSÕES E OBRAS A SEREM EXECUTADAS

Das nossas observações deduzimos que, não se trata de um desmoronamento em massa do morro do Farol devido à inconsistência das suas rochas provocada por chuvas persistentes que teriam acelerado a erosão.

A estrutura do morro, de camadas horizontais se bem que indistintamente estratificadas e a natureza das suas rochas argilosas, bem coesas nos cortes vivos, quase verticais e bastante altos em tôrno da elevação e apresentando grande resistência aos agentes erosivos, atestam a sua compacidade ao mesmo tempo que garantem um terreno sólido para os alicerces das construções, desde que sejam tomadas medidas protetoras da íngreme aba da encosta na previsão de possíveis desabamentos novos devido aos fatôres que apontamos.

Estas medidas devem ser imediatamente iniciadas, visto que, o seu retardamento poderia resultar em escorregamentos da massa da terra sôlta já desabada no alto, com ameaça para dezenas de casas na rua Barão de Atalaia. Compete-nos frisar que, conquanto o farol não ofereça perigo imediato, a dilação de obras que garantam a permanência da atual solidez da estrutura do morro, poderia resultar na abertura de nova fenda passível de acarretar irreparável desastre para a tôrre, cujo desabamento poria em risco dezenas de famílias, além da destruição do farol.

Para êste ponto solicitamos especial atenção das nossas autoridades navais da Diretoria da Navegação do Ministério da Marinha.

A fim pois de garantir a segurança do farol e da população que à sua sombra vive, e a estrutura do próprio morro que não pode ser removido sem obras de custo astronômico, aliás desnecessárias no momento, sugerimos as seguintes medidas a serem iniciadas com a possível brevidade:

1 — No alto do morro e por dentro do antigo muro desabado, uma cortina de concreto armado, sòlidamente firmada em estacaria.

Essas estacas deverão atingir profundamente a massa de argilas consolidadas da estrutura geológica do morro, devendo a execução desta obra merecer especial cuidado desde o embasamento do farol até o limite final dos desabamentos nos fundos de casas da rua Osvaldo Sarmento.

Nos aterros necessários para o aplainamento da faixa anexa à cortina, não deverá ser utilizado material poroso.

2 — A 10 metros distantes e abaixo desta primeira cortina, outra menos robusta deverá ser construída, a fim de que fique bem protegida a quina do alto do morro, de acentuado pendor.

3 — O alto do morro em tôrno do farol e das casas da Capitania do Pôrto deverá ser completamente impermeabilizado, quer com asfalto ou cimento, quer com paralelepípedos rejuntados com êstes materiais.

4 — Um completo sistema de drenagem deverá ser executado na elevação, com rigoroso estudo da bacia, construção de valeta de contôrno revestida de cimento para captação das águas pluviais e saída livre destas águas coletadas em calhas de cimento com seção estudada para receber e dar escoamento à máxima precipitação prevista.

5 — Os regos existentes na ponta do morro nos fundos da Catedral, e que tão eficientes se têm mostrado para a drenagem das águas pluviais, deverão ser aprofundados.

6 — O combate sistemático e persistente à formiga saúva, quer no alto do morro quer em suas encostas, deverá ser imediatamente iniciado.

7 — As casas da rua Osvaldo Sarmento cujos fundos ruíram, ficarão sob vigilância, até que se construa a cortina superior indicada. As mais prejudicadas deverão ser provisòriamente desabitadas.

8 — As casas de ns. 83 a 177 da rua Barão de Atalaia, em caso de persistência de chuvas, deverão ser provisòriamente despejadas, como medida de segurança para os seus inquilinos.

9 — Proibição de lavouras na encosta visto que a sua limpa deixa o terreno descoberto e de fácil erosão. Tôda a encosta deverá ser gramada para um rápido escoamento das águas pluviais e redução ao mínimo da infiltração, sendo que, o espaço entre as duas cortinas aconselhadas será aterrado para diminuição da rampa.

10 — deverá ser expressamente proibida a remoção de terra das barreiras basais do morro, nos fundos de tôdas as casas da rua Barão de Atalaia até o n. 427. Estas barreiras deverão ser taludadas e protegidas com grama ou hera, a fim de evitar-se a erosão.

11 — O corte da ladeira Rosalvo Ribeiro, desde o seu comêço nas proximidades da Catedral até o alto em que assenta o farol, deverá ser totalmente protegido em tôda a sua extensão por um muro de arrimo de alvenaria.

☆

São estas as medidas que sugerimos para a proteção do morro do Farol, de acôrdo com a sua topografia e a sua constituição geológica.

Embora possam elas ser dispendiosas, parecem-nos entretanto necessárias para um trabalho definitivo que, garanta a segurança do farol de Maceió, de custo elevado e imprescindível à navegação, proteja a vida e os bens de várias dezenas de famílias proletárias sem recursos, devendo-se ademais levar em conta a posição do morro, no centro de uma capital de Estado com cêrca de 1 000 000 habitantes e de elevado índice demográfico, sendo essa elevação necessàriamente, um dos motivos principais a serem focalizados em planos urbanísticos.

★

## BAHIA

### Instituto Histórico e Gegráfico

"EM TÔRNO DA FAMÍLIA DE CASTRO ALVES" — Realizou-se no dia 6 de julho último, uma sessão ordinária no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, durante a qual a professôra Anfrísia Santiago pronunciou uma conferência sob o título *Em tôrno da família de Castro Alves.*

☆

EM MEMÓRIA DO PROF. DERALDO DIAS — No Instituto Histórico, realizou-se no dia 30 de julho a solenidade em homenagem à memória do Prof. Deraldo Dias de Morais, que exercera o magistério em vários estabelecimentos de curso secundário, tendo sido membro da Academia de Letras da Bahia, e exercido as funções de diretor do Asilo de Mendicidade da cidade do Salvador. A sessão foi presidida pelo Eng.º Epaminondas Tôrres, estando presentes os professôres Luís Pinto de Carvalho, Isaías Alves, Rogério de Farias, Antônio Dias de Morais e membros da Academia de Letras e do Instituto Histórico. O presidente, Sr. Epaminondas Tôrres, de início, declarou que não era apenas um grupo de amigos e admiradores de Deraldo Dias que realizava ali uma cerimônia cívica, de culto à memória de um baiano ilustre, que prestara serviços no magistério e na administração pública, mas era a Bahia, representada pela sua elite intelectual, que rendia homenagem a uma das figuras mais expressivas da inteligência baiana, desaparecida quando ainda podia prestar maiores serviços, concorrendo para o renome da nossa terra. Falaram vários oradores; exaltando os méritos do extinto e foi sugerida a publicação da obra literária da Deraldo Dias, merecendo a sugestão aplausos gerais.

Pela manhã houve missa, com igual concorrência, na igreja matriz de São Pedro, fazendo-se depois romaria ao túmulo do Prof. Deraldo Dias de Morais.

★

## GOIÁS

NOVAS ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DE GOIÁS — O interventor federal em Goiás assinou recentemente um decreto transferindo para o Departamento Estadual de Estatística o Serviço de Estatística Policial e Judiciária Criminal, que vinha funcionando desde a sua criação, junto ao gabinete do chefe de Polícia do Estado.

★

## MARANHÃO

### Diretório Regional de Geografia

FALECIMENTO DO PROF. JOSÉ EDUARDO DE ABRANCHES MOURA, SECRETÁRIO DO DIRETÓRIO REGIONAL — Faleceu, às 6,30 horas do dia 2 de julho último, na Capital Federal, o Prof. José Eduardo de Abranches Moura, que exercia o cargo de geógrafo da Secretaria Geral do Maranhão e de secretário do Diretório Regional de Geografia naquele Estado.

Contava o ilustre extinto 83 anos de idade, era natural de São Luís do Maranhão e irmão do saudoso parlamentar jornalista Dr. Dunshee de Abranches.

Cursando ainda a Escola Militar ao se proclamar a República, teve atuação saliente nos sucessos que derrubaram o Império, como discípulo dileto de Benjamim Constant, sendo, além do barão de Ladário o único ferido.

Desgostoso, porém, com as lutas políticas que se seguiram, reformou-se no pôsto de capitão em 1895, deixando no Exército grandes admiradores como Tasso Fragoso, Hastinfilo de Moura, Abeylard de Queirós e outros.

Voltando à vida civil, realizou viagens de estudos à Europa em 1903 e 1906, diplomando-se afinal pela Escole de Ponts et Chaussées, de Paris. Serviu, posteriormente como engenheiro na Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo, na ligação telegráfica de Manaus a Belém e na Municipalidade da capital de seu Estado natal.

Ingressando no magistério, lecionou no Instituto Ateniense, na Faculdade de Direito e Liceu Ateniense, no qual celebrou o seu jubileu professoral em 1936, recebendo grandes homenagens oficiais e das inúmeras gerações que lhe ouviram os ensinamentos.

Notabilizou-se particularmente o professor Abranches Moura pelos seus estudos de astronomia, cosmografia e geodésia. Amigo e colaborador do famoso astrônomo francês Camille Flammarion, conseguiu montar com ingentes esforços e recursos próprios o Observatório Orion, um dos mais reputados de todo o Norte do País, sendo suas observações mundialmente conhecidas através de publicações feitas nas revistas especializadas da Europa e da América.

Elaborou a melhor carta geográfica do Estado do Maranhão, bem como uma magnífica planta da cidade de São Luís. Publicou ainda inúmeros livros e monografias técnicas, representando o seu Estado em diversos congressos científicos.

Inspirado musicista, revelou-se o professor Abranches Moura, desde cedo, autêntico virtuose de violino, deixando algumas composições apreciáveis.

Havia o sábio maranhense se transferido recentemente para a Capital da República, onde, apesar de sua avançada idade, ainda pretendia continuar seus estudos, graças à sua perfeita lucidez intelectual e rara capacidade de trabalho.

Deixou o falecido três monografias inéditas como contribuição ao X Congresso Brasileiro de Geografia.

★

## MATO GROSSO

### Modificação da lei de organização Judiciária

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS APROVADA PELO CHEFE DO GOVÊRNO — Por despacho de 5 de maio, publicado no *Diário Oficial* de 1.º do corrente mês, o Sr. Presidente da República aprovou a Exposição de Motivos G - S, n.º 697, de 10 de abril, do Sr. ministro interino da Justiça, referente ao parecer da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais sôbre o projeto de decreto-lei do Sr. interventor federal em Mato Grosso, modificando a lei de organização da Justiça do mesmo Estado.

A aludida Exposição de Motivos vai publicada na íntegra, em outra secção do presente número do *Boletim*.

★

## MINAS GERAIS

89.ª SESSÃO DA JUNTA EXECUTIVA REGIONAL DO C. N. E. — Realizou-se no dia 17 de julho último, no Departamento Estadual de Estatística, a 89.ª sessão da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, sob a presidência do Sr. Hildebranco Clark.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente.

O presidente trata de um telegrama em que o Sr. secretário geral insiste no seu pedido de sugestões para modificações a serem introduzidos nos formulários dos Cadernos *A* e *B*, cuja impressão deverá ser feita para a Campanha do próximo ano. Renova nesse sentido o seu pedido já formulado aos Srs. chefes de Divisões e Serviços e que agora faz também extensivo ao Sr. chefe do Serviço de Estatística Militar, para o fim de apresentarem as sugestões que lhes pareçam melhor aconselhadas pela prática no preenchimento dos aludidos cadernos. Referindo-se ao assunto, na parte que interessa ao setor do Serviço de Bio-estatística, lembra o Sr. presidente a conveniência que haveria em se introduzirem no Caderno *A* fôlhas destinadas ao registro nominal de médicos, farmacêuticos e dentistas. Intervêm os Srs. José do Carmo Flores e D. Marta Klein Teixeira, esta em apoio às ponderações do Sr. presidente, aquêle para informar que as indagações em tôrno do assunto, realizadas pelo Serviço de Estatística Militar, o foram mediante obtenção de dados pelos lançamentos de impostos de indústrias e profissões, apurando o total de 1 656 médicos em todo o Estado, isso, porém, de maneira incompleta, porque nem todos os titulares daquelas profissões têm os seus nomes inscritos nos livros de lançamento. Prosseguindo, declarou o Sr. Flores parecer mais conveniente a coleta de dados em questionário especial que poderia ser expedido pelo Departamento.

O Sr. presidente, declarando achar-se sôbre a mesa o parecer sôbre as contas da distribuição de prêmios da Campanha de 1941, passa a presidência, ao Sr. Arinos Câmara, que, assumindo-a, deu a palavra ao Sr. José do Carmo Flores, para a leitura do aludido parecer, o que faz, sendo o mesmo submetido a discussão e a votos, de que resultou sua aprovação unânime.

De acôrdo com a conclusão do parecer, que opinou pela aprovação das contas e pediu a dispensa do prazo regimental, para o fim de ser apresentada e discutida nesta mesma sessão a resolução respectiva, pediu a palavra o secretário Joaquim Ribeiro Costa, que apresentou o competente projeto, declarando aprovadas as contas. Submetido a discussão e a votos, foi o mesmo aprovado, convertendo-se em resolução que tomou o n.º 63.

Continuando na presidência, declarou o Sr. Arinos Câmara acharem-se sôbre a mesa os processos de contas referentes à aplicação de saltos de distribuição de prêmios das Campanhas de 1940 e da aplicação de auxílio federal do corrente ano até 30 de junho. Para emitir parecer sôbre as aludidas contas, nomeou uma comissão composta dos Srs. Armando Machado Portela, Arlindo Chaves e D. Marta Klein Teixeira.

Reassumindo a presidência, refere-se o Sr. Hildebrando Clark à realização, que se tem em vista, de mais dois ciclos do Curso de Aperfeiçoamento, de acôrdo com a proposta formulada nesse sentido em um projeto de resolução preparado pelo Sr. secretário, atendendo não só a insuficiência do saldo restante da verba do auxílio federal que está sendo utilizada, exigindo o seu refôrço com a aplicação de outros recursos, mas também a admissão no curso de maior número de funcionários do Departamento, de preferência extra-numerários, com ampliação do programa de modo a tornar-lhes mais úteis as matérias ensinadas.

O Sr. Arinos Câmara, declarou que, tratando-se de assunto que deve ser objeto de um estudo mais detido por parte da Junta, e considerando acharem-se ausentes três de seus membros chefes de Divisão, julgava conveniente fôsse adiada para outra sessão a discussão do projeto de resolução a que se referiu o Sr. presidente, ainda que para tal se marcasse dia com menor prazo, enviando-se a cada membro uma cópia do aludido projeto, para prévio conhecimento. O assunto é objeto de discussão em que tomam parte vários membros da Junta, entre os quais o Sr. Valdemar Lobato, que declarou não ver inconvenientes em que fôsse conhecido o projeto em aprêço mesmo na presente sessão. O Sr. Joaquim Ribeiro Costa, secundando a opinião do Sr. Valdemar Lobato, pede permissão, que lhe é concedida, para fazer a leitura do projeto, o que fêz, prosseguindo em explicações mais detalhadas em tôrno do mesmo. Submetida a discussão e a votos a proposta do Sr. Arinos Câmara, é a mesma unânimemente aprovada, marcando-se nova reunião para o dia 20 do corrente.

☆

### Instituto Histórico e Geográfico

QUADRO SOCIAL — A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, deu publicidade no dia 12 de julho último, à relação dos sócios honorários, efetivos e correspondentes, de acôrdo com os Estatutos e com as propostas apresentadas e aprovadas em sessões anteriores.

É o seguinte o quatro social:

Presidente de honra:

Getúlio Dornèles Vargas — Benedito Valadares Ribeiro.

Sócios honorários:

D. Antônio dos Santos Cabral, Antônio Carlos de Andrada, Artur da Silva Bernardes, Artur Eugênio Furtado, Álvaro Astolfo da Silveira, Antônio B. Valadares Ribeiro, Adolfo Ribeiro Viana, Cipriano de Carvalho, Edmundo Lins, Estêvam Leite de Magalhães Pinto, Francisco Brant, Francisco Mendes Pimentel, Fernando de Melo Viana, Gustavo Capanema, Jefferson Daphne Mourão, Joaquim Nabuco Linhares, José Ribeiro Viana, José Carneiro de Resende, Juscelino Barbosa, Juscelino Kubitschek de Oliveira, João de Almeida Lisboa, Leon Renault, Lourenço Baeta Neves, Lúcio José dos Santos, Manuel T. de Carvalho Brito, Nélson Coelho de Sena, Olinto Meireles, Rodolfo Jacó, Teófilo Feu de Carvalho, Teófilo Ribeiro, Valfrido Silvino dos Mares Guia, Venceslau Brás.

Sócios efetivos:

Abílio Velho Barreto, Afonso José dos Santos, Aires da Mata Machado filho, Alarico José Tôrres, Alberto Álvares da Silva, Alberto Deodato Maia Barreto, Aleixo Paraguaçu, Álvaro Benício de Paiva, Aníbal Matos, Arduíno Fontes Bolivar, Argemiro Resende Costa, Arnaldo Cathoud, Augusto Couto, Arquimedes Pinto Coelho, Azeredo Neto, Aristóteles Juvenal de Faria Alvim, Benedito Quintino dos Santos, Benjamim de Miranda Lima, Caio Nélson de Sena, Carlos de Campos, Cincinato V. de Noronha Guarani, Ciro Versiani dos Anjos, Copérnico Pinto Coelho, Cristiniano M. Machado, Cristóvão dos Santos, Décio de Vasconcelos, Dermeval Pimenta, Edelweiss Teixeira, Emílio Jacó, Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, Eduardo Borges da Costa, Franklin Teixeira de Sales, Francisco Martins Carvalho, Francisco Amedée Perée, Flausino Rodrigues Vale, Floriano de Paula, Geraldo Dutra de Morais, Geraldo Teixeira da Costa, Guerino Casassanta, Gil Morais de Lemos, Godofredo Rangel, Haroldo V. Válter, Henrique Cabral, Herculano Teixeira d'Assunção, Hildebrando Clark, Honório Guimarães, Inácio Murta Júnior, João Cândido de Oliveira Tôrres, João Lúcio José dos Santos, João Evangelista Pinheiro, J. Sandoval Babo, José Otaviano Neves, José Osvaldo de Araújo, João Lúcio Brandão, J. de Melo Teixeira, José Marins Freire, João Dornas Filho, J. Guimarães Menegale, João Franzen de Lima, Joaquim Ribeiro Costa, José Magalhães Drumond, José Viana Romanelli, Júlio Ferreira de Carvalho, Levindo Lambert, Lincoln Prates, Mário Casassanta, Milton Soares Campos, Mário Matos, Manuel Casassanta, Manuel Teixeira de Sales, Mário Werneck de Alencar Lima, Marcelo Silvino Brandão, Milton Martins de Andrade, Nélson Faria, Otaviano Coelho Magalhães, Otávio Pinto da Silva, Orlando de Oliveira Vaz, Oscar Bhering, Paulo Rehfeld, Padre Pedro Maciel Vidigal, Policarpo de Magalhães Vioti, Roberto Pereira de Vasconcelos, Salomão de Vasconcelos, Sílvio Alvim, Tabajara Pedroso, Tancredo Martins, Valdemar Tavares Pais, Valdemar Lobato, Washington Ferreira Pires, Ivon Leite de Magalhães Pinto, Zoroastro Viana Passos.

Sócios correspondentes:

MINAS GERAIS:

*Baependi*, José Alberto Pelúcio — *Belo Vale*, Milton Paz e Joaquim Rodrigues Silva — *Betim*, Oscar de Oliveira Lima — *Caeté*, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos — *Curvelo* Divaldo Lacerda Oliveira — *Guapé*, J. Passos Maia — *Itanhandu*, Heitor Antunes de Sousa — *Januária*, Manuel Ambrósio de Oliveira, *João Ribeiro*, Artur Alves de Alcântara Campos e Aristides Neves da Silva — *Juiz de Fora*, Lindolfo Gomes e Múcio de Abreu Lima — *Lagoa da Prata*, José Maria P. Botelho — *Mariana*, cônego Raimundo Trindade, Domingos de Sousa Novais e Antônio Ferreira de Morais — *Ouro Fino*, Pompeu Rossi — *Ouro Prêto*, Francisco Lopes e Brito Machado — *Paracatu*, Olímpio Gonzaga — *Patrocínio*, Joaquim Carlos dos Santos — *Pouso Alegre*, Pedro Ferreira da Cunha — *Santa Rita de Jacutinga*, José Marinho de Araújo — *São João del Rei*, Augusto Viegas — *Silvianópolis*, Mário Caetano da Costa — *Tiros*, Agripa de Vasconcelos — *Ubá*, Heitor Guimarães — *Uberlândia*, José Inácio de Sousa — *Varginha*, Homero Viana de Paula.

RIO DE JANEIRO:

Afonso Carvalho, Adalberto Matos, Aquiles Alves, Antônio Limpo Teixeira de Freitas, Afonso Pena Júnior, A. Versiani Veloso, Borja de Almeida, Basílio de Magalhães, Bernardino José de Sousa, Carlos Coimbra da Luz, Daniel Serapião de Carvalho, Francisco Luís da Silva Campos, Gudesteu de Sá Pires, Hélio Viana, Hermenegildo de Barros, Inácio Viveiros Rapôso, José Pinto de Matos, José Carlos de Macedo Soares, José Mariano Filho, Joaquim Tomás, Luís de Oliveira Belo, Mário Augusto Caldeira Brant, M. Nogueira da Silva, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Noraldino Lima, Nestor Massena, Orozimbo Nonato da Silva, Paulo Pinheiro Chargas, Sinval d'Almeida.

SÃO PAULO:

Aureliano Leite, Amadeu Bueno M. Florence, A. Torres, Afonso Escragnole de Taunay, Carlos da Silveira, C. Machado Florence, Cândido Mota Filho, Domingos Laurito, Enzo Silveira, Frederico de Barros Brotero, Igor Dolgorukij, J. N. P., José Bueno de Azevedo Filho, João Lélis Vieira, Manuel de Azevedo, Olavo Dias da Silva, Oscar Monte, Salvador de Moia, Ulisses Paranhos, Vítor de Azevedo Pinheiro; *Ribeirão Prêto,* Antônio Alves Passig e Tavares Pinhão.

SANTA CATARINA:

*Florianópolis,* Artur Costa Filho, Altamiro Guimarães, Altino Flores, Carlos Correia, Carlos da Costa Pereira, Gil Costa, Henrique da Silveira Fontes, Heitor Blum, Ilmar de Almeida Correia, Ivo d'Aquino, J. Batista Pereira, J. Boiteaux, Gomes Carneiro, Márcio Costa, Nereu Ramos, Osvaldo R. Cabral, Osmar Romão da Silva.

RIO GRANDE DO SUL:

*Pôrto Alegre,* Válter Spalding, Dante Leitano.

PARANÁ:

*Curitiba,* Ângelo Lopes, Artur Martins Franco, Davi Carneiro, Fernando Moreira, Francisco Vilanova, Lourenço Fernandes, Oscar de Plácido e Silva, Osvaldo Bilot.

ESTADO DO RIO:

*Pádua,* José Pinto de Sousa, *Niterói,* José Afonso de Mendonça Bueno de Azevedo.

GOIÁS:

*Goiânia,* Colemar Natal e Silva.

BAHIA:

*Salvador,* Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho e Epaminondas dos Santos, Nélson de Sousa Oliveira.

PERNAMBUCO:

*Recife,* Célio Meira.

RIO GRANDE DO NORTE:

Luís da Câmara Cascudo.

PARÁ:

*Belém,* Adolfo Pereira Dourado.

EXTERIOR:

ARGENTINA: *Buenos Aires,* Ramon de Castro Esteves; PARAGUAI: *Assunção,* Francisco Negrão de Lima; NOVA YORK, Washington, Luís Pereira de Sousa.

ANTE-PROJETO DA REFORMA DOS ESTATUTOS — Realizou-se no dia 29 de julho último, mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, sob a presidência do Sr. Benedito Quintino dos Santos. Iniciados os trabalhos o presidente fundamentou um voto de pesar pelo falecimento do sócio honorário e fundador do Instituto, Sr. Cipriano de Carvalho, e do grande jurisconsulto brasileiro, Prof. Clóvis Beviláqua.

Passando à ordem do dia, comunicou o presidente já se encontrar elaborado o ante-projeto da reforma dos estatutos, que naquele momento passava à respectiva comissão para dar o seu parecer, devendo ser submetido à discussão na próxima sessão.

No dia 11 de agôsto vindouro, na comemoração do bi-centenário de Gonzaga, e inauguração do panteon de Ouro Prêto, o Instituto far-se-á representar por uma comissão, devendo falar o Cel. Herculano Assunção, especialmente convidado e o Sr. Roberto de Vasconcelos.

CONFERÊNCIA DO SR. HENRIQUE GONZÁLEZ SÔBRE "AS CARTAS CHILENAS" — Realizou-se em julho último mais uma sessão extraordinária do Instituto Histórico de Minas Gerais para ouvir a conferência do Sr. Henrique González sôbre as *Cartas Chilenas,* sob a presidência do Cel. Herculano d'Assunção.

Abrindo a sessão, disse o presidente dos fins da reunião e do contentamento do Instituto em franquear o seu recinto ao conferencista, cujas palestras histórico-literárias realizadas em Santos, em Campinas, em Maceió, Londrina e em outros centros intelectuais do país o têm distinguido como um hábil e erudito orador.

Falou em seguida o Sr. Roberto de Vasconcelos que, em improviso fêz a apresentação e o elogio do visitante. Exaltou os dotes intelectuais do conferencista e o empenho que o anima ainda de enriquecer a nossa bibliografia histórica com mais um interessante volume que pretende em breve dar à publicidade sob o título *Viagens Maravilhosas no Brasil.*

Com a palavra, a seguir, o Sr. Henrique González iniciou sua palestra, estabelecendo um paralelo entre a *Arte de Furtar* atribuída ao Pe. Antônio Vieira e hoje considerada apócrifa, e as *Cartas Chilenas,* concluindo que ambas são sátiras políticas de autoria discutida.

Estudou em seguida, a Arcádia Lusitana, passando em revista o cenário literário da época, e discorrendo sôbre a matéria de sua palestra.

O Sr. Henrique González foi bastante aplaudido ao terminar de sua palestra.

Pelos Srs. Geraldo Dutra de Morais, Salomão de Vasconcelos e Copérnico Pinto Coelho, foi proposto para sócio correspondente em São João del Rei, o Sr. José Belini dos Santos.

Por carta do consócio Edelweiss Teixeira, foi também proposto para sócio correspondente em Uberaba, o Professor Gabriel Toti.

Antes de encerrar a sessão, o presidente designou uma comissão composta dos Srs. Salomão de Vasconcelos, Geraldo Dutra de Morais e Copérnico Pinto Coelho, para rever e apresentar na próxima reunião o projeto dos Estatutos, afim de serem definitivamente aprovados e publicados.

APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS — Estêve reunido no dia 1.º do corrente mês, em assembléia geral êsse Instituto, especialmente convocado para aprovação definitiva dos seus estatutos.

A sessão realizou-se sob a presidência do Sr. Benedito Quintino dos Santos.

Aberta a sessão, o Sr. presidente, depois de congratular-se com a casa por se acharem presentes os novos consócios Srs. J. Guimarães Menegale e Orlando Vaz, convidou-os a assinar o têrmo de posse, depois do que disse ainda da satisfação que experimentava o Instituto por contar em seu seio os dois eminentes companheiros.

O Sr. J. Guimarães Menegale, em seu nome e por delegação do Sr. Orlando Vaz, agradeceu em ligeiro improviso as palavras do Sr. presidente e prometeu envidar todos os esforços para bem cumprir os seus deveres de sócio e concorrer para o engrandecimento dêsse tradicional sodalício.

No expediente, foram presentes à mesa duas propostas assinadas respectivamente pelos Srs. José Osvaldo de Araújo, Eduardo Schmidt e Aristóteles de Faria Alvim e Cel. Herculano d'Assunção, Geraldo Dutra de Morais e Guerino Casassanta, indicando para sócios do Instituto, às vagas ultimamente verificadas, os Srs. Francisco de Assis Brandão e Silvio de Carvalho Vasconcelos.

Passando-se à ordem do dia, o Sr. presidente disse que se achava sôbre a mesa o ante-projeto dos estatutos, elaborado pela Comissão respectiva, composta dos Srs. Salomão de Vasconcelos, Copérnico Pinto Coelho e Geraldo Dutra de Morais com o respectivo parecer da Comissão de Estatutos para sôbre o mesmo opinar, de que faziam parte os Srs. Osvaldo de Araújo, Arduíno Bolivar, Augusto Couto, Álvaro Benício de Paiva e Manuel Casassanta.

Pôsto em discussão o ante-projeto, o Sr. Cel. Herculano d'Assunção propôs que a votação se fizesse pelo parecer da Comissão, o qual, uma vez aprovado, redundaria em aprovação do projeto, consoante a praxe adotada em todos os corpos deliberativos. Depois de amplamente debatido o assunto, foi posta em votação a proposta do Cel. Herculano d'Assunção, sendo a mesma unânimemente aprovada.

O Sr. presidente congratulou-se com o Instituto pela aprovação definitiva da sua lei magna, assegurando-lhe por êsse motivo uma nova fase de vida e de progresso, na altura da sua elevada finalidade.

O Sr. Guimarães Menegale pediu à Mesa informações sôbre o programa da próxima solenidade de 15 de agôsto. Disse o Sr. presidente que haveria nessa dia uma sessão magna comemorativa da fundação do Instituto e, que nessa oportunidade se daria posse solene ao prefeito Juscelino Kubitschek, grande benemérito da casa e se inauguraria a galeria dos retratos dos ex-presidentes do Instituto, a começar pelo do seu fundador, o inolvidável Sr. João Pinheiro da Silva. Para êsse fim, havia sido já convidado, como orador especial, o consócio Caio Nélson de Sena, estando já encomendado o retrato a óleo do grande patrono do sodalício. Disse mais que, antes disso, ia o Instituto, por uma delegação, a Ouro Prêto compartilhar das festas do centenário do nascimento de Tomás Antônio Gonzaga e da inauguração do Museu dos Inconfidentes, ato no qual falaria, por delegação especial, o Sr. Cel. Herculado d'Assunção e o Sr. Roberto de Vasconcelos.

O Sr. Geraldo Dutra de Morais sugeriu que o Instituto desse disso conhecimento ao diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Dr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade, ficando o Sr. presidente incumbido de telegrafar-lhe nesse sentido.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.

★

### Instituto Tecnológico Industrial de Minas Gerais

INICITIVAS PARA A DIFUSÃO DA LAVOURA — O Instituto Tecnológico Industrial de Minas Gerais através de sua secção de solos já está realizando iniciativas de inestimável importância para aquêle Estado.

Embora esteja ainda em fase inicial, alguns trabalhos concluídos desvendam futuro promissor para a difusão da lavoura.

No Estado de Minas vastíssimas áreas encontram-se em quase completo abandono, em virtude da natureza dos terrenos, onde até, a vegetação nativa é paupérrima e escassa.

Os moradores rústicos, trabalhando a terra ingrata e usando os mesmos métodos de seus antepassados, não se libertam do estreito círculo da produção, que ainda conseguem mediante ingentes esforços.

Os técnicos da secção de solos, pelo exame químico de testemunhos vários das diversas regiões áridas, consolidam as esperanças dos trabalhadores da terra que ainda não encontraram meios de libertação daquele círculo trágico.

Além do exame minucioso das amostras de terrenos, é classificada, por meios racionais, a sua fitogeografia que, por si mesma define cada região.

Fato digno de especial atenção é que, depois da Argentina, só no Brasil se estuda a constituição de solos, isso na América do Sul. É mais um passo de resultados transcendentes que o Estado Nacional inicia em benefício de numerosas populações rurais.

Já conta o Instituto com um acervo de provas estudadas, oriundas de diversas fazendas. Trabalho de larga envergadura, seus resultados práticos não podem, de pronto, aparecer. Entretanto, é possível que em futuro próximo ultrapassem as nossas expectativas.

Para o Brasil, será de grande interêsse a difusão dêsses serviços, precisamente nas regiões onde a lavoura não encontrou maior desenvolvimento em conseqüência de fatôres que o estudo químico do solo vai esclarecer.

Se depois do exame geoquímico das várias áreas tidas como nobres, embora com certa densidade demográfica, não fôr viável o processo de adubação, será possível o deslocamento dos que trabalham a terra para zonas onde o seu esfôrço seja realmente compensado.

E isso só poderá ser feito quando a ciência se pronunciar sôbre a natureza de cada região como está fazendo a Secção de Solos do Instituto Tecnológico Industrial de Minas Gerais.

★

### PARAÍBA

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS NOSSOS PROBLEMAS SOCIAIS E HUMANOS, NOS 55 ANOS DE REPÚBLICA — O Prof. Gilberto Freire, por ocasião da sua visita ao Estado da Paraíba, em julho último, pronunciou uma conferência sôbre a civilização brasileira nos 55 anos de República, o que constituiu uma contribuição da mais viva atualidade à compreensão e estudo nos nossos problemas sociais e humanos. O Sr. José Simeão Leal fazendo a apresentação manifestou ao Prof. Gilberto Freire a profunda admiração que a Paraíba dispensa ao ilustre sociólogo.

★

## PERNAMBUCO

REPRESENTAÇÃO DO ESTADO À II REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SÔBRE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA E AO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Por ato de 5-7-944, do Sr. interventor federal, e publicado no D. O. do Estado no dia 6 do mesmo mês, foi designado o Sr. Mário Carneiro do Rêgo Melo, assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia e Delegado, em Pernambuco, da Comissão Executiva do X Congresso Nacional de Geografia, para representar o Estado, na II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia e na reunião do X Congresso Nacional de Geografia, que serão realizados no Rio de Janeiro, em agôsto e em setembro respectivamente.

★

### Instituto Arqueológico

A NATURALIDADE DE FREI VITAL — DOCUMENTOS INÉDITOS SÔBRE A GUERRA DOS MASCATES — Reuniu-se no dia 5 de julho último o Instituto Arqueológico, sob a presidência do Sr. Fernando Barroca.

Iniciados os trabalhos o Sr. Mário Melo comunica que em continuação de suas pesquisas sôbre a naturalidade de Frei Vital, procurou o Sr. Rodrigo Pereira, que possui cópia da sesmaria de Gramame, passada em 11 de outubro de 1602, de cujas terras foi desmembrado o sítio Capão, em abril de 1944, no qual fundaram o engenho Aurora, tendo pedido ao engenheiro Leonardo Arcoverde a gentileza de levantar a planta da mesma sesmaria, de acôrdo com os apontamentos que tomou, atualizando-a e fixando o riacho Ablaí, que era o limite da época.

Em seguida, referiu-se à promessa do confrade Gil de Metódio Maranhão, de ler, no Instituto, peças inéditas relativas à Guerra dos Mascates.

O Sr. Amaro Quintas pede um registo de memória na ata, dos dois "5 de julho", o que imortalizou os Dezoito de Copacabana, em 1922, e o de São Paulo, em 1924.

O Sr. Eugênio Pais Barreto pede igual registo para os dois acontecimentos de 2 de julho, — a consolidação da Independência nacional na Bahia em 1823 e a Confederação do Equador, em 1824.

E o Sr. Getúlio César pede uma homenagem à memória de frei Vital, pela passagem do aniversário de sua morte, no dia em que o Instituto está reunido.

Em seguida, foram levantados os trabalhos.

★

## RIO GRANDE DO SUL

ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS MUNICIPAIS — A Diretoria das Prefeituras Municipais comunicou, em circular, aos prefeitos do interior, que serão instalados a 7 de agôsto vindouro os trabalhos de elaboração das propostas orçamentárias municipais, para o próximo exercício.

Êsses trabalhos serão diretamente assistidos pela D.P.M., por intermédio de seus inspetores, adotando-se, para isso, sistema idêntico ao desenvolvido no ano anterior e consoante o esquema a seguir estabelecido:

Inspetor Armando Prates Dias — sede São Gabriel — Propostas orçamentárias dos municípios de São Gabriel, Alegrete, Quaraí, Itaqui, São Francisco de Assis, Rosário, Livramento, Dom Pedrito, Uruguaiana, Bagé e Lavras.

Inspetor Luís Câmara Arregui — Sede Santa Maria — Propostas orçamentárias dos municípios de Santa Maria, São Pedro, São Vicente, Jaguari, Santiago, São Borja, São Luís, São Sepé, Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Caçapava.

Inspetor Clóvis de Moura Gomes — Sede São Leopoldo — Propostas orçamentárias dos municípios de São Leopoldo, Tapes, Guaíba, Viamão, Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo, Camaquã, Santo Antônio, Osório Tôrres.

Inspetor Eugênio Cailar Ferreira — Sede Cachoeira — Propostas orçamentárias dos municípios de Cachoeira, Encruzilhada, Rio Pardo, Candelária, Sobradinho, Santa Cruz, São Jerônimo, Triunfo, General Câmara, Taquari.

Inspetor Ivo Costa — Sede Ijuí — Propostas orçamentárias dos municípios de Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa, Cruz Alta, Palmeira, Iraí, Caràzinho, Passo Fundo, Getúlio Vargas, José Bonifácio, Sarandi.

Inspetor Augusto Castro — Sede Estrêla — Propostas orçamentárias dos municpios de Estrêla, Venâncio Aires, Lajeado, Arroio do Meio, Encantado, Guaporé, Prata, Lagoa Vermelha, Vacaria, Bom Jesus, Soledade.

Inspetor Abélio Condessa — Sede Montenegro — Propostas orçamentárias dos municípios de Montenegro, Caí, Garibaldi, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Antônio Prado, Flores da Cunha, Caxias, Farroupilha, São Francisco de Paula, Taquara.

Assistente de Administração Nélson Schneider; Inspetor Coriolano Cabeda — Sede Pelotas — Propostas orçamentárias dos municípios de Pelotas, Jaguarão, Rio Grande, São José do Norte, Santa Vitória, Arroio Grande, Erval, Pinheiro Machado, Piratini, Canguçu, São Lourenço.

★

### Instituto Histórico e Geográfico

ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA — Na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, realizou-se no dia 5 do corrente, uma sessão de assembléia geral, para eleição e posse da diretoria que deverá reger os destinos daquele benemérito sodalício, no período social 1944-1946.

Comemorando o Instituto naquela data o vigésimo terceiro aniversário de sua fundação, seu presidente o historiador Sr. Manuel Duarte, pronunciou uma oração, pela passagem daquela efeméride, antecedendo à apresentação de consubstancioso relatório das atividades administrativas, no biênio 1942-1944, que então findava.

Entre as atividades citou a instalação em sede própria, cedida, pelo govêrno do Estado, pois até fins do ano anterior, estêve o Instituto precàriamente sediado em dependências do Museu Estadual Júlio de Castilhos, já por si acanhado para grandeza de seus mostruários e preciosas coleções históricas.

Ao terminar sua oração, foi o Sr. Manuel Duarte ovacionado pela assembléia que ocupava a sala das sessões do Instituto. A seguir processou-se a eleição da nova diretoria que, com o secretário perpétuo, há anos em exercício no Instituto Histórico, ficou assim constituída:

Presidente, Sr. Adroaldo M. da Costa; 1.º vice-presidente, Sr. Olinto Sanmartin; 2.º vice-presidente, Sr. Armando Dias de Azevedo; secretário perpétuo, Sr. Eduardo Duarte; 1.º secretário, Sr. Jorge Godofredo Felizardo; 2.º secretário, professor Válter Spalding; 1.º tesoureiro, professor Afonso Guerreiro Lima; 2.º tesoureiro, coronel Luís Carlos de Morais; bibiotecário, padre Luís Gonzaga Jaeger S. J.; ora-

dor, professor Otelo Rosa. Conselho Fiscal: coronel Faria Correia, professor Ângelo Guido e coronel Gaston Hasslocker Mazeron.

Apurado que foi o resultado da eleição pela comissão de escrutinadores, foi pelo Sr. presidente, Sr. Manuel Duarte, feita a proclamação dos novos dirigentes do Instituto e após algumas palavras com que se congratulava com a assembléia pela eleição, convidou a nova diretoria a tômar posse imediata. Sob prolongada salva de palmas, o Sr. Adrobaldo Mesquita da Costa tomou assento na cadeira da presidência e em improviso agradeceu a seus companheiros a honrosa investidura, assumindo o compromisso de enviar todos os esforços, para elevar cada vez mais, o conceito do Instituto, no centro social e cultural brasileiro, ao mesmo tempo que concitava a seus companheiros de administração a continuarem os grandes empreendimentos iniciados na gestão da diretoria cujo mandato terminara, sobressaindo, entre outros, a realização do IV Congresso Histórico promovido pelo Instituto, sob os auspícios do govêrno do Estado pela passagem do primeiro centenário da pacificação do Rio Grande, finalizando o decênio farroupilha.

Pelo novo presidente foi proposto em ata um voto de expressivo louvor ao Sr. Manuel Duarte, pela segura orientação, a par de grandes realizações no seu período administrativo.

★

### Secretaria de Obras e Viação

PLANO DE SANEAMENTO DO ESTADO — Acha-se em estudos na capital gaúcha um plano de saneamento, destinado a dotar tôdas as cidades do interior do Estado, de rêdes de águas e esgotos. Iniciativa de vulto, a despesa a fazer com êsses melhoramentos está orçada em Cr$ 120 000 000,00 que, evidentemente, não poderão ser despendidos de uma só vez. Por isso mesmo, está estabelecido que as obras se farão em dez anos, retalhado, portanto, o orçamento, em dez verbas anuais de Cr$ 12 000 000,00.

Nesse sentido, acaba de ser elaborado o parecer do diretor da Secretaria de Obras e Viação, que termina pedindo a abertura de um crédito de Cr$ 500 000,00, para a elaboração dos projetos em andamento, inclusive levantamentos topográficos. Uma vez aprovados serão os projetos logo postos em execução de acôrdo com a escolha que fôr sendo feita, das cidades contempladas, anualmente, com as obras.

★

### SÃO PAULO

COMISSÃO DESIGNADA PARA ESTUDAR UM PLANO PARA AUMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DO INTERIOR DE SÃO PAULO — O Sr. Otávio Ferraz Sampaio, um dos membros da comissão designada pelo interventor federal para estudar um plano minucioso para o aumento da energia elétrica do interior de São Paulo, cuja presidência foi confiada ao Eng.º José Gonçalves Barbosa, concedeu à Imprensa daquela capital uma entrevista na qual abordou os trabalhos que tem em vista a referida Comissão. Assim se exprimiu o Sr. Otávio Ferraz Sampaio:

"Os aproveitamentos hidro-elétricos do país, aplicados em serviços públicos, pelas concessões respectivas, andam pela casa dos 1 300 000 c. v., sendo certo que aumenta dia a dia, pelas novas instalações e melhoramentos das antigas, na premência das demandas que não cessam. Dêsse total, cabe a São Paulo cêrca de 720 000 c. v. em números redondos ou seja, cêrca de 55% da fôrça hidro-elétrica aproveitada em serviços públicos. Assim as instalações do Estado podem ser discriminadas em 3 grupos: grupo da Light, com as usinas inteiramente ligadas num só sistema de transmissão, sendo a mais importante a do Cubatão, com cêrca de 380 000 c. v.; a de Itupararanga, com 77 200 c. v. e ainda outras menores, disseminadas que produzem 31 000 c. v., no total de 650 000 c. v. — o que já representa um conjunto poderoso e respeitável. Outro grupo é o das Emprêsas Elétricas Brasileiras, com um conjunto de 70 000 c. v., sendo as mais importantes a do Maribondo, com 10 000 c. v.; a do Jaguari, em Campinas, com 10 000 c. v.; e a de Dourados, com 9 500 c. v., naquele total de 70 000. Finalmente, o grupo das usinas independentes, inteiramente nacionais na sua gente e no seu capital, tem 75 usinas maiores ou menores, com 100 000 c. v. Há a notar-se que as instalações das Emprêsas Eléctricas Brasileiras foram inicialmente de capital e pessoal brasileiro, representando iniciativas louváveis dêles, como as do grupo que denominamos independente, o são. Isto é o que São Paulo tem em franco funcionamento; mas do que precisa é muitíssimo mais. Sem citar leis, regulamentos ou contratos, que interessam estritamente aos técnicos e àqueles que por dever de ofício acompanham as obras concedidas à Light, basta dizer que esta tem aplicado e desenvolvido o seu plano de reversão das águas do Pinheiros e também as do Tietê para a serra do Mar e o seu lançamento nas encostas marítimas, podendo, assim, alcançar 1 000 000 de c. v., que é a etapa projetada e não final, pois que a finalidade está no futuro de uma indústria que não tem limites. Infelizmente, não somos produtores, em escala apreciável e muito menos na necessária, do material empregado nas usinas; daí, a demora ou mesmo o atraso que é um fato no desenvolvimento delas, pela dificuldade da importação franca e na medida das necessidades, do maquinário respectivo, pelas conhecidas causas da guerra".

Falando a respeito das possibilidades de aproveitamento das quedas d'água em São Paulo, declarou êsse profissional que a administração do Estado, por intermédio da Inspetoria, tem procurado dar solução aos estudos procedidos das possibilidades de aproveitamento integral de nossas quedas naturais de água, ou mesmo de as criar. Um dos objetivos dos estudos da Inspetoria e dos técnicos que nela atuam é a construção de usinas pelo Estado para fornecimento de energia às suas estradas de ferro e à agricultura.

Foram palavras suas: Não obstante, mesmo lutando com essas dificuldades, tôdas as emprêsas procuram atender às demandas que lhe são feitas. Mas, infelizmente, porque isso denota progresso incontido, as demandas excedem as possibilidades de energia. E é a êsse ponto que a administração do Estado, pela Inspetoria, tem procurado dar solução, com os estudos procedidos das possibilidades do aproveitamento integral das nossas quedas naturais de água, ou mesmo, de as criar. Um dos objetos dos estudos da Inspetoria e dos técnicos que nela atuam, com proficiência e dedicação, é a construção de usinas pelo Estado, para fornecimento da energia elétrica às suas estradas de ferro. Além dêsse fornecimento, o Estado, como produtor, conhecerá melhor as necessidades industriais dos produtores particulares, e, sobretudo, verificará com elementos próprios o custo da energia elétrica — o que sobremaneira interessa aos consumidores, entre os quais êle se alinha, e ainda mais se alinhará, em grande escala, no futuro, para o fornecimento às suas estradas de ferro. Assim é que foram estudadas as quedas do Piracuama, em Pindamonhangaba, de 2 400 c. v., para o fornecimento de energia à Estrada de Ferro Campos do Jordão. O projeto foi estudado em todos os seus

detalhes e verificou-se que a usina poderá ser construída em ótimas condições econômicas. É êste um exemplo de instalação de pequena potência. Para o caso da Estrada de Ferro Sorocabana, tivemos oportunidade de estudar um projeto de usina de potência bem maior, 60 000 c. v., a ser instalada no rio Capivari. A possibilidade de aproveitamento dêsse manancial já vinha sendo considerada pela Estrada de Ferro Sorocabana, desde o início da construção da Mayrink-Santos"

Além dêsses estudos, procedeu a Inspetoria a vários projetos, alguns dêles para tão grande potência, que não poderiam objetivar um único consumidor.

"São possibilidades hidrográficas que interessam a grandes regiões que certamente serão fortemente industrializadas no futuro. Assim é, por exemplo, o vale do Paraíba. Após as necessárias pesquisas de campo, verificamos uma coisa extraordinária: a possibilidade do desvio do rio Paraibuna para a Serra do Mar, nas imediações de Caraguatatuba. Após meticulosos estudos hidrológicos e topográficos se concluiu poder instalar 1 000 000 de c. v. para suprir consumidores industriais comuns, com fator de carga 4,0. Êstes estudos são baseados na vazão do rio no período mais desfavorável e correspondente a 4 anos sucessivos em que um dêles foi excepcionalmente sêco. As observações da vazão dos rios nos foram fornecidas pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura. Em linhas gerais, consiste o aproveitamento desta Inspetoria, em barrar os rios Paraitinga e Paraibuna, afluentes do Paraíba, logo a montante da cidade de Paraibuna. O represamento das águas se dará também através do rio São Lourenço Velho, afluente do Paraibuna, ficando as águas represadas por lado a lado da serra, até próximo da garganta do rio Negro. O transbordo do rio, para a vertente do mar, dar-se-á, através de um túnel de 5 quilômetros de extensão. Êste nosso projeto se acha baseado em informações topográficas muito seguras e detalhadas, bastando dizer que 5 turmas de topografia, que mantivemos em serviços de campo, durante mais de um ano fizeram minuciosos trabalhos, levantando tôda a região compreendida entre Redenção e Caraguatatuba. Adotamos métodos especiais de trabalho e muito interessantes foram os resultados que colhemos".

Aludindo aos estudos sôbre o rio Turvo, disse êsse engenheiro:

"Além dêsses, um outro estudo que fizemos foi o referente ao desvio do rio Turvo sôbre o rio Grande. A distância entre os dois rios nas proximidades do rio Icém, é de 7 quilômetros, mas o desvio das águas é facilitado pela existência de 2 afluentes dêsses dois rios. Acha-se o rio Turvo 52 metros acima do rio Grande e a potência que se poderá instalar é de 70 000 c. v. O que êste projeto apresenta de interessante, é poder ser considerado como uma etapa anterior ao aproveitamento do Maribondo e terá, como finalidade primeira a eletrificação da Estrada de Ferro Araraquara, a antiga concessão Araraquara-Cuiabá, que talvez possamos prognosticar Araraquara-Cuiabá-Acre, como pensava e propôs o saudoso engenheiro Bueno de Andrade. Enquanto que as obras civis necessárias ao desvio do rio Turvo são relativamente modestas, o mesmo não se poderá dizer das necessárias ao maior aproveitamento do Maribondo. As obras necessárias ao contrôle do rio Grande, no Maribondo, são de tal vulto que só encontrarão razão econômica em uma instalações de algumas centenas de milhares de cavalos. Assim se compreende o que o aproveitamento do desvio do rio Turvo, estudado por esta Inspetoria se adapta perfeitamente a uma primeira etapa do grande aproveitamento hidrográfico da cachoeira do Maribondo".

Rematando as suas considerações, afirmou o Sr. Otávio Ferraz de Sampaio: "São Paulo tem outras e potentes quedas d'água, ou parcialmente aproveitadas, como a do Maribondo, com aquêles 10 000 c. v. referidos mas que pode alcançar 150 000 c. v.; a do Avanhandava, também aproveitada parcialmente, que pode dar 40 000 c. v., que são as principais. Mas, no momento, é difícil precisar o montante do potencial aproveitável. O de muitos mananciais só se tornará conhecido após estudos topográficos e hidrográficos, pelos quais se verifique ser possível o desvio de um rio e o lançamento sôbre o vale do outro. Haverá a considerar a construção de grandes barragens, que as próprias circunstâncias recomendam, para a construção econômica de usinas. Daí poder-se garantir que alguns milhões de cavalos poderão ser fornecidos às nossas indústrias, das quais se salienta a de transporte, que o Estado também explora, em grande parte, com aquelas estradas de ferro: Campos do Jordão, Araraquarense, Sorocabana e São Paulo-Minas e que fatalmente terão de obedecer, no seu desenvolvimento ao ritmo do progresso das zonas que servem. Há a considerar que o Estado construindo usinas próprias para o suprimento de energia às suas estradas de ferro, dará às emprêsas particulares alguma sobra de energia, com que elas possam atender à zona rural a que pertençam: e mesmo o Estado fará com outra eficiência essa distribuição de eletricidade à zona agrícola; não visando lucros diretos, mas o progresso agro-industrial que é a grande riqueza de que a indústria manufatureira depende — fonte da matéria prima — êle poderá fornecer aos nossos agricultores a fôrça de que necessitam — para beneficiamento dos produtos da sua lavoura, e, também para as atividades domésticas".

Atacou, portanto, o Sr. Fernando Costa com inteligência, patriotismo e confiança no futuro econômico de São Paulo o problema das estradas. Vai atacar agora o da eletricidade. "Estamos em presença de duas grandes e notáveis realizações, as quais contribuirão sobremaneira para o fortalecimento estrutural dessa unidade da federação, o que vale dizer, para a evolução econômica, segura e rítmica de todo o Brasil".

★

### Ginásio de São Bento

FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO DOS EX-ALUNOS — A FIGURA DO HISTORIADOR AFONSO TAUNAY — Na grande festa anual de confraternização, realizada pelos antigos alunos do tradicional ginásio de São Bento, em São Paulo, o Sr. Antônio Gontijo de Carvalho, proferiu, uma oração, em nome das velhas turmas que por aquela escola passaram, sôbre a figura do historiador Afonso Taunay.

★

### Instituto Histórico e Geográfico

7.ª SESSÃO ORDINÁRIA ANUAL — O TENENTE-GENERAL GASPAR DE GODÓI COLAÇO E A HISTÓRIA BANDEIRANTE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII — Realizou-se no dia 5 do corrente a 7.ª sessão ordinária anual do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a presença dos sócios Srs. N. Duarte Silva, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Carlos da Silveira, Álvaro Soares de Oliveira, Silveira Peixoto, Luís Ribeiro do Vale, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, A. P. Aguiar Whitaker, Arrisson de Sousa Ferraz, José Pedro Leite Cordeiro, Lopes de Leão, Álvaro Soares Brandão, Igor Dolgorukij, Tenório de Brito, Francisco de Assis Iglésias, Francisco

Pires Martins, Frederico Brotero, Amador Bueno Machado Florence e A. Taunay. Justificaram ausência os Srs. José Tôrres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, Aureliano Leite, Geraldo Rúfolo, João Batista de Campos Aguirra e Gastão Ferreira de Almeida.

Assumiu a direção dos trabalhos o 1.º vice-presidente, Sr. N. Duarte Silva, o qual abrindo a sessão, comunicou que se achavam na antesala, para tomar posse, os novos sócios Srs. Francisco de Assis Iglésias e Francisco Pires Martins, motivo porque designava, para introduzi-los no recinto, uma comissão composta dos Srs. Carlos da Silveira, Tenório de Brito e Igor Dolgorukij. Recebidos com uma salva de palmas, o Sr. Presidente deu a palavra, para saudá-los, ao 1.º secretário, Sr. Tito Lívio Ferreira, o qual enalteceu o merecimento dos recipiendários, concluindo com a afirmativa de que o Instituto pode contar com a cooperação dos mesmos, para melhor cumprimento de sua finalidade.

Por proposta do Sr. Igor Dolgorukij, geralmente aprovada, foi dispensada a leitura da ata da sessão anterior e feita a inversão da ordem dos trabalhos.

Dada a palavra ao Sr. Carlos da Silveira, lembra o orador que continua doente o sócio João Batista de Campos Aguirre. Propõe que o Instituto se faça representar por meio de uma comissão que lhe leve os votos de pronto restabelecimento. Por indicação do Sr. presidente, ficou essa comissão composta dos Srs. Duarte Silva, Carlos da Silveira, Igor Dolgorukij e Lopes de Leão.

Em seguida, o Sr. presidente propõe, com aprovação unânime do plenário, votos de pesar pelo falecimento dos sócios Amador Pereira Gomes, Nogueira Cobra e Eliézer dos Santos Saraiva.

O Sr. Tito Lívio Ferreira lê uma carta do Sr. Gastão Ferreira de Almeida, na qual é proposto um voto de pesar pelo falecimento do general Lauro Sodré, ocorrido no mês transato. A sugestão é aprovada.

A seguir, o 1.º secretário lê o expediente, que consta de uma carta do Sr. secretário do Interior do Estado de Pernambuco, Arnóbio Tenório Vanderlei, a respeito do concurso de livros sôbre a restauração pernambucana, instituído pelo Govêrno daquele Estado, e de um ofício do 1.º secretário da Comissão Preparatória das comemorações do centenário do barão do Rio Branco.

Pede a palavra o Sr. José Pedro Leite Cordeiro, para lembrar que no dia 22 de abril do próximo ano ocorrerá o segundo centenário da carta régia que criou o bispado de São Paulo e da nomeação do primeiro bispo titular, D. Bernardo Rodrigues Nogueira. Propõe que o Instituto, desde já, se movimente no sentido de comemorar a efeméride, para o que sugere a nomeação de uma comissão para estudar o assunto. O Sr. Bueno de Azevedo Filho informa que é possuidor do testamento de D. Bernardo Rodrigues Nogueira. Fala, depois, o Sr. presidente, para dizer que deixa ao critério do Sr. Leite Cordeiro a escolha dos nomes que, com o do proponente, deverão integrar essa comissão.

A seguir, é dada a palavra ao orador inscrito, Sr. Leite Cordeiro, para falar a respeito do tenente-general Gaspar de Godói Colaço, uma das figuras de maior destaque na história bandeirante da segunda metade do século XVII. Gaspar de Godói Colaço pertenceu a uma das famílias piratininganas mais tradicionais. Pelo pai, descendia do velho Baltasar de Godói, que foi homem de prol da vila de São Paulo. Pela mãe, vinha de Martim Afonso de Sousa e de Pero Colaço, capitão-mor de São Vicente. A sua atuação no bandeirismo foi muito intensa, contribuindo para a conquista do oeste brasileiro e devassando as regiões do alto Paraguai e do sul de Mato Grosso. Em 1676, integrou a bandeira de Francisco Pedroso Xavier, comandando um dos seus destacamentos. Em 1690, novamente perlustrou os sertões da Vacaria e finalmente em 1698 foi nomeado pelo governador Artur Sá de Meneses para o alto cargo de "tenente-general da jornada a Vacaria". Esta última expedição tinha várias incumbências a realizar na serra de Maracaju e nas margens do Iguatemi. De tal maneira se desempenhou Colaço da missão, que logo depois el-rei D. Pedro II de Portugal agradecia-lhe através de uma carta elogiosa os serviços prestados. Godói Golaço desempenhou cargos de relevância na Câmara da Vila de São Paulo e tomou parte ativa na política da Capitania Vicentina integrado no partido dos Pires. Aparentados com êstes, com os Taques Pompeus e com os Jorge Velhos, os Godóis, dos quais o nosso tenente-general era dos mais representativos, sempre moveram grande oposição aos Camargos, havendo ocasiões em que a animosidade chegava ao extremo da luta armada. Assim, em 1698, Pedro Ortiz de Camargo insurgiu-se contra o governador Artur de Sá e Meneses, em cuja defesa se colocou Gaspar de Godói Colaço. Entraram os dois em luta corporal, da qual resultou a morte de Pedro Ortiz. Colaço retirou-se para sua terra, Parnaíba, onde se preparou contra um ataque armado. A chegada de Sá e Meneses serenou, porém, os ânimos. Godói Colaço, após a bandeira de 1698, retirou-se para sua fazenda, onde faleceu em 1718, deixando nove filhos que muito contribuíram para o desenvolvimento não só de São Paulo como também de Minas Gerais.

O orador foi muito aplaudido, tendo o Sr. presidente feito considerações elogiosas a respeito dos méritos do trabalho que acabava de ser ouvido. Pede seja o mesmo entregue à Mesa, a fim de ser publicado na *Revista* do Instituto.

A seguir, entraram em discussão e votação, e foram aprovadas, três novas propostas para sócios, referentes aos Srs. Mário Sete, Raimundo Magalhães e José Loureiro de Assunção Fernandes, para sócios correspondentes.

O Sr. presidente comunica que se acha inscrito para falar na próxima sessão o Sr. Honório de Silos que deverá discorrer sôbre o episódio de 11 de agôsto de 1889 em São José do Rio Pardo.

Pede a palavra o Sr. Arrison de Sousa Ferraz e solicita à Mesa inscrição do seu nome para a sessão subseqüente, de 5 de setembro, quando tratará da vida e dos feitos do Cel. José Pedro de Oliveira.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerra a sessão.

★

**Instituto Geográfico e Geológico**

A INDÚSTRIA MINERAL EM SÃO PAULO — O Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo vem realizando pesquisas em várias regiões do Estado.

Na jazida de Braço de Pescaria, no município de Avaí, os serviços têm prosseguido sem interrupção. Além do avanço da galeria que parte do fundo do poço, na direção sul, foram abertas numerosas trincheiras e alguns poços no afloramento do veio de chumbo daquela mina. Ùltimamente foi alargado o poço e desmontada maior quantidade de minério de galena e blenda de zinco. O total do minério extraído da mina de Braço de Pescaria varia entre 50 e 60 toneladas, com um teor entre 10 e 15% de chumbo.

As facilidades que proporcionará a Usina de Chumbo de Apiaí, ora em fase final de reforma, de molde a transformar-se numa instalação de caráter industrial, não só têm animado os antigos mineradores da região, que estão desenvolvendo amplamente suas instalações primitivas para a maior produção de matéria prima, como também têm despertado a atenção de novos interessados que se vêm estabelecendo na região e estudando-lhe as possibilidades. Dessa iniciativa, beneficiam-se diretamente os mineradores do chumbo, zinco, prata e pirita, minérios mais freqüentes e abundantes na zona.

Os minérios de cobre, das cercanias de Itapeva, foram pesquisados com resultados animadores para o devido aproveitamento industrial.

Na mina de Fundão, onde estêve a serviço uma sonda fornecida para efetuar a prospecção das reservas do minério, os trabalhos têm sido promissores, encontrando-se já em fase de lavra e de industrialização de chapas de cobre.

As reservas de combustíveis minerais foram reveladas em grau superior ao esperado pelos técnicos. Assim, além da mineração do carvão de Mato-Sêco, em Tatuí, que data de 1940, outras jazidas apareceram em atividades, destacando-se, pela situação econômica, a de Cerquilho, no município de Tieté. Iniciada a prospecção, a bacia carbonífera do rio Sorocaba, perto da estação de Cerquilho, revelou-se uma das mais promissoras do Estado. Pelos serviços realizados, foi verificada a ocorrência de uma reserva de cêrca de 1 milhão de toneladas de carvão. Fizeram-se 4 perfurações de cêrca de 50 metros de profundidade cada uma e procedeu-se ao levantamento topográfico da área mineralizada, prosseguindo no momento os estudos relativos a essa região.

Na região de Campinas e Itapera, algumas ocorrências de carvão vêm sendo trabalhadas. Na jazida de Rebouças, no município de Campinas, foram concluídos os serviços de prospecção, com resultados satisfatórios, tendo-se organizado uma sociedade para a exploração do combustível mineral.

O lenhito de Caçapava encontra-se em exploração. Duas sondas nacionais, para perfuração vertical, foram emprestadas à emprêsa exploradora, afim de que prosseguissem os estudos e a avaliação das reservas minerais. Abriram-se 37 poços que, somados aos 20 já existentes, perfazem 2 mil metros de perfuração.

Trabalham nos serviços de mineração do lenhito de Caçapava cêrca de 100 operários, produzindo perto de 2 500 toneladas mensais, consumidas pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

O volfrâmio, metal que tanto interêsse vem despertando nos últimos tempos, por suas excepcionais propriedades na indústria de guerra, está representado pela volframita, de Jundiaí, cuja produção, bastante significativa, caminha para franco desenvolvimento.

Aos serviços de mineração e tratamento do minério de tungstênio da mina Inhandjara, em Itupeva, o Govêrno do Estado, pelo seu órgão técnico competente, tem dispensado contínua assistência. Não há muito, foi inaugurada a instalação de tratamento do minério, com capacidade para 100 toneladas diárias. A produção dos primeiros meses do corrente ano foi de cêrca de 40 toneladas de concentrados, com teor de W03 superior a 65%.

Em Rodovalho, estão sendo ultimados os trabalhos preliminares para a instalação dos maquinários destinados à metalurgia do alumínio, um dos maiores empreendimentos industriais do ramo que no momento se efetiva no país.

O arenito betuminoso, empregado quase que exclusivamente na pavimentação, está sendo extraído em diversas jazidas, dentre as quais se destacam as de Anhembi e Guareí. Anualmente, êsse arenito vem sendo utilizado como fonte de óleo combustível, atividade que se desenvolve em Guareí.

Nos arredores de São Paulo, a extração de argila e caulim, para indústria de cerâmica e refratários, efetua-se com êxito em vários lugares.

★

## SERGIPE

### Divisão Judiciária do Estado

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS APRESENTADA PELO SECRETÁRIO GERAL DO ESTADO — O Sr. Leite Neto, secretário geral de Sergipe, apresentou a seguinte exposição de motivos ao interventor federal, nos seguintes têrmos:

"Aracaju, 27 de julho de 1944.

Senhor Interventor Federal:

O govêrno de V. Excia., procurando dar cumprimento aos Decretos-leis federais ns. 311, de 2 de março de 1938, e 5 901, de 21 de outubro de 1943, e demais legislação em vigor, houve por bem baixar o Decreto-lei estadual n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado a vigorar de 1.º de janeiro dêste ano a 31 de dezembro de 1948.

Com louvável antevisão dos problemas administrativos, dentre os quais avulta pela complexidade e relevância, o da distribuição da justiça e ainda por evitar entraves à boa marcha dos trabalhos forenses, tão necessários à vida do homem em sociedade, entendeu V. Excia. de legislar na seara do direito intertemporal, interpretando dispositivos da legislação vigente.

Visando atingir êste objetivo e corrigir temporàriamente o desajustamento evidente entre a nova divisão judiciária e o vigente Código de Organização, baixou o govêrno de V. Excia. o Decreto-lei n.º 372, também de 31 de dezembro de 1943, que assim dispõe em seu art. 1.º:

> "Enquanto não fôr dado cumprimento pelo Govêrno do Estado ao disposto no art. 17, do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938 (Federal) para a instalação de novas circunscrições judiciárias, continua em vigor o Decreto n.º 270, de 30 de abril de 1940 (Estadual) com a constituição dos mesmos órgãos, autoridades e auxiliares nêle definidos e nos decretos e decretos-leis subseqüentes."

Estava assim assegurada a continuidade na distribuição da justiça, eis que surge um novo problema, requerendo solução urgente, para evitar prejuízos à vida econômica e social do Estado.

Foram instaladas cinco comarcas dentre as que foram criadas pelo Decreto-lei n.º 377, já referido.

O Tribunal de Apelação realizou concurso, organizou listas e o Govêrno nomeou os juízes tudo na conformidade do que dispõe o Decreto-lei n.º 270 (Código de Organização Judiciária), em face de cujo texto foram considerados automàticamente criados os cargos de juízes.

Como, porém, proceder de referência aos cartórios e ofícios de justiça?

Seguindo a hermenêutica vitoriosa, teríamos que considerá-los automàticamente criados em face do que dispõe o art. 62, do Código vigente.

Suponho, porém, que êste não é o pensamento do Govêrno Federal nem esta interpretação se compadece com a boa hermenêutica, como é fácil demonstrar.

O Decreto-lei federal n.º 6 549, de 31 de maio de 1944, dispõe:

> "Art. 5.º — Simultâneamente com a elaboração dos respectivos quadros territoriais, deverão os Governos dos Estados elaborar e submeter à aprovação do Presidente da República, por intermédio do ministro da Justiça e Negócios Interiores, o projeto de decreto-lei relativo *à criação dos cargos de Justiça* necessários à instalação das novas circunscrições cuja criação tiver sido proposta."

Logo, ressalta com evidência meridiana, que a criação dos cargos de justiça dependem de um decreto-lei, prèviamente aprovado pelo chefe da Nação.

Não afirmamos que esta providência seja ou não benéfica aos interêsses da Justiça. O que sustentamos é que em face dos textos legais não há como refugir à exigência de serem os cargos de Justiça criados mediante decreto prèviamente aprovado pelo Presidente da República.

Ainda recentemente, V. Excia. recebeu uma circular ministerial, que sobremaneira reforça o meu ponto de vista.

Ei-la na íntegra, por melhor esclarecer o assunto :

> "Tenho a honra de remeter a V. Exica., para os devidos fins, cópia da Exposição de Motivos de 23 de maio último, dêste ministério, *aprovada pelo Senhor Presidente da República na qual se firmou o entendimento de que todos os projetos de criação e extinção de cargos e ofícios de Justiça estão sujeitos à sua aprovação, ex-vi do item XIX do art. 32 do Decreto-lei n.º 1 202, de 1939, alterado pelo de n.º 5 511, de 1943."*

Ora, Senhor Interventor, deu motivo a esta exposição a simples criação de um cargo de oficial de justiça no têrmo de Belmonte, no vizinho Estado da Bahia.

Com muito maior razão os cartórios e ofícios de justiça das comarcas recentemente instaladas, necessitam de ser criados mediante decreto-lei, que, na conformidade do disposto no Decreto-lei federal n.º 6 549, deverá ser submetido à aprovação presidencial, simultâneamente, com o projeto de decreto-lei que fixa a nova Divisão Judiciária do Estado, e que uma vez aprovado, deverá entrar em vigor a 1.º de janeiro de 1945.

Se estivessem em funcionamento todos os órgãos constitucionais previstos na carta de 37 e o Estado de Sergipe estivesse exercendo em tôda a sua plenitude o direito de autonomia com o funcionamento da Assembléia Estadual, é claro que tal aprovação seria desnecessária, devendo entretanto o texto da lei estadual aterse aos limites que lhe traçou a Constituição da República.

Em face, porém, da legislação vigente, a aprovação sôbre ser necessária é indispensável.

Qual, porém, a melhor maneira de resolver o assunto cumprindo o mandamento legal?

Ouvindo as lições da experiência, quero crer que a melhor solução para os interêsses da Justiça será a remessa simultânea, para prévia aprovação do Senhor Presidente da República, dos projetos de decreto-lei fixando a Divisão judiciária e organizando a Justiça de Sergipe.

Sou de opinião que o Govêrno deve envidar esforços no sentido de que a 1.º de janeiro futuro entre também em vigor o novo Código de Organização Judiciária.

Enquanto se obtém êste *desideratum*, urge que o Govêrno baixe uma norma reguladora desta fase transitória, para evitar entraves às atividades forenses em nosso Estado.

Visando êste objetivo tenho a honra de submeter à consideração de V. Excia. um projeto de decreto-lei, que mantém as designações de comarcas, têrmos e distritos: estabelece que os têrmos que não forem sede de comarca continuem a ser providos por pretores e dispõe que, enquanto não forem criados os cargos de justiça necessários às novas comarcas instaladas, os registros de imóveis continuarão a ser efetuados nas sedes das comarcas onde vinham sendo feitos anteriormente às referidas instalações.

Suponho que esta providência atende aos interêsses da Justiça e poderá ser completada por decretos subseqüentes que porventura sejam sugeridos ao Govêrno pela experiência e saber jurídico do Presidente e demais membros do Egrégio Tribunal de Apelação, pelo Corregedor e pelo Procurador Geral do Estado.

Senhor Interventor:

Sempre que me é dado colaborar com V. Excia. na feitura de leis para o nosso Estado. sempre que manejo a pena na confecção de uma norma reguladora dos atos humanos e harmonizadora dos interêsses do indivíduo e da sociedade, sinto que estou desempenhando um sublime sacerdócio, o sacerdócio da verdade e do bem a serviço do direito. E, então, com os olhos volvidos para a felicidade do povo sergipano, julgo poder repetir as palavras de Roberto H. Jackson advogado notável, já hoje ministro da Suprema Côrte dos Estados Unidos:

> "Estamos construindo o edifício jurídico que protegerá o altar da liberdade humana: o edifício que expressará a fé do homem nos seus merecimentos e na sua capacidade de ser livre."

E' que sempre tive como certo que o legislador, no elaborar as normas jurídicas deve estar bem informado dos princípios que instruem a teoria científica do direito.

Não pode ser legislador quem não tiver visão de sociólogo.

Como bem acertadamente ensina o Prof. Edgar Sanches "as leis, o direito normal devem ser uma função da ciência do direito, e como esta ciência é a sistematização das leis naturais do fenômeno jurídico, as leis, as normas jurídicas devem ser uma função dessas leis naturais do direito."

E' observando a realidade social que o legislador há-de colhêr elementos ponderáveis, material de primeira qualidade para a construção legislativa.

Fora desta orientação o legislador faz obra de empirismo vulgar, obra efêmera que não vingará no ocaso do dia em que nasceu.

O Govêrno de Sergipe necessita, neste momento, de elaborar uma lei que fixe a sua divisão judiciária.

No elaborar desta norma jurídica não devem prevalecer nem sentimentos pessoais nem opiniões de leigos que se não podem arvorar em defensores de uma coisa que desconhecem: os interêsses da sociedade a que pertencem

A divisão judiciária para produzir efeitos benéficos à distribuição da Justiça tem que ser elaborada com os subsídios de experiência haurida no exercício da atividade forense nos pretórios do interior.

E' com esta experiência e com o objetivo de trabalhar pelo direito que sugiro a V. Excia. uma nova divisão judiciária, já que V. Excia. não pôde adotar integralmente a que sugeri em minha exposição de motivos publicada em o *Diário Oficial* de 30 de janeiro do ano em curso.

Senhor Interventor:

O vigente Código de Organização Judiciária de Sergipe (Decreto-lei n.º 270, de 30 de abril de 1940) dividiu o Estado em onze comarcas a saber: Aracaju, Propriá, Estância, Lagarto, Itabaiana, Capela, Maroim, Laranjeiras, Itabaianinha, Neópolis e Anápolis.

O Decreto-lei n.º 277, de 31 de dezembro de 1943, em cuja elaboração nenhuma participação tive, elevou o número de comarcas para 20, acrescentando às existentes mais nove a saber: Boquim, Frei Paulo, Gararu, Nossa Senhora das Dores, Riachuelo, Rosário do Catete, São Cristóvão e Tobias Barreto. Em minha exposição de motivos sugeri a V. Excia. fôssem criadas, além das onze existentes mais as comarcas de Tobias Barreto, Nossa Senhora das Dores, Pôrto da Fôlha ou Gararu, Frei Paulo e São Cristóvão.

V. Excia. aceitou as sugestões que apresentei e mandou instalar as comarcas acima referidas, com exceção apenas de Nossa Senhora das Dores.

Ora, vejamos qual a situação atual da divisão judiciária do Estado em face dos Decretos-leis federais ns. 311, de 2 de março de 1938, 5 901, de 21 de outubro de 1943, e 6 549, de 31 de maio de 1944, combinados com os Decretos-leis estaduais ns. 270, de 30 de abril de 1940, 377, de 31 de dezembro de 1943, e 372 de igual data.

A situação atual é a seguinte:

| COMARCAS | TÊRMOS | DISTRITOS |
|---|---|---|
| 1 — Aracaju | Aracaju | Aracaju |
| 2 — Capela | Capela, Muribeca, N. S. das Dores e N. S. da Glória | Capela, Muribeca, N. S. das Dores e N. S. da Glória |
| 3 — Estância | Estância, Arauá, Inajaroba, Indiaroba e Salgado | Estância, Arauá, Inajaroba, Indiaroba e Salgado |
| 4 — Frei Paulo | Frei Paulo e Ribeirópolis | Frei Paulo, Ribeirópolis e Carira |
| 5 — Gararu | Gararu | Gararu, Pôrto da Fôlha, Itabi e Curituba |
| 6 — Itabaiana | Itabaiana e Campo do Brito | Itabaiana e Campo do Brito |
| 7 — Itabaianinha | Itabaianinha e Cristinápolis | Itabaianinha, Cristinápolis, Geru e Umbaúba |
| 8 — Japaratuba | Japaratuba e Japoatã | Japaratuba, Japoatã e Pacatiba |
| 9 — Lagarto | Lagarto e Boquim | Lagarto e Boquim |
| 10 — Laranjeiras | Laranjeiras e Riachuelo | Laranjeiras, Riachuelo, Malhador e Cotinguiba |
| 11 — Maruim | Maruim, Rosário do Catete, Siriri e Divina Pastôra | Maruim, Carmópolis, Rosário do Catete, Siriri, Divina Pastôra, Juruama e Camboatá |
| 12 — Neópolis | Neópolis e Parapitinga | Neópolis e Parapitinga |
| 13 — Propriá | Propriá, Aquidabã, Canhoba e Darcilena | Propriá, Aquidabã, Canhoba e Darcilena |
| 14 — São Cristóvão | São Cristóvão e Irapiranga | São Cristóvão e Irapiranga |
| 15 — Simão Dias | Simão Dias | Simão Dias |
| 16 — Tobias Barreto | Tobias Barreto | Tobias Barreto, Riachão do Dantas, Poço Verde e Samambaia |

Esta é, Senhor Interventor, na minha opinião, a vigente divisão judiciária em face dos textos dos Decretos estaduais ns. 372 e 377, ambos de 31 de dezembro de 1943, e do Decreto-lei n.º 270, de 30 de abril de 1940.

Trata-se de uma simples opinião, pois a interpretação última e que deverá ser acatada é a do Poder Judiciário.

Incumbiu-me V. Excia. de organizar um novo quadro da divisão judiciária do Estado, mantendo os têrmos que se apresentassem como necessários e extinguindo os que devem passar a simples distritos.

Após alguma meditação, mas com a urgência que o caso requer, sugiro a V. Excia. seja adotado o seguinte quadro fixando a divisão judiciária do Estado:

| COMARCAS | TÊRMOS | DISTRITOS |
|---|---|---|
| 1 — Aracaju | Aracaju | Aracaju |
| 2 — Capela | Capela | Capela e Muribeca |
| 3 — Estância | Estância e Inajaroba | Estância e Inajaroba |
| 4 — Frei Paulo | Frei Paulo | Frei Paulo, Carira e Ribeirópolis |
| 5 — Gararu | Gararu e Pôrto da Fôlha | Gararu, Itabi e Pôrto da Fôlha |
| 6— Itabaiana | Itabaiana | Itabaiana e Campo do Brito |
| 7 — Itabaianinha | Itabaianinha e Boquim | Itabaianinha, Geru, Cristinápolis e Umbaúba |
| 8 — Japaratuba | Japaratuba e Japoatã | Japaratuba, Japoatã, Pacatiba e Carmópolis |
| 9 — Lagarto | Lagarto | Lagarto |
| 10 — Laranjeiras | Laranjeiras e Riachuelo | Laranjeiras, Riachuelo, Malhador e Cotinguiba |
| 11 — Maruim | Maruim, Divina Pastôra e Rosário do Catete | Maruim, Divina Pastôra, Camboatá e Juruama |
| 12 — Neópolis | Neópolis | Neópolis e Parapitinga |
| 13 — Propriá | Propriá e Aquidabã | Propriá, Aquidabã, Tamanduá e Darcilena |
| 14 — São Cristóvão | São Cristóvão e Irapiranga | São Cristóvão e Irapiranga |
| 15 — Simão Dias | Simão Dias | Simão Dias |
| 16 — Tobias Barreto | Tobias Barreto e Riachão do Dantas | Tobias Barreto, Poço Verde, Samambaia e Riachão do Dantas |
| 17 — Nossa Senhora das Dores | N. S. das Dores e N. S. da Glória | N. S. das Dores e N. S. da Glória |

Suponho que esta divisão satisfaz os interêsses da Justiça.

Urge, porém, que o projeto do Código da Organização Judiciária, que, vai para alguns meses, foi remetido ao Conselho Administrativo, sofra as adaptações necessárias à manutenção dos têrmos judiciários e seja sem tardança submetido à aprovação do Presidente da República.

Enfim, Senhor Interventor, creio que fiz estas sugestões visando colaborar com V. Excia. na Organização Judiciária do Estado e com o espírito animado pela convicção sincera de que — "O direito é algo que serve tanto à estabilidade da nossa sociedade como à sua capacidade de melhoramento; algo que sobrevive aos erros de legislatura e tribunais; algo que contém grandes verdades que não podem ser falseadas por muito tempo para servir aos interêsses egoistas de um cliente, de uma classe ou de uma nação".

Por terem sido desrespeitados os princípios cardeais do direito das gentes, foi que o mundo civilizado se viu engolfado nesta terrível catástrofe, que, felizmente, se aproxima do seu têrmo, com a vitória plena e soberana da fôrça destruindo a própria fôrça, a serviço do Direito.

Apresento a V. Excia. meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — *Francisco Leite Neto,* Secretário Geral."

★

## TERRITÓRIO DO ACRE

### Radio-difusora Acreana

OFICIALIZADA A SUA DENOMINAÇÃO — Por despacho de 4 do corrente mês, o Sr. ministro da Viação deferiu o pedido do Sr. governador do Território do Acre no sentido de ser denominada "Rádio-difusora Acreana" a estação cujo estabelecimento foi autorizado pela Portaria n.º 272, de 9-3-44.

★

## TERRITÓRIO DO AMAPÁ

VIAGEM DE INSPEÇÃO À ZONA SUDOESTE DO TERRITÓRIO — O Cap. Janari Gentil Nunes, governador do Território do Amapá, enviou ao Sr. Presidente da República, o seguinte telegrama referente à sua viagem de inspeção à zona sudoeste do Território:

"Comunico a V. Excia. que regressei de uma viagem de sete dias de inspeção à zona sudoeste do Território, tendo percorrido o rio Jari até a primeira cachoeira, os rios Cajari, Mazagão e Maracá até os núcleos centrais de comér-

cio e rios Prêto, Ajuruchi, Curuca e Vilanova, até a parte litorânea. Essa região embora apresente possibilidades excepcionais de desenvolvimento, está sujeita a solução de problemas de imensos latifúndios que dominam ambas as margens dos rios, dificultando a concorrência do comércio estranho e localização de novos habitantes, apesar do seu despovoamento. Foram instaladas escolas recém-organizadas em Mazagão e Maracá Mirim, sendo criadas escolas em Jari, Bôca e Mazagão Velho em casas provisórias, ficando escolhidos os locais da construção de novos prédios escolares, que irão cooperar na transformação da mentalidade da população. Com essa viagem foi inaugurada a linha regular Belém-Macapá-Jari feita por lancha a motor do Território".

★

**TERRITÓRIO DO IGUAÇU**

CONTINUAM EM VIGOR NOS TERRITÓRIOS AS LEIS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS — Na consulta feita pela Mesa de Rendas da Foz do Iguaçu, no Território Federal do Iguaçu, sôbre qual a taxa de exportação a ser cobrada por aquela repartição, para uma partida de madeira nacional, para a República Argentina, a Diretoria das Rendas Aduaneiras respondeu que "continuam em vigor nas zonas constituídas pelos Territórios, as leis, os decretos, os regulamentos, as resoluções e decisões dos governos dos Estados e dos municípios a que aquelas repartições pertenciam, em tudo o que não fôr contrário às leis federais, até que sejam revogadas por quem de direito, devendo ser aplicadas às porções da mercadoria em aprêço, as taxas que eram cobradas pelos respectivos Estados na conformidade do art. 22, do Decreto-lei n.º 5 839, de 21 de setembro de 1943".

★

# Municípios

**ÁGUAS BELAS — (Pernambuco)**

NOMEAÇÃO DE NOVO PREFEITO — Foi nomeado pelo interventor Agamemnon Magalhães para o cargo de prefeito de Águas Belas, o Sr. Coriolano Mendonça.

★

**ANÁPOLIS — (Goiás)**

ABERTA CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA A REALIZAÇÃO DE IMPORTANTES SERVIÇOS — A Prefeitura local acaba de abrir concorrência pública para a execução dos serviços das rêdes de esgotos, abastecimento d'água e pavimentação dessa cidade.

Há cêrca de 8 meses vários técnicos vinham trabalhando na organização do plano diretor, projetos e demais estudos para execução de tais obras que estão orçadas em mais de 5 milhões de cruzeiros.

O interventor Pedro Ludovico, que está empenhado na realização dos referidos melhoramentos, vem tomando, em articulação com o prefeito Câmara Filho, tôdas as providências afim daqueles serviços serem iniciados e atacados com intensidade logo que se esgote o prazo da concorrência, que é de 60 dias.

★

**BAGÉ — (Rio Grande do Sul)**

CRESCENTE DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO DA VILA DE RIO NEGRO — Desde que foi criada a Comissão Estadual de Mineração, a cuja entidade foi entregue o serviço de pesquisas e estudos gerais sôbre o aproveitamento da bacia carbonífera do Rio Negro, 2.º distrito dêste município, se vem manifestando uma completa transformação na vida econômica da vila, sede do referido distrito. A população da vila Rio Negro, que em 1940, quando foi feito o recenseamento geral, não atingia a mil habitantes, hoje ultrapassa de três mil, graças à fôrça de atração dos serviços da Comissão Estadual de Mineração, que se tem imposto à confiança geral.

Mau grado as dificuldades que se antepõem a todos os empreendimentos de vulto, é notável o desenvolvimento dos serviços gerais das minas de carvão: centenas de metros da galeria e numerosas frentes de trabalho estão prontas para uma produção apreciável. Já foram construídas as vilas operárias nas galerias "C" e "D", com relativo confôrto para os trabalhadores. Está pronto o edifício da usina e numerosas casas residenciais, com instalações completas, foram construídas nas imediações, assim como serraria, almoxarifado, etc.

As caldeiras, turbinas e demais maquinarias da usina estão com suas montagens quase terminadas. Acha-se pronto e em tráfego o desvio, mandado construir pela Viação Férrea, até à galeria "C", inclusive a ponte sôbre o rio Negro.

Observa-se em tudo franco desenvolvimento, com trabalho organizado sob a direção imediata do engenheiro Mariano Sena Sobrinho, chefe dos serviços das minas.

★

**BLUMENAU — (Santa Catarina)**

CINQÜENTENÁRIO DA ELEVAÇÃO DE BLUMENAU À CATEGORIA DE CIDADE — Comemorou-se, no dia 28 de julho último, com expressivas solenidades o cinqüentenário da elevação de Blumenau à categoria de cidade, que durante 14 anos foi vila, pela lei provincial n.º 860, de 4 de fevereiro de 1880.

★

**CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — (Espírito Santo)**

ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — Comemorou-se em julho último, mais um aniversário da fundação da cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

Foram organizadas exposições de produtos do Estado, bem como uma grande demonstração pecuária, tendo sido entregue também à utilização pública, importantes melhoramentos.

Na parte central de Cachoeiro, que sofreu ampla transformação, foi inaugurado o busto do Sr. Jerônimo Monteiro, antigo político daquele Estado, onde exerceu altos postos representativos e de govêrno.

Presidiu a solenidade o interventor Sr. Santos Neves, havendo sido convidadas as autoridades federais e a imprensa.

★

**CARUJU — (São Paulo)**

EMPOSSADO O NOVO PREFEITO — Realizou-se no dia 28 de julho último, no Departamento das Municipalidades, a solenidade de posse do Sr. José Alves Palma da Silva, recentemente nomeado para exercer as funções de prefeito municipal de Cajuru. Após a leitura e assinatura do têrmo de compromisso, o Sr. Gabriel Monteiro da Silva, diretor geral do Departamento das Municipalidades, usou da palavra para declarar, em nome do Sr. interventor, empossado o Sr. José Alves Palma da Silva no cargo de prefeito de Cajuru. A seguir o novo prefeito pronunciou seu discurso de agradecimento.

★

**CAMPOS — (Rio de Janeiro)**

EXCURSÃO CULTURAL REALIZADA POR ENGENHEIRANDOS MINEIROS — O município de Campos foi visitado em julho último, por uma numerosa embaixada de estudantes de engenharia da Universidade de Belo Horizonte, tendo sido a excursão patrocinada pelo Govêrno fluminense.

Os acadêmicos mineiros tiveram oportunidade de conhecer as principais realizações do povo e dos dirigentes da velha Província nestes últimos anos, recebendo dêsse modo uma verdadeira aula prática sôbre assuntos diretamente ligados à sua carreira.

Em companhia de um representante do DEIP fluminense, os engenheirandos mineiros visitaram as instalações da grande Usina do Queimado, onde familiarizaram-se com o desenrolar da produção do açúcar, desde a entrada da cana na moenda até a saída do produto.

O prefeito Salo Brand recebeu, em seu gabinete, os jovens estudantes. Na rápida entrevista, sem protocolo, que tiveram com o chefe do govêrno municipal, os universitários expressaram seu entusiasmo pelo que lhes fôra dado observar da obra que o povo do Estado do Rio está realizando. Após visitar as obras que a Prefeitura atualmente executa na cidade de Campos, destacando-se entre elas o moderníssimo Parque Infantil para crianças pobres, já em funcionamento, e o grande Hospital de Tuberculosos, os acadêmicos de Minas rumaram para a baixada campista, onde o Departamento Nacional de Obras de Saneamento dá vigoroso combate às cheias do Paraíba e realiza a obra de recuperação de uma área de terras férteis abrangendo nada menos de 3 mil quilômetros quadrados. O engenheiro Próspero Vitalo, chefe do Distrito de Goitacás, do D.N.O., antes da viagem para a zona da baixada, fêz aos estudantes uma clara exposição do plano do govêrno na sua luta contra os transbordamentos das águas do Paraíba. De posse de uma noção geral do importante empreendimento, seguiram, em companhia do Sr. Hermes de Oliveira, técnico do Departamento, em direção ao canal da Flecha que ligará a lagoa Feia ao Atlântico. Foi efetuada, então, uma viagem ao mesmo tempo instrutiva e pitoresca. A lancha que conduziu os acadêmicos navegou sôbre as águas do canal São Bento, dos rios Caxeira e Pacheco, indo alcançar o largo e importante canal da Flecha.

Como se sabe, a preocupação dos técnicos do govêrno, quanto ao problema da baixada campista, não é apenas evitar as enchentes do Paraíba, mas também combater os pântanos e sanear a terra transformando em valiosos campos, regiões que antes jaziam entregues às tabuas e aos mosquitos. No que se refere ao extravasamento das águas do Paraíba, o problema foi solucionado com a construção de um gigantesco dique, de alvenaria e terra, que acompanha a margem do grande rio desde Itererê, ao município de São João da Barra, numa extensão de 45 quilômetros. Quanto à parte do saneamento, está sendo construída, sob superior orientação técnica, um sistema de canais que acabarão com os célebres pantanais campistas. Dentre êsses rios artificiais destaca-se o canal da Flecha, que cortará os 13 quilômetros intermediários entre a histórica lagoa Feia e o oceano Atlântico. Os universitários permaneceram durante cêrca de duas horas sôbre as águas do canal, cuja abertura ainda está sendo processada por meio de uma possante draga flutuante e vários *drag-line*. Os universitários percorreram um largo trecho da planície saneada, onde a agricultura floresce promissora, sem temer as ameaças das chuvas renitentes e das devastadoras cheias do Paraíba.

Após demorada excursão a vários pontos atacados pelos trabalhadores do D.N.O.S., a representação mineira regressou a Campos, seguindo então para Macabu onde está sendo construída a grande Central Hidro-Elétrica.

A BIBLIOTECA MUNICIPAL — A Biblioteca Municipal desta cidade foi criada por lei provincial de 20 de dezembro de 1871, e em 1889, o comendador João Gonçalves Pereira, como testamenteiro do cônego Antônio Pereira Nunes, fêz entrega à Câmara, de 555 volumes de várias obras, legadas por aquêle sacerdote, para a criação da biblioteca, que possui, presentemente, 15 000 volumes, classificados pelo sistema decimal (Dewey). O ano passado suas salas de leitura foram freqüentadas por 28 069 leitores, correspondendo a uma média diária de 93 pessoas. Em maio último, a freqüência foi de 2 543 leitores, com uma média diária de 102. A leitura preferida é de livros de biografias, história geral, história do Brasil e romances. Além dessa, o município possui mais as bibliotecas seguintes: a da Beneficência Portuguêsa, a biblioteca e o arquivo histórico pertencentes ao Sr. Alberto de Morais Lamego, na fazenda dos Airizes; a do corpo docente do Colégio Estadual de Campos; a da Escola de Direito Clóvis Beviláqua; a da Sociedade de Medicina e Cirurgia e a da Associação de Imprensa Campista.

★

**Capivari — (São Paulo)**

112.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — BREVE HISTÓRICO DE CAPIVARI — Comemorando o 112.º aniversário da fundação de Capivari, que transcorreu no dia 10 de julho último, foram realizadas diversas solenidades alusivas àquela data.

Capivari segundo a monografia *O sertão, a capela e a freguesia, a vila, a cidade, e a comarca de São João de Capivari*, do Prof. Vinício Stein de Campos, surgiu em conseqüência da abertura da estrada Itu-Piracicaba, junto à venda aberta na barranca do rio, em 1785, por Francisco Idorgo, ao redor da qual tiveram início as edificações primitivas. Em 1822, bosquejava-se a povoação, com a rua Antônio Pires, bem delineada e as construções de casas em febril atividade. Os povoadores de então, dentre os quais se destacavam Antônio Pires e Joaquim Garcia, promoveram o arruamento da freguesia a fim de que, como êles diziam "a capela de Capivari crescesse com o seu arruamento regulado, sem ruas tortas ou estreitas como acontecia nas cidades formadas ao sabor do capricho dos povoadores". Êsse plano, que deu a Capivari o arruamento atual, foi elaborado e assinado pela Câmara de Itu, que para aqui se transportou na ocasião, na sala de frente da casa ainda existente à rua Antônio Pires (hoje da Viúva Manuel Vicente), e que pertencia àquele povoador.

Quando a 15 de novembro de 1889, foi proclamada a República Federativa, Capivari aderiu entusiàsticamente à nova ordem de coisas vigente no país. A Câmara foi imediatamente ocupada pelo Partido Republicano, então chefiado por Cesário Mota, e no dia 16 em sessão solene, os capivarianos promoveram eloqüente manifestação cívica. Posteriormente, em janeiro de 1890, constituíram-se os Conselhos de Intendência, que dirigiram o município em substituição à Câmara monárquica, e que foram os seguintes: José Estanislau do Amaral Filho, José Vieira da Costa Valente, João N. Nogueira da Mota, major Antônio Pires de Campos, José de Melo Almada, Antônio Dias de Aguiar e Fernando Eugênio Pais de Barros. Em dezembro de 1890, com a retirada do Sr. João Mota que transferiu seu domicílio para São Paulo, foi nomeado em seu lugar o Sr. Pedro Antônio Ribeiro.

Eleita em 1891, a primeira Câmara republicana, foi eleito intendente (cargo que corresponde ao atual prefeito), o Sr. Cel. Delfino Antônio de Carvalho, e iniciada por êle a série de administradores que teve então o município até hoje. Ao tempo da monarquia só houve um prefeito: foi o Ten. Fernando Pais de Barros, nomeado para êsse cargo pelo Govêrno da Província em 1835, quando o cargo foi criado.

★

**CARÀZINHO — (Rio Grande do Sul)**

CAMINHOS ORIGINAIS DO BRASIL — O Sr. Manuelito de Ornelas, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, por ocasião da sua visita a Caràzinho, em julho último, pronunciou uma conferência sôbre o tema *Caminhos originais do Brasil.*

★

**CATENDE — (Pernambuco)**

NOMEAÇÃO DE NOVO PREFEITO — Foi recentemente nomeado pelo interventor federal em Pernambuco, para o cargo de prefeito municipal de Catende o Sr. Renato Buarque.

★

**FORTALEZA — (Ceará)**

REMODELAÇÃO DA CIDADE — Reuniu-se no dia 13 de julho último, a comissão encarregada da remodelação de Fortaleza, que estudou vários assuntos relacionados com o panorama urbanístico da cidade e tratou de importantes questões ligadas à execução dessa obra.

★

**GARARU — (Sergipe)**

INSTALAÇÃO DA NOVA COMARCA — Realizou-se no dia 20 de junho passado, a solene inauguração da comarca de Gararu, sob a presidência do Sr. José Dantas Fontes, juiz de Direito da comarca de Propriá, com a presença do prefeito municipal e representante do Sr. interventor federal e de grande número de pessoas, servindo de secretário o tabelião do primeiro ofício do têrmo, Sr. Elísio Araújo.

Dado início ao ato, o Sr. Dantas Fontes, pronunciou uma breve alocução, na qual disse da satisfação que experimentava ao instalar a comarca de Gararu.

Usou, a seguir da palavra, o Sr. Elísio de Araújo, representante do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Falaram ainda os Srs. Luís Alfredo da Silva, chefe da exatoria local e o Cel. Artur de Freitas Melro.

Declarada a instalação da comarca, congratulou-se o presidente da sessão com o povo gararuense, ao mesmo tempo em que agradecia as honrosas referências feitas à sua pessoa.

★

**GOIÂNIA — (Goiás)**

2.º ANIVERSÁRIO DA INAUGURAÇÃO OFICIAL DA CIDADE — Goiânia a mais nova das capitais brasileiras, comemorou no dia 5 de julho último, o segundo aniversário do seu batismo cultural, tendo sido realizadas, por êsse motivo, numerosas solenidades cívicas em que as entidades de cultura e o povo em geral homenagearam o fundador da cidade, entre justas manifestações de regozijo. Essas festividades, efetuadas por motivo do seu reconhecimento oficial, tiveram em Goiânia um cunho autênticamente brasileiro, uma vez que evidenciaram o júbilo de sua população e de todos os que habitam o grande Estado Central pela maneira firme e patriótica com que se vem desenvolvendo a administração do interventor Pedro Ludovico Teixeira.

★

**IBITINGA — (Santa Catarina)**

TRANSMISSÃO DO CARGO DE PREFEITO — Realizou-se em Ibitinga, no dia 12 de julho, a transmissão do cargo de prefeito municipal daquela cidade, que vinha sendo exercido pelo Sr. Elias Tedesco ao Sr. Cid Campos, recentemente nomeado pelo interventor federal.

★

**IRATI — (Paraná)**

NOMEAÇÃO DE NOVO PREFEITO — Foi nomeado recentemente, pelo interventor federal do Estado, para o cargo de prefeito de Irati, o Sr. Moisés de Oliveira.

★

**ITU — (São Paulo)**

OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS — Os padres jesuítas de Itu realizaram, em acurados estudos, curiosas observações sôbre as condições meteorológicas daquele município, chegando à conclusão, depois de 30 anos de pacientes exames, que a temperatura média local não varia pràticamente há mais de três decênios, o que importa dizer que aquela cidade pertence à classe dos "climas regulares", para os quais a oscilação do termômetro não vai além de 10º centígrados.

Essas observações meteorológicas são feitas, como se sabe, todos os meses e todos os anos, durante aquêle período de tempo e o resultado final, para se poder classificar o clima de determinada região, é baseado na média das variações mensais e anuais do termômetro nas diversas estações do ano, levando-se em conta, em primeiro lugar, a temperatura e a chuva, principais elementos climáticos, e, depois, o regime de ventos, a umidade, a nebulosidade, a insolação, bem como a ocorrência de diversos fenômenos como a geada a ventania e a trovoada.

Foi atendendo a todos êsses fatôres que os padres jesuítas puderam proclamar após aquelas demoradas observações, que Itu, localizada muito próximo à linha tropical Sul possui, um clima excelente e que a sua temperatura sem grandes digressões térmicas, é sêca e temperada

durante todo o ano. Assim, nos meses mais quentes, como fevereiro, o termômetro marcou a média de 23°,8 e no inverno, como julho, a média foi de 16°, 5, havendo dessa forma, uma diferença de apenas 7°,3 centígrados entre as duas estações.

✶

**JABOTICABAL — (São Paulo)**

117.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — Foram realizadas nos dias 16 e 17 de julho último várias festividades comemorativas do 117.º aniversário da fundação da cidade de Jaboticabal, presididas pelo Prof. Sud Menucci, diretor geral do Departamento de Educação, com a presença do prefeito municipal, Sr. Milton de Matos Braga, de numerosas pessoas e de uma caravana de jornalistas de São Paulo, que foram participar dos festejos comemorativos da fundação da cidade e com o objetivo de realizar a Convenção Jornalística.

✶

**JOÃO PESSOA — (Paraíba)**

ESTUDOS PARA O ATÊRRO E DRENAGEM DA PRAIA DE TAMBAÚ — Foram instalados, recentemente, na capital paraibana, os serviços topográficos do Departamento Nacional de Obras de Saneamento. sendo iniciados os estudos para o atêrro e drenagem de vários pontos da praia de Tambaú.

✶

**LAGOA VERMELHA — (Rio Grande do Sul)**

"O INÍCIO DO POVOAMENTO DE LAGOA VERMELHA" — Realizou-se em julho último, no salão de honra da Prefeitura, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal e do Grêmio Lagoense de Letras, a conferência do escritor Manuel Duarte, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, abordando o tema *O início do povoamento de lagoa Vermelha.*

A sessão foi revestida da máxima solenidade sendo o conferencista saudado pelo orador oficial do Grêmio, Sr. João de Paula e Silva.

✶

**MACAÉ — (Rio de Janeiro)**

ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE CIDADE — Comemorou-se com grande júbilo, em Macaé, no dia 29 de julho último, mais um aniversário da elevação à categoria de vila, que se deu em 1813.

✶

**MACAPÁ — (Território do Amapá)**

EMPOSSADO O NOVO PREFEITO — Foi empossado, no dia 12 de julho, no cargo de prefeito da cidade de Macapá, o Sr. Odilando Silva, tendo sido o ato presidido, pessoalmente, pelo governador capitão Janari Nunes. O novo prefeito, que é o primeiro a dirigir a Prefeitura de Macapá, como capital do Território Federal do Amapá, é figura destacada nos meios agro-pecuários da região.

✶

**MANAUS — (Amazonas)**

NOMEAÇÃO PARA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES — Por recente ato do interventor federal do Amazonas, foi nomeado para diretor do Departamento das Municipalidades o Sr. Amadeu Soares Botelho, cargo que já vinha exercendo, em caráter interino.

✶

**MARIANA — (Minas Gerais)**

258.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — Comemorou-se no dia 16 de julho último na cidade de Mariana, o 258.º aniversário de sua fundação. A cidade mineira, a primeira a quem coube a glória de ser considerada povoação, vila, cidade, bispado e arcebispado do Estado foi criada em 16 de julho de 1896, pelos bandeirantes Salvador Fernandes Furtado, Miguel Garcia, Bento Leite e Belchior da Cunha. Foi elevada à categoria de vila em 8 de abril de 1711 com o nome de Vila Real do Ribeirão do Carmo, em louvor de N. S. do Carmo. Mariana recebeu êste nome em 1737, em homenagem à rainha portuguêsa então reinante — D. Maria-Ana d'Áustria.

✶

**MATA DE SÃO JOÃO — (Bahia)**

EMPOSSADO O NOVO PREFEITO — Tomou posse na Secretaria do Interior e Justiça perante seu titular, no cargo de prefeito de Mata de São João, no dia 30 de julho, o Sr. Eurico de Freitas, contando o ato com a presença das autoridades locais e amigos do novo prefeito. Falaram o juiz de Direito da comarca que presidiu a sessão; o vigário local e os Srs. Afonso de Sousa Castro e Eurico de Freitas.

✶

**OURO PRÊTO — (Minas Gerais)**

233.º ANIVERSÁRIO DA CIDADE — Comemorou-se no dia 8 de julho último, o 233.º aniversário da fundação da cidade de Ouro Prêto, tendo sido as cerimônias de iniciativa da Prefeitura e da Sociedade dos Amigos de Ouro Prêto. Houve alvorada, missa solene na matriz do Pilar, sessão cívica no Teatro Municipal, com a presença de autoridades locais e representantes de outros municípios e membros do govêrno do Estado.

Falaram nessa solenidade os Srs. Moacir Lisboa, Gerardo Trindade e Caldeira Moura.

✶

**MANAUS — (Amazonas)**

FUTURA SEDE PARA O INSTITUTO DE ETNOGRAFIA E SOCIOLOGIA DO AMAZONAS — Uma comissão do Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas, composta dos Srs. André Araújo, Nunes Pereira e jornalistas Geraldo Pinheiro e Afonso de Carvalho, estêve, ontem, no Palácio Rio Negro, entendendo-se com o Sr. interventor Álvaro Maia sôbre a instalação da sede daquele sodalício no prédio onde atualmente funciona o Departamento de Economia Agrícola.

Durante a sua palestra com os membros da comissão, o interventor Álvaro Maia teve ocasião de acceder à iniciativa da mudança pleiteada, como também declarou ser sua intenção, em futuro próximo, fundar, nesta capital, a Casa do Amazonas, "cenáculo grandioso que

abrigará tôdas as demonstrações vivas da nossa inteligência criadora, da nossa produção, da nossa cultura, das nossas tradições e das nossas possibilidades naturais. Por enquanto, vamos ter, em sua nova sede, brevemente, o Instituto de Etnografia e Sociologia. Em futuro não longínquo, teremos ali a síntese de tôda a nossa grandeza: a Casa do Amazonas".

**PETRÓPOLIS — (Estado do Rio)**

MUSEU IMPERIAL — O Museu Imperial de Petrópolis, recebeu durante o mês de julho último, 2 169 visitas, tendo recebido as seguintes visitas coletivas: Colégio Amaro Cavalcante, do Rio de Janeiro; Congresso Penitenciário, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Pôrto Alegre; caravana de oficiais do Batalhão de Engenharia e do 1.º B. C. de Petrópolis; embaixada de acadêmicos de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul; Escola de Engenharia de Belo Horizonte; Colégio Sion, de Petrópolis e Comissão de Homenagem a Vasco Lima.

Fizeram doações ao Museu Imperial, durante o mês de julho:

Inês S. Feltscher, frei Estanislau Schaette, professor Paulo Afonso de Carvalho, almirante Henrique Boiteux, Vasco Machado de Azevedo Lima, Álvaro de Sousa Queirós, Jeni de Queirós Teles Morais, neto do barão de São Vítor e Maximiliano de Sousa.

★

**PIRAPORA — (Minas Gerais)**

LEVANTAMENTO DA PLANTA CADASTRAL DA CIDADE — O prefeito municipal de Pirapora, Sr. Raimundo Boaventura Leite, enviou ao governador do Estado, em julho último, um telegrama comunicando ter sido batido o primeiro piquête para levantamento da planta cadastral daquela cidade e agradecendo a ida do técnico encarregado daquele serviço.

FALECIMENTO DO SR. CÍCERO PASSOS — Faleceu, no dia 31 de julho último, na cidade de Pirapora o Sr. Cícero Passos, antigo prefeito daquela cidade e pessoa largamente relacionada naquele município. O seu falecimento repercutiu de maneira dolorosa em todos os círculos de Pirapora.

★

**RIBEIRÃO — (Pernambuco)**

NOMEAÇÃO DE NOVO PREFEITO — Foi nomeado recentemente pelo interventor federal para o cargo de prefeito de Ribeirão o Sr. Humberto Amaral Silva.

★

**RIO GRANDE — (Rio Grande do Sul)**

109.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — Comemorou-se em julho último o 109.º aniversário da fundação da cidade. O acontecimento foi ressaltado pela imprensa, que focalizou o desenvolvimento do município referindo-se ao seu progresso e à sua situação econômico-financeira.

Em comemoração foram realizadas várias festividades.

★

**RIO PRÊTO — (São Paulo)**

CINQÜENTENÁRIO DE RIO PRÊTO — *Uma semana de festejos comemorativos — Programa das solenidades — O que é o Rio Prêto de nossos dias — Dados históricos — O fundador de Rio Prêto em 1852, e sua elevação a município em 19 de julho de 1894 — Sede do I Congresso Eucarístico Diocesano.*

Sob o alto patrocínio do Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizaram-se de 16 a 23 de julho último, em Rio Prêto — a pujante cidade da alta araraquarense, já cognominada "Capital do Sertão" — as festas e solenidades comemorativas do cinqüentenário da criação do município, e para cuja execução se constituiu uma grande comissão, de que fazem parte os mais expressivos elementos do comércio, das indústrias, da lavoura e da pecuária, assim como as mais destacadas e representativas figuras da sociedade local.

Do vastíssimo programa de festejos, que duraram uma semana, e para só citar a parte mais importante, destacamos: — entrega de prêmios do concurso de robustez infantil, conferência do Sr. Otávio G. Gonzaga; inauguração do pavilhão de mulheres na Santa Casa e colocação do retrato do Dr. Fritz Jacó, benemérito da instituição; concertos pela orquestra sinfônica; entrega às autoridades do Abrigo para Menores Abandonados e Delinqüentes; homenagem ao primeiro professor Ângelo Leandro Pereira; homenagem ao professor Clementino Fraga, que fará uma conferência; missa campal, com sermão pelo bispo diocesano; inauguração do Mercado Municipal; conferência, a propósito do conqüentenário, pelo professor Pedro Galvão; desfile-monstro de escolares, esportistas, tiro de guerra, e fraternidade do "Fole"; conferência do Sr. Roberto Moreira; recital pelo maestro Sousa Lima; baile de gala; lançamento da pedra fundamental da piscina municipal; idem do Parque Infantil; churrasco na fazenda São José, colocação de uma placa comemorativa da passagem e estada em Rio Prêto da fôrça brasileira que participou da Retirada da Laguna; colocação da pedra fundamental da herma a ser erigida ao fundador da cidade, João Bernardino de Seixas Ribeiro; palestra literária, pelo coronel Pedro Cordolino de Azevedo; concêrto pela harpista Léia Bach; concentração de todos os tiros de guerra da região e cidades vizinhas; procissão em louvor de São José, padroeiro da cidade, e ainda concertos na praça pública, congadas, cavalhadas, competições esportivas, fogos de artifício, etc

DADOS HISTÓRICOS DE RIO PRÊTO — Não poucos historiadores têm porfiado em investigar as origens de Rio Prêto, baseados, uns, em escassos documentos, outros em fontes de informação verbal. Formaram-se, assim, e perduraram por muito tempo, interessantes versões, dando a diferentes cidadãos a glória da fundação do lugar. Entretanto, a que parece mais acertada é a que encontramos numa publicação de 1929, devida aos esforços de dois espíritos empreendedores — Abílio Abrunhosa Cavalheiro e Paulo Laurito — de onde consta a seguinte informação: "... depreende-se que os verdadeiros fundadores de Rio Prêto foram Luís Antônio da Silveira e João Bernardino de Seixas Ribeiro. Embora um e outro tenham chegado às cercanias da cidade em épocas diferentes, o que é fato é que, se um descobriu e firmou os lineamentos do patrimônio, o outro veio e edificou a primeira casa, dando à mata selvagem, impregnada de índios e animais ferozes, o primeiro sôpro de vida civilizada".

Foi em 1852 que o arraial de São José do Rio Prêto teve realmente seu início, com a construção da casinha de sapê de José Bernardino, ao lado da qual se levantaram, posteriormente, mais três ou quatro casebres toscos e de mau aspecto. Em 1861, a modesta choupana de João Bernardino foi demolida, para dar lugar à construção de uma casa mais con-

fortável, coberta de telhas, onde, em julho de 1869, se hospedou o visconde de Taunay, no seu regresso de Mato Grosso à Côrte, assim se referindo à ocorrência no seu livro *Viagens de Outrora:* Pousamos, por causa da grande tormenta, na *única* casa do arraial, pertencente ao Sr. João Bernardino de Seixas Ribeiro, inteligente paulista que descende de boa família e goza de muito conceito em tôda aquela redondeza. A povoação consta de meia dúzia de palhoças, abandonadas na ocasião do recrutamento por todos os habitantes, etc.". "Há uma igrejinha em construção e cremos que por muitos anos fique nesse estado quando não se arruíne totalmente".

Com o abandono do lugar por seus habitantes por causa do recrutamento (menos o delegado, que era o próprio recrutador), ficou o patrimônio aos cuidados do velho João Bernardino, que deu andamento à construção da pequenina capela de São José, mais ou menos no mesmo lugar onde hoje se encontra a matriz.

Do arquivo da Prefeitura de Rio Prêto constam, por sua vez êstes dados históricos: — "A cidade de Rio Prêto foi fundada por João Bernardino de Seixas Ribeiro, que nela construiu a primeira casa, em 1852, não se podendo fixar a data precisa do ano. Logo em seguida, aliando-se o fundador da cidade ao prestante cidadão Luís Antônio da Silveira, foi tomada posse de todos os terrenos da região, então denominada arraial de São José do Rio Prêto, e começaram-se os primeiros passos para que a cidadezinha, encravada em pleno sertão, obtivesse a almejada categoria de *Vila,* que então já a sua reduzida população desejava".

OUTRAS ETAPAS DA HISTÓRIA DE RIO PRÊTO — Já vimos que tôdas as investigações a que se procedeu a propósito da fundação de Rio Prêto, a mais acertada é aquela que coloca em primeira plana o nome de João Bernardino de Seixas Ribeiro, que aí construiu, em 1852, a primeira casa. Se outros passaram, antes dêle, pelo que seria mais tarde o arraial de São José do Rio Prêto, não importa "passaram", não se fixaram, nada criaram.

Capela que era de Jaboticabal, foi pela Lei provincial n.º 4, de 21 de março de 1789, que Rio Prêto recebeu os seus foros de "freguesia".

Em 19 de julho de 1894 — há cinqüenta anos, portanto, — foi a freguesia elevada à categoria de "município", e dez anos mais tarde pela Lei n.º 903, de 3 de junho de 1904, o município foi elevado a "comarca".

"Até 1895, escreveu o douto pesquisador da história de Rio Prêto, Sr. Adolfo Guimarães Correia, êste rincão não era mais do que um lugarejo perdido em pleno sertão, falto de estrada direta para a sede da comarca, que era Jaboticabal, e parecendo destinado a não evoluir, quiçá a desaparecer. Um fato, porém, veio inesperadamente abrir auspiciosa diretriz, que seguida desde então lhe incrementou todo o desenvolvimento e o progresso: foi a abertura da estrada de Tabuado, empreendimento de elevado alcance, devido ao govêrno do Dr. Américo Brasiliense.

Desde que a Paulista fôra a Jaboticabal, a estrada velha de Rio Prêto para Araraquara ficara inútil e, então, à falta de outra, direta, Rio Prêto só podia ir respirar o ar lá fora ou pela estrada "de cima", passando por São Domingos (Catanduva) e Aparecido de Jaboticabal, o que representava um percurso de 34 léguas, ou pela "de baixo", passando por São Sebastião e São Miguel do Turvo, com 30 léguas de percurso. Ao passo que, com a estrada do Tabuado, tôda a distância veio a ficar reduzida a 22 léguas, mais ou menos. E não foi tudo; Santana do Paraíba, em Mato Grosso, a 80 léguas de Uberaba, convencera-se da vantagem de procurar comunicação por São Paulo, dado ser exato que a via Uberaba representava um dia de estrada de ferro até Santos. A bons santanenses e a expensas suas, deve-se a abertura da referida via de comunicação, que foi de grande utilidade a "Comissão Hummel" quando ali chegou com os estudos da estrada do Tabuado. E Rio Prêto, que quase ao mesmo tempo alcançava constituir-se município, desmembrado que fôra de Jaboticabal, logo conheceu as vantagens da situação felicíssima a que atingia com a nova estrada, vendo incrementar-se a povoação da zona ocupada e povoar-se a desabitada, estreitando-se as suas relações comerciais com Mato Grosso".

Rio Prêto, na "Alta Araraquense", está situada a noroeste do Estado e a cêrca de 200 quilômetros da confluência dos rios Grande e Paraná, limitando-se com os municípios de José Bonifácio, Mirassol, Nova Granada, Olímpia, Uchoa, Potirendaba, Cedral, Novo Horizonte e Promissão. No seu aspecto geral, a cidade de Rio Prêto agrada pela sua topografia, por seu clima e pela boa disposição de suas ruas e praças. A conformação topográfica de Rio Prêto assemelha-se a um vasto anfiteatro ,guarnecido na margem direita pelo córrego Borá, na esquerda pelo córrego Canela, e parte pelo rio Prêto, que lhe dá o nome. Transpondo êsses cursos de água, dilata-se a cidade em bairros novos e populosos, estendendo-se as suas ruas a alguns quilômetros de distância.

A área do município é de 1 800 quilômetros quadrados distando da capital 544, por estrada de ferro e 600 quilômetros por estrada de rodagem. Dista de Santos, 625 quilômetros; do Rio de Janeiro, 1 045; de Araraquara, 229.

Criado município, como já dissemos, pela lei n.º 294, de 19 de julho de 1894, teve Rio Prêto a sua primeira câmara municipal, empossada solenemente em 29 de outubro daquele mesmo ano. Pela Lei n.º 1 201, de 1906, a denominação do município, que durante algum tempo ainda era conhecido por "São José do Rio Prêto", passou a ser simplesmente de "Rio Prêto".

Depois da instalação do município, as aspirações do povo voltaram-se para a sua elevação a comarca. Um projeto apresentado à Câmara dos Deputados pelo Dr. Plínio de G. Moreira e Costa encheu a todos de justas esperanças, mas só dez anos mais tarde foi a medida atendida com grande e justificado regozijo público, no dia 5 de outubro do mesmo ano, tendo sido primeiro juiz de Direito o Dr. Antônio de Sousa Barros.

Os primitivos documentos relativos à constituição da paróquia foram perdidos num incêndio ocasionado por um raio — fato lamentável que quase impossibilita a reconstituição dos mais importantes episódios referentes à fundação de Rio Prêto. Entretanto do *Livro do Tombo,* mais tarde recomposto como fio possível, consta que o primeiro vigário nomeado pelo bispo de São Paulo, foi o padre José Bento Costa, que chegou ao lugar em 1.º de janeiro de 1894. Nesse mesmo ano, foi nomeada a primeira comissão de obras da futura matriz. Ao padre José Bento Costa sucederam-se outros sacerdotes no cargo de vigário da paróquia de Rio Prêto, tendo sido cada qual um digno continuador dos esforços de seus antecessores nos serviços da igreja e da educação religiosa do povo.

Graças ao esfôrço e à tenacidade do saudoso bispo D. José Marcondes Homem de Melo (a cuja diocese, de São Carlos, pertencia a paróquia), foi Rio Prêto distinguido pela Santa Sé com sua elevação à categoria de bispado, e para bispo da nova diocese foi eleito o então monsenhor Lafaiete Libânio, que lecionava num colégio de Pouso Alegre, Minas, e que ainda hoje, prestigiado pelo mundo católico da zona araraquarense e pelas mais altas autoridades da Igreja, se mantém no seu elevado cargo.

Foi em Rio Prêto que se realizou, em 1940, o primeiro Congresso Eucarístico Diocesano, abrindo a série de grandes certames religiosos que foram preparatórios do empolgante IV Congresso Eucarístico Nacional, levado a efeito em São Paulo, em setembro de 1942.

★

**SALVADOR — (Bahia)**

JUNTA EXECUTIVA REGIONAL DE ESTATÍSTICA — 1.ª REUNIÃO MENSAL — Realizou-se no dia 10 de julho último a primeira reunião mensal da Junta Executiva Regional de Estatística, durante a qual foram empossados os seus novos membros: comandante Nereu Chalreu Ramos, capitão dos Portos, Valdemar Passos, Manuel Lima Júnior, Almir Vergani Fiúsa Lima e João Davi Gomes, chefes de secção do Departamento Estadual de Estatística, recentemente designados.

Do expediente constaram várias peças de correspondência, entre as quais o agradecimento da Associação Comercial por ter a Junta mandado coletar os formulários dos inquéritos econômicos da defesa nacional na sede da Diretoria de Estatística Municipal.

Passando à ordem do dia a Junta deliberou mandar entregar ao prefeito de Itabuna o prêmio que coube à Agência de Estatística.

Também foi atendida a reclamação do Sr. Domingos de Sousa Oliveira, pois a Junta mandou que o prêmio de morro dô Chapéu, anteriormente adjudicado a Otacílio Sousa, lhe fôsse entregue.

A Junta aprovou ainda, *ad referendum* da Junta Central, a Resolução n.º 111, que altera a de n.º 106, pela qual se dispõe sôbre a aplicação do auxílio do I.B.G.E. ao D.E.E. em 1944. Finalmente foi aprovado um voto de congratulações com o govêrno do Estado, especialmente com o Sr. Artur César Berenguer, secretário do Interior, pela reforma da organização judiciária do Estado, bem como autorizado o presente a promover em harmonia de vistas com os demais interessados, as providências tendentes a assegurar o exato cumprimento do Convênio de Estatística Educacional de 1931.

CONCURSO DE MONOGRAFIAS — A Prefeitura de Salvador, em colaboração com a União dos Estudantes da Bahia, acaba de instituir um concurso de monografias referentes ao município do Salvador, com a distribuição do prêmio "Cidade do Salvador", no valor de Cr$ 1 000,00 em livros científicos. O referido concurso abrangerá tôdas as escolas superiores daquela capital, devendo ser distribuído um prêmio para cada escola. O tema das monografias será de livre escolha do candidato, devendo versar, todavia, sôbre assunto pertinente à carreira a que se dedica o concorrente.

★

**SANTA RITA — (Paraíba)**

OFICIALIZAÇÃO DE BAYEUX — Realizou-se no dia 14 de julho último a oficialização do nome Bayeux dado à localidade de Barreira, próximo da capital paraibana, por ato recente do interventor Rui Carneiro. Compareceram à solenidade o interventor federal, o comandante Gayral, representante do embaixador francês Sr. Jules Blondel, o arcebispo metropolitano, secretários de Estado, presidente do Tribunal de Apelação e do Conselho Administrativo, comandantes da 2.ª Brigada de Infantaria, 15.º R.I., Serviço Geográfico do Exército, 40.º Batalhão de Caçadores, Fôrça Policial, capitão dos Portos, associações classistas e culturais e delegações de estabelecimentos de ensino. Discursou em nome da Paraíba, o interventor Rui Carneiro e, encerrando a solenidade, usou da palavra inaugurando o obelisco comemorativo o comandante Gayral, que exprimiu a gratidão de sua pátria àquela prova de solidariedade.

★

**SANTA RITA DE JACUTINGA — (Minas Gerais)**

NOMEADO NOVO PREFEITO — Foi nomeado, em julho último, por ato do governador do Estado, para o cargo de Prefeito de Santa Rita do Jacutinga, o Sr. João Cândio da Fonseca, que já o vinha exercendo interinamente.

★

**SÃO JOÃO DA BARRA — (Rio de Janeiro)**

NOMEAÇÃO DE NOVO PREFEITO — Foi nomeado pelo interventor federal para o cargo de prefeito de São João da Barra, o Sr. Edelwello Nunes Pereira.

★

**SÃO JOSÉ — (Santa Catarina)**

APROVEITAMENTO DA ENERGIA HIDRÁULICA NO RIO GARCIA — Pela Portaria n.º 608, de 5 do corrente mês, o Sr. ministro da Agricultura, tendo em vista o disposto no Decreto n.º 12 714, de 25 de junho de 1943, que outorgou concessão ao Estado de Santa Catarina para aproveitamento de energia hidráulica no rio Garcia, distrito de Angelina, município de São José, Estado de Santa Catarina, e considerando o requerido pelo referido Estado, resolveu prorrogar, por 180 dias, o prazo para apresentação do projeto de que trata o Decreto n.º 12 714, de 25 de junho de 1943, no seu art. 2.º inciso II.

★

**TAQUARI — (Rio Grande do Sul)**

53.º ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE CIDADE — Comemorou-se festivamente, no dia 9 de julho último, o 53.º aniversário da elevação de Taquari à categoria de cidade, por ato do então presidente do Estado, Sr. Fernando Abbot.

★

**TERESÓPOLIS — (Rio de Janeiro)**

53.º ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE CIDADE — Comemorou-se em Teresópolis no dia 6 de julho último, com expressivas e significativas solenidades o 53.º aniversário da elevação à categoria de cidade.

# Exterior

## ESTADOS UNIDOS

### Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais

METEOROLOGISTAS BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS — Seis jovens meteorologistas do Brasil completaram com êxito seu treinamento avançado em universidades dos Estados Unidos e estão agora ganhando experiência prática na previsão do tempo. Estão distribuídos pelas diversas estações do Bureau do Tempo em cinco cidades norteamericanas e no Instituto de Meteorologia Tropical na Universidade de Puerto Rico. Quatro outros meteorologistas esperam terminar o seu treinamento na Universidade da Califórnia, em Los Angeles mais ou menos no meado de agôsto.

Todos são graduados de honra do Instituto Interamericano de Meteorologia, com sede em Medellin, Colômbia, em 1943, através da cooperação do Escritório de Negócios Interamericanos, da Defense Suplies Corporation, Bureau de Tempo dos Estados Unidos, Universidade de Antióquia em Medellin e outros órgãos.

O propósito do Instituto era auxiliar a ministração do treinamento de meteorologistas em todos os países do Hemisfério Ocidental para as defesas das Américas e para o benefício da aviação, agricultura e desenvolvimento econômico e social.

Três dos meteorologistas brasileiros foram designados para o Instituto de Meteorologia em Pôrto Rico para gozarem das vantagens do treinamento e pesquisa em meteorologia tropical ali existentes. O Instituto foi estabelecido pela Universidade de Chicago primàriamente para treinar jovens oficiais das Fôrças Aéreas do Exército dos Estados Unidos na previsão do tempo em zonas tropicais, mas é também de grande importância para o desenvolvimento das linhas interamericanas e para a previsão de furacões como meio de proteção à vida e propriedade na área das Caraíbas.

Os designados para Pôrto Rico são: Ulísses Ghedini, Teodoro Rodrigues Teixeira e Carlos Pais de Barros. Todos já terminaram seu treinamento técnico.

Além dêsses, Mário Alves Guimarães foi designado para Chicago, Brasilino Antunes Proença trabalhará em Fort Worth, Texas, e Manuel Strosberg foi designado para Nova Orleans.

Os que terminarão em breve os seus estudos na Universidade de Califórnia em Los Angeles são: Fernando Pimenta Alves e Márcio Teixeira de Carvalho, que serão designados para Kansas City, Douglas MacGregor D. Strang que irá para Atlanta e Antônio Carlos Pimentel Lôbo que planeja ir para Nova Orleans.

Os dez brasileiros que dentro em breve estarão trabalhando nos postos de observação do tempo nos Estados Unidos são parte de um grupo de 30 estudantes de meteorologia de 19 países americanos, que estão estudando dentro do mesmo programa.

Seis dos estudantes brasileiros receberam seu treinamento na Universidade de Califórnia em Los Angeles. Os quatro restantes estudaram no Instituto de Tecnologia de Califórnia, na Universidade de Chicago, na Universidade de Nova York e no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, respectivamente.

**Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sôbre a geografia do Brasil.**

# Bibliografia

## *Registos e comentários bibliográficos*

## Livros

CASTILHOS GOICOCHÊA. — (*Fronteiras* e *Fronteiros*) Companhia Editôra Nacional. Rio — 1943.

Dentro do seu programa patriótico, a Coleção Brasiliana nos deu, com êste volume, mais um trabalho destinado à melhor compreensão do problema brasileiro.

O autor, subordinando-se ao título que epigrafa o livro, abordou, de ângulos vários, o tema atualíssimo da faixa fronteiriça e suas populações.

Antigamente as fronteiras eram vagas, distantes. Os impérios vastos, terminavam nos desertos, nos oceanos, nos grandes rios... Raro o fenômeno das fronteiras vivas. Raríssimo. As gentes viviam afastadas, quase sem relações. Os povos foram se aproximando pela guerra. Travaram contacto. Intercambiaram culturas. Cresceu o índice demográfico dos continentes. E a evolução histórica determinou mosaicos geográficos, cada vez mais complexos. As fronteiras oscilaram ao sabor das expansões étnicas, das arremetidas militares. Criaram-se doutrinas. Os juristas sancionaram de diversos modos, o que a fôrça conquistou... E a fronteira como contôrno físico dos países, passou a demonstrar a sua própria "saúde geográfica". Fronteiras distantes do centro político-econômico de um país quer dizer vitalidade territorial, segurança política. Fronteiras estáveis representam boa garantia para o trabalho construtivo e, portanto, para a prosperidade nacional.

A evolução da linha fronteiriça até sua definitiva estabilização, representa — podemos dizer — a evolução histórico de um país. De fato, examinemos os movimentos da linha fronteiriça nessa ou naquela direção e conheceremos os anseios dêsse povo, um pouco dos seus princípios e de sua mentalidade política.

Particularmente expressiva para quem desejar compreender a história do Brasil, a evolução das nossas fronteiras, a partir do célebre Meridiano de Tordesilhas, instituído no papel, em Roma.

Por tudo isso o Sr. Castilhos Goicochêa veio preencher uma lacuna, abordando em um bem nutrido volume de 298 páginas, êsse assunto palpitante.

Defende, entre outras, a tese curiosa de que nascem na zona fronteiriça, os tipos eugênicos, privilegiados, sôbre os quais recaem as responsabilidades nacionais mais sérias. "Fronteiro! Homem de prol, aquêle a quem o Destino confiou arremetida ou resguardo, luta ou espera de luta, e esqueceu marcar época para descanso. Êle nasce olhando o provável contendor e morre sem haver conhecido trégua confortadora. Prepara-se para a guerra para não ter que se preparar em vista de uma guerra. Os melindres, porisso, têm-nos à flor da pele, eriçados, sempre alertados, prontos para o despique que se fizer preciso, ao revide que se impuser".

Um livro atual, vivo. Em um instante de guerra européia. Quando nesta América de constante paz expandem-se os povos, chegando às lindes fronteiriças, nodulando-as de centros povoados. Neste momento — cremos — não poderia haver nada de mais oportuno do que agitar o problema das fronteiras. Estudemos bem a questão. Estudando-a, é que evitaremos crises porvindouras, garantindo a estabilidade e a paz, bens supremos no destino de um povo.

A. M.

GILENO DÉ CARLI — *Aspectos da Economia Açucareira.* Irmãos Pongetti, Editôres. Rio — 1942.

O Sr. Gileno dé Caril é uma das personalidades expressivas do nosso mundo econômico, onde ocupa a posição de técnico. Técnico com autoridade consolidada através de uma obra, já hoje vasta, sôbre temas açucareiros, além de atividades outras, capazes de conferir-lhe êsse título.

*Aspecto de Economia Açucareira,* como o próprio nome indica, não apresenta unidade. As suas trezentas páginas revelam apenas o traço comum de um mesmo assunto. Os ângulos sob os quais o examina o autor, varia de capítulo para capítulo. O livro subdivide-se, grosso modo, em quatro partes: Aspectos históricos; Aspectos econômicos; Aspectos geográficos; Aspectos sociais.

Egresso de uma escola de agronomia situada no seio dos canaviais — repetimos — estas páginas trazem o vestígio de uma experiência valiosa, o pronunciamento de um estudioso que assistiu e viveu aos dias bons e maus do açúcar — desde a infância.

A. M.

★

AIRES DA MATA MACHADO FILHO. — *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais.* — Livraria José Olímpo Editôra. — Rio.

Por muito tempo o negro foi subestimado no concêrto civilizacional brasileiro. Notava-se a sua presença, tinha-se uma vaga notícia de sua participação na vida agrária do I século, conhecia-se até a contribuição vocabular, incrustada por êle no metal lingüístico da Pátria. Ignorava-se no entanto — frisamos nós — a verdadeira dimensão, os exatos valores da sua contribuição à cultura brasileira. Estudiosos apareceram ressaltando êsse ou aquêle aspecto do negro. Nina Rodrigues notabilizou-se entre todos os africanistas patrícios, pelas proporções e substancialidade da sua obra. Cremos, porém, que deve ser atribuído ao Sr. Gilberto Freire, a verdadeira *descoberta* do negro, no seu papel criador.

*Casa Grande & Senzala,* entre muitas outras faces, contém esta: é uma apologia do negro, pondo em destaque as qualidades de inteligência, caráter, resistência física, que distinguem a raça — acima de tudo, exaltando a contribuição fabulosa que êle veio trazer ao Brasil, de muitas maneiras diferentes: no folclore, na cozinha, na agricultura, na demografia... etc.

A realização de dois congressos de estudo afro-brasileiros que vieram alterar, por completo, a situação do elemento afro em face da intelectualidade pátria.

Não chegaremos ao exagêro de desprezar os outros dois grupos étnicos que ajudarem a formar o nosso povo. Cada grupo teve a sua tarefa e legou uma herança. Mas, ao negro o que é do negro.

Hoje, os africanistas crescem cada vez mais em número. Entre êles veio inscrever-se o Sr. Aires da Mata Machado Filho, com um livro singular. Singular porque focalizou um aspecto do tema, esquecido até agora: a participação do negro nas atividades mineradoras, nas minas gerais.

O autor preocupou-se mais com o folclore, conduzindo o trabalho, através das 138 páginas impressas, sem obedecer a um plano de conjunto: Garimpeiros, quilombolas, capangas, faiscadores; São João da Chapada e a base africana do seu povoamento; sob o signo do diamante; As faisqueiras; Superstição, feitiço e crendices; Quartel de Indaiá e as sobrevivências bantus; O totemismo do boi; As cantigas de trabalho na mineração dos diamantes — Sua importância na vida social dos mineradores; Alcance folclórico; A dança do canjerê; Vissungos; O dialeto crioulo de São João da Chapada; Vocabulário do dialeto crioulo sanjoanense; Vestígios do dialeto crioulo no linguajar local.

A idéia do livro nasceu de uma viagem do autor a São João da Chapada, município de Diamantina.

"Minerar foi e é a ocupação quase exclusiva do sanjoanense. O negro, com suas cantigas, tornou-se o dono das primeiras casas do arraial, influindo fortemente em usos, costumes e crendices. E, nesses dois pontos que se articulam, está a unidade de nosso trabalho.

Não sei se seremos felizes com as notas e reflexões. O certo, porém, é que só o material, que tivemos a sorte de desencavar em nossa mineração, bastaria para justificar o aparecimento de um livro".

Não existem dúvidas, absolutamente, de que se trata de um trabalho interessante, contendo rico material informativo. Cremos que o tema é vasto e exige investigação mais ampla, sob vários ângulos, inclusive o geográfico. Mais aí está um bom comêço que agora já não poderá mais ser ignorado por outros que palmilharem o mesmo caminho.

A. M.

★

CHARLES DIEHL — (*Bizâncio*) Grandeza e decadência. Epasa — Rio.

Dizem que a história se repete. Que os mesmos fenômenos, as mesmas vibrações acontecem muitas vêzes, com a surprêsa até das gerações novas, famintas de novidade, sequiosas de transformação. *Nihil novi*... Curioso, por exemplo, quando encontramos na fermentação política de Atenas, na arrancada de Alexandre, no roteiro fulgurante de Roma, uma imagem do que sucede hoje através do mundo. Admitindo-se a verdade desta afirmativa, devemos reconhecer a oportunidade de uma investigação em escala crescente das civilizações antigas, suas qualidades e suas misérias. Na antigüidade definiram a história como a "mestra da vida". Alguém já disse, também, que tôda ação política deve ser baseada no conhecimento histórico.

De nossa parte, acrescentaríamos que o povo brasileiro — um jovem povo — deve mergulhar na história. Seu conhecimento transmite às nações, uma "consciência de tempo", uma "idade interior" — ou seja um amadurecimento que as capacita às grandes emprêsas da civilização. Porque a história é uma espécie de *pensamento das nações*.

Vemos assim com bons olhos, a presente iniciativa da Epasa, enriquecendo nosso bibliografia com a divulgação da obra cujo título epigrafa esta nota.

Bizâncio perde-se na noite dos tempos, esplêndida e obscura. Sua memória tem sido, até agora, uma lista de nomes nos compêndios, uma descrição sumária — e mais nada. Necessário revivê-la na sua beleza.

Charles Diehl, professor da Sorbonne, é um historiador mundialmente conhecido, detentor de uma bibliografia já bastante expressiva pelo seu volume e pela sua qualidade.

"A história do império bizantino, mau grado os trabalhos que, no último meio século, quase a renovaram, ainda continua a ser objeto de preconceitos tenazes. Para muitos dos nossos contemporâneos ela aparece sempre, tal como aparecia a Montesquieu e a Gibbau, como a continuação e a decadência do Império Romano. Na verdade, Bizâncio foi coisa inteiramente diversa..."

Livro de 464 páginas, ressumbra todo êle, uma impressionante erudição, paralela a uma singular firmeza nas conclusões que encerra — circunstâncias que colocam êste volume, definitivamente, entre os grandes livros que fixam as civilizações humanas.

A. M.

**Concorra para que o Brasil seja geògraficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.**

*Contribuïção*

*bibliográfica especializada*

# Achegas para uma bibliografia sôbre petróleo *

## II

(LETRAS M a W)

B 000 — MAGALHÃES, Sinfrônio.
M 27

Aspectos do Brasil, por Sinfrônio Magalhães. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 500 ps. ilus. 23cm. (In p. 326).

MALOMPHY, Mark C.

*Geophisical prospecting for petroleum structures in Alagoas* (In Mineração e Metalurgia, v. 1, n. 5, ps. 193-202. Rio de Janeiro, 1937).

*Prospecção geofísica em Alagoas.* Rio de Janeiro, 1937. 12 ps.

*Prospecção geofísica para estruturas petrolíferas em Alagoas* (In Mineração e Metalurgia, v. 1, n. 5, ps. 193-202, n. 6, ps. 281-291. Rio de Janeiro, 1937).

B2 - 162 —

*Propecção geofísica para estruturas petrolíferas em Alagoas.* Rio de Janeiro, Serv. Fom. Prod. Mineral. 20 ps. ilus. 31 cm.

MALOM RHY, Mark C.

*O petróleo no Brasil.* (Brasil Dep. Nac. Ind. e Com., b, v. 7 n. 6 ps. 409-412. Rio de Janeiro, 1936).

———

*Petroleum problem of Brazil hinges on laws and techique* (In Oil Weekly, v. 92, n. 12, ps. 114-124. v. 93, n. 4, ps. 24-34, n. 9, ps. 29-34 Texas, 1939).

MARTIN, M. Helen.

*Review of petroleum geology of the state of São Paulo* by Chester Washburne. Amer. Ass. Petr. Geol. X, n. 4, 426, 1932.

B 116 — MARTINS, J.
M 366

*As riquezas desconhecidas do Brasil, suas localidades e meios práticos de sua utilização,* pelo Dr. J. Martins. Livro 1.º — *Indústrias de Minerais.* Rio de Janeiro. Instituto Elétrico e Magnético Federal. 155 ps. ilus. (In p. 19).

---

* N.R.: Organizada pela Biblioteca Central do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.

B 631 — MAIA, Emílio
M 28

O Brasil e o drama do petróleo, por Emilio Maia. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1938, 290 ps. 18 cm.

B 600 — MELO JÚNIOR, J. L. de.
M 662

*Considerações gerais sôbre betumes naturais.* (In Mineração e Metalurgia, n. 20, v. IV Julho-agôsto, 1939. Rio de Janeiro-Brasil, p. 91).

B 600 — MIRANDA, J. — BRAGA
M 662 FILHO, C.

*Estratigrafia no poço n. 163. — Lobato,* Bahia. (In Mineração e Metalurgia, n. 18. V. III. Março-abril, 1939, Rio de Janeiro-Brasil, p. 334).

B 600 — MORAIS, Luciano Jaques
M 662 de.

*A Província petrolífera do Nordeste.* (In Mineração e Metalurgia, n. 18. V. III. Março-abril, 1939. Rio de Janeiro-Brasil, p. 326).

B 116 —
M 791

*Minerais estratégicos.* Rio. A Encadernadora. 36 ps. map. 23 cm (Div. Fom. Prod. Min., av. 45, 1940, p. 17).

B 600 — MORAIS, Luciano Jaques
M 662 de.

*Minerais estratégicos.* (In Mineração e Metalurgia, n. 25, v. V. Maio-junho, 1940, p. 10).

*O petróleo no Brasil.* Brasil Min. Agric., Nossa Terra, n. 4. Rio de Janeiro, 1938.

MORAIS, Luciano Jacques de

*Possibilidades da existência do petróleo na costa de Pernambuco.* (In Mineração e Metalurgia, v. 3, n. 15, ps. 169-170. Rio de Janeiro, 1938).

*Possível ocorrência de petróleo no rio Grande do Norte.* (In Nossa Revista, ano 1, n. 7, ps. 5-6, Ouro Prêto, 1929).

*Possibilidades da existência de petróleo no Est. Esp. Santo.* (In Minério, Combustível e Transporte, ano 1, n. 2, ps. 39-40. Rio de Janeiro, 1928).

*Possibilidades de ocorrência de petróleo em Pernambuco.* (In Minério, Combustível e Transporte, ano 1, n. 3, p. 65. Rio de Janeiro, 1928).

*Possibilidades de existência de petróleo na costa de Pernambuco.* (In Mineração e Metalurgia, v. 2, n. 12 ps. 385-387. Rio de Janeiro, 1938).

*A província petrolífera do Nordeste* (In Mineração e Metalurgia, v. 3, n. 18, ps. 326-333. Rio de Janeiro, 1939).

MORAIS RÊGO, L. F. de.

*As possibilidades da existência do petróleo no Brasil.* (Inst. Eng. São Paulo, b, v. 13, 65, ps. 186-189. São Paulo, 1930.

MORAIS RÊGO, L. F. de.

*Notas sôbre a aplicação dos processos magnetométricos na localização de sondagens para pesquisa de petróleo.* (Nota apres. à Acad. Bras. de Ciências na sessão de 10-6-30): Jornal do Comércio de 11-6-30. Rio de Janeiro. 1930.

MORAIS RÊGO, Luís Flores de.

*Considerações comparativas sôbre as possibilidades de ocorrência do petróleo em São Paulo:* Inst. Eng. São Paulo, b, v. 20, n. 108, ps. 285-291. São Paulo, 1934.

*Possibilidades da existência de petróleo na* Bahia. 7, ps. Bahia. Imp. Of. 1932.

*O petróleo no Estado de São Paulo.* (Serv. Geol. Miner. Rel. an. diretor, 1930, ps. 7-18, Rio de Janeiro, 1931).

*Considerações comparativas sôbre as possibilidades de ocorrência de petróleo em São Paulo.* (In Inst. Eng. São Paulo, b. v. 20, n. 108, ps. 285-291. São Paulo, 1934).

*A geologia do petróleo no Estado de São Paulo.* (Serv. Geol. Miner, b. n. 46, 105 ps. Rio de Janeiro, 1930).

MOURA, Pedro de.

*Estudos geológicos para pesquisa de petróleo no vale do Juruá* (In Mineração e Metalurgia, v. I, n. 4, ps. 135-138. Rio de Janeiro, 1936).

B 600 —
M 662

*Indústria do petróleo no Peru.* (In Mineração e Metalurgia, n. 7. v. II. Maio-junho, 1937, p. 47).

B 600 —
M 662

MOURA, Pedro de.

*Petróleo na Montana. Peru.* (In Mineração e Metalurgia, n. 10, v. II Novembro-dezembro, 1937, p. 232).

B 600 —
M 662

*Petróleo no oriente peruano.* (In Mineração e Metalurgia, n. 14, v. III. Julho-agôsto, 1938, p. 85).

B22-631 —
M 865

*Possibilidades de petróleo no Território do Acre.* (Serv. Fom. Prod. Min. 14 p. av. 16. ilus, 23 cm. 1937).

— WANDERLEY, Alberto.

*Noroeste do Acre. Reconhecimento geológico para o petróleo.* (In Brasil, Serv. Fom. Prod. Mineral. bol. n. 26, 116 ps. Rio de Janeiro, 1938).

B 110 —
01 4

OLIVEIRA, Avelino Inácio de — LEONARDOS, Othon Henry.

*Geologia do Brasil.* 2.ª ed. (Refundida e atualizada). 1943. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola. (Série Didática n. 2 Serviço de Informação Agrícola. ps. 68-407-667).

*Situação do problema do petróleo no Brasil em 1938.* S. F. P. M. Rio de Janeiro, b. n. 23, 64 ps. 1938.

*O problema do petróleo no Brasil.* M. M. Rio de Janeiro, 11, n. 12, 290-5 lc., 1938.

OLIVEIRA, Avelino Inácio de. LEONARDOS, Othon Henry.

*Lutando por petróleo no Brasil.* M. M. Rio de Janeiro, 11, n. 12, 354-8, 1938.

B 600 — OLIVEIRA, Avelino Inácio de.
M 662

*A evolução da indústria petrolífera.* (In Mineração e Metalurgia, n. 18. v. III — Março-abril, .. 1939. Rio de Janeiro-Brasil, p. 369).

B 600 —
M 662

*Folhelhos oleígenos (betuminosos e piro-betuminosos).* (In Mineração e Metalurgia, n. 4, v. 1. Novembro-dezembro, 1936. p. 173).

B 116 —
01 4

*Situação do problema do petróleo no Brasil em 1938.* Rio, Dir. Estat. Prod. (Ser. Fom. Prod. Min. 64 ps. ilus. 23 cm. bol. 23, 1938).

B13-110 — OLIVEIRA, Eusébio Paulo de.
01 4

*Geologia e recursos minerais do Estado do Paraná.* Rio de Janeiro, Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, monografia, n.º VI. 1927, p. 163.

B 631 —
01 4

*História da pesquisa de petróleo no Brasil.* Brasil, Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola, 1940. 205 ps. 23 cm.

*O petróleo de Lobato* (In Serv. Geol. Miner. Notas Preliminares e Estudos, n. 8, ps. 13-16, Rio de Janeiro, 1937).

OLIVEIRA, Eusébio Paulo de.

*Sôbre a ocorrência de rochas petrolíferas na serra da Baliza, município de Palmas, Estado do Paraná. (Brasil)*, Serv. Geol. Miner. b. n. 1, ps. 93-99. Rio de Janeiro, 1920).

*Sôbre a ocorrência de rochas petrolíferas na serra Morena, município de Palmas, Estado do Paraná* (Inst. Eng. Paraná, b. ano 4, n. 10, ps. 361-366. Curitiba, 1936).

*Aproveitamento das rochas petrolíferas do Brasil.* Jornal do Comércio de 17 nov., 1920.

*Combustível para a aviação.* (In Bandeira, ano 1, n. 2, ps. 31-33. Rio de Janeiro, 1927).

*Rochas devonianas com cheiro de petróleo* (Brasil. Serv. Geol. Min. Notas Preliminares e Estudos, n. 1, ps. 5-7. Rio de Janeiro. 1936).

*O problema do petróleo no Brasil.* (In Inst. Estudos Bras. — Estudos Brasileiros), ano 1, n. 2, ps. 64-71. Rio de Janeiro, 1928.

*História da pesquisa do petróleo no Brasil.* (Obra póstuma). Brasil, Ministério da Agricultura. XV, 208 ps. Rio de Janeiro, 1940.

OLIVEIRA, Eusébio Paulo de

*Pesquisa de petróleo.* A. E. M. Ouro Prêto, (Minas Gerais) n. 15, 105-16, 1917.

*Rochas petrolíferas do Brasil.* (Trab. rel. ao ano 1918) S. G. M. B. Rio de Janeiro, b. n. 1, 112 ps. 1920.

*Probabilidades da existência do petróleo no Brasil, de acôrdo com as teorias sôbre sua origem.* Rio de Janeiro, S. G. M. B., 1924.

*Petróleo.* S. G. M. B. Rio de Janeiro, Rel 1926, 14-23, 1923. (São Paulo, 20-2).

*O petróleo no Estado de São Paulo.* M. C. T. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, ps. 5-6, n. 3, 61-3, 1928.

*Rochas petrolíferas do Brasil.* Trabalhos relativos ao ano de 1918. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920. (In Boletim n.º 1. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil).

OPPENHEIM, Vítor.

*Rochas gondvânicas e geologia do petróleo do Brasil Meridional.* S. F. P. M. Rio de Janeiro, b. n. 5, 1934, 129. ps.

*Petroleum geology of gondwana rocks of southern Brazil.* — Bull. Amer. Ass. Petrol. Geol. XIX, 1725-1805, 1935.

OPPENHEIM

*Possibilidades da existência de petróleo em Alagoas.* (In Mineração e Metalurgia, n. 1, v. 1, ps. 26-32. Rio de Janeiro, 1936).

*O petróleo no Brasil.* (In Observador Econômico e Financeiro, ano 2, v. 4, n. 24, ps. 89 - 106. Rio de Janeiro, 1938).

*Petróleo brasileiro.* (In Observador Econômico e Financeiro, ano 4, v. 7, n. 39, ps. 144 - 145. Rio de Janeiro, 1939).

PACHECO E SILVA, de L. Domício.

*O petróleo no Brasil.* São Paulo, 1923, 32 ps.

*O petróleo no Brasil.* O Estado de São Paulo, novembro 1923.

PAIVA, Glycon de.

*A descoberta de petróleo no Brasil e suas imediatas conseqüências.* (In Mineração e Metalurgia. n. 18. V. III. Março-abril, 1939. Rio de Janeiro-Brasil, p. 335).

*Locação da sondagem n. 126, para pesquisa de petróleo em Lajes.* (Santa Catarina). (Brasil: Serv. Geol. Miner. b. n.º 69, ps. 19-23. Rio de Janeiro, (1933).

*Contribuições aos estudos de petróleo no Brasil meridional.* B. I. E. São Paulo, XXX, n. 146, 289-94, 1939.

PAIVA, Glycon de.

*Considerações sôbre os fatos novos de geologia do Recôncavo e escolha de um ponto em Camassari para locação de um poço para o petróleo.* (In Brasil: Serv. Fom. Prod. Min., b. n. 31, ps. 96-102. Rio de Janeiro, 1938).

*A descoberta de petróleo no Brasil e suas imediatas conseqüências.* (In Mineração e Metalurgia, v. 3, n. 18, ps. 335-344. Rio de Janeiro, 1939).

*Dificuldades específicas em pesquisa de petróleo no sul do Brasil.* (In Mineração e Metalurgia, v. 3, n. 13, ps. 50-52, Rio de Janeiro, 1938).

*Perfuração pioneira.* (In Mineração e Metalurgia, v. 4, n. 21, ps. 125-130. Rio de Janeiro, 1939).

*Plano trienal para pesquisa de petróleo no Brasil.* (Brasil Div. Fom. Prod. Min. b. n. 36, ps. 7-31. Rio de Janeiro, 1939).

PASSOS, Nero.

*Prosseguimento dos trabalhos no poço 163, Lobato.* (In Mineração e Metalurgia, v. 3, n. 18, ps. 351-352. Rio de Janeiro, 1939).

PÊSSEGO, J. G.

*O petróleo no Brasil.* (In Rev. Bras. Engenharia, t. 4, ps. 123-127. Rio de Janeiro, 1922).

PEDREIRA, Aurélio de Bulhões.

*A pesquisa do petróleo.* 189 ps. Tip. An. do Brasil. Rio de Janeiro, 1927.

*Petróleo.* (In Mineração e Metalurgia, n. 10, v. II. Novembro - dezembro, 1937, ps. 238-246-257).

B 600 — *Petróleo.* (In Mineração e
M 662 Metalurgia. n. 14, v. II, Julho - agôsto, 1938, ps. 70-81-84-100).

B 600 — *Petróleo.* (In Mineração e
M 662 Metalurgia, n. 19, v. IV. Maio-junho, 1939. Rio de Janeiro. Brasil, ps. 24-28-54-62-63).

B 600 — *Petróleo.* (In Mineração e
M 662 Metalurgia, n. 11, v. II — Janeiro, 1938, ps. 295-322).

B 600 — *Petróleo.* (In Mineração e
M 662 Metalurgia, n. 16, v. III, novembro-dezembro, 1938, ps. 214-219-249).

B 600 — *Petróleo.* (In Mineração e
M 662 Metalurgia, n. 3, v. I, setembro-outubro, 1936, p. 88).

B 600 — *Petróleo.* (In Mineração e
M 662 Metalurgia, n. 15, v. III, setembro - outubro, 1938, ps. 151-152-182).

B 600 — *Petróleo.* (In Mineração e
M 662 Metalurgia, n. 9, v. 2. Setembro-outubro, 1937, ps. 188-199-218-219).

B 600 — *Petróleo.* (In Mineração e
M 662 Metalurgia, n. 6, v. 1. março-abril, 1937, ps. 296-301).

B 600 — *Petróleo.* (In Mineração e
M 662 Metalurgia, n. 40, v. VII. Setembro-outubro, 1943, p. 180).

B 600 — *Petróleo.* (In Mineração e
M 662 Metalurgia, n. 20, v. IV, julho-agôsto, 1939, Rio de Janeiro, Brasil, ps. 98-106-120-122).

PEDREIRA, Amélio de Bulhões.

B 600 M 662 — *Petróleo.* (In Mineração e Metalurgia, n.º 4, v. 1, novembro - dezembro, 1936, ps. 143-146-172).

B 600 M 662 — *Petróleo.* (In Mineração e Metalurgia, n. 7, v. II, maio-junho, 1937, ps. 18-35-58).

B 600 M 662 — *Petróleo.* (In Mineração e Metalurgia, n. 18, v. III, março-abril, 1939, Rio de Janeiro. Brasil, ps. 358-360-373-375).

*Petroleum Exploration in Brazil.* (In World petroleum, v. 2, n. 11, ps. 26-31 — New York and London, 1940).

B 600 M 662 — *Pesquisas de petróleo na Bahia.* (In Mineração e Metalurgia, n. 43, v. VIII, abril-junho de 1944. Rio de Janeiro, Brasil, p. 39)

B 631 P 655 — PINHEIRO, Alcides.

*Direito das minas.* Comentário à legislação, por Alcides Pinheiro. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio. — Rodrigues & Cia., 1939. 219 ps. 23 cm. (In ps. 186-193-214).

B 000 P 655 — PINHEIRO FILHO, João.

*Problemas brasileiros,* por João Pinheiro Filho. Editôra S. A. A Noite. 365 ps. 19 cm. (In p. 191).

B 600 M 662 — PORTOCARREIRO, Oscar.

*Histórico das pesquisas* de petróleo em Alagoas (In Mineração e Metalurgia, n. 18, v. III. Março-abril, 1939. Rio de Janeiro — Brasil, p. 377).

*Possibilidade de petróleo em Sergipe.* (In Minério, Combustível e Transporte, ano 2, n. 15, ps. 95-97. Rio de Janeiro, 1929).

B 600 P 849 — POTSCH, Valdemiro.

*O Brasil e suas riquezas. Leitura pátria,* por Valdemiro Potsch. 15.ª ed. Rio de Janeiro, etc. Livraria Francisco Alves, 1940. 362 ps. ilus. 18 cm. (In p. 72).

B 631 R 113 — RABINOVITCH, Moses.

*Pró solução nacional do problema do petróleo no Brasil.* Localização do óleo fóssil no país. Segunda Parte. "Bolpebra". (Trabalhado geral). Rio de Janeiro. 1940. 54 ps. 24 cm.

B 600 R 147 — RAMOS GIMÉNEZ, Leopoldo.

*El Brasil, su desarrollo economico-industrial,* por Leopoldo Ramos Giménez. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco, 1932. 252 ps. 24 cm. (In p. 155).

RAMOS, Armando Navarro.

*Processos de extração dos combustíveis sólidos e pesquisas em tôrno dos derivados do petróleo por síntese.* (In Minério, Combustível e Transporte, ano 1, n. 8, ps. 197-199. Rio de Janeiro, 1928)

RÊGO DE MORAIS, Luís Flores.

Ver também MORAIS RÊGO, Luís Flores.

*Petróleo no Estado de São Paulo.* S. G. M. B. Rio de Janeiro, Rel. 1930, 7-18, 1931.

B19-116 — *Santa Catarina.* Departamento de Estatística e Publicidade.

*A reserva mineral do Estado.* — Florianópolis, Im. Oficial, 1939, 30 ps. 24 cm. (In p. 27).

B 110 — SANTOS, Benedito José
Es 18 dos.

*Pesquisa de carvão no sul do Brasil.* (In Anais da Escola de Minas de Ouro Prêto, n. 9. 1907. 2.ª ed. Ouro Prêto. Livr. Mineira, p. 79).

SAWDON, Wallace A.

*Brazilian Government begins as ressive exploratory.* o ogram: Petroleum E nc v. 11, n. 1, ps. 126-128 ra xas, 1939).

SCHLAGINTWEIT, Oto.

*Le petrole au Brésil.* (In Rev. Petrolífera, n. 738, p. 721. Paris, 1937).

B 600 — SERGHIESCO, Train T.
M 662

*Historiales dos poços de petróleo y su importancia de ordem práctico.* (In Mineração e Metalurgia, n. 21, v. IV. Setembro-outubro, 1939. Rio de Janeiro — Brasil, p. 172).

SILVA FREIRE, Ageo da.

*Análises do petróleo após a descoberta.* (In Brasil Ministério da Agricultura, b. ano 28, ps. 59-73. Rio de Janeiro. 1939).

SILVA PINTO, Mário.

*Análises do petróleo de Lobato, anteriores à descoberta.* (In Brasil. Ministério da Agricultura, b. ano, 28, ps. 75-77. Rio de Janeiro, 1939).

*Exame de um petróleo bruto.* (In Brasil. Ministério da Agrieultura, b. ano, 28, Janeiro-junho 1939, ps. 77-80. Rio de Janeiro, 1939).

SILVA PINTO, Mário.

*Os óleos de Lobato.* (In Brasil. Min. Agric. ano 28, Janeiro-junho 1939, ps. 57-59, 74-75, Rio de Janeiro, 1939).

B 600 —
M 662

*Estudos químicos do petróleo de Lobato.* (In Mineração e Metalurgia, n. 18, v. III. Março-abril, 1939. Rio de Janeiro-Brasil, ps. 361).

SIMÕES LOPES, Ildefonso.

*O problema do petróleo* (In A Lavoura, ano 31, n. 7, ps. 549-556. Rio de Janeiro, 1927).

*Petróleo nacional* (In rev. Club. Eng., ano 3, n. 36, ps. 1575-1582. Rio de Janeiro, 1937).

B 650 — SIMONSEN, Roberto C.
Si 57

*Brazil's industrial evolution.* São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política, 1939, 67 ps. 27 cm. (In p. 48).

STAVER, W. H.

*Oil in Brazil.* (In Eng. Min. Journal Press. v. 120, n. 9, p. 340. New York, 1925).

B 600 — TARGA, Ferrúcio C.
M 662

*Sôbre a formação do petróleo.* (In Mineração e Metalurgia. n. 15. v. III. setembro-outubro, 1938, p. 175).

*Porque deve haver petróleo no Rio Grande do Sul?* (In Egatea, v. 16, n. 3-4, ps. 81-86. Pôrto Alegre, 1931).

*A política do petróleo.* (In Egatea v. 15, n. 3, ps. 105-120 — Pôrto Alegre, 1930).

TARGA, Ferrúcio C.

*O petróleo no Rio Grande do Sul.* (In Egatea, v. 18, n. 5, ps. 245-249. Pôrto Alegre, 1933).

TAVES, A. W.

Petroleum in Brazil. (In Brazilian business, v. 2, n. 1, ps. 18-20. Rio de Janeiro, 1922).

*Is there petroleum in Brazil.* (In Brazilian business. v. 4, n. 1 ps. 20-24. Rio de Janeiro, 1924).

TAYLOR CARNEIRO DE MENDONÇA, Marcelo.

*Os combustíveis minerais no Brasil.* (In Colaboração do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro ao 9.º Congresso Brasileiro de Geografia. p. 100).

B 650 — VELOSO, L.
V 546

*Coletânea da legislação federal sôbre açúcar — álcool — petróleo gasolina — direitos aduaneiros,* por L. Veloso. Rio. Oliveira - editor. 1940. 592 ps., 24 cm. (In ps. 336-371-427-491-501-502-503).

PINTO VIEGAS, Dargo.

*À margem do petróleo em São Paulo.* (In Rev. Politécnica, s. 15, ano 32, n. 122, ps. 163-176, São Paulo, 1936).

*À margem do petróleo em São Paulo.* Um segundo horizonte petrolífero? R. P. São Paulo, n. 122, 163-76, 1936.

PINTO VIEGAS, Dargo.

*Um ensaio sôbre o petróleo.* R. P. Rio de Janeiro. n. 123, 235 - 56, 1937.

*O mar, a geologia do petróleo e o petróleo entre nós.* R. P. São Paulo, n. 125, 86-96, 1937).

B20-110 — WASHBURNE, Chester W.

*Petroleum Geology of the state of S. Paulo.* (São Paulo, Com. Geogr. Geol. b. n. 22, 272 ps. São Paulo, 1930).

*Geologia do petróleo do Estado de São Paulo.* Dep. Prod. Min. do Rio de Janeiro, 1939. Trad. por Joviano Pacheco, 288 ps.

B 600 — WILLIAMS, Horace E.
M 662

*Estruturas em formações antigas e sua relação com as possibilidades de petróleo em São Paulo.* (In Mineração e Metalurgia. n. 18. v. III. Março-abril, 1939. Rio de Janeiro — Brasil, p. 384).

*Petróleo da Bahia.* (In Mineração e Metalurgia. n. 18. v. III. Março-abril, 1939. Rio de Janeiro — Brasil. p. 376).

*Oil - shales and Petroleum prospects in Brazil.* Transactions of the Amer. Inst. of Mining and Metal. Engineers. Sep. 8 ps. (São Paulo, 6).

**Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontrem em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil.**

# Leis e Resoluções

## *Legislação federal*

### Ementário dos decretos-leis publicados no mês de julho de 1944

* **Decreto-lei n.º 6 638, de 29 de junho de 1944.** Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 4 969 182,20, para pagamento de transporte aéreo.

"Diário Oficial" de 1-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 639, de 29 de junho de 1944.** Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr$ 500 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 1-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 640, de 29 de junho de 1944.** Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 12 750 000,00, para pagamento de contas de transportes efetuados pela Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

"Diário Oficial" de 1-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 641, de 29 de junho de 1944.** Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr$ 5 500 000,00 para despesas com a construção da ponte internacional sôbre o rio Uruguai.

"Diário Oficial" de 1-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 642, de 29 de junho de 1944.** Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr$ 3 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 1-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 643, de 29 de junho de 1944.** Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 48 500 000,00 para melhoramentos no rio São Francisco.

"Diário Oficial" de 1-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 644, de 29 de junho de 1944.** Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 8 000 000,00 para pagamento da 5.ª prestação de ações da Companhia Vale do Rio Doce S. A.

"Diário Oficial" de 1-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 645, de 29 de junho de 1944.** Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 760 055,00 para cobertura do *deficit* verificado no exercício de 1943 na exploração dos serviços da "Companhia Italiana dei Cave Telegrafici Sottomarini".

"Diário Oficial" de 1-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 646, de 29 de junho de 1944.** Aprova o programa quadrienal apresentado pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro para execução das ligações ferroviárias do norte com o sul do país, abre o crédito especial de Cr$ 60 000 000,00 e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 1-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 647, de 29 de junho de 1944.** Indica o crédito destinado a atender às despesas decorrentes das vantagens de que trata o Decreto-lei n.º 6 317, de 6 de março de 1944.

"Diário Oficial" de 1-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 648, de 29 de junho de 1944.** Revoga o art. 2.º do Decreto-lei n.º 5 971, de 5 de novembro de 1943, cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 1-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 649, de 29 de junho de 1944** Dá nova redação ao artigo 8.º do Decreto-lei n.º 6 519, de 23 de maio de 1944.

"Diário Oficial" de 1-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 650, de 29 de junho de 1944.** Dispõe sôbre as obrigações em moeda estrangeira, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 3-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 651, de 30 de junho de 1944.** Dispõe sôbre a situação dos militares que, em território nacional pratiquem ou tenham praticado crime de deserção, e bem assim, crime militar ou comum.

"Diário Oficial" de 3-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 652, de 30 de junho de 1944.** Cria o 4.º Batalhão de Fronteiras.

"Diário Oficial" de 3-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 653, de 30 de junho de 1944.** Eleva a gratificação de função do chefe da Secção de Administração do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 3-7-944.

---

* N.R.: Decretos-leis datados do mês de junho.

* **Decreto-lei n.º 6 654, de 30 de junho de 1944.** Abre, sem aumento de despesa, crédito suplementar ao Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 3-7-944.

* **Decreto-lei n.º 6 655, de 30 de junho de 1944.** Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 3-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 656, de 3 de julho de 1944.** Dispõe sôbre a função de despachante aduaneiro.

"Diário Oficial" de 6-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 657, de 4 de julho de 1944.** Reorganiza o Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 6-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 658, de 4 de julho de 1944.** Dispõe sôbre aposentadoria de João Sebastião Rodrigues Nunes.

"Diário Oficial" de 6-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 659, de 5 de julho de 1944.** Dispõe sôbre o pagamento do impôsto de sêlo nos títulos de venda mediante sorteio.

"Diário Oficial" de 7-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 660, de 5 de julho de 1944.** Altera a redação do art. 2.º do Decreto-lei n.º 2 895, de 21 de dezembro de 1940.

"Diário Oficial" de 7-7-944. — Reproduzido em D.O. de 15-7-944 por ter saído com incorreções em D.O. de 7-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 661, de 6 de julho de 1944.** Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 80 000,00 para pagamento à Fundação Ataúlfo de Paiva.

"Diário Oficial" de 8-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 662, de 7 de julho de 1944.** Modifica a incidência do impôsto de consumo sôbre fumo e dá outras providências.

"Diário Oficial de 10-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 663, de 7 de julho de 1944.** Cria o Quadro de Enfermeiras da Reserva da Aeronáutica.

"Diário Oficial" de 7-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 664, de 7 de julho de 1944.** Altera a redação do art. 1.º do Decreto-lei n.º 6 587, de 14 de junho de 1944.

"Diário Oficial" de 10-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 665, de 10 de julho de 1944.** Dispõe sôbre desapropriação, por utilidade pública, de minas de pirita existentes em Ouro Prêto (Minas Gerais).

"Diário Oficial" de 12-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 666, de 10 de julho de 1944.** Inclui no Q.O. Aux. (em extinção) do Corpo de Oficiais da Aeronáutica o 2.º Ten. do Q.O. Aux. da Marinha — Manuel Gomes de Medeiros.

"Diário Oficial" de 12-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 667, de 10 de julho de 1944.** Autoriza a emissão de "Letras do Tesouro".

"Diário Oficial" de 12-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 668, de 10 de julho de 1944.** Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar que especifica.

"Diário Oficial" de 12-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 669, de 10 de julho de 1944.** Cria o cargo em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 12-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 670, de 10 de julho de 1944.** Altera as carreiras de Patrão e Marinheiro, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 12-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 671, de 10 de julho de 1944.** Cria uma Contadoria Seccional, junto à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos em Pôrto Velho.

"Diário Oficial" de 12-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 672, de 10 de julho de 1944.** Abre o crédito suplementar de Cr$ ..... 100 000,00, à dotação que especifica.

"Diário Oficial" de 11-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 673, de 11 de julho de 1944.** Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei n.º 592, de 4 de agôsto de 1938.

"Diário Oficial" de 13-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 674, de 11 de julho de 1944.** Interpreta as disposições dos arts. 61 e 64 do Decreto-lei n.º 2 238, de 28 de maio de 1940, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 675, de 11 de julho de 1944.** Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 2 254 480,00 para aquisição de equipamento mecanizado para a Recebedoria do Distrito Federal.

"Diário Oficial" de 13-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 676, de 11 de julho de 1944.** Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 2 900 000,00 para prosseguimento da construção da rodovia Central de Pernambuco.

"Diário Oficial" de 13-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 677, de 12 de julho de 1944.** Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 14 400,00 para pagamento de gratificação de magistério.

"Diário Oficial" de 14-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 678, de 13 de julho de 1944.** Altera um dispositivo do Decreto-lei n.º 6 509, de 18 de maio de 1944.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 679, de 13 de julho de 1944.** Dispõe sôbre os exames de licença do ensino secundário e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 680, de 13 de julho de 1944.** Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr$ 23 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 681, de 13 de julho de 1944.** Dispõe sôbre o julgamento de processos fiscais instaurados contra firmas sob o regime de intervenção ou de liquidação, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 682, de 13 de julho de 1944.** Cria o "Serviço de Obrigações de Guerra" na Caixa de Amortização e Delegacias Fiscais, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 683, de 13 de julho de 1944.** Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 684, de 13 de julho de 1944.** Aprova contrato firmado entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil S. A. para execução do Decreto-lei n.º 6 419, de 13 de abril de 1944.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 685, de 13 de julho de 1944.** Autoriza a assinatura de contrato entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil S. A. para funcionamento da Câmara de Reajustamento Econômico, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 686, de 13 de julho de 1944.** Suspende pelo prazo de 6 meses, a cobrança dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras que incidem sôbre a penicilina.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 687, de 13 de julho de 1944.** Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr$ ... 3 200,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 688, de 13 de julho de 1944.** Declara de interêsse nacional e mobilizadas as indústrias que especifica e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 689, de 13 de julho de 1944.** Dispõe sôbre a organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 690, de 14 de julho de 1944.** Cria uma coletoria federal no município de Espírito Santo, no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 691, de 14 de julho de 1944.** Cria uma coletoria federal no município de Arcos, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 692, de 14 de julho de 1944.** Cria uma coletoria federal no Município de Nova Era, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 693, de 14 de julho de 1944.** Dispõe sôbre a criação de uma entidade que se ocupará do estudo da organização racional do trabalho e do preparo de pessoal para as administrações públicas e privadas.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 694, de 14 de julho de 1944.** Eleva a taxa de Educação e Saúde de Cr$ 0,20 para Cr$ 0,40, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 695, de 14 de julho de 1944.** Dispõe sôbre registro e distribuição de crédito e registro de despesas na Prefeitura do Distrito Federal.

"Diário Oficial" de 17-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 696, de 14 de julho de 1944.** Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento do Ministério da Fazenda.

"Diário Oficial" de 17-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 697, de 14 de julho de 1944.** Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura a função gratificada de chefe da Portaria, do Serviço Florestal, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 698, de 17 de julho de 1944.** Autoriza a modificação do contrato de arrendamento assinado com a "The Great Western of Brazil Railway Company Limited".

"Diário Oficial" de 18-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 699, de 17 de julho de 1944.** Altera dispositivo do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

"Diário Oficial" de 19-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 700, de 17 de julho de 1944.** Revoga o Decreto-lei n.º 6 717, de 21 de setembro de 1942, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 24-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 701, de 17 de julho de 1944.** Reorganiza o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 19-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 702, de 17 de julho de 1944.** Dispõe sôbre o pessoal da Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior e da Contadoria Seccional junto à mesma Delegacia e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 19-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 703, de 17 de julho de 1944.** Cria uma Contadoria Seccional junto à Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior.

"Diário Oficial" de 19-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 704, de 17 de julho de 1944.** Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 6 000 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 19-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 705, de 17 de julho de 1944.** Autoriza a circulação de cédulas de Cr$ 1,00 e Cr$ 2,00 e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 21-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 706, de 18 de julho de 1944.** Eleva o padrão de vencimentos dos cargos de Escrivão da Justiça Militar, dos Quadros Permanentes dos Ministérios da Guerra e da Marinha, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 20-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 707, de 18 de julho de 1944.** Determina a aceitação da carteira profissional para prova de registro civil, nos institutos de previdência social, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 20-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 708, de 18 de julho de 1944.** Regula a situação de praças desertoras das fileiras do Exército.

"Diário Oficial" de 20-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 709, de 18 de julho de 1944** — Cria cargo isolado, de provimento em comissão, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e abre crédito suplementar à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 20-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 710, de 19 de julho de 1944** — Eleva os vencimentos mensais dos diretores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e da Rêde de Viação Paraná - Santa Catarina.

"Diário Oficial" de 21-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 711, de 19 de julho de 1944** — Abre o Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 38 500,00, para o fim que especifica.

"Diário Oficial" de 21-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 712, de 19 de julho de 1944** — Altera dispositivo do Decreto-lei n.º 4 560, de 10 de agôsto de 1944.

"Diário Oficial" de 20-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 713, de 19 de julho de 1944** — Autoriza o Ministério dos Negócios da Fazenda a aceitar, pela União a doação de bens de propriedade da Companhia Territorial de Lírios, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 21-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 714, de 19 de julho de 1944** — Isenta do pagamento de foros as entidades de desportos náuticos titulares de aforamentos concedidos antes da vigência do Decreto-lei n.º 3 438, de 17 de julho de 1941.

"Diário Oficial" de 21-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 715, de 19 de julho de 1944** — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$ 100 000,00 para o fim que especifica.

"Diário Oficial" de 20-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 716, de 20 de julho de 1944** — Eleva os vencimentos das enfermeiras da Reserva do Exército, convocadas.

"Diário Oficial" de 22-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 717, de 20 de julho de 1944** — Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de Irineu Braga da Silva.

"Diário Oficial" de 24-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 718, de 20 de julho de 1944** — Autoriza o prefeito do Distrito Federal a realizar a permuta dos imóveis que menciona.

"Diário Oficial" de 22-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 719, de 20 de julho de 1944** — Transfere gratuitamente ao Estado do Rio Grande do Norte, para fins de ampliação do Grupo Escolar "Isabel Gondim" o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na cidade de Natal, capital do mesmo Estado, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 22-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 720, de 21 de julho de 1944** — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 12 314 724,20, para atender à construção da estrada de rodagem Anápolis a São José do Tocantins.

"Diário Oficial" de 24-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 721, e 21 de julho de 1944** — Altera as carreiras de Escriturário e de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 722, de 24 de julho de 1944** — Derroga o Decreto-lei n.º 1 847, de 7 de dezembro de 1939.

"Diário Oficial" de 26-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 723, de 24 de julho de 1944** — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 235 800,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 26-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 724, de 24 de julho de 1944** — Acrescenta um parágrafo único ao art. 206, do Decreto-lei n.º 1 713, de 28 de outubro de 1939.

"Diário Oficial" de 26-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 725, de 24 de julho de 1944** — Autoriza o prefeito do Distrito Federal a elevar para 6% nas condições que menciona, a taxa de juros do empréstimo de Cr$ 100 000 000,00 da emissão de apólices autorizada pelo Decreto n.º 3 462, de 4 de março de 1931, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 726, de 24 de julho de 1944** — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr$ .... 40 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 26-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 727, de 24 de julho de 1944** — Concede pensão especial aos herdeiros de um funcionário da Estrada de Ferro Goiás.

"Diário Oficial" de 26-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 728, de 24 de julho de 1944** — Concede pensão especial aos herdeiros de um extranumerário da Estrada de Ferro de Goiás.

"Diário Oficial" de 26-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 729, de 24 de julho de 1944** — Concede pensão especial á viúva de Alípio Lopes.

"Diário Oficial" de 26-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 730, de 24 de julho de 1944** — Dispõe sôbre a quota do impôsto de diversões públicas destinada à Caixa Nacional de Estatística Municipal.

"Diário Oficial" de 26-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 731, de 24 de julho de 1944** — Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 732, de 24 de julho de 1944** — Dispõe sôbre a finalidade e funcionamento da Biblioteca Nacional e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 733, de 25 de julho de 1944** — Fixa normas para apuração de antigüidade de classe.

"Diário Oficial" de 27-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 734. de 25 de julho de 1944** — Cria o cargo isolado de provimento em comissão de diretor da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, no Quadro I — Parte Permanente, do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 27-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 735, de 25 de julho de 1944** — Autoriza a Rêde Mineira de Viação a dar o destino que menciona ao saldo verificado em 1943.

"Diário Oficial" de 27-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 736, de 25 de julho de 1944** — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 15 000 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 27-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 737, de 25 de julho de 1944** — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 197 000,00 para atender às despesas de instalação e funcionamento, no corrente ano, dos cursos da Biblioteca Nacional.

"Diário Oficial" de 27-7-944.

**Decreto-lei n.º 6 738, de 26 de julho de 1944** — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 754 000,20 para pagamento de Serviços executados na Estrada de Ferro Maricá.

"Diário Oficial" de 27-7-944.

**Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatòriamente.**

# Íntegra da legislação de interêsse geográfico

## Decretos-leis

**Decreto-lei n.º 6 758, de 31 de julho de 1944**

*Dispõe sôbre a chefia das Delegações de Contrôle junto às entidades autárquicas*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — A chefia das Delegações de Contrôle junto às entidades autárquicas será exercida pelo funcionário representante do Ministério a que estiverem vinculadas.

Art. 2.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*João de Mendonça Lima.*
*Alexandre Marcondes Filho.*

"Diário Oficial" de 2-7-944.

*

**Decreto-lei n.º 6 770, de 5 de agôsto de 1944**

*Abre à Coordenação da Mobilização Econômica o crédito especial de* Cr$ 4 000 000,00, *para auxílio à Fundação Brasil Central*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto à Coordenação da Mobilização Econômica o crédito especial de quatro milhões de cruzeiros (Cr$ 4 000 000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender, a título de auxílio, às despesas (Serviços e Encargos) da Fundação Brasil Central de que trata o Decreto-lei n.º 5 878, de 4 de outubro de 1943.

Parágrafo único — A importância total do crédito será entregue ao coordenador da Mobilização Econômica, destinando-se às despesas com o estabelecimento e melhoramento de transportes rodoviários e fluviais no Planalto Central do Brasil.

Art. 2.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de agôsto de 1944; 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*Paulo Lira.*

"Diário Oficial" de 7-8-944.

*

**Decreto-lei n.º 6 772, de 7 de agôsto de 1944**

*Dispõe sôbre a concessão de favores à V Feira Nacional de Indústrias a realizar-se em São Paulo, e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — A V Feira Nacional de Indústrias de São Paulo, a cargo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, gozará de todos os favores concedidos à Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro pelo art. 5.º do Decreto n.º 24 163, de 24 de abril de 1934.

Art. 2.º — A Comissão Permanente de Exposições e Feiras do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, promoverá, junto ao govêrno do Estado de São Paulo e à Prefeitura do Município de São Paulo, a concessão dos seguintes favores à V Feira Nacional de Indústrias, organizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo:

a) descontos nos preços dos fretes e passagens das emprêsas ferroviárias do Estado, ou por êle subvencionadas;

b) isenção de impostos estaduais e municipais que recaiam direta ou indiretamente sôbre a referida Feira, sua propaganda e seus expositores e sôbre as atividades internas exercidas no seu recinto; e,

c) preferência, nos fornecimentos ao Estado ou do Município, em caso de igualdade de condições de preço, qualidade e prazo de entrega, nos artigos exibidos na última Feira Nacional de Indústrias do Estado de São Paulo, realizada até a data da proposta do fornecimento.

Art. 3.º — Enquanto não volte a se realizar, normalmente, a Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, o Govêrno Federal dará preferência, nos fornecimentos à administração pública, em caso de igualdade de condições de preço, qualidade e prazo de entrega, aos artigos exibidos na última Feira Nacional de Indústrias de São Paulo, realizada até a data da proposta do fornecimento.

Art. 4.º — A mesma Comissão promoverá, dentro do recinto da Feira Nacional de Indústrias, a realização de leilões públicos de matérias primas, vegetais e minerais, nacionais, com o intuito de intensificar o seu consumo interno e estimular a sua transformação industrial.

§ 1.º — Para êsse fim a Comissão Permanente de Exposições e Feiras fará importar de vários pontos do território nacional matérias primas, estratégicas ou não, ainda não suficientemente beneficiadas no país as quais acompanhadas da análise prèviamente feita pelo Instituto Nacional de Tecnologia, serão devidamente classificadas e acondicionadas em recintos especiais da Feira.

§ 2.º — Os leilões de tais produtos serão públicos e realizar-se-ão em dia e hora prèviamente anunciados.

§ 3.º — O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá as necessárias instruções para a realização dos leilões.

Art. 5.º — A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo promoverá, até trinta (30) dias antes da inauguração do certame de que trata o presente decreto-lei, um concurso entre operários e técnicos nacionais, no sentido de tornar públicas as suas invenções que interessem ao aperfeiçoamento do desenvolvimento industrial do país.

Parágrafo único — Os inventos aprovados por uma Comissão designada pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, serão expostos no recinto da Feira gratuitamente, e premiados com importâncias em dinheiro, a critério da mesma Comissão.

Art. 6.º — A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo colocará à disposição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para a exposição de suas atividades e efetivação das medidas constantes dos artigos 4.º e parágrafo único do art. 5.º do presente decreto-lei, a área de siescentos (600) metros quadrados.

Art. 7.º — Fica a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo autorizada a dar, excepcionalmente, à V Feira e Indústrias o caráter de certame pan-americano.

Art. 8.º — Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de quatrocentos mil cruzeiros (Cr$ .... 400 000,00) para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a execução dêste decreto-lei.

Parágrafo único — Do crédito a que se refere êste artigo será destacada a importância de trezentos mil cruzeiros (Cr$ 300 000,00) para auxílio à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, pelas obrigações que lhe são impostas no presente decreto-lei.

Art. 9.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agôsto de 1944, 123.º da Indepedência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*Alexandre Marcondes Filho.*
*Paulo Lira.*

"Diário Oficial" de 9-8-944.

★

**Decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agôsto de 1944**

*Cria o Serviço de Geografia e Cartografia no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, e

Considerando as deliberações da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, aprovadas com a Resolução n.º 127, de 9 de julho de 1942;

Considerando os elevados propósitos da II Reunião Pan-americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia ora reunida nesta capital, e tomando em grande aprêço suas recomendações,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Serviço de Geografia e Cartografia (S. G. C.), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e destinado a funcionar como rgão executivo central do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 2.º — O Serviço de Geografia e Cartografia terá como finalidade a execução de trabalhos geográficos, cartográficos e fotogramétricos que lhe forem determinados pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em colaboração com o Departamento Administrativo do Serviço Público, estudará o regimento do Serviço de Geografia e Cartografia, a ser baixado por decreto executivo.

Art. 4.º — Sempre que tiverem de ser executados trabalhos fotogramétricos em zona interditada à navegação aérea, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se entenderá prèviamente com as autoridades militares competentes.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de agôsto de 1944, 123.º da Independência e 56.º República.

GETÚLIO VARGAS.
*Alexandre Marcondes Filho.*

"Diário Oficial" de 28-8-944.

★

**Decreto-lei n.º 6 833, de 26 de agôsto de 1944**

*Declara como florestas protetoras, de acôrdo com o artigo 11, parágrafo único, do Decreto n.º 23 793, de 23 de janeiro de 1934, áreas de matas que delimitam, na ilha de São Luís, Estado do Maranhão*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada como floresta protetora, de acôrdo com o art. 11, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 23 793, de 23 de janeiro de 1934, tôda a área de matas que interessam os mananciais abastecedores da cidade de São Luís na ilha do mesmo nome, no Estado do Maranhão.

Art. 2.º — Os limites da área a que se refere o artigo anterior são os seguintes: — Ao norte, a Estrada de Ferro São Luís - Teresina no trecho compreendido entre o ponto de cruzamento dessa ferrovia com a linha do Telégrafo Nacional e o lugar denominado Jordoa, e uma linha partindo dêste lugar até alcançar a foz do rio das Bicas; a oeste, o rio Bacanga até sua confluência com o rio Maracanã; ao sul, o rio Maracanã, da foz às cabeceiras; a leste, uma linha partindo das nascentes do rio Maracanã até chegar às cabeceiras do rio Batatã e daí, até a ferrovia São Luís - Teresina; dêste ponto em diante, a mesma Estrada de Ferro até alcançar a linha do Telégrafo Nacional.

Art. 3.º — Tôda a área delimitada pelo art. 2.º ficará sujeita ao regime especial esta-

tuído pelo art. 8.º, do Decreto n.º 23 793, de 23 de janeiro de 1934 (Código Florestal).

Art. 4.º — A execução dêste decreto-lei, quanto à demarcação das linhas divisórias nos lados do perímetro em que as mesmas não forem naturais, ou quanto à observância do disposto no Código Florestal e expresso no art. 3.º ficará a cargo do Govêrno do Estado do Maranhão, enquanto não fôr estabelecido acôrdo florestal entre aquêle Estado e a União, nas finalidades do qual deverá ser incluída a fiscalização e guarda dessas matas.

Art. 5.º — Êste decreto-lei entrará em vigor 30 dias depois da data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de agôsto de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*Apolônio Sales.*

"Diário Oficial" de 29-8-944.

★

# Decretos

**Decreto n.º 16 251, de 31 de julho de 1944**

*Transforma função na Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a*, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica transformada, na função de topógrafo, referência XVII, uma das funções de engenheiros, referência XVII, existente na Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista da Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*Apolônio Sales.*

"Diário Oficial" de 2-8-944.

★

**Decreto n.º 16 254, de 31 de julho de 1944**

*Aprova nova denominação adotada pela Rádio Clube de Piracicaba*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a*, da Constituição, e de acôrdo com o que consta do processo n.º 13 868 - 44, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas,

Decreta:

Artigo único — Fica aprovada a nova denominação de Rádio Difusora de Piracicaba Sociedade Anônima, que, com autorização do ministro de Estado da Viação e Obras Públicas, foi adotada, em assembléia geral extraordinária realizada a 26 de dezembro de 1943, pela Rádio Clube de Piracicaba, concessionária do serviço de radiofusão a que se refere o Decreto n.º 1 261, de 11 de dezembro de 1936.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1944, 123.º da Indepedência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*João de Mendonça Lima.*

"Diário Oficial" de 14-8-944.

★

**Decreto n.º 16 304, de 7 de agôsto de 1944**

*Substitui, no Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, as Tabelas Numéricas, Ordinária e Suplementar de Extranumerário-mensalista da Diretoria Geral, pelas da Secção de Quartzo e da Secção de Administração, e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a*, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam substituídas, pelas que acompanham o presente decreto, as Tabelas Numéricas, Ordinária e Suplementar, de Extranumerário - mensalista da Diretoria Geral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único — As funções integrantes dessas tabelas continuarão preenchidas pelos atuais ocupantes.

Art. 2.º — Fica alterada na forma da relação anexa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista de Secção de Quartzo, do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 3.º — A despesa com a execução do disposto no artigo anterior, na importância de Cr$ 55 200,00 (cinqüenta e cinco mil e duzentos cruzeiros) anuais, correrá à conta da Verba I — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, Anexo n.º 14 — Ministério da Agricultura — do Orçamento Geral da República para 1944.

Art. 4.º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agôsto de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*Apolônio Sales.*

"Diário Oficial" de 9-8-944.

Nota: a relação a que se refere o decreto citado foi publicada na mesma edição do "Diário Oficial".

★

**Decreto n.º 16 349, de 10 de agôsto de 1944**

*Altera a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista do Serviço de Meteorologia, do Ministério da Agricultura*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a*, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica suprimida, na Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista do Serviço de Meteorologia, do Ministério da Agricultura, uma função de inspetor especializado, referência XX.

Art. 2.º — Fica criada, na mesma Tabela, uma função de radiotécnico, referência XX.

Art. 3.º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de agôsto de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*Apolônio Sales.*

"Diário Oficial" de 12-8-944.

★

# ATOS DIVERSOS

## Presidência da República

### Coordenação da Mobilização Econômica

### PORTARIAS

**N.º 248, de 31 de julho de 1944**

*Encarrega o diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral a promover entendimentos para liquidação de estoques de tantalita, berilo e minérios de tungstênio*

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n.º 4 750, de 28 de setembro de 1942, e

Considerando que as Portarias ns. 223 e 224, de 15 de maio de 1944, desta Coordenação, estabeleceram normas para o comércio de tantalita e berilo e para o contrôle de sua exposição, fixando, também, preços mínimos de alienação dêsses minerais;

Considerando que, posteriormente, foram denunciados contratos de exportação dêsses minérios, calcados em bases de preço e em normas diferentes das estatuídas nas citadas portarias;

Considerando que efetivamente existem, nas diversas praças do Nordeste do Brasil, estoques antigos dêsses minerais, acumulados para dar cumprimento aos aludidos contratos;

Considerando que não é propósito da administração retroagir sôbre situação anterior;

Resolve:

1.º — Fica o diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, encarregado de:

a) apurar, até 30 de outubro do corrente ano, os estoques de tantalita, de berilo e de minério de tungstênio acumulados nas diversas praças do país;

b) promover entendimento entre exportadores e importadores nêles interessados, para liquidação dêsses estoques, nas condições de preço e de vinculação de minerais que entre êles fôr acordada;

c) promover a efetivação dêsse acôrdo e a liquidação dos aludidos estoques e conseqüente exportação, até a citada data;

d) dar conhecimento ao Banco do Brasil das condições do acôrdo, identificando os estoques dos minerais respectivos, suas quantidades, exportadores e importadores nêles interessados, dos contratos, e de outras informações julgadas necessárias de modo que só ao minério lavrado até a citada data se apliquem as medidas excepcionais ora facultadas.

2.º — Fica o diretor geral do D. N. P. M., autorizado a resolver os casos omissos nas Portarias ns. 223 e 224, de 15 de maio de 1944, até que sôbre êles se fixe doutrina e se estabeleçam normas, que, oportunamente, serão encorporadas à matéria das citadas portarias mediante ato subseqüente desta Coordenação. — *João Alberto.*

★

**N.º 253, de 1 de agôsto de 1944**

*Encarrega o diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral de examinar os contratos de exportação de minerais ou minérios do Brasil*

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n.º 4 750, de 28 de setembro de 1942, e

Considerando que os bens minerais são exauríveis;

Considerando que tôda atividade econômica supõe remuneração condigna das pessoas nela envolvidas;

Considerando que a alienação de minerais pode ser feita desde que não prejudique necessidades presentes e futuras da indústria brasileira;

Resolve:

1 — Os contratos de exportação, para fora do território nacional, de qualquer mineral ou minério brasileiro, só produzirão efeitos, após audiência e aprovação dêles, pelo diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (D.N.P.M.) do Ministério da Agricultura.

2 — A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil e a Fiscalização Bancária só deverão liberar câmbio e autorizar a exportação de determinada fatura de mineral ou minério brasileiro, uma vez conste do respectivo contrato o visto aprobatório do diretor geral do D.N.P.M., ou pessoa que designar.

3 — Dos contratos firmados anteriormente, à data da publicação desta portaria, uma cópia deve ser levada a conhecimento do diretor geral do D.N.P.M., dentro de 15 dias, para os fins desta portaria.

4 — Os casos omissos na presente portaria serão resolvidos pelo diretor geral do D.N.P.M., até que sôbre êles se fixem normas e se estabeleça doutrina, que serão encorporadas à matéria desta portaria, por ato subseqüente. — *João Alberto.*

(D.O. 2-8-944).

★

**N.º 260, de 15 de agôsto de 1944**

*Designa assistentes para a distribuição do carvão produzido nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; denomina o "Sub-Setor Carvão de Santa Catarina" de Setor da Produção do Carvão; e dá outras providências*

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n.º 4 750, de 28 de setembro de 1942, e o parágrafo único do art. 1.º, do Decreto-lei n.º 6 771, de 7 de agôsto de 1944.

Resolve:

I — Para a distribuição do carvão mineral produzido nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e descarregado nos portos do Rio de Janeiro, Santos ou qualquer outro pôrto do país, aonde seja necessário levar o carvão, fica designado um assistente especial, com poderes amplos para aplicar os dispositivos do Decreto-lei n.º 6 771, de 7 de agôsto de 1944, no que diz respeito à distribuição aos consumidores fora dos Estados produtores;

II — A distribuição do carvão produzido no Estado do Paraná ficará a cargo do mesmo assistente especial, referido no item I;

III — Para a aplicação do Decreto-lei n.º 6 771, de 7 de agôsto de 1944, dentro dos Estados produtores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, designo o assistente responsável pelo Sub-Setor Carvão de Santa Catarina que passará a denominar-se "assistente responsável pelo Setor Produção do Carvão;

IV — Fica mantida a Portaria n.º 16, de 5 de novembro de 1942, do coordenador da Mobilização Econômica, competindo, porém, ao assistente responsável, a que se refere o item III anterior, a presidência da "Comissão da Produção e Transporte do Carvão de Santa Catarina";

V — Ao assistente responsável pelo Setor Produção do Carvão compete, além das atribuições previstas nesta portaria, as constantes do item VI da Portaria n.º 16, de 5 de novembro de 1942;

VI — Ficam autorizados os assistentes a que se refere a presente portaria, a designar os auxiliares que lhes forem indispensáveis para o desempenho de suas incumbências. — *Anápio Gomes.*

**ATOS**

O Coordenador da Mobilização Econômica usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n.º 4 750, de 28 de setembro de 1942, resolve designar o tenente coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, para a função de assistente responsável pelo Setor Produção do Carvão, a que se refere o item III, da Portaria n.º 260, de 15 de agôsto de 1944.

Em 15 de agôsto de 1944. — *Anápio Gomes.*

(D.O. 17-8-944).

☆

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n.º 4 750, de 28 de setembro de 1942, resolve designar o engenheiro de minas e civil Antônio José Alves de Sousa, para a função de assistente especial a que se refere o item I da Portaria n.º 260, de 15 de agôsto de 1944.

Em 15 de agôsto de 1944. — *Anápio Gomes*

(D.O. 17-8-944).

★

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO**

**Exposição de Motivos**

N.º 2 149 — Em 3-8-944 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

No anexo processo, o Ministério da Agricultura propõe sejam criadas, na Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista da Diretoria Geral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, parte referente à Secção de Quartzo, duas funções de classificador de produtos, referências IX e VIII, e dez de artífice, referências XI, X, IX e VIII; e suprimidas duas funções de auxiliar de escritório, referência VII, e duas de laboratorista, referência IX.

2. Justificando, alega o Ministério que as funções de auxiliar de escritório e laboratorista, atualmente vagas, estão mal classificadas, de vez que os trabalhos ali executados se enquadram melhor na série funcional de artífice. A ampliação da série funcional de classificador de produtos tem em vista o aumento de encargos atribuídos àquela Secção.

3. Ao examinar o assunto, verificou êste Departamento que os trabalhos que o Ministério pretende sejam desempenhados por artífices — preparo e exame das partidas de quartzo — são realmente mais próprios de laboratorista, motivo por que propõe seja conservada e ampliada essa série funcional, criando-se, em lugar de dez funções de artífice, oito de laboratorista. Torna-se necessária a redução do número de funções de dez para oito, em virtude de o atual saldo da dotação para mensalistas concedido à Diretoria, no atual exercício, não comportar a despesa com a criação do número de funções proposta pelo Ministério. As funções de classificador de produtos devem ser criadas na referência XI, na qual tem início a escala de salários da série funcional. Uma das funções de auxiliar de escritório, cuja supressão se propõe, deve ser mantida, em virtude de se achar preenchida.

4. Êste Departamento aproveita o ensejo para, a exemplo do que já procedeu com o Departamento Nacional da Produção Vegetal, e atendendo a que, em princípio as Diretorias Gerais não devem possuir tabelas de mensalistas, substituir a Tabela da Diretoria Geral ora em estudo, pelas da Secção de Administração e Secção de Quartzo, órgãos em que servem os ocupantes das respectivas funções.

5. Nas Tabelas, Ordinária e Suplementar, da Secção de Administração ficariam as funções que lhe são peculiares e, na da Secção de Quartzo, as de classificador de produtos, uma de auxiliar de escritório e as de laboratorista.

6. Com essa providência é necessário sejam alterados os quadros informativos complementares do Orçamento do Ministério da Agricultura, do seguinte modo:

Onde se lê:

05 Mensalistas

20 Departamento Nacional da Produção Mineral

01 Diretoria Geral ..... Cr$ 216 000,00

Leia-se:

05 Mensalistas

20 Departamento Nacional de Produção Mineral

01 Secção de Administração Cr$ 78 000,00

02 Secção de Quartzo ..... Cr$ 138 000,00

7. A despesa com as criações, na importância de Cr$ 55 200,00 anuais, correrá à conta da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pes-

soal Extranumerário, Sub-consignação 05 — Mensalistas, do orçamento do Ministério para 1944.

8. Consubstanciando essas medidas, êsse Departamento elaborou o anexo projeto de decreto, que tem a honra de submeter à apreciação e assinatura de V. Excia.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos de meu mais profundo respeito. — *Luís Simões Lopes,* Presidente.

Sim. — G. VARGAS.

(Assinado Decreto n.º 16 304 — em 7 de agôsto de 1944).

(D.O. 9-8-944).

★

**Parecer**

N.º 2 065 — 27-7-44 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — tratam os presentes processos do aumento de salário e da concessão do salário-família aos observadores pluviométricos e fluviométricos da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas.

2. Em fins do ano passado, o Ministério da Viação e Obras Públicas propôs a V. Excia. a expedição de um decreto-lei no sentido de excluir aquêles servidores do aumento geral de salário, concedido pelo Decreto-lei n.º 5 976, de 10 de novembro de 1943. Explicava o Ministério que a única função daqueles extranumerários consiste na leitura diária da altura das chuvas, tarefa singela e fàcilmente desempenhada em alguns minutos de trabalho efetivo por dia.

3. Dado o caráter e a simplicidade da tarefa, havia sido fixado o salário de Cr$ 30,00 por mês, correspondendo a Cr$ 1,00 por observação, salário êsse que, segundo o disposto no referido decreto-lei, deveria ser elevado a Cr$ 180,00 por mês. Assim, o aumento seria de 500%, realmente excessivo, não se harmonizando com a orientação geral do reajustamento, efetuado em base muito diversa.

4. Por êsses motivos propunha o Ministério que se concedesse apenas um aumento de 50%.

5. Êste Departamento examinou o assunto na Exposição de Motivos 119, de 21 de janeiro dêste ano, em que concordou com o ponto de vista do Ministério da Viação, parecendo-lhe, entretanto, desnecessária a expedição de um decreto-lei nesse sentido. Bastava que a Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas fixasse em Cr$ 1,50, o preço unitário das observações pluviométricas e fluviométricas, reduzindo, portanto, o preço que deveria ter sido fixado de acôrdo com o Decreto-lei n.º 5 976, pois nada impede essa redução, que no caso se justifica.

6. V. Excia despachou "Viação", tendo sido, então, ouvida a Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas que se manifestou de acôrdo com a solução proposta por êste Departamento, ao qual o Ministério encaminhou agora o processo.

7. Ao mesmo tempo, levanta-se a questão da concessão do salário-família aos mesmos servidores.

8. A Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas vem negando a concessão dêsse salário, pelas mesmas razões que ditaram a sua proposta relativa à concessão do aumento.

9. Em face da lei, não há como negar a concessão do salário-família, que é extensivo a todos os servidores civis da União, nêles se incluindo, portanto, os observadores pluviométricos e fluviométricos, que são extranumerários-tarefeiros. Nem parece conveniente modificar êsse regime. Se o aumento geral de salário concedido na base do Decreto-lei n.º 5 976 era, de fato, excessivo, representando cinco vêzes o salário anteriormente percebido, já o mesmo não ocorre com o salário-família, que oscila de acôrdo com os encargos de família dos servidores. E' um novo sistema de remuneração, que se aplica a todos os servidores civis da União, e êste Departamento não encontra razões suficientes para dêle excluir um grupo dêsses servidores.

10. Nessas condições, ao encaminhar o processo a V. Excia., êste Departamento, reiterando o ponto de vista manifestado na citada exposição de motivos 119, tem a honra de propor que seja aceita, em essência, a sugestão do Ministério, quanto ao aumento geral de salários, devendo para êsse fim, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas fixar em Cr$ 1,50 o preço unitário das observações pluviométricas e fluviométricas.

11. Relativamente ao salário-família, êste Departamento é de parecer que deve ser concedido a todos os servidores civis da União inclusive aos extranumerários-tarefeiros que realizam essas observações.

12. Com êste parecer, êste Departamento tem a honra de propor a restituição dos processos ao Ministério da Viação e Obras Públicas, para a execução das providências acima expostas. — *Luís Simões Lopes,* Presidente.

Aprovado — Em 8-8-44. — G. VARGAS.

(D.O. 12-8-944).

☆

N.º 2 964 — 25-7-44 — O I.B.G.E., solicitou autorização para que Cristovam Leite de Castro, secretário geral do C.N.G., se ausente do país a fim de entrar em entendimento com as autoridades dos países americanos a respeito da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia e entregar ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, no México, a quota de adesão do Brasil, relativa ao corrente ano. — O D.A.S.P. opina por que seja concedida a autorização solicitada, para os fins indicados e por que seja o processo encaminhado depois ao I.B.G.E., para os devidos fins. — Autorizado. Em 25-7-944. — G. VARGAS.

★

**Portaria n.º 865**

O Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, de acôrdo com o art. 2.º do Decreto-lei n.º 6 693, de 14-7-44, resolve designar João Alberto Lins de Barros, Euvaldo Lodi, João Daudt Oliveira, Francisco Matarazzo Júnior, Guilherme Guinle, Horácio Lafer, Roberto Simonsen, Mário Paulo Brito, Astério Dardeau Vieira, Napoleão Alencastro Guimarães, Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior, Jorge Kafuri, Abgar Renault, Teodoro Arthou, Rafael Xavier, José Carneiro Filipe, João Carlos Vital, Manuel Bergstrom, Lourenço Filho, Paulo de Assis Ribeiro, Carlos Alberto Lúcio Bittencourt, Carlos Medeiros Silva, Murilo Braga, Moacir Ribeiro Briggs, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Marques dos Reis, Júlio Barros Barreto, Arízio de Viana, Benedito Silva, Lino Sá Pereira, Paulo Lira Tavares, Alfredo Nasser, Mário Bittencourt

Sampaio, Felinto Epitácio Maia, Jorge Oscar de Melo Flores, Frederico Hermann Júnior, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Samuel Ribeiro e Fábio Prado, para integrarem a Comissão de que trata o decreto-lei acima citado.

Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1944. — *Luís Simões Lopes.*

(D.O. 4-8-944).

★

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**

**Decretos de 14 de agôsto de 1944**

O Presidente da República resolve

Nomear:

O professor Alírio Hugueney de Matos para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O engenheiro Antônio José Alves de Sousa para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O engenheiro Benedito Quintino dos Santos para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O capitão de mar e guerra Brás Dias de Aguiar para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O general de divisão Cândido Mariano da Silva Rondon para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O professor Carlos Delgado de Carvalho para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O engenheiro Cristóvão Leite de Castro para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O coronel Djalma Poli Coelho para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O brigadeiro do ar Eduardo Gomes para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O professor Everardo Backheuser para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O professor Fernando Antônio Raja Gabaglia para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O ministro Heitor Lira para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O contra-almirante Jorge Dodsworth Martins para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O embaixador José Carlos de Macedo Soares para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O general de divisão José Antônio Coelho Neto para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O ministro José Roberto de Macedo Soares para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O ministro Orlando Leite Ribeiro para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O coronel Sebastião Claudino de Oliveira e Cruz para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no perido de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O professor Sebastião Sodré da Gama para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O professor Sílvio Fróis Abreu para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O engenheiro Vinicius Césàr Silva de Berredo para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O engenheiro Valdemar Lefèvre para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

(D.O. 16-8-944).

★

**Decretos de 21 de agôsto de 1944**

O Presidente da República resolve.

Nomear:

O coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Matos para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O ministro João Severiano da Fonseca Hermes para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

O doutor Mário Augusto Teixeira de Freitas para membro da Delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 14 de agôsto a 2 de setembro de 1944.

(D.O. 23-8-944).

★

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

**ATO**

**Dia 15 de agôsto de 1944**

Foi designado o tenente coronel aviador (eng.) Casimiro Montenegro Filho, para, como representante dêste Ministério, participar dos trabalhos de coordenação das sugestões a serem apresentadas pelo Govêrno brasileiro na Conferência Técnico-Econômica Inter-Americana a realizar-se a 6 de setembro próximo futuro, em Washington.

(D.O. 20-8-944).

★

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

**PORTARIAS**

**N.º 631**

O Ministro de Estado, resolve delegar competência ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, engenheiro Antônio José Alves de Sousa, e, na sua ausência, ao seu substituto eventual engenheiro de minas Avelino Inácio de Oliveira, diretor da Divisão do Fomento da Produção Mineral, para, durante o corrente exercício, assinar os contratos que regulam as concessões hidráulicas, em nome do Govêrno federal. — *Apolônio Sales.*

SC. 32 879-44.

(D.O. 19-8-944).

★

**N.º 637, de 19 de agôsto de 1944**

O Ministro de Estado tendo em vista o disposto no § 2.º, do art. 2.º do Decreto-lei n.º 4 083, de 4-2-942 combinado com o art. 4.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 8 741, de 11-2-42.

Resolve aprovar as instruções para o funcionamento, no Serviço de Meteorologia, do Curso Avulso de Previsão do Tempo baixadas pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização. — *Apolônio Sales.*

SC. 33.066-44.

☆

**INSTRUÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO AVULSO DE PREVISÃO DO TEMPO, A QUE SE REFERE A PORTARIA N.º 637, DESTA DATA**

Art. 1.º — O Curso Avulso de Previsão do Tempo, subordinado à Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, será realizado no Serviço de Meteorologia.

Art. 2.º — O curso de natureza teórico-prático tem por finalidade o preparo de previsores do tempo, e será ministrado em dois períodos compreendendo:

1.º período — Meteorologia geral.

2.º período — Previsão do tempo.

Art. 3.º — O programa será organizado, pelo professor, tendo em vista as finalidades do curso e submetido à aprovação do Conselho Técnico.

Art. 4.º — O curso terá a duração de 20 semanas sendo 8 para o primeiro período e 12 para o segundo.

Art. 5.º — As aulas serão ministradas diàriamente, nos dias úteis, das 17 às 18 horas exceto aos sábados, quando serão das 12 às 13 horas.

Art. 6.º — O curso será iniciado, com, pelo menos, 10 alunos e no máximo, 20, dos quais até 10 serão indicados pelo diretor do Serviço de Meteorologia podendo os restantes ser candidatos estranhos ao Serviço Público.

Art. 7.º — As inscrições para as pessoas estranhas ao Serviço Público estarão abertas até 10 de setembro do corrente ano.

Art. 8.º — Os candidatos deverão requerer matrícula ao diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, juntando:

a) atestado de sanidade física e mental;
b) prova de identidade;
c) prova de quitação com o Serviço Militar;
d) dois retratos tamanho 3x4.

Art. 9.º — Os candidatos referidos no artigo anterior assim como os indicados pelo Serviço de Meteorologia, serão submetidos a prova de seleção constante de:

a) Geografia geral do Brasil;
b) Matemática elementar e noções de matemática superior;
c) Física elementar.

Parágrafo único — Só poderão ser matriculados os candidatos que obtiverem nessa prova nota igual ou superior a 60.

Art. 10 — O curso terá início após a realização das provas de seleção a que se refere o artigo anterior.

Art. 11 — O aproveitamento do aluno será verificado em provas escritas, orais e práticas realizadas no fim de cada período, sendo aprovado aquêle que obtiver média igual ou superior a 60.

Art. 12 — Será eliminado o aluno que, em qualquer período tiver mais de 20% de faltas às aulas respectivas, ou tiver média inferior a 60 no primeiro período.

Art. 13 — O segundo período do curso só se iniciará após intervalo de uma semana.

Art. 14 — Aos alunos que concluírem o curso será concedido certificado de habilitação na forma do art. 21 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 8 741, de 11 de fevereiro de 1942.

Art. 15 — O professor terá as atribuições que lhe competirem, na forma do art. 31 do citado regulamento.

Art. 16 — Os casos omissos serão resolvidos pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, ouvido o diretor do Serviço de Meteorologia.

Em 19 de agôsto de 1944. — *Artur Tôrres Filho.*

(D.O. 22-8-944).

★

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

### Exposição de Motivos

G.S., n.º 697, em 10 de abril de 1944.

Senhor Presidente: — Tenho a honra de submeter à consideração de V. Excia. o anexo processo (G.E.N.E. — 1 683-43), relativo ao projeto de decreto-lei que o senhor interventor federal em Mato Grosso pretende baixar modificando a lei de organização da Justiça do Estado.

São as seguintes as modificações que êsse projeto introduz na lei vigente:

a) suprime as referências aos pretórios na discriminação das autoridades judiciárias, por não existirem mais têrmos judiciários no Estado;

b) reduz a duas as três atuais entrâncias da carreira de magistrado;

c) estabelece uma escala para a votação dos juízes de Direito que devam servir no Tribunal de Apelação, dando preferência ao juiz que neste já se encontre em exercício, regulando a convocação em caso de empate e fixando a diária a que tem direito o juiz convocado;

d) equipara o exercício de cargo de chefe de inscrição em concurso para o ingresso na magistratura;

ou delegado de polícia ao de Ministério Público, para efeito de inscrição em concurso para o ingresso na magistratura;

e) designa o substituto do procurador geral em todos os casos;

f) regula a aplicação de sanção do relator de agravo;

g) dispõe sôbre a substituição de membro de Conselho da Justiça.

A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, aprovando o parecer do Sr. Cleveland Maciel, opinou pela aprovação do projeto desde que: — suprimidas, no art. 1.º, as palavras "nos têrmos que não forem sedes de comarcas e", provàvelmente introduzidas por equívoco, já que não há mais têrmos judiciários no Estado, e suprimindo o art. 9.º, que trata da aplicação de sanção do relator do agravo, uma vez que o mesmo importaria em ampliar o prazo fixado no art. 873 do Código de Processo Civil. O Sr. Sá Filho, porém, com o apoio dos Srs. Junqueira Aires e Clodomir Cardoso, entendeu que além dessas emendas, comportaria o projeto mais uma, para que os juízes de paz não sejam incluídos na mesma instância dos juízes de Direito e para que os mesmos não tenham alçada nem caiba apelação de suas decisões para o juiz de Direito. Examinando por minha vez o assunto, verifiquei:

a) que a criação das quatro novas comarcas que figuram no projeto já foi autorizada por V. Excia. ao aprovar o projeto de divisão administrativa e judiciária do Estado para o qüinqüênio 1944-1948;

b) que houve equívoco nesse quadro o figurarem como têrmos todos os municípios de Estados que não fôssem sede de comarcas, quando, na verdade, com a elevação a essa categoria, dos têrmos de Santo Antônio e Herculânia, desapareceram os dois únicos têrmos judiciários existentes em Mato Grosso (o de Maracaju passou a pertencer ao Território de Ponta Porã);

c) que tem tôda a procedência o que foi alegado pelo Sr. Cleveland Maciel, para justificar as emendas que apresentou;

d) que, quanto à emenda proposta pelo Sr. Sá Filho, não me parece procedente a crítica feita, uma vez que o art. 104 da Constituição permite a criação da "justiça de paz eletiva", cuja competência será fixada pela legislação estadual, como a ressalva de recurso das suas decisões para a Justiça togada;

e) que, sendo as entrâncias reduzidas a duas, é conveniente fique estabelecido, completando o disposto nos arts. 18 e 97, parágrafo único do Decreto-lei n.º 337, de 27 de maio de 1940, que só poderão concorrer à promoção por merecimento, a juiz de segunda entrância ou desembargador, respectivamente, os juízes de primeira ou de segunda que estejam compreendidos nos dois terços mais antigos do respectivo quadro;

f) que, para maior facilidade na consulta da legislação, é conveniente seja modificada a redação do projeto, para que os seus arts. 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 6.º, 7.º, 8.º e 10 figurem no mesmo com nova redação, respectivamente, dos arts. 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 27 (e 244 o § 3.º), 130, letra *a*, e 288, parágrafo único do Decreto-lei n.º 337, de 27 de maio de 1940. Nestas condições, penso que, feitas as modificações a que aludem as letras *c*, *e* e *f* do item anterior, o projeto em exame poderá ser aprovado por V. Excia. Tendo em vista, porém, que com a criação dos Territórios de Guaporé e de Ponta Porã, o Estado de Mato Grosso perdeu os municípios de Guajará Mirim, Ponta Porã, Nioaque, Maracaju, Bela Vista, Dourados e Pôrto Murtinho, e parte dos de Alto Madeira, Miranda, Corumbá, Aquidauana e Mato Grosso, estando situadas nas áreas desmembradas as comarcas de Guarajá Mirim, Ponta Porã, Bela Vista e Pôrto Murtinho ou seja um número de comarcas igual ao das que foram criadas (Caiuás), ex-Entre Rios, Herculânea, Leverger, ex-Santo Antônio e Toxorós), penso que se deveria recomendar ao Sr. interventor federal no referido Estado, que, nos têrmos dos arts. 95 e 242 do citado Decreto-lei n.º 337, de 27-5-40, e sem prejuízo das garantias constitucionais que gozam os magistrados, removam para essas novas comarcas os juízes, membros do Ministério Público e serventuários, que se encontrem em exercício nas áreas pertencentes aos citados Territórios, desde que tais remoções não apresentem inconvenientes para a administração dêstes, a juízo dos respectivos governadores, que deverão ser ouvidos em cada caso. Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos do mais profundo respeito. — *Alexandre Marcondes Filho.* — Despacho: Aprovado em 5-5-44. — G. VARGAS.

(D.O. 1-8-944).

★

## PORTARIA

### N.º 9 269, de 19 de agôsto de 1944

O Ministro da Justiça e Negócios Interiores, resolve designar o desembargador Frederico Sussekind, corregedor da Justiça do Distrito Federal, e o advogado Salvador Pinto Júnior, do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, para integrarem a comissão criada pela Portaria n.º 9 204, de 8 de agôsto de 1944, a fim de elaborar o projeto de decreto-lei que consolidará as disposições legais em vigor sôbre a organização da Justiça do Distrito Federal, introduzindo nesta as modificações que forem necessárias ao aperfeiçoamento da mesma.

Rio de Janeiro, em 19 de agôsto de 1944. — *Alexandre Marcondes Filho.*

(D.O. 23-8-944).

★

# Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

## BAHIA

**Decreto-lei n.º 274, de 2 de agôsto de 1944**

*Abre na Secretaria da Fazenda à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, o crédito especial de* Cr$ 35 000,00.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, o crédito especial de trinta e cinco mil cruzeiros (Cr$ 35 000,00) para atender às despesas com a expedição que, em cooperação com o Conselho Nacional de Geografia, deverá proceder ao levantamento da extensa zona compreendida entre a margem esquerda do rio São Francisco e as divisas com o Estado de Goiás.

Art. 2.º — Para suprir o crédito ora aberto o Govêrno utilizará os recursos previstos no n.º 4, § 3.º, art. 11, do Decreto-lei n.º 2 416, de 17 de julho de 1940.

Cidade do Salvador, em 2 de agôsto de 1944. — *Renato Aleixo*, Interventor Federal. — *P. Campos Pôrto*. — *Guilherme Marback*.

(D.O. — Bahia 8-8-944).

★

**Decreto n.º 13 030, de 14 de agôsto de 1944**

*Designa o dia 16 do corrente para a instalação da comarca de Belmonte, criada pelo Decreto-lei n.º 247, de 2 de julho de 1944.*

O Interventor Federal no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e de acôrdo com o art. 10, do Decreto-lei n.º 247, de 2 de julho de 1944, resolve designar o dia 16 do corrente para a instalação da comarca de Belmonte, criada pelo art. 307, do referido decreto-lei.

Salvador, 14 de agôsto de 1944. — *Renato Aleixo*, Interventor Federal. — *Guilherme Marback*.

(D.O. — Bahia 15-8-944).

★

## MATO GROSSO

**Decreto-lei n.º 593, de 30 de agôsto de 1944**

*Altera a lei de Organização Judiciária.*

O Interventor Federal substituto no Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam encorporados ao texto da Lei de Organização Judiciária do Estado (Decreto-lei n.º 33, de 27 de maio de 1940), as alterações e retificações constantes do presente decreto-lei.

Art. 2.º — O art. 1.º passará a ter a seguinte redação:

A judicatura do Estado de Mato Grosso constitui duas instâncias: a primeira, formada pelos juízes de Direito nas comarcas e pelos juízes de Paz, nos distritos; a segunda, pelo Tribunal de Apelação.

Art. 3.º — O art. 2.º passará a ter a seguinte redação:

O Tribunal de Apelação tem sua sede na capital e exerce a sua jurisdição em todo o território do Estado; os juízes de Direito no território das suas comarcas; e os juízes de Paz no dos respectivos distritos.

Art. 4.º — O art. 3.º passará a ter a seguinte redação:

As comarcas são classificadas em primeira e segunda entrância, tomando-se por base para essa classificação o movimento forense, a importância da arrecadação dos impostos estaduais e o número dos seus habitantes.

Art. 5.º — O art. 4.º passará a ter a seguinte redação:

O Estado se dividirá em 14 comarcas assim classificadas:

a) comarcas de 2.ª entrância:

I — Capital, com sede na cidade de Cuiabá, abrangendo êsse município e os de São José dos Cocais e Aripuanã;

II — Corumbá, com sede na cidade de Corumbá, abrangendo o município do mesmo nome;

III — Campo Grande, com sede na cidade do mesmo nome, abrangendo êsse município e o de Ribas do Rio Pardo;

IV — Cáceres, com sede na cidade do mesmo nome, abrangendo êsse município, o de Mato Grosso e o de Barra do Bugres;

b) comarcas de primeira entrância:

I — Poxoréu, com sede na cidade do mesmo nome, abrangendo êsse município;

II — Leverger, com sede na cidade do mesmo nome, abrangendo êsse município;

III — Poconé, com sede na cidade do mesmo nome, abrangendo êsse município;

IV — Rosário Oeste, com sede na cidade do mesmo nome, abrangendo êsse município e o de Diamantina;

V — Guiratinga, com sede na cidade do mesmo nome, abrangendo êsse município e os de Araguaiana e Alto Araguaia;

VI — Aquidauana, com sede na cidade do mesmo nome, abrangendo êsse município;

VII — Caiuás, com sede na cidade do mesmo nome, abrangendo êsse município;

VIII — Três Lagoas, com sede na cidade do mesmo nome, abrangendo êsse município;

IX — Paranaíba, com sede na cidade do mesmo nome, abrangendo êsse município;

X — Herculânea, com sede na cidade do mesmo nome, abrangendo êsse município;

Parágrafo único — Aos juízes e demais funcionários da justiça das comarcas ora classificadas como de segunda entrância corresponderão os vencimentos da atual terceira entrância e aos juízes e demais funcionários da Justiça das comarcas ora classificadas na primeira entrância corresponderão os vencimentos da atual segunda entrância.

Art. 6.º — O art. 18 passará a ter a seguinte redação:

A classificação por merecimento será feita entre os juízes de Direito da entrância mais elevada que tenham mais de cinco anos de serviço na magistratura do Estado e estejam compreendidos nos dois terços mais antigos da respectiva classe, votando cada desembargador em três nomes, e sendo classificados os três mais votados, preferindo o mais antigo na entrância, no caso de igualdade de votação.

Parágrafo único — A lista dos juízes classificados será, dentro de quarenta e oito horas publicada no órgão oficial e comunicada ao Govêrno do Estado.

Art. 7.º — O art. 27 passará a ter a seguinte redação:

Os desembargadores se substituem entre si, ou são substituídos pelos juízes de Direito, obedecida na convocação a seguinte escala, que atende à facilidade de transporte entre as sedes das comarcas e a do Tribunal de Apelação: Capital, Leverger, Rosário Oeste, Poconé, Poxoréu, Cáceres, Corumbá, Campo Grande, Três Lagoas, Aquidauana, Caiuás, Herculânea Paranaíba e Guiratinga.

§ 1.º — A substituição do desembargador relator será feita pelo revisor e dêste pelo membro da mesma Câmara, ou na falta dêste pelo de outra que se lhe seguir na ordem de antigüidade no Tribunal.

§ 2.º — A substituição, por juiz de Direito, só se fará para constituir o Tribunal Pleno, ou quando houver tantos impedimentos que falte número legal para julgamento de algum feito.

§ 3.º — Não obstante a ordem estabelecida neste artigo para as convocações, o juiz convocado terá preferência sôbre todos os demais, exceto sôbre o da capital, para novas substituições, que se verifiquem durante a sua presença no Tribunal.

§ 4.º — Para desempatador só se convocará juiz em substituição de desembargador depois de apurados os votos no julgamento e verificado o empate na votação devendo, nessa mesma sessão do Tribunal, o presidente fazer uma súmula dos votos a qual constará da ata e será transcrita nos autos pelo secretário, para ciência do desempatador.

Art. 8.º — A alínea I do art. 93 ficará assim redigida:

Ser doutor ou bacharel em ciências jurídicas e sociais, que conte, pelo menos, quatro anos de prática forense como juiz, órgão do Ministério Público, procurador ou advogado na Justiça local, especialmente, militar ou do trabalho, ou como chefe ou delegado de polícia.

Art. 9.º — O art. 97 passará a ter a seguinte redação:

Uma vez comunicada pelo governador do Estado ao presidente do Tribunal a vaga da comarca de segunda entrância, êste, dentro de dez dias, reunirá as Câmaras, em sessão extraordinária, para fazer a indicação do nome ou nomes, à promoção, alternadamente por antigüidade ou por merecimento.

Parágrafo único — Na classificação dos juízes, observar-se-á, *mutatis mutandis*, o que foi estabelecido nos arts. 17 e 18 para a classificação ao cargo de desembargador, reduzida a exigência do tempo de serviço, na magistratura do Estado, a dois anos, para a classificação por merecimento.

Art. 10 — O art. 130 passará a ter a seguinte redação:

A substituição dos membros do Ministério Público será feita pela seguinte forma:

*a*) O procurador geral do Estado nos casos de impedimentos, faltas, férias ou licenças, pelo consultor jurídico do Estado, promotor da Justiça da capital, ou procurador fiscal da Fazenda Estadual, convocados nessa ordem pelo presidente do Tribunal, e, na falta ou impedimento dêstes, o presidente ou relator nomeará *ad hoc* um advogado para o substituir.

*b*) O promotor da Justiça por quem o governador do Estado nomear ou por quem a autoridade judiciária designar *ad hoc*.

Art. 11 — O art. 244 passará a ter a seguinte redação:

Os juízes de Direito que substituírem os desembargadores, com jurisdição limitada, ou plena terão direito à passagem de vinda e volta à sua comarca nas linhas regulares de transporte terrestre ou fluvial, requisitada, pelo Estado, ou abonada em dinheiro, entre trinta e trezentos cruzeiros, a arbitramento do secretário geral e, perceberá a gratificação de trinta cruzeiros por dia, a contar da data da sua apresentação no Tribunal até a sua dispensa.

Art. 12 — O parágrafo único do art. 288 passará a ter a seguinte redação:

Para preencher a falta de qualquer membro do Conselho de Justiça impedido de funcionar, seja por motivo de férias licença, ou ausência da capital, o Tribunal de Apelação designará um desembargador, que funcionará até que volte ao exercício o substituído.

Art. 13 — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 30 de agôsto de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República. — *J. Ponce de Arruda. Crescêncio Monteiro da Silva.*

(D.O. Mato Grosso 5-9-944).

★

## PERNAMBUCO

### Decreto-lei n.º 1 020, de 4 de agôsto de 1944

O Interventor Federal no Estado, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de vinte mil cruzeiros (Cr$ 20 000,00); para ocorrer às despesas com a representação de Pernambuco na Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia e na reunião do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, a efetuar-se em agôsto e em setembro do corrente ano, respectivamente, no Rio de Janeiro.

Art. 2.º — O crédito ora aberto correrá por conta dos saldos dos exercícios anteriores, revogadas as disposições em contrário.

*Agamemnon Magalhães. Arnóbio Tenório Vanderlei. José do Rêgo Maciel.*

(D.O. Pernambuco 5-8-944).

★

## RIO GRANDE DO NORTE

### Decreto-lei n.º 310, de 3 de agôsto de 1944

*Suprime e cria cargos no Departamento Estadual de Estatística*

O Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Norte, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica suprimido, no Departamento Estadual de Estatística, um cargo da classe *J*, da carreira de Estatístico, do Quadro Único do Estado, que se acha vago.

Art. 2.º — São criados no Quadro Único do Estado, no Departamento Estadual de Estatística, dois cargos de Estatístico-Auxiliar, isolados, padrão *G*.

Art. 3.º — A despesa com a execução dêste decreto-lei, no vigente exercício financeiro, correrá por conta do saldo existente no Código 8.07.0, I — Quadro Técnico, item 6 — da verba 7, do Departamento Estadual de Estatística.

Art. 4.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Natal, 3 de agôsto de 1944, 56.º da República. — *Gen. Antônio Fernandes Dantas. — Des. João Dionísio Filgueira.*

(D.O. Rio Grande do Norte 4-8-944).

★

## RIO DE JANEIRO

### Decreto-lei n.º 1 199, de 10 de agôsto de 1944

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — A Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio (S.A.I.C.), passa a ter a seguinte organização:

I — Gabinete do Secretário (G.);

II — Serviços Auxiliares (S.A.);

III — Superintendência Central (S.C.); e

IV — Divisão de Indústria, Comércio e Organização da Produção (D.I.C.O.P.).

Art. 2.º — A Superintendência Central, compõem-se:

*a*) Laboratórios (L);

*b*) Serviço de Padronização da Produção (S.P.); e

*c*) Estabelecimentos Agrícolas (E).

Art. 3.º — Serão criados sete (7) estabelecimentos agrícolas, cuja localização se fará de acôrdo com o estudo prévio das regiões geoeconômicas do Estado.

Art. 4.º — Para atender aos estudos técnicos, funcionarão junto ao secretário os Conselhos Técnicos, três assistentes, respectivamente, da Produção Animal, da Produção Vegetal e da Produção Mineral, as direções de acordos e delegações de poderes e da fiscalização dos códigos rurais.

Art. 5.º — Fica diretamente subordinada ao secretário, até 31 de dezembro do corrente ano, a Fábrica de Bissulfureto de Carbono (F.B.C.), passando então a ter autonomia administrativa e financeira.

Art. 6.º — Fica mantido, de acôrdo com a legislação em vigor, o entreposto de Niterói (E.N.).

Parágrafo único — O entreposto de Niterói será superintendido por um diretor, nomeado pelo chefe do Poder Executivo e com a remuneração que fôr por êste fixada.

Art. 7.º — A organização e a implantação dos serviços previstos neste decreto-lei serão estudadas por uma comissão integrada pelo secretário de Agricultura, por dois funcionários, e um técnico de administração, designados pelo chefe do Govêrno.

Parágrafo único — A comissão de que trata êste artigo terá a colaboração do Departamento do Serviço Público.

Art. 8.º — O secretário de Agricultura, Indústria e Comércio baixará as instruções que se fizerem necessárias ao funcionamento dos serviços, até que sejam expedidos os regulamentos e regimentos respectivos.

Art. 9.º — Ficam criados, no Quadro Permanente, os seguintes cargos isolados, de provimento em comissão: 1 Superintendente, padrão P, 3 Assistentes, padrão N, 7 Diretores de Estabelecimento Agrícola, padrão N, 1 Diretor da Fábrica de Bissulfureto de Carbono, padrão K, 1 Chefe do Serviço de Padronização da Produção, padrão K, e 1 Inspetor dos Códigos Rurais, padrão N.

Art. 10 — Ficam extintos, no Quadro Permanente, os seguintes cargos isolados e funções gratificadas: 1 Diretor do Departamento de Agricultura, padrão O, 1 Chefe da Divisão da Produção Animal, padrão N, 1 Chefe da Divisão da Produção Vegetal, padrão N, 1 Chefe da Divisão de Pesquisas e Ensino, padrão N, 1 Chefe do Serviço Técnico dos Pequenos Animais, 1 Chefe do Serviço Técnico dos Grandes Animais, 1 Chefe do Serviço Técnico de Caça e Pesca, 1 Chefe do Serviço Técnico Florestal e 1 Chefe do Serviço Técnico de Fruticultura.

Art. 11 — As despesas com o pessoal correrão por conta das verbas orçamentárias destinadas à S.A.I.C., enquanto não se processe a relotação do mesmo.

Art. 12 — Fica aberto o crédito especial de Cr$ 200 000,00 (duzentos mil cruzeiros), para atender às despesas resultantes dêste decreto-lei.

Parágrafo único — Oportunamente, serão feitas no orçamento do corrente exercício as reduções necessárias até completar aquêle total.

Art. 13 — O presente decreto-lei entrará em vigor 30 dias depois de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Os secretários do Govêrno, da Agricultura, Indústria e Comércio e das finanças assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Govêrno, em Niterói, 10 de agôsto de 1944. — *Ernane do Amaral. — Dermeval Morais. — Rubens de Campos Farrulla. — Valfredo Martins.*

(D.O. Rio de Janeiro 11-8-944).

★

## SANTA CATARINA

**Portaria de 24 de agôsto de 1944**

O Interventor Federal resolve,

Designar:

O capitão Osmar Romão da Silva para integrar a representação do Estado no Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, a se realizar na capital da República de 7 a 16 de setembro vindouro.

(D.O. Santa Catarina 30-8-944).

★

## SERGIPE

**Decreto, de 22 de agôsto de 1944**

*Designa representante do Estado junto ao X Congresso Brasileiro de Geografia*

O Interventor Federal no Estado de Sergipe resolve designar o professor João Carlos de Almeida, diretor do Departamento Estadual de Estatística, para representar o Estado de Sergipe no X Congresso Brasileiro de Geografia, a se realizar no Rio de Janeiro, em setembro próximo.

Palácio do Govêrno do Estado de Sergipe, Aracaju, 22 de agôsto de 1944, 56.º da República. — *Augusto Maynard Gomes.* — *Francisco Leite Neto.*

(D.O. Sergipe 24-9-944).

**Êste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro, D. F.**

*Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*

# Conselho Nacional de Estatística
# Junta Executiva Central

## Íntegra das Resoluções de interêsse geográfico aprovadas em 1938

**Resolução n.º 27, de 3 de janeiro de 1938**

*Concede um auxílio pecuniário especial ao funcionário do Instituto que, presentemente, se encontra nos Estados Unidos, realizando na American University, de Washington, um curso de especialização estatística*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições:

Considerando que a Resolução n.º 50 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística dispõe sôbre as bases para a organização, execução e divulgação do censo geral da República em 1940;

Considerando que deverão ter início no corrente ano os trabalhos preliminares do aludido recenseamento, para a realização dos quais cumpre desde já coligir a necessária documentação técnica e o material estatístico que serão utilizados a título de subsídio;

Considerando que se encontra presentemente nos Estados Unidos um técnico do Instituto Nacional de Estatística, realizando, na American University, um curso de especialização estatística;

Resolve:

Art. 1.º — Fica atribuída ao funcionário do I.N.E. que, atualmente, se especializa na American University, a incumbência de adquirir, em institutos e repartições oficiais dos Estados Unidos da América do Norte, elementos susceptíveis de serem utilizados nos estudos que devem preceder o lançamento do censo geral do Brasil em 1940.

Art. 2.º — Para atender às despesas extraordinárias provenientes dêsse encargo, fica concedido àquele funcionário um auxílio de quatro contos de réis (4:000$000), correndo por conta da sub-consignação n.º 7 do art. 2.º da Resolução n.º 16, da Assembléia Geral do C.N.E.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1938, 3.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

**Resolução n.º 36, de 14 de março de 1938**

*Aprova o modêlo para a publicação das nominatas das circunscrições administrativas e judiciárias, previstas no artigo 18 do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março corrente, e sugere um padrão para os decretos regionais a que alude a mesma disposição legal*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, no uso das suas atribuições, e atendendo ao disposto no art. 18 do Decreto-lei n.º 311, de 2 do corrente;

Resolve:

Art. 1.º — A bem da uniformidade e boa ordem que o caráter geral e a relevância do assunto requerem. o Conselho Nacional de Estatística submete à alta consideração dos governos regionais a conveniência de ser adotado um padrão para os respectivos decretos-leis que devem dar execução ao disposto no art. 18 do Decreto-lei Nacional n.º 311, de 2 de março corrente.

Parágrafo único — O padrão proposto é o do anexo n.º 1, desta Resolução.

Art. 2.º — Fica, outrossim, estabelecido o modêlo constante do anexo n.º 2, para a publicação da nominata das circunscrições administrativas e judiciárias já instaladas a 7 de março corrente, data da publicação, no *Diário Oficial*, do Decreto-lei n.º 311, que determinou essa providência (art. 18 citado).

Art. 3.º — Para o preparo da referida relação, a ser baixada por decreto dos governos regionais, segundo o disposto no artigo supra citado, até o dia 31 de março corrente, e afim de que sejam atingidos de modo uniforme os objetivos das disposições legais em aprêço, fica recomendado promovam as Juntas Regionais de Estatística, junto aos respectivos governos, a interpretação do modêlo proposto segundo os seguintes esclarecimentos complementares:

I. Os nomes de circunscrição a serem lançados nas colunas 2, 4, 6 e 8 são as designações *atuais* das respectivas sedes, na conformidade do disposto nos arts. 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 311.

II. A cada nome lançado em qualquer das colunas 2, 4, 6 e 8 que não fôr rigorosamente idêntico à designação oficial até então em vigor para a respectiva circunscrição, se acrescentará entre parêntesis a designação anterior. Exemplo: para o município de Amapá (Est. do Pará), que passa ao nome da respectiva sede — "Veiga Cabral (ex-Amapá)".

III. A relação das comarcas na coluna 2 deverá ser acompanhada dos respectivos números de ordem na coluna 1. Cada designação, porém, será lançada na primeira linha livre em tôdas as demais colunas do quadro.

IV. Semelhantemente ao que se fizer com as "comarcas", se fará com os "têrmos", nas colunas 3 e 4, com os "municípios" nas colunas 5 e 6, com os "distritos" nas colunas 7 e 8, e com as sedes nas colunas 9 e 10.

V. A designação de cada sede na coluna 10 deve ser, sem nenhuma alteração, o nome oficial que vigorar atualmente para a localidade. Essa designação é que se reproduzirá no mesmo alinhamento nas colunas 8, 6, 4 e 2, conforme seja a localidade sede sòmente de distrito, ou simultâneamente de distrito e município, de distrito, município e têrmo, ou de distrito, muncípio, têrmo e comarca.

VI. A categoria a ser lançada na coluna 11, em correspondência a cada nome na coluna 10, será "vila" ou "cidade". É "cidade" (artigo 3.º do Decreto-lei n.º 311) tôda localidade que fôr sede de município. É "vila" tôda localidade que fôr apenas sede de distrito (art. 3.º da lei citada).

VII. Auxiliará vantajosamente o preparo da relação em aprêço a consulta dos quadros de divisão territorial constante das *Sinopses Regionais de Estatística* de 1937 (separatas do *Anuário Nacional de Estatística*), uma vez que a nominata a organizar deve ser um resumo atualizado da matéria constante daquelas tabelas.

VIII. O que está lançado, como exemplificação, no modêlo anexo, refere-se ao Estado de Alagoas, mas na data de 31 de dezembro de 1936. Essa relação, pois, sofrerá provàvelmente modificações para a data de 7 de março corrente, a que se deve referir o quadro previsto no art. 18 do Decreto-lei n.º 311.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1938, 3.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

☆

*ANEXOS À RESOLUÇÃO N.º 36, DE 14 DE MARÇO DE 1938*

I

Projeto-padrão dos decretos-leis regionais previstos no art. 18 do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, baixado pelo Govêrno Federal

**Decreto-lei n.º — de — de março de 1938**

Dá execução ao Decreto-lei Nacional n.º 311, de 2 de março de 1938

O Govêrno do Estado (o preâmbulo usual),

Considerando o disposto no Decreto-lei Nacional n.º 311, de 2 de março de 1938, publicado no *Diário Oficial* de 7 do mesmo mês, e desde essa data, em vigor (art. 20);

Resolve:

Art. 1.º — A divisão administrativa e judiciária do Estado até o dia 30 de junho próximo futuro, é a que consta do quadro anexo à presente lei, compreendendo as circunscrições já instaladas até o dia 7 do mês em curso, isto é .... comarcas, .... têrmos, .... municípios e .... distritos, êstes como categoria única de circunscrições primárias do território estadual para todos os fins da administração pública e da organização judiciária.

Art. 2.º — Todos os municípios do Estado estão obrigados, sob pena da perda de sua autonomia (art. 13 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 311), a depositar na Secretaria do Diretório Regional de Geografia, em duas vias autenticadas, o mapa do respectivo território, satisfeitos os requisitos mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º — A êsses mapas deverão ser anexadas as plantas das áreas "urbana" e "suburbana", tanto da cidade sede do município, como das respectivas "vilas" (sedes distritais).

§ 1.º — A delimitação dessas áreas será feita por atos dos governos municipais dentro do prazo de 60 dias, a contar da data da presente lei.

§ 2.º A delimitação aqui prevista consistirá na descrição, por linhas naturais ou retas, fàcilmente identificáveis no terreno, dos dois perímetros necessários — o da "área urbana" (interior) e o da "área suburbana" (exterior) de cada vila do município e da cidade que lhe fôr sede.

§ 3.º — Cópias autênticadas dêsses atos serão enviadas ao Diretório Regional de Geografia e à Junta Regional de Estatística, que as retransmitirão, respectivamente, ao Conselho Nacional de Geografia e ao Conselho Nacional de Estatística.

§ 4.º Na delimitação dos perímetros das vilas, obedecer-se-á desde logo ao critério fixado no art. 11 do Decreto-lei n.º 311, isto é, o de abrangerem as respectivas áreas urbana e suburbana, em conjunto, pelo menos trinta moradias.

§ 5.º Na delimitação, porém, dos perímetros da sede municipal atender-se-á desde logo, para fins de uniformidade da estatística nacional, à necessidade de ficarem abrangidas pelo menos duzentas moradias no perímetro traçado para a "área urbana" (critério estabelecido no art. 12 da lei citada).

Art. 4.º — Para elaborar o novo projeto do quadro territorial do Estado, cuja decretação o mandará vigorar a partir de 1.º de julho vindouro (art. 16, § 1.º do Decreto-lei n.º 311), fica constituída uma comissão de três membros, composta de um representante da Junta Regional de Estatística, de um representante do Diretório Regional de Geografia e de um terceiro técnico de livre designação do Govêrno.

§ 1.º Ficará também a cargo dessa comissão a orientação dos governos municipais no que disser respeito ao cumprimento do artigo 3.º e seus parágrafos, dêste decreto-lei, relativamente aos perímetros urbanos e suburbanos.

§ 2.º Essa comissão, todavia, uma vez cumprida a atribuição fixada neste artigo, continuará em exercício pelo tempo que fôr necessário, incumbida de promover e facilitar as providências dos governos municipais para cumprimento do art. 13 do Decreto-lei n.º 311, sôbre o preparo dos mapas municipais.

§ 3.º Enquanto funcionar, essa comissão manter-se-á em entendimento com o Diretório Regional de Geografia e com a Junta Executiva Regional de Estatística, colaborando, no que estiver ao seu alcance, no encaminhamento dos trabalhos que se fizerem necessários no Estado para a revisão da Carta Geral da República e organização dos próximos serviços censitários, na conformidade do que está previsto no Decreto-lei n.º 237, de fevereiro de 1938.

Art. 5.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

..... de março de 1938.

MODÊLO PARA A PUBLICAÇÃO DA NOMINATA DAS CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS

| CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE JUDICIÁRIAS | | | | CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE ADMINISTRATIVAS | | CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS | | SEDES DAS CIRCUNSCRIÇÕES | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| A — Comarcas | | B — Têrmos | | C — Municípios | | D — Distritos | | | | |
| N.º de ordem 1 | Nome 2 | N.º de ordem 3 | Nome 4 | N.º de ordem 5 | Nome 6 | N.º de ordem 7 | Nome 8 | N.º de ordem 9 | Nome 10 | Categoria 11 |
| 1 | Água Branca | 1 | Água Branca | 1 | Água Branca | 1 | Água Branca | 1 | Água Branca | Cidade. |
| | | 2 | Mata Grande | 2 | Mata Grande | 2 | Mata Grande | 2 | Mata Grande | Cidade. |
| 2 | Anadia..... | 3 | Anadia..... | 3 | Anadia..... | 3 | Anadia..... | 3 | Anadia..... | Cidade. |
| | | | | | | 4 | Mar Vermelho | 4 | Mar Vermelho | Vila. |
| | | | | | | 5 | Tanque d'Arca | 5 | Tanque d'Arca | Vila. |
| | | 4 | Arapiraca... | 4 | Arapiraca... | 6 | Arapiraca... | 6 | Arapiraca... | Cidade. |
| | | 5 | Junqueiro... | 5 | Junqueiro... | 7 | Junqueiro... | 7 | Junqueiro... | Cidade. |
| | | 6 | Limoeiro.... | 6 | Limoeiro.... | 8 | Limoeiro.... | 8 | Limoeiro.... | Cidade |
| | | | | | | 9 | Cana Brava | 9 | Cana Brava | Vila. |
| 3 | Atalaia..... | 7 | Atalaia..... | 7 | Atalaia..... | 10 | Atalaia..... | 10 | Atalaia..... | Cidade |
| 4 | Coruripe.... | 8 | Coruripe.... | 8 | Coruripe.... | 11 | Coruripe.... | 11 | Coruripe.... | Cidade |
| | | | | | | 12 | Poxim..... | 12 | Poxim..... | Vila. |
| 5 | Maceió..... | 9 | Maceió..... | 9 | Maceió..... | 13 | Maceió..... | 13 | Maceió..... | Capital. |
| | | | | | | 14 | Jaraguá..... | 14 | Jaraguá..... | Vila. |
| | | | | | | 15 | Pajuçara .... | 15 | Pajuçara .... | Vila. |
| | | | | | | 16 | Poço..... | 16 | Poço..... | Vila. |
| | | | | | | 17 | Farol..... | 17 | Farol..... | Vila. |
| | | | | | | 18 | Bebedouro... | 18 | Bebedouro... | Vila. |
| | | | | | | 19 | Fernão Velho | 19 | Fernão Velho | Vila. |
| | | | | | | 20 | Meirim..... | 20 | Meirim..... | Vila. |
| 6 | Murici..... | 10 | Murici..... | 10 | Murici..... | 21 | Murici..... | 21 | Murici..... | Cidade. |
| | | | | | | 22 | Branquinha.. | 22 | Branquinha.. | Vila. |
| 7 | Palmeira dos Indios..... | 11 | Palmeira dos Indios..... | 11 | Palmeira dos Indios..... | 23 | Palmeira dos Indios..... | 23 | Palmeira dos Indios..... | Cidade. |
| | | | | | | 24 | Olhos d'Água do Acioli.. | 24 | Olhos d'Água do Acioli.. | Vila. |
| | | | | | | 25 | Caldeirões de Cima..... | 25 | Caldeirões de Cima..... | Vila. |
| | | | | | | 26 | Cacimbinhas | 26 | Cacimbinhas | Vila. |
| | | 12 | Quebrangulo | 12 | Quebrangulo | 27 | Quebrangulo | 27 | Quebrangulo | Cidade. |
| | | | | | | 28 | Lourenço.... | 28 | Lourenço.... | Vila. |
| 8 | Pão de Açúcar | 13 | Pão de Açúcar | 13 | Pão de Açúcar | 29 | Pão de Açúcar | 29 | Pão de Açúcar | Cidade. |
| | | | | | | 30 | Limoeiro.... | 30 | Limoeiro.... | Vila. |
| | | 14 | Belo Monte.. | 14 | Belo Monte.. | 31 | Belo Monte.. | 31 | Belo Monte.. | Cidade. |
| | | 15 | Piranhas.... | 15 | Piranhas.... | 32 | Piranhas.... | 32 | Piranhas.... | Cidade. |
| 9 | Passo de Ca maragibe (ex Camaragibe) | 16 | Passo de Ca maragibe (ex Camaragibe) | 16 | Passo de Ca maragibe (ex Camaragibe) | 33 | Passo de Ca maragibe.. | 33 | Passo de Ca maragibe.. | Cidade. |
| | | | | | | 34 | Matriz de Ca maragibe.. | 34 | Matriz de Ca maragibe.. | Vila. |
| | | | | | | 35 | Urucu..... | 35 | Urucu..... | Vila. |
| 10 | Penedo..... | 17 | Penedo..... | 17 | Penedo..... | 36 | Penedo..... | 36 | Penedo..... | Cidade. |
| | | 18 | Igreja Nova | 18 | Igreja Nova | 37 | Igreja Nova | 37 | Igreja Nova | Cidade. |
| | | | | | | 38 | Salomé..... | 38 | Salomé..... | Vila. |
| | | 19 | Piaçabuçu... | 19 | Piaçabuçu... | 39 | Piaçabuçu .. | 39 | Piaçabuçu .. | Cidade. |
| 11 | Pilar..... | 20 | Pilar..... | 20 | Pilar..... | 40 | Pilar..... | 40 | Pilar..... | Cidade. |
| | | 21 | Alagoas..... | 21 | Alagoas..... | 41 | Alagoas..... | 41 | Alagoas..... | Cidade. |
| 12 | Pôrto Calvo | 22 | Pôrto Calvo | 22 | Pôrto Calvo | 42 | Pôrto Calvo | 42 | Pôrto Calvo | Cidade. |
| | | | | | | 43 | Jundiá..... | 43 | Jundiá..... | Vila. |
| | | | | | | 44 | Jacuípe..... | 44 | Jacuípe..... | Vila. |
| | | 23 | Leopoldina.. | 23 | Leopoldina.. | 45 | Leopoldina.. | 45 | Leopoldina.. | Cidade. |
| | | | | | | 46 | São Bernardo | 46 | São Bernardo | Vila. |
| | | 24 | Maragogi.... | 24 | Maragogi.... | 47 | Maragogi.... | 47 | Maragogi.... | Cidade. |
| | | | | | | 48 | Japaratuba.. | 48 | Japaratuba.. | Vila. |
| | | | | | | 49 | Barra Grande | 49 | Barra Grande | Vila. |
| | | | | | | 50 | Rio Largo... | 50 | Rio Largo... | Cidade. |
| 13 | Rio Largo (ex Santa Luzia do Norte) | 25 | Rio Largo (ex Santa Luzia do Norte) | 25 | Rio Largo (ex-Santa Luzia do Norte) | 51 | Santa Luzia do Norte.. | 51 | Santa Luzia do Norte.. | Vila. |
| 14 | Santana do Ipanema.. | 26 | Santana do Ipanema.. | 26 | Santana do Ipanema.. | 52 | Santana do Ipanema.. | 52 | Santana do Ipanema.. | Cidade. |
| | | | | | | 53 | Poço Trincheiras.... | 53 | Poço Trincheiras.... | Vila. |
| | | | | | | 54 | Sertãozinho.. | 54 | Sertãozinho.. | Vila. |
| | | | | | | 55 | Maravilha... | 55 | Maravilha... | Vila. |

| CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE JUDICIÁRIAS | | | | CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE ADMINISTRATIVAS | | CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS | | SEDES DAS CIRCUNSCRIÇÕES | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| A — Comarcas | | B — Têrmos | | C — Municípios | | D — Distritos | | | | |
| N.º de ordem 1 | Nome 2 | N.º de ordem 3 | Nome 4 | N.º de ordem 5 | Nome 6 | N.º de ordem 7 | Nome 8 | N.º de ordem 9 | Nome 10 | Categoria 11 |
| 15 | São José da Laje..... | 27 | São José da Laje..... | 27 | São José da Laje..... | 56 | São José da Laje..... | 56 | São José da Laje.... | Cidade. |
| | | | | | | 57 | Piquête..... | 57 | Piquête..... | Vila. |
| | | | | | | 58 | Canastra.... | 58 | Canastra.... | Vila. |
| 16 | São Luís do Quitunde.. | 28 | São Luís do Quitunde.. | 28 | São Luís do Quitunde.. | 59 | São Luís do Quitunde.. | 59 | São Luís do Quitunde.. | Cidade. |
| | | | | | | 60 | Flecheiras... | 60 | Flecheiras... | Vila. |
| | | | | | | 61 | Barra do Santo Antônio Grande | 61 | Barra do Santo Antônio Grande | Vila. |
| | | 29 | Pôrto de Pedras.... | 29 | Pôrto de Pedras.... | 62 | Pôrto de Pedras.... | 62 | Pôrto de Pedras.... | Cidade. |
| | | | | | | 63 | Tatuamunha | 63 | Tatuamunha | Vila. |
| 17 | São Miguel de Campos... | 30 | São Miguel de Campos... | 30 | São Miguel de Campos... | 64 | São Miguel de Campos... | 64 | São Miguel de Campos... | Cidade. |
| | | | | | | 65 | Barra do São Miguel.... | 65 | Barra do São Miguel.... | Vila. |
| | | | | | | 66 | Campo Alegre | 66 | Campo Alegre | Vila. |
| | | | | | | 67 | Bôca da Mata | 67 | Bôca da Mata | Vila. |
| 18 | Traipu..... | 31 | Traipu..... | 31 | Traipu..... | 68 | Traipu..... | 68 | Traipu..... | Cidade. |
| | | | | | | 69 | Belo Horizonte | 69 | Belo Horizonte | Vila. |
| | | | | | | 70 | Lagoa da Canoa..... | 70 | Lagoa da Canoa..... | Vila. |
| | | 32 | Pôrto Real de Colégio.... | 32 | Pôrto Real de Colégio.... | 71 | Pôrto Real de Colégio.... | 71 | Pôrto Real de Colégio.... | Cidade. |
| | | 33 | São Brás.... | 33 | São Brás.... | 72 | São Brás.... | 72 | São Brás.... | Cidade. |
| 19 | União..... | 34 | União..... | 34 | União..... | 73 | União..... | 73 | União..... | Cidade. |
| | | | | | | 74 | Barra do Canhoto..... | 74 | Barra do Canhoto..... | Vila. |
| | | | | | | 75 | Mundaumirim | 75 | Mundaumirim | Vila. |
| 20 | Viçosa..... | 35 | Viçosa..... | 35 | Viçosa..... | 76 | Viçosa..... | 76 | Viçosa..... | Cidade. |
| | | | | | | 77 | Pind. Grande | 77 | Pind. Grande | Vila. |
| | | 36 | Capela..... | 36 | Capela..... | 78 | Capela..... | 78 | Capela..... | Cidade. |
| | | | | | | 79 | Sta. Efigênia | 79 | Sta. Efigênia | Vila. |
| | | | | | | 80 | Cajueiro..... | 80 | Cajueiro..... | Vila. |

★

**Resolução n.º 37, de 14 de março de 1938**

*Estabelece as disposições previstas no Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938;

Resolve:

Art. 1.º — A verba orçamentária de 3 800 contos para os trabalhos preparatórios do Recenseamento de 1940, neste exercício, terá a distribuição proposta na Resolução n.º 8, de 30 de dezembro de 1936, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, modificada e desdobrada como se segue, na conformidade do disposto no Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938 (art. 4.º, parágrafos 1.º e 2.º):

1. Prêmio aos agentes municipais (um têrço do primitivo orçamento) ..... 500:000$
2. Auxílio às cinco repartições centrais regionais (75% das quotas previstas no primitivo orçamento) ..... 811:500$
3. Auxílio às cinco repartições centrais federais (65% das quotas do primitivo orçamento) 650:000$
4. Comissão Censitária (o auxílio de 200 contos primitivamente destinado à Secretaria Geral do Instituto, mais a suplementação necessária) ..... 300:000$
5. Conselho Nacional de Geografia (segundo o orçamento da sua Secretaria Geral):

a) Encargos normais ... 77:300$
b) Mapas municipais .... 84:100$
c) Revisão da Carta Geral ao milionésimo .... 216:000$ — 377:400$

6. Serviço Gráfico:

a) Aquisição das oficinas (propriedade coletiva do Instituto, segundo a cláusula XXV da Convenção Nacional de Estatística) . 677:650$

| | | | |
|---|---|---|---|
| b) | Pessoal ..... | 80:000$ | |
| c) | Material ..... | 73:000$ | |
| d) | Energia elétrica ..... | 6:000$ | |
| e) | Instalação, reparos, transportes, etc. ..... | 30:000$ | 866:650$ |
| 7. | Eventuais e suplementação .... | | 294:450$ |
| | Total ..... | | 3.800:000$ |

Art. 2.º — A distribuição da consignação n.º 1 será feita, metade, em tantas quotas quantos os municípios, e a outra metade, proporcionalmente à população (anexo n.º 1).

§ 1.º Compete às Juntas Regionais, a cujos presidentes serão entregues as respectivas importâncias, a adjudicação dos prêmios aos agentes municipais, tendo em vista os trabalhos que os mesmos realizarem para o Instituto, devidamente relatados pelas Repartições Centrais Regionais de Estatística.

§ 2.º Para êsse julgamento, o trabalho de cada agente receberá, na repartição relatora, uma nota de 0 a 10 (em número inteiro de pontos).

§ 3.º Todos os agentes que tiverem notas de 0 a 6 não terão direito ao prêmio. Será promovida a substituição dos agentes que tiverem nota de 0 a 3, devendo os respectivos trabalhos ser integralmente revistos pelos agentes itinerantes. Os que tiverem notas de 4 a 6, refarão, no prazo de 60 dias, os seus trabalhos, mas sob a orientação direta de um agente itinerante, recebendo metade do prêmio se o seu trabalho fôr julgado aceitável; no caso contrário promover-se-á também a sua substituição, sendo a coleta a seu cargo efetuada de novo por um agente itinerante.

§ 4.º Os agentes municipais que tiverem nota 10 receberão integralmente os prêmios previstos para os respectivos municípios; os que tiverem nota de 7 a 9 receberão a importância respectiva diminuída de tantos décimos quantos os pontos em que as respectivas notas foram inferiores a 10.

§ 5.º O saldo verificado, uma vez liquidada a distribuição dos prêmios aos agentes municipais, e depois de inteiramente concluídos os trabalhos de revisão dos agentes itinerantes, será rateado entre êstes, também a título de prêmio, segundo a proposta do diretor da respectiva Repartição Central Regional.

§ 6.º Sendo a Agência Municipal do Distrito Federal a própria Diretoria de Estatística Municipal, a que já está destinado auxílio como repartição regional por conta da consignação n.º 2, a importância de 10:583$600, correspondente na tabela n.º 1 ao município da capital da República, fica reservada à distribuição de 21 prêmios especiais de 500$000, um para cada Estado e para o Acre, prêmios êsses que serão atribuídos aos agentes municipais que houverem realizado melhor e mais rápido trabalho, a juízo das respectivas Juntas Regionais; ficando o saldo restante para atender às despesas de distribuição.

Art. 3.º — A consignação n.º 2 terá a sua distribuição regulada pela tabela do anexo n.º 2, onde está aplicado o critério fixado na Resolução n.º 8 da Junta Executiva Central (art. 4.º, § 1.º, n.º II). As competentes quotas serão postas à disposição dos diretores das repartições centrais regionais na forma prevista nos parágrafos dêste artigo.

§ 1.º Cada repartição central beneficiada com êsse auxílio poderá destiná-lo: *a*) à melhoria do seu aparelhamento, tendo em vista habilitar-se melhor a colaborar eficientemente nos trabalhos gerais do Instituto e especialmente nos serviços preliminares do recenseamento; *b*) à execução dos trabalhos geográficos ou cartográficos previstos no plano do serviço preparatório do recenseamento; *c*) à admissão do pessoal extranumerário (mensalista e tarefeiro) necessário aos encargos da repartição quanto à campanha estatística de 1938.

§ 2.º — O destino a ser dado à importância do auxílio será objeto de uma Resolução da Junta Executiva Regional, que especificará o emprêgo respectivo. Essa Resolução, porém, não incluirá nenhum pagamento de gratificação ao pessoal já existente na repartição.

Art. 4.º — A consignação n.º 3 terá a sua aplicação especificada em Resolução especial da Junta Executiva Central, segundo proposta dos diretores das cinco repartições centrais. Essas propostas, porém, não incluirão gratificações ao pessoal efetivo, contratado, tarefeiro ou interino dos respectivos quadros.

Art. 5.º — O emprêgo da consignação n.º 4 será especificado em resolução da Comissão Censitária Nacional, devendo ficar prevista, porém, a despesa de dois contos mensais, de condução e representação do presidente da mesma Comissão e diretor do Serviço Censitário.

Art. 6.º — As sub-consignações da consignação n.º 5 serão discriminadas em Resolução do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 7.º — A autorização das despesas que devem correr por conta da consignação n.º 6, letra *a*, ficará na dependência do que resolver a Junta Central à vista das propostas feitas pela Comissão Especial incumbida de deliberar sôbre a aquisição e montagem das oficinas gráficas do Instituto.

Art. 8.º — As despesas que não puderem correr pelas consignações de ns. 1 a 6, serão objeto de exame da Junta Central e, se autorizadas, serão pagas à conta da consignação n.º 7.

Art. 9.º — A distribuição das despesas previstas nesta Resolução à conta de cada uma das prestações semestrais do "auxílio" do Govêrno Federal para os serviços censitários no corrente exercício, se fará de forma que da primeira prestação fiquem desde logo reservados recursos para o pagamento:

a) de metade do auxílio previsto na consignação n.º 2;

b) das despesas previstas na consignação n.º 3 até o limite de 50 contos para cada repartição contemplada;

c) das despesas indicadas na consignação n.º 4 até o limite de 50% da respectiva importância;

d) das despesas orçadas na consignação n.º 5 até o limite de 100:000$000;

e) das despesas indicadas na consignação n.º 6;

f) das despesas que deverem correr por conta da consignação n.º 7 até o limite de 100:000$.

Art. 10 — As despesas que deverem correr por conta das consignações ns. 3 a 6 serão pagas na Secretaria Geral do Instituto, mediante requisições acompanhadas pelos competentes comprovantes em duas vias, e visados pelo secretário geral. Farão tais requisições:

a) as da consignação n.º 3, os diretores das cinco repartições centrais;

b) as da consignação n.º 4, o presidente da Comissão Censitária Nacional;

c) as da consignação n.º 5, o secretário geral do Conselho Nacional de Geografia;

d) as da consignação n.º 6, o diretor do Serviço Gráfico.

Art. 11 — O Serviço Gráfico do Instituto executará, com os recursos orçamentários, ordinários ou extraordinários, que lhe forem atribuídos:

I. O *Anuário Estatístico do Brasil*, organizado pela Secretaria do Instituto com o concurso de todos os órgãos da instituição, especialmente da Diretoria de Estatística Geral;

II. As *Sinopses Estatísticas* das Unidades Federadas, constituindo separatas enriquecidas do *Anuário* e organizadas pela Secretaria Geral do Instituto com o concurso das respectivas repartições centrais de estatística;

III. Os formulários e o material de expediente da Secretaria Geral do Instituto e das Secretarias dos seus Conselhos;

IV. Quaisquer outros trabalhos mandados publicar pela Junta Executiva Central, desde que devam ficar sob a responsabilidade coletiva do Instituto ou constituam auxílio de emergência a entidades nêle integradas;

V. Os impressos e publicações que forem necessários à Comissão Censitária Nacional e aos respectivos serviços executivos.

Parágrafo único — O orçamento ordinário do Serviço Gráfico compreenderá apenas as alíneas I, II e III dêste artigo.

Art. 12 — O Serviço Gráfico ainda executará, pelo custo, na medida da capacidade das suas oficinas, mas assegurada preferência a tudo o que se referir ao Recenseamento de 1940, os trabalhos cuja impressão fôr solicitada à Secretaria Geral por quaisquer órgãos filiados ao Instituto, desde que, aceita a encomenda, seja recolhida à Caixa do Instituto a importância do respectivo orçamento, ou, se se tratar de alguma das repartições centrais, lhe seja encaminhado o competente comprovante de empenho prévio por conta da verba que responder pela despesa.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1938, 3.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

☆

## ANEXOS À RESOLUÇÃO N.º 37, DE 14 DE MARÇO DE 1938

### I

Distribuição de auxílios aos Sistemas Regionais, destinados ao pagamento de prêmios aos agentes de estatística.

(Resolução n.º 8, da assembléia geral do Conselho Nacional de Estatística, Decreto-lei n.º 237, de 2-11-1938, e Resolução n.º 37, da Junta Executiva Central).

Critério de distribuição: metade proporcionalmente ao número de municípios e metade proporcionalmente à população.

| UNIDADES FEDERADAS | Número de municípios em 4-XII-1937 | População em 31-XII-1937 | IMPORTÂNCIA RATEADA MIL RÉIS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Quota por municípios | Quota demográfica | Soma |
| Distrito Federal | 1 | 1 801 784 | 167$900 | 10:415$700 | 10:583$600 |
| Alagoas | 36 | 1 237 093 | 6:044$300 | 7:151$300 | 13:195$600 |
| Amazonas | 28 | 449 152 | 4:701$700 | 2:596$400 | 7:298$100 |
| Bahia | 151 | 4 327 801 | 25:352$600 | 25:018$000 | 50:370$600 |
| Ceará | 79 | 1 698 360 | 13:263$900 | 9:817$300 | 23:081$700 |
| Espírito Santo | 32 | 729 951 | 5:372$700 | 4:219$700 | 9:592$400 |
| Goiás | 55 | 774 354 | 9:234$300 | 4:476$400 | 13:710$700 |
| Maranhão | 65 | 1 212 452 | 10:913$300 | 7:008$900 | 17:922$200 |
| Mato Grosso | 26 | 383 211 | 4:365$300 | 2:215$200 | 6:580$500 |
| Minas Gerais | 217 | 7 831 658 | 36:433$800 | 45:272$900 | 81:706$700 |
| Pará | 51 | 1 585 295 | 8:562$700 | 9:164$200 | 17:726$900 |
| Paraíba | 39 | 1 431 500 | 6:548$000 | 8:275$200 | 14:823$200 |
| Paraná | 56 | 1 067 779 | 9:402$200 | 6:172$600 | 15:574$800 |
| Pernambuco | 84 | 3 071 777 | 14:103$400 | 17:757$200 | 31:860$600 |
| Piauí | 44 | 865 904 | 7:387$500 | 5:005$600 | 12:393$100 |
| Rio de Janeiro | 49 | 2 109 964 | 8:227$000 | 12:197$200 | 20:424$200 |
| Rio Grande do Norte | 42 | 800 014 | 7:051$700 | 4:624$700 | 11:676$400 |
| Rio Grande do Sul | 86 | 3 187 861 | 14:439$200 | 18:428$200 | 32:867$400 |
| Santa Catarina | 44 | 1 038 678 | 7:387$500 | 6:004$300 | 13:391$800 |
| São Paulo | 258 | 6 961 740 | 43:317$700 | 40:244$100 | 83:561$800 |
| Sergipe | 41 | 561 861 | 6:883$800 | 3:248$000 | 10:131$800 |
| Território do Acre | 5 | 118 742 | 839$500 | 686$400 | 1:525$900 |
| TOTAL | 1 489 | 43 246 931 | 250:000$000 | 250:000$000 | 500:000$000 |

II

| UNIDADES FEDERADAS | População em 31-XII-1937 | QUOTA BRUTA EM MIL RÉIS | | | Quota de 25% para o fundo cooperativo da tipografia (Mil réis) | Líquido a distribuir (Mil réis) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Pelo 1.º grupo de 100 000 habitantes | Pelos demais grupos de 100 000 habitantes ou fração | Total | | |
| Distrito Federal | 1 801 784 | 30 | 18 | 48 | 12:000$000 | 36:000$000 |
| Alagoas | 1 237 093 | 30 | 12 | 42 | 10:500$000 | 31:500$000 |
| Amazonas | 449 152 | 30 | 4 | 34 | 8:500$000 | 25:500$000 |
| Bahia | 4 327 801 | 30 | 43 | 73 | 18:250$000 | 54:750$000 |
| Ceará | 1 698 360 | 30 | 16 | 46 | 11:500$000 | 34:500$000 |
| Espírito Santo | 729 951 | 30 | 7 | 37 | 9:250$000 | 27:750$000 |
| Goiás | 774 354 | 30 | 7 | 37 | 9:250$000 | 27:750$000 |
| Maranhão | 1 212 452 | 30 | 12 | 42 | 10:500$000 | 31:500$000 |
| Mato Grosso | 383 211 | 30 | 3 | 33 | 8:250$000 | 24:750$000 |
| Minas Gerais | 7 831 658 | 30 | 78 | 108 | 27:000$000 | 81:000$000 |
| Pará | 1 585 295 | 30 | 15 | 45 | 11:250$000 | 33:750$000 |
| Paraíba | 1 431 500 | 30 | 14 | 44 | 11:000$000 | 33:000$000 |
| Paraná | 1 067 779 | 30 | 10 | 40 | 10:000$000 | 30:000$000 |
| Pernambuco | 3 071 777 | 30 | 30 | 60 | 15:000$000 | 45:000$000 |
| Piauí | 865 904 | 30 | 8 | 38 | 9:500$000 | 28:500$000 |
| Rio de Janeiro | 2 109 964 | 30 | 21 | 51 | 12:750$000 | 38:250$000 |
| Rio Grande do Norte | 800 014 | 30 | 8 | 38 | 9:500$000 | 28:500$000 |
| Rio Grande do Sul | 3 187 861 | 30 | 31 | 61 | 15:250$000 | 45:750$000 |
| Santa Catarina | 1 038 678 | 30 | 10 | 40 | 10:000$000 | 30:000$000 |
| São Paulo | 6 961 740 | 30 | 69 | 99 | 24:750$000 | 74:250$000 |
| Sergipe | 561 861 | 30 | 5 | 35 | 8:750$000 | 26:250$000 |
| Território do Acre | 118 742 | 30 | 1 | 31 | 7:750$000 | 23:250$000 |
| **TOTAL** | **43 246 931** | **660** | **422** | **1 082** | **270:500$000** | **811:500$000** |

★

**Resolução n.º 47, de 8 de julho de 1938**

*Propõe a prorrogação, até 31 de dezembro, do prazo fixado no art. 16, § 1.º do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística no uso das suas atribuições:

Considerando que foi de sua iniciativa o projeto de que resultou o Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938;

Considerando as reiteradas representações de vários órgãos regionais do Instituto sôbre a insuficiência do prazo para a boa elaboração dos elementos a serem sistematizados nos decretos-leis regionais de que trata o art. 16, § 1.º, daquela lei nacional;

Considerando que, além de realmente procedentes essas representações, nenhum inconveniente terá o seu deferimento;

Considerando, porém, que é de vantagem introduzir-se na sistemática assentada pela Lei n.º 311 um dispositivo pelo qual, não a decretação qüinqüenal do novo quadro territorial, mas a sua efetiva vigência fique adstrita a rigorosa uniformidade de data em todo o país, tudo indicando que essa data seja a do primeiro dia do ano em que se iniciar cada período qüinqüenal;

Resolve assentar, para ser levado à consideração do Govêrno o seguinte ante-projeto de decreto-lei modificando prazos e dando outras providências relativas à execução da Lei Nacional n.º 311, de 2 de março último:

*ANTE-PROJETO*

Art. 1.º — Os atos legislativos regionais previstos no § 1.º do art. 16 do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março do corrente ano, poderão ser baixadas até 31 de outubro.

Art. 2.º — Êsses atos determinarão sua própria vigência a contar da data da sua publicação ou a partir de qualquer outra data até 1 de novembro, para o efeito de poderem ser tomadas até 31 de dezembro as medidas administrativas requeridas para que as suas disposições relativas ao quadro circunscricional administrativo e judiciário possam ser efetivadas, com os respectivos atos solenes de instalação, transferência ou confirmação, a 1 de janeiro de 1939.

Art. 3.º — Os períodos qüinqüenais a que se refere o § 3.º do art. 16 do Decreto-lei Nacional n.º 311 serão contados a partir de 1938, devendo as novas leis gerais de divisão territorial recair nos anos de milésimo 3 e 8.

§ 1.º — A essas leis se aplicará igualmente o que prescreve o art. 2.º, para o efeito de en-

trarem suas disposições efetivamente em vigor a 1 de janeiro do ano seguinte, pelos atos de instalação, transferência ou confirmação, delas resultantes.

§ 2.º — Considerar-se-ão caducas tôdas as disposições das leis gerais de divisão territorial que, por não haverem sido satisfeitas as formalidades requeridas, não entrarem em efetiva vigência segundo o disposto no parágrafo precedente.

§ 3.º — Verificada a caducidade de disposições concernentes à criação, transferência de subordinação, alteração de limites, ou quaisquer outras, das novas leis de divisão territorial, em virtude de não haverem sido satisfeitas as formalidades para a realização, no devido tempo, dos atos solenes pelos quais tais disposições devessem entrar em vigor, prevalecerá, em relação a tais casos, por todo o período qüinqüenal, a situação que houver vigorado no período anterior.

Art. 4.º — Constituirão a única exceção à norma geral do art. 16 do Decreto-lei Nacional n.º 311, de 2 de março do corrente ano, os atos de supressão de municípios previstos no § 2.º do art. 13, do mesmo decreto-lei, os quais fixarão as datas para a efetivação, em solenidade especial, das encorporações que determinarem.

Art. 5.º — O Conselho Nacional de Geografia assentará um padrão nacional para a estrutura geral dos decreto-leis regionais sôbre divisão territorial, incluídos os previstos no art. 1.º, tendo em vista assegurar ao seu conteúdo uniformidade e sistematização em tôda a República.

§ 1.º — Entre as formalidades a serem prescritas no padrão que fôr proposto em virtude dêste artigo, incluir-se-á a da remessa, ao órgão competente do Govêrno Regional, em duas cópias autênticas, das atas das solenidades previstas, sendo que uma dessa ficará recolhida a um arquivo próprio, e a outra será enviada ao órgão oficial para publicação.

§ 2.º — Nos decretos regionais a que se refere o art. 1.º ficará previsto que as atas ou têrmos que solenizem a entrada em vigor, em relação a cada circunscrição, das disposições legais que lhe alterarem a situação ou a mantiverem, obedecerão igualmente ao modêlo ou padrão fixado pelo Conselho Nacional de Geografia, ouvido o Instituto Histórico e Geográfioc Brasileiro.

§ 3.º — Essas atas serão coligidas, sob a forma de um repertório nacional, em volume especial dos "Arquivos" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 6.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, sendo seu texto transmitido telegràficamente a todos os governos regionais.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1938, 3.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Persidente do Instituto.

**Resolução n.º 55, de 23 de agôsto de 1938**

*Assenta providências para que seja sugerido ao Govêrno novo ato legislativo retificando o alcance do Decreto-lei n.º 570, de 22 de julho de 1938.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições:

Considerando que o Decreto-lei n.º 568, de 14 de julho último, objetivou a adaptação da divisão judiciária e administrativa do Distrito Federal ao sistema consagrado pelo Decreto-lei n.º 311, de 2 de março do corrente ano, que dispõe sôbre a divisão territorial do Brasil e deu outras providências;

Considerando que o Decreto-lei n.º 570, de 22 do mesmo mês de julho, achando-se redigido com a evidente intenção de derrogar apenas o § 2.º do art. 1.º do decreto supra referido, para o efeito de restabelecer as zonas ou circunscrições aludidas no Decreto n.º 43, de 6 de dezembro de 1937, determinou de um modo geral, por impropriedade de expressão, que "ficam revogadas as disposições do Decreto-lei n.º 568";

Considerando que não pode prevalecer essa intencional revogação do Decreto-lei n.º 568, pois que assim, sôbre ficar sem aplicação no Distrito Federal o disposto no Decreto-lei n.º 311, já cumprido em todos os Estados e no Território do Acre, decorreria a inexistência *atual* de uma "divisão judiciária" para a capital da República, visto ter sido revogada a do Decreto n.º 16 273, anterior à do decreto de 14 de julho, e sem que do teor do Decreto n.º 570 se depreenda o seu restabelecimento;

Considerando, entretanto, que os dois decretos em aprêço, o de n.º 568 e o de n.º 570, podem ter seus objetivos harmonizados em sucintas disposições de um terceiro decreto, pelo qual também fiquem atendidos, como é de evidente necessidade, os preceitos orgânicos do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938;

Resolve:

Artigo único — A presidência do Instituto, em representação fundamentada, transmitirá ao Govêrno o apêlo do Conselho Nacional de Estatística no sentido de, por meio de um novo decreto-lei cujo texto fica sugerido no anteprojeto anexo, serem sanadas as conseqüências não intencionais da letra do Decreto-lei n.º 570, de 22 de julho último, ficando ao mesmo tempo atendido o restrito objetivo do aludido ato sem prejuízo do encaminhamento das medidas sistematizadoras firmadas no Decreto-lei n.º 311, de 2 de março do corrente ano.

Rio de Janeiro, 23 de agôsto de 1938, 3.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

ANEXO À RESOLUÇÃO N.º 55, DE 23 DE AGÔSTO DE 1938

*ANTE-PROJETO DE DECRETO-LEI*

*Dispõe sôbre a divisão territorial do Distrito Federal.*

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição da República, e tendo em vista a representação do Conselho Nacional de Estatística, constante da Resolução n.º 55, de 23 de agôsto do corrente ano, da sua Junta Executiva Central;

Decreta:

Art. 1.º — O Decreto n.º 570, de 22 de julho de 1938, só tem caráter revogatório quanto ao art. 1.º, § 2.º, do Decreto n.º 568, de 14 do aludido mês.

Art. 2.º — As "zonas" referidas no Decreto n.º 43, de 6 de dezembro de 1937, passam a ter a categoria de "circunscrições".

Art. 3.º — A comissão que se constituir na forma do art. 4.º do Decreto n.º 568 incluirá no plano dos seus estudos as medidas necessárias à adaptação da divisão do Distrito Federal em circunscrições de registro da propriedade imóvel ao sistema do Decreto n.º 311, de 2 de março de 1938.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, de agôsto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

**Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.**

# Conselho Nacional de Geografia
# Assembléia Geral

## Íntegra das Resoluções n.os 121 a 125

### Resolução n.º 121, de 8 de julho de 1942

*Dispõe sôbre a realização de estudos relativos à serra do Mar.*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso de suas atribuições;

Considerando a necessidade de ser bem conhecido o relêvo brasileiro, principalmente nos seus acidentes de maior evidência;

Considerando que há dúvidas quanto aos limites e à caracterização da serra do Mar, sobretudo no Brasil Meridional,

Resolve:

Art. 1.º Fica determinado à Secretaria Geral do Conselho que efetue entendimentos com a Divisão de Geologia e Mineralogia, do Ministério da Agricultura, com os Consultores Técnicos Nacionais do Conselho e os Diretórios Regionais interessados, e demais repartições e entidades técnicas e culturais especializadas, para que ofereçam contribuições ao estudo da delimitação e da caracterização da serra do Mar.

Art. 2.º O Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, pela sua Secção de Estudos, examinará as contribuições recebidas, realizará estudos e pesquisas locais, enfeixando o resultado de todos os trabalhos técnicos e científicos num relatório final.

Art. 3.º O Relatório, devidamente ilustrado, verdadeiro estudo de Geografia regional, será publicado na "Biblioteca Geográfica Brasileira".

Goiânia, 8 de julho de 1942, ano VII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

### Resolução n.º 122, de 9 de julho de 1942

*Aprova os atos e deliberações dos Diretórios Regionais e Central, referentes ao ano de 1941.*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso de suas atribuições;

Considerando a atuação desenvolvida pelos Diretórios do Conselho, durante o ano de 1941, que os respectivos relatórios lidos perante a Assembléia revelaram;

Resolve:

Art. 1.º Serão aprovados os atos e deliberações do Diretório Central, efetivados durante o ano de 1941 e, em conseqüência, referendadas as Resoluções de ns. 74 e 88 por êle aprovadas nesse exercício.

Art. 2.º A Assembléia consigna ao Diretório Central aplausos e agradecimentos pela sua atuação dedicada e esclarecida durante o exercício, que a assiduidade das reuniões e o acêrto das deliberações bem demonstram.

Art. 3.º Ficam igualmente aprovados os atos e deliberações dos Diretórios Regionais do Conselho levados a efeito em 1941, sem prejuízo das adaptações que um exame posterior vier a recomendar, de acôrdo com as normas regulamentares.

Art. 4.º A Assembléia formula aplausos aos Diretórios Regionais que se destacaram pela freqüência das reuniões e pelo devotamento no estudo e provimento das questões que lhes foram afetas.

Art. 5.º A Secretaria elaborará um prontuário em que se resumam as atribuições gerais e específicas dos Diretórios, decorrentes do Regulamento e das Resoluções aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 6.º Fica recomendado aos Diretórios que se empenhem na mútua correspondência, sobretudo do Diretório Regional com os Diretórios Municipais respectivos, por tal forma que venha a produzir melhor rendimento a extensa rêde de órgãos locais do Conselho.

Goiânia, 9 de julho de 1942, ano VII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 123, de 9 de julho de 1942

*Dispõe sôbre o orçamento do Conselho para 1943.*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso de suas atribuições;

Considerando que o Diretório Central aprovou a resposta orçamentária do Conselho para 1943, afim de ser apreciada pelo órgão competente do Govêrno Federal (Resolução n.º 100, de 14 de maio de 1942);

Considerando que a fixação definitiva do orçamento para o ano vindouro depende do que a União consignar ao Conselho no Orçamento Geral da República;

Considerando as decisões tomadas na presente sessão da Assembléia;

Resolve:

Art. 1.º Confirma-se, para o exercício de 1943, a discriminação de verbas constante da Resolução n.º 100, de 14 de maio último, do Diretório Central, com as seguintes modificações de redação:

a) dar à sub-consignação 5 da Verba III nova redação: "5 — Campanha Altimétrica, compreendendo as despesas com a realização de expedições científicas, em colaboração com repartições e instituições interessadas ..... 200:000$000";

b) dar à sub-consignação 2 da Verba III outra redação: "2 — Despesas com a realização da Assembléia (Curso de Informações, excursões científicas, conduções, serviço de taquigrafia e outras despesas especiais) 12:000$000";

c) dar à sub-consignação 7 da Verba III a redação: "7 — Participação do Conselho em certames e exposições, realização do concurso anual de monografias de aspectos municipais, despesas especiais referentes aos trabalhos de execução da Lei Nacional n.º 311 ... 80:000$000".

Art. 2.º É atribuída ao Diretório Central a incumbência especial de fixar em definitivo o orçamento do Conselho para 1943, em face do que o orçamento da União efetivamente consignar ao Conselho Nacional de Geografia, bem assim de como se encerrar o orçamento da instituição do corrente exercício, recomendando-se que, na medida do possível, seja reforçada a sub-consignação 5 da Verba III, referente a trabalhos de campo.

Goiânia, 9 de julho de 1942, ano VII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 124, de 9 de julho de 1942

*Sugere uma nova divisão das Unidades Federadas em zonas fisiográficas, para uso da estatística brasileira, e baixa, provisòriamente e em segunda aproximação, a divisão regional do Brasil.*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso de suas atribuições;

Considerando que, devido sobretudo às determinações da Presidência da República, se generalizou no país o uso da divisão do Brasil, em grandes regiões, aprovada por êste Conselho (Resolução n.º 72, de 14 de julho de 1941);

Considerando que o Diretório Central, pela Resolução n.º 102, de 3 de junho último, houve por bem abrir mão da delegação especial que lhe fôra conferida de fixar em definitivo o quadro regional brasileiro, com base na divisão dos Estados em zonas fisiográficas, segundo decidira esta Assembléia (Resolução n.º 77, de 17 de julho de 1941);

Considerando as numerosas e valiosas contribuições oferecidas pelos diferentes órgãos regionais e centrais do Instituto ao projeto inicial dêste Conselho sôbre a divisão dos Estados em zonas;

Considerando que o assunto, pela sua extensão e complexidade, ainda comporta estudos que conduzam a um melhor acêrto no que toca à caracterização regional dos municípios e à nomenclatura das zonas e regiões;

Resolve:

Art. 1.º É expresso o mais vivo regozijo do Conselho pelo fato auspicioso de se ter generalizado no país a adoção uniforme da divisão do Brasil em grandes regiões, graças principalmente à iniciativa da Presidência da República determinando o seu uso na administração pública, divisão essa baixada pelo Conselho, em primeira aproximação pela consideração das características fisionômicas das Unidades da Federação, entendidas cada qual indivisível no seu todo territorial.

Art. 2.º Consigna o Conselho agradecimentos aos órgãos regionais do Instituto, de Geografia e de Estatística, pelos estudos e trabalhos, que apresentaram, já agora sôbre a divisão regional dos Estados respectivos, e formula aplausos à repartição central do Conselho pela excelente coordenação dêsses estudos regionais que, inspirada na mais fiel aplicação ao caso brasileiro dos melhores critérios científicos e metodológicos, imprimiu um grande avanço para a solução esclarecida do importante e complexo problema.

Art. 3.º Ao Diretório Central a Assembléia formula também agradecimentos, não só pela maneira hábil com que conduziu as providências, no que lhe competia, como também e sobretudo pelo atencioso gesto de deixar à Assembléia a consideração do assunto, abrindo assim, com prudência e oportunidade, a possibilidade de mais um exame da delicada matéria.

Art. 4.º Para uso dos seus órgãos competentes e das instituições nêle integradas, o Conselho aprova, sem prejuízo de posteriores aperfeiçoamentos e adaptações, — sobretudo quanto à distribuição das zonas fisiográficas, que em definitivo só poderão ser fixadas, depois de ouvido o Conselho Nacional de Estatística — portanto, provisòriamente e em suas linhas gerais, a divisão regional do Brasil, sucessivamente em "grandes regiões", "regiões", "sub-regiões" e "zonas", obtida, em segunda aproximação, pela consideração das características fisionômicas (naturais e humanas) dos Municípios brasileiros, divisão essa constante dos

anexos ns. 1 e 2, integrantes desta Resolução, o 1.º oferecendo quadro sistemático da divisão e o 2.º apresentando, em texto, as características geográficas dos elementos componentes da divisão regional aceita.

Art. 5.º Oferece-se à consideração e superior exame do Conselho Nacional de Estatística, — como contribuição do Conselho Nacional de Geografia à divisão das Unidades Federadas em zonas fisiográficas, segundo o critério geográfico pelo qual se agrupem municípios de fato apresentando características naturais e humanas afins — o anexo n.º 3, integrante desta Resolução, que consubstancia o resultado dos estudos efetuados por êste Conselho com o objetivo de oferecer um projeto de distribuição dos municípios de cada Unidade Federada em zonas de características geográficas.

§ 1.º Fica lembrado ao Conselho Nacional de Estatística a orientação de continuidade geográfica a que obedeceu fundamentalmente o estudo das zonas fisiográficas em aprêço, pela qual se estabeleceu uma correspondência de zonas dos Estados confinantes.

§ 2.º Encarece-se a revisão da nomenclatura das zonas, cujos nomes foram no projeto de certo modo arbitràriamente escolhidos, na falta de maiores informações locais, adotando-se por vêzes denominações pouco populares e portanto menos aconselháveis.

§ 3.º O Conselho Nacional de Geografia expressa seu justificado anseio de ver, no mais breve prazo, a estatística brasileira adotar uma divisão dos Estados em zonas fisiográficas mais científicas do que a atual, e consentânea com a caracterização fisionômica do território nacional, para bem da interpretação dos números que a estatística oferece, a qual será mais técnica e mais fiel à representação dos fatos, se êsses números melhor se enquadrarem às características do meio ambiente.

Goiânia, 9 de julho de 1942, ano VII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 125, de 9 de julho de 1942

*Dispõe sôbre a publicação de bibliografias geográficas na Biblioteca Geográfica Brasileira.*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso de suas atribuições;

Considerando as vantagens que traz para os estudiosos da Geografia a publicação de bibliografias geográficas;

Considerando a notável contribuição da repartição central do Conselho Nacional de Geografia à II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, consistente na bibliografia geográfica do Estado de Goiás;

Resolve:

Art. 1.º A repartição central do Conselho Nacional de Geografia, por intermédio de sua Carteira de Intercâmbio e Publicidade, providenciará para a publicação de bibliografias geográficas sôbre o território do nosso país, na Biblioteca Geográfica Brasileira.

§ 1.º Como especial homenagem ao Estado de Goiás, que tão generosamente acolheu os membros da quinta sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, a repartição central do Conselho publicará até o fim do ano corrente a bibliografia relativa ao mencionado Estado, baseada no trabalho apresentado à II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística.

§ 2.º Como contribuição do Conselho ao Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se em setembro de 1943, em Belém, deverá ser elaborada a bibliografia referente à Amazônia ou ao Estado do Pará.

Art. 2.º Os demais volumes relativos à bibliografia nacional serão publicados posteriormente, segundo o plano que o diretor da Biblioteca, fixar, ouvida a respectiva Comissão executiva, sugerindo-se também a publicação de bibliografias periódicas, que acompanhem no tempo a marcha da cultura geográfica do país.

Goiânia, 9 de julho de 1942, ano VII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

**Colabore com êste "Boletim" que é bibliográfico, enviando-lhe livros de sua autoria ou disponíveis em duplicata, e que ofereçam interêsse geográfico.**

# Diretório Central

## Íntegra das Resoluções n.os 121 a 125

### Resolução n.º 121, de 4 de janeiro de 1943

*Fixa em definitivo o orçamento do Conselho para 1943*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que o Govêrno, com o Decreto-lei n.º 5 120, de 19 de dezembro de 1942, que fixou o Orçamento Geral da União, atribuiu ao Conselho Nacional de Geografia um auxílio de dois milhões e seiscentos mil cruzeiros ..... (Cr$ 2 600 000,00);

Considerando que êsse auxílio é inferior, em um milhão e cem mil cruzeiros, ao que solicitado fôra pelo Conselho, nos têrmos da Resolução n.º 100, de 14 de maio de 1942;

Considerando que, nessas condições, há necessidade de ser adaptado o orçamento previsto para o ano iniciante;

Resolve:

Art. 1.º As despesas do Conselho Nacional de Geografia relativas ao ano de 1943 correrão por conta do auxílio de dois milhões e seiscentos mil cruzeiros ( Cr$ 2 600 000,00) que lhe concedeu o Govêrno da União em seu orçamento anual.

Art. 2.º A discriminação das despesas será a prevista na Resolução n.º 100, de 14 de maio de 1942, do Diretório Central, acrescida do que deliberou a Assembléia Geral com a sua Resolução n.º 123, de 9 de junho de 1942, alterados os quantitativos, na forma seguinte:

VERBA I — PESSOAL

| | | |
|---|---|---|
| 1 — Vencimentos do pessoal extranumerário do Conselho ..... | Cr$ | 920 000,00 |
| 2 — Gratificação ao Secretário do Conselho ..... | Cr$ | 12 000,00 |
| 3 — Gratificação aos funcionário de diversas naturezas ..... | Cr$ | 90 000,00 |
| 4 — Ajudas de custo e diárias aos funcionários do Conselho ..... | Cr$ | 18 000,00 |
| 5 — Ajudas de custo aos delegados à Assemblia Geral do Conselho ... | Cr$ | 20 000,00 |
| **Total da Verba I ....** | **Cr$** | **1 060 000,00** |

VERBA II — MATERIAL

| | | |
|---|---|---|
| 1 — Aquisição de livros, mapas, documentos, revistas, encadernações | Cr$ | 15 000,00 |
| 2 — Material permanente .. | Cr$ | 72.000,00 |
| 3 — Material de consumo .. | Cr$ | 45 000,00 |
| 4 — Aluguel de sede ..... | Cr$ | 278 000,00 |
| 5 — Assinaturas de recortes de jornais e revistas .. | Cr$ | 5 000,00 |
| 6 — Despesas miúdas de pronto pagamento .... | Cr$ | 10 000,00 |
| 7 — Luz, telefones, telegramas, correio, despesas de expediente e outras da sede ..... | Cr$ | 15 000,00 |
| 8 — Edição das publicações do Conselho, impressão de formulários e dos Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia | Cr$ | 370 000,00 |
| 9 — Passagens para os delegados à Assembleia Geral ..... | Cr$ | 15 000,00 |
| 10 — Fardamento para o pessoal subalterno ..... | Cr$ | 2 500,00 |
| **Total da Verba II .....** | **Cr$** | **827 500,00** |

VERBA III — SERVIÇOS E ENCARGOS

| | | |
|---|---|---|
| 1 — Estada dos delegados regionais à Assembleia Geral do Conselho ... | Cr$ | 12 600,00 |
| 2 — Realização da Assembléia Geral ..... | Cr$ | 10 000,00 |
| 3 — Impressão de fôlhas da edição preparatória da Carta Geográfica do Brasil ..... | Cr$ | 120 000,00 |
| 4 — Campanha das Coordenadas Geográficas .... | Cr$ | 250 000,00 |
| 5 — Campanha Altimétrica e participação nas expedições científicas .... | Cr$ | 100 000,00 |
| 6 — Assistência aos serviços regionais e realização do Curso de Cartografia ..... | Cr$ | 95 000,00 |
| 7 — Participação em certames, concurso anual de monografias, despesas especiais com execução da Lei n.º 311 e com o Recenseamento Geral da República ..... | Cr$ | 80 000,00 |
| **Total da Verba III ..** | **Cr$** | **667 600,00** |

VERBA IV — EVENTUAIS

| | | |
|---|---|---|
| 1 — Suplementação de verbas, despesas eventuais, autorizadas pelo Diretório Central ..... | Cr$ | 44 900,00 |
| **Total da Verba IV ....** | **Cr$** | **44 900,00** |

RESUMO

| | | |
|---|---|---|
| VERBA I — PESSOAL .... | Cr$ | 1 060 000,00 |
| VERBA II — MATERIAL .. | Cr$ | 827 000,00 |
| VERBA III — SERVIÇOS E ENCARGOS | Cr$ | 667 600,00 |
| VERBA IV — EVENTUAIS . | Cr$ | 44 900,00 |
| **Total Geral .....** | **Cr$** | **2 600 000,00** |

Art. 3.º É encarecido à Presidência do Instituto que promova, caso possível, a aquisição de aparelhagem fotolito indispensável ao preparo de matrizes de reprodução de gráficos estatísticos e de mapas, faltante no equipamento do Serviço Gráfico do I.B.G.E., por conta do fundo de reserva do Instituto, devido à impossibilidade do Conselho fazê-lo ante o corte orçamentário sofrido no corrente ano.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1943, ano VI do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

---

N. R.: A Resolução n.º 122 não foi publicada.

★

## Resolução n.º 123, de 18 de janeiro de 1943

*Fixa o quadro do pessoal do Conselho para 1943 e dá outras providências.*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando o plano de trabalhos do Conselho para o ano corrente, em face das possibilidades orçamentárias;

Resolve:

Art. 1.º É fixado em cento e onze cargos o quadro do pessoal que servirá no corrente ano no Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, repartição central do Conselho, distribuídos da seguinte maneira:

1 diretor, padrão 24;

5 assistentes técnicos, sendo 2 do Padrão 23, 1 do Padrão 21, 2 do Padrão 20;

3 chefes de Secção, Padrão 21;

16 encarregados de Serviço, sendo 2 do Padrão 20, 2 do Padrão 17, 8 do Padrão 14, 3 do Padrão 13 e 1 do Padrão 12;

36 auxiliares, sendo 2 do Padrão 19, 1 do Padrão 17, 1 do Padrão 15, 2 do Padrão 13, 2 do Padrão 12, 4 do Padrão 11, 9 do Padrão 10, 11 do Padrão 9, 6 do Padrão 8, 14 do Padrão 7, 3 do Padrão 6, 17 do Padrão 5, 2 do Padrão 4, 10 do Padrão 3 e 2 do Padrão 2.

Art. 2.º Fica extinta a Delegacia do Conselho no norte do país, passando o respectivo delegado a ser Assistente Técnico com o mesmo Padrão de vencimentos.

Art. 3.º O funcionário do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica que secretariar a Comissão Técnica do Conselho ou êste Diretório terá o direito a uma gratificação mensal de duzentos cruzeiros (Cr$ 200,00).

Art. 4.º É elevada para quarenta cruzeiros (Cr$ 40,00 a diária a que tem direito o engenheiro do Conselho, da campanha altimétrica ou de coordenadas, quando em serviço fora da sede.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1943, ano VI do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 124, de 18 de janeiro de 1943

*Regulamenta o Curso de Aperfeiçoamento destinado aos funcionários da Secção de Estudos da repartição central do Conselho.*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando o interêsse despertado pelo Curso de Aperfeiçoamento previsto no art. 7.º da Resolução n.º 117 dêste Diretório;

Resolve:

Artigo único. É baixado o anexo regulamento do Curso de Aperfeiçoamento destinado aos funcionários da Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, repartição central do Conselho.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1943, ano VI do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 125, de 3 de março de 1943

*Formula congratulações ao Observatório Nacional e faz alguns apelos.*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando o aparecimento logo no início do ano do *Suplemento* do *Anuário do Observatório Nacional* para 1943, contendo 619 estrêlas cujas posições aparentes, em grande número foram calculadas diretamente, devido a falta das clássicas efemérides estrangeiras;

Resolve:

Art. 1.º É formulado ao Observatório Nacional, e em especial ao seu Serviço de Cálculo, calorosa congratulação do Conselho Nacional de Geografia pelo aparecimento a tempo do *Suplemento* do *Anuário* para 1943 com a posição aparente de 619 estrêlas fundamentais do *Catálogo FK 3;* e o agradecimento do Conselho pela oferta do catálogo, tão necessário aos trabalhos de determinação de coordenadas geográficas.

Art. 2.º Ressalta o Conselho como dos mais significativos o fato do cálculo da redução ao lugar aparente ter sido feito no Observatório com notável economia de tempo, graças à feliz modificação introduzida nos métodos clássicos de redução, sem prejuízo da precisão dos resultados.

Art. 3.º Proclama ainda o Conselho o grande mérito do feito científico do nosso Observatório Nacional que, fazendo diretamente os cálculos e de maneira original, simplificada, tornou as efemérides estrangeiras pràticamente dispensáveis, no caso das posições estelares.

Art. 4.º Ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde é formulado encarecido apêlo para que ao Observatório Nacional não faltem os recursos orçamentários para a manutenção dum corpo suficiente de calculadores tarefeiros, afim dos trabalhos de redução de estrêlas, para 1944, segundo projeta, serem feitos de modo a virem a público em novembro vindouro, com grande utilidade para quantos trabalham em astronomia no Brasil.

Art. 5.º É expressa ao diretor da Imprensa Nacional viva solicitação no sentido da presteza da impressão das publicações anuais do Observatório Nacional, não só devido à sua importância científica, como também e sobretudo à necessidade dos interessados terem com antecedência conhecimento dos dados publicados, que valem apenas para o ano de referência.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1943, ano VI do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

**Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.**

# Diretórios Regionais

## SANTA CATARINA

### Íntegra das Resoluções n.os 11 a 15

**Resolução n.º 11**

*Formula um apêlo às Delegacias Regionais do Recenseamento e aos Diretórios Municipais do C.N.G.*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando de máxima importância para o conhecimento da Geografia a elaboração dos Diretórios Municipais do Conselho Nacional de Geografia e das Delegacias Regionais do Recenseamento;

Considerando que dessa colaboração resultará notável desenvolvimento na Geografia nacional pelas pesquisas geográficas;

Considerando que êsses elementos de pesquisas são fartamente encontrados no atual Serviço de Recenseamento, nas respectivas Delegacias Regionais, por intermédio de seus Agentes;

Considerando, ainda, que desta coleta de dados, importantes para a Geografia, irá se corrigir provàvelmente erros contidos na atual carta do Estado;

Resolve:

Art. 1.º Formular um encarecido apêlo às Delegacias Regionais do Recenseamento, no sentido de darem todo apoio e colaboração aos Diretórios Municipais do Conselho Nacional de Geografia, fornecendo-lhes as informações de que carecerem e outras que acharem úteis ao bom desenvolvimento da Geografia.

Art. 2.º Apelar para os Diretórios Municipais do Conselho Nacional de Geografia, no sentido de serem recolhidas as observações dos Agentes Recenseadores, que possam interessar ao Diretório.

Florianópolis, 14 de outubro de 1940. — — Visto e rubricado. *José Nicolau Born*, Secretário. — Publique-se. *Celso Fausto de Sousa*, Presidente.

★

**Resolução n.º 12**

*Formula um apêlo aos secretários dos Diretórios Municipais*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Resolve:

Artigo único. Apelar para os secretários dos Diretórios Municipais do Conselho Nacional de Geografia para que no mês de maio de cada ano organizem e remetam ao D.R.G. um relatório das atividades do Diretório Municipal referente ao ano anterior.

Florianópolis, 6 de novembro de 1940. — Visto e rubricado. *Válter B. da Silva*, Auxiliar. — Publique-se. *José Nicolau Born*, Presidente Interino.

★

**Resolução n.º 13**

*Trata da substituição dos Informantes Municipais*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que os Informantes Municipais foram escolhidos para cada Distrito dentre três nomes indicados pelos Presidentes dos Diretórios Municipais;

Considerando que muitas vêzes êsses informantes se retiram, em caráter definitivo, de suas sedes ou pedem exoneração de seus cargos;

Considerando ser de grande necessidade a completa organização de seu Corpo de Informantes;

Resolve:

Art. 1.º Os Informantes Municipais que se ausentarem de suas sedes, em caráter definitivo, ou se exonerarem de seus cargos, serão imediatamente substituídos.

Art. 2.º A substituição de que trata o art. 1.º será feita por designação do D.R.G., que fará a escolha dentre os nomes já apresentados pelos Presidentes dos Diretórios Municipais.

Art. 3.º Os Diretórios Municipais, no mês de janeiro de cada ano, remeterão à Secretaria do D.R.G. a lista tríplice para a respectiva escolha de informantes onde faltar.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 6 de novembro de 1940. — Conferido e numerado. *José Nicolau Born*, Secretário. — Publique-se. *Celso Fausto de Sousa*, Presidente.

★

**Resolução n.º 14**

*Designa um membro para constituir a Junta Regional de Estatística*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, em Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

Considerando que a Resolução n.º 37, de 6-5-1940, da Junta Regional de Estatística, transformada em Decreto-lei n.º 475, de 4 de setembro do corrente ano, trata no art. 2.º de sua constituição e encorpora um membro do D.R.G., devidamente credenciado;

Considerando que em sessão de 4 dêste mês do D.R.G., foi proposto e unânimemente aprovado o nome de José Nicolau Born, para constituir a Junta Regional de Estatística;

Resolve:

Artigo único. Designar o engenheiro geógrafo José Nicolau Born, secretário do D.R.G., para constituir a Junta Regional de Estatística neste Estado, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 475, de 4 de setembro dêste ano.

Florianópolis, 6 de novembro de 1940. — Conferido e numerado, publique-se. *Celso Fausto de Sousa,* Presidente.

★

**Resolução n.º 15**

*Faz indicação do novo quadro de Consultores Técnicos Regionais*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, em Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 15, § 3.º, do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia, ratificado pelo Decreto estadual n.º 2, de 23 de novembro de 1937; e

Considerando que terá significação a indicação de um só nome para cada secção constante do art. 10 da Resolução n.º 12, de 17-7-1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia ;

Considerando que o mandato dos Consultores Técnicos Regionais é de dois (2) anos, conforme preceitua o art. 5.º da Resolução n.º 12 acima referida;

Considerando que a atuação do Corpo de Consultores Técnicos Regionais em Santa Catarina, aprovado pela Resolução n.º 25, de 18 de janeiro de 1939, do Diretório Central, terminou em 15-1-1941;

Considerando, finalmente, que se faz mister a reforma do Quadro de Consultores Técnicos Regionais de Santa Catarina;

Resolve:

Art. 1.º Indicar para constituir o Corpo de Consultores Técnicos Regionais, em Santa Catarina, de acôrdo com o § 2.º, do art. 15, do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia e art. 10 da Resolução n.º 12 de 17-7-1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

I) *Documentação geográfica* — Dr. Carlos da Costa Pereira, diretor da Biblioteca Pública e secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina;

II) *Fisiografia* — Padre Bertoldo Braunn S.J., diretor do Ginásio Catarinense e grande estudioso dos assuntos da geologia catarinense;

III) *Regiões naturais* — Luís Sanches Bezerra da Trindade, inspetor geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, em Santa Catarina;

IV) *Biogeografia* — José Warken, professor de Geografia do Ginásio Catarinense;

V) *Levantamento e cartografia* — Dr. Ivo Piccoli, engenheiro civil e grande conhecedor da cartografia catarinense;

VI) *Geografia histórica* — Dr. Osvaldo Cabral, doutor em Medicina, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e autor de várias obras sôbre a história catarinense;

VII) *Geografia política* — Desembargador Henrique da Silva Fontes, lente catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito de Santa Catarina e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina;

VIII) *Geografia dos transportes* — Antônio de Lara Ribas, capitão da Fôrça Policial do Estado e Delegado da Ordem Política e Social;

IX) *Geografia da produção* — Lourival Ubaldo Câmara, assistente-chefe do Departamento Estadual de Estatística, jornalista e professor;

X) *Geografia das comunicações* — Engenheiro geógrafo Davi Trompowski Taulois, capitão do Exército Nacional;

XI) *Geografia social* — Henrique Stodieck, bacharel em Direito, professor de Sociologia do Instituto de Educação de Florianópolis;

XII) *Turismo e excursionismo* — Rogério Vieira, prefeito municipal de Florianópolis.

Art. 2.º Esta resolução produzirá os seus efeitos depois de aprovada pelo Diretório Central, na forma do art. 15, § 2.º do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 20 de maio de 1941. — Conferido e numerado. *Válter Barros da Silva,* Auxiliar. — Visto e rubricado. *José Nicolau Born,* Secretário. — Publique-se, *Artur Costa Filho,* Presidente.

**O Conselho Nacional e Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.**